



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2233

Segunda-feira - 17 de Abril de 2017

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Alto Bela Vista.....	2	Grão Pará	157	Pinheiro Preto	370
Anchieta	3	Guaramirim.....	160	Ponte Serrada	371
Apiuna.....	6	Herval d'Oeste	163	Porto Belo.....	375
Arabutã	16	Ibirama	164	Porto União.....	376
Arroio Trinta.....	26	Imarui	188	Pouso Redondo	378
Ascurra.....	27	Indaial.....	189	Presidente Castello Branco	380
Barra Velha	28	Iratí.....	191	Presidente Nereu.....	381
Benedito Novo	29	Irineópolis	193	Princesa	415
Biguaçu	30	Itapema	195	Rio das Antas.....	430
Blumenau	31	Itapiranga.....	197	Rio do Sul.....	435
Bom Jesus do Oeste	41	Itapoá	201	Rio Fortuna.....	438
Botuvera.....	42	Jaraguá do Sul	207	Santa Rosa do Sul	454
Braço do Trombudo	44	Joaçaba	218	Santa Terezinha do Progresso	459
Brusque.....	48	Lacerdópolis.....	234	Santiago do Sul.....	460
Caçador.....	49	Lages	240	São Carlos	461
Camboriú.....	50	Laguna	246	São João do Sul	462
Campo Alegre	53	Lajeado Grande.....	247	São Joaquim	463
Campo Erê.....	62	Lebon Regis.....	249	São Lourenço do Oeste.....	469
Campos Novos	64	Leoberto Leal.....	250	São Miguel do Oeste.....	473
Capinzal	73	Lontras.....	259	Schroeder	476
Caxambu do Sul.....	75	Luzerna	260	Seara	481
Chapadão do Lageado	76	Macieira	261	Serra Alta	493
Cocal do Sul.....	99	Maracajá	262	Sul Brasil	505
Concórdia	100	Meleiro	263	Tangará	506
Coronel Freitas.....	104	Modelo	269	Tijucas	507
Coronel Martins.....	105	Mondaí	275	Timbó	509
Correia Pinto.....	111	Monte Carlo	281	Três Barras	517
Cunhataí.....	112	Morro da Fumaça	282	Treze Tilias	520
Curitibanos	113	Navegantes	283	Trombudo Central.....	547
Dionísio Cerqueira	114	Nova Itaberaba	287	Tunápolis	548
Doutor Pedrinho.....	116	Nova Trento	288	União do Oeste	549
Eral Velho	117	Novo Horizonte	299	Urussanga	550
Faxinal dos Guedes.....	118	Orleans	300	Vargem Bonita	551
Flor do Sertão	136	Palhoça	307	Vidal Ramos.....	552
Formosa do Sul	140	Palmitos	308	Videira.....	553
Forquilha	141	Paraíso	310	Vitor Meireles.....	562
Fraiburgo.....	145	Passo de Torres.....	350	Xanxerê.....	563
Galvão.....	153	Passos Maia	357	Xavantina	566
Garopaba.....	154	Penha.....	358		
Gaspar	155	Peritiba.....	369		

Consórcios

CIGA	568
CIMCATARINA.....	568
CIMVI.....	569
CIS/AMAUC.....	569
CIS/AMMVI.....	570
Consórcio CISAMA.....	571

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

Alto Bela Vista

PREFEITURA

PORTARIA Nº 045, DE 07 DE ABRIL DE 2017

CEDE SERVIDOR PÚBLICO EFETIVO A CIDASC.

GILBERTO ANTONIO MALTAURO, Prefeito Municipal em Exercício de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e em especial pela Lei 710 de 09 de dezembro de 2016;

Considerando: a realização de novo convênio de cooperação técnica nº 1617, entre o Município de Alto Bela Vista com a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC).

RESOLVE:

Art. 1º Fica cedido o servidor público NASSER KARTABIL, ocupante do cargo de provimento efetivo de MÉDICO VETERINÁRIO à Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC) para o desempenho de suas funções e atribuições em 5 horas semanais.

Art. 2º A cedência é exclusiva para a prestação de serviços de inspeções em produtos de origem animal em estabelecimentos agroindustriais do Município.

Art. 3º A cedência se processará com ônus para o Município até 11/01/2018.

Art. 4º As despesas decorrentes desta portaria serão consignadas em dotação orçamentária geral do Município.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando a portaria 147 de 12 de dezembro de 2016 e as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeita em Exercício de Alto Bela Vista/SC, 07 de abril de 2017.

GILBERTO ANTONIO MALTAURO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER

Responsável pelas publicações

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 012/2017

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 012/2017

Objeto: Registro de Preços para possível aquisição de pneus novos destinados as unidades administrativas do Município.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 08h50 do dia 09/05/2017.

Abertura: às 9h do dia 09/05/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.altobelavista.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua do Comércio, 1015, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3455-9022.

Alto Bela Vista, SC, 11 de abril de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Anchieta

PREFEITURA

DECRETO Nº 041/2017

DECRETO Nº. 041/2017, DE 13 DE ABRIL DE 2017.

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DE DESDOBRAMENTO DE PARTE DO LOTE URBANO Nº 280 DE PROPRIEDADE DE VÊNUS REALI CENCI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pela Lei Complementar Municipal nº. 026/2010 e Lei Complementar Municipal nº 054/2016;

Considerando o projeto de desdobramento de parte do lote urbano nº 280 de propriedade de VÊNUS REALI CENCI com o respectivo memorial descritivo e Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, aprovado pela área técnica do município;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o desdobramento de imóvel de parte do lote urbano nº 280, registrado no CRI da Comarca de Anchieta, Estado de Santa Catarina, sob nº 515, situado no Prolongamento da Rua 1º de Maio, atual Rua Anacleto Prevedello, com área superficial global de 500,00 m² (quinhentos metros quadrados), de propriedade do Senhor Vênus Reali Cenci, brasileiro, solteiro, maior, motorista, portador da carteira de identidade R.G. nº 1.851.093-SSP/SC, e CPF/MF nº 732.793.829-04, em dois novos lotes com áreas de 250,00 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) cada.

I – Situação Atual: Parte do Lote Urbano nº 515, registrado no CRI da Comarca de Anchieta, Estado de Santa Catarina, sob nº 515, sito no Prolongamento da Rua 1º de Maio, atual Rua Anacleto Prevedello, com área superficial global de 500,00 m² (quinhentos metros quadrados), com edificação de uma construção residencial mista com área de 130,00 m², de propriedade do Senhor Vênus Reali Cenci, com as seguintes confrontações: NORTE: Com parte do lote urbano nº 279, por linha seca de 20,00 metros, Atual Rua Anacleto Prevedello; SUL: Com parte do lote urbano nº 281, por linha seca, de 20,00 metros; LESTE: Com parte do lote urbano nº 276, por linha seca, de 25,00 metros; OESTE: Com a parte restante do mesmo lote urbano nº 280, por linha seca, de 25,00 metros.

II – Área Desdobrada 01: Parte do Lote Urbano nº 515, denominado de Parte do Lote Urbano 280-A, registrado no CRI da Comarca de Anchieta, Estado de Santa Catarina, sob nº 515, sito no Prolongamento da Rua 1º de Maio, atual Rua Anacleto Prevedello, com área superficial global de 250,00 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados), com edificação de uma construção residencial mista com área de 130,00 m², de propriedade do Senhor Vênus Reali Cenci, com as seguintes confrontações: NORTE: Com parte do lote urbano nº 279, por linha seca de 10,00 metros, Atual Rua Anacleto Prevedello; SUL: Com parte do lote urbano nº 281, por linha seca, de 10,00 metros; LESTE: Com parte do lote urbano nº 276, por linha seca, de 25,00 metros; OESTE: Com a parte restante do mesmo lote urbano nº 280, por linha seca, de 25,00 metros.

III: Área Desdobrada 02: Parte do Lote Urbano nº 515, denominado de Parte do Lote Urbano 280-B, registrado no CRI da Comarca de Anchieta, Estado de Santa Catarina, sob nº 515, sito no Prolongamento da Rua 1º de Maio, atual Rua Anacleto Prevedello, com área superficial global de 250,00 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados), sem edificações, de propriedade do Senhor Vênus Reali Cenci, com as seguintes confrontações: NORTE: Com parte do lote urbano nº 279, por linha seca de 10,00 metros, Atual

Rua Anacleto Prevedello; SUL: Com parte do lote urbano nº 281, por linha seca, de 10,00 metros; LESTE: Com a parte restante do mesmo lote urbano nº 280, por linha seca, de 25,00 metros. OESTE: Com a parte restante do mesmo lote urbano nº 280, por linha seca, de 25,00 metros.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Anchieta – SC, 13 de Abril de 2017.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei em 17 de Abril de 2017.

Fernanda Cristina Segalin

Secretária de Administração e Gestão

DECRETO Nº 042/2017

DECRETO Nº. 042/2017, DE 13 DE ABRIL DE 2017.

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DE ANEXAÇÃO DE PARTE DO LOTE URBANO Nº 440 DE PROPRIEDADE DE LAURINDO DOMINGOS SEGALIN E MARIA SEGALIN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pela Lei Complementar Municipal nº. 026/2010;

Considerando o projeto de anexação de parte do lote urbano nº 440 de propriedade de LAURINDO DOMINGOS SEGALIN E MARIA SEGALIN com o respectivo memorial descritivo e Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, aprovado pela área técnica do município;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o procedimento de anexação de parte do lote urbano nº 440, matrícula nº 3.817, com área atual de 450 m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), sem benfeitorias, situado na Rua Olímpio Dal Magro, no perímetro urbano da cidade de Anchieta – SC, à parte do imóvel matriculado no Cartório Registro de Imóveis de Anchieta-SC sob nº 5.630, com área atual de 200 m² (duzentos metros quadrados), de propriedade de Laurindo Domingos Segalin, inscrito no CPF sob nº 257.882.219.00 e sua esposa Maria Segalin, brasileiros, aposentados, casados entre si pelo regime da Comunhão Universal de Bens, na vigência de Lei nº 6515/77, residentes e domiciliados no Município de Anchieta – SC.

I – Situação Atual do Lote Urbano nº 440 matrícula nº 5.630: Parte do Lote urbano número 440, com área superficial de 200 m² (duzentos metros quadrados), sem benfeitorias, situado na Rua Mato Grosso, com as seguintes confrontações: NOROESTE: Com parte do mesmo lote urbano nº440 por linha seca, de 12,50 metros; NORDESTE: Com parte do mesmo lote urbano nº440 por linha seca, de 16,00 metros; SUDOESTE: Com a Rua Mato Grosso por linha seca, de 16,00 metros; SUDESTE: Com parte do mesmo lote urbano nº440 por linha seca, de 12,50 metros;

II – Área a ser anexada: Parte do Lote urbano número 440 da matrícula nº 3.817, com área superficial de 450 m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), sem benfeitorias, situado na Rua

Olímpio Dal Magro, com as seguintes confrontações: NOROESTE: Com parte do mesmo lote urbano nº440 por linha seca, de 12,50 metros; NORDESTE: Com parte do mesmo lote urbano nº439 por linha seca, de 36,00 metros; SUDOESTE: Com parte do mesmo lote urbano nº440 por linha seca, de 36,00 metros; SUDESTE: Com a Rua Olímpio Dal Magro, por linha seca, de 12,50 metros;

III: Situação após a anexação: Parte do Lote urbano número 440, matrícula nº 5.630, com área superficial de 650 m² (seiscentos e cinquenta metros quadrados), sem benfeitorias, situado na Rua Mato Grosso, com as seguintes confrontações: NOROESTE: Com parte do mesmo lote urbano nº440 por linha seca, de 12,50 metros; NORDESTE: Com parte do mesmo lote urbano nº439 por linha seca, de 36,00 metros; SUDOESTE: Com a Rua Mato Grosso por linha seca, de 16,00 metros; e com parte do lote urbano nº 440 por linha seca, de 20,00 metros; SUDESTE: Com parte do mesmo lote urbano nº440 por linha seca, de 25,00 metros;

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Anchieta – SC, 13 de Abril de 2017.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei em 17 de Abril de 2017.

Fernanda Cristina Segalin
Secretária de Administração e Gestão

DECRETO Nº 043/2017

DECRETO Nº. 043/2017, DE 13 DE ABRIL DE 2017.

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DE DESDOBRAMENTO DE PARTE DO LOTE URBANO Nº 440 DE PROPRIEDADE DE LAURINDO DOMINGOS SEGALIN E MARIA SEGALIN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pela Lei Complementar Municipal nº. 026/2010;

Considerando o projeto de desdobramento de parte do lote urbano nº 440 de propriedade de LAURINDO DOMINGOS SEGALIN E MARIA SEGALIN com o respectivo memorial descritivo e Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, aprovado pela área técnica do município;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o procedimento de desdobramento de parte do lote urbano nº 440, com a área atual de 750 m² (setecentos e cinquenta metros quadrados), sem benfeitorias, situado na Rua Olímpio Dal Magro, no perímetro urbano da cidade de Anchieta - SC. O imóvel matriculado no Cartório Registro de Imóveis de Anchieta-SC sob nº 3.817. De propriedade de Laurindo Domingos Segalin, inscrito no CPF sob nº 257.882.219.00 e sua esposa Maria Segalin, brasileiros, aposentados, casados entre si pelo regime da Comunhão Universal de Bens, na vigência de Lei nº 6515/77, residentes e domiciliados no Município de Anchieta – SC.

I – Situação Atual de parte Lote Urbano nº 440: Parte do Lote urbano número 440, com área superficial de 750 m² (setecentos e cinquenta metros quadrados), sem benfeitorias, situado na Rua Olímpio Dal Magro, com as seguintes confrontações: NOROESTE: Com parte do mesmo lote urbano nº440 por linha seca, de 12,50 metros; NORDESTE: Com parte do mesmo lote urbano nº439 por linha seca, de 60,00 metros; SUDOESTE: Com parte do mesmo lote urbano nº440 por linha seca, de 60,00 metros;

SUDESTE: Com a Rua Olímpio Dal Magro, por linha seca, de 12,50 metros;

II – Área a ser desdobrada: Parte do Lote urbano número 440, com área superficial de 450 m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), sem benfeitorias, situado na Rua Olímpio Dal Magro, com as seguintes confrontações: NOROESTE: Com parte do mesmo lote urbano nº440 por linha seca, de 12,50 metros; NORDESTE: Com parte do mesmo lote urbano nº439 por linha seca, de 36,00 metros; SUDOESTE: Com parte do mesmo lote urbano nº440 por linha seca, de 36,00 metros; SUDESTE: Com a Rua Olímpio Dal Magro, por linha seca, de 12,50 metros;

III: Área remanescente: Parte do Lote urbano número 440, com área superficial de 300 m² (trezentos metros quadrados), sem benfeitorias, situado na Rua Olímpio Dal Magro, com as seguintes confrontações: NOROESTE: Com parte do mesmo lote urbano nº440 por linha seca, de 12,50 metros; NORDESTE: Com parte do mesmo lote urbano nº439 por linha seca, de 24,00 metros; SUDOESTE: Com parte do mesmo lote urbano nº440 por linha seca, de 24,00 metros; SUDESTE: Com a Rua Olímpio Dal Magro, por linha seca, de 12,50 metros;

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Anchieta – SC, 13 de Abril de 2017.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei em 17 de Abril de 2017.

Fernanda Cristina Segalin
Secretária de Administração e Gestão

DECRETO Nº 044/2017

DECRETO Nº. 044 /2017, DE 13 DE ABRIL DE 2017.

ALTERA A ALÍNEA C, DO INCISO II DO ARTIGO 1º, DO DECRETO Nº 021/2017 QUE DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA, NOMEIA DIRETORIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pela Lei nº 1.791 de 27 de maio de 2010;

Considerando o comunicado da Secretaria da Assistência Social acerca da alteração dos membros representantes de entidade;

Considerando a eleição diretoria do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

DECRETA:

Art. 1º. A alínea c, do inciso II, do Artigo 1º, do Decreto nº 021/2017 passa a ter a seguinte redação:

c) Representantes da Associação Comercial, Industrial e Serviços de Anchieta: Fábio Kohls do Amaral (Titular) e Rafaela Zago Someira (Suplente).

Art. 2º Fica nomeada a diretoria do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Anchieta, a saber:

I – Presidente: Ione Teresinha Presotto;

II – Vice Presidente: Alcione José Lago;

III – Secretária: Lijane Terezinha Provin;

IV – Vice Secretária: Shirley Paloschi.

Parágrafo único. O mandato da diretoria do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será de (dois) anos, permitida a recondução.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Anchieta – SC, 13 de Abri de 2017.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei em 17 de Abril de 2017.

Fernanda Cristina Segalin - Secretária de Administração e Gestão

PORTARIA 167/2017

PORTARIA Nº 167/2017

De, 17 de Abril de 2017.

IVAN JOSÉ CANCI, Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a necessidade de ampliar o prazo para conclusão de Processo Administrativo Disciplinar fixado pela Portaria nº 100/2017;

RESOLVE:

Prorrogar o prazo para conclusão de Processo Administrativo Disciplinar

Art. 1º Fica prorrogado o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº 357/2016.

Art. 2º Fixar o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão do processo Administrativo Disciplinar.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Em 17 de Abril de 2017.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em data supra.

Fernanda Cristina Segalin – Secretária de Administração e Gestão

Apiuna

PREFEITURA

DECRETO Nº 2723

DECRETO Nº 2723/2017

De 05/04/2017

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE APIÚNA E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64 da Lei Orgânica, VI da Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 8º da Lei nº 812/2016 de 17/12/2016:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular no orçamento vigente do Município de Apiúna/SC, até o valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil Reais) da seguinte dotação orçamentária:

08	Secretaria da Indústria, Comercio e Turismo	
01	Secretaria da Indústria, Comercio e Turismo	
0023.0695.0802.2087	Promoção e Realização Fima e Tangerfest	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33500000000000	Transferência a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	
10.000	Recursos Ordinários	50.000,00
	T O T A L	50.000,00

Art. 2º - Por conta da anulação constante no Art. 1º, o Chefe do Poder Executivo Municipal fica autorizado a suplementar no orçamento vigente do município de Apiúna/SC, até o valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil Reais), na seguinte dotação orçamentária:

08	Secretaria da Indústria, Comercio e Turismo	
01	Secretaria da Indústria, Comercio e Turismo	
0023.0695.0802.2087	Promoção e Realização Fima e Tangerfest	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	50.000,00
	TOTAL	50.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna em, 05 de Abril de 2017.

JOSÉ GERSON GONÇALVES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2724

DECRETO Nº 2724/2017

De 05/04/2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICIPIO DE APIÚNA UTILIZANDO O SUPERAVIT FINANCEIRO APURADO NO EXERCÍCIO DE 2016.

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64, VI da Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 8º da Lei nº 812/2016 de 17/11/2016:

DECRETA

Art. 1º - Fica criada a fonte de recurso e suplementada no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Apiúna o valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil Reais), na seguinte classificação orçamentária:

08	Secretaria de Indústria, Comercio e Turismo	
001	Secretaria de Indústria, Comercio e Turismo	
0023.0695.0802.2086	Prom. Realiz. do Baile de Esc. da Rainha/Princesas da Tangerfest	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
30.000	Recursos Ordinários	10.000,00
	TOTAL	10.000,00

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 05 de Abril de 2017.

JOSÉ GERSON GONÇALVES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2725/2017

DECRETO Nº 2725/2017

De 13/04/2017

ESTABELECE PREÇO PÚBLICO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS EXECUTADOS PELO ÓRGÃO AMBIENTAL DO MUNICÍPIO, NÃO COMPULSÓRIOS E PRESTADOS EM CARÁTER EVENTUAL E POR SOLICITAÇÃO DO INTERESSADO.

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito de Apiúna, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu Art. 64, inciso VI; e fundado no art. 273 da Lei Complementar nº 39, de 03/12/1997;

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído o Preço Público Municipal de Prestação de Serviços Ambientais.

§ 1º - Serão cobrados preços públicos para cada licenciamento, visando cobrir os custos e despesas de análise das licenças ambientais, bem como a manutenção da estrutura física-operacional do órgão ambiental municipal para a realização de tal fim, na forma deste decreto.

§ 2º - Poderão ser estabelecidas outras formas de cobrança para os licenciamentos de baixo potencial de degradação ambiental, com anuência do Conselho Municipal de Meio Ambiente.

Art. 2º - O Preço Público Municipal de Prestação de Serviços Ambientais tem como fato gerador o exercício do poder de polícia ou a prestação de serviços pelo órgão ambiental municipal, e será devido para:

I - análise prévia com vistoria para concessão de autorizações ambientais (terraplanagem) e/ou licenças ambientais (licença prévia, licença de instalação e licença de operação);

II - análise prévia para concessão de licenças simplificadas;

III - autorização de corte de vegetação - AuC e reposição florestal;

IV - autorização municipal simplificada de cortes de árvore;

V - averbação de reserva legal;

VI - licença ambiental para terraplenagem urbana e rural;

VII - certidão de conformidade ambiental, mediante vistoria ou não;

VIII - autorização ambiental.

§ 1º - Os valores referentes ao preço público que trata o presente artigo serão calculados e cobrados na forma estabelecida no Anexo Único.

§ 2º - Os critérios do porte do empreendimento em relação ao potencial poluidor degradador serão estabelecidos pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente, que definirá por listagem as atividades potencialmente poluidoras.

§ 3º - A determinação do valor do Preço Público Municipal de Prestação de Serviços Ambientais, a quantificação do serviço e o cronograma de execução serão definidos quando da solicitação por parte do interessado.

§ 4º - A cobrança dos serviços solicitados será realizada na hora do pedido, sendo que nenhum serviço será autorizado pelo responsável sem o comprovante do respectivo pagamento.

Art. 3º - Na análise de licenças ambientais de que tratam os incisos I e II do artigo anterior será observado o seguinte:

I - o preço público exigido para as referidas atividades será graduado em função do porte e do potencial poluidor degradador, conforme Tabela 01 do Anexo Único do presente decreto;

II - as licenças ambientais de operação terão prazo de validade de 04 (quatro) anos, podendo, por decisão motivada, tal prazo ser reduzido, e as licenças simplificadas terão validade de 01 (um) ano, desde que permaneçam as condições iniciais que autorizaram sua concessão; e

III - a cobrança da análise dos pedidos de licenças ambientais será efetuada em cada uma das fases do processo de licenciamento, conforme determina a legislação em vigor.

Art. 4º - O sujeito passivo do Preço Público Municipal de Prestação de Serviços Ambientais é a pessoa física ou jurídica cuja atividade esteja sujeita às leis ambientais e que requerer serviço sujeito à sua incidência ou for o destinatário do exercício do poder de polícia.

§ 1º - Estão dispensados do pagamento dos preços públicos de serviços ambientais previstos neste decreto:

I - os órgãos e entidades integrantes da União e o Estado, inclusive suas fundações e autarquias;

II - os órgãos da Administração Direta, as fundações e autarquias municipais;

III - as associações de pais e professores - APP, as associações de moradores de bairro, as associações de classe, centros comunitários e associações de pais e funcionários - APF, devidamente constituídos e sem fins lucrativos;

IV - os clubes de caça e tiro e as associações culturais, as sociedades desportivas, recreativas e os clubes, devidamente constituídos, reconhecidos de utilidade pública por lei municipal e sem fins lucrativos;

V - as instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos.

§ 2º - Para usufruir da dispensa prevista neste artigo as pessoas jurídicas acima elencadas deverão comprovar documentalmente tal condição no momento do pedido. Além disso, as pessoas jurídicas descritas nos incisos III, IV e V do parágrafo anterior deverão preencher os seguintes requisitos:

I - não distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a qualquer título;

II - aplicar integralmente os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;

III - manter escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

§ 3º - O pagamento do Preço Público Municipal de Prestação de Serviços Ambientais não será exigido dos Microempreendedores individuais no primeiro ano de funcionamento e pela metade no segundo ano, retornando ao valor total nos anos seguintes.

Art. 5º - O Preço Público Municipal de Prestação de Serviços Ambientais será recolhido até a data do requerimento do serviço ou atividade.

Art. 6º - No que couber, aplica-se subsidiariamente ao Preço Público Municipal de Prestação de Serviços Ambientais o disposto no Código Tributário Municipal e suas alterações.

Art. 7º - Os valores recolhidos à União, ao Estado, a outro Município e ao Distrito Federal, a qualquer outro título, tais como taxas ou preços públicos de licenciamento ou fiscalização, não constituem crédito para compensação com o Preço Público Municipal de Prestação de Serviços Ambientais de que trata este decreto.

Art. 8º - Os valores constantes do Anexo Único estão expressos em Unidade Fiscal do Município - UFM e serão atualizados anualmente conforme dispõe o Código Tributário Municipal e suas alterações.

Art. 9º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Apiúna, 13 de abril de 2017.

JOSÉ GERSON GONÇALVES

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.

Apiuna, SC, 17 de abril de 2017.

Anexo único

PREÇO PÚBLICO de Prestação de Serviços Ambientais

1. NORMAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS NO MUNICÍPIO:

1.1 - A cobrança dos serviços será realizada no momento do pedido, sendo que nenhum serviço será autorizado/realizado sem a comprovação do pagamento.

1.2 - Os valores arrecadados serão integralmente destinados ao órgão ambiental municipal.

1.3 - As Licenças Ambientais de Operação terão prazo de validade de 04 (quatro) anos, podendo, por decisão motivada, tal prazo ser reduzido.

1.4 - A cobrança pela Análise dos Pedidos de Licenças Ambientais serão efetuadas em cada uma das fases do processo de licenciamento, conforme legislação em vigor.

1.5 - Nos casos de pedidos de renovação de Licenças serão cobrados o valor referente à classificação da atividade.

2. APURAÇÃO DO VALOR PELA ANÁLISE DE LICENÇAS AMBIENTAIS:

Para a apuração do valor a ser cobrado pelas análises dos pedidos de Licenças Ambientais de que trata a Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009 e alterações, Resoluções do CONSEMA nº 14/2012 e nº 15/2013, as atividades são enquadradas nos níveis I, II, III, em função do porte e do potencial poluidor/degradador, conforme Tabela nº 01.

Tabela nº 01

Enquadramentos das atividades potencialmente causadoras de degradação ambiental

POTENCIAL POLUIDOR / DEGRADADOR GERAL						
P	M	G				
	P	P,P		P,M		P,G
PORTE DO EMPREENDIMENTO	M	M,P		M,M		M,G
	G	G,P		G,M		G,G

2.1 - O potencial poluidor/degradador da atividade é considerado pequeno (P), médio (M) ou grande (G), em função dos efeitos causados sobre o solo, ar e água. O potencial poluidor/degradador geral é o maior dentre os potenciais considerados sobre cada um dos recursos ambientais analisados.

2.2 - O porte do empreendimento também é considerado pequeno (P), médio (M) ou grande (G), em função de critérios estabelecidos na Resolução CONSEMA nº 13/2012, que define por listagem as atividades potencialmente causadoras de Degradação Ambiental.

2.3 - O potencial poluidor/degradador e o porte do empreendimento estão definidos na Resolução acima mencionada.

Tabela nº 02

Valores para Análise de Pedidos de Licenças Ambientais em UFM

LICENÇAS	NÍVEL								
	P,P	M,P	P,M	M,M	G,P	P,G	M,G	G,M	G,G
LAP	44,07	77,61	135,0	236,6	355,4	413,9	592,1	724,3	1.266,6
LAI	109,22	192,58	337,25	588,27	883,36	1.029,95	1.471,63	1.801,21	3.151,16
LAO	218,44	386,11	674,50	1.177,49	1.765,76	2.059,90	2.943,26	3.602,42	6.302,33
Total	371,74	656,29	1.146,84	2.002,41	3.004,57	3.503,74	5.006,99	6.127,95	10.720,08

Tabela nº 03

Valores para Análise de Pedidos de Licenças Ambientais anual em UFM para as atividades agrícolas, pecuárias e florestais

LICENÇAS	NÍVEL					
	P,P ou M,P	P,M	M,M ou G,P	P,G	M,G ou G,M	G,G
LAP	43,11	49,82	79,52	95,81	160,00	191,62
LAI	119,76	143,71	239,52	288,39	218,44	575,81

LAO	79,52	95,81	160,00	191,62	320,00	384,19
Total	242,40	289,34	479,05	575,81	698,45	1.151,63

Tabela nº 04

Valores para Análise de Pedidos de Licenças Ambientais anual em UFM para as atividades de Captação de Água Subterrânea, em atividades agrícolas, pecuária e florestal, para porte até Q(I)<50

LAP	LAI	LAO	TOTAL
24,91	56,53	68,98	150,42

3. DETERMINAÇÃO DA ANÁLISE DE ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA E RESPECTIVO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL - RIMA: Quando o licenciamento se fizer mediante apresentação de Estudos de Impacto Ambiental - EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, conforme determina a legislação ambiental em vigor, a determinação dos preços a serem cobrados pelos serviços prestados, conforme fórmula abaixo:

3.1. Custo total das análises

CT = TT + VT + CE + CA, onde:

a) Trabalho Técnico

TT = T x H (UFM 15,33/hora)

b) Vistoria Técnica

VT = T x D (UFM 35,45/dia) + V x R (UFM 0,21/Km)

c) Consultoria Externa

CE = Cc x H

d) Custo Administrativo

CA = (TT + VT + CE) x 0,04

Legenda:

CT	Custo Total
TT	Trabalho Técnico
VT	Vistoria Técnica
CE	Consultoria Externa
CA	Custo Administrativo
H	Número de Horas Trabalhadas
D	Número de Dias Trabalhados
R	Total de Km Rodados
T	Número de Técnicos
V	Número de Veículos
Cc	Custo de Consultoria por Hora
Q(I)	Vazão de bombeamento (m³/h)

4. FÓRMULA PARA COBRANÇA DE VALORES PELOS SERVIÇOS DE ANÁLISE DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO MUNICIPAL SIMPLIFICADA DE CORTE DE ÁRVORES; AUTORIZAÇÃO DE CORTE/SUPRESSÃO OU EXPLORAÇÃO DE VEGETAÇÃO; E REPOSIÇÃO FLORESTAL:

UFM 21,08 para corte isolado de até 10 árvores em zona urbana ou rural.

UFM 21,08 para corte isolado de até 30 árvores em zona urbana ou rural + apresentação de projeto e doação de mudas quando necessário.

UFM 44,07 + 0,01 x AM para corte/supressão de vegetação em zona urbana, com área de corte, conforme definido no termo de delegação de atribuição de gestão florestal (FATMA – Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e MUNICIPIO DE APIUNA/SC).

UFM 44,07 + 0,02 x U para manejo de Palmito limitado em 2.000 unidades.

UFM 24,91 para aproveitamento de árvores mortas ou caídas em propriedades rurais.

UFM 44,07 para análise de projeto de corte de vegetação – AUC para florestas plantadas em áreas protegidas (Área de Preservação Permanente - APP, Unidade de Conservação - UC, etc), com recomposição vegetal. Conforme definido no termo de delegação de atribuição de gestão florestal (FATMA – Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e MUNICIPIO DE APIUNA/SC).

UFM 24,91 para corte eventual em zona rural (20m³ ou 20 unidades).

UFM 44,07 para supressão ou exploração de vegetação secundária em estágio inicial cujo proprietário se caracterize como pequeno produtor rural, para fins agrosilvipastoris no limite de até 2,0ha/ano.

UFM 44,07 para supressão ou exploração de vegetação secundária em estágio inicial cujo proprietário não se caracterize como pequeno produtor rural, no limite de até 3,0ha, uma única vez.

Isento = autorização municipal para transporte de produtos e subprodutos florestais no caso de pequenos produtores rurais ou posse rural familiar.

5. FÓRMULA PARA COBRANÇA DOS SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO DE TERRAPLENAGEM EM ÁREA URBANA:

UFM 21,08 para AM ≤ 500

UFM 21,08 + 0,03 x AM para AM > 500 e ≤ 2.000

UFM 21,08 + 0,03 x AM para AM > 2.000 e ≤ 5.000

UFM 21,08 + 0,04 x AM para AM > 5.000

6. FÓRMULA PARA COBRANÇA DOS SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO DE TERRAPLENAGEM EM ÁREA RURAL:

UFM 21,08 para AM ≤ 500

UFM 21,08 + 0,01 x AM para AM > 500 e ≤ 2.000

UFM 21,08 + 0,01 x AM para AM > 2.000 e ≤ 5.000

UFM 21,08 + 0,02 x AM para AM > 5.000

7. CERTIDÕES e DECLARAÇÕES DIVERSAS:

Pr = UFM 21,08

8. AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL - AuA

Pr = UFM 21,08

8.1 - AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL - AuA para a suinocultura

Pr = UFM 21,08

Conforme consta na Resolução nº 01/06, entenda-se porte Único = Autorização Ambiental – AuA.

9. PARECER TÉCNICO EM GERAL, EXCLUINDO-SE A ANÁLISE DO EIA/RIMA:

Pr = UFM 48,86

10. CAPTAÇÃO DE ÁGUA SUBTERRÂNEA:

O Licenciamento Ambiental da atividade acima enquadra-se na Tabela nº 02. Quando comprovada a utilização para uso em atividade agrícola, pecuária e florestal, será utilizada a Tabela nº 04.

Os poços artesianos já existentes que não disponham de Licenciamento Ambiental, pagarão apenas os custos referentes a Licença Ambiental de Operação - LAO.

11. Listagem de valores para A ATIVIDADE DA SUINOCULTURA:

Granja de suínos - terminação

UFM 7,66 + 0,03 x NC

Unidade de Produção de Leito - UPL

UFM 7,66 + 0,05 x NM

Granja de suínos - Creche

UFM 7,66 + 0,01 x NC

Granja de suínos - Ciclo Completo

UFM 7,66 + 0,15 x NM

Acrescenta-se ao valor calculado o fator de correção de 0,96 UFM para Licença Ambiental Prévia - LAP, de 1,44 UFM para Licença Ambiental de Instalação - LAI e de 1,20 UFM para Licença Ambiental de Operação - LAO.

Legenda:

Pr	Preço Básico da Licença
AU	Área Útil em Hectare
AM	Área em m ²
NC	Nº de Cabeças
NM	Nº de Matrizes
LAP	Licença Ambiental Prévia
LAI	Licença Ambiental de Instalação
LAO	Licença Ambiental de Operação
AuA	Autorização Ambiental
AuC	Autorização de Corte de Vegetação
U	Unidades

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 39/2017

Prefeitura Municipal de Apiúna

Extrato de Dispensa de Licitação nº 39/2017

Objeto: Contratação de uma empresa para prestação de serviço de gestão de telefonia fixa, visando redução de valores pagos pela Prefeitura

Contratado: CUNHA INSTALACOES TELEFONICAS LTDA CNPJ: 82.863.291/0001-06

Valor Total: R\$ 4.049,10 (quatro mil e quarenta e nove reais e dez centavos)

Fundamento: Art. 24, II da Lei 8.666/93 e suas alterações.

Jose Gerson Gonçalves/Prefeito de Apiúna

EXTRATO INEXIGIBILIDADE Nº 41/2017

Prefeitura Municipal de Apiúna

Extrato de Inexigibilidade de Licitação

Processo nº 41/2017

Objeto: Contratação de apresentação artística banda Musical San Francisco, para show a ser realizado na 22ª TANGEFEST

Contratado: SAN FRANCISCO TRANSPORTES E SONORIZAÇÕES LTDA – ME CNPJ: 72.275.076/0001-30

Valor Total: R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais).

Fundamento: Art. 25, III da Lei 8.666/93 e suas alterações.

Jose Gerson Gonçalves/Prefeito de Apiúna

EXTRATO INEXIGIBILIDADE Nº 42/2017

Prefeitura Municipal de Apiúna

Extrato de Inexigibilidade de Licitação

Processo nº 42/2017

Objeto: Contratação de apresentação artística para show a ser realizado no baile da escolha das realezas da 22º TANGEFEST

Contratado: ADILSON CLEOMAR PISA 47120185934 CNPJ: 17.196.231/0001-15

Valor Total: R\$ 5.700,00 (cinco mil e setecentos reais).

Fundamento: Art. 25, III da Lei 8.666/93 e suas alterações.

Jose Gerson Gonçalves/Prefeito de Apiúna

LEI COMPLEMENTAR Nº 167/2017

LEI COMPLEMENTAR Nº 167/2017

De 11/04/2017

RATIFICA O NOVO PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CONSÓRCIO PÚBLICO DENOMINADO "AGIR" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna/SC, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Apiúna/SC, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica ratificado o Novo Protocolo de Intenções apresentado na Assembleia Geral do consórcio público denominado de Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, realizada em 14 de abril de 2016, e aprovado por unanimidade o texto final, na Assembleia Geral realizada em 02 de agosto de 2016.

Art. 2º. Pelo exercício do poder de regulação e fiscalização delegado pelo Município à AGIR, ficam instituídas as seguintes taxas em favor desta:

- I - Taxa de Regulação de Abastecimento de Água;
- II - Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário;
- III - Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza de Vias Públicas;
- IV - Taxa de Regulação de Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos;
- V - Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana;
- VI - Taxa de Regulação do Transporte Coletivo de Passageiros;
- VII - Taxa de Regulação de Outros Serviços Públicos Municipais.

Art. 3º. A Taxa de Regulação de Abastecimento de Água - TRAA é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços de abastecimento de água, caracterizado como aquele serviço desde a captação da água até sua destinação final ao cidadão.

§ 1º. A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de abastecimento de água.

§ 2º. A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de abastecimento de água, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor máximo de R\$ 0,05 (cinco centavos), representada pela seguinte fórmula:

TRAA = NH x R\$ 0,05, onde:

TRAA - Taxa de Regulação de Abastecimento de Água;

NH - Número de habitantes no município;

R\$ 0,05 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de abastecimento de água por habitante.

Art. 4º. A Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário - TRES é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de esgotamento sanitário, compreendido como aquele serviço de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequado de esgoto sanitário, desde as ligações prediais até seu lançamento final no meio ambiente.

§ 1º. A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de esgotamento sanitário.

§ 2º. A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de esgotamento sanitário, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor máximo de R\$ 0,05 (cinco centavos), representada pela seguinte fórmula:

TRES = NH x R\$ 0,05, onde:

TRES - Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário;

NH - Número de habitantes no município;

R\$ 0,05 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de esgotamento sanitário por habitante.

Art. 5º. A Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza de Vias Públicas - TRVL é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de varrição e limpeza de vias públicas, caracterizado como aquele serviço de varrição, poda, capina e limpeza dos logradouros e vias públicas.

§ 1º. A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja

prestadora dos serviços de varrição e limpeza de vias públicas.

§ 2º. A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de varrição e limpeza de vias públicas, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor máximo de R\$ 0,02 (dois centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRVL = NH \times R\$ 0,02$, onde:

TRVL - Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza de Vias Públicas;

NH - Número de habitantes no município;

R\$ 0,02 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de varrição e limpeza de vias públicas por habitante.

Art. 6º. A Taxa de Regulação de Manejo Resíduos Sólidos Urbanos - TRMR é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, caracterizada como aquele serviço de coleta, transporte, transbordo, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos urbanos.

§ 1º. A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de manejo de resíduos sólidos.

§ 2º. A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de manejo de resíduos sólidos, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor máximo de R\$ 0,05 (cinco centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRMR = NH \times R\$ 0,05$, onde:

TRMR - Taxa de Regulação de Manejo de Resíduos Sólidos;

NH - Número de habitantes no município;

R\$ 0,05 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de manejo de resíduos sólidos por habitante.

Art. 7º. A Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana - TRDP é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de drenagem pluvial urbana, caracterizada como aquele serviço de captação, transporte, detenção, retenção, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas das áreas urbanas.

§ 1º. A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica prestadora dos serviços de drenagem pluvial urbana.

§ 2º. A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de drenagem pluvial urbana, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor máximo de R\$ 0,02 (dois centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRDP = NH \times R\$ 0,02$, onde:

TRDP - Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana;

NH - Número de habitantes no município;

R\$ 0,02 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de drenagem pluvial urbana por habitante.

Art. 8º. A Taxa de Regulação do Transporte Coletivo de Passageiros - TRTC é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de transporte coletivo de passageiros no município consorciado.

§ 1º. A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica prestadora dos serviços de transporte coletivo de passageiros no âmbito municipal.

§ 2º. A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de transporte coletivo de passageiros, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor máximo de R\$ 0,10 (dez centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRTC = NH \times R\$ 0,10$, onde:

TRTC - Taxa de Regulação do Transporte Coletivo de Passageiros;

NH - Número de habitantes no município;

R\$ 0,10 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de transporte coletivo de passageiros por habitante.

Art. 9º. A Taxa de Regulação de Outros Serviços Públicos Municipais - TROS é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização de outros serviços públicos municipais conforme previsão na Cláusula 135 deste Novo Protocolo de Intenções.

§ 1º. A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica prestadora de outros serviços públicos municipais conforme previsão na Cláusula 135 deste Novo Protocolo de Intenções.

§ 2º. A taxa, paga mensalmente pelo prestador de outros serviços públicos municipais, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor máximo de R\$ 0,05 (cinco centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TROS = NH \times R\$ 0,05$, onde:

TROS - Taxa de Regulação de Outros Serviços Públicos Municipais;

NH - Número de habitantes no município;

R\$ 0,05 - valor apurado para o custo da regulação de outros serviços públicos municipais por habitante.

Art. 10. Para fins de cálculo das taxas constantes neste Novo Protocolo de Intenções, o número de habitantes em cada município será

atualizado automaticamente e anualmente, conforme apurações e estimativas oficiais realizadas periodicamente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Parágrafo único. Na falta de publicação pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE da estimativa oficial da população em tempo hábil para a data de realização do orçamento da AGIR, deverá a população ser atualizada pelo mesmo índice de variação de aumento da população do ano anterior.

Art. 11. Não serão devidas as taxas de regulação e fiscalização previstas neste Novo Protocolo de Intenções nas atividades de limpeza urbana e coleta seletiva de resíduos sólidos quando esta for desenvolvida por associação, cooperativa ou entidades afins, sem fins lucrativos, devendo o valor correspondente ser quitado pelo ente consorciado.

Art. 12. As taxas, pagas mensalmente, serão devidas pelos prestadores de serviços regulados pela AGIR, devendo ser recolhidas diretamente à AGIR mediante o pagamento de documento de cobrança, até o décimo dia seguinte ao mês de competência do controle, regulação e fiscalização dos serviços.

Art. 13. No caso da prestadora de serviços executar duas ou mais atividades objeto das taxas de regulação e fiscalização, serão devidas as respectivas taxas cumulativamente, conforme cada atividade desempenhada pela prestadora de serviços regulada pela AGIR.

Art. 14. No caso do prestador de serviços de qualquer atividade atuar em mais de um município consorciado, será devida uma taxa para cada município consorciado onde há a referida prestação de serviços.

Art. 15. Poderá a AGIR, em comum acordo com a prestadora dos serviços públicos regulados, mediante celebração de contrato/convênio, estabelecer outras formas de remuneração pelo exercício do controle, regulação e fiscalização dos serviços públicos objeto deste Novo Protocolo de Intenções.

Art. 16. Poderá a Assembleia Geral deliberar pelo custeio das atividades da AGIR através do repasse de recursos públicos, mediante contrato de programa e de rateio, ou mediante a cobrança das taxas de regulação previstas neste Novo Protocolo de Intenções.

Art. 17. O valor em moeda nacional constante nas cláusulas 3º, § 2º; 4º, § 2º; 5º, § 2º; 6º, § 2º; 7º, § 2º; 8º, § 2º; e 9, § 2º poderá ser atualizado automaticamente no primeiro dia do ano subsequente ao início da cobrança, conforme variação dos últimos doze (12) meses do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou, na sua ausência, pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, apurado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.

Art. 18. Pelo descumprimento das leis, dos contratos celebrados pelos Municípios e das normas instituídas pela AGIR, poderá a mesma aplicar as seguintes sanções aos prestadores de serviços públicos municipais:

I - advertência escrita;

II - multa; e

III - suspensão de obra ou atividade.

§ 1º. As sanções previstas neste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente, e serão regulamentadas por resolução normativa do Comitê de Regulação.

§ 2º. As multas previstas no caput desta Cláusula observarão os seguintes limites e condições:

a) multas consideradas de natureza leve serão penalizadas em valor de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por infração;

b) multas consideradas de natureza média serão penalizadas em valor de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) por infração;

c) multas consideradas de natureza grave serão penalizadas em valor de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por infração; e

d) multas consideradas de natureza gravíssima serão penalizadas em valor de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por infração.

§ 3º. A graduação em leve, média, grave e gravíssima de cada infração será definida por resolução normativa do Comitê de Regulação.

§ 4º. A AGIR observará as infrações e os respectivos valores fixados em contratos administrativos celebrados pelo Poder Público com os prestadores de serviços, sem prejuízo da aplicação subsidiária deste Novo Protocolo de Intenções e das resoluções normativas do Comitê de Regulação em caso de omissão ou ato infracional não previsto em contrato.

§ 5º. Os valores das multas serão revertidos no percentual de 75% (setenta e cinco por cento) em favor do titular dos serviços, preferencialmente ao respectivo fundo municipal setorial, devendo tal montante ser aplicado em políticas educacionais ou na melhoria da gestão ou prestação dos serviços regulados.

§ 6º. O percentual de 25% (vinte e cinco por cento) restante oriundo dos valores das multas serão revertidos como receita da Agência, para manutenção da mesma.

§ 7º. Os valores das multas estabelecidas nesta Cláusula poderão ser atualizadas anualmente pela Assembleia Geral da AGIR, conforme variação dos últimos doze (12) meses do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou, na sua ausência, pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, apurado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.

Art. 19. Esta Lei entra em vigor após a ratificação por pelo menos oito (8) dos municípios que subscrevem o Novo Protocolo de Intenções, convertendo-se este no Contrato de Consórcio Público.

Art. 20. Ao entrar em vigor esta Lei, com o cumprimento do estabelecido na cláusula anterior, suas disposições se aplicarão desde logo aos processos e/ou procedimentos pendentes, restando revogadas as disposições em contrário.

Município de Apiúna/SC, em 11 de Abril de 2017.
JOSÉ GERSON GONÇALVES
Prefeito Municipal

LEI Nº 822/2017

Lei Nº 822/2017
De 11/04/2017

DENOMINA DE "RUA MARIO SCHULZ", VIA PÚBLICA LOCALIZADA NO LOTEAMENTO WILLY SCHULZ.

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito do Município de Apiúna, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei Ordinária:

Artigo 1º: É denominada de Rua Mario Schulz a via pública localizada no Loteamento Willy Schulz, nas proximidades da Rua Joinville, no bairro Centro.

Artigo 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 11 de abril de 2017.
JOSÉ GERSON GONÇALVES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0196/2017

PORTARIA Nº 0196/2017
De 13 de abril de 2017
EXONERA SERVIDOR EFETIVO
ERIDETE GUILHERME DE OLIVEIRA FILHO

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008,
RESOLVE

Exonerar ERIDETE GUILHERME DE OLIVEIRA FILHO, servidor efetivo ocupante do cargo de OPERADOR DE MAQUINA – 40H, face sua aposentadoria.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 13 de abril de 2017.
José Gerson Gonçalves
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0197/2017

PORTARIA Nº 0197/2017
De 13 de abril de 2017
CONCEDE COMPLEMENTO DE APOSENTADORIA PARA
ERIDETE GUILHERME DE OLIVEIRA FILHO

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 54/2002 de 20/02/2002,

RESOLVE

COMPLEMENTAR a aposentadoria do servidor inativo ERIDETE GUILHERME DE OLIVEIRA FILHO, a partir da data do direito ao complemento, 14 de abril de 2017, visando quitar a diferença entre o benefício pago pelo INSS e o vencimento recebido pelo servidor na ativa.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 13 de abril de 2017.
José Gerson Gonçalves
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0198/2017

PORTARIA Nº 0198/2017

De 13 de abril de 2017

CONCEDE LICENÇA PARA SERVIDORA EFETIVA

SUZANA DE AMORIM NUNES PARA CUIDAR DE MEMBRO DA FAMÍLIA

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna em Exercício, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008, Art. 130,

RESOLVE

CONCEDER licença de 30 (trinta) dias para a servidora SUZANA DE AMORIM NUNES, a partir de 13/04/2017 à 12/05/2017, para cuidar de dependentes que estão sob sua guarda/responsabilidade e que necessitam de cuidados médicos e psicoterápicos.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 13 de abril de 2017.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

Arabutã

PREFEITURA

CONTRATOS MARÇO 2017

Contratado: CLAIR DACAMPO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 2/2017

Número do Contrato ou Aditivo: 020/2017 adt01

Objeto: Prestação de serviço de transporte coletivo, em regime de fretamento, de alunos da rede municipal de ensino, na respectiva linha prevista no item 15, constantes na proposta comercial da CONTRATADA.

Os quantitativos totais de quilometragem estipulados para as linhas acima citadas fica Aditivado de 1,1 km, passando de 76,6 km para 77,7 km.

Data da Assinatura: 01/03/2017

Vigência: 01/03/2017 a 07/02/2018

Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:

Valor: 0,00 Forma de Pagamento: mensalmente conforme cronograma

Contratado: JAIME ERALDO HARTMANN-ME

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 2/2017

Número do Contrato ou Aditivo: 014/2017 adt01

Objeto: Supressão total de 2,1 km, passando de 115,8 km para 113,7 km.

Data da Assinatura: 01/03/2017

Vigência: 01/03/2017 a 07/02/2018

Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:

Valor: 0,00 Forma de Pagamento: conforme cronograma

Contratado: PROVIN E RAUBER LTDA - ME

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 2/2017

Número do Contrato ou Aditivo: 016/2017 adt01

Objeto: Prestação de serviço de transporte coletivo, em regime de fretamento, de alunos da rede municipal de ensino, na respectiva linha prevista no item 05, constantes na proposta comercial da CONTRATADA. Fica suprimido 6,2 km, passando de 106 km para 99,8 km.

Data da Assinatura: 01/03/2017

Vigência: 01/03/2017 a 08/02/2018

Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:

Valor: 0,00 Forma de Pagamento:

Contratado: DARCI FINGER & CIA LTDA

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 2/2017

Número do Contrato ou Aditivo: 021/2017 adt01

Objeto: Prestação de serviço de transporte coletivo, em regime de fretamento, de alunos da rede municipal de ensino, na respectiva linha prevista no item 06, constantes na proposta comercial da CONTRATADA.

Os quantitativos totais de quilometragem estipulados para as linhas acima citadas fica suprimido 28,6 km, passando de 137,9 km para 109,3 km.

Data da Assinatura: 01/03/2017

Vigência: 01/03/2017 a 07/02/2018

Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:

Valor: 0,00 Forma de Pagamento: mensalmente conforme

cronograma

Contratado: VIAGENS E TURISMO ARABUTA LTDA

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 2/2017

Número do Contrato ou Aditivo: 017/2017 adt01

Objeto: Prestação de serviço de transporte coletivo, em regime de fretamento, de alunos da rede municipal de ensino, na respectiva linha prevista no item 03, constantes na proposta comercial da CONTRATADA.

Os quantitativos totais de quilometragem estipulados para as linhas acima fica Aditivo de 5 Km, passando de 45 km para 50 km.

Data da Assinatura: 01/03/2017

Vigência: 01/03/2017 a 07/02/2018

Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:

Valor: 0,00 Forma de Pagamento: mensalmente conforme cronograma

Contratado: ANTONINHO ZANETTI ME

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 2/2017

Número do Contrato ou Aditivo: 015/2017 adt01

Objeto: Prestação de serviço de transporte coletivo, em regime de fretamento, de alunos da rede municipal de ensino, nas respectivas linhas previstas nos itens 08, 09 e 10, constantes na proposta comercial da CONTRATADA.

Dos quantitativos totais de quilometragem estipulados para as linha 08 Supressão de 1,6km, passando de 94,7 km para 93,1 km. Linha 09 Aditivo de 5,5 km, passando de 80 km para 85,5 km e linha 10 Aditivo total de 13,2 km, passando de 288,70 km para 301,9 km.

Data da Assinatura: 01/03/2017

Vigência: 01/03/2017 a 07/02/2018

Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:

Valor: 0,00 Forma de Pagamento:

Contratado: TRANSPORTES WIESENHUTTER LTDA - ME

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 2/2017

Número do Contrato ou Aditivo: 013/2017 adt01

Objeto: Prestação de serviço de transporte coletivo, em regime de fretamento, de alunos da rede municipal de ensino, na respectiva linha prevista no item 11, constantes na proposta comercial da CONTRATADA.

Os quantitativos totais de quilometragem fica aditivado 13,3 km passando de 63,9 km para 77,20 km.

Data da Assinatura: 01/03/2017

Vigência: 01/03/2017 a 07/02/2018

Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:

Valor: 0,00 Forma de Pagamento: mensalmente conforme cronograma

Contratado: AMAUC-ASSOC. MUNIC. ALTO URUGUAI CATAR.

Número do Contrato ou Aditivo: CR 03/2017

Objeto: O presente contrato de rateio tem por objetivo o ressarcimento das despesas para contratação de Programa de Processamento Eletrônico de Dados de Informações Econômicas e Fiscais de empresas normais e do Simples Nacional, denominado

COSIMPLES, de propriedade intelectual dos senhores AGOSTINHO SENEM, CPF 247.008.109-53, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro 4147, Aurora SC e HANS MANFRES SCHOMBERG, CPF 501.150.739-49, Residente e domiciliado na localidade de Fundos Aurara, Aurora sc, para
Data da Assinatura: 01/03/2017
Vigência: 01/03/2017 a 31/12/2017
Valor: 3.920,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamento

Contratado: VIAGENS E TURISMO ARABUTA LTDA
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 27/2016
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 95/2016 ad01
Objeto: Do objetivo, da ata primitivamente celebrada entre as partes, fica aditada a quantidade 300 (trezentos) quilômetros ao item nº03 - Serviço de transporte rodoviário de passageiros para viagens municipais, intermunicipais e intermunicipais, van por km/rodado contando como saída da Prefeitura de Arabutã.
Data da Assinatura: 03/03/2017
Vigência: 03/03/2017 a 15/07/2017
Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:
Valor: 744,00 Forma de Pagamento:

Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 6/2014
Número do Contrato ou Aditivo: 25/2014 adt10
Fundamento Legal: 8666/93
Objeto: Constitui objeto do presente contrato a locação, para uso temporário e não exclusivo, em favor do CONTRATANTE, dos seguintes softwares e sistemas, conforme descrição abaixo e no Anexo Único deste Contrato:
1.1 - Os valores abaixo sofreram arredondamento, pois somente serão considerados dois números após a vírgula, conforme dispõe o item 5, subitem 5.1, inciso IV, do Edital.
Data da Assinatura: 03/03/2017
Vigência: 03/03/2017 a 31/12/2017
Programa de Trabalho: 12.01 04.122.0003
2.004.3.3.90.00.00.00.00
Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:
Valor: 78.687,12 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamento

Contratado: EXCELLENCE GESTAO ORGANIZACIONAL LTDA - ME
Número do Contrato ou Aditivo: 032/2017
Objeto: Contratação de empresa especializada no ramo de prestação de serviços de cursos, palestras e treinamentos em desenvolvimento pessoal, profissional e gerencial, para a realização de palestras, sendo:
Curso para operadores de maquinas e motoristas de caminhão no setor de transporte/obras e no setor da agricultura com uma carga horária de 16 horas, sendo 08 horas de aula pratica e 08 horas de aulas teóricas.
Data da Assinatura: 06/03/2017
Vigência: 06/03/2017 a 31/03/2017
Valor: 7.000,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamento

Contratado: WALENDOWSKY DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEIS LTDA.
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 1/2017
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 01/2017 ad01

Objeto: Supressão no item 02 - Óleo Diesel Comum, passando ao preço de R\$ 2,95 por litro e Supressão no item 03 - Óleo Diesel S10, passando ao preço de R\$ 3,04 por litro.
Data da Assinatura: 09/03/2017
Vigência: 09/03/2017 a 22/01/2018
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:
Valor: 0,00 Forma de Pagamento: conforme cronograma

Contratado: AUTO POSTO ZANETTI LTDA - EPP

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 1/2017
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 02/2017 ad01
Objeto: Supressão no item 01 - gasolina comum, passando ao preço de R\$ 3,822 por litro.
Data da Assinatura: 09/03/2017
Vigência: 09/03/2017 a 22/01/2018
Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:
Valor: 0,00 Forma de Pagamento:

Contratado: LUBRIFIL-COM.LUBRIF. E FILTROS LTDA-ME
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 7/2017
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 014/2017
Objeto: Aquisição de ÓLEO, ADITIVOS, LUBRIFICANTES E HIDRÁULICO, para a manutenção preventiva da frota municipa.
Data da Assinatura: 09/03/2017
Vigência: 09/03/2017 a 08/03/2018
Valor: 50.595,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamento

Contratado: COMERCIAL INCERTI LTDA - EPP
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 7/2017
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 015/2017
Objeto: Aquisição de ÓLEO, ADITIVOS, LUBRIFICANTES E HIDRÁULICO, para a manutenção preventiva da frota municipal
Data da Assinatura: 09/03/2017
Vigência: 09/03/2017 a 08/03/2018
Valor: 4.535,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamento

Contratado: BRITAGEM KPB LTDA - EPP
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 8/2017
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 018/2017
Objeto: Aquisição de 250 M³ Brita nº 01 e 250 M³ Brita nº 02.
Data da Assinatura: 13/03/2017
Vigência: 13/03/2017 a 12/03/2018
Valor: 9.662,50 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamento

Contratado: SEMENTEC GENETICA LTDA - ME
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 10/2017
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 023/2017
Objeto: Aquisição de 240 Luvas Plástica, cano longo 05 dedos, com 25 unid para Inseminação marca IBERSAN.
Data da Assinatura: 13/03/2017
Vigência: 13/03/2017 a 12/03/2018
Valor: 1.896,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de

pagamento

Contratado: SUL BRITAS LTDA - ME
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 8/2017
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 016/2017
Objeto: Aquisição de 500 M³ Rejeito de Brita.
Data da Assinatura: 13/03/2017
Vigência: 13/03/2017 a 12/03/2018
Valor: 6.000,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamento

Contratado: KERBERMIX - SERVICOS DE CONCRETAGEM LTDA - EPP
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 8/2017
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 017/2017
Objeto: Aquisição de 1.000 M³ Brita mista suja.
Data da Assinatura: 13/03/2017
Vigência: 13/03/2017 a 12/03/2018
Valor: 17.400,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamento

Contratado: LIGA DESPORTIVA CONCORDIENSE
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 9/2017
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 019/2017
Objeto: Prestação de serviços de arbitragem para jogos do Campeonato Municipal de Futebol de Campo, (1ª e 2ª divisão e veteranos)
Data da Assinatura: 13/03/2017
Vigência: 13/03/2017 a 12/03/2018
Valor: 27.965,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamento

Contratado: ASSOCIACAO DESPORTIVA DE ARBITROS DO OESTE CATARIN
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 9/2017
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 020/2017
Objeto: Prestação de serviços de arbitragem para jogos do Campeonato Municipal de Futsal e Prestação de Serviços Arbitragem Campeonato Municipal de Pênalti.
Data da Assinatura: 13/03/2017
Vigência: 13/03/2017 a 12/03/2018
Valor: 28.113,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamento

Contratado: JAISSON ANTONIO BERNO - ME
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 10/2017
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 022/2017
Objeto: Aquisição de 240 Pacotes de bainhas para Inseminação Artificial com 50 unidades tipo francesa marca IBERSAN.
Data da Assinatura: 13/03/2017
Vigência: 13/03/2017 a 12/03/2018
Valor: 3.528,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamento

Contratado: ALFA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL LTDA
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 10/2017
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 021/2017
Objeto: Aquisição de Sêmen Bovino para o programa de

inseminação artificial.

Data da Assinatura: 13/03/2017
Vigência: 13/03/2017 a 12/03/2018
Valor: 127.980,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamento

Contratado: ORQUESTRA MUNIQUE LTDA - ME
Número do Contrato ou Aditivo: 034/2017
Objeto: Contratação da empresa, mais precisamente os profissionais conhecidos como ORQUESTRA MUNIQUE LTDA ME, para animar o baile público, por 03h (três horas), no dia 01/04/2017, com início às 21h, na SER 25 de Julho, sito a Rua Alfonso Ackermann, 40, centro, neste município.
Encontra-se incluído neste Contrato, a disponibilidade do equipamento de som para uso do Município a partir das 17 horas do dia 01 de abril de 2017.

Data da Assinatura: 15/03/2017
Vigência: 15/03/2017 a 03/04/2017
Valor: 4.500,00 Forma de Pagamento: À Vista

Contratado: ANGONESE & PICININI CONTABILIDADE E ASSESSORIA LTD
Modalidade: Tomada de Preço p/ Compras e Serviços
Número da Licitação: 1/2017
Número do Contrato ou Aditivo: 033/2017
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, COMPREENDENDO AS ÁREAS ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA, GESTÃO DE PROJETOS E DE LICITAÇÕES
Data da Assinatura: 15/03/2017
Vigência: 15/03/2017 a 31/12/2017
Valor: 88.350,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamento

Contratado: CLAIR DACAMPO
Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
Número da Licitação: 1/2017
Número do Contrato ou Aditivo: 36/2017
Fundamento Legal:
Objeto: Contratação de empresa(s) para a prestação, em regime de fretamento, de serviço de transporte de alunos da rede municipal de ensino de Arabutã, em caráter emergencial.
Data da Assinatura: 24/03/2017
Vigência: 24/03/2017 a 23/04/2017
Valor: 8.766,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamento

Contratado: CONECT TURBO PROVEDOR DE INTERNET LTDA - ME
Número do Contrato ou Aditivo: 008/2017 adt01

Fundamento Legal:
Objeto: Na Cláusula sexta- Dos prazos do contrato primitivamente celebrado entre as partes, fica alterada a sua vigência, para o período compreendido entre 01 de abril de 2017 a 30 de abril de 2017.
Data da Assinatura: 27/03/2017
Vigência: 27/03/2017 a 30/04/2017
Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:
Valor: 585,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamento

Contratado: SUPERLINE TELECOMUNICACOES LTDA - ME

Número do Contrato ou Aditivo: 010/2017 adt01
Objeto: Na Cláusula sexta- Dos prazos do contrato primitivamente celebrado entre as partes, fica alterada a sua vigência, para o período compreendido entre 01 de abril de 2017 a 30 de abril de 2017.
Data da Assinatura: 27/03/2017
Vigência: 27/03/2017 a 30/04/2017
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTÁ / Nr.:
Valor: 405,62 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamento

Contratado: HORTIFRUTIGRANJEIROS FRUTOLANDIA LEORATTO LTDA ME
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 13/2017
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 36/2017
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para a Gerência de Assistência Social e Habitação e merenda escolar dos alunos da rede municipal de ensino infantil e fundamental do Município de Arabutã
Data da Assinatura: 28/03/2017
Vigência: 28/03/2017 a 27/03/2018
Valor: 7.918,00 Forma de Pagamento: Conforme Cronograma

Contratado: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 13/2017
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 35/2017
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para a Gerência de Assistência Social e Habitação e merenda escolar dos alunos da rede municipal de ensino infantil e fundamental do Município de Arabutã
Data da Assinatura: 28/03/2017
Vigência: 28/03/2017 a 27/03/2018
Valor: 5.698,35 Forma de Pagamento: conforme cronograma

Contratado: COOPERATIVA DE PROD. E CONS. CDIA - FILIAL
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 13/2017
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 34/2017
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para a Gerência de Assistência Social e Habitação e merenda escolar dos alunos da rede municipal de ensino infantil e fundamental do Município de Arabutã
Data da Assinatura: 28/03/2017
Vigência: 28/03/2017 a 27/03/2018
Valor: 22.802,70 Forma de Pagamento: conforme cronograma

Contratado: TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ - ME
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 13/2017
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 33/2017
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para a Gerência de Assistência Social e Habitação e merenda escolar dos alunos da rede municipal de ensino infantil e fundamental do Município de Arabutã
Data da Assinatura: 28/03/2017
Vigência: 28/03/2017 a 27/03/2018
Valor: 5.497,55 Forma de Pagamento: conforme cronograma

Contratado: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 13/2017
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 32/2017
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para a Gerência de

Assistência Social e Habitação e merenda escolar dos alunos da rede municipal de ensino infantil e fundamental do Município de Arabutã
Data da Assinatura: 28/03/2017
Vigência: 28/03/2017 a 27/03/2018
Valor: 6.348,00 Forma de Pagamento: conforme cronograma

Contratado: JAQUELINE SCHIMMELPFENNIG ACKERMANN - ME
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 13/2017
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 31/2017
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para a Gerência de Assistência Social e Habitação e merenda escolar dos alunos da rede municipal de ensino infantil e fundamental do Município de Arabutã
Data da Assinatura: 28/03/2017
Vigência: 28/03/2017 a 27/03/2018
Valor: 11.519,00 Forma de Pagamento: conforme cronograma

Contratado: ADAGIL - MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 14/2017
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 29/2017
Objeto: Contratação de empresa para execução dos serviços descritos no Plano de Manutenção, Operação e Controle - PMOC
Data da Assinatura: 28/03/2017
Vigência: 28/03/2017 a 27/03/2018
Valor: 6.250,00 Forma de Pagamento: conforme cronograma

Contratado: JOACABA PNEUS LTDA
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 12/2017
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 26/2017
Objeto: Aquisição de 02 pneus 23.1-30, 12 Lonas marca PIRELLI TM95.
Data da Assinatura: 28/03/2017
Vigência: 28/03/2017 a 27/03/2018
Valor: 7.094,00 Forma de Pagamento: conforme cronograma

Contratado: PNEU BOM LTDA - EPP
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 12/2017
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 27/2017
Objeto: Aquisição de 04 pneus 12.4x24 - 10 lonas e 02 Pneu 14.9.26 12 lonas marca FORERUNNER/R1 e 40 PROTETOR 1400 X 24 marca CARRETEIRO/ARO24 e 20 Pneu 1400x24, 28 lonas marca ROADGUIDER/E3L3
Data da Assinatura: 28/03/2017
Vigência: 28/03/2017 a 27/03/2018
Valor: 104.180,00 Forma de Pagamento: conforme cronograma

Contratado: RODA BRASIL COMERCIO DE PECAS PARA VEICULOS LTDA
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 12/2017
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 025/2017
Objeto: Aquisição de pneus novos e correlatos visando à manutenção da frota de veículos e máquinas do Município de Arabutã SC.
Data da Assinatura: 28/03/2017
Vigência: 28/03/2017 a 27/03/2018
Valor: 214.316,00 Forma de Pagamento: conforme cronograma

Contratado: MODELO PNEUS LTDA

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 12/2017
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 24/2017
Objeto: Aquisição de 20 Pneus 275-80 R 22,5 borrachudo misto para pedra, 16 lonas com no mínimo 23 mm de profundidade de sulco marca BRIDGESTONE M840 16 LONAS.
Data da Assinatura: 28/03/2017
Vigência: 28/03/2017 a 27/03/2018
Valor: 32.840,00 Forma de Pagamento: conforme cronograma

Contratado: JAQUELINE SCHIMMELPFENNIG ACKERMANN - ME
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 17/2017
Número do Contrato ou Aditivo: 39/2017
Objeto: 28 mts de Cucas diversos recheios(cuca baixa), no mínimo 3 cm de altura e no Maximo 6 cm (cuca baixa); Deverá ser fabricada a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matérias terrosas, parasitos, livre de umidade, fragmentos estranhos e em perfeito estado de conservação, serão rejeitados os que apresentarem dureza, caracteres organolépticos anormais, quebradiços. Produto dentro das normas da Vigilância Sanitária.
Data da Assinatura: 28/03/2017
Vigência: 28/03/2017 a 26/05/2017
Valor: 3.920,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamento

Contratado: VIAGENS E TURISMO ARABUTA LTDA
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 11/2017
Número do Contrato ou Aditivo: 38/2017
Objeto: Contratação de empresa(s) para a prestação, em regime de fretamento, de serviço de transporte de alunos da rede municipal de ensino de Arabutã.
Data da Assinatura: 28/03/2017
Vigência: 28/03/2017 a 27/03/2018
Valor: 47.445,84 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamento

Contratado: ALERT SEGURANCA LTDA - ME
Número do Contrato ou Aditivo: 37/2017
Objeto: Prestação de serviços de segurança ostensiva e de caráter preventivo ao público e instalações no evento promovido pelo Contratante, no qual acontecerá uma Festa em Comemoração ao Aniversário do Município, local sob responsabilidade da Contratante definido neste contrato. O número de seguranças alocados para o evento deve corresponder à proporção definida pela Secretária de Segurança Pública - Comando da Polícia Militar.
Data da Assinatura: 28/03/2017
Vigência: 28/03/2017 a 30/04/2017
Valor: 1.420,00 Forma de Pagamento: À Vista

Contratado: Viagens e Turismo Arabuta Ltda Me
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 16/2017
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 37/2017
Objeto: Prestação de serviço de transporte rodoviário de passageiros, no âmbito municipal, intermunicipal e interestadual, em caráter eventual, incluindo seguro total contra acidentes, combustível, manutenção e mão-de-obra especializada (motoristas) devidamente habilitada para atender as necessidades do Município.
Data da Assinatura: 28/03/2017
Vigência: 28/03/2017 a 27/03/2018
Valor: 1.080.000,00 Forma de Pagamento: conforme cronograma

Contratado: GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 12/2017
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 28/2017
Objeto: Aquisição de pneus novos e correlatos visando à manutenção da frota de veículos e máquinas do Município de Arabutã SC.
Data da Assinatura: 28/03/2017
Vigência: 28/03/2017 a 27/03/2018
Valor: 66.054,00 Forma de Pagamento: conforme cronograma

Contratado: Viagens e Turismo Arabuta Ltda Me
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 16/2017
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 037/2017
Objeto: Contratação de empresa(s) para prestação de serviço de transporte rodoviário de passageiros, no âmbito municipal, intermunicipal e interestadual, em caráter eventual, incluindo seguro total contra acidentes, combustível, manutenção e mão-de-obra especializada (motoristas) devidamente habilitada para atender as necessidades do Município.
Data da Assinatura: 28/03/2017
Vigência: 28/03/2017 a 27/03/2018
Valor: 636.000,00 Forma de Pagamento: conforme cronograma

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
GENESE - ANALISES CLINICAS SOCIEDADE SIMPLES LTDA
Modalidade: Inexigibilidade de Licitação
Número da Licitação: 1/2017
Número do Contrato ou Aditivo: 31/2017
Objeto: Credenciamento de empresa especializada na realização de exames laboratoriais.
Data da Assinatura: 03/03/2017
Vigência: 03/03/2017 a 31/12/2017
Valor: 120.000,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamento

Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 6/2014
Número do Contrato ou Aditivo: 025/2017 adt09
Objeto: Constitui objeto do presente contrato a locação, para uso temporário e não exclusivo, em favor do CONTRATANTE, dos seguintes softwares e sistemas, conforme descrição abaixo e no Anexo Único deste Contrato:
Data da Assinatura: 03/03/2017
Vigência: 03/03/2017 a 31/12/2017
Programa de Trabalho: 09.01 10.301.0042 2.074.3.3.90.00.00.00.00
Unidade Gestora / Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:
Valor: 22.922,28 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamento

Contratado: WALENDOWSKY DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEIS LTDA.
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 1/2017
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 01/2017 ad01
Objeto: Aquisição de Oleo Diesel
Data da Assinatura: 09/03/2017
Vigência: 09/03/2017 a 22/01/2018
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:
Valor: 0,00 Forma de Pagamento:

Contratado: AUTO POSTO ZANETTI LTDA - EPP
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 1/2017
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 02/2017 ad01
Objeto: Supressão no item 01 - gasolina comum, passando ao preço de R\$ 3,822 por litro;
Data da Assinatura: 09/03/2017
Vigência: 09/03/2017 a 22/01/2018
Unidade Gestora / Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:
Valor: 0,00 Forma de Pagamento: mensalmente conforme cronograma

Contratado: ONIQUE - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA L
Número do Contrato ou Aditivo: 035/2017
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestar os serviços de verificar, atualizar, alimentar, corrigir pendências, importar e exportar dados, mensalmente aos sistemas de informações em saúde do Ministério da Saúde, sistemas próprios como: SIPNI, CNES, BPA, FPO, SAI, ESUS e Fly Saúde.
Data da Assinatura: 15/03/2017
Vigência: 15/03/2017 a 31/12/2017
Valor: 7.410,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamento

Contratado: JOSIELE TELLES DA ROCHA GAIO - ME
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 31/2016
Número do Contrato ou Aditivo: Ata99/2016 adt01
Objeto: Do objetivo, da ata primitivamente celebrada entre as partes, fica aditada em 25% ou seja, a quantidade 36 (trinta e seis) sessões ao item nº01 - Sessões de Hidroterapia. Ata 99/2016.
Data da Assinatura: 21/03/2017
Vigência: 21/03/2017 a 11/08/2017
Unidade Gestora / Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:
Valor: 1.980,00 Forma de Pagamento:

Contratado: SUPERLINE TELECOMUNICACOES LTDA - ME
Número do Contrato ou Aditivo: 010/2017 adt01
Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de acesso a internet banda larga no Posto de Saúde de Nova Estrela - link de 1mbps/300 Kbps.
Data da Assinatura: 27/03/2017
Vigência: 27/03/2017 a 30/04/2017
Unidade Gestora / Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:
Valor: 104,13 Forma de Pagamento: conforme cronograma

Contratado: CONECT TURBO PROVEDOR DE INTERNET LTDA - ME
Número do Contrato ou Aditivo: 008/2017 adt01
Objeto: Serviços de acesso a internet via fibra ótica, para Secretaria

Municipal de Saúde - Centro de Especialidades, com velocidade de 05 (cinco) megabytes - Mb
Data da Assinatura: 27/03/2017
Vigência: 27/03/2017 a 30/04/2017
Unidade Gestora / Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:
Valor: 85,00 Forma de Pagamento: conforme cronograma

Contratado: GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 12/2017
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 028/2017
Objeto: Aquisição de Pneus.
Data da Assinatura: 28/03/2017
Vigência: 28/03/2017 a 27/03/2018
Valor: 2.580,00 Forma de Pagamento: conforme cronograma

Contratado: RODA BRASIL COMERCIO DE PECAS PARA VEICULOS LTDA
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 12/2017
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 025/2017
Objeto: Aquisição de Câmara; Pneus e Protetores.
Data da Assinatura: 28/03/2017
Vigência: 28/03/2017 a 27/03/2018
Valor: 8.976,00 Forma de Pagamento: conforme cronograma

Contratado: M & G LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA LTDA - ME
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 15/2017
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 30/2017
Objeto: Contratação de laboratórios, para realização de próteses dentárias para atender as demandas da população do Município.
Data da Assinatura: 28/03/2017
Vigência: 28/03/2017 a 27/03/2018
Valor: 57.247,68 Forma de Pagamento: conforme cronograma

Contratado: Viagens e Turismo Arabuta Ltda Me
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 16/2017
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 037/2017
Objeto: Contratação de empresa(s) para prestação de serviço de transporte rodoviário de passageiros, no âmbito municipal, intermunicipal e interestadual, em caráter eventual, incluindo seguro total contra acidentes, combustível, manutenção e mão-de-obra especializada (motoristas) devidamente habilitada para atender as necessidades do Município.

Data da Assinatura: 28/03/2017
Vigência: 28/03/2017 a 27/03/2018
Valor: 444.000,00

DECRETO 2046/2017

DECRETO Nº 2046, DE 05 DE ABRIL DE 2017.

Abre crédito suplementar adicional por conta do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2016 no valor de R\$ 6.333,17.

LEANI KAPP SCHMITT, Prefeita do Município de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e nos termos das Leis 873 de 28 de outubro de 2016, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2017 – LDO e dá outras providências, e 880 de 16 de dezembro de 2016, que estima a Receita e Fixa a Despesa, da Administração Direta e Descentralizada, do Município de Arabutã, para o exercício de 2017, e dá outras providências – LOA, combinado com o inciso I, § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar:

Órgão	16	SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO		
Unidade	02	Gerência de Transportes Rodoviários		
Projeto Atividade	1.028	Atividades Gerais da Infraestrutura Rodoviária		
Modalidade	174	339000000000000000030836	Aplicações Diretas	6.333,17
TOTAL				6.333,17

Art. 2º O crédito adicional suplementar constante do art. 1º deste Decreto será aberto por conta da seguinte fonte de recurso:

Fonte Financiadora: Superávit Financeiro do Balanço Patrimonial do exercício de 2016:

Descrição da Fonte: 0.3.0836 – Defesa Civil Nacional – Sup. Financeiro R\$ 6.333,17

TOTALR\$ 6.333,17

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Arabutã - SC, 05 de Abril de 2017.

Leani Kapp Schmitt
Prefeita

Registra-se e Publica-se
Em, 05 de Abril de 2017.

Glaucia Pottratz
Responsável Pelas Publicações

DECRETO 2047/2017

DECRETO Nº 2.047, DE 26 DE MARÇO DE 2017.

Regulamenta alínea "a" e "b" do inciso IV do artigo 1º da Lei nº 24, de 2 de janeiro de 1993, e dá outras providência.

LEANI KAPP SCHMITT, Prefeita do Município de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA

Art. 1º Nos termos do artigo 6º da Lei nº 24, de 02 de janeiro de 1993 que institui o Plano Municipal de Incentivo ao Desenvolvimento Agropecuário e dá outras providências, fica concedido e regulamentado os seguintes incentivos estabelecidos nas "a" e "b" do inciso IV do art. 1º da mesma Lei:

§ 1º O Programa de Sementes e Mudanças estabelecidos no presente Artigo obedecerá o seguinte regulamento:

I - Projeto de Distribuição de Sementes:

a) Para Agricultores que possuem Bovinocultura de Leite: Mediante comprovação através de notas de produtor rural de venda de leite do ano anterior ao ano vigente, terão direito a sementes de aveia branca, aveia preta ou azevém comum, dê de que atenda os seguintes critérios:

a.1) Até 70.000 litros de leite: 01 saco de semente; podendo optar por 1(um) saco de semente de aveia branca, aveia preta ou azevém comum.

a.2) De 70.001 à 130.000 litros de Leite: 02 sacos de semente; podendo optar por 1 (um) saco de aveia branca ou aveia preta e 1 (um) saco de azevém comum; ou 2 (dois) sacos de aveia branca ou aveia preta.

a.3) Acima de 130.000 litros de leite: 03 sacos de semente; podendo optar por 1 (um) saco de azevém comum e 2 (dois) sacos de aveia branca ou aveia preta; ou 3 (três) sacos de aveia branca ou aveia preta.

b) Para Agricultores que possuem Bovinocultura de Corte: Mediante comprovação através de notas de produtor rural de venda de carne bovina do ano anterior ao ano vigente, terão direito a 01 (um) saco de semente de aveia branca, aveia preta ou azevém comum.

c) Para Agricultores que possuem Bovinocultura de Corte: Mediante comprovação através de notas de produtor rural de venda de cabeças de bovinos do ano anterior ao ano vigente, terão direito a 01 (um) saco de semente de aveia branca, aveia preta ou azevém comum.

§ 2º Os sacos de sementes estabelecidos no presente artigo possui os seguintes quantitativos:

- a) aveia preta: 40 Kg;
- b) aveia branca: 30 kg; e
- c) azevém comum: 25 Kg.

II - Projeto de distribuição de mudas de árvores:

a) Os agricultores do Município de Arabutã, que desejarem realizar plantio em sua propriedade rural com Eucaliptos, Erva Mate e Pinus terão direito dos seguintes incentivos:

- a.1) Mudas de Eucaliptos: Incentivo de 50 % (cinquenta por cento) até o limite de 4.000 (quatro mil mudas).
- a.2) Mudas de Erva-Mate: Incentivo de 20 % (vinte por cento) para até 2.000 (duas mil mudas).
- a.3) Mudas de Pinus: Incentivo de 50 % (cinquenta por cento) para até 2.000 (duas mil mudas).

III- Projeto de distribuição de mudas de árvores frutíferas: Os agricultores do Município de Arabutã, que desejarem realizar plantio em sua propriedade rural com frutíferas terão direito dos seguintes incentivos:

a) Mudas de árvores frutíferas: Incentivo de 50% (cinquenta) por cento por muda adquirida, ficando limitando á 100 (cem) mudas por propriedade rural familiar das variedades:

- a.1) Videiras (uva);
- a.2) Citros (Limão, Laranja, Tangerina, outros);
- a.3) Pêssego, Figo, Ameixa, Pêra e Morango;

Art. 2º Para otimização do Plano Municipal de Desenvolvimento Agropecuário, estabelecido na Lei 024, de 02 de janeiro de 1993, fica a Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio, Serviços e Meio Ambiente autorizada a ceder para os Agricultores do Município, 1 (um) pacote de isca formicida para cada 2 (dois) pacotes que o Agricultor comprar, comprovado mediante nota fiscal de aquisição em nome do Agricultor.

Parágrafo único. Para requerer o benefício estabelecido no presente artigo o agricultor deverá apresentar nota fiscal de aquisição de isca formicida no ano que pretende receber o benefício, junto a Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio, Serviços e Meio Ambiente.

Art. 3º Para efeito dessa Lei considera-se:

I - Produtor Rural: pessoa física ou jurídica que explora a terra com fins econômicos ou de subsistência, por meio da agricultura, da pecuária, da silvicultura, do extrativismo sustentável, da aquícultura, além de atividades como o turismo, respeitada a função social da terra;

II - Termo de Adesão e Compromisso: documento por meio do qual o produtor rural oficializa seu interesse em aderir do Programa Municipal de Incentivo a Fruticultura declarando possuir as condições para se beneficiar, se comprometendo a receber e prestar as informações necessárias aos técnicos responsáveis pelo diagnóstico e pela elaboração do Projeto Técnico Individual da Propriedade, bem como ao cumprimento das metas anuais que serão propostas;

III - Plano Técnico Individual: documento elaborado por técnicos especializados e sob supervisão da Secretaria da Agricultura, contendo um cadastro do produtor rural e de sua área de cultivo; diagnóstico inicial com informações agrônômicas, ambientais, sociais e econômicas da(s) propriedade(s) do produtor rural aderente ao Programa, onde serão expostas as metas anuais que o produtor rural deverá atingir em suas áreas de produção de frutas e atualizado anualmente durante a vigência do Termo de Adesão e Compromisso;

IV – Propriedade Familiar: Propriedade familiar, o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhe absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalhado com a ajuda de terceiros.

§1º São beneficiários da subvenção econômica os produtores rurais de frutas, que cumulativamente:

I - Desenvolvam efetivamente atividades agrícolas do cultivo de frutas ou que desejem iniciar ou restabelecer áreas de cultivos em locais agronomicamente adequados no Município de Arabutã;

II - Não possuam na propriedade produtora de frutas em locações ou sublocações de casas, galpões ou qualquer inquilino não ligado a atividade agrícola, agroindustrial, turísticas ou na manutenção dessa propriedade;

§2º As metas contidas no Projeto Técnico Individual da propriedade deverão abranger a adoção das boas práticas agrícolas que deverão ser implantadas gradativamente para que ao final de 3 (três) anos as áreas de cultivo dos produtores rurais beneficiados possuam:

- I - mapeamento e sinalização da propriedade, em especial das áreas de cultivo e de preservação incentivadas pelo projeto;
- II – realização criteriosa de análises químicas e físicas de solo nas áreas de cultivo previamente mapeadas;
- III – acompanhamento técnico agrônomo e registro de informações sobre manejos das culturas de frutas;
- IV - adoção de uma caderneta de campo que contenha informações sobre as análises de solo, recomendações agrônomicas, registro de adubações e tratamentos fitossanitários realizados em cada área de cultivo beneficiada;
- V – utilização obrigatória de E.P.I. completo para os trabalhadores rurais envolvidos com o preparo e aplicação de defensivos agrícolas;
- VI - armazenar e destinar as embalagens vazias de defensivos em local adequado e de acordo com a legislação;
- XII - realização de gradativas intervenções de manejo adequado do solo com objetivo de evitar erosão e promover melhor infiltração da água;
- XIII - exercer ações para manutenção constante da cobertura do solo através de murch natural e/ou cobertura verde;
- IX – obrigatoriedade de que todas as crianças de família de produtores e outros trabalhadores das áreas de cultivo beneficiadas estejam devidamente matriculadas nas redes de ensino e participem de eventuais ações de educação ambiental promovidas pelo Município;
- X – obrigatoriedade da obtenção da outorga d'água para as propriedades irrigantes, sendo facultativa para as áreas não irrigantes;
- XI - os trabalhadores rurais das áreas beneficiadas deverão participar de treinamentos promovidos pela municipalidade abordando a correta aplicação de defensivos, corretivos e fertilizantes agrícolas, operação e manutenção de tratores e equipamentos agrícolas, regras de boas práticas agrícolas, tecnologia de plantio e cultivo de fruteiras;
- XII – realização de gradativas adequações visando a recuperação e/ou preservação das áreas de preservação permanente;
- XIII – realização das adequações necessárias para preservação dos cursos d' água e nascentes existentes nas áreas beneficiadas;

Art. 4º O Plano Técnico Individual será adaptado a cada propriedade e implantado mediante critérios técnicos e observados e definidos pela Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio, Serviços e Meio Ambiente.

Art. 5º Os agricultores para usufruírem os benefícios previstos neste decreto, deverão atender os seguintes requisitos:

- I - estarem inscritos no Cadastro de Produtor Rural da Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de Santa Catarina como produtor rural de Arbutã-SC, e comprovar a emissão de notas fiscais de produtor rural em operações de venda de produtos agropecuários;
- II - não estarem em débito com a Fazenda Municipal;
- III - o agricultor deverá estar executando atividades produtivas em sua propriedade rural.
- IV – Estar em dia com a prestação de contas das notas fiscais de produtor rural, nos termos da Lei Estadual 1.277 de 28 de novembro de 2012.

Art. 6 O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arbutã - SC, 13 de Abril de 2017.
Leani Kapp Schmitt
Prefeita

Registra-se e Publica-se

Glaucia Pottratz
Responsável Pelas Publicações
Em, 13 de Abril de 2017.

PORTARIA 211/2017

PORTARIA Nº. 211/2017

NOMEAR SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

Considerando, o resultado do Concurso Público nº. 001/2016, homologado pelo Decreto nº. 1989, de 26 de dezembro de 2016;

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR, a partir de 17 de abril de 2017, por Concurso Público a Senhora SOLANGE PEREIRA, inscrita no CPF sob nº. 043.774.749-28, para o cargo de Agente de Copa e Higienização, com carga horária de 40 horas semanais, percebendo os vencimentos conforme Lei Complementar nº.158, de 29 de dezembro de 2014, Anexo III, nível 020, referência "IN".

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 13 de abril de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz

Responsável pela publicação.

Arroio Trinta

PREFEITURA

EXTRATO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 0013 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº 0013/2017 - PR

Tipo: Menor Preço Unitário.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MICROCOMPUTADORES, MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO E CORRELATOS PARA DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

Regimento: Lei Complementar 123/2006, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes: Até às 09h:00 do dia 28/04/2017

Abertura dos Envelopes: Às 09h:30m do dia 28/04/2017

Retirada do Edital: O Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura através dos e-mails: compras@arroio30.com.br, compras@arroiotrinta.sc.gov.br ou através do Site: www.arroiotrinta.sc.gov.br.

Informações e esclarecimentos no endereço: Rua XV de Novembro, 26, Centro, de segunda a sexta feira, no horário normal de Expediente ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta - SC, 13 de Abril de 2017

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

Ascurra

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 20/2017

Prefeitura Municipal de Ascurra

Extrato de contrato n. 20/2017 ref. Pregão Presencial n. 4/2017 FMS

Contratante: Município de Ascurra

Contratada: Raquel e Filhos Serviços de Escritório Administrativo LTDA - ME

CNPJ: 10.817.722/0001-97

Objeto: assessoria e prestação serviços diversos na Secretaria Municipal da Saúde para o exercício de 2017, compreendendo os seguintes serviços:

- Acompanhar a atualização dos cadastros profissionais e gestor no sistema (CNES, PMAQ, Portal do Gestor) do DATASUS;
- Acompanhar a produção apresentada pela equipe de profissionais e enviada ao ministério da saúde, via E-SUS e SIA;
- Acompanhar os tramites dos profissionais mais médicos;
- Acompanhar as pactuações no Município (SISPACTO) e para suas referências, nos serviços de média complexidade;
- Acompanhar o check list do PMAQ, objetivando o teto máximo para o Município;
- Desenvolver junto com a equipe e o plano de governo de gestão, o Plano Municipal de Saúde, a Programação Anual e o Relatório Anual de Gestão;
- Participar de reuniões de equipe quando necessário, sendo elas com Agentes Comunitários de Saúde, bem como com os demais profissionais das equipes;
- Acompanhar o Sistema de Monitoramento das OBRAS – SISMOB e demais sistemas de cadastramento de recursos.

Valor total: R\$ 18.000,00 (R\$ 2.000,00 por mês).

Vigência: até 31/12/2017

Ascurra, 17 de abril de 2017.

Lairton Antonio Possamai

Prefeito Municipal

dos caminhos a serem percorridos, elaboração de propostas de instrumentos normativos (leis, decretos) e ainda, se for o caso, de proposição de reordenamento estrutural que possa subsidiar a nova gestão. Após a definição das propostas, serão realizadas rodas de conversas – uma com os trabalhadores do SUAS e outra com conselhos do CMAS para apresentação da proposta e validação da mesma. Por fim, percorrido tais processos, deverá ser elaborado e entregue relatório final a ser encaminhado ao órgão gestor para a tomada das providências cabíveis.

Valor total: R\$ 6.000,00

Vigência: até 31/12/2017

Ascurra, 17 de abril de 2017.

Lairton Antonio Possamai

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 21/2017

Prefeitura Municipal de Ascurra

Extrato de contrato n. 21/2017 ref. Pregão Presencial n. 24/2017

Contratante: Município de Ascurra

Contratada: Errol Pickering

CNPJ: 24.423.856/0001-38

Objeto: assessoria técnica à Secretaria de Assistência Social do Município de Ascurra, para o exercício de 2017, com foco no reordenamento condizente à regulação do SUAS, com as seguintes especificações:

- Estudo dos instrumentos legais municipais que normatizam a operacionalização do SUAS desta localidade em comparação com o preconizado pelas esferas estaduais e nacionais, bem como da estrutura operativa, tendo em vista a consonância entre o preconizado e o realizado;
- Realização de oficinas no formato de roda de conversas com os servidores do SUAS, buscando a identificação de novos elementos visando a ampliação de informações que contribuam para proposições de reordenamento dos instrumentos de normatização (Regulação do SUAS);
- Realização de reuniões com gestores e/ou técnicos por estes indicados para análise das propostas de reordenamento e definições

Barra Velha

PREFEITURA

PP 025/2017 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 037/2017 - Pregão Presencial nº 025/2017

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço global por LOTE para Aquisição de 1(um) Rolo Compactador vibratório, auto propulsor novo para uso da Secretaria de Obras do município de Barra Velha. Conforme especificações detalhadas do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 02/05/2017 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 02/05/2017 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeiro Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 8:00 às 12:00 horas e 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br. Barra Velha, 17 de abril de 2017. VALTER MARINO ZIMMERMANN – Prefeito.

Benedito Novo

PREFEITURA

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO PP 38/2017

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

DATA: 12/04/2017 - HORÁRIO DE INÍCIO: 14:05 horas

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 38/2017

LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 38/2017

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS.

No dia e horário supramencionados, realizou-se na sala de reuniões, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, em Benedito Novo, sessão pública para o recebimento do credenciamento, dos envelopes contendo as propostas de preços e a documentação de habilitação, e abertura dos envelopes contendo as propostas de preços apresentados em razão do certame licitatório na modalidade de Pregão Presencial nº 38/2017, com a presença do Pregoeiro SÉRGIO DÁRIO PASQUALI e da Equipe de Apoio MAURICIO STEFFEN e JOICE APARECIDA COSTA, nomeados pela Portaria nº 003/2017. Aberta a sessão, verificou-se que compareceram ao certame as empresas REFRIGERAÇÃO BASTIANI LTDA, RODRIGUES DO AMARAL & AMARAL LTDA, GILMAR SANI ME, IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA ME, COMERCIAL VITÓRIA LTDA ME, CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME, LG DE SOUZA BARSAGLIA EPP, TECNOFORTE SISTEMAS DE REFRIGERAÇÃO EIRELI ME e RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI. O representante da empresa COMERCIAL VITÓRIA LTDA ME retirou-se da sessão no seu início não apresentando nenhum dos documentos de credenciamento. Seus envelopes não foram abertos ficando anexos ao processo. As demais empresas participantes apresentaram seus credenciamentos em conformidade com o exigido no item 3.4 do Edital, credenciando respectivamente seus representantes legais conforme a seguir: DJONATAN MARCELINO TAVARES, GABRIEL DA SILVA REIS, RODRIGO ALVES CAMPOS, HELTON KILK, JOÃO MARCOS THILL BUZZI, SEBASTIÃO RAFAEL BARRETO MORAIS, VINICIUS VIZZOTTO e DIEGO ALESSANDRO CARL. As empresas apresentaram a Declaração de Habilitação, e concluiu-se que as mesmas cumprem a exigência do item 3.5 do Edital, com exceção da empresa COMERCIAL VITÓRIA LTDA. As licitantes apresentaram a Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial para comprovação da situação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e poderão fazer uso dos benefícios e das condições especiais previstas pela LC nº 123/2006 com redação dada pela LC nº 147/2014. Foram disponibilizados a todos os presentes os documentos de credenciamento para serem conferidos e rubricados sendo que não houve qualquer manifestação. Em seguida procedeu-se a abertura dos envelopes identificados como de Propostas de Preços, sendo as propostas neles contida disponibilizadas aos licitantes presentes para serem conferidas e rubricadas. Ato contínuo, foram analisadas as propostas pelo pregoeiro e equipe de apoio e inseridos os preços apresentados no sistema. Estando as propostas de acordo todas foram consideradas classificadas conforme relatório classificatório das propostas em anexo a esta ata. Ato contínuo abriu-se a fase dos lances e de negociação direta com as licitantes, o qual transcorreu conforme relatório de lances em anexo. Encerrada a fase dos lances e de negociação direta o Pregoeiro procedeu a abertura dos envelopes identificados como de Habilitação das licitantes classificadas como primeiras colocadas em seus itens vencidos. Os documentos de habilitação apresentados foram analisados e rubricados por todos

os presentes. A documentação de habilitação apresentada está em conformidade com o exigido no Edital. Sendo assim, as licitantes melhores colocadas estão HABILITADAS e, portanto, DECLARADAS VENCEDORAS do presente certame conforme relatório de classificação final anexo a esta ATA. O pregoeiro questiona quanto à intenção de interpor recurso contra algum ato do procedimento licitatório praticado durante a sessão, contra o Pregoeiro e/ou contra a Comissão de Licitação. Não houve manifestação. Não havendo manifestação, o Pregoeiro declara renúncia ao direito de recurso, com fundamento nas alíneas, inciso e parágrafos dos Artigos 43 e 109 da Lei 8.666/93. Após os fatos, o Pregoeiro decidiu ADJUDICAR os respectivos itens do presente certame às empresas vencedoras. Nada mais digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo está assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio. Publique-se e encaminhe-se os autos para análise jurídica e apreciação da Autoridade Superior.

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

SÉRGIO DÁRIO PASQUALI Pregoeiro	MAURICIO STEFFEN Equipe de Apoio	JOICE APARECIDA COSTA Equipe de Apoio
------------------------------------	-------------------------------------	--

LICITANTES PRESENTES:

REFRIGERAÇÃO BASTIANI LTDA

RODRIGUES DO AMARAL & AMARAL LTDA

GILMAR SANI ME

IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA ME

COMERCIAL VITÓRIA LTDA ME

CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI ME

LG DE SOUZA BARSAGLIA EPP

TECNOFORTE SISTEMAS DE REFRIGERAÇÃO EIRELI ME

RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI.

Biguaçu

PREFEITURA

NOMEIA OS MEMBROS DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES – JARI, INSTITUÍDA PELO DECRETO Nº 62, DE 10 DE MAIO DE 2010.

DECRETO Nº 068/2017 DE 11 DE ABRIL DE 2017.

NOMEIA OS MEMBROS DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES – JARI, INSTITUÍDA PELO DECRETO Nº 62, DE 10 DE MAIO DE 2010.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 98, inciso VII da Lei Orgânica do Município,
DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os seguintes membros para constituição da Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI:

* IGOR GANSALVES DE CASTRO – Major da Polícia Militar;

* MARCELO SCHIMITZ COELHO – Agente da Polícia Civil;

* ROGÉRIO SILVA – Servidor Público Municipal Efetivo.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 11 de abril de 2017.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

Blumenau

PREFEITURA

LEI Nº 8.395/2017

LEI Nº 8.395, DE 10 DE ABRIL DE 2017.

INSTITUI O "FEVEREIRO DOURADO DO ESPORTE", NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído e incluído no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau, o Fevereiro Dourado do Esporte – de valorização da cultura do esporte, a ser realizado, anualmente, em fevereiro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 10 de abril de 2017.

NAPOLÉÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

LEI Nº 8.396/2017

LEI Nº 8.396, DE 10 DE ABRIL DE 2017.

INSTITUI O "SETEMBRO BRANCO DA INCLUSÃO", NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído e incluído no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau, o Setembro Branco da Inclusão, de conscientização da inclusão social da pessoa com deficiência, a ser realizado, anualmente, em setembro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 11 de abril de 2017.

NAPOLÉÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

LEI Nº 8.397/2017

LEI Nº 8.397, DE 10 DE ABRIL DE 2017.

INSTITUI O "MARÇO VERDE", NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É instituído e incluído no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau, o Março Verde, de conscientização em saúde visual, a ser realizado, anualmente, no mês de Março, em alusão ao Dia Internacional do Optometrista (6 de março).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 10 de abril de 2017.

NAPOLÉÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

LEI Nº 8.398/2017

LEI Nº 8.398, DE 10 DE ABRIL DE 2017.

ALTERA DENOMINAÇÃO DE ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA PELA LEI Nº 7.030, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada para Centro de Desenvolvimento Sócio-Esportivo e Cultural no Brasil, CNPJ nº 07.269.208/0001-50, a denominação do Centro de Capacitação e Desenvolvimento Social de Blumenau, declarado de utilidade pública pela Lei nº 7.030, de 14 de dezembro de 2006.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 10 de abril de 2017.

NAPOLÉÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

LEI Nº 8.399/2017

LEI Nº 8.399, DE 10 DE ABRIL DE 2017.

INSTITUI A SEMANA MUNICIPAL DE CONSCIENTIZAÇÃO DA EPILEPSIA, EM BLUMENAU.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É instituída e incluída no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau, a Semana Municipal de Conscientização da Epilepsia, a ser realizada, anualmente, na primeira semana de março.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 10 de abril de 2017.

NAPOLÉÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 11.251/2017

DECRETO Nº 11.251, DE 10 DE ABRIL DE 2017.

REGULAMENTA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 747, DE 23 DE MARÇO DE 2010.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 59, V, e 75, I, "a", da Lei

Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no §1º, do art. 19, da Lei Complementar nº 747, de 23 de março de 2010,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Art. 1º Os tipos de empreendimentos e atividades sujeitos ao Licenciamento Ambiental, respeitadas as competências do Estado e da União, de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 19, art. 21 e art. 125 da Lei Complementar nº 747, de 23 de março de 2010, serão estabelecidos em Resolução a ser expedida pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente - CMMA e, o procedimento para licenciamento, bem como suas especificações serão definidos em Instrução Normativa da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, para cada tipo de atividade ou empreendimento.

SEÇÃO I

Do Protocolo

Art. 2º O protocolo do pedido de licenciamento deverá ser apresentado com base nos documentos listados na Instrução Normativa FAEMA, para cada tipo de atividade ou empreendimento.

Parágrafo único. A ausência de documentos apresentados e necessários no protocolo não será razão suficiente para o seu imediato indeferimento, devendo ser comunicado o empreendedor para que apresente os documentos faltantes em prazo razoável, no máximo de 20 (vinte) dias, sob pena de arquivamento.

SEÇÃO II

Das atividades sujeitas ao Licenciamento Ambiental

Art. 3º Além da listagem de atividades para o licenciamento ambiental, determinadas em Resolução do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA, demais atividades ou empreendimentos passíveis de licenciamento ambiental pela FAEMA serão definidos e aprovados pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente - CMMA, mediante Resolução.

§1º O Licenciamento Ambiental será disciplinado conforme o enquadramento do porte e do potencial poluidor e degradador da atividade e, seus limites, definidos pelo parâmetro de maior enquadramento.

§2º A Resolução a ser expedida pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente - CMMA deverá conter no mínimo, os códigos, as atividades e os estudos ambientais necessários à concessão do Licenciamento Ambiental.

§3º A FAEMA poderá, desde que motivada e fundamentada através da emissão de parecer técnico, exigir estudo ambiental diferenciado daquele estabelecido na Resolução a ser expedida pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente - CMMA.

§4º Às atividades e aos empreendimentos listados como Porte Único, a serem definidos na Resolução do Conselho Municipal do Meio Ambiente - CMMA, será cobrado o preço equivalente ao Porte "P" e Potencial Poluidor "P", salvo aqueles submetidos ao Licenciamento Ambiental Simplificado, nas modalidades "Autorização Ambiental", "Autorização de Terraplanagem" e "Autorização de Corte" em que será cobrado a taxa relativa a estas.

§5º O Conselho Municipal do Meio Ambiente - CMMA também definirá, mediante Resolução, a lista das atividades e empreendimentos considerados de baixo potencial de impacto ambiental, passíveis de Licenciamento Ambiental Simplificado, na modalidade

"Autorização Ambiental", expedida apenas para a fase de operação da atividade.

Art. 4º Os estudos, planos programas e projetos necessários ao processo de Licenciamento Ambiental deverão ser realizados por profissionais legalmente habilitados, às expensas do empreendedor, e acompanhados das devidas Anotações de Responsabilidade Técnica (ART), Anotações de Função Técnica (AFT) e/ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT).

Parágrafo único. O empreendedor e os profissionais que subscrevem os estudos e projetos serão responsáveis pelas informações apresentadas, sujeitando-se às sanções administrativas, civis e penais.

SEÇÃO III

Da Atividade de Movimentação de Solo

Art. 5º Considera-se a atividade de movimentação de solo, como aquela de baixo impacto ambiental, respeitado as restrições e permissões de uso e ocupação do solo, previstas em legislação específica.

§1º A atividade de movimentação de solo será autorizada em procedimento de Licenciamento Ambiental Simplificado, por meio de Autorização de Terraplanagem - AuT, conforme Instrução Normativa relativa à matéria.

§2º A autorização ambiental para execução de terraplanagem poderá ter seu prazo prorrogado, uma única vez, por até igual período, nas mesmas condições de validade da primeira licença expedida, desde que justificado, devendo o respectivo pedido ter sido protocolado antes da data do vencimento.

SEÇÃO IV

Da Declaração de Isenção de Licenciamento Ambiental

Art. 6º As atividades que contratem serviços de terceiros que sejam passíveis de licenciamento ambiental, dentro ou fora do Município, deverão apresentar à FAEMA, contratos de prestação de serviço, o Licenciamento Ambiental dessas atividades ou declaração de que são isentas de licenciamento, ou alvará de localização e funcionamento, para atividades não passíveis de licenciamento conforme Resolução do Conselho Municipal do Meio Ambiente - CMMA relativa à matéria.

§1º A Declaração de Isenção de Licenciamento Ambiental deverá ser emitida pela FAEMA.

§2º A expedição da "Declaração de Isenção de Licenciamento Ambiental" em nome do empreendedor esta condicionada as exigências do Conselho Municipal do Meio Ambiente - CMMA.

SEÇÃO V

Da Regularização do Licenciamento Ambiental

Art. 7º Para as atividades ou empreendimentos em operação, sem o competente Licenciamento Ambiental, é exigida, no que couber, a documentação referente à instrução processual para obtenção da Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação.

Parágrafo único. A regularização de atividade ou empreendimento poderá ser requerida, em qualquer momento, devendo ser analisada pela FAEMA de conformidade com a Instrução Normativa da respectiva atividade ou empreendimento e, demais normas, sem prejuízo da aplicação de sanções cabíveis.

SEÇÃO VI

Da Renovação da Licença e Autorização Ambiental das Atividades

e Empreendimentos

Art. 8º A renovação de Licença de Operação deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade fixado na respectiva licença, ficando este, automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva da FAEMA.

Parágrafo único. A renovação das Autorizações Ambientais relativas às atividades e empreendimentos, deverão ser requeridas com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade fixado.

CAPÍTULO II DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º Nos processos de Licenciamento Ambiental e Autorização Ambiental, o empreendedor deverá atender à solicitação de esclarecimentos e complementações formuladas pela FAEMA, dentro do prazo máximo de 120 (cento e vinte dias), a contar da data da disponibilização do último parecer junto ao Setor de Protocolo ou através do processo por meio do sistema eletrônico, caso contrário, o processo de licenciamento ambiental será arquivado definitivamente.

§1º As exigências de esclarecimentos e complementações oriundas da análise dos documentos, projetos e estudos ambientais do empreendimento ou atividade devem ser comunicadas uma única vez ao empreendedor, ressalvadas aquelas decorrentes de fatos novos.

§2º A FAEMA poderá, quando couber, reiterar a mesma solicitação caso os esclarecimentos e complementações não tenham sido satisfatórios.

§3º A reiteração de que trata o § 2º fica limitada a uma única vez.

§4º Uma vez reiterada à exigência de esclarecimentos e solicitações, a FAEMA deverá emitir parecer técnico conclusivo, deferindo ou indeferindo o pedido de Licenciamento Ambiental.

§5º O indeferimento ou arquivamento do pedido de Licenciamento Ambiental em decorrência do não atendimento das exigências de esclarecimentos e complementações, não impedirá na apresentação de novo requerimento, mediante novo pagamento de taxa de análise.

§6º O empreendedor poderá ter o prazo prorrogado uma única vez, para complementações e esclarecimentos oriundos de uma das análises, desde que justificado, pelo prazo máximo de até 60 (sessenta dias).

Art. 10. No caso do empreendimento sofrer penalidade pecuniária por infração ambiental, às disposições legais, da qual não caiba mais recurso administrativo, o Licenciamento Ambiental somente será expedido após a sua quitação, ou mediante termo de confissão e parcelamento do débito.

Art. 11. Caberá ao empreendedor cadastrar um e-mail no momento do protocolo para abertura do processo, bem como fazer o acompanhamento da tramitação do processo por meio do sistema eletrônico, disponível no site www.blumenau.sc.gov.br.

Parágrafo único. O empreendedor será cientificado das movimentações processuais através do e-mail informado no momento do protocolo para abertura do processo.

Art. 12. As Licenças e Autorizações Ambientais são sequenciais e independentes, podendo ser expedidas isoladas, sucessiva ou simultaneamente, de acordo com a natureza, características e fase

do empreendimento ou atividade.

Art. 13. As licenças e autorizações serão cassadas ou canceladas, respectivamente, se, no curso de sua vigência, for constatada ampliação de área construída, mudança de endereço, alteração na natureza da atividade, empreendimento ou obra, bem como o descumprimento das condicionantes previstas na Licença ou Autorização concedida, ou diante da inadimplência do parcelamento do débito.

Art. 14. As Instruções Normativas e formulários estão disponíveis para download no item "Instruções Normativas" no endereço www.faema.sc.gov.br.

Parágrafo único. A lista de documentos necessários à abertura de processo administrativo de licenciamento ambiental, autorização ambiental e dispensa, poderá ser obtida nas respectivas instruções normativas ou no endereço eletrônico da FAEMA.

Art. 15. Este Decreto não prejudicará o direito adquirido e o ato jurídico perfeito.

Art. 16. Fica revogado o Decreto nº 10.330, de 25 de abril de 2014.

Art. 17. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 10 de abril de 2017.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 11.259/2017

DECRETO Nº 11.259, DE 13 DE ABRIL DE 2017.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 8.359, de 06 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento do Município, no valor de 9.000.000,00 (nove milhões de reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

0602 – Diretoria de Receita

Atividade 06.02.28.843.0000.0001 – Serviços e Encargos da Dívida

Modalidade 3.2.91 (98) Aplicações Diretas R\$ 1.000.000,00

Modalidade 4.6.91 (100) Aplicações Diretas R\$ 8.000.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 1º deste Decreto, correrão por conta das reduções das seguintes dotações orçamentárias:

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

0602 – Diretoria de Receita

Atividade 06.02.28.843.0000.0001 – Serviços e Encargos da Dívida

Modalidade 3.2.90 (97) Aplicações Diretas R\$ 2.000.000,00

Modalidade 4.6.90 (99) Aplicações Diretas R\$ 7.000.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 13 de abril de 2017.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.718/2017

PORTARIA Nº 20.718, DE 11 DE ABRIL DE 2017.

DETERMINA O ARQUIVAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - PAD Nº 038/2016, QUE TRAMITOU PERANTE A 2ª CPASD.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o Julgamento prolatado nos autos do PAD nº 038/2016, resolve:

DETERMINAR

o arquivamento do Processo Administrativo Disciplinar – PAD nº 038/2016, instaurado por meio da Portaria nº 20.296, de 30/11/2016, para apurar a responsabilidade disciplinar da servidora pública municipal H.L.G., matrícula n.698925, contratada por prazo determinado sob a égide da CLT para a função de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, que tramitou perante a 2ª Comissão de Processo Administrativo de Sindicância e Disciplinar, em consonância com o relatório final que concluiu pela inocência da referida servidora.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 11 de abril 2017.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.719/2017

PORTARIA Nº 20.719, DE 11 DE ABRIL DE 2017.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPORER O FÓRUM MUNICIPAL PERMANENTE DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE DE BLUMENAU.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 75, II, "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o disposto no artigo 26, da Lei Complementar nº 1.060, de 23 de junho de 2016, e Memorando da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Empreendedorismo e Inovação – SEDEC – Fórum nº 001/2017, resolve:

NOMEAR,

sem ônus para o Município, e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 1.060, de 23 de junho de 2016, para comporem o Fórum Municipal Permanente das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte de Blumenau, vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Empreendedorismo – SEDEC, os seguintes membros:

CÉSAR DOMÊNICO POLTRONIERI e JACKSON MARCEL FREIBERG, representantes titular e suplente, respectivamente, da Secretaria Municipal de Gestão Financeira – SEGEFI;

MARCELO ROEPKE e EDUARDO EDIE WEISE, representantes titular e suplente, respectivamente, da Secretaria Municipal de Promoção da Saúde - SEMUS;

WAGNER FIGUEIRA DE FARIAS e RAONI GONÇALVES DE PAULO,

representantes titular e suplente, respectivamente, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - SEDUR;

MORIS CLEBER KOHL e CARLOS BRAGA MUELLER, representantes titular e suplente, respectivamente, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Empreendedorismo - SEDEC;

RICARDO STODIECK e LUIZ CLÁUDIO KOERICH, representantes titular e suplente, respectivamente, da Secretaria Municipal de Turismo e Lazer - SECTUR;

ALEXANDRE BAUMGRATZ DA COSTA e VANDERLEI LUÇOLI, representantes titular e suplente, respectivamente, da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA;

AMARILDO RAMOS e ELSON SCHUTZ, representantes titular e suplente, respectivamente, da Associação das Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Empreendedores Individuais de Blumenau - AMPE;

PAULO KUROSKI e ADÉLCIO SALVALÁGIO, representantes titular e suplente, respectivamente, da Associação Empresarial de Blumenau - ACIB;

HELIO ROBERTO RONCAGLIO e ARNEI TOMIO, representantes titular e suplente, respectivamente, da Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL;

ADEMIR CRISTOFOLINI e RAFAEL DIMITRE BOSKOVIC, representantes titular e suplente, respectivamente, da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB – Subseção de Blumenau;

JEFFERSON PITZ e NELSON JOSÉ MOHR, representantes titular e suplente, respectivamente, do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas de Blumenau e Região – SESCON Blumenau;

DONIZETE BOGER e ALOÍSIO VICENTE SALOMON, representantes titular e suplente, respectivamente, do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE;

PEDRO CASCAES NETO e RODRIGO LEAL SILVA, representantes titular e suplente, respectivamente, do Instituto Catarinense de Desenvolvimento e Defesa Empresarial - INCADE;

AMARILDO NAZÁRIO, representante titular Do Observatório Social de Blumenau – OSBLU.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 11 de abril de 2017.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.720/2017

PORTARIA Nº 20.720, DE 11 DE ABRIL DE 2017.

EXONERA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEMUDES.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o art. 47 da Lei Complementar nº 1.094, de 17/02/2017 e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015 e Memorando

GAB SEMUDES nº 64/2017, resolve:

EXONERAR, no dia 11 de abril de 2017:

DÉBORA CHRISTINA MATHIONI, do cargo de provimento em comissão de Gerente de Gestão do SUAS, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, nomeada pela Portaria nº 20.544, de 08/03/2017;

LIGIA FERNANDES DE OLIVEIRA, do cargo de provimento em comissão de Gerente de Segurança Alimentar, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, nomeada pela Portaria nº 20.627, de 21/03/2017;

DANIELE SCHULTZ, do cargo de provimento em comissão de Gerente de Apoio aos Conselhos, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, nomeada pela Portaria nº 20.544, de 08/03/2017;

MARIANA DIAS, do cargo de provimento em comissão de Gerente de Apoio ao Gabinete, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, nomeada pela Portaria nº 20.503, de 02/03/2017;

MÁRCIA QUINTINO LUZ, do cargo de provimento em comissão de Gerente de Proteção de Alta Complexidade, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, nomeada pela Portaria nº 20.544, de 08/03/2017;

ANA LÚCIA NASCIMENTO, do cargo de provimento em comissão de Gerente dos CRAS, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, nomeada pela Portaria nº 20.627, de 21/03/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 11 de abril de 2017.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.721/2017

PORTARIA Nº 20.721, DE 12 DE ABRIL DE 2017.

NOMEIA PARA O EXERCÍCIO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEMUDES.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 47, da Lei Complementar nº 1.094, de 17/02/2017 e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

NOMEAR, no dia 12 de abril de 2017:

LIGIA FERNANDES DE OLIVEIRA, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Gerente de Gestão do SUAS, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES;

DANIELE SCHULTZ, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Gerente de Segurança Alimentar, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES;

MARIANA DIAS, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Gerente de Apoio aos Conselhos, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES;

DÉBORA CHRISTINA MATHIONI, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Gerente de Apoio ao Gabinete, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES;

ANA LÚCIA NASCIMENTO, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Gerente de Proteção de Alta Complexidade, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES;

MÁRCIA QUINTINO LUZ, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Gerente dos C.R.A.S, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 11 de abril de 2017.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO CMAS Nº 13/2017

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 13/2017

APROVA A PROPOSTA DE METAS FÍSICAS PRIORIZADAS PARA 2018 PARA COMPOR A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO, RELATIVA AO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS, DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), pela Lei Complementar Municipal nº. 425, de 21 de novembro de 2003, e suas alterações, pela Lei Complementar Municipal nº. 945, de 11 de novembro de 2014 e de acordo com a deliberação em Plenária Ordinária realizada no dia 12 de abril de 2017,

CONSIDERANDO:

- o Decreto nº. 5.517, de 17 de abril de 1996, que regulamenta o Fundo Municipal de Assistência Social;
- a Resolução CNAS nº. 33, de 12 de Dezembro de 2012 que aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS e estabelece no art. 85, a incumbência dos Conselhos de Assistência Social, em exercer o controle e a fiscalização dos Fundos de Assistência Social;
- a necessária transparência dos procedimentos relativos às movimentações financeiras dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS;
- o parecer favorável das Comissões Permanentes de Políticas e de Financiamento de Assistência Social à proposta de metas e prioridades para a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para o exercício de 2018, relativa ao Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS em reuniões realizadas nos dias 22 de março e 03 de abril de 2017, conforme consta nos Relatórios da Intercomissões nº. 02 e 03/2017;
- a aprovação do CMAS à proposta de metas e prioridades para a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para o exercício de 2018 relativas ao Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, em Plenária datada de 12 de abril de 2017, conforme consta na Ata nº. 06/2017,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a proposta de metas e prioridades para a Lei de Diretrizes Orçamentárias, relativa ao Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, para o exercício de 2018, prevendo o valor total de R\$ 13.765.000,00 (treze milhões setecentos e sessenta e cinco mil reais).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 12 de abril de 2017.

Eleonice Kopsch Brehmer

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO CMAS Nº 14/2017

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 14/2017

CRIA A COMISSÃO ORGANIZADORA DA XI CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E NOMEIA OS RESPECTIVOS MEMBROS.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº. 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), pela Lei Complementar Municipal nº. 945, de 11 de novembro de 2014, que dispõem sobre a estrutura, a organização e o funcionamento do Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau, em Reunião Plenária Ordinária, realizada no dia 12 de abril de 2017.

CONSIDERANDO:

- a Resolução CMAS nº 16, de 21 de setembro de 2016 que cria a Comissão Organizadora da XI Conferência Nacional de Assistência Social 2017;
- a Resolução CMAS nº 23, de 15 de dezembro de 2016 que define o período de realização das Conferências de Assistência Social 2017;
- o ofício nº 67, de 21 de março de 2017 da Secretaria Municipal de Desenvolvimento social que indica as datas e comissão de apoio técnico para a XI Conferência Municipal de Blumenau;
- Resolução CMAS nº 12 de 29 de março de 2017, que aprova as datas para a realização da XI Conferência Municipal de Assistência Social, do município de Blumenau, nos dias 04 e 05 de julho do corrente ano;
- a indicação dos Conselheiros, em Plenária Ordinária do CMAS no dia 12 de abril do corrente ano para comporem a Comissão Organizadora da XI Conferência Municipal de Assistência Social, conforme consta em Ata nº 06/2017

RESOLVE:

Art. 1º - Criar Comissão Organizadora da XI Conferência Municipal de Assistência Social composta pelos seguintes Conselheiros (as):

I - Governamentais:

- a) Vanessa Raquel Cardoso, representante da Proteção Social de Alta Complexidade - SEMUDES;
- b) Samara Milene Tschoeke, representante da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB;
- c) Jussânia Pereira, representante da Proteção Social Básica - SEMUDES.

II - Não-Governamentais:

- a) Cleide de Oliveira, representante dos trabalhadores do SUAS;
- b) Erica Lidia Schmitt, representante dos trabalhadores do SUAS;
- c) Vanessa Ferrari, representante das entidades e organizações de assistência social;
- d) José Dalcampo, representante dos usuários da assistência social e de organizações de usuários;

Art. 2º Compete à Comissão Organizadora da XI Conferência Municipal de Assistência Social:

- I – discutir e aprovar o projeto da XI Conferência Municipal de Assistência Social;
- II – discutir e acompanhar a operacionalização da XI Conferência Municipal de Assistência Social;
- III – propor e aprovar, materiais relativos à organização da XI Conferência Municipal de Assistência Social;

IV – orientar e acompanhar a realização e os encaminhamentos da XI Conferência Municipal de Assistência Social;

V – acompanhar as ações desenvolvidas na XI Conferência Municipal de Assistência Social, tendo como base as disposições do Regimento Interno;

VI – elaborar os relatórios finais da XI Conferência Municipal para a Conferência Estadual de Assistência Social para apreciação deste Conselho.

Art. 3º - Para a operacionalização da XI Conferência Municipal de Assistência Social, a Comissão Organizadora contará com apoio técnico dos seguintes setores da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social:

- I - 04 Servidores da Diretoria Geral – Gerência de Gestão do SUAS;
- II - 03 Servidores da Diretoria Geral – Gerência de Apoio aos Conselhos;
- III - 02 Servidores da Diretoria Administrativa Financeira;
- IV - 02 Servidores da Diretoria de Proteção Básica;
- V - 02 Servidores da Diretoria de Proteção Especial – Média Complexidade;
- VI - 02 Servidores da Diretoria de Proteção Especial – Alta Complexidade.

Art. 4º Compete à Comissão de Apoio Técnico:

- I – elaborar o projeto da XI Conferência Municipal de Assistência Social;
- II – assessorar a Comissão Organizadora e garantir a implementação das iniciativas necessárias à execução das decisões tomadas pela mesma;
- III – elaborar materiais relativos à organização da XI Conferência Municipal de Assistência Social;
- IV – articular e viabilizar a execução de tarefas específicas de cada atividade estabelecida pela Comissão Organizadora;
- V – mobilizar o público alvo da XI Conferência Municipal de Assistência Social;
- VI – apoiar os trabalhos operacionais da XI Conferência Municipal de Assistência Social, até a conclusão do processo de avaliação;
- VII – acompanhar as reuniões ordinárias e extraordinárias da Comissão Organizadora, bem como proceder ao devido registro;
- VIII – organizar e manter os arquivos referentes à XI Conferência Municipal de Assistência Social;
- IX – encaminhar ofícios informativos e documentos referentes à XI Conferência Municipal de Assistência Social, sempre que solicitado;
- X – elaborar e encaminhar os relatórios finais da XI Conferência Municipal de Assistência Social para a Conferência Estadual de Assistência Social.

Art. 5º - A Comissão Organizadora poderá contar, ainda, com colaboradores eventuais para auxiliar na realização da XI Conferência Municipal de Assistência Social.

Parágrafo Único. Consideram-se colaboradores eventuais conselheiros, instituições e organizações governamentais ou da sociedade civil, da Administração Pública ou da iniciativa privada, prestadoras de serviços da Assistência Social, bem como consultores e convidados.

Art. 6º - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Blumenau, 12 de abril de 2017.

Eleonice Kopsch Brehmer

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

PORTARIA Nº 438/2017 - GABSEMUS

PORTARIA Nº 438 / 2017 / GABSEMUS

MARIA REGINA DE SOUZA SOAR

Secretária Municipal de Promoção da Saúde,
no uso de suas atribuições, RESOLVE:

DESTITUIR

O servidor ANTONNY MEDINA TSCHÁ, como RESPONSÁVEL pela Gerência de saúde bucal da Secretaria Municipal de Saúde de Blumenau, a partir de 01/04/2017.

Secretaria Municipal de Promoção da Saúde, em 12 de abril de 2017.

MARIA REGINA DE SOUZA SOAR

Secretária Municipal de Promoção da Saúde

PORTARIA Nº 439/2017 - GABSEMUS

PORTARIA Nº 439 / 2017 / GABSEMUS

MARIA REGINA DE SOUZA SOAR

Secretária Municipal de Promoção da Saúde,
no uso de suas atribuições, RESOLVE:

DESTITUIR

O servidor LUIZ CARLOS KRIEWALL, como RESPONSÁVEL pela Diretoria de Bem Estar Animal, da Secretaria de Promoção da Saúde, a partir de 01/04/2017.

Secretaria Municipal de Promoção da Saúde, em 12 de abril de 2017.

MARIA REGINA DE SOUZA SOAR

Secretária Municipal de Promoção da Saúde

PORTARIA Nº 440/2017 - GABSEMUS

PORTARIA Nº 440 / 2017 / GABSEMUS

MARIA REGINA DE SOUZA SOAR

Secretária Municipal de Promoção da Saúde,
no uso de suas atribuições, RESOLVE:

DESTITUIR

O servidor MARCUS VINÍCIUS CAMPOS ROSA, como RESPONSÁVEL pela Diretoria Técnico-Médica, da Secretaria de Promoção da Saúde, a partir de 01/04/2017.

Secretaria Municipal de Promoção da Saúde, em 12 de abril de 2017.

MARIA REGINA DE SOUZA SOAR

Secretária Municipal de Promoção da Saúde

PORTARIA Nº 441/2017 - GABSEMUS

PORTARIA Nº 441 / 2017 / GABSEMUS

MARIA REGINA DE SOUZA SOAR

Secretária Municipal de Promoção da Saúde,
no uso de suas atribuições, RESOLVE:

DESTITUIR

A servidora ROSANA PFEILSTICKER PEREIRA BENVENUTTI, como RESPONSÁVEL pelas Ações de Vigilância Epidemiológica no Município, da Secretaria de Promoção da Saúde, a partir de 01/04/2017.

Secretaria Municipal de Promoção da Saúde, em 12 de abril de 2017.

MARIA REGINA DE SOUZA SOAR
Secretária Municipal de Promoção da Saúde

PORTARIA Nº 442/2017 - GABSEMUS

PORTARIA Nº 442 / 2017 / GABSEMUS

MARIA REGINA DE SOUZA SOAR
Secretária Municipal de Promoção da Saúde,
no uso de suas atribuições, RESOLVE:

DESTITUIR

A servidora CLAUDIA VILELA DE SOUZA LANGE, como DIRETORA da Escola Técnica do Sistema Único de Saúde de Blumenau – ETSUS, a partir de 01/04/2017.

Secretaria Municipal de Promoção da Saúde, em 12 de abril de 2017.

MARIA REGINA DE SOUZA SOAR
Secretária Municipal de Promoção da Saúde

EDITAL NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 0000290/2017

	PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA DIRETORIA DE RECEITA GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA
--	--

EDITAL NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 0000290/2017

CONTRIBUINTE: GIOVANE ADÃO - ME
ENDEREÇO: RUA AMAZONAS, Nº 2.728 – SALA 504
Inscrição no CMC: 95.985 CNPJ: 14.387.135/0001-66
Processo Fiscal: 2016/525
Sócios: GIOVANE ADÃO

Notifica-se o sujeito passivo, com fundamento nos artigos 70, V e 151 da LC 632/2007, intimando-o para, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir do primeiro dia útil seguinte à ciência desta notificação recolher à Fazenda Municipal o valor referente ao débito do ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza a seguir discriminado, facultada a reclamação contra este lançamento nos termos do Art. 207 da mesma lei e Art. 49 do Decreto 8.664/2008:

DEMONSTRATIVO DOS VALORES APURADOS:

Base de Cálculo	4.500,00
Imposto a Recolher	225,00
Atualização Monetária	16,63
Juros de Mora	32,52
Multa p/ infração	120,82
Total Geral	394,97

1 - DESCRIÇÃO DOS FATOS

1.1 - Apurada a emissão de notas fiscais eletrônicas, consoante o portal NOTABLU, FOI CONSTATADO A pendência dos recolhimentos do ISSQN. .

1.2 - Não foi identificado no sistema pagamentos referentes às mesmas notas.

2) DA INCIDÊNCIA DO ISSQN

2.1) Os serviços de REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS estão sujeitos ao ISSQN conforme Lista de Serviços da LC Federal 116/03 e Art. 276 da LC 632/2007, item: 16.01 – Serviços de transporte de natureza municipal.

3) DA INFRAÇÃO

3.1) O sujeito passivo deixou de cumprir a obrigação de recolher o ISSQN apurado nas NFS-e (0000257 A 0000264) infringindo a legislação

tributária municipal (Art. 295, § 1º da LC 632/2007).

4) DA COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO

4.1) A base de cálculo da presente notificação compõe-se dos valores das NFS-e relacionadas no Anexo I desta Notificação Fiscal, emitidas pelo próprio sujeito passivo e ISSQN devido pelo prestador sem comprovação de recolhimento.

4.2) O detalhamento mensal e anual da base de cálculo é apresentado nos anexos Mapas de Levantamento Fiscal e Cálculo, que integram a presente notificação.

5) DO CÁLCULO DO VALOR A PAGAR

5.1) Sobre a base de cálculo apurada foi aplicada a alíquota de: 2% conforme Art. 276 LC 632/2007.

5.2) Sobre o valor histórico do imposto incidiram, com fundamento no art. 82 da LC 632/2007: juros de mora de 1% ao mês e atualização monetária pelo INPC, com índices fixado nos Decretos nº 8840/2008, nº 9085/2009, nº 9313/2010, nº 9551/2011, nº 9876/2012, nº 10.223/2013, nº 10.502/2014, nº 10.820/2015. e 11146/2016.

5.3) Sobre o valor atualizado do imposto, foi aplicada multa de 50% (cinquenta por cento), cfe. Art. 305 da LC 632/2007.

6) Observações:

6.1) Dentro do prazo estipulado, esta Notificação poderá ser quitada ou parcelada nas condições previstas nos artigos 171 e 172 da LC 632/2007.

6.2) Vencidos os prazos para pagamentos ou reclamações, será o débito inscrito em Dívida Ativa e terão início os procedimentos de cobrança.

6.3) Esta Notificação Fiscal não implica em homologação, podendo o sujeito passivo sofrer fiscalização relativo ao período a que se referem os documentos inclusos nesta Notificação Fiscal.

ROGÉRIO DEGLMANN

AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO - Matrícula nº 13.067-2

Anexo a Notificação Fiscal nº 000290/2017 – GIOVANE ADÃO – ME CNPJ: 14.387.135/0001-66

Exercício 2016	Receita	Imposto Devido	Imposto a Pagar	Imposto	Atualização	Juros de	Valor Total
Meses	Fat Bruto	Vlr.Histórico	Vlr.Histórico	Atualizado	Monetária	Mora	Apurado
Fevereiro	3.160,00	158,00	158,00	169,68	11,68	23,76	193,43
Março	580,00	29,00	29,00	31,14	2,14	4,05	35,19
Abril	420,00	21,00	21,00	22,55	1,55	2,71	25,56
Maio	340,00	17,00	17,00	18,26	1,26	2,01	20,26
TOTAL	4.500,00	225,00	225,00	241,63	16,63	32,52	274,15

RELAÇÃO DE NOTAS FISCAIS NOTABLU-NFS-E N°S: 00000257 A 00000264.

EXTRATO TERMO DE DELEGAÇÃO DE ATRIBUIÇÕES DE GESTÃO FLORESTAL - 1º DE MARÇO DE 2017

Extrato do Termo de Delegação de Atribuições de Gestão Florestal Município de Blumenau CNPJ: 83.108.537/0001-15, informa que celebrou Termo de Delegação de Atribuições com a Fundação do Meio Ambiente – FATMA, em 1º de março de 2017, tendo por objeto a delegação de atribuição com vistas à execução de programa de gestão florestal compartilhada, mediante delegação de competência ambiental, especialmente em relação ao cumprimento da legislação ambiental vigente. Vigência: Até 31 de dezembro de 2018.

TERMOS DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 09-2205/17 E DISPENSA Nº 08-2210/2017

TERMOS DE HOMOLOGAÇÕES

Processo de INEXIGIBILIDADE nº 09-2205/2017 SAMAE – Aquisição de 60 Reagentes SPADNS para uso no Laboratório Central.

Contratada: HEXIS CIENTÍFICA S/A (53.276.010/0001-10)

Valor total: R\$ 17.364,00

Base legal: Artigo 25, I, da Lei nº. 8.666/93 e alterações.

Data da homologação: 13/04/2017

Processo de DISPENSA nº 08-2210/2017 SAMAE – Aquisição de bateria e prestação de serviço utilizada no socorro do veículo 204 (placa QHO 9701) da Autarquia.

Contratada: BLUSA COMÉRCIO DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO BLUMENAU LTDA (82.649.252/0001-00)

Valor total: R\$ 470,00

Base legal: Artigo 24, XVII, da Lei nº. 8.666/93 e alterações.

Data da homologação: 13/04/2017

CÂMARA MUNICIPAL**LEI COMPLEMENTAR 1.102**

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.102, DE 11 DE ABRIL DE 2017.

ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 279, DE 30 DE JUNHO DE 2000.

ALMIR VIEIRA, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 42, parágrafo 6º, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, considerando a sanção tácita caracterizada pelo transcurso do prazo para sanção pelo Prefeito Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O art. 3º da Lei Complementar nº 279, de 30 de junho de 2000, que "Dispõe sobre instalações internas dos estabelecimentos bancários", passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º O descumprimento ao disposto nesta lei complementar acarretará ao infrator, sanção administrativa na forma de multa diária, no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), até o efetivo cumprimento das disposições desta lei complementar." (NR)

Art. 2º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, EM 11 DE ABRIL DE 2017.

Almir Vieira
Vice-Presidente da Câmara Municipal

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

CHAMAMENTO PÚBLICO CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE INSEMINADOR (A)

Considerando o Teste Seletivo 001/2017, sendo que no mesmo não se obteve nenhum candidato aprovado no cargo de inseminador (a);
Considerando o pedido de exoneração do servidor Gilson Meneghotte, ocupante do cargo efetivo de inseminador, a partir de 17 de abril de 2017;

Considerando licença maternidade para servidora Catiani Storck, ocupante do cargo efetivo de inseminadora, previsto para o final do mês de abril ou início do mês de maio de 2017, conforme atestado médico, em seu histórico funcional.

A Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Oeste (SC), torna público que, necessita contratar com URGENCIA, 01(um) inseminador (a) para exercer as funções inerentes ao cargo junto ao Departamento da Agricultura e Meio Ambiente, em caráter temporário, com previsão de 4(quatro) meses, podendo ser prorrogado por mais 4(quatro) meses.

- Remuneração: 1.310,49, mais insalubridade 20 % sobre o salário mínimo;
- Carga Horária: de 20 horas semanais, sendo horário das 07:30 às 11:30 ou 13:00 as 17:00 horas;
- Regime de Trabalho: Regime Jurídico Único: Estatutário; Regime Geral de Previdência Social;
- Habilitação: Ensino Médio Completo, curso específico e possuir carteira de habilitação.

- Forma de Seleção: Certificado de qualificação para função, maior tempo de serviço comprovado nesta atividade e Entrevista. Previsão de início das atividades para dia 24 de abril de 2017.

Os interessados deverão manifestar seu interesse até às 17:00 horas do dia 19 de abril de 2017, munidos dos documentos pessoais e profissionais, com o Secretário de Administração. Informações pelo fone: (049) 3363-0200, ou comparecer ao Departamento de Administração/ Recursos Humanos junto a Prefeitura Municipal.

Bom Jesus do Oeste, 12 de abril de 2017.

Botuvera

PREFEITURA

GABARITO - EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 01-2017

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 01/2017

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – Prova: 13/04/2017

GABARITO

GABARITO PROVA CONHECIMENTOS GERAIS	GABARITO PROVA ESPECIFICA
1) B	
2) D	
3) A	1) D
4) D	2) D
5) B	3) A
6) C	4) C
7) D	5) C
8) A	6) B
9) B	7) E
10) C	8) B
	9) D
	10) E

LEI Nº 1.380/2017

LEI Nº 1.380/2017

"AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2017".

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a câmara de Vereadores aprovou e ou sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar até no valor total de R\$ 237.000,00 (Duzentos e trinta e sete mil reais) conforme abaixo especificado:

04.00	Secretaria de Educação
04.01	Divisão de Educação
12-365-020-1.2	Construção, Ampliação e Reformas de Creches
4.4.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.01(394)	Receita de impostos e Transf. Educação R\$ 150.023,81
4.4.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.36(396)	Salário Educação R\$ 15.000,00
4.4.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.32(395)	Transferências de Convênios Educação União R\$ 71.976,19

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º desta Lei, decorrerão da anulação parcial da seguinte dotação do orçamento vigente.

04.00	Secretaria de Educação
04.01	Divisão de Educação
12-361-025-1.1	Construção, Ampliação e Reformas de Escolas Municipais
4.4.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.32(414)	Transferências de Convênios Educação União R\$ 71.976,19



12-365-020-1.2	Manutenção e Operação do Ensino Infantil
4.4.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.36(402)	Salário Educação R\$ 15.000,00
06.00	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
06.01	Divisão de Obras e Serviços Urbanos
26-782-0125-2.35	Manutenção e Restauração de Rodovias Municipais e Logradouros Públicos
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00 (432)	Recursos Ordinários R\$ 150.000,00

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Botuverá, 13 de abril de 2017.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

PORTARIA 0802017

PORTARIA Nº 080/2017

Revoga os poderes conferidos ao Chefe de Gabinete para responder pela Secretaria de Assistência Social e Habitação do Município de Botuverá”.

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal de Botuverá:

Resolve:

Art. 1º- Revogar os poderes conferidos ao Chefe de Gabinete para responder pela Secretaria de Assistência Social e Habitação do Município de Botuverá a partir de 10/04/2017.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 10 de abril 2017.

Botuverá (SC), em 13 de abril de 2017.

JOSE LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº03/2016 FMS

Página: 1/4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2016

Número do Registro de Preços: 3/2016 Data do Registro: 13/04/2016 Válido até: 13/04/2017						
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de fraldas geriátricas para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário
1	Fralda geriátrica tamanho P, pct com 11 fraldas, cintura tam 40 até 80 cm, peso 20 até 40 Kg, camada de distribuição para rápida distribuição do líquido, menor tempo de contato com a pele e redução do retorno do líquido; Barreiras mais altas proporcionando muito mais segurança contra vazamentos laterais; Novo design com núcleo de formato anatômico proporcionando maior conforto; Cobertura inferior de não tecido, que oferece maior conforto, com Aloe Vera, tornando a cobertura macia ao toque na pele; Camada externa toque suave dando maciez ao produto com aparência de tecido e sem o ruído típico do plástico, proporcionando maior segurança e conforto; Indicador de umidade para maior praticidade; as duas listras tomam-se azuis sinalizando a hora de trocar o produto; Controlador de odor com extrato natural; Os componentes são atóxicos e pré-testado; Composição: camada interna de não tecido de fibras de polipropileno com aloe vera, camada externa de polietileno, fibras de celulose, polímeros superabsorventes (Dry Gel), barreiras protetoras de fibras de polipropileno, fios de elastano, adesivos termoplásticos e fitas adesivas para fixação. (17022)	PCT	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	BiofralTera Co	0	14,7000
2	Fralda geriátrica tamanho M, pct com 10 fraldas, cintura tam 70 até 120 cm, peso 40 até 70 Kg, camada de distribuição para rápida distribuição do líquido, menor tempo de contato com a pele e redução do retorno do líquido; Barreiras mais altas proporcionando muito mais segurança contra vazamentos laterais; Novo design com núcleo de formato anatômico proporcionando maior conforto; Cobertura inferior de não tecido, que oferece maior conforto, com Aloe Vera, tornando a cobertura macia ao toque na pele; Camada externa toque suave dando maciez ao produto com aparência de tecido e sem o ruído típico do plástico, proporcionando maior segurança e conforto; Indicador de umidade para maior praticidade; as duas listras tomam-se azuis sinalizando a hora de trocar o produto; Controlador de odor com extrato natural; Os componentes são atóxicos e pré-testado; Composição: camada interna de não tecido de fibras de polipropileno com aloe vera, camada externa de polietileno, fibras de celulose, polímeros superabsorventes (Dry Gel), barreiras protetoras de fibras de polipropileno, fios de elastano, adesivos termoplásticos e fitas adesivas para fixação. (17023)	PCT	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	BiofralTera Co	0	15,3500
			ALTHIS COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS MEDICO (6844)	Biofral	0	14,7500
			ALTHIS COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS MEDICO (6844)	Biofral	0	15,4500

Página: 2/4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2016

Número do Registro de Preços: 3/2016 **Data do Registro:** 13/04/2016 **Válido até:** 13/04/2017
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de fraldas geriátricas para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
3	Fralda geriátrica tamanho G, pot com 08 fraldas, cintura tam 80 até 150 cm, peso 70 até 90 Kg, camada de distribuição para rápida distribuição do líquido, menor tempo de contato com a pele e redução do retorno do líquido; Barreiras mais altas proporcionando muito mais segurança contra vazamentos. laterais; Novo design com núcleo de formato anatômico proporcionando maior conforto; Cobertura inferior de não tecido, que oferece maior conforto, com Aloe Vera, tornando a cobertura mais ao toque na pele; Camada externa toque suave dando maciez ao produto com aparência de tecido e sem o ruído típico do plástico; proporcionando maior segurança e conforto; Indicador de unidade para maior praticidade: as duas listras tornam-se azuis sinalizando a hora de trocar o produto; Controlador de odor com extrato natural. Os componentes são atóxicos e pré-testado. Composição: camada interna de não tecido de fibras de polipropileno com albe vera, camada externa de polietileno, fibras de celulose, polímeros superabsorventes (Dry Gel), barreiras protetoras de fibras de polipropileno, fios de elastano, adesivos termoplásticos e fitas adesivas para fixação. (17024)	PCT	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	Biofratena Co	0	15,2000	1
4	Fralda geriátrica tamanho EG, pot com 07 fraldas, cintura tam 110 até 165 cm, peso acima de 90 Kg, camada de distribuição para rápida distribuição do líquido, menor tempo de contato com a pele e redução do retorno do líquido; Barreiras mais altas proporcionando muito mais segurança contra vazamentos. laterais; Novo design com núcleo de formato anatômico proporcionando maior conforto; Cobertura inferior de não tecido, que oferece maior conforto, com Aloe Vera, tornando a cobertura mais ao toque na pele; Camada externa toque suave dando maciez ao produto com aparência de tecido e sem o ruído típico do plástico; proporcionando maior segurança e conforto; Indicador de unidade para maior praticidade: as duas listras tornam-se azuis sinalizando a hora de trocar o produto; Controlador de odor com extrato natural. Os componentes são atóxicos e pré-testado. Composição: camada interna de não tecido de fibras de polipropileno com albe vera, camada externa de polietileno, fibras de celulose, polímeros superabsorventes (Dry Gel), barreiras protetoras de fibras de polipropileno, fios de elastano, adesivos termoplásticos e fitas adesivas para fixação. (17025)	PCT	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)	Biofratena Co	0	15,0500	1

ALTHIS COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS MEDICO (6844)

Biofrat

2

15,2100

0

Biofratena Co

AL

PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)

PCT

PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD (6156)

0

Biofratena Co

1

15,0500

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2016

Página: 3/4

Número do Registro de Preços: 3/2016 Data do Registro: 13/04/2016 Válido até: 13/04/2017

Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de fraldas geriátricas para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
				Biofral	0	15,1200	2
ALTHIS COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS MEDICO (6844)							

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2016

Página: 4/4

Número do Registro de Preços: 3/2016 Data do Registro: 13/04/2016 Válido até: 13/04/2017
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de fraldas geriátricas para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2016

PROCESSO Nº 6/2016

(6156) - PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD
(6844) - ALTHIS COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS MEDICO

Braço do Trombudo, 13 de Abril de 2016.

Brusque

PREFEITURA

PORTARIA N. 11.917/2017

PORTARIA N. 11.917, DE 13 DE ABRIL DE 2017.

Prorroga mandato dos conselheiros não governamentais do Conselho Municipal de Esporte e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Ordinária n. 3.523, de 27 de julho de 2012, alterada pela Lei n. 3.741/2014, considerado o contido no Ofício n. 08/2017/SCM,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o mandato dos conselheiros não governamentais, titulares e suplentes, do Conselho Municipal de Esporte pelo prazo de 20 (vinte) dias.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 13 de abril de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito Municipal

EDSON RISTOW

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DA SILVA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2017

Extrato de anulação dos itens 12, 13, 89 e 90. Processo Licitatório n. 003/2017. Pregão n. 002/2017. Objeto: Aquisição de Pneu e Câmaras de Ar. Fundamento legal: art. 49 da Lei 8.666/93, Súmulas 346 e 473 do STF. Data: 13/04/2017. Signatário: Christiane dos Santos da Silva, Diretora Geral de Licitações e Contratos.

Caçador

PREFEITURA

RESOLUÇÃO 04 - CMDCA

Resolução 04/2017, de 04 de abril de 2017

Dispõe sobre definição do período de férias das Conselheiras Tutelares- ano 2017.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2.436, de 20 de abril de 2007, e suas alterações.

CONSIDERANDO o Memorando 9.387/2016 da qual encaminha pedido de férias das Conselheiras Tutelares Titulares para o período de 12 de janeiro de 2017 à 15 de junho de 2017.

CONSIDERANDO a Reunião Ordinária realizada dia 05 de setembro de 2016, Ata nº 335.

CONSIDERANDO a Resolução 16/2016 que convoca e nomeia a conselheira suplente Francine de Matias para que substitua as conselheiras tutelares titulares durante este período.

CONSIDERANDO a Reunião Ordinária realizada dia 04 de abril de 2017, Ata nº 344.

Resolve:

Art. 1º – Definir o período de férias das Conselheiras Tutelares para o ano de 2017, conforme segue:

1. Maria Augusta Nhoatto Moreira: período de gozo de 12/01/2017 a 10/02/2017;
2. Adriana Pegoraro Donatti: período de gozo de 13/02/2017 a 14/03/2017;
3. Andréia Teresinha de Almeida: período de gozo de 15/03/2017 a 13/04/2017;
4. Simone Casagrande: período de gozo de 17/04/2017 a 16/05/2017;
5. Suzana Ribeiro dos Santos: período de gozo de 17/05/2017 a 15/06/2017.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 04 de abril de 2017.

NEUZELI APARECIDA DA SILVA

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Camboriú

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2017 - PMC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 028/2017 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 045/2017 - PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA PINTURA E MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO VIÁRIA DAS VIAS URBANAS DESTE MUNICÍPIO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 01 (um) ano.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 13/04/2017

1ª Publicação.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N.º 01/2017 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N.º 01/2017

O MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob n.º 83.102.293/0001-45, por intermédio da Secretaria Municipal de Finanças, com fundamento na Lei Municipal n.º 1.700/2006 e demais normas pertinentes ao caso, torna público que NOTIFICA os familiares/responsáveis legais das pessoas abaixo relacionadas, para que compareçam, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, na Secretária Municipal de Finanças de Camboriú, situada na Rua Getúlio Vargas, n.º 77, Centro, Camboriú/SC, para tratar da realocação destes das gavetas do Cemitério Municipal Central para lotes dos cemitérios municipais:

Nome:	Data de Falecimento:	Gaveta:
Manoel Mereniano	15/08/1984	37
Rosa Mafra de Moura	18/07/1985	72
Valentin Coriano	20/09/1985	53
Mariano dos Santos Mendes	23/11/1985	66
Luis de Aguiar	***	55
Dirce dos Santos	02/05/1987	70
Ercilio Santana	13/02/1986	49
Valdir da Silva	04/07/1986	106
Maria José Jenuário	30/10/1986	89
Ferminio Freitas	13/02/1987	81
Avelino Paça	26/02/1987	80
Ilma Leopoldina	11/09/1987	96

O Município de Camboriú CIENTIFICA que o não comparecimento no prazo estipulado, autoriza o Ente Municipal a tomar as providências cabíveis para melhor organizar e regularizar o Cemitério Municipal Central.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 12 de abril de 2017.

FERNANDO GARCIA JUNIOR
Secretário Municipal de Finanças

PR 44/17 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 044/2017-PMC - EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE
OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE IMPRESSÃO PARA REALIZAR PLOTAGENS, CÓPIAS DE MAPAS, LEVANTAMENTOS DE ÁREAS E PROJETOS DIVERSOS, OBJETIVANDO ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 16:00 horas do dia 02 (Dois) de Maio de 2017, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú 13 de Abril de 2017.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

PREGÃO 045/2017 PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 045/2017- PMC

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MADEIRAS DESTINADAS AOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE DIVERSAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, TAIS COMO: PLACAS INDICATIVAS DE OBRAS, CONFECÇÃO DE BOCAS-DE-LOBO E GRELHAS, GALERIAS, TAMPAS E CAIXAS DE CONTENÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS E DEMAIS SERVIÇOS QUE SE FIZEREM NECESSÁRIOS.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 13:00 horas do dia 03 (Três) de Maio de 2017, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 13 de Abril de 2017.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

RESUMO DE CONTRATO DIA 10 A 13

RESUMO DE CONTRATO
FUNDESP

Contrato nº 002/2017
Processo: Pregão Presencial Nº 002/2017
Contratado: REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME
Data: 10/04/2017
Prazo: 31/12/2017
Valor: R\$ 7.941,90 (Sete mil novecentos e quarenta e um reais e noventa centavos)
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA A UTILIZAÇÃO DE ATLETAS E PROFESSORES NAS ESCOLINHAS, RECREAÇÕES BEM COMO ONDE HOUVER A NECESSIDADE

Contrato nº 003/2017
Processo: Pregão Presencial Nº 002/2017
Contratado: L.MOHR EIRELI EPP
Data: 10/04/2017
Prazo: 31/12/2017
Valor: R\$ 12.324,00 (Doze mil trezentos e vinte e quatro reais)
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA A UTILIZAÇÃO DE ATLETAS E PROFESSORES NAS ESCOLINHAS, RECREAÇÕES BEM COMO ONDE HOUVER A NECESSIDADE

Contrato nº 004/2017
Processo: Pregão Presencial Nº 002/2017
Contratado: FOOT COMERCIAL LTDA ME
Data: 10/04/2017
Prazo: 31/12/2017
Valor: R\$ 12.345,00 (Doze mil trezentos e quarenta e cinco reais)
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA A UTILIZAÇÃO DE ATLETAS E PROFESSORES NAS ESCOLINHAS, RECREAÇÕES BEM COMO ONDE HOUVER A NECESSIDADE

Contrato nº 005/2017
Processo: Pregão Presencial Nº 002/2017
Contratado: FOOT COMERCIAL LTDA ME
Data: 10/04/2017
Prazo: 31/12/2017
Valor: R\$ 12.345,00 (Doze mil trezentos e quarenta e cinco reais)
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA A UTILIZAÇÃO DE ATLETAS E PROFESSORES NAS ESCOLINHAS, RECREAÇÕES BEM COMO ONDE HOUVER A NECESSIDADE

Contrato nº 006/2017
Processo: Pregão Presencial Nº 002/2017
Contratado: IGOR CORREIA DE SIQUEIRA - ME
Data: 10/04/2017
Prazo: 31/12/2017
Valor: R\$ 12.841,50 (Doze mil oitocentos e quarenta e um reais e cinquenta centavos)
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA A UTILIZAÇÃO DE ATLETAS E PROFESSORES NAS ESCOLINHAS, RECREAÇÕES BEM COMO ONDE HOUVER A NECESSIDADE

Contrato nº 007/2017
Processo: Pregão Presencial Nº 002/2017
Contratado: G T A ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP
Data: 10/04/2017
Prazo: 31/12/2017
Valor: R\$ 7.916,80 (Sete mil novecentos e dezesseis reais e oitenta

centavos)
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA A UTILIZAÇÃO DE ATLETAS E PROFESSORES NAS ESCOLINHAS, RECREAÇÕES BEM COMO ONDE HOUVER A NECESSIDADE

FMS

Contrato nº 007/2017
Processo: Edital de Chamada Pública nº003/2017
Contratado: CENTRO DE SAUDE FELIZMED LTDA - ME
Data: 10/04/2017
Prazo: 12 (doze) meses
Valor: R\$ 38.298,00 (Trinta e oito mil duzentos e noventa e oito reais).
Objeto: Seleção e possível contratação de entidades privadas, pessoas físicas ou jurídicas, prestadoras de serviços de saúde para os procedimentos descritos nos Anexos I, cuja discriminação foi baseada na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPME), disponível através do SIGTAP - Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos do Sistema Único de Saúde - SUS, que se encontra disponível no seguinte endereço eletrônico:<http://sigtap.datasus.gov.br>.

Contrato nº 008/2017
Processo: Tomada De Preços Nº 001/2017
Contratado: EXITO CONSTRUÇOES CIVIS LTDA – EPP
Data: 12/04/2017
Prazo: 04 (quatro) meses
Valor: R\$ 51.129,32 (Cinquenta e um mil cento e vinte e nove reais e trinta e dois centavos)
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA A REFORMA DE PRÉDIO PARA IMPLANTAÇÃO DE BASE DESCENTRALIZADA DO SAMU, CONFORME PROJETO BÁSICO, PLANILHAS E SEUS ELEMENTOS CONSTITUIDOS EM ANEXO.

PMC

Contrato nº 018/2017 a ata de registro de preços nº 039/2016
Processo: Pregão Presencial Nº 051/2016
Contratado: ESCRIMATE COM. MAT. ESCRITÓRIO E INFORMÁTICA EIRELI
Data: 10/04/2017
Prazo: 12 (doze) meses
Valor: R\$ 364.000,00 (Trezentos e sessenta e quatro mil reais)
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE IMPRESSÃO COM O FORNECIMENTO DE COPIADORAS E/OU IMPRESSORAS DIGITAIS (OUTSOURCING DE IMPRESSÃO), PARA REPRODUÇÃO DE CÓPIAS E IMPRESSÕES MONOCROMÁTICAS, COM FORNECIMENTO DE TODOS OS INSUMOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS (INCLUINDO O PAPEL, CILINDRO E TONER), ALÉM DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA ESPECIALIZADA E REPOSIÇÃO DE PEÇAS, CONFORME TERMO DE REFERENCIA

Contrato nº 019/2017
Processo: Dispensa de Licitação nº. 004/2017
Locador: N.N.PEREIRA ALUGUEL DE IMOVEIS LTDA - ME
Data: 11/04/2017
Prazo: 12 (doze) meses contados a partir de 15/04/2017
Valor: R\$ 42.897,60 (Quarenta e dois mil oitocentos e noventa e sete reais e sessenta centavos)
Objeto: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL DE SALA COMERCIAL, TOTALIZANDO UMA ÁREA APROXIMADA DE 317,32M2, SITUADO A RUA JOSÉ FRANCISCO BERNARDES, ESQUINA COM A RUA PRESIDENTE COSTA E SILVA - CENTRO, NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

FUNDAÇÃO CULTURAL

Contrato nº 001/2017
Processo: Pregão Presencial Nº 001/2017
Contratado: BOHRER EQUIPAMENTOS DE AUDIO E VIDEO EIRELI
- ME
Data: 12/04/2017
Prazo: 31/12/2017
Valor: R\$ 8.125,00 (Oito mil cento e vinte e cinco reais)
Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ELETRÔNICOS PARA ATENDER
A DEMANDA DE EVENTOS REALIZADOS PELA FUNDAÇÃO CULTU-
RAL DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ

FME

Contrato nº 014/2017
Processo: Dispensa de Licitação nº. 002/2017
Locador: N.N.PEREIRA ALUGUEL DE IMOVEIS LTDA - ME
Data: 12/04/2017
Prazo: 12 (doze) meses contados a partir de 13/04/2017
Valor: R\$ 202.800,00 (Duzentos e dois mil e oitocentos reais)
Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL COM 1.495,92M2 PELO PERÍODO
DE 12 (DOZE) MESES PARA ABRIGAR A SECRETARIA DE EDUCA-
ÇÃO.

CAMBORIÚ PREV

Contrato nº 001/2017
Processo: Dispensa de Licitação nº. 001/2017
Locador: N.N.PEREIRA ALUGUEL DE IMOVEIS LTDA - ME
Data: 12/04/2017
Prazo: 12 (doze) meses
Valor: R\$ 37.200,00 (Trinta e sete mil e duzentos reais)
Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL COM 271,98M2 PELO PERÍODO DE
12 MESES PARA ABRIGAR A SEDE DO CAMBORIÚPREV.

ADITIVOS

PMC

Quinto termo aditivo
Contrato: 088/2012
Processo: Tomada de Preço nº. 001/2012
Contratado: ECOLIBRA ENGENHARIA. PROJETOS E SUSTENTABI-
LIDADE LTDA EPP
Data: 31/03/2017
Fundamento: artigo 65, II, "b" da Lei 8.666/93
Objeto do contrato: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORA-
ÇÃO DE TRABALHO TÉCNICO SOCIAL VOLTADO À AÇÃO DE UR-
BANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS E MELHORIA DAS
CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE – PAC 2
Objeto do aditivo: PRAZO: Pelo presente instrumento, face às ne-
cessidades da Municipalidade, as partes resolvem prorrogar o pra-
zo de execução dos serviços e prazo contratual por mais 12 (doze)
meses, vigorando de 1º de abril de 2017 até 31 de março de 2018,
devido a imprevisibilidade da Caixa Econômica Federal em analisar
os documentos enviados e da liberação do recurso, conforme soli-
citação da empresa e Secretaria de Planejamento Urbano.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
PREFEITO MUNICIPAL

Campo Alegre

PREFEITURA

DECRETO Nº 10.453 DE 13 DE ABRIL DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.453 DE 13 DE ABRIL DE 2017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESA DA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.573 de 21 de dezembro de 2016; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar, no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) no seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente.

11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.				
11.02 -	Coordenadoria de Turismo				
23.695.0083.2.110 -	Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Turismo				
300000.00.896 -	Despesas Correntes				
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes				
339000.00.896 -	Aplicações Diretas				
339047.00.896 -	Obrigações Patronais Tributárias e Contributivas			R\$ 1.000,00	

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulações parcial do Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente.

11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.				
11.02 -	Coordenadoria de Turismo				
23.695.0083.2.110 -	Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Turismo				
300000.00.896 -	Despesas Correntes				
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes				
339000.00.896 -	Aplicações Diretas				
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica			R\$ 1.000,00	

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 31 de março de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
13 de abril de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 17/04/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.454 DE 13 DE ABRIL DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.454 DE 13 DE ABRIL DE 2017

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO CHEFE DO SERVIÇO DE PATRIMÔNIO, SEGURANÇA, PROTOCOLO E ARQUIVO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 71, inciso IX da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art. 1º Nomear o Servidor Público Municipal PATRICK ONGHERO, Matrícula Funcional nº 000609, Registro no Sistema sob o nº 954897, ocupante do Cargo Público e na Função de Agente Administrativo II, lotado na Secretaria Municipal de Administração, para exercer o Cargo de Função Gratificada de CHEFE DO SERVIÇO PATRIMÔNIO, SEGURANÇA, PROTOCOLO E ARQUIVO, percebendo o valor pecuniário de R\$ 1.599,80 (um mil, quinhentos e noventa e nove reais, oitenta centavos) mensal, Código nº 02, Função Gratificada FG-1 constante do Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002 com as atribuições definidas no Anexo IV, do Estatuto do Servidor Público Municipal, a partir de 13 de abril de 2017.

Art. 2º O pagamento desta Função Gratificação não se incorporará à remuneração do Servidor Público Municipal e tão pouco configurará como base de incidência da alíquota de contribuição para o IPRECAL, sendo sua natureza transitória, devida apenas no exercício da Função Gratificada.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 13 de abril de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 17/04/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.455 DE 17 DE ABRIL DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.455 DE 17 DE ABRIL DE 2017

DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

O Prefeito Municipal em Exercício de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, Incisos IV e VII do Artigo 300; Decreta:

Art.1º) Contratar EMELLI TALLITA ROHDE RIBEIRO, Registro no Sistema sob nº 955707, ao Cargo Público de Professor II, para exercer a Função de Professora de Educação Física, Atividades de Nível Médio, Regime Jurídico Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012, pelo período de 17 de abril de 2017 a 19 de dezembro de 2017.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 088/12, é o Código P1, Nível 1, Referência A, Piso Nacional no valor de R\$ 2.298,80 (dois mil, duzentos e noventa e oito reais, oitenta centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente contratação, dá-se em razão da classificação de EMELLI TALLITA ROHDE RIBEIRO, aprovado em 2º lugar no Processo Seletivo Municipal nº 03/2016 homologado pelo Decreto nº 10.266 em data de 26 de janeiro de 2017.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

17 de abril de 2017.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS

Prefeito Municipal

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 17/04/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe do Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 14.305 DE 13 DE ABRIL DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.305 DE 13 DE ABRIL DE 2017

AUTORIZA A CESSÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao inciso III do artigo 75 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Fica autorizada a Cessão da Servidora Pública Municipal CAROLINA FAGOTTI DE ALMEIDA LODETTI, Matrícula Funcional nº 000709, Registro no Sistema sob nº 955154, ocupante do Cargo Público e na Função de Odontóloga I, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para

o Município de Rio do Sul/SC.

Parágrafo único. A Cessão de que trata o Caput deste Artigo está de acordo com o requerimento emitido em data de 06 de abril de 2017, devidamente assinado pela Servidora Pública Municipal e protocolizado no Serviço de Protocolo do Município de Campo Alegre/SC, em 12 de abril de 2017, às 16h03min, sob o cadastro nº 9.178.

Art. 2º A presente cessão terá prazo de vigência de 02 (dois) anos, a contar de 10 de abril de 2017.

§ 1º As despesas de remuneração e encargos trabalhistas e previdenciários da Servidora cedida será de obrigação única e exclusiva do Município de Rio do Sul/SC.

§ 2º As demais disposições inerentes a presente Cessão estão contidas no Termo de Convênio nº 002/2017, firmado entre o Município de Rio do Sul/SC e o Município de Campo Alegre/SC, anexo único, parte integrante da presente Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 10 de abril de 2017.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
13 de abril de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 17/04/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 14.306 DE 13 DE ABRIL DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.306 DE 13 DE ABRIL DE 2017

DISPÕE SOBRE AVERBAÇÃO DE CERTIDÃO DO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, previsto no Inciso VII do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, em especial a Instrução Normativa TC-07/2008 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina; Resolve:

Art.1º) Averbar a seguinte Certidão do Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, emitida em data de 03 de novembro de 2016 sob Protocolo nº 20024050.1.00206/16-2, da Servidora Pública Municipal, MÁRCIA REGINA FELICIANO DAMÁZIO FRANCO, Matrícula Funcional nº 000228, Registro no Sistema sob nº 310460, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. A Averbação do Tempo de Contribuição de que trata o Caput deste Artigo, corresponde o período total de contribuição de: 03 (zero três) anos; 10 (dez) meses e 20 (vinte) dias, conforme Parecer nº 04/2017 expedido em data de 12 de abril de 2017, pelo Serviço de Pessoal do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) A averbação constante no Artigo 1º desta Portaria, em razão do Procedimento Administrativo nº 406/2017, devidamente protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 12 de abril de 2017, sob nº 9170.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
13 de abril de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 17/04/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PREGÃO ELETRÔNICO 12/2017 FMS

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2017 - FMS

MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de material ambulatorial para uso no atendimento ambulatorial nas unidades de saúde deste Município, conforme descrição e valor de referência abaixo:

Item	Qtde	Unidade	DESCRIÇÃO	Valor Unitário Estimado (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)
1	250	PACOTE	Abaixador de língua descartável de madeira, com no mínimo 100 unidades	4,3200	1.080,00
2	150	FRASCO	Ácidos Graxos Essenciais (AGE), TCM, Vitaminas A e E, Lactina de Soja, com 100ml para curativo	3,7500	562,50
3	1.000	AMPOLA	Água destilada 10ml	0,3100	310,00
4	1.000	AMPOLA	Água destilada 5 ml	0,3100	310,00
5	40	FRASCO	Água oxigenada 10 volumes, frasco com 1000ml	5,0900	203,60
6	400	FRASCO	Água para injeção 1000ml	6,1700	2.468,00
7	5.000	UNIDADE	Agulha descartável 13x4,5, cânula siliconada, bisel trifacelado, canhão colorido, protetor plástico	0,0800	400,00
8	3.000	UNIDADE	Agulha descartável 20x5,5 - cânula siliconada, bisel trifacelado, canhão colorido, protetor plástico	0,0710	213,00
9	3.000	UNIDADE	Agulha descartável 25x6, cânula siliconada, bisel trifacelado, canhão colorido, protetor plástico	0,0800	240,00
10	10.000	UNIDADE	Agulha descartável 25x7, cânula siliconada, bisel trifacelado, canhão colorido, protetor plástico	0,0800	800,00
11	12.000	UNIDADE	Agulha descartável 25x8, cânula siliconada, bisel trifacelado, canhão colorido, protetor plástico	0,0800	960,00
12	3.000	UNIDADE	Agulha descartável 30x7, cânula siliconada, bisel trifacelado, canhão colorido, protetor plástico	0,0800	240,00
13	10.000	UNIDADE	Agulha descartável 40x12 - cânula siliconada, bisel trifacelado, canhão colorido, protetor plástico	0,1000	1.000,00
14	400	FRASCO	Álcool hidratado 70%, 1000ml	7,8800	3.152,00
15	100	FRASCO	Álcool hidratado 70%, em gel, 500ml	6,2500	625,00
16	80	ROLO	Algodão hidrófilo, em rolo, 500g	12,2600	980,80
17	50	PACOTE	Algodão ortopédico 1,8m (dúzia) - 10cm	10,1500	507,50
18	50	PACOTE	Algodão ortopédico 1,8m (dúzia) - 15cm	13,2500	662,50
19	50	PACOTE	Algodão ortopédico 1,8m (dúzia) - 20cm	16,4000	820,00
20	30	PACOTE	Algodão ortopédico 1,8m (dúzia) - 8cm	9,0500	271,50
21	20	FRASCO	Almotolia plástica, 250ml, escura	2,9500	59,00
22	3.000	ROLO	Atadura 06x1,80m em repouso, 13 fios, em tecido 100% algodão, (isentos de impurezas, alvejante óptico e resíduo de amido). De tecido neutro, macio, com devida elasticidade no sentido longitudinal, inodoro e insípido com bordas devidamente acabadas, não permitindo que desfiem. Produto não estéril. Apresentação: embalada individualmente. Embalagem trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, método, data de fabricação, prazo de validade e número de registro no Ministério da Saúde: APRESENTAR AMOSTRA.	0,3800	1.140,00
23	14.000	ROLO	Atadura 10x1,80m em repouso, 13 fios, em tecido 100% algodão, (isentos de impurezas, alvejante óptico e resíduo de amido). De tecido neutro, macio, com devida elasticidade no sentido longitudinal, inodoro e insípido com bordas devidamente acabadas, não permitindo que desfiem. Produto não estéril. Apresentação: embalada individualmente. Embalagem trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, método, data de fabricação, prazo de validade e número de registro no Ministério da Saúde: APRESENTAR AMOSTRA.	0,5900	8.260,00

24	14.000	ROLO	Atadura 15x1,80m em repouso, 13 fios, em tecido 100% algodão, (isentos de impurezas, alvejante óptico e resíduo de amido). De tecido neutro, macio, com devida elasticidade no sentido longitudinal, inodoro e insípido com bordas devidamente acabadas, não permitindo que desfiem. Produto não estéril. Apresentação: embalada individualmente. Embalagem trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, método, data de fabricação, prazo de validade e número de registro no Ministério da Saúde: APRESENTAR AMOSTRA.	1,4000	19.600,00
25	50	ROLO	Atadura gessada secagem rápida - 10x3m	2,0600	103,00
26	50	ROLO	Atadura gessada secagem rápida - 15x3m	2,3900	119,50
27	50	ROLO	Atadura gessada secagem rápida - 20x4m	3,8800	194,00
28	30	ROLO	Atadura gessada secagem rápida - 8x3m	0,8700	26,10
29	300	EMBALAGEM	Avental branco, descartável, sem mangas 20g, embalagem com 10 unidades	7,7800	2.334,00
30	100	FRASCO	Bloqueador solar FPS 30, ampla proteção UVA e UVB, frasco com no mínimo 125ml	10,6800	1.068,00
31	250	UNIDADE	Caixa coletora de resíduos de produtos hospitalares (perfuro-cortantes - grupo E), capacidade 7 litros, caixa externa de papelão ondulado, cinta lateral e fundo rígido de papelão couro, sacola para revestimento de poliuretano de alta densidade, produto conforme os padrões da NBR 13.853/97 da ABNT	3,4800	870,00
32	10	CAIXA	Caixa para acondicionamento de lâminas de preventivo, em material plástico, lavável, com capacidade para 50 laminas	9,0000	90,00
33	600	UNIDADE	Cateter intravenoso. 20 G - Alto padrão de segurança na terapia intravenosa. Cateter intravenoso periférico, do tipo "por-fora-da-agulha", com dispositivo de segurança, indicado na terapia intravenosa periférica, para infusões de média duração, constituído por: dispositivo de proteção total da agulha auto acionável, que oferece segurança tanto para o paciente quanto para o profissional, atendendo a NR 32, após a punção; agulha siliconada com bisel biangulado e trifacetado; cateter ou cânula em biomaterial Teflon: reduz a ocorrência de flebite; protetor do conjunto agulha/cateter: garante a integridade da agulha até o momento do uso, com formato anatômico permite a remoção com apenas uma das mãos; conector luer-lock, translúcido, codificado por cores e com ranhuras para fixação: permite segura conexão ao equipo, facilita a identificação do calibre e favorece a fixação através do ponto cirúrgico; câmara de refluxo em "crystal": oferece empunhadura segura e permite rápida visualização do refluxo sanguíneo; esterilizados em óxido de etileno e embalados individualmente. Contendo externamente dados de identificação, número do lote, validade e registro no Ministério da Saúde. Caixa contendo 50 unidades.	0,9500	570,00
34	600	UNIDADE	Cateter intravenoso. 22 G - Alto padrão de segurança na terapia intravenosa. Cateter intravenoso periférico, do tipo "por-fora-da-agulha", com dispositivo de segurança, indicado na terapia intravenosa periférica, para infusões de média duração, constituído por: dispositivo de proteção total da agulha auto acionável, que oferece segurança tanto para o paciente quanto para o profissional, atendendo a NR 32, após a punção; agulha siliconada com bisel biangulado e trifacetado; cateter ou cânula em biomaterial Teflon: reduz a ocorrência de flebite; protetor do conjunto agulha/cateter: garante a integridade da agulha até o momento do uso, com formato anatômico permite a remoção com apenas uma das mãos; conector luer-lock, translúcido, codificado por cores e com ranhuras para fixação: permite segura conexão ao equipo, facilita a identificação do calibre e favorece a fixação através do ponto cirúrgico; câmara de refluxo em "crystal": oferece empunhadura segura e permite rápida visualização do refluxo sanguíneo; esterilizados em óxido de etileno e embalados individualmente. Contendo externamente dados de identificação, número do lote, validade e registro no Ministério da Saúde. Caixa contendo 50 unidades.	0,9500	570,00

35	600	UNIDADE	Cateter intravenoso. 24 G - Alto padrão de segurança na terapia intravenosa. Cateter intravenoso periférico, do tipo "por-fora-da-agulha", com dispositivo de segurança, indicado na terapia intravenosa periférica, para infusões de média duração, constituído por: dispositivo de proteção total da agulha auto acionável, que oferece segurança tanto para o paciente quanto para o profissional, atendendo a NR 32, após a punção; agulha siliconada com bisel biangulado e trifacetado; cateter ou cânula em biomaterial Teflon: reduz a ocorrência de flebite; protetor do conjunto agulha/cateter: garante a integridade da agulha até o momento do uso, com formato anatômico permite a remoção com apenas uma das mãos; conector luer-lock, translúcido, codificado por cores e com ranhuras para fixação: permite segura conexão ao equipo, facilita a identificação do calibre e favorece a fixação através do ponto cirúrgico; câmara de refluxo em "crystal": oferece empunhadura segura e permite rápida visualização do refluxo sanguíneo; esterilizados em óxido de etileno e embalados individualmente. Contendo externamente dados de identificação, número do lote, validade e registro no Ministério da Saúde. Caixa contendo 50 unidades.	1,0700	642,00
36	1000	UNIDADE	Cateter para oxigênio tipo óculos adulto	1,1100	1.110,00
37	300	UNIDADE	Cateter para oxigênio tipo óculos infantil	1,1400	342,00
38	10	KIT	Copo + adaptador + mangueira para nebulização, e plástico lavável	8,0000	80,00
39	80	CAIXA	Curativos prontos para ferimentos (tipo band-aid), caixa com 35 unidades	3,9400	315,20
40	40	FRASCO	Diclofenaco dietilamônio aerossol (solução com propelente) 11,6mg/g em frasco de alumínio pressurizado, provido de válvula especial, com 60gr. Composição: diclofenaco dietilamônio, excipientes: salicilato de metila, mentol, triclosana, propilenoglicol, álcool isopropílico e mistura de butano e propano desodorizada.	37,2500	1.490,00
41	30	BISNAGA	Diclofenaco dietilamonio emugel, 60g, composição (diclofenaco dietilamonio, excipientes: dietilamina, polímero de ácido acrílico, cetomagrocol 1000, isopropanol, propilenoglicol, parafina líquida, perfume, cetil e água purificada)	5,8600	175,80
42	200	UNIDADE	Dispositivo incontinência uripen nº 06, com extensor	2,5600	512,00
43	10	EMBALAGEM	Eletrodo adesivo com 4 peças 5x5cm para fisioterapia	33,5100	335,10
44	30	BOBINA	Embalagem tubular para esterilização 10cm, papel grau cirúrgico, bobina com 100 metros	35,0000	1.050,00
45	50	BOBINA	Embalagem tubular para esterilização 20cm, papel grau cirúrgico, bobina com 100 metros	52,0000	5.200,00
46	100	BOBINA	Embalagem tubular para esterilização, 15cm, papel grau cirúrgico, bobina com 100 metros	71,0000	3.550,00
47	2.000	UNIDADE	Equipo macro gotas estéril com protetor de dedos ,atendendo NR 32, para administração de infusão parenteral por sistema fechado, ponta perfurante conforme NBR 14041, contendo câmara de gotejamento flexível, com filtro de partícula 15 micra e entrada de ar com filtro bacteriológico de 0,22 micras, tampa reversível, tubo translúcido PVC 1,40m, pinça rolete de alta precisão, injetor lateral com borracha auto cicatrizante, conector luer slip e luer lock conjugados, com tampa protetora contendo membrana hidrofóbica, que permite a retirada de ar do equipo sem a contaminação. Embalagem individual em papel de grau cirúrgico, com abertura de pétala. EMA01	1,4200	2.840,00
48	1.500	UNIDADE	Equipo Y (infusor de duas vias)	1,2900	1.935,00
49	100	CAIXA	Escalpe intravenoso G aspto, nº 21, com protetor de agulha, asas de empunhadura/fixa, tubo vinílico transparente, atóxico e aptrogênio, paredes finas, conector luer-lok codificado por cores, embalagem unicamente em blister, estéril, caixa com 50 unidades	14,1500	1.415,00
50	100	CAIXA	Escalpe intravenoso G aspto, nº 23, com protetor de agulha, asas de empunhadura/fixa, tubo vinílico transparente, atóxico e aptrogênio, paredes finas, conector luer-lok codificado por cores, embalagem unicamente em blister, estéril, caixa com 50 unidades	14,1500	1415,00

51	10	CAIXA	Escalpe intravenoso G aspto, nº 25, com protetor de agulha, asas de empunhadura/fixa, tubo vinílico transparente, atóxico e aptrogênio, paredes finas, conector luer-lok codificado por cores, embalagem unicamente em blister, estéril, caixa com 50 unidades	14,1500	141,50
52	70	ROLO	Esparadrapo extra flexível, cor branca, medidas: 10cm x 4,5m - sem capa	7,88	551,60
53	10	CAIXA	Fio de sutura 45cm de fio com agulha de 20mm, 3/8 de círculo tipo triangular cortante 2-0, mononylon, preto, caixa com 24 unidades	48,0200	480,20
54	20	CAIXA	Fio de sutura 45cm de fio com agulha de 20mm, 3/8 de círculo tipo triangular cortante 3-0, mononylon, preto, caixa com 24 unidades	48,0200	960,40
55	10	CAIXA	Fio de sutura 45cm de fio com agulha de 20mm, 3/8 de círculo tipo triangular cortante 4-0, mononylon, preto, caixa com 24 unidades	46,0800	460,80
56	10	CAIXA	Fio de sutura 45cm de fio com agulha de 20mm, 3/8 de círculo tipo triangular cortante 5-0, mononylon, preto, caixa com 24 unidades	53,0000	530,00
57	5	CAIXA	Fio de sutura 45cm de fio com agulha de 20mm, 3/8 de círculo tipo triangular cortante 6-0, mononylon, preto, caixa com 24 unidades	50,6400	253,20
58	500	ROLO	Fita hipoalergênica para curativos, 2,5cm x 10m, indicada principalmente para peles sensíveis e frágeis, porosa, com dorso de não tecido de rayon e viscose, permite a pele respirar livremente. Na cor branca.	2,5700	1.285,00
59	400	ROLO	Fita hipoalergênica para curativos, 50cm x 9,14m, indicada principalmente para peles sensíveis e frágeis, porosa, com dorso de não tecido de rayon e viscose, permite a pele respirar livremente. Na cor branca.	6,0000	2.400,00
60	10	UNIDADE	Fita métrica 150cm, diversas cores	6,4500	64,50
61	15	FRASCO	Fixador celular, composta de álcool etílico extrafino (95%), carbowax (2,5%) e propolente, indicado para fixação de esfregaços celulares em lâmina, deve ser aplicado sobre o esfregaço logo após a coleta, produto inofensivo a camada de ozônio (não contém CFC), conteúdo 100ml, embalagem contatando externamente os dados de identificação, procedência, composição, data de fabricação e validade, marca, registro, no Ministério da Saúde	6,4500	96,75
62	3	FRASCO	Formol 37%, 1.000ml	15,0000	45,00
63	120	PACOTE	Fronha descartável, 100% polipropileno, pacote com 10 unidades, medidas 40x60cm	18,7500	2.250,00
64	10	METRO	Garrote para punção	1,6700	16,70
65	700	ROLO	Gaze em rolo, Compressa de gaze (tipo queijo) em Rolo, medindo 91cm x 91 m, com 13 fios por cm², não estéril, confeccionada em tecido 100% algodão, 04 dobras, 08 camadas, massa por unidade peso mínimo 1.700 kg, com trama fechada, textura uniforme, adequada, alvejada e hidrofílica, isenta de resíduos, manchas, falhas, devem ser branqueadas, purificadas, isenta de alvejante óptico e amido, possuir pH com intervalo entre 5,0 e 8,0 apresentar hidrofílicidade menor ou igual a 15 segundos, sem filamento radiopaco, - APRESENTAR AMOSTRA.	79,4400	55.608,00
66	1.600	PACOTE	Gaze Hidrófila 7,5 X 7,5 com 13 fios. Características: confeccionadas em fios 100% algodão em tecido tipo tela, com oito camadas e cinco dobras, com dimensão de 7,5 x 7,5cm quando fechadas e 15 x 30cm quando abertas. Cor branca, alvejadas, purificadas e isentas de impurezas, substâncias gordurosas, amido, corantes corretivos e alvejantes ópticos. Dobradas para dentro em toda a sua extensão para evitar o desfiamento, isento de quaisquer defeitos prejudiciais a sua perfeita utilização, embaladas em pacote plástico com 500 unidades, constando externamente os dados de identificação e procedência, sem fios radiopacos e demais características conforme ABNT. Apresentar junto a proposta cópia impressa do registro na ANVISA. APRESENTAR AMOSTRA.	16,2800	26.048,00
67	100	FRASCO	Gel neutro para ultrassonografia e ECG, com 100g	2,8800	288,00
68	200	FRASCO	Hipoclorito de sódio 1%, frascos com 1 litro	4,6600	932,00

69	10	FRASCO	Iodopovidona 10% PVPI degermante, 1000ml	16,5000	165,00
70	800	KIT	Kit ginecológico com 1 espéculo vaginal, lubrificado com silicone de grau médico, tamanho grande: 43mm em sua maior largura distal; 36mm em sua maior largura proximal; 116 mm no eixo longitudinal dos elementos articulados + escova de coleta endocervical + 1 espátula de ayres. Estéril por Oxido etileno (ETO), embalado em papel grau cirúrgico e filme de polietileno/polipropileno	2,8900	2.312,00
71	1.200	KIT	Kit ginecológico com 1 espéculo vaginal, lubrificado com silicone de grau médico, tamanho médio: 33mm em sua maior largura distal; 30mm em sua maior largura proximal; 116 mm no eixo longitudinal dos elementos articulados + escova de coleta endocervical + 1 espátula de ayres. Estéril por Oxido etileno (ETO), embalado em papel grau cirúrgico e filme de polietileno/polipropileno	2,3300	1.864,00
72	800	KIT	Kit ginecológico com 1 espéculo vaginal, lubrificado com silicone de grau médico, tamanho pequeno: 29mm em sua maior largura distal; 24mm em sua maior largura proximal; 110 mm no eixo longitudinal dos elementos articulados + escova de coleta endocervical + 1 espátula de ayres. Estéril por Oxido etileno (ETO), embalado em papel grau cirúrgico e filme de polietileno/polipropileno	2,4800	2.976,00
73	40	CAIXA	Lâmina ponta fosca 26x76mm espessura 1-1,2mm com 50 unidades cada caixa	5,4300	217,20
74	800	EMBALAGEM	Lençol branco, descartável, com elástico, pacote com 10 unidades	12,0000	9.600,00
75	100	PAR	Luva cirúrgica estéril n. 7,0	1,3500	135,00
76	300	PAR	Luva cirúrgica estéril n. 7,5	1,3500	405,00
77	250	PAR	Luva cirúrgica estéril n. 8,0	1,3500	337,50
78	150	PAR	Luva cirúrgica estéril n. 8,5	1,3500	202,50
79	200	CAIXA	Luvas descartáveis, levemente talcadas, em látex, tamanho extra pequeno, caixa com 100 unidades	19,8800	3.976,00
80	100	CAIXA	Luvas descartáveis, levemente talcadas, em látex, tamanho grande, caixa com 100 unidades	19,8800	1.988,00
81	200	CAIXA	Luvas descartáveis, levemente talcadas, em látex, tamanho médio, caixa com 100 unidades	19,8800	3.976,00
82	250	CAIXA	Luvas descartáveis, levemente talcadas, em látex, tamanho pequeno, caixa com 100 unidades	19,8800	4.970,00
83	50	ROLO	Malha tubular de algodão, rolo com 25 metros - 10cm	10,9500	547,50
84	50	ROLO	Malha tubular de algodão, rolo com 25 metros - 15cm	12,6300	631,50
85	50	ROLO	Malha tubular de algodão, rolo com 25 metros - 20cm	14,9900	749,50
86	30	ROLO	Malha tubular de algodão, rolo com 25 metros- 8cm	9,7300	291,90
87	30	PAR	Oliva preta para encaixe em estetoscópios nacionais	1,3800	41,40
88	15	ROLO	Papel para eletrocardiograma 58mm x 20m	3,7700	56,55
89	12	ROLO	Papel para eletrocardiograma 216mm x 30m	42,0000	504,00
90	50	UNIDADE	Protetor ocular adulto	0,4200	21,00
91	50	UNIDADE	Protetor ocular infantil	0,4200	21,00
92	10	FRASCO	PVPI tópico 10%, 1000, ml	17,97	179,70
93	10	FRASCO	Sabonete líquido, contendo umectante e emolientes, embalagem com 5 litros, registro no Ministério da Saúde (Anvisa)	16,2800	162,80
94	10	EMBALAGEM	Saco plástico para descarte de material contaminado, branco, com identificação/ contaminado - 20lt	0,9000	9,00
95	50	UNIDADE	Salto de borracha ortopédico Grande	1,3200	66,00
96	50	UNIDADE	Salto de borracha ortopédico Médio	1,1500	57,50
97	50	UNIDADE	Salto de borracha ortopédico Pequeno	1,2400	62,00
98	10.000	UNIDADE	Seringa descartável estéril, em plástico atóxico de 10ml	0,2700	2.700,00
99	8.000	UNIDADE	Seringa descartável estéril, em plástico atóxico de 20ml	0,4100	3.280,00
100	4.000	UNIDADE	Seringa descartável estéril, em plástico atóxico de 3ml	0,1300	520,00
101	10.000	UNIDADE	Seringa descartável estéril, em plástico atóxico de 5ml	0,1500	1.500,00
102	50.000	UNIDADE	Seringa descartável estéril, em plástico atóxico, de 1ml, com agulha 13x4,5	0,2100	10.500,00
103	20	FRASCO	Solução de Digliconato de Clorexidina Loção Aquosa 0,2%, 1000ml	11,7800	235,60

104	1.000	FRASCO	Solução fisiológica 0,9%, frasco com 100ml, sistema fechado	2,7600	2.760,00
105	3.000	FRASCO	Solução fisiológica 0,9%, frasco com 250ml, sistema fechado	3,2500	9.750,00
106	1.200	FRASCO	Solução fisiológica 0,9%, frasco com 500ml, sistema fechado	3,9600	4.752,00
107	600	FRASCO	Solução Glicofisiológico - Sistema fechado. Solução isotônica 0,9%, solução aquosa 0,9g de sal, com soro glicosilado a 5%, 500ml	4,4000	2.640,00
108	250	FRASCO	Solução glicosada 5%, frasco com 250ml, sistema fechado	3,4200	855,00
109	400	FRASCO	Solução glicosada 5%, frasco com 500ml, sistema fechado	4,1100	1.644,00
110	3.000	UNIDADE	Sonda uretral nº 12	0,6600	1.980,00
111	2.000	UNIDADE	Sonda uretral nº 14	0,6800	1.360,00
112	1.000	UNIDADE	Sonda uretral nº 8	0,6200	620,00
113	5	EMBALAGEM	Tala Imobilizadora metálica de alumínio com espuma/ tala ortopédica (DUZIA) 12mm Larg x 18 cm compr.	5,0200	25,10
114	5	EMBALAGEM	Tala Imobilizadora metálica de alumínio com espuma/ tala ortopédica (DUZIA) 16mm Larg x 18 cm compr.	8,90	44,50
115	5	EMBALAGEM	Tala Imobilizadora metálica de alumínio com espuma/ tala ortopédica (DUZIA) 16mm Larg x 25 cm compr.	12,0000	60,00
116	5	EMBALAGEM	Tala Imobilizadora metálica de alumínio com espuma/ tala ortopédica (DUZIA) 19mm Larg x 18 cm compr.	8,4400	42,20
117	20	UNIDADE	Termômetro clínico digital	7,6400	152,80
118	600	EMBALAGEM	Toalha de papel, branco, macio, 100% celulose virgem, com 1000 folhas, tamanho aprox. 22,05 x 21cm	11,1400	6.684,00
119	10	FRASCO	Vaselina líquida 1000ml	25,0200	250,20
VALOR TOTAL ESTIMADO				R\$ 254.509,70	

Critério julgamento: MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 0h do dia 17/04/2017, às 08h45min do dia 03/05/2017;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 09h do dia 03/05/2017 no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF.

As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta da seguinte dotação:

Entidade: • Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 91.00 - Fundo Municipal de Saúde; Unidade: 91.02 - Manutenção das Atividades Básicas de Saúde; Função: 10 - Saúde; Subfunção: 301 - Atenção Básica; Programa: 59 - Assistência Básica a Saúde; Projeto: 2.115 - Manutenção e Coordenação da Assistência Básica de Saúde Materiais e serviços; Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00.00 - Material de Consumo;

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

Outras informações referentes ao edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC, através do telefone (47) 3632-2266, Setor de Licitações, site: <http://www.campoalegre.sc.gov.br> e acessando o endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br para dirimir as dúvidas referentes ao sistema operacional.

Campo Alegre, 14 de abril de 2017.

Deisi Estela Amorim
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Campo Erê

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 27/2017

MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ - SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 792/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2017
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ - SC, representado pelo seu Prefeito Sr. ODILSON VICENTE DE LIMA, TORNA PÚBLICO que até às 08 horas do dia 05 de Maio de 2017, o Pregoeiro Oficial do Município, estará recebendo as propostas dos interessados no objeto do Processo Licitatório nº 792/2017 na modalidade de Pregão Presencial nº 27/2017 – Ata de Registro de Preços, do Tipo menor preço por item, para a aquisição de forma parcelada de materiais de construção e equipamentos diversos, para a manutenção das diversas atividades das Secretarias do Município de Campo Erê, conforme especificado nesse Edital, e em conformidade com a Lei 8.666/93, suas alterações, Lei 10.520/2002, suas alterações, Decreto Municipal 703/2015, LC 147/2014, e demais normas pertinentes. Demais informações, serão fornecidas pelo Departamento de Licitações, localizado no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua 1º de Maio, 736, em Campo Erê, Estado de Santa Catarina, de segunda a sexta-feira no horário das 7:30hs às 11:30hs e das 13:15hs às 17:15hs e no e-mail licitacao@campoere.sc.gov.br - Campo Erê, SC, 13 de abril de 2017 – ODILSON VICENTE DE LIMA - Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL FMS 26/2017

MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ - SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 776/2017/FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2017/FMS
Ata de Registro de Preços
EXTRATO DE EDITAL

O Fundo Municipal de Saúde do Município De Campo Erê - SC, representado por sua Gestora CATIA FERLIN DA VEIGA, TORNA PÚBLICO que até as 08 horas do dia 28 de Abril de 2017, o Pregoeiro Oficial do Município, estará recebendo as propostas dos interessados no objeto do Processo Licitatório nº 776/2017/FMS na modalidade de Pregão Presencial Nº 26/2017/FMS - Ata de Registro de Preços do Fundo Municipal de Saúde de Campo Erê, cujo objeto é a Aquisição de forma parcelada de materiais ambulatoriais, conforme especificado nesse Edital, e em conformidade com a Lei 8.666/93, suas alterações, Lei 10.520/2002, suas alterações, Decreto Municipal 703/2015, LC 147/2014, e demais normas pertinentes. Demais informações, serão fornecidas pelo Departamento de Licitações, localizado no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua 1º de Maio, 736, em Campo Erê - SC, de segunda a sexta-feira no horário das 7:30hs às 11:30hs e das 13:15hs às 17:15hs, telefone (49) 3655-3035, e através do e-mail licitacao@campoere.sc.gov.br - Campo Erê - SC, 13 de abril de 2017 - CATIA FERLIN DA VEIGA - Gestora do FMS

TERMO DE RATIFICAÇÃO DISP. JUST. N. 737/2017

MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ
PROCESSO LICITATÓRIO N.º: 774/2017
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º: 737/2017

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato da COMISSÃO DE LICITAÇÕES que dispensou a Licitação com fundamento na Lei Federal nº 8.666/93, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis:

a) Dispensa de Licitação Nº 737/2017

b) Objeto: Contratação de serviço especializado para trabalhar no projeto do coral a ser formado por frequentadores dos Serviços de Convivência e do Programa de Medidas Socioeducativas - PSC e LA do município, através do desenvolvimento de atividades de peças musicais com treinamento e ensino dos princípios e das regras técnicas, além das atividades de maestro e monitor de música, conforme projeto elaborado pelo CRAS e CREAS.

c) Contratada: RAFAEL SILVESTRE DE VARGAS – ME

Valor: R\$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais);
Publique-se.

Campo Erê, SC, 12 de abril de 2017.

Odilson Vicente de Lima - Prefeito Municipal

TOMADA DE PREÇOS 03/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 794/2017
EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 03/2017

O Município de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que fará realizar licitação na modalidade TOMADA DE PREÇO, no dia 10 de maio de 2017, com a entrega das propostas até às 08:00 e abertura às 08:30 do mesmo dia, para implantação de infraestrutura asfáltica, drenagem pluvial e passeio público em trechos de via urbana com área de 2.272,70m² na cidade de Campo Erê, Santa Catarina. Será processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº 10.520, de 17/07/02, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21/07/93, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis. O Edital completo e demais informações poderão ser obtidas junto ao setor de licitações da Prefeitura/telefone 0xx49 3655 3035 e no site <http://www.campoere.sc.gov.br/>, ou pelo email licitacao@campoere.sc.gov.br - Campo Erê (SC), em, 13 de abril de 2017. Odilson Vicente de Lima - PREFEITO MUNICIPAL.

CÂMARA MUNICIPAL**DECISÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2017**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2017

Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviço de agenciamento de viagens, compreendendo os serviços de reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de bilhetes de passagens aéreas nacionais, conforme necessidade da Câmara Municipal de Campo Erê.

DECISÃO

1. No dia 11 de abril de 2017, às 14:00 horas, na Sede da Câmara Municipal de Vereadores de Campo Erê/SC, realizou-se a Sessão Pública para abertura dos envelopes e julgamento das habilitações ao certame acima mencionado, conforme Ata de fl. 75.
2. No ato verificou-se a ausência de licitantes ao certame. Desse modo, a presente licitação fica considerada DESERTA.
3. Publique-se esta decisão.

Campo Erê/SC, 13 de abril de 2017.

ALAN ANTONIO PASQUALOTTO
Pregoeiro (Portaria nº 005/2017)

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO DE INEXIGIBILIDADE Nº06/2017.EXPO CAMPOS

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº52/2017.

Inexigibilidade de licitação nº06/2017.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SHOW DA DUPLA BRUNO & BARRETO PARA A EXPO CAMPOS 2017. CONFORME LEI 8.666/93, ART.25, INCISO III.

Valor R\$ 85.500,00 (Oitenta e cinco mil e quinhentos reais).

Empresa: Planos Produções Artísticas Ltda Me.

Campos novos, 13 de Abril de 2017.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO

Prefeito municipal.

DECRETO Nº. 7.728/2017 DE 11/04/2017 ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICIPIO

DECRETO Nº 7.728/17 de 11/04/2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICIPIO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.259/16 de 12/05/2016 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.305/16 de 20/12/2016 (Lei Orçamentária Anual), DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento do Município, no valor de R\$ 13.000,00 (Treze mil reais) no projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 01 –GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE: 01 – GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.000 – Manutenção do Gabinete do Prefeito Municipal

Elementos de despesa: 03- 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000.000 000–Transf. a Inst. Priv. s/fins R\$13.000,00

Art. 2º. Para a cobertura dos créditos previstos no Art. 1º, serão utilizados recursos subtraídos do seguinte projeto/atividade:

ÓRGÃO: 01 –GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE: 01 – GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.000 – Manutenção do Gabinete do Prefeito Municipal

Elementos de despesa: 04- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000 000– Aplicações diretas R\$ 13.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 11 de Abril de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1044/17

PORTARIA Nº 1044/17 de 27/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ROSELENE DALLAMICO GODEL

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário ROSELENE DALLAMICO GODEL para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,

27 de março de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1119/17

PORTARIA Nº 1119/17 de 28/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ANA GABRIELA ZANOTTO ANTUNES

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário ANA GABRIELA ZANOTTO ANTUNES para exercer o cargo de PROFESSOR LEIGO, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 08 de março de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,

28 de março de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1133/17

PORTARIA Nº 1133/17 DE 29/03/17

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO MATERNIDADE A SERVIDORA ONIVIA POLEZE

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio maternidade à servidora ONIVIA POLEZE no período de 30/03/17 a 30/06/17.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
29 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1134/17

PORTARIA Nº 1134/17 DE 29/03/17
CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO MATERNIDADE A SERVIDORA DANIELA GONÇALVES DA SILVA DALLAMICO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio maternidade à servidora DANIELA GONÇALVES DA SILVA DALLAMICO no período de 02/03/17 a 29/06/17.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
29 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1135/17

PORTARIA Nº 1137/17 DE 29/03/17
CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO MATERNIDADE A SERVIDORA TATIANA APARECIDA PEREIRA DE CAMARGO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio maternidade à servidora TATIANA APARECIDA PEREIRA DE CAMARGO no período de 13/03/17 a 10/07/17.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
29 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1136/17

PORTARIA Nº 1136/17 DE 29/03/17
CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO MATERNIDADE A SERVIDORA TATIANI APARECIDA PEREIRA DE CAMARGO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos

Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio maternidade à servidora TATIANI APARECIDA PEREIRA DE CAMARGO no período de 13/03/17 a 10/07/17.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
29 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1137/17

PORTARIA Nº 1137/17 DE 29/03/17
CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO MATERNIDADE A SERVIDORA ANGELICA APARECIDA DA SILVA FRANÇA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio maternidade à servidora ANGELICA APARECIDA DA SILVA FRANÇA no período de 21/03/17 a 18/07/17.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
29 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1139/17

PORTARIA Nº 1139/17 DE 29/03/17
CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA GISLAINE MARIANO DA CRUZ

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença a GISLAINE MARIANO DA CRUZ pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, Retroagindo seus efeitos a 28 de fevereiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
29 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1140/17

PORTARIA Nº 1140/17 DE 29/03/17

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA JESSICA TAVARIOLI DO AMARAL

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença a JESSICA TAVARIOLI DO AMARAL pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, Retroagindo seus efeitos a 23 março de 2017.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
29 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1141/17

PORTARIA Nº 1141/17 DE 29/03/17

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA PAULA CRISTINA SCHMIDT

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença a PAULA CRISTINA SCHMIDT pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05 de abril de 2017.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
29 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1142/17

PORTARIA Nº 1142/17 DE 29/03/17

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA ANA CAROLINA T. K. SPILMANN

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença a ANA CAROLINA T. K. SPILMANN pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16 de março de 2017.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
29 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1143/17

PORTARIA Nº 1143/17 DE 29/03/17

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA AO SERVIDOR FERNANDO JUNIOR CORREA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença a FERNANDO JUNIOR CORREA pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de março de 2017.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
29 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1144/17

PORTARIA Nº 1144/17 DE 29/03/17

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PATRICK CARLO REDANTE

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Licença Prêmio a servidora PATRICK CARLO REDANTE, referente ao período aquisitivo de 01/01/11 a 31/12/15 a serem gozadas no período de 11/03/17 a 29/05/17.
C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
29 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1145/17

PORTARIA Nº 1145/17 DE 29/03/17

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR NELSON RODRIGUES DE SOUZA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Licença Prêmio a servidora NELSON RODRIGUES DE

SOUZA, referente ao período aquisitivo de 01/01/11 a 31/12/15 a serem gozadas no período de 08/05/17 a 05/08/17.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
29 de março de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1146/17

PORTARIA Nº 1146/17 de 29/03/17

CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR TITULAÇÃO A SERVIDOR QUE MENCIONA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, conforme Art. 38 da Lei Complementar nº 10 de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor JEAN CARLO PETRY, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Operacionais, gratificação por titulação, referente à conclusão do Curso de Graduação: Tecnólogo em Gestão Pública.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de fevereiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
29 de fevereiro de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1148/17

PORTARIA Nº 1148/17 de 29/03/17

CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR TITULAÇÃO AO SERVIDOR QUE MENCIONA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, conforme Art. 38 da Lei Complementar nº 10 de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor HILDEBRANDO NILTON REIS FILHO, ocupante do cargo efetivo de Médico Otorrinolaringologista, gratificação por titulação, referente à conclusão do Curso de Pós-Graduação "Latu Sensu": Cirurgia Plástica da Face.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2017.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
29 de fevereiro de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1149/17

PORTARIA Nº 1149/17 DE 29/03/17

CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTOS AO SERVIDOR GENEROSO PINTO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Licença sem vencimentos ao servidor GENEROSO PINTO, cargo de AUXILIAR DE OBRAS, com início em 13/03/17 à 12/03/19.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
29 de março de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1151/17

PORTARIA Nº 1151/17 DE 29/03/17

DISPENSA FGR-I DA SERVIDORA QUE MENCIONA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensar FGR-I da servidora KERLLY JUCIANE WALTER, retroagindo seus efeitos a 28 de fevereiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
29 de março de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1152/17

PORTARIA Nº 1152/17 de 29/03/17

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO SERVIDOR QUE MENCIONA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada – FGR – I – a servidora ANA PAULA BITTENCOURT WALTER, junto a Secretaria de Administração e fazenda. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Março de 2017.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
29 de março de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1153/17

PORTARIA Nº 1153/17 de 29/03/17

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO SERVIDOR QUE MENICIONA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada – FGR – II – a servidora JOCEANE GONÇALVES WALTER, junto a Secretaria de Administração e fazenda. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Março de 2017.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
29 de março de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1154/17

PORTARIA Nº 1154/17 de 29/03/17

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO SERVIDOR QUE MENICIONA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada – FGR – II – a servidora SANDRA PELENTIR DISSEGNA, junto a Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Março de 2017.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
29 de março de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1164/17

PORTARIA Nº 1164/17 de 29/03/17

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) NARCISO LUIZ NERIS

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) NARCISO LUIZ NERIS referente ao período aquisitivo de 01/04/14 a 31/03/15 a serem gozadas no período de 08/04/17 a 07/05/17.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
29 de março de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1165/17

PORTARIA Nº 1165/17 de 29/03/17

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) EDSON JOSE DELFES

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) EDSON JOSE DELFES referente ao período aquisitivo de 01/03/15 a 29/02/16 a serem gozadas no período de 06/03/17 a 04/04/17.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
29 de março de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1166/17

PORTARIA Nº 1166/17 de 29/03/17

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) IVONETE DE FATIMA VARELA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) IVONETE DE FATIMA VARELA referente ao período aquisitivo de 12/02/14 a 11/02/15 a serem gozadas no período de 01/03/17 a 30/03/17.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
29 de março de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1169/17

PORTARIA Nº 1169/17 de 29/03/17

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) CLARICE APARECIDA FAGUNDES

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) CLARICE APARECIDA FAGUNDES referente ao período aquisitivo de 21/02/15

a 20/02/16 a serem gozadas no período de 20/03/17 a 18/04/17.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
29 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1170/17

PORTARIA Nº 1170/17 de 29/03/17
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) FRANCISCO ALUPP GONÇALVES

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) FRANCISCO ALUPP GONÇALVES referente ao período aquisitivo de 01/02/16 a 31/01/17 a serem gozadas no período de 21/03/17 a 19/04/17.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
29 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1171/17

PORTARIA Nº 1171/17 de 29/03/17
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) SALETE TRAMONTIN DE CASTRO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) SALETE TRAMONTIN DE CASTRO referente ao período aquisitivo de 05/11/13 a 04/11/14 a serem gozadas no período de 07/03/17 a 05/04/17.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
29 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1181/17

PORTARIA Nº 1181/17 de 29/03/17
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) IVO ARNILDO MOREIRA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos

Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) IVO ARNILDO MOREIRA referente ao período aquisitivo de 28/03/14 a 27/03/15 a serem gozadas no período de 15/03/17 a 13/04/17.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
29 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1182/17

PORTARIA Nº 1182/17 de 29/03/17
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) CLARICE RODRIGUES ARRUDA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) CLARICE RODRIGUES ARRUDA referente ao período aquisitivo de 01/02/14 a 31/01/15 a serem gozadas no período de 20/03/17 a 18/04/17.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
29 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1183/17

PORTARIA Nº 1183/17 de 29/03/17
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) HILDEBRANDO NILTON REIS FILHO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) HILDEBRANDO NILTON REIS FILHO referente ao período aquisitivo de 14/03/16 a 13/03/17 a serem gozadas no período de 17/04/17 a 16/05/17.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
29 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1184/17

PORTARIA Nº 1184/17 de 29/03/17

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) CARLA DENISE GARBIN

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) CARLA DENISE GARBIN referente ao período aquisitivo de 02/02/14 a 01/02/15 a serem gozadas no período de 03/04/17 a 02/05/17.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
29 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1185/17

PORTARIA Nº 1185/17 de 29/03/17

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MAYSA OSHIMA PORTUGAL VAZ

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MAYSA OSHIMA PORTUGAL VAZ referente ao período aquisitivo de 02/01/16 a 01/01/17 a serem gozadas no período de 03/04/17 a 02/05/17.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
29 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1186/17

PORTARIA Nº 1186/17 de 29/03/17

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) EUCLIDES DALL OGLIO JUNIOR

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) EUCLIDES DALL OGLIO JUNIOR referente ao período aquisitivo de 13/02/16 a 12/02/17 a serem gozadas no período de 01/03/17 a 30/03/17.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente

Portaria em,
29 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1187/17

PORTARIA Nº 1187/17 de 29/03/17

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) HELI RAMOS

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) HELI RAMOS referente ao período aquisitivo de 25/01/15 a 24/02/16 a serem gozadas no período de 13/03/17 a 12/04/17.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
29 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1189/17

PORTARIA Nº 1189/17 de 29/03/17

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ARLETE LOURDES MOCELIN

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ARLETE LOURDES MOCELIN referente ao período aquisitivo de 02/07/15 a 01/07/16 a serem gozadas no período de 01/04/17 a 30/04/17.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
29 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1190/17

PORTARIA Nº 1190/17 de 29/03/17

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) IVO-NETE ZILIO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) IVONETE ZILIO referente ao período aquisitivo de 01/01/16 a 31/12/16 a serem gozadas no período de 15/03/17 a 13/04/17.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
29 de março de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1193/17

PORTARIA Nº 1193/17 de 29/03/17

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ADRIANE DE CARVALHO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ADRIANE DE CARVALHO referente ao período aquisitivo de 19/02/16 a 18/02/17 a serem gozadas no período de 15/03/17 a 13/04/17.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
29 de março de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1211/17

PORTARIA Nº 1211/17 de 29/03/17

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO SERVIDOR QUE MENICIONA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada – FGR – II – a servidora KERLLY JUCIANE WALTER, junto a Secretaria de Assistência Social. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Março de 2017.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
29 de março de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 836/17

PORTARIA Nº 836/17 de 23/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO LUCIA MARA PUCCI CEREGATTI

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas

conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, LUCIA MARA PUCCI CEREGATTI para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
23 de março de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 840/17

PORTARIA Nº 840/17 de 23/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DIANA MARINA DE SOUZA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, DIANA MARINA DE SOUZA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de março de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
23 de março de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 841/17

PORTARIA Nº 841/17 de 23/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARIA DOS SANTOS

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, MARIA DOS SANTOS para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de março de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,

23 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 842/17

PORTARIA Nº 842/17 de 23/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO LUCIANE CRISTINA DA SILVA CALDEROLI

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, LUCIANE CRISTINA DA SILVA CALDEROLI para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de março de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
23 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 895/17

PORTARIA Nº 895/17 de 23/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO CLEONIR CORREIA CORDEIRO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário CLEONIR CORREIA CORDEIRO para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
23 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 928/17

PORTARIA Nº 928/17 de 23/03/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SILVANA APARECIDA MORO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos

Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário SILVANA APARECIDA MORO para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
23 de março de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

Capinzal

PREFEITURA

Edital nº 021/2017

EDITAL Nº 021, DE 3 DE ABRIL DE 2017.

Dispõe sobre a Audiência Pública do Plano Plurianual (PPA) na forma que especifica.

O Prefeito do Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no art. 48, parágrafo único, da Lei Complementar federal nº 101/2000 e demais legislações aplicáveis, COMUNICA as entidades civis organizadas e a população em geral, que realizará AUDIÊNCIA PÚBLICA no dia 17 de abril de 2017 (segunda-feira), às 19h e 30min, no Auditório da Escola Municipal Viver e Conhecer, com o objetivo de definir as prioridades e metas da Administração Pública Municipal relacionadas a investimentos e geração de despesas que constarão no Plano Plurianual - PPA, para o período 2018 a 2021.

Capinzal, em 3 de abril de 2017.

Nilvo Dorini

Prefeito de Capinzal

Registrado e publicado o presente Edital na data supra.

Hilário Chiamolera

Secretário Interino da Administração e Finanças

FMS CREDENCIAMENTO 003/2017

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2017

PARA LABORATÓRIOS DE ANÁLISES CLÍNICAS

O Município de Capinzal, através da Secretaria da Saúde, torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberto Edital de Credenciamento.

I – DO OBJETO

O presente Edital tem como objeto: Credenciamento de Laboratório de Análises Clínicas, com objetivo de realização de exames de análises clínicas para pacientes da Secretaria da Saúde, durante o ano de 2017.

O presente edital estará aberto para credenciamento de interessados durante todo o ano de 2017.

O prazo de entrega dos documentos para credenciamento terá início no dia 18/04/2017 até 31/12/2017, no horário de expediente em vigor, das 7:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Secretaria da Saúde, sala da Diretoria Administrativa, RUA ALEXANDRE THOMAZONI, 120 – andar térreo da Câmara de Vereadores.

HORÁRIO: Das 7:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas.

TELEFONE: 3555 8787

Capinzal – SC, 13 de abril de 2017.

KAMILLE SARTORI BEAL

Secretária da Saúde

Lei nº 3.240/2017

LEI Nº 3.240, DE 13 DE ABRIL DE 2017.

Autoriza o Município de Capinzal a celebrar convênio com o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Segurança Pública para confecção de cédula de Identidade no Município.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria da Segurança Pública, visando à conjugação de esforços para a confecção de cédulas de identidade no Município.

Art. 2º As despesas decorrentes com o cumprimento da presente Lei correrão à conta de dotações orçamentárias do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 13 de abril de 2017.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

HILÁRIO CHIAMOLERA

Secretário Interino da Administração e Finanças

Lei nº 3.241/2017

LEI Nº 3.241, DE 13 DE ABRIL DE 2017.

Altera o art. 2º da Lei nº 3.237, de 23 de março de 2017, que autoriza o Município de Capinzal a efetuar despesas com a Associação dos Acadêmicos de Capinzal (ACAP).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 3.237, de 23 de março de 2017, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 2º A finalidade das despesas de que trata a presente Lei será, exclusivamente, para o atendimento de custeio com o transporte de estudantes do ensino médio técnico profissionalizante e superior, residentes no Município de Capinzal e matriculados nos cursos que não são oferecidos pelas Instituições de Ensino de Capinzal”(NR).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 13 de abril de 2017.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

HILÁRIO CHIAMOLERA
Secretário Interino da Administração e Finanças

Lei nº 3.242/2017

LEI Nº 3.242, DE 13 DE ABRIL DE 2017.

Dispõe sobre a obrigatoriedade das instituições bancárias realizarem a instalação de biombos, tapumes ou estruturas similares nos locais de atendimento ao público no município de Capinzal, e dá outras providências.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam as instituições bancárias existentes no Município de Capinzal obrigadas a instalar em suas agências e posto de atendimento ao público: tapumes, biombos ou estruturas similares, localizadas de forma a impedir a visualização pelos demais clientes das operações financeiras realizadas pelos clientes que estão nos caixas de atendimento pessoal, situados no interior das agências e postos, isolando-os e preservando a intimidade e a segurança destes clientes após terem realizado suas operações bancárias.

Art. 2º Para o cumprimento do disposto nesta lei a instalação dos biombos, tapumes ou estruturas similares deverá ser efetivada no prazo de até 60 (sessenta) dias da entrada em vigor desta lei, sob pena de multa diária de 50 (cinquenta) UFMs, por agência bancária ou posto de atendimento em que não houver sido instalado o equipamento, até o efetivo cumprimento da obrigação.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 13 de abril de 2017.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

HILÁRIO CHIAMOLERA
Secretário Interino da Administração e Finanças

Caxambu do Sul

PREFEITURA

PROCESSO SELETIVO 002/2017

EXTRATO DE EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 002/2017,
DE 13 DE ABRIL DE 2017.

Objeto: GLAUBER BURTET, PREFEITO MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, inscrito no CNPJ sob o nº 83.021.816/0001-29, com sede administrativa na Avenida Presidente Getúlio Vargas, nº 615, Bairro Centro, Caxambu do Sul, SC, CEP 89880-000, neste ato representado por seu Prefeito, torna pública a realização Processo Seletivo de Prova Escrita, para preenchimento de vagas temporárias do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul. Este Processo Seletivo reger-se-á pela Lei Orgânica Municipal, Lei nº 969/2002, Lei Complementar nº 001/2001 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e alterações, Lei Complementar 002/2001 e alterações e pelas normas estabelecidas neste Edital e demais legislação vigente e será executado pela empresa ASSESSORIA E CONSULTORIA PÚBLICA E PRIVADA LTDA – EPP (ASSCON-PP), pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Dr. Maruri, 1.204, Sala A, Centro, no Município de Concórdia, SC, CEP 89700-168, inscrita no CNPJ sob nº 17.688.208/0001-48.

1. Das inscrições: estarão abertas de 17 de abril a 26 de abril 2017, somente via internet, pelo site www.assconpp.com.br.

2. Das vagas: Estão disponíveis as seguintes vagas:

Cargo	Nº de vagas	Carga Horária Semanal	Vencimento Inicial – R\$	Habilitação Exigida
Agente Comunitário de Saúde Micro área 01 à 12	CR	40h	R\$ 1.171,55	I -Residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital do processo seletivo público; II - haver concluído o ensino fundamental; e III - haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada; *
Assistente Administrativo	CR	40h	R\$ 1.360,10	Ensino Médio Completo.
Auxiliar de Consultório Dentário	CR	40h	R\$ 1.180,34	Curso de Auxiliar de Consultório Dentário.
Assistente Social.	CR	30h	R\$ 3.320,06	Nível Superior em Serviço Social e registro no respectivo órgão de classe.
Fisioterapeuta	CR	40h	R\$ 3.320,06	Nível Superior em Fisioterapia, com registro no respectivo órgão de classe.
Médico	CR	40h	R\$ 17.628,88	Nível Superior em Medicina e registro no respectivo órgão de classe.
Odontólogo	CR	30h	R\$ 4.309,16	Nível Superior em Odontologia com registro no respectivo órgão de classe.
Nutricionista	CR	40h	R\$ 3.320,06	Nível Superior em Nutrição e registro no respectivo órgão de classe.
Psicólogo	CR	40h	R\$ 3.320,06	Nível Superior em Psicologia com registro no respectivo órgão de classe.

A íntegra do presente Edital está publicada no mural interno da Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul, SC, e nos sites www.assconpp.com.br e www.caxambudosul.sc.gov.br.

Caxambu do Sul, SC, 13 de abril de 2017.
GLAUBER BURTET
Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, SC.

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

PORTARIA N° 206/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA N° 206/2017

- CONSIDERANDO, que as férias podem ser interrompidas por conveniência do serviço público;
- CONSIDERANDO, a necessidade de serviço;

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78, §4º da Lei Complementar n° 008/99,

RESOLVE:

Art. 1º Suspende o gozo das férias concedidas, através da Portaria n. 197, de 06/04/2017 e, convocar, o Servidor FLAVIO DA SILVEIRA, por motivo de necessidade do serviço Público, devendo o período remanescente de 13(treze) dias (17/04/2017 à 29/04/2017) ser usufruído em época oportuna, de acordo com a conveniência e oportunidade da administração e o interesse público.

Art. 2º Fica revogado os efeitos da Portaria nº 197, de 06/04/2017.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 13 de abril de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

RREO_1ºBIMESTRE_CHAPADAO_DO_LAGEADO

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
						% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
RECEITAS CORRENTES	9.672.279,88	9.672.279,88	2.011.239,81	20,79	2.011.239,81	20,79
RECEITA TRIBUTÁRIA	9.660.015,88	9.660.015,88	2.011.239,81	20,82	2.011.239,81	20,82
IMPOSTOS	225.500,69	225.500,69	14.060,74	6,24	14.060,74	6,24
TAXAS	177.000,00	177.000,00	5.019,25	2,84	5.019,25	2,84
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	48.500,69	48.500,69	9.041,49	18,64	9.041,49	18,64
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	30.001,00	30.001,00	10.778,09	35,93	10.778,09	35,93
RECEITA PATRIMONIAL	30.001,00	30.001,00	10.778,09	35,93	10.778,09	35,93
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	31.001,00	31.001,00	27.575,25	88,95	27.575,25	88,95
OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	11.001,00	11.001,00	27.575,25	250,66	27.575,25	250,66
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	8.676.212,19	8.676.212,19	1.955.228,40	22,54	1.955.228,40	22,54
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	8.676.212,19	8.676.212,19	1.955.228,40	22,54	1.955.228,40	22,54
MULTAS E JUROS DE MORA	697.301,00	697.301,00	3.597,33	0,52	3.597,33	0,52
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.951,00	1.951,00	3.307,03	169,50	3.307,03	169,50
RECEITA DA DIVIDAATIVA	10.000,00	10.000,00	100,00	1,00	100,00	1,00
RECEITAS DIVERSAS	2.350,00	2.350,00	141,28	6,01	141,28	6,01
RECEITAS DE CAPITAL	683.000,00	683.000,00	49,02	0,01	49,02	0,01
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	12.264,00	12.264,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.006,00	1.006,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	1.006,00	1.006,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	1.256,00	1.256,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.256,00	1.256,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	10.002,00	10.002,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	2,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	9.672.279,88	9.672.279,88	2.011.239,81	20,79	2.011.239,81	20,79
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilizatória	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	9.672.279,88	9.672.279,88	2.011.239,81	20,79	2.011.239,81	20,79	7.661.040,07
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	9.672.279,88	9.672.279,88	2.011.239,81	20,79	2.011.239,81	20,79	7.661.040,07
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	58.145,33	—	—	27.772,37	—	—
Superávit Financeiro	—	58.145,33	—	—	27.772,37	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

[illegible]

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	9.672.279,88	9.730.425,21	1.541.748,69	1.541.748,69	8.188.676,52	1.439.912,64	1.439.912,64	8.290.512,57	792.863,24
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	571.327,17	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	9.672.279,88	9.730.425,21	1.541.748,69	1.541.748,69	—	1.439.912,64	2.011.239,81	—	792.863,24
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—

FONTE:

Chapadão do Lageado, 07/04/2017

MARLI GORETTI KAMMERS Prefeita Municipal	Joelsio Machado Contador - CRC/SC 026.103/O-0
	FLÁVIO DA SILVEIRA Responsável pela Secretaria da Fazenda

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)	RS 1,00
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (0)	9.672.279,88	9.730.425,21	1.541.748,69	1.541.748,69	8.188.676,52	1.439.912,64	1.439.912,64	8.290.512,57	
	Legislativa	690.000,00	690.000,00	90.283,39	90.283,39	599.716,61	89.978,39	89.978,39	600.021,61
Ação Legislativa	690.000,00	690.000,00	90.283,39	90.283,39	599.716,61	89.978,39	89.978,39	600.021,61	
Administração	1.861.813,05	1.861.813,05	304.958,64	304.958,64	1.556.854,41	286.474,95	286.474,95	1.575.338,10	
Administração Geral	1.018.807,05	1.018.807,05	170.977,98	170.977,98	847.829,07	167.982,30	167.982,30	850.824,75	
Administração Financeira	843.006,00	843.006,00	133.980,66	133.980,66	709.025,34	118.492,65	118.492,65	724.513,35	
Defesa Nacional	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	
Defesa Civil	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	
Segurança Pública	25.000,00	25.000,00	6.032,50	6.032,50	18.967,50	110,00	110,00	24.890,00	
Policimento	25.000,00	25.000,00	6.032,50	6.032,50	18.967,50	110,00	110,00	24.890,00	
Assistência Social	381.204,99	381.204,99	72.690,85	72.690,85	308.514,14	71.333,14	71.333,14	309.871,85	
Assistência ao Idoso	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00	
Assistência Comunitária	377.204,99	377.204,99	72.690,85	72.690,85	304.514,14	71.333,14	71.333,14	305.871,85	
Saúde	1.625.962,03	1.625.962,03	336.312,18	336.312,18	1.289.649,85	316.011,67	316.011,67	1.309.950,36	
Atenção Básica	1.564.959,03	1.564.959,03	329.506,06	329.506,06	1.235.452,97	309.205,55	309.205,55	1.255.753,48	
Vigilância Sanitária	50.001,00	50.001,00	6.806,12	6.806,12	43.194,88	6.806,12	6.806,12	43.194,88	
Vigilância Epidemiológica	11.002,00	11.002,00	0,00	0,00	11.002,00	0,00	0,00	11.002,00	
Trabalho	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	
Fomento ao Trabalho	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	
Educação	2.573.019,80	2.601.165,13	402.819,25	402.819,25	2.198.345,88	375.885,34	375.885,34	2.225.279,79	
Ensino Fundamental	1.779.610,89	1.807.756,22	292.615,97	292.615,97	1.515.140,25	265.682,06	265.682,06	1.542.074,16	
Educação Infantil	783.405,91	783.405,91	110.203,28	110.203,28	673.202,63	110.203,28	110.203,28	673.202,63	
Educação Especial	10.003,00	10.003,00	0,00	0,00	10.003,00	0,00	0,00	10.003,00	
Cultura	57.001,00	57.001,00	0,00	0,00	57.001,00	0,00	0,00	57.001,00	
Difusão Cultural	57.001,00	57.001,00	0,00	0,00	57.001,00	0,00	0,00	57.001,00	
Direitos da Cidadania	8.004,07	38.004,07	0,00	0,00	38.004,07	0,00	0,00	38.004,07	
Assistência à Criança e ao Adolescente	8.004,07	38.004,07	0,00	0,00	38.004,07	0,00	0,00	38.004,07	
Urbanismo	1.042.755,00	1.042.755,00	241.745,61	241.745,61	801.009,39	220.566,58	220.566,58	822.188,42	
Infra-Estrutura Urbana	92.754,00	92.754,00	7.006,65	7.006,65	85.747,35	6.306,37	6.306,37	86.447,63	
Serviços Urbanos	950.001,00	950.001,00	234.738,96	234.738,96	715.262,04	214.260,21	214.260,21	735.740,79	
Habituação	2.005,00	2.005,00	0,00	0,00	2.005,00	0,00	0,00	2.005,00	
Habituação Rural	2.005,00	2.005,00	0,00	0,00	2.005,00	0,00	0,00	2.005,00	
Saneamento	30.002,00	30.002,00	1.511,51	1.511,51	28.490,49	1.497,76	1.497,76	28.504,24	
Saneamento Básico Urbano	30.002,00	30.002,00	1.511,51	1.511,51	28.490,49	1.497,76	1.497,76	28.504,24	

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
							% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	9.672.279,88	9.730.425,21	1.541.748,69	1.541.748,69	8.188.676,52	1.439.912,64	100,00	8.290.512,57
Gestão Ambiental	215.002,00	215.002,00	10.410,74	10.410,74	204.591,26	9.035,79	0,63	205.966,21
Preservação e Conservação Ambiental	147.502,00	147.502,00	10.320,74	10.320,74	137.181,26	8.945,79	0,62	138.556,21
Turismo	67.500,00	67.500,00	90,00	90,00	67.410,00	90,00	0,01	67.410,00
Agricultura	617.009,00	617.009,00	65.508,41	65.508,41	551.500,59	59.543,41	4,14	557.465,59
Extensão Rural	617.009,00	617.009,00	65.508,41	65.508,41	551.500,59	59.543,41	4,14	557.465,59
Transporte	362.500,94	362.500,94	2.100,00	2.100,00	360.400,94	2.100,00	0,15	360.400,94
Transporte Rodoviário	362.500,94	362.500,94	2.100,00	2.100,00	360.400,94	2.100,00	0,15	360.400,94
Desporto e Lazer	113.001,00	113.001,00	7.375,61	7.375,61	105.625,39	7.375,61	0,51	105.625,39
Desporto Comunitário	113.001,00	113.001,00	7.375,61	7.375,61	105.625,39	7.375,61	0,51	105.625,39
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	9.672.279,88	9.730.425,21	1.541.748,69	1.541.748,69	8.188.676,52	1.439.912,64	100,00	8.290.512,57

FONTE:

Chapadão do Lageado, 07/04/2017

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

Joelcio Machado
Contador - CRC/SC 026.103/O-0

FLÁVIO DA SILVEIRA
Responsável pela Secretaria da Fazenda

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2016 A FEVEREIRO/2017

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2017	
ESPECIFICAÇÃO		Mar/2016	Abr/2016	Mai/2016	Jun/2016	Jul/2016	Ago/2016	Sep/2016	Out/2016	Nov/2016	Dez/2016	Jan/2017	Fev/2017	TOTAL (JUL. 12 MESES)	RS 1,00
RECEITAS CORRENTES (I)															9.835.915,88
RECEITA TRIBUTÁRIA		902.671,81	1.073.110,78	1.222.777,67	1.025.798,95	1.117.072,19	1.010.692,41	905.313,63	1.017.669,17	1.476.033,90	2.155.554,57	1.122.873,20	1.268.341,70	14.304.205,98	9.835.915,88
IPT.U.		17.324,32	81.181,28	28.054,05	6.720,58	12.316,43	43.380,10	10.665,51	6.138,54	12.168,70	77.826,34	9.525,51	4.535,23	309.816,59	225.500,69
I.R.R.F.		507,62	25.212,74	12.689,93	489,86	389,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	38.516,67	25.000,00
I.S.S.		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.T.E.I.		6.774,39	8.266,10	3.669,49	2.141,98	2.789,27	6.314,24	5.249,86	2.089,92	7.811,94	16.823,92	2.318,05	1.329,50	65.416,66	60.000,00
Outras Receitas Tributárias		1.692,30	1.707,86	4.374,37	2.576,48	6.951,49	4.138,68	4.076,90	3.460,76	2.821,40	1.235,39	1.079,17	0,00	33.914,80	12.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		8.350,01	45.994,58	7.051,26	1.502,16	2.198,25	32.807,18	1.338,75	587,86	1.935,36	59.767,03	6.128,29	3.205,73	170.964,46	128.500,69
RECEITA PATRIMONIAL		7.033,65	5.764,83	4.789,74	4.161,14	4.299,67	4.805,82	4.309,47	4.712,11	4.214,71	4.065,94	5.025,72	5.762,37	98.935,17	30.001,00
RECEITA AGROPECUÁRIA		14.423,31	34.791,24	13.771,37	13.833,37	18.291,26	15.828,17	12.394,05	10.992,71	13.041,69	17.661,15	14.946,64	12.626,61	192.703,57	31.001,00
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		895.233,48	995.831,75	1.175.256,17	1.000.114,77	1.081.787,21	946.328,78	877.382,26	995.609,52	1.422.825,14	2.047.598,43	1.090.005,73	1.245.197,76	13.683.942,00	8.852.112,19
Cota-Parte do FPM.		396.716,65	471.611,14	627.129,00	518.110,14	574.515,35	465.840,62	378.821,49	459.849,98	839.888,98	1.311.543,46	557.723,59	714.896,63	7.315.836,77	4.015.780,00
Cota-Parte do ICMS.		255.080,63	263.471,16	253.682,72	250.617,40	259.637,34	255.714,11	274.211,78	284.224,99	276.319,30	304.384,18	316.797,80	280.869,30	3.275.020,71	2.000.659,01
Cota-Parte do IPVA.		20.216,70	23.123,46	18.503,23	23.950,85	15.882,40	16.016,56	13.271,94	10.855,47	5.002,63	6.306,00	7.146,78	11.977,26	17.077,31	80.000,00
Outras Transferências Correntes		63.543,84	70.562,96	145.729,65	82.599,07	112.484,38	84.035,26	84.061,29	96.706,17	151.443,51	261.460,38	67.831,18	102.905,55	1.322.752,64	1.856.782,18
Transferências de LC 67/196		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB		1.076,57	1.076,57	1.076,57	1.076,57	1.076,57	1.076,57	1.076,57	1.076,57	1.076,57	1.076,57	1.076,45	1.076,45	12.916,60	13.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		119.557,19	125.333,13	129.154,80	123.709,50	119.139,74	122.843,66	125.342,34	142.814,14	149.975,86	162.775,64	138.350,43	133.345,08	1.593.151,53	884.401,00
DEDUÇÕES (II)															
Dedução de Receita Para Formação do FUNDEB		7.657,05	1.741,68	906,34	999,09	377,62	569,54	562,34	216,29	23.782,66	8.432,71	3.367,60	229,73	48.812,65	697.301,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)		135.355,95	152.819,70	180.935,65	159.276,55	130.945,84	148.626,28	134.354,26	152.224,65	225.123,67	266.121,66	177.311,79	202.863,30	2.065.550,30	175.900,00
FONTE:		767.315,86	926.491,08	1.041.851,02	865.522,40	986.126,35	862.366,13	770.959,37	865.444,52	1.250.910,23	1.889.432,91	945.561,41	1.065.676,40	12.238.669,68	9.680.915,88

Chapadão do Lageado, 07/04/2017

MARU GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

Joelson Machado
Contador - CRCSC 008.103/00

FLÁVIO DA SILVA
Responsável pela Secretaria da Fazenda

Município de Chapadao do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2016 (A)	Em 31 Dez 2016 (B)	Em 28 Fev 2017 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	2.086.553,44	2.086.553,44	2.715.599,74
Disponibilidade de Caixa	2.086.553,44	2.086.553,44	2.711.866,68
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.170.528,88	2.170.528,88	3.420.758,86
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	83.975,44	83.975,44	708.892,18
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	3.733,06
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	0,00	0,00	0,00

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (Vlc - Vlb)	Jan a Fev 2017 (Vlc - Vla)
VALOR	0,00	0,00

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	145.000,00

FONTE:

Chapadao do Lageado, 07/04/2017

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

Joelsio Machado

Contador - CRC/SC 026.103/O-0

FLÁVIO DA SILVEIRA

Responsável pela Secretaria da Fazenda

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	9.649.014,88	1.983.664,56	1.932.774,77
Receita Tributária	225.500,69	14.060,74	20.819,03
I.P.T.U.	25.000,00	0,00	0,00
I.S.S.	60.000,00	3.647,55	10.596,41
I.T.B.I.	12.000,00	1.079,17	5.542,25
I.R.R.F.	80.000,00	292,53	115,12
Outras Receitas Tributárias	48.500,69	9.041,49	4.565,25
Receita de Contribuição	30.001,00	10.778,09	10.587,36
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	30.001,00	10.778,09	10.587,36
Receita Patrimonial Líquida	20.000,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	31.001,00	27.575,25	19.062,59
(-) Aplicações Financeiras	11.001,00	27.575,25	19.062,59
Transferências Correntes	8.676.212,19	1.955.228,40	1.899.142,29
F.P.M.	3.915.760,00	1.018.168,22	939.872,42
I.P.V.A	64.000,00	15.299,35	16.345,97
I.C.M.S.	1.950.659,01	478.205,49	449.478,90
Convênios	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	2.745.793,18	443.555,34	493.445,00
Demais Receitas Correntes	697.301,00	3.597,33	2.226,09
Dívida Ativa	2.350,00	141,28	266,22
Diversas Receitas Correntes	694.951,00	3.456,05	1.959,87
RECEITAS DE CAPITAL (II)	12.264,00	0,00	204.391,20
Operações de Crédito (III)	1.006,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	1.256,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	10.002,00	0,00	204.391,20
Convênios	10.000,00	0,00	204.391,20
Outras Transferências de Capital	2,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	10.002,00	0,00	204.391,20
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	9.659.016,88	1.983.664,56	2.137.165,97

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
DESPESAS CORRENTES (VIII)	9.290.026,87	1.536.107,79	1.447.667,11	1.435.270,74	1.335.403,35
Pessoal e Encargos Sociais	4.611.349,19	922.758,81	904.243,79	922.758,81	904.243,79
Juros e Encargos da Dívida (IX)	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	4.678.676,68	613.348,98	543.423,32	512.511,93	431.159,56
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	9.290.025,87	1.536.107,79	1.447.667,11	1.435.270,74	1.335.403,35
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	380.398,34	5.640,90	246.788,40	4.641,90	243.193,40
Investimentos	380.397,34	5.640,90	246.788,40	4.641,90	243.193,40
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	380.397,34	5.640,90	246.788,40	4.641,90	243.193,40
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	60.000,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	9.730.423,21	1.541.748,69	1.694.455,51	1.439.912,64	1.578.596,75
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-71.406,33	441.915,87	442.710,46	543.751,92	558.569,22
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	27.772,37	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	27.772,37	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-13.261,00

Município de Chapadao do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Chapadao do Lageado, 07/04/2017

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

Joelsio Machado
Contador - CRC/SC 026.103/O-0

FLÁVIO DA SILVEIRA
Responsavel pela Secretaria da Fazenda

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES						RP NÃO PROCESSADOS					R\$ 1,00
	Inscritos		Saldo (a)	Cancelados	Pagos	Liquidados	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (b)	
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2016					Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2016				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)												
EXECUTIVO	55.975,14	28.000,30	57.855,98	-	26.119,46	10.325,03	6.338,23	-	57.259,10			115.115,08
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	55.975,14	28.000,30	57.855,98	0,00	26.119,46	10.325,03	6.338,23	0,00	57.259,10			115.115,08
Fundo de Assistência Social	52.749,71	24.257,26	57.547,45	0,00	22.459,52	9.838,53	5.851,73	0,00	39.028,59			96.576,04
SECRETARIA DA AGRICULTURA	788,81	0,00	788,81	0,00	0,00	905,00	0,00	0,00	2.496,69			3.255,50
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	73,00	2.174,00	73,00	0,00	2.174,00	210,00	210,00	0,00	1.289,40			1.342,40
SECRETARIA DA FAZENDA	35.223,02	16.196,36	36.955,49	0,00	14.452,89	8.695,00	5.600,00	0,00	9.039,95			46.005,44
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	1.796,50	1.796,50	1.781,13	0,00	1.781,13	68,53	41,73	0,00	2.849,28			2.894,65
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E TURISMO	290,08	13,00	290,08	0,00	13,00	0,00	0,00	0,00	15.847,38			16.137,46
SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SER	1.200,00	0,00	1.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SER	19.394,80	2.878,40	19.434,70	0,00	2.838,50	0,00	0,00	0,00	7.525,89			26.960,59
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADÃO DO LAGE	225,43	3.743,04	308,53	0,00	3.659,94	486,50	486,50	0,00	18.230,51			18.539,04
Fundo Municipal de Saude	225,43	3.743,04	308,53	0,00	3.659,94	486,50	486,50	0,00	18.230,51			18.539,04
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)												-
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
TOTAL (III) = (I + II):	55.975,14	28.000,30	57.855,98	0,00	26.119,46	10.325,03	6.338,23	0,00	57.259,10			115.115,08

ONTE:

FONTE:

Chapadão do Lageado, 07/04/2017

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita MunicipalJoeliso Machado
Contador - CRC/SC 026.103/O-0FLÁVIO DA SILVEIRA
Responsável pela Secretaria da Fazenda

MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	179.850,00	179.850,00	5.068,66	2,82
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	26.200,00	26.200,00	0,00	0,00
1.1.1- IPTU	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	1.200,00	1.200,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	13.000,00	13.000,00	1.085,18	8,35
1.2.1- ITBI	12.000,00	12.000,00	1.079,17	8,99
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	1.000,00	1.000,00	6,01	0,60
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	60.650,00	60.650,00	3.690,95	6,09
1.3.1- ISS	60.000,00	60.000,00	3.647,55	6,08
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	650,00	650,00	43,40	6,68
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	80.000,00	80.000,00	292,53	0,37
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	6.143.919,01	6.143.919,01	1.899.876,94	30,92
2.1- Cota-Parte FPM	4.013.760,00	4.013.760,00	1.272.710,22	31,71
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	4.013.760,00	4.013.760,00	1.272.710,22	31,71
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	2.000.659,01	2.000.659,01	597.458,86	29,86
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	13.000,00	13.000,00	2.152,90	16,56
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	35.000,00	35.000,00	8.343,93	23,84
2.5- Cota-Parte ITR	1.500,00	1.500,00	86,97	5,80
2.6- Cota-Parte IPVA	80.000,00	80.000,00	19.124,06	23,91
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	6.323.769,01	6.323.769,01	1.904.945,60	30,12
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	163.002,00	163.002,00	38.262,80	23,47
5.1- Transferências do Salário-Educação	88.002,00	88.002,00	37.621,18	42,75
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	35.000,00	35.000,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	641,62	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1,00	1,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	110.509,04	110.509,04	32.229,39	29,16
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	283.512,04	283.512,04	70.492,19	24,86

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	175.900,00	175.900,00	379.975,12	216,02
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	100.000,00	100.000,00	254.542,00	254,54
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	50.000,00	50.000,00	119.491,64	238,98
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	2.600,00	2.600,00	430,58	16,56
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	7.000,00	7.000,00	1.668,80	23,84
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	300,00	300,00	17,39	5,80
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	16.000,00	16.000,00	3.824,71	23,90
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	884.401,00	884.401,00	272.695,51	30,83
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	884.401,00	884.401,00	272.695,51	30,83
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	708.501,00	708.501,00	-107.279,61	-15,14

DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	563.240,80	591.386,13	156.489,61	26,46	156.489,61	26,46
13.1- Com Educação Infantil	192.254,50	192.254,50	83.122,78	43,24	83.122,78	43,24
13.2- Com Ensino Fundamental	370.986,30	399.131,63	73.366,83	18,38	73.366,83	18,38
14- OUTRAS DESPESAS	323.660,20	323.660,20	56.476,73	17,45	56.476,73	17,45
14.1- Com Educação Infantil	125.645,50	125.645,50	24.101,71	19,18	24.101,71	19,18
14.2- Com Ensino Fundamental	198.014,70	198.014,70	32.375,02	16,35	32.375,02	16,35
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	886.901,00	915.046,33	212.966,34	23,27	212.966,34	23,27
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						212.966,34
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100 %						57,39
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100 %						20,71
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						21,90

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2016 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2017 ²						0,00

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	763.902,91	763.902,91	110.203,28	14,43	110.203,28	14,43
22.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	1.529.103,85	1.557.249,18	241.315,46	15,50	223.939,62	14,38
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	569.001,00	597.146,33	105.741,85	17,71	105.741,85	17,71
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	960.102,85	960.102,85	135.573,61	14,12	118.197,77	12,31
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	2.293.006,76	2.321.152,09	351.518,74	15,14	334.142,90	14,40
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						-107.279,61
30 - DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
31- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (49)						-
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						-
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
34- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴						-
35- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (45 j)						-
36- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35)						-107.279,61
37- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (36))						441.422,51
38- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((37) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%						23,17

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
39- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40 - DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	88.002,00	88.002,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	192.008,04	192.008,04	51.300,51	26,72	41.742,44	21,74
43 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (39 + 40 + 41 + 42)	280.011,04	280.011,04	51.300,51	18,32	41.742,44	14,91
44- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 43)	2.573.017,80	2.601.163,13	402.819,25	15,49	375.885,34	14,45
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO			SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2017 (i)	
45- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE			0,00		0,00	
45.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino			0,00		0,00	
45.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB			0,00		0,00	

Continuação 3/3

MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
46- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	28.145,33	6.300,51
47- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	274.269,90	0,00
48- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	91.429,82	0,00
48.1 Orçamento do Exercício	91.429,82	0,00
48.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
49- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
50- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	210.985,41	6.300,51
51- (+) Ajustes	7.697,17	0,00
51.1. Retenções	0,00	0,00
51.2. Conciliação bancária	7.697,17	0,00
52- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	218.682,58	6.300,51

Chapadão do Lageado, 13/04/2017

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

Joelsio Machado
Contador - CRC/SC 026.103/O-0

FLÁVIO DASILVEIRA
Responsável pela Secretaria da Fazenda

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO' (I)	1.006,00	0,00	1.006,00
DESPESAS			
DESPESAS DE CAPITAL	380.398,34	5.640,90	4.641,90
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	380.398,34	4.641,90	374.757,44
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-379.392,34	-	-373.751,44

FONTE:

Chapadão do Lageado, 07/04/2017

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

Joelsio Machado
Contador - CRC/SC 026.103/O-0

FLÁVIO DA SILVEIRA
Responsável pela Secretaria da Fazenda

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
						Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECETA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)				180.351,00	180.351,00	5.068,66	2,81
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU				25.000,00	25.000,00	0,00	0,00
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI				12.000,00	12.000,00	1.079,17	8,99
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS				60.000,00	60.000,00	3.647,55	6,08
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF				80.000,00	80.000,00	292,53	0,37
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos				851,00	851,00	43,40	5,10
Dívida Ativa dos Impostos				2.300,00	2.300,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa				200,00	200,00	6,01	3,01
RECETA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)				6.314.042,01	6.314.042,01	1.899.876,94	30,09
Cota-Parte FPM				4.013.760,00	4.013.760,00	1.272.710,22	31,71
Cota-Parte ITR				1.500,00	1.500,00	86,97	5,80
Cota-Parte IPVA				80.000,00	80.000,00	19.124,06	23,91
Cota-Parte ICMS				2.000.659,01	2.000.659,01	597.458,86	29,86
Cota-Parte IPI-Exportação				35.000,00	35.000,00	8.343,93	23,84
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais				183.123,00	183.123,00	2.152,90	1,18
Desoneração ICMS (LC 87/96)				13.000,00	13.000,00	2.152,90	16,56
Outras				170.123,00	170.123,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II				6.494.393,01	6.494.393,01	1.904.945,60	29,33
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
						Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS				264.752,00	264.752,00	63.833,47	24,11
Provenientes da União				264.752,00	264.752,00	63.833,47	24,11
RECITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS A SAÚDE				3,00	3,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				26.503,00	26.503,00	8.486,93	32,02
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				291.258,00	291.258,00	72.320,40	24,83
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)				DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS
						Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100
						Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES				1.566.452,63	1.566.452,63	334.628,18	21,36
Pessoal e Encargos Sociais				746.802,00	746.802,00	171.190,32	22,92
Outras Despesas Correntes				819.650,63	819.650,63	163.437,86	19,94
DESPESAS DE CAPITAL				52.509,40	52.509,40	1.134,00	2,16
Investimentos				52.509,40	52.509,40	1.134,00	2,16

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos	52.509,40	52.509,40	1.134,00	2,16	135,00	0,26
	52.509,40	52.509,40	1.134,00	2,16	135,00	0,26
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	1.618.962,03	1.618.962,03	335.762,18	20,74	315.461,67	19,49
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/v)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/v)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	361.123,59	400.123,59	80.460,00	23,96	77.615,92	24,60
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	357.616,59	396.616,59	80.460,00	23,96	77.615,92	24,60
Recursos de Operações de Crédito	3,00	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	3.504,00	3.504,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	361.123,59	400.123,59	80.460,00	23,96	77.615,92	24,60
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	1.257.838,44	1.218.838,44	255.302,18	76,04	237.845,75	75,40
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4e5						12,49
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]⁶						-47.896,09

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA				A PAGAR		PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS					
	0,00	0,00		0,00		0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00		0,00		0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º							
RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)		SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
SALDO INICIAL							
0,00				0,00		0,00	0,00
0,00				0,00		0,00	0,00
TOTAL (VIII)							
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26							
LIMITE NÃO CUMPRIDO				DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)		SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
SALDO INICIAL							
-				-		-	-

FONTE:

- 1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
- 2 O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
- 3 O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
- 4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
- 5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
- 6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $V/(h+i) - (15 \times IIIb)/100$

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Chapadão do Lageado, 13/04/2017

MARLI GORETTI KAMMERS Prefeita Municipal	Joelcio Machado Contador - CRC/SC 026.103/O-0	FLÁVIO DA SILVEIRA Responsável pela Secretaria
---	--	---

Município de Chapadão do Lageado - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2017		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
-----------------	--------------------	--------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

Chapadão do Lageado, 13/04/2017

MARLI GORETTI KAMMERS	Joelsio Machado	FLÁVIO DA SILVEIRA
Prefeita Municipal	Contador - CRC/SC 026.103/O-0	Responsável pela Secretaria da Fazenda

Município de Chapadao do Lageado - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		9.672.279,88		
Previsão Atualizada		9.672.279,88		
Receitas Realizadas		2.011.239,78		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		27.772,37		
DESPESAS				
Dotação Inicial		9.672.279,88		
Créditos Adicionais		58.145,33		
Dotação Atualizada		9.730.425,21		
Despesas Empenhadas		1.541.748,69		
Despesas Liquidadas		1.439.912,64		
Despesas pagas		792.863,24		
Superavit Orçamentário		571.327,14		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		1.541.748,69		
Despesas Liquidadas		1.439.912,64		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		12.238.659,65		
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias Realizadas (I)		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)		0,00		
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		145.000,00	0,00	0,00
Resultado Primário		-13.261,00	543.513,65	-4.098,59
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	63.597,33	0,00	6.338,23	57.259,10
EXECUTIVO	63.597,33	0,00	6.338,23	57.259,10
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	83.975,44	0,00	26.119,46	57.855,98
EXECUTIVO	83.975,44	0,00	26.119,46	57.855,98
TOTAL:	147.572,77	0,00	32.457,69	115.115,08
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		441.422,51	25%	23,17
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		156.489,61	60%	57,39
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	1.006,00	
Despesa de Capital Líquida		4.641,90	375.756,44	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2017	2025	2035	2050
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

Município de Chapadao do Lageado - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	1.256,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	1.005,04
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	237.845,75	15,00	12,49
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)		0,00	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Chapadao do Lageado, 13/04/2017

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

Joelsio Machado
Contador - CRC/SC 026.103/O-0

FLÁVIO DA SILVEIRA
Responsavel pela Secretaria da Fazenda

Cocal do Sul

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR N. 69

LEI COMPLEMENTAR Nº 69, de 13 de abril de 2017.

CRIA CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO, COM CARGA HORÁRIA DE 20 HORAS SEMANAIS, NO QUADRO DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei.

Art. 1º Ficam criados no quadro de pessoal do Município de Cocal do Sul, conforme Lei Complementar n. 35 de 12 de setembro de 2011, os seguintes cargos de provimento efetivo com carga horária de 20 horas semanais:

I – 01(uma) vaga para MÉDICO CLÍNICO GERAL, 20 horas semanais, vencimentos R\$ 6.206,60;

II – 01(uma) vaga de ENFERMEIRO, 20 horas semanais, vencimentos R\$ 2.312,10.

Parágrafo único. O cargo de Médico Clínico Geral e o cargo de Enfermeiro, constarão no Anexo I – Grupo I – Atividades de Nível Superior – ANS.

Art. 2º As alterações efetuadas no Anexo I – Grupo I, terão as alterações correspondentes no Anexo V – Grupo I, e Anexo VI – Das Progressões.

Art. 3º Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 13 de abril de 2017.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e
Finanças Públicas

LEI N. 1.342

LEI N. 1.342, de 13 de abril de 2017.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, A FILIAR-SE E CONTRIBUIR FINANCEIRAMENTE COM A CNM - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS.

ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a Todos os Habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica o Município de Cocal do Sul autorizado a filiar-se e/ou contribuir financeiramente com a CNM – Confederação Nacional dos Municípios, portadora do CNPJ n.º 00.703.157/0001-83, com sede na Rua SC RS 505 Bloco c, 62 – Brasília/DF, pelo período de 12 meses, mantendo em dia as contribuições mensais fixadas pela Assembleia Geral Extraordinária da entidade e publicadas conforme Resolução de seu Presidente.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à

conta da dotação orçamentária: 3.3.50.41 – Transferências a Instituições sem fins lucrativos.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 13 de abril de 2017.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e
Finanças Públicas

Concórdia

PREFEITURA

EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 311/2016 - PMC

Contrato Nº : 311/2016
Aditivo Nº : 2TA Ctr 311/2016/2017
Tipo Aditivo : Normal
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : SANTASUL - PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA EPP
Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 23/2016
Objeto : Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada por preços máximos unitários (material e mão de obra), para execução de obra de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial, de duas ruas da localidade de Três de Outubro, deste município, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.
Vigência : Início: 03/04/2017 Término: 06/05/2017
Assinatura : 03/04/2017
Valor Acrescido R\$: 1.563,91 (Um Mil, Quinhentos e Sessenta e Três Reais e Noventa e Um Centavos)
Valor Reduzido R\$: 15.127,63 (Quinze Mil, Cento e Vinte e Sete Reais e Sessenta e Três Centavos)

Dotação : 105 - 08.001.1009.344905198000000.01000001

EXTRATO 5º TA CONTRATO Nº 250/2016 - PMC

Contrato Nº : 250/2016
Aditivo Nº : 5TA Ctr 250/2016/2017
Tipo Aditivo : Outros/Paralisação
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : BALBINOT CONSTRUÇÕES EIRELLI EPP
Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 16/2016
Objeto : Contratação de empresa do ramo de estruturas metálicas, em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra), para execução de reforço estrutural na EBM João Theobaldo Magarinos, situada neste Município, com recurso federal (FUN-DEB), de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.
Paralisação : 24/03/2017
Assinatura : 06/04/2017

EXTRATO DO CONTRATO Nº 10/2017 - FMS

Contrato Nº : 10/2017
Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA
Contratada : REUMATO CLINICA LTDA - ME
Licitação : Inexigibilidade 2/2017
Objeto : Credenciamento de empresas para prestação de serviços de saúde para consultas especializadas, exames e cirurgias eletivas.
Vigência : Início: 03/04/2017 Término: 03/04/2018
Assinatura : 03/04/2017
Valor R\$: 17.280,00 (Dezessete Mil e Duzentos e Oitenta Reais)
Dotação : 218 - 13.001.2103.333903950000000.01380003
Dotação : 399 - 13.001.2103.333903950000000.03020000

EXTRATO DO CONTRATO Nº 11/2017 - FMS

Contrato Nº : 11/2017
Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA
Contratada : CLÍNICA DO APARELHO DIGESTIVO RODRIGUES E KOEFENDER
Licitação : Inexigibilidade 2/2017
Objeto : Credenciamento de empresas para prestação de serviços de saúde para consultas especializadas, exames e cirurgias eletivas.
Vigência : Início: 03/04/2017 Término: 03/04/2018
Assinatura : 03/04/2017
Valor R\$: 213.472,68 (Duzentos e Treze Mil, Quatrocentos e Setenta e Dois Reais e Sessenta e Oito Centavos)

Dotação : 218 - 13.001.2103.333903950000000.01380003

Dotação : 399 - 13.001.2103.333903950000000.03020000

EXTRATO DO CONTRATO Nº 12/2017 - FMS

Contrato Nº : 12/2017
Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA
Contratada : CLINICA DE OLHOS NIEDERAUER LTDA ME
Licitação : Inexigibilidade 2/2017
Objeto : Credenciamento de empresas para prestação de serviços de saúde para consultas especializadas, exames e cirurgias eletivas.
Vigência : Início: 03/04/2017 Término: 03/04/2018
Assinatura : 03/04/2017
Valor R\$: 173.348,28 (Cento e Setenta e Três Mil, Trezentos e Quarenta e Oito Reais e Vinte e Oito Centavos)

Dotação : 218 - 13.001.2103.333903950000000.01380003

Dotação : 399 - 13.001.2103.333903950000000.03020000

EXTRATO DO CONTRATO Nº 13/2017 - FMS

Contrato Nº : 13/2017
Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA
Contratada : LA SANTÉ CLÍNICA E ADMINISTRADORA DE IMÓVEIS LTDA
Licitação : Inexigibilidade 2/2017
Objeto : Credenciamento de empresas para prestação de serviços de saúde para consultas especializadas, exames e cirurgias eletivas.
Vigência : Início: 03/04/2017 Término: 03/04/2018
Assinatura : 03/04/2017
Valor R\$: 36.000,00 (Trinta e Seis Mil Reais)

Dotação : 218 - 13.001.2103.333903950000000.01380003

Dotação : 399 - 13.001.2103.333903950000000.03020000

EXTRATO DO CONTRATO Nº 14/2017 - FMS

Contrato Nº : 14/2017

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : JOSIELE TELLES DA ROCHA GAIO - ME

Licitação : Inexigibilidade 2/2017

Objeto : Credenciamento de empresas para prestação de serviços de saúde para consultas especializadas, exames e cirurgias eletivas.

Vigência : Início: 03/04/2017 Término: 03/04/2018

Assinatura : 03/04/2017

Valor R\$: 62.011,68 (Sessenta e Dois Mil, Onze Reais e Sessenta e Oito Centavos)

Dotação : 218 - 13.001.2103.3339039500000000.01380003

Dotação : 399 - 13.001.2103.3339039500000000.03020000

EXTRATO DO CONTRATO Nº 15/2017 - FMS

Contrato Nº : 15/2017

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : CLINICA NEUROCIRURGICA MEIRELLES S/S

Licitação : Inexigibilidade 2/2017

Objeto : Credenciamento de empresas para prestação de serviços de saúde para consultas especializadas, exames e cirurgias eletivas.

Vigência : Início: 03/04/2017 Término: 03/04/2018

Assinatura : 03/04/2017

Valor R\$: 113.433,00 (Cento e Treze Mil e Quatrocentos e Trinta e Três Reais)

Dotação : 218 - 13.001.2103.3339039500000000.01380003

Dotação : 399 - 13.001.2103.3339039500000000.03020000

EXTRATO DO CONTRATO Nº 16/2017 - FMS

Contrato Nº : 16/2017

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : CLINICA VERTIGO SOCIEDADE SIMPLES S/S

Licitação : Inexigibilidade 2/2017

Objeto : Credenciamento de empresas para prestação de serviços de saúde para consultas especializadas, exames e cirurgias eletivas.

Vigência : Início: 03/04/2017 Término: 03/04/2018

Assinatura : 03/04/2017

Valor R\$: 49.665,00 (Quarenta e Nove Mil e Seiscentos e Sessenta e Cinco Reais)

Dotação : 218 - 13.001.2103.3339039500000000.01380003

Dotação : 399 - 13.001.2103.3339039500000000.03020000

EXTRATO DO CONTRATO Nº 17/2017 - FMS

Contrato Nº : 17/2017

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : CLÍNICA DE PNEUMOLOGIA E IMUNIZAÇÕES S/S

Licitação : Inexigibilidade 2/2017

Objeto : Credenciamento de empresas para prestação de serviços de saúde para consultas especializadas, exames e cirurgias

eletivas.

Vigência : Início: 03/04/2017 Término: 03/04/2018

Assinatura : 03/04/2017

Valor R\$: 47.546,40 (Quarenta e Sete Mil, Quinhentos e Quarenta e Seis Reais e Quarenta Centavos)

Dotação : 218 - 13.001.2103.3339039500000000.01380003

Dotação : 399 - 13.001.2103.3339039500000000.03020000

EXTRATO DO CONTRATO Nº 18/2017 - FMS

Contrato Nº : 18/2017

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : SURGAPED - SERVICO DE UROLOGIA, GASTROENTEROLOGIA E PEDIATRIA SOCIEDADE SIMPLES S/S

Licitação : Inexigibilidade 2/2017

Objeto : Credenciamento de empresas para prestação de serviços de saúde para consultas especializadas, exames e cirurgias eletivas.

Vigência : Início: 03/04/2017 Término: 03/04/2018

Assinatura : 03/04/2017

Valor R\$: 94.784,40 (Noventa e Quatro Mil, Setecentos e Oitenta e Quatro Reais e Quarenta Centavos)

Dotação : 218 - 13.001.2103.3339039500000000.01380003

Dotação : 399 - 13.001.2103.3339039500000000.03020000

EXTRATO DO CONTRATO Nº 19/2017 - FMS

Contrato Nº : 19/2017

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : OFTALMOCENTER CONCORDIA SOCIEDADE SIMPLES S S

Licitação : Inexigibilidade 2/2017

Objeto : Credenciamento de empresas para prestação de serviços de saúde para consultas especializadas, exames e cirurgias eletivas.

Vigência : Início: 03/04/2017 Término: 03/04/2018

Assinatura : 03/04/2017

Valor R\$: 85.504,44 (Oitenta e Cinco Mil, Quinhentos e Quatro Reais e Quarenta e Quatro Centavos)

Dotação : 218 - 13.001.2103.3339039500000000.01380003

Dotação : 399 - 13.001.2103.3339039500000000.03020000

EXTRATO DO CONTRATO Nº 20/2017 - FMS

Contrato Nº : 20/2017

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : SERVICOS DE ANESTESIOLOGIA CONCORDIA S/S

Licitação : Inexigibilidade 2/2017

Objeto : Credenciamento de empresas para prestação de serviços de saúde para consultas especializadas, exames e cirurgias eletivas.

Vigência : Início: 03/04/2017 Término: 03/04/2018

Assinatura : 03/04/2017

Valor R\$: 43.200,00 (Quarenta e Três Mil e Duzentos Reais)

Dotação : 218 - 13.001.2103.3339039500000000.01380003

Dotação : 399 - 13.001.2103.333903950000000.03020000

EXTRATO DO CONTRATO Nº 21/2017 - FMS

Contrato Nº : 21/2017

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : CARDIODONTO - SERVIÇOS DE CARDIOLOGIA LTDA

Licitação : Inexigibilidade 2/2017

Objeto : Credenciamento de empresas para prestação de serviços de saúde para consultas especializadas, exames e cirurgias eletivas.

Vigência : Início: 03/04/2017 Término: 03/04/2018

Assinatura : 03/04/2017

Valor R\$: 105.216,96 (Cento e Cinco Mil, Duzentos e Dezesesseis Reais e Noventa e Seis Centavos)

Dotação : 218 - 13.001.2103.333903950000000.01380003

Dotação : 399 - 13.001.2103.333903950000000.03020000

EXTRATO DO CONTRATO Nº 22/2017 - FMS

Contrato Nº : 22/2017

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : FST SERVICOS MEDICOS LTDA

Licitação : Inexigibilidade 2/2017

Objeto : Credenciamento de empresas para prestação de serviços de saúde para consultas especializadas, exames e cirurgias eletivas.

Vigência : Início: 03/04/2017 Término: 03/04/2018

Assinatura : 03/04/2017

Valor R\$: 35.494,80 (Trinta e Cinco Mil, Quatrocentos e Noventa e Quatro Reais e Oitenta Centavos)

Dotação : 218 - 13.001.2103.333903950000000.01380003

Dotação : 399 - 13.001.2103.333903950000000.03020000

EXTRATO DO CONTRATO Nº 23/2017 - FMS

Contrato Nº : 23/2017

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : CLINICA DE OLHOS FURLANETTO S/S

Licitação : Inexigibilidade 2/2017

Objeto : Credenciamento de empresas para prestação de serviços de saúde para consultas especializadas, exames e cirurgias eletivas.

Vigência : Início: 03/04/2017 Término: 03/04/2018

Assinatura : 03/04/2017

Valor R\$: 158.077,44 (Cento e Cinquenta e Oito Mil, Setenta e Sete Reais e Quarenta e Quatro Centavos)

Dotação : 218 - 13.001.2103.333903950000000.01380003

Dotação : 399 - 13.001.2103.333903950000000.03020000

EXTRATO DO CONTRATO Nº 24/2017 - FMS

Contrato Nº : 24/2017

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : CLINICA BONNA SALUTE LTDA

Licitação : Inexigibilidade 2/2017

Objeto : Credenciamento de empresas para prestação de serviços de saúde para consultas especializadas, exames e cirurgias eletivas.

Vigência : Início: 03/04/2017 Término: 03/04/2018

Assinatura : 03/04/2017

Valor R\$: 33.770,52 (Trinta e Três Mil, Setecentos e Setenta Reais e Cinquenta e Dois Centavos)

Dotação : 218 - 13.001.2103.333903950000000.01380003

Dotação : 399 - 13.001.2103.333903950000000.03020000

EXTRATO DO CONTRATO Nº 25/2017 - FMS

Contrato Nº : 25/2017

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : CLINICA URONEFRO SOCIEDADE SIMPLES LTDA

Licitação : Inexigibilidade 2/2017

Objeto : Credenciamento de empresas para prestação de serviços de saúde para consultas especializadas, exames e cirurgias eletivas.

Vigência : Início: 03/04/2017 Término: 03/04/2018

Assinatura : 03/04/2017

Valor R\$: 119.138,40 (Cento e Dezenove Mil, Cento e Trinta e Oito Reais e Quarenta Centavos)

Dotação : 218 - 13.001.2103.333903950000000.01380003

Dotação : 399 - 13.001.2103.333903950000000.03020000

EXTRATO DO CONTRATO Nº 26/2017 - FMS

Contrato Nº : 26/2017

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : LUBRIFICANTES PERITIBA LTDA - ME

Licitação : Pregão Presencial 1/2017

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de transportes, em caráter eventual, incluindo seguro total contra acidentes, combustível, manutenção e mão-de-obra especializada (motoristas) devidamente habilitada para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde, no transporte de familiares para visita aos pacientes internados, ao município de Passo Fundo - RS, aferido por quilometragem conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 05/04/2017 Término: 04/04/2018

Assinatura : 05/04/2017

Valor R\$: 11.130,00 (Onze Mil e Cento e Trinta Reais)

Dotação : 218 - 13.001.2103.333903927000000.01380003

EXTRATO DO CONTRATO Nº 37/2017 - PMC

Contrato Nº : 37/2017

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : MERCEDES-BENZ DO BRASIL LTDA

Licitação : Inexigibilidade 1/2017

Objeto : Aquisição de 01 ônibus rural escolar - ORE 3, para transporte escolar de alunos. Recursos FNDE/MEC - Adesão do Município

no plano de Ações Articuladas - PAR.

Vigência : Início: 04/04/2017 Término: 03/04/2018

Assinatura : 04/04/2017

Valor R\$: 242.100,00 (Duzentos e Quarenta e Dois Mil e Cem Reais)

Dotação : 40 - 06.002.1004.344905252000000.01370004

EXTRATO DO CONTRATO Nº 38/2017 - PMC

Contrato Nº : 38/2017

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : ANGELO GILMAR LORENZETTI & CIA LTDA

Licitação : Pregão Eletrônico 8/2017

Objeto : Aquisição de hortifrutigranjeiros para a preparação de refeições nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) da Rede Pública Municipal, em conformidade com o Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE/PNAC, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 03/04/2017 Término: 31/08/2017

Assinatura : 03/04/2017

Valor R\$: 166.999,80 (Cento e Sessenta e Seis Mil, Novecentos e Noventa e Nove Reais e Oitenta Centavos)

Dotação : 72 - 06.004.2019.333903007000000.01370002

EXTRATO DO CONTRATO Nº 5/2017 - FMS

Contrato Nº : 5/2017

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : LIFE FISIOTERAPIA LTDA ME

Licitação : Inexigibilidade 3/2017

Objeto : Credenciamento de prestadores de serviços de saúde, segundo o disposto na Portaria Ministerial nº 2.801 de 14 de maio de 1998, Portaria Ministerial nº 35 de 04 de fevereiro de 1999 e Lei Complementar nº 101 de 04 de Maio de 2000.

Vigência : Início: 03/04/2017 Término: 31/12/2017

Assinatura : 03/04/2017

Valor R\$: 24.000,00 (Vinte e Quatro Mil Reais)

Dotação : 218 - 13.001.2103.333903950000000.01380003

EXTRATO DO CONTRATO Nº 6/2017 - FMS

Contrato Nº : 6/2017

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : LF SERVIÇOS MÉDICOS SOCIEDADE SIMPLES

Licitação : Inexigibilidade 2/2017

Objeto : Credenciamento de empresas para prestação de serviços de saúde para consultas especializadas, exames e cirurgias eletivas.

Vigência : Início: 03/04/2017 Término: 03/04/2018

Assinatura : 03/04/2017

Valor R\$: 74.076,00 (Setenta e Quatro Mil e Setenta e Seis Reais)

Dotação : 218 - 13.001.2103.333903950000000.01380003

Dotação : 399 - 13.001.2103.333903950000000.03020000

EXTRATO DO CONTRATO Nº 7/2017 - FMS

Contrato Nº : 7/2017

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : SEGURMED SEGUR. MEDICINA DO TRAB.SOCIEDADE SIMPLES

Licitação : Inexigibilidade 2/2017

Objeto : Credenciamento de empresas para prestação de serviços de saúde para consultas especializadas, exames e cirurgias eletivas.

Vigência : Início: 03/04/2017 Término: 03/04/2018

Assinatura : 03/04/2017

Valor R\$: 28.800,00 (Vinte e Oito Mil e Oitocentos Reais)

Dotação : 218 - 13.001.2103.333903950000000.01380003

Dotação : 399 - 13.001.2103.333903950000000.03020000

EXTRATO DO CONTRATO Nº 8/2017 - FMS

Contrato Nº : 8/2017

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : CLÍNICA DE MEDICINA INTEGRADA

Licitação : Inexigibilidade 2/2017

Objeto : Credenciamento de empresas para prestação de serviços de saúde para consultas especializadas, exames e cirurgias eletivas.

Vigência : Início: 03/04/2017 Término: 03/04/2018

Assinatura : 03/04/2017

Valor R\$: 268.362,48 (Duzentos e Sessenta e Oito Mil, Trezentos e Sessenta e Dois Reais e Quarenta e Oito Centavos)

Dotação : 218 - 13.001.2103.333903950000000.01380003

Dotação : 399 - 13.001.2103.333903950000000.03020000

EXTRATO DO CONTRATO Nº 9/2017 - FMS

Contrato Nº : 9/2017

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : AMBULATORIO ORTOPÉDICO CONCÓRDIA LTDA ME

Licitação : Inexigibilidade 2/2017

Objeto : Credenciamento de empresas para prestação de serviços de saúde para consultas especializadas, exames e cirurgias eletivas.

Vigência : Início: 03/04/2017 Término: 03/04/2018

Assinatura : 03/04/2017

Valor R\$: 295.200,00 (Duzentos e Noventa e Cinco Mil e Duzentos Reais)

Dotação : 218 - 13.001.2103.333903950000000.01380003

Dotação : 399 - 13.001.2103.333903950000000.03020000

Coronel Freitas

PREFEITURA

CONTRATO Nº 26/2017

PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº26/2017

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº26/2017

Contratado: TSL – TECNOLOGIA EM SISTEMAS DE LEGISLAÇÃO LTDA

Objeto: O objeto do presente Instrumento de contrato é a contratação do direito de acesso e uso temporário de um ano ao Legal OneFirms Starter, para LEITURA DE JORNAIS OFICIAIS, (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS), BEM COMO PESQUISA DE JURISPRUDÊNCIA, E ACESSO A BASE DE CÁLCULO DE 33 PERIÓDICOS JURÍDICOS DA REVISTA DOS TRIBUNAIS.

Vigência: 31/12/2017.

Valor: R\$ 6.665,71(seis mil seiscentos e sessenta e cinco reais e setenta e um centavos).

Coronel Martins

PREFEITURA

TESTE SELETIVO - ATO 009/PS/001/2017



Estado de Santa Catarina
Município de CORONEL MARTINS
Edital n.º 001/2017 de PROCESSO SELETIVO

ATO 009/PS/001/2017

DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DE INSCRIÇÃO DO EDITAL Nº 001/2017 DE PROCESSO SELETIVO

O Senhor **Ademir Madella**, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a comissão de Processo Seletivo e o Instituto o Barriga Verde, torna público o que segue:

1. Fica divulgado no **anexo I** deste ato, a **Classificação Final dos Candidatos Aprovados** no Processo Seletivo 001/2017, em ordem decrescente de nota final.
2. A homologação do resultado final se dará através de ato oficial emitido pelo município.

Coronel Martins, 13 de abril de 2017

ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal



Estado de Santa Catarina
Município de CORONEL MARTINS
Editais n.º 001/2017 de PROCESSO SELETIVO

ANEXO I – Classificação Final

Legenda:
CB – Conhecimentos Básicos
CE – Conhecimentos Específicos
TA – Total de Acertos
NPE – Nota Prova Escrita
NF – Nota Final
NPT – Nota de Títulos
NPP – Nota da Prova Prática

Agente Comunitário de Saúde (micro área 4) Ensino Fundamental											
Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CB		CE		TA	NF	Situação	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota				
1	591606	01/09/1996	Marcia Roberta Picchi	7	2,80	6	3,60	13	6,40	Aprovado	
2	588213	24/06/1996	Joana Kreve	6	2,40	6	3,60	12	6,00	Aprovado	
3	591765	24/04/1974	Geni Aparecida Belle Santetti	5	2,00	5	3,00	10	5,00	Aprovado	
Auxiliar de Serviços Gerais (sexo masculino) Ensino Fundamental											
Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CB		CE		TA	NF	Situação	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota				
1	591735	29/06/1990	Rafael Godoy	6	2,40	8	4,80	14	7,20	Aprovado	
2	590173	04/03/1998	Renato Moraes	7	2,80	7	4,20	14	7,00	Aprovado	
3	591393	22/01/1990	Ivalton Jacobsen Leite	7	2,80	6	3,60	13	6,40	Aprovado	
4	591611	16/09/1993	Renato Picchi	5	2,00	7	4,20	12	6,20	Aprovado	
5	590319	19/10/1998	Alcemir Picchi	8	3,20	5	3,00	13	6,20	Aprovado	
6	591835	13/10/1996	Ronaldo Luiz Brum	3	1,20	8	4,80	11	6,00	Aprovado	
7	589891	28/11/1994	Francisco Moreira Neto	2	0,80	8	4,80	10	5,60	Aprovado	
8	590916	19/08/1994	Tiago Rodrigo Tomazeli	5	2,00	6	3,60	11	5,60	Aprovado	
9	591749	21/08/1994	Bruno Lunardi	5	2,00	6	3,60	11	5,60	Aprovado	
10	591808	03/06/1975	Valdecir Bandeira	4	1,60	6	3,60	10	5,20	Aprovado	
11	590568	27/02/1995	Adecir Dalonso	4	1,60	6	3,60	10	5,20	Aprovado	
12	591629	08/10/1998	Felipe Ariel Girardello	4	1,60	6	3,60	10	5,20	Aprovado	



Estado de Santa Catarina
Município de CORONEL MARTINS
Edital n.º 001/2017 de PROCESSO SELETIVO

Mecânico Geral Ensino Médio (com prova prática)											
Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CB		CE		TA	NPE	NPP	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota				
1	591085	16/05/1992	Renato Simao Goncalves	6	1,50	3	1,50	9	3,00	6,50	5,45 Aprovado
2	591832	15/10/1996	Joslei Silvestri	6	1,50	5	2,50	11	4,00	5,50	5,05 Aprovado
Monitor de Violão Ensino Médio											
Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CB		CE		TA	NF	Situação	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota				
1	590057	14/02/1969	Rogério Carlos Previatti	4	1,00	8	4,00	12	5,00	Aprovado	
Operador de Máquinas Ensino Fundamental (com prova prática)											
Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CB		CE		TA	NPE	NPP	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota				
1	589732	11/02/1983	Mizael Nunes Da Silva	5	2,00	7	4,20	12	6,20	9,75	8,68 Aprovado
2	588712	06/03/1985	Almir Bugoni	3	1,20	7	4,20	10	5,40	9,50	8,27 Aprovado
3	591679	18/10/1991	Sidjoao Santetti	3	1,20	6	3,60	9	4,80	9,75	8,26 Aprovado
4	591394	07/02/1979	Ezequiel Dutra	6	2,40	6	3,60	12	6,00	9,00	8,10 Aprovado
5	591773	20/10/1984	Joel Lemes Trindade	3	1,20	6	3,60	9	4,80	9,50	8,09 Aprovado
6	591737	15/04/1984	Vagner Rosiak	4	1,60	5	3,00	9	4,60	9,00	7,68 Aprovado
7	591619	03/07/1992	Edenilson Luiz Turmina	7	2,80	5	3,00	12	5,80	7,50	6,99 Aprovado
8	591305	09/02/1966	Vilso Souza Dos Santos	1	0,40	2	1,20	3	1,60	7,75	5,90 Aprovado
9	591390	26/12/1982	Edimar Cardoso Moreira	6	2,40	8	4,80	14	7,20	4,50	5,31 Aprovado
10	591601	21/05/1990	Fernando Girardello	6	2,40	3	1,80	9	4,20	5,50	5,11 Aprovado
Professor área I - Educação Infantil (habilitado) Ensino Superior (com prova de títulos)											
Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CB		CE		TA	NPE	NPT	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota				
1	590598	10/08/1992	Rozimeri Aparecida Bernardelli	5	1,25	14	4,20	19	5,45	1,00	6,45 Aprovado
2	591343	02/10/1988	Raquel Da Silva Gitrone	7	1,75	11	3,30	18	5,05	1,00	6,05 Aprovado



Estado de Santa Catarina
Município de CORONEL MARTINS
Edital n.º 001/2017 de PROCESSO SELETIVO

3	591148	04/04/1978	Luzia Erlani Gonçalves Lussani	6	1,50	11	3,30	17	4,80	1,00	5,80	Aprovado
4	590220	24/11/1979	Marcia Manera Brena	3	0,75	13	3,90	16	4,65	1,00	5,65	Aprovado
5	591787	21/11/1991	Ana Paula Kuemanski	4	1,00	11	3,30	15	4,30	1,00	5,30	Aprovado
6	590902	12/02/1988	Rubielei Aparecida Garbin	7	1,75	11	3,30	18	5,05	0,00	5,05	Aprovado
7	591209	11/04/1975	Diana Terezinha Pegorini Bertuzzi	3	0,75	11	3,30	14	4,05	1,00	5,05	Aprovado
8	591568	15/11/1972	Rosa Busin	4	1,00	10	3,00	14	4,00	1,00	5,00	Aprovado
9	590225	30/12/1981	Cledineia Picchi De Souza	4	1,00	10	3,00	14	4,00	1,00	5,00	Aprovado
10	590208	15/10/1984	Vandra Cecatto De Oliveira	4	1,00	10	3,00	14	4,00	1,00	5,00	Aprovado

Professor área II - Séries Iniciais (habilitado) | Ensino Superior (com prova de títulos)

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CB		CE		TA	NPE	NPT	NF	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	591481	30/10/1990	Karine De Souza Campanha	7	1,75	14	4,20	21	5,95	0,00	5,95	Aprovado
2	591170	27/01/1982	Eva De Lurdes Inacio Grolli	5	1,25	14	4,20	19	5,45	0,00	5,45	Aprovado
3	591153	20/01/1983	Giamili Rossoni Turmina	3	0,75	12	3,60	15	4,35	1,00	5,35	Aprovado
4	589979	10/05/1976	Lorete Zanco Mores	4	1,00	10	3,00	14	4,00	1,00	5,00	Aprovado

Professor área III - Educação Física (habilitado) | Ensino Superior (com prova de títulos)

Não houve nenhum candidato aprovado neste cargo

Professor área IV - Informática (habilitado) | Ensino Superior (com prova de títulos)

Não houve nenhum candidato aprovado neste cargo

Servente (sexo feminino) | Ensino Fundamental

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CB		CE		TA	NF	Situação	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota				
1	591751	16/11/1988	Angelica Cuchi	8	3,20	7	4,20	15	7,40	Aprovado	
2	589996	24/07/1980	Cleomar Silva	6	2,40	8	4,80	14	7,20	Aprovado	
3	591480	05/08/1989	Edrieli Girardi	6	2,40	8	4,80	14	7,20	Aprovado	
4	591174	25/10/1994	Carine Madella	6	2,40	8	4,80	14	7,20	Aprovado	



Estado de Santa Catarina
Município de CORONEL MARTINS
Edital n.º 001/2017 de PROCESSO SELETIVO

5	591040	21/07/1998	Jaine Lorete De Souza Girardello	8	3,20	6	3,60	14	6,80	Aprovado	
6	590892	22/05/1984	Leila Jung	4	1,60	8	4,80	12	6,40	Aprovado	
7	590763	14/02/1994	Raquel Ribeiro Dos Santos	8	3,20	5	3,00	13	6,20	Aprovado	
8	591075	25/10/1995	Elizangela Paula Ribeiro	4	1,60	7	4,20	11	5,80	Aprovado	
9	588177	25/06/1985	Juliana Alves Brum	3	1,20	7	4,20	10	5,40	Aprovado	
10	591136	14/02/1973	Marilene Basi	6	2,40	5	3,00	11	5,40	Aprovado	
11	591734	16/11/1992	Edirleia Santetti	6	2,40	5	3,00	11	5,40	Aprovado	
12	591002	31/12/1978	Clarice Francisconi Mores	5	2,00	5	3,00	10	5,00	Aprovado	
13	589287	23/04/1983	Rosenilda Camargo	5	2,00	5	3,00	10	5,00	Aprovado	
14	591645	13/10/1983	Jocemara Cordeiro Da Silva De Oliveira	5	2,00	5	3,00	10	5,00	Aprovado	
15	591728	20/08/1987	Sirlei Barbosa Ribeiro	5	2,00	5	3,00	10	5,00	Aprovado	

Técnico em Enfermagem | Ensino Médio

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CB		CE		TA	NF	Situação	
				Acertos	Nota	Acertos	Nota				
1	591833	10/10/1991	Luciane Eva Such	8	2,00	10	5,00	18	7,00	Aprovado	

TESTE SELETIVO ATO 008/PS/001/2017

ATO 008/PS/001/2017

DIVULGA JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR

DO EDITAL Nº 001/2017 DE PROCESSO SELETIVO

O Senhor Ademir Madella, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a comissão de Processo Seletivo e o Instituto o Barriga Verde, torna público o Julgamento dos Recursos contra Classificação Preliminar conforme segue:

Inscrição	Candidato	Cargo	Alegação
589308	Andreia Perboni	Professor área I - Educação Infantil (habilitado)	Conforme o Processo Seletivo que fizemos em 02/04/2017, me deixou muitas dúvidas, sobre o Gabarito. Pois gostaria se possivelmente me disponibilizasse, o Gabarito que eu mesma preenchi e assinei, pois quero fazer a conferência, me gerou muitas dúvidas. Não concordo com a nota obtida.

Decisão: Em conferência ao cartão-resposta da candidata, constatou-se que obteve 02 acertos em Conhecimentos Básicos e 07 acertos em Conhecimentos Específicos, conforme divulgado na Classificação Preliminar, seu cartão resposta digitalizado segue publicado na sua área do candidato para conferência.

Indeferido. Pontuação Mantida. Cartão resposta disponibilizado.

Inscrição	Candidato	Cargo	Alegação
590451	Andressa Tomazini Rosaneli	Professor área I - Educação Infantil (habilitado)	Acertei 17 questões e teve gente que acerto 14 e passou, por que eu não passei? Também mandei certificado de pós-graduação e não tive pontuação gostaria de saber o por que isso ?

Decisão: Quanto ao primeiro questionamento da candidata, verifica-se que obteve 04 acertos em Conhecimentos Básicos ($4 \times 0,25 = 1,00$) e 13 acertos em Conhecimentos Específicos ($13 \times 0,30 = 3,90$), apresentando como pontuação final 4,90 na prova escrita objetiva, quanto aos demais candidatos que possam ter acertado menos questões e tenham sido aprovados, isso se deve ao fato de que tiveram sua nota da prova de títulos somados à nota da prova escrita. Quanto ao questionamento sobre a não pontuação do seu título de pós-graduação, esta Banca esclarece que este documento foi apresentado em desacordo com o Item 12.6 do Edital, vejamos:

Item 12.6: Para participar da Prova de Títulos os candidatos deverão obrigatoriamente protocolar no IOBV, ou enviar pelo correio, por SEDEX, no prazo estabelecido no cronograma deste edital, obrigatoriamente, os seguintes documentos:

- a) Requerimento para participação na Prova de Títulos (anexo V);
- b) O certificado do título que deseja ser avaliado, acompanhado de histórico escolar.

Devido à ausência de Requerimento, documento de apresentação obrigatória conforme exigência do Edital, a candidata não obteve a nota referente ao Título de Pós- Graduação.

Recurso Indeferido. Pontuação Mantida. Cartão resposta disponibilizado.

Inscrição	Candidato	Cargo	Alegação
588059	Lediane Marin Toigo	Professor área III - Educação Física (habilitado)	Conforme ato 007/ps/001/2017, classificação preliminar, gostaria de ver com esta instituição sobre os meus documentos de graduação em educação física e de pós graduação em dança educacional, gostaria de esclarecimentos, o porque não fico computado em minha nota final, pois minha pós graduação e meu histórico escolar estão em conformidade com o edital. Gostaria que fosse computada a nota de minha pós-graduação em dança educacional.

Decisão: O título de pós- graduação da candidata, não foi somado à sua nota da prova escrita objetiva, pois foi apresentado em desacordo com o Item 12.6 do Edital, vejamos:

Item 12.6: Para participar da Prova de Títulos os candidatos deverão obrigatoriamente protocolar no IOBV, ou enviar pelo correio, por SEDEX, no prazo estabelecido no cronograma deste edital, obrigatoriamente, os seguintes documentos:

- c) Requerimento para participação na Prova de Títulos (anexo V);
- d) O certificado do título que deseja ser avaliado, acompanhado de histórico escolar.

Devido a ausência de Requerimento, documento de apresentação obrigatória conforme exigência do Edital, a candidata não obteve a nota referente ao Título de Pós- Graduação.

Recurso Indeferido. Pontuação Mantida.

Coronel Martins, 13 de abril de 2017

ADEMIR MADELLA

Prefeito Municipal

Correia Pinto

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL - PROCESSO 21/2017 PMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

PREGÃO PRESENCIAL 21/2017 – PMCP

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE APLICATIVOS DE GESTÃO PÚBLICA, COM ACESSO SIMULTÂNEO DE USUÁRIOS, E QUE ATENDA AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, OS QUANTITATIVOS E OS SERVIÇOS TÉCNICOS CORRELATOS DESCRITOS NO EDITAL E EM SEU ANEXO I. Tipo: Menor Preço Global. Abertura dos envelopes: 28/04/2017 às 09:00 horas. Base Legal: Lei n. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente à matéria. O edital poderá ser obtido no setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal, sito na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto-SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:30h às 17:30h, ou em www.correiapinto.sc.gov.br
Correia Pinto/SC, 17 de abril de 2017.
CELSO ROGERIO ALVES RIBEIRO
Prefeito

Cunhataí

PREFEITURA

LEI MUNICIPAL Nº 868 DE 12 DE ABRIL DE 2017

LEI MUNICIPAL Nº 868, DE 12 DE ABRIL DE 2017.

DISPÕE SOBRE A CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA EM FAVOR DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO CARLOS – APAE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUCIANO FRANZ, Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Faz Saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica a Chefe do poder Executivo Municipal autorizada a contribuir financeiramente no valor de até R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), em favor da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO CARLOS– APAE, inscrita no CNPJ sob nº 78.504.271/0001-71, com sede no município de São Carlos.

Art. 2º. O recurso financeiro declinado no Artigo 1º desta Lei será utilizado para custear os serviços de atendimento educacional especializado aos educandos com deficiências intelectual que não puderem se beneficiar pela inclusão em classes comum do ensino regular e atuar sobre as condições que gerem desvantagens pessoais resultantes de deficiências ou de incapacidades.

Art. 3º. A liberação do recurso fica condicionada ao cumprimento, pelo Poder Executivo Municipal, dos termos da Lei 13.019/2014 (art. 31 e 32); devendo ser encaminhado ao Poder Legislativo, para fiscalização, os procedimentos que foram adotados pelo Município.

Art. 4. A prestação de contas deverá ocorrer nos termos da Lei 13.019/2014.

Art. 5º. As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correção por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Cunhataí/SC, em 12 de Abril de 2017.

LUCIANO FRANZ

Prefeito Municipal

Curitibanos

PREFEITURA

CANCELAMENTO DE TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL AMIGÁVEL PREGÃO PRESENCIAL Nº 192/2016

CANCELAMENTO DE TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL AMIGÁVEL

O Município de Curitibanos, através de sua autoridade competente entende por cancelar a Rescisão referente o contrato nº 376/2016 firmado a partir do Pregão Presencial nº 192/2016, entre o Município de Curitibanos, inscrito no CNPJ nº 83.754.044/0001-34, e a empresa Concrepg Artefatos de Cimento Eireli – Me, inscrito no CNPJ nº 22.456.771/0001-20, situada na Rua Clara Schneider, nº 20, CEP 89150-000, Centro, município de Presidente Getúlio, que tem como objeto a AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO E CONFECÇÃO DE RUAS PELO PERÍODO DE 01 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL, tendo em vista que não foi assinado por ambas as partes, pois a licitante recusou-se assinar a rescisão amigável.

Curitibanos, 13 de Abril de 2017.

De acordo,

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 192/2016

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL

O Município de Curitibanos, através de sua autoridade competente decide RESCINDIR o contrato nº 376/2016 firmado a partir do Pregão Presencial nº 192/2016, entre o Município de Curitibanos, inscrito no CNPJ nº 83.754.044/0001-34, e a empresa CONCREPG Artefatos de Cimento Eireli – ME, inscrito no CNPJ nº 22.456.771/0001-20, situada na Rua Clara Schneider, nº 20, CEP 89150-000, Centro, município de Presidente Getúlio, que tem como objeto a AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO E CONFECÇÃO DE RUAS PELO PERÍODO DE 01 ANO, CONFORME ANEXO I DO EDITAL, cuja referida licitante foi vencedora do item nº 15 – Lajota sextavada 25x25x08m com teste de certificação de 35MPa, nos termos que seguem:

RELATÓRIO

Consta do Memorando n. 224 da Secretaria de Transportes e Obras, que a empresa CONCREPG Artefatos de Cimento EIRELI-ME (CNPJ 22.456.771/0001-20), não vem cumprindo com o contrato nº 376/2016, sendo que em 10/03/2017 foi encaminhada Autorização de Fornecimento, sem contudo, ter sido realizada a entrega dos produtos na quantidade licitada.

Devidamente notificada acerca do atraso injustificado na execução do contrato, o que ocorreu em 27/03/2017, conforme cópia da Notificação e "AR" anexos, a empresa quedou-se inerte, não apresentou justificativa para o atraso, não impugnou os fatos ali noticiados, sequer realizou a entrega do material licitado.

Referida Notificação, ainda concedia prazo de 05 (cinco) dias para a empresa apresentar defesa prévia, a contar do recebimento, sob pena de imediata rescisão do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis ao caso, sendo que até a presente data, não houve qualquer manifestação de sua parte.

Por conta do "silêncio" da empresa, através do Memorando n. 306, datado de 07/04/2017, o Secretário de Transportes e Obras

solicitou a rescisão do contrato, justificando o pedido na ausência de entrega dos materiais solicitados, fato que, segundo consta do respectivo memorando, vem causando prejuízos tanto à Secretaria, quanto aos calceteiros e moradores que se necessitam do material licitado e não fornecido.

Por fim, buscando uma alternativa rápida e eficaz ao caso, em virtude da impossibilidade de cumprimento do contrato pela empresa, o Município propôs a rescisão consensual do contrato, o que também não foi atendido pela empresa.

É o relato necessário! Passo a decidir:

FUNDAMENTAÇÃO

A hipótese objeto de análise, constitui motivo para a rescisão do contrato, na forma prevista no art. 77 c/c art. 78, incisos I, III e V, ambos da Lei 8.666/93, a seguir transcritos:

"Art. 77. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento."

"Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

[...]

III - a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;

[...]

V - a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;"

De todos os documentos que acompanham o presente procedimento, não sobejam dúvidas acerca da inexecução do contrato por parte da empresa vencedora do certame, nas exatas hipóteses destacadas do art. 78 da Lei de Licitações, ou seja, resta claro que a empresa não cumpre as cláusulas contratuais, consistente no fornecimento das mercadorias licitadas, mesmo diante de pedido de fornecimento (encaminhamento de Autorização de Fornecimento) e mesmo após notificada extrajudicialmente.

A recorrente teve plena ciência do descontentamento da administração pública com a inadimplência, através da notificação extrajudicial que lhe foi endereçada, sendo que sequer exerceu seu direito de defesa, legalmente assegurado.

Tal situação, demonstra o desrespeito e falta de interesse na manutenção do contrato, o que vem causando prejuízos não só ao Ente Público, mas toda a coletividade, especialmente aos munícipes que seriam beneficiados com a pavimentação de ruas, se assim fossem fornecidos os materiais licitados.

Portanto, não há outro caminho, a fim de resguardar o interesse público no caso, que não seja a rescisão do contrato, cujos motivos justificadores enquadram-se nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei 8.666/93, conforme acima transcrito.

Há que se destacar por fim, que foi garantido à empresa CONCREPG, o exercício do contraditório e ampla defesa, por oportunidade da Notificação que lhe foi endereçada, conforme exige o parágrafo único do art. 78 da Lei 8.666/93, sendo que deixou transcorrer in albis, o prazo para justificativa, ou até mesmo para o cumprimento do contrato, tendo portanto, precluído no direito, não havendo que se falar, portanto, em qualquer prejuízo ou nulidade, por conta da presente decisão.

Nestes termos, RESCINDO o contrato nº 376/2016 na forma prevista no item XII inciso I do Edital de Pregão Presencial nº 192/2016, e ainda em conformidade com o art. 79, inciso I, da Lei nº 8.666/93, tudo conforme fundamentação acima exposta.

Publique-se, registre-se e intimem-se os interessados.

Curitibanos/SC, 12 de Abril de 2017.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

EXTRATO CREDENCIAMENTO 11/2017 HMDC

MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA - SC

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 11/2017

O MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº 83.026.773/0001-74, com sede na Rua Santos Dumont, nº 413, Centro, Dionísio Cerqueira/SC, torna público e para conhecimento dos interessados, que esta aberta a LICITAÇÃO, na modalidade CREDENCIAMENTO, sendo que a análise da documentação para cadastramento dos interessados esta aberta a partir das 08h00 horas, do dia 18 de Abril de 2017, na sala de reuniões do Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, visando o CREDENCIAMENTO DE INTERESSADOS PARA FORNECIMENTO DE EXAMES LABORATORIAIS DE URGÊNCIA E EMERGENCIA PARA PACIENTES INTERNADOS E EM OBSERVAÇÃO JUNTO AO HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA - SC. Informações complementares sobre o edital poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, no endereço supra citado, ou através do telefone (0xx49) 3644-6700 e na webpage: www.dionisiocerqueira.sc.gov.br. Dionísio Cerqueira/SC, Thyago W. G. Gonçalves (Prefeito Municipal).

EXTRATO CREDENCIAMENTO 19/2017 HMDC

MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA - SC

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 19/2017

O MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº 83.026.773/0001-74, com sede na Rua Santos Dumont, nº 413, Centro, Dionísio Cerqueira/SC, torna público e para conhecimento dos interessados, que esta aberta a LICITAÇÃO, na modalidade CREDENCIAMENTO, sendo que a análise da documentação para cadastramento dos interessados esta aberta a partir das 08h00 horas, do dia 18 de Abril de 2017, na sala de reuniões do Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, visando o CREDENCIAMENTO DE INTERESSADOS PARA FORNECIMENTO DE EXAMES LABORATORIAIS DE URGÊNCIA E EMERGENCIA PARA PACIENTES INTERNADOS E EM OBSERVAÇÃO JUNTO AO HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA - SC. Informações complementares sobre o edital poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, no endereço supra citado, ou através do telefone (0xx49) 3644-6700 e na webpage: www.dionisiocerqueira.sc.gov.br. Dionísio Cerqueira/SC, Thyago W. G. Gonçalves (Prefeito Municipal).

EXTRATO PREGAO 09.2017 PMDC

MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2017

O MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02, promove Processo Licitatório nº 09/2017, Edital de Pregão Nº 09/2017, Objeto:

A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, QUE FORNEÇA SERVIÇOS DE TREINAMENTO, COM ASSESSORIA E CONSULTORIA PRESENCIAL, VISANDO ADEQUAR OS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS, VISANDO CAPACITAR E QUALIFICAR OS RESPONSÁVEIS DO SETOR CONTÁBIL, SETOR DE

COMPRAS, SETOR DE LICITAÇÕES, SETOR DE CONTRATOS, E OS DEMAIS SETORES ADMINISTRATIVOS, POR MEIO DE PROFISSIONAIS CAPACITADOS, QUE DEVERÃO PRESTAR OS SERVIÇOS DIÁRIAMENTE AO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL E DEMAIS SETORES NECESSÁRIOS. Recebimento, abertura e julgamento às 08:00 horas do dia 28/04/2017, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, Rua Santos Dumont, nº 413, Centro, Dionísio Cerqueira/SC. Informações complementares sobre o edital poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, no endereço supra citado, ou através do telefone (0xx49) 3644-6700 ou site: www.dionisiocerqueira.sc.gov.br. Dionísio Cerqueira/SC. THYAGO W. G. GONÇALVES PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO PREGAO 18.2017 FMS

MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA

FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2017

O MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02, promove Processo Licitatório nº 18/2017, Edital de Pregão Nº 18/2017, Objeto:

A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, QUE FORNEÇA SERVIÇOS TÉCNICOS EM SISTEMAS DE INFORMAÇÃO PRÓPRIOS DE SAÚDE, E CONSULTORIA EM SAÚDE PÚBLICA, COM SUPORTE À GESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA NO PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE, DE ACORDO COM AS DIRETRIZES DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. Recebimento, abertura e julgamento às 14:00 horas do dia 28/04/2017, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, Rua Santos Dumont, nº 413, Centro, Dionísio Cerqueira/SC. Informações complementares sobre o edital poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, no endereço supra citado, ou através do telefone (0xx49) 3644-6700 ou site: www.dionisiocerqueira.sc.gov.br. Dionísio Cerqueira/SC. THYAGO W. G. GONÇALVES PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO PREGAO 18.2017 HMDC

MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA

HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2017

REGISTRO DE PREÇO

O MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02, promove Processo Licitatório nº 18/2017, Edital de Pregão Nº 18/2017, Objeto: REGISTRO DE PREÇO que tem como objeto: REGISTRO DE PREÇO para FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVANDERIA PARA LAVAGEM DE ROUPAS DO HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA - SC. Recebimento, abertura e julgamento às 10:00 horas do dia 03/05/2017, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, Rua Santos Dumont, nº 413, Centro, Dionísio Cerqueira/SC. Informações complementares sobre o edital poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, no endereço supra citado, ou através do telefone (0xx49) 3644-6700 ou site: www.dionisiocerqueira.sc.gov.br. Dionísio Cerqueira/SC. THYAGO W. G. GONÇALVES PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO PREGAO 19.2017 PMDC

MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2017

REGISTRO DE PREÇO

O MUNICÍPIO DE DIONISIO CERQUEIRA, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02, promove Processo Licitatório nº 19/2017, Edital de Pregão Nº 19/2017, Objeto: REGISTRO DE PREÇO que tem como objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA e HABILITADA PARA FINS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO NO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DAS RUAS, AVENIDAS E LOGRADOUROS DO MUNICÍPIO, COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO. Recebimento, abertura e julgamento às 14:00 horas do dia 03/05/2017, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, Rua Santos Dumont, nº 413, Centro, Dionísio Cerqueira/SC. Informações complementares sobre o edital poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, no endereço supra citado, ou através do telefone (0xx49) 3644-6700 ou site: www.dionisiocerqueira.sc.gov.br. Dionísio Cerqueira/SC.

THYAGO W. G. GONÇALVES PREFEITO MUNICIPAL

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

REPUBLICAÇÃO EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO N° 21/2017.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC

Extrato do Edital de Pregão Presencial nº. 21/2017

O MUNICÍPIO de DOUTOR PEDRINHO, Estado de Santa Catarina, torna público que está aberto a LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tipo "Menor Preço" Por Item, objetivando a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS, conforme anexo do edital, atendendo a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº. 56/2015, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Recebimento dos envelopes de propostas e dos envelopes de habilitação: Data: 27/04/2017, Hora: 09h00min. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes: Data: 27/04/2017, Hora: 09h30min. Informações serão prestadas na sede da municipalidade durante o expediente normal ou através do e-mail: compras@doutorpedrinho.sc.gov.br e do telefone 0xx47 3388-0148.

*Republicação por erro de digitação do ano de abertura.

SIMONI MÉRCIA MESH NONES

Prefeita de Doutor Pedrinho

Erval Velho

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL 002/2017 - FESTIVAL DE INTERPRETAÇÃO DA CANÇÃO

EDITAL Nº 002/2017, de 13 de abril de 2017.

Abre inscrições e estabelece normas para inscrições do 4º Canto Novo – Festival de Interpretação da Canção - ERVAL VELHO 54 ANOS.

O MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Walter Kleber Kucher Junior, no uso de suas atribuições legais,

Abre inscrições e estabelece normas para a realização do Festival de Interpretação da Canção de Erval Velho – 54 Anos.

As inscrições serão gratuitas e deverão ser efetuadas através do e-mail: cultura@ervalvelho.sc.gov.br. A ficha de inscrição será disponibilizada no site do Município de Erval Velho: <http://www.ervalvelho.sc.gov.br/>. Informações: (49) 99925-8913 com Christian Conte – Diretor de Cultura ou (49) 3542-1222/(49) 3542-1184, no período de 13 de abril a 13 de maio de 2017.

Erval Velho, SC, 13 de abril de 2017.

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

DECRETO 105/2017

Faxinal dos Guedes, SC, 21 de Março de 2017.

Decreto nº105/2017

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art.1º. Concede Licença Maternidade a servidora pública municipal LILUANA RIBEIRO, matrícula nº 2282, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais, – 40 horas semanais, no período de 21/03/2017 a 16/09/2017.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 21 de Março de 2017.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

DECRETO 106/2017

DECRETO Nº 106, DE 21 DE MARÇO DE 2017.

DIPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DE DECRETO QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais nos termos dos Incisos III, da Lei Orgânica Municipal.

Considerando que a municipalidade, emitiu na data de 01 de março, próximo passado, ato regulamentando os procedimentos de uso, guarda e conservação da frota de veículos da municipalidade, fortalecendo os mecanismos de controle interno e a política disciplinar dos condutores;

Considerando que, as Secretarias Municipais, atualmente possuem em seus departamentos, baixo número de servidores concursados no cargo de motorista e, por diversos momentos do dia os Servidores Públicos técnicos de todas as áreas, necessitam deslocar-se para diversos pontos geográficos dentro do território do município, para dar prosseguimento às atividades precípuas da Administração Pública.

DECRETA

Art. 1º. Fica revogado o Decreto n. 059/2017, datado de 01 de Março de 2017.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes/SC, 21 de Março de 2017.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

DECRETO 107/2017

FAXINAL DOS GUEDES - SC, 21 DE MARÇO DE 2017.

DECRETO Nº. 107/2017.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR RELATIVO A SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Gilberto Angelo Lazzari, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 10 da Lei Municipal nº. 2.402 de 13 de dezembro de 2016;

DECRETA:

Art. 1o Fica o chefe do poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro no valor de R\$ 504.634,67 (quinhentos e quatro mil seiscentos e trinta e quatro reais e sessenta e sete centavos) no Fundo Municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes, na seguinte programação de despesa:

Suplementações:

Órgão: 12 – Fundo Mun. de Saúde

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Mun. de Saúde

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 2004 – Saúde para Todos

Projeto/Atividade: 2022 – Manut. Da Saúde Pública

Modalidade de Aplicação:33900000 – Aplicações Diretas

Fonte: 0302 – Superávit Exe. Ant/Rec. Próprios Saúde

Valor: R\$ 5.627,85

Órgão: 12 – Fundo Mun. de Saúde

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Mun. de Saúde

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 2004 – Saúde para Todos

Projeto/Atividade: 2022 – Manut. Da Saúde Pública

Modalidade de Aplicação:40900000 – Aplicações Diretas

Fonte: 0617 – Superávit Exe. Ant/Rec. Vinculados

Valor: R\$ 1.645,86

Órgão: 12 – Fundo Mun. de Saúde

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Mun. de Saúde

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 2004 – Saúde para Todos

Projeto/Atividade: 2022 – Manut. Da Saúde Pública

Modalidade de Aplicação:44900000 – Aplicações Diretas

Fonte: 0389 – Superávit Exe. Ant/Rec. Vinculados

Valor: R\$ 1.026,39

Órgão: 12 – Fundo Mun. de Saúde

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Mun. de Saúde

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 2004 – Saúde para Todos

Projeto/Atividade: 2023 – Manut. Do Bloco Atenção Básica

Modalidade de Aplicação:31900000 – Aplicações Diretas

Fonte: 0364 – Superávit Exe. Ant/Rec. Vinculados

Valor: R\$ 136.532,34

Órgão: 12 – Fundo Mun. de Saúde
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Mun. de Saúde
Função: 10 – Saúde
Subfunção: 301 – Atenção Básica
Programa: 2004 – Saúde para Todos
Projeto/Atividade: 2023 – Manut. Do Bloco Atenção Básica
Modalidade de Aplicação: 33900000 – Aplicações Diretas
Fonte: 0364 – Superávit Exe. Ant/Rec. Vinculados
Valor: R\$ 76.603,99

Órgão: 12 – Fundo Mun. de Saúde
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Mun. de Saúde
Função: 10 – Saúde
Subfunção: 301 – Atenção Básica
Programa: 2004 – Saúde para Todos
Projeto/Atividade: 2023 – Manut. Do Bloco Atenção Básica
Modalidade de Aplicação: 33900000 – Aplicações Diretas
Fonte: 0370 – Superávit Exe. Ant/Rec. Vinculados
Valor: R\$ 17.064,66

Órgão: 12 – Fundo Mun. de Saúde
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Mun. de Saúde
Função: 10 – Saúde
Subfunção: 302 – Assistência Hospit. e Ambulatorial
Programa: 2004 – Saúde para Todos
Projeto/Atividade: 2024 – Manut. Do Bloco Média/Alta Com. MAC
Modalidade de Aplicação: 33900000 – Aplicações Diretas
Fonte: 0364 – Superávit Exe. Ant/Rec. Vinculados
Valor: R\$ 58.857,45

Órgão: 12 – Fundo Mun. de Saúde
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Mun. de Saúde
Função: 10 – Saúde
Subfunção: 305 – Vigilância Epidemiológica
Programa: 2004 – Saúde para Todos
Projeto/Atividade: 2025 – Manut. Do Bloco Vig. Em Saúde
Modalidade de Aplicação: 33900000 – Aplicações Diretas
Fonte: 0364 – Superávit Exe. Ant/Rec. Vinculados
Valor: R\$ 42.395,38

Órgão: 12 – Fundo Mun. de Saúde
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Mun. de Saúde
Função: 10 – Saúde
Subfunção: 305 – Vigilância Epidemiológica
Programa: 2004 – Saúde para Todos
Projeto/Atividade: 2025 – Manut. Do Bloco Vig. Em Saúde
Modalidade de Aplicação: 44900000 – Aplicações Diretas
Fonte: 0364 – Superávit Exe. Ant/Rec. Vinculados
Valor: R\$ 30.000,00

Órgão: 12 – Fundo Mun. de Saúde
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Mun. de Saúde
Função: 10 – Saúde
Subfunção: 301 – Atenção Básica
Programa: 2004 – Saúde para Todos
Projeto/Atividade: 2027 – Manut. Do Bloco Assistência Farmacêutica
Modalidade de Aplicação: 33900000 – Aplicações Diretas
Fonte: 0364 – Superávit Exe. Ant/Rec. Vinculados
Valor: R\$ 9.145,94

Órgão: 12 – Fundo Mun. de Saúde
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Mun. de Saúde
Função: 10 – Saúde
Subfunção: 301 – Atenção Básica
Programa: 2004 – Saúde para Todos
Projeto/Atividade: 2028 – Manut. Do Bloco Repasse do Estado
Modalidade de Aplicação: 31900000 – Aplicações Diretas
Fonte: 0625 – Superávit Exe. Ant/Rec. Vinculados

Valor: R\$ 49.306,77

Órgão: 12 – Fundo Mun. de Saúde
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Mun. de Saúde
Função: 10 – Saúde
Subfunção: 301 – Atenção Básica
Programa: 2004 – Saúde para Todos
Projeto/Atividade: 2028 – Manut. Do Bloco Repasse do Estado
Modalidade de Aplicação: 33900000 – Aplicações Diretas
Fonte: 0625 – Superávit Exe. Ant/Rec. Vinculados
Valor: R\$ 76.428,04

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que se trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

DECRETO 108/2017

FAXINAL DOS GUEDES - SC, 21 DE MARÇO DE 2017.

DECRETO Nº. 108/2017.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR RELATIVO A SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Gilberto Angelo Lazzari, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 10 da Lei Municipal nº. 2.402 de 13 de dezembro de 2016;

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro no valor de R\$ 365.938,69 (trezentos e sessenta e cinco mil e noventa e trinta e oito reais e sessenta e nove centavos) no Município de Faxinal dos Guedes, na seguinte programação de despesa:

Suplementações:

Órgão: 05 – Secretaria de Educação e Cultura
Unidade Orçamentária: 01 – Departamento de Educação
Função: 12 – Educação
Subfunção: 365 – Educação Infantil
Programa: 2003 – Ensino para Todos
Projeto/Atividade: 1003 – Ampliação da Rede Física Ed. Inf.
Modalidade de Aplicação: 44900000 – Aplicações Diretas
Fonte: 0322 – Superávit Exe. Ant/Rec. Vinculados
Valor: R\$ 85.341,00

Órgão: 05 – Secretaria de Educação e Cultura
Unidade Orçamentária: 01 – Departamento de Educação
Função: 12 – Educação
Subfunção: 361 – Educação Fundamental
Programa: 2003 – Ensino para Todos
Projeto/Atividade: 2006 – Manutenção do Ensino Fundamental
Modalidade de Aplicação: 33900000 – Aplicações Diretas
Fonte: 096 – Superávit Exe. Ant/Rec. Vinculados
Valor: R\$ 70.138,08

Órgão: 05 – Secretaria de Educação e Cultura
Unidade Orçamentária: 01 – Departamento de Educação
Função: 12 – Educação

Subfunção: 361 – Educação Fundamental
Programa: 2003 – Ensino para Todos
Projeto/Atividade: 2006 – Manutenção do Ensino Fundamental
Modalidade de Aplicação: 339000000 – Aplicações Diretas
Fonte: 0362 – Superávit Exe. Ant/Rec. Vinculados
Valor: R\$ 2.706,51

Órgão: 05 – Secretaria de Educação e Cultura
Unidade Orçamentária: 01 – Departamento de Educação
Função: 12 – Educação
Subfunção: 361 – Educação Fundamental
Programa: 2003 – Ensino para Todos
Projeto/Atividade: 2008 – Manutenção do Transporte Escolar
Modalidade de Aplicação: 339000000 – Aplicações Diretas
Fonte: 0361 – Superávit Exe. Ant/Rec. Vinculados
Valor: R\$ 5.885,23

Órgão: 05 – Secretaria de Educação e Cultura
Unidade Orçamentária: 01 – Departamento de Educação
Função: 12 – Educação
Subfunção: 361 – Educação Fundamental
Programa: 2003 – Ensino para Todos
Projeto/Atividade: 2008 – Manutenção do Transporte Escolar
Modalidade de Aplicação: 339000000 – Aplicações Diretas
Fonte: 0624 – Superávit Exe. Ant/Rec. Vinculados
Valor: R\$ 24.905,15

Órgão: 06 – Secretaria de Infraestrutura
Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria de Infraestrutura
Função: 26 – Transporte
Subfunção: 782 – Transporte Rodoviário
Programa: 2010 – Desenvolvimento Urbano
Projeto/Atividade: 2017 – Manutenção das At. Da Sec. De Infr
Modalidade de Aplicação: 339000000 – Aplicações Diretas
Fonte: 0316 – Superávit Exe. Ant/Rec. Vinculados
Valor: R\$ 3.609,07

Órgão: 06 – Secretaria de Infraestrutura
Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria de Infraestrutura
Função: 26 – Transporte
Subfunção: 782 – Transporte Rodoviário
Programa: 2010 – Desenvolvimento Urbano
Projeto/Atividade: 2017 – Manutenção das At. Da Sec. De Infr
Modalidade de Aplicação: 339000000 – Aplicações Diretas
Fonte: 0344 – Superávit Exe. Ant/Rec. Vinculados
Valor: R\$ 34.339,51

Órgão: 06 – Secretaria de Infraestrutura
Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria de Infraestrutura
Função: 06 – Segurança Pública
Subfunção: 181 – Policiamento
Programa: 2016 – Segurança Pública
Projeto/Atividade: 2033 – Manutenção Conv. De Trânsito PM
Modalidade de Aplicação: 339000000 – Aplicações Diretas
Fonte: 0354 – Superávit Exe. Ant/Rec. Vinculados
Valor: R\$ 37.373,60

Órgão: 06 – Secretaria de Infraestrutura
Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria de Infraestrutura
Função: 06 – Segurança Pública
Subfunção: 181 – Policiamento
Programa: 2016 – Segurança Pública
Projeto/Atividade: 2034 – Manutenção Conv. De Trânsito PC
Modalidade de Aplicação: 339000000 – Aplicações Diretas
Fonte: 0355 – Superávit Exe. Ant/Rec. Vinculados
Valor: R\$ 40.787,13

Órgão: 06 – Secretaria de Infraestrutura
Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria de Infraestrutura

Função: 06 – Segurança Pública
Subfunção: 181 – Policiamento
Programa: 2016 – Segurança Pública
Projeto/Atividade: 2035 – Manut. Conv. Trânsito Prefeitura
Modalidade de Aplicação: 339000000 – Aplicações Diretas
Fonte: 0356 – Superávit Exe. Ant/Rec. Vinculados
Valor: R\$ 53.955,69

Órgão: 06 – Secretaria de Infraestrutura
Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria de Infraestrutura
Função: 25 – Energia
Subfunção: 752 – Energia Elétrica
Programa: 2010 – Desenvolvimento Urbano
Projeto/Atividade: 2017 – Manut. Das Ativ. Da Sec. De Infr.
Modalidade de Aplicação: 339000000 – Aplicações Diretas
Fonte: 0317 – Superávit Exe. Ant/Rec. Vinculados
Valor: R\$ 6.897,72

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que se trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

DECRETO 109/2017

Faxinal dos Guedes, SC, 21 de Março de 2017.

Decreto nº109/2017

NOMEIA SERVIDOR PARA O EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVISÃO TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

Considerando o interesse público e a necessidade pública na contratação de servidores;

Considerando a homologação final do Processo Seletivo 001/2017.

DECRETA:

Art.1º. Fica nomeado o Senhor VITOR RICARDO ROSSI DAMO, portador do CPF nº089.527.779-48, para o exercício do cargo de provimento temporário de excepcional interesse público, de PROFESSOR DE ANOS FINAIS EDUCAÇÃO FÍSICA (6º AO 9º ANO), com carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com vigência no período de 20/03/2017 a 21/12/2017, podendo ser prorrogado caso tenha interesse e necessidade do município.

Parágrafo Único: O Servidor desempenhará as funções inerentes ao cargo, percebendo o vencimento previsto na referida lei.

Art.2º. O servidor vincula-se às disposições da Lei Complementar nº044/2016 e suas alterações posteriores, sendo que, em relação à Previdência Social o CONTRATADO será vinculado ao RGPS.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 20 de Março de 2017, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 21 de Março de 2017.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

DECRETO 110/2017

Faxinal dos Guedes, SC, 21 de Março de 2017.

Decreto nº110/2017

NOMEIA SERVIDOR PARA O EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

Considerando o interesse público e a necessidade pública na contratação de servidores;

Considerando a homologação final do Processo Seletivo 001/2017. DECRETA:

Art.1º. Fica nomeado o Senhor ANA PAULA SALVI, portador do CPF nº 058.848.659-02, para o exercício do cargo de provimento temporário de excepcional interesse público, de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL NÃO HABILITADA, com carga horária de 20 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com vigência no período de 20/03/2017 a 21/12/2017, podendo ser prorrogado caso tenha interesse e necessidade do município.

Parágrafo Único: O Servidor desempenhará as funções inerentes ao cargo, percebendo o vencimento previsto na referida lei.

Art.2º. A servidora vincula-se às disposições da Lei Complementar nº044/2016 e suas alterações posteriores, sendo que, em relação à Previdência Social a CONTRATADA será vinculado ao RGPS.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 20 de Março de 2017, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 21 de Março de 2017.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

DECRETO 111/2017

Faxinal dos Guedes, SC, 21 de Março de 2017.

Decreto nº 111/2017

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art.1º. Fica nomeada a Senhora PAULA DE ALBUQUERQUE, portadora do CPF nº 021.051.110-92, para o exercício do cargo de provimento em comissão de GERENTE DE PROJETOS de acordo com a Lei Complementar 48/2006.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 20 de Março de 2017, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 21 de Março de 2017.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

DECRETO 112/2017

Faxinal dos Guedes, SC, 21 de Março de 2017.

Decreto nº 112/2017

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art.1º. Fica nomeada a Senhora JUCILAINE ELAUTÉRIO DA LUZ SANTIN, portadora do CPF nº 094.157.309-51, para o exercício do cargo de provimento em comissão de GERENTE DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO de acordo com a Lei Complementar 48/2006.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 20 de Março de 2017, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 21 de Março de 2017.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

DECRETO 113/2017

Faxinal dos Guedes, SC, 21 de Março de 2017.

Decreto nº113/2017

NOMEIA SERVIDOR PARA O EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

Considerando o interesse público e a necessidade pública na contratação de servidores;

Considerando a homologação final do Processo Seletivo 001/2017. DECRETA:

Art.1º. Fica nomeado o Senhor CAMILA LIBARDONI PADILHA, portador do CPF nº 081.223.919-90, para o exercício do cargo de provimento temporário de excepcional interesse público, de PROFESSOR DE ANOS FINAIS (6º AO 9º ANO) NÃO HABILITADO, com carga horária de 20 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com vigência no período de 21/03/2017 a 21/12/2017, podendo ser prorrogado caso tenha interesse e necessidade do município.

Parágrafo Único: O Servidor desempenhará as funções inerentes ao cargo, percebendo o vencimento previsto na referida lei.

Art.2º. A servidora vincula-se às disposições da Lei Complementar nº044/2016 e suas alterações posteriores, sendo que, em relação à Previdência Social a CONTRATADA será vinculado ao RGPS.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 20 de Março de 2017, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 21 de Março de 2017.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

DECRETO 114/2017

Faxinal dos Guedes, SC, 21 de Março de 2017.

Decreto nº114/2017

NOMEIA SERVIDOR PARA O EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

Considerando o interesse público e a necessidade pública na contratação de servidores;

Considerando a homologação final do Processo Seletivo 001/2017. DECRETA:

Art.1º. Fica nomeado o Senhor ADRIANA RODRIGUES DE SOUSA DE LIMA, portador do CPF nº893.012.855-68, para o exercício do cargo de provimento temporário de excepcional interesse público, de PROFESSOR DE ANOS INICIAIS (1º AO 5º ANO), com carga horária de 20 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com vigência no período de 21/03/2017 a 21/12/2017, podendo ser prorrogado caso tenha interesse e necessidade do município.

Parágrafo Único: O Servidor desempenhará as funções inerentes ao cargo, percebendo o vencimento previsto na referida lei.

Art.2º. A servidora vincula-se às disposições da Lei Complementar nº044/2016 e suas alterações posteriores, sendo que, em relação à Previdência Social a CONTRATADA será vinculado ao RGPS.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 21 de Março de 2017.
GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

DECRETO 115/2017

Faxinal dos Guedes, SC, 21 de Março de 2017.

Decreto nº115/2017

NOMEIA SERVIDOR PARA O EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

Considerando o interesse público e a necessidade pública na contratação de servidores;

Considerando a homologação final do Concurso Público 01/2016. DECRETA:

Art.1º. Fica nomeada a Senhora LUZITANIA CACHOEIRA, portadora do CPF nº018.189.799-77, para o exercício do cargo de provimento temporário de TÉCNICA DE ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais.

Parágrafo Único: A Servidora desempenhará as funções inerentes ao cargo, percebendo o vencimento previsto na referida lei.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 21 de Março de 2017.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

DECRETO 116/2017

Faxinal dos Guedes, SC, 23 de Março de 2017.

Decreto nº116/2017

NOMEIA SERVIDOR PARA O EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

Considerando o interesse público e a necessidade pública na contratação de servidores;

Considerando a homologação final do Processo Seletivo 001/2017. DECRETA:

Art.1º. Fica nomeado o Senhor FERNANDO ROMANI, portador do CPF nº072.591.369-01, para o exercício do cargo de provimento temporário de excepcional interesse público, de PROFESSOR DE ANOS FINAIS EDUCAÇÃO FÍSICA (6º AO 9º ANO), com carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com vigência no período de 23/03/2017 a 21/12/2017, podendo ser prorrogado caso tenha interesse e necessidade do município.

Parágrafo Único: O Servidor desempenhará as funções inerentes ao cargo, percebendo o vencimento previsto na referida lei.

Art.2º. O servidor vincula-se às disposições da Lei Complementar nº044/2016 e suas alterações posteriores, sendo que, em relação à Previdência Social o CONTRATADO será vinculado ao RGPS.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 23 de Março de 2017.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

DECRETO 117/2017

Faxinal dos Guedes, SC, 23 de Março de 2017.

Decreto nº117/2017

NOMEIA SERVIDOR PARA O EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

Considerando o interesse público e a necessidade pública na contratação de servidores;

Considerando a homologação final do Processo Seletivo 001/2017. DECRETA:

Art.1º. Fica nomeada a Senhora DULCINÉIA RAIMUNDI portadora do CPF nº096.367.699-74, para o exercício do cargo de provimento temporário de excepcional interesse público, de PROFESSOR DE ANOS FINAIS EDUCAÇÃO FÍSICA (6º AO 9º ANO) NÃO

HABILITADO, com carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com vigência no período de 23/03/2017 a 21/12/2017, podendo ser prorrogado caso tenha interesse e necessidade do município.

Parágrafo Único: O Servidor desempenhará as funções inerentes ao cargo, percebendo o vencimento previsto na referida lei.

Art.2º. O servidor vincula-se às disposições da Lei Complementar nº044/2016 e suas alterações posteriores, sendo que, em relação à Previdência Social o CONTRATADO será vinculado ao RGPS.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 23 de Março de 2017.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

DECRETO 118/2017

Faxinal dos Guedes, SC, 23 de Março de 2017.

Decreto nº118/2017

NOMEIA SERVIDOR PARA O EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

Considerando o interesse público e a necessidade pública na contratação de servidores;

Considerando a homologação final do Processo Seletivo 001/2017. DECRETA:

Art.1º. Fica nomeada a Senhora CRISTIANA REGINA QUILANTE BIGATON portadora do CPF nº051.392.119-20, para o exercício do cargo de provimento temporário de excepcional interesse público, de PROFESSOR DE ANOS FINAIS EDUCAÇÃO FÍSICA (6º AO 9º ANO), com carga horária de 20 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com vigência no período de 23/03/2017 a 21/12/2017, podendo ser prorrogado caso tenha interesse e necessidade do município.

Parágrafo Único: A Servidora desempenhará as funções inerentes ao cargo, percebendo o vencimento previsto na referida lei.

Art.2º. A servidora vincula-se às disposições da Lei Complementar nº044/2016 e suas alterações posteriores, sendo que, em relação à Previdência Social a CONTRATADA será vinculada ao RGPS.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 23 de Março de 2017.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

DECRETO 119/2017

Faxinal dos Guedes, SC, 23 de Março de 2017.

Decreto nº119/2017

NOMEIA SERVIDOR PARA O EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos

Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

Considerando o interesse público e a necessidade pública na contratação de servidores;

Considerando a homologação final do Processo Seletivo 001/2017. DECRETA:

Art.1º. Fica nomeada a Senhora CRISTIANA REGINA QUILANTE BIGATON portadora do CPF nº051.392.119-20, para o exercício do cargo de provimento temporário de excepcional interesse público, de PROFESSOR DE ANOS FINAIS EDUCAÇÃO FÍSICA (6º AO 9º ANO), com carga horária de 20 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com vigência no período de 23/03/2017 a 21/12/2017, podendo ser prorrogado caso tenha interesse e necessidade do município.

Parágrafo Único: A Servidora desempenhará as funções inerentes ao cargo, percebendo o vencimento previsto na referida lei.

Art.2º. A servidora vincula-se às disposições da Lei Complementar nº044/2016 e suas alterações posteriores, sendo que, em relação à Previdência Social a CONTRATADA será vinculada ao RGPS.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 23 de Março de 2017.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

DECRETO 120/2017

Faxinal dos Guedes, SC, 24 de Março de 2017.

Decreto nº120/2017

EXONERA SERVIDOR DO EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art.1º. Fica exonerada a Sra. VANESSA ZANETTI OZELAME, do exercício do cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE SAÚDE PÚBLICA, conforme Lei Complementar 048/2006.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 24 de Março de 2017.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

DECRETO 121/2017

Faxinal dos Guedes, SC, 27 de Março de 2017.

Decreto nº121/2017

NOMEIA SERVIDOR PARA O EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

Considerando o interesse público e a necessidade pública na contratação de servidores;

Considerando a homologação final do Processo Seletivo 001/2017. DECRETA:

Art.1º. Fica nomeado o Senhor RAFAEL TEIXEIRA BRUNETTO, portador do CPF nº 053.834.759-74, para o exercício do cargo de provimento temporário de excepcional interesse público, de PROFESSOR DE ANOS FINAIS EDUCAÇÃO FÍSICA com carga horária de 20 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com vigência no período de 27/03/2017 a 21/12/2017, podendo ser prorrogado caso tenha interesse e necessidade do município.

Parágrafo Único: O Servidor desempenhará as funções inerentes ao cargo, percebendo o vencimento previsto na referida lei.

Art.2º. O servidor vincula-se às disposições da Lei Complementar nº044/2016 e suas alterações posteriores, sendo que, em relação à Previdência Social o CONTRATADO será vinculado ao RGPS.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 27 de Março de 2017.
GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

DECRETO 122/2017

Faxinal dos Guedes, SC, 29 de Março de 2017.

Decreto nº122/2017

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art.1º. Concede Licença Maternidade a servidora pública municipal JULIANA MARIA CONCI, matrícula nº2359, ocupante do cargo efetivo de Técnico Enfermagem, – 40 horas semanais, no período de 27/03/2017 a 22/09/2017.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 29 de Março de 2017.
GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal
REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

DECRETO 123/2017

Faxinal dos Guedes, SC, 30 de Março de 2017.

Decreto nº0123/2017

Regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, com suas respectivas alterações, no Município de Faxinal dos Guedes (SC).

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 66, inciso III da Lei Orgânica Municipal, com fundamento na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações, DECRETA:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Este Decreto dispõe sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública municipal e as organizações da sociedade civil de que trata a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, com o fim de regulamentar, em âmbito local, as parcerias e os acordos de cooperação entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco.

§ 1º Recepção, no âmbito local, as definições previstas no art. 2º da Lei Federal nº 13.019, de 2014, com as atualizações e os acréscimos estabelecidos pela Lei Federal nº 13.204, de 14 de setembro de 2015.

§ 2º Aplica-se subsidiariamente ao disposto neste Decreto:

I - o Decreto Federal nº 8.428, de 2 de abril de 2015, que dispõe sobre Procedimento de Manifestação de Interesse, a ser observado na apresentação de projetos, levantamentos, investigações ou estudos, por pessoa física ou jurídica de direito privado, a serem utilizados pela administração pública;

§ 3º A administração pública municipal adotará procedimentos para orientar e facilitar a realização de parcerias e estabelecerá, sempre que possível, critérios para definir objetos, metas, custos e indicadores de avaliação de resultados.

§ 4º A Secretaria de Fazenda e Administração publicará, no sítio eletrônico oficial do Município, informações que contemplem os procedimentos a serem observados em todas as fases da parceria, para orientar os gestores públicos e as organizações da sociedade civil, nos termos do § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

§ 5º A atualização das informações referidas no § 3º deve ser constante, tendo como base as alterações da legislação federal.

§ 6º As secretarias da administração pública municipal poderão editar orientações complementares, de acordo com as especificidades dos programas e das políticas públicas setoriais.

Art. 2º. As parcerias entre a administração pública municipal e as organizações da sociedade civil terão por objeto a execução de atividade ou projeto e deverão ser formalizadas por meio das seguintes modalidades:

I - termo de fomento ou termo de colaboração, quando envolver transferência de recurso financeiro; ou

II - acordo de cooperação, quando não envolver transferência de recurso financeiro.

Art. 3º. O acordo de cooperação previsto no inciso II do art. 2º:

I – poderá ser proposto pela administração pública municipal ou pela organização da sociedade civil.

II – será firmado pelo Prefeito, permitida a delegação;

III – poderá ser prorrogado de acordo com o interesse público, hipótese que prescinde de prévia análise jurídica.

CAPÍTULO II DO CHAMAMENTO PÚBLICO E DA SELEÇÃO DA ORGANIZAÇÃO PARCEIRA

Art. 4º. A seleção da organização da sociedade civil para celebrar parceria deverá ser realizada pela administração pública municipal, por meio de chamamento público, nos termos do art. 24 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

§ 1º O chamamento público poderá selecionar mais de uma proposta, mediante formalização de termo de atuação em rede, se houver previsão no edital, observadas as formalidades dos arts. 45 e seguintes do Decreto Federal nº 8.726, de 2016.

§ 2º O chamamento público para celebração de parcerias executadas com recursos de fundos específicos, como o da criança e do adolescente, do idoso e de defesa de direitos difusos, entre outros,

poderá ser formalizada, em sua fase interna, pelos respectivos conselhos, conforme legislação específica, respeitadas as exigências da Lei Federal nº 13.019, de 2014, e deste Decreto.

§ 3º Os termos de fomento ou de colaboração que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais serão celebrados com dispensa do chamamento público, nos termos do arts. 29 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

§ 4º O chamamento público poderá ser dispensado ou será considerado inexigível nas hipóteses previstas nos art. 30 e art. 31 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, mediante decisão fundamentada do Prefeito, nos termos do art. 32 da referida Lei.

§ 5º Além das condições exigidas pela Lei Federal nº 13.019, de 2014, a organização da sociedade civil interessada em parceria, nos termos deste Decreto, não poderá estar em débito com a fazenda pública municipal.

Art. 5º. A administração pública municipal nomeará Comissão de Seleção e de Julgamento para o Chamamento Público, sendo esta um órgão colegiado, composto por três agentes públicos, designados por portaria, com pelo menos dois de seus membros servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo.

§ 1º Quando se tratar de Chamamento Público para parceria que envolva programas ou políticas públicas setoriais, a Comissão de que trata este artigo poderá ser composta por mais dois servidores da área.

§ 2º Na portaria de nomeação o Presidente e o Secretário da Comissão de Seleção assumirão a responsabilidade pela condução dos trabalhos.

§ 3º Será impedida de participar de Comissão, para fins deste artigo, o servidor que, nos últimos cinco anos, tenha mantido vínculo jurídico com, ao menos, uma das entidades em disputa.

§ 4º Configurado o impedimento previsto no § 3º, deverá ser designado membro substituto que possua qualificação equivalente à do substituído.

§ 5º O processo de seleção abrangerá a avaliação das propostas, a divulgação e a homologação dos resultados.

Art. 6º. A avaliação das propostas terá caráter eliminatório e classificatório.

§ 1º As propostas serão classificadas de acordo com os critérios de julgamento estabelecidos no edital.

§ 2º Será eliminada a organização da sociedade civil cuja proposta esteja em desacordo com os termos do edital ou que não contenha as seguintes informações:

I - a descrição da realidade objeto da parceria e o nexo com a atividade ou o projeto proposto;

II - as ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento das metas;

III - os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas; e

IV - o valor global.

Art. 7º. A administração pública municipal divulgará o resultado preliminar do processo de seleção no seu sítio eletrônico oficial.

Art. 8º. As organizações da sociedade civil poderão apresentar recurso contra o resultado preliminar, no prazo de cinco dias, contado da publicação da decisão, ao colegiado que a proferiu.

§ 1º Os recursos que não forem reconsiderados pelo colegiado no prazo de cinco dias, contados do recebimento, deverão ser encaminhados ao Prefeito para decisão final.

§ 2º Os recursos poderão ser apresentados no setor de protocolo da Prefeitura.

§ 3º Não caberá novo recurso da decisão do recurso previsto neste artigo.

Art. 9º. Após o julgamento dos recursos ou o transcurso do prazo para interposição de recurso, a administração pública municipal deverá homologar e divulgar as decisões recursais proferidas e o

resultado definitivo do processo de seleção.

CAPÍTULO III

DO PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Art. 10. O Procedimento de Manifestação de Interesse Social é o instrumento por meio do qual as organizações da sociedade civil, movimentos sociais e cidadãos poderão apresentar propostas à administração pública municipal, diretamente na Secretaria vinculada à área de atuação do projeto pretendido, para que esta avalie a possibilidade de realização de um chamamento público objetivando a celebração de parceria.

§ 1º O Procedimento de Manifestação de Interesse Social deve conter:

I - identificação do subscritor da proposta;

II - indicação do interesse público envolvido; e

III - diagnóstico da realidade que se quer modificar, aprimorar ou desenvolver e, quando possível, indicação de viabilidade, de custos, de benefícios e de prazos de execução da ação pretendida.

§ 2º Preenchidos os requisitos, a administração pública municipal deverá tornar pública a proposta no sítio eletrônico do Município e, verificada a conveniência e oportunidade para realização do Procedimento de Manifestação de Interesse Social, o instaurará para oitiva da sociedade sobre o tema.

§ 3º A realização do procedimento previsto no § 2º não obrigará a execução do projeto proposto, que acontecerá de acordo com as possibilidades da administração pública municipal.

§ 4º A Manifestação de Interesse social não dispensa a convocação, por meio de chamamento público, para a celebração de parceria.

§ 5º A proposição ou a participação no Procedimento de Manifestação de Interesse Social não impede a organização da sociedade civil de participar no eventual chamamento público.

Art. 11. A execução das parcerias pode se dar por atuação em rede de duas ou mais organizações da sociedade civil, a ser formalizada mediante assinatura de termo de atuação em rede.

§ 1º A atuação em rede pode se efetivar pela realização de ações coincidentes, quando há identidade de intervenções, ou de ações diferentes e complementares à execução do objeto da parceria.

§ 2º A rede deve ser composta por:

I - uma organização da sociedade civil celebrante da parceria com a administração pública municipal, que ficará responsável pela rede e atuará como sua supervisora, mobilizadora e orientadora, podendo participar diretamente ou não da execução do objeto; e

II - uma ou mais organizações da sociedade civil executantes e não celebrantes da parceria com a administração pública municipal, que deverão executar ações relacionadas ao objeto da parceria definidas em comum acordo com a organização da sociedade civil celebrante.

§ 3º A atuação em rede não caracteriza subcontratação de serviços e nem descaracteriza a capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil celebrante.

CAPÍTULO IV

DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 12. A Comissão de Monitoramento e Avaliação é a instância administrativa colegiada responsável por:

I - monitorar o conjunto de parcerias;

II - apresentar proposta de aprimoramento dos procedimentos;

III - padronizar objetos, custos e indicadores e pela produção de entendimentos voltados à priorização do controle de resultados, sendo de sua competência a avaliação; e

IV - homologar dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação.

§ 1º A administração pública municipal designará, por portaria, os integrantes da Comissão de Monitoramento e Avaliação, a ser constituída por três membros, pelo menos dois servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal.

§ 2º A Comissão de Monitoramento e Avaliação poderá solicitar

assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado para subsidiar seus trabalhos, especialmente quando a parceria envolver programas ou políticas públicas setoriais.

§ 3º A Comissão de Monitoramento e Avaliação se reunirá periodicamente a fim de avaliar a execução das parcerias por meio da análise das ações previstas nos arts. 58 a 60 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

§ 4º O monitoramento e a avaliação de parceria executada com recursos de fundo específico poderão ser realizados pela Comissão Municipal com atuação temática na respectiva área- fim.

Art. 13. O membro da Comissão de Monitoramento e Avaliação deverá se declarar impedido de participar do monitoramento e da avaliação da parceria quando verificar que tenha participado, nos últimos cinco anos, como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado da organização da sociedade civil ou que tenha participado da Comissão de Seleção e de Julgamento.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. Para os processos administrativos das parcerias formalizadas nos termos deste Decreto será observado, subsidiariamente, o que dispõe a Lei da União nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Parágrafo único. A juízo da administração pública municipal e a pedido da organização da sociedade civil, poderá ser realizada audiência para esclarecimento necessário à instrução do processo.

Art. 15. Não constituem parceria, para fins do disposto neste Decreto:

I - os patrocínios, apoio financeiro e contribuições concedidos a atividades e/ou projetos a qualquer pessoa física ou jurídica, nos termos do art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000;

II – subvenções sociais para entidades de que trata a Lei nº 13.019, art. 3º, IV;

III – subvenções econômicas.

Art. 16. No âmbito da administração pública municipal, a prévia tentativa de conciliação e solução administrativa de dúvidas de natureza eminentemente jurídica, relacionada à execução da parceria, prevista no inciso XVII do caput do art. 42 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, caberá à Procuradoria do Município.

§ 1º Antes de promover a tentativa de conciliação e solução administrativa, o órgão jurídico deverá consultar a Secretaria de Fazenda e Administração, quanto à existência de processo de apuração de irregularidade concernente ao objeto da parceria.

§ 2º É assegurada a prerrogativa de a organização da sociedade civil se fazer representar por advogado perante a administração pública municipal, especialmente em procedimento voltado à conciliação e à solução administrativa de dúvidas decorrentes da execução da parceria.

Art. 17. A administração pública municipal fará reuniões públicas com as organizações da sociedade civil, a fim de orientá-las quanto à Lei Federal nº 13.019, de 2014, bem como sobre a aplicação deste Decreto.

Art. 18. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Faxinal dos Guedes(SC), 28 de março de 2017

Gilberto Ângelo Lazzari
Prefeito Municipal

DECRETO 124/2017

Faxinal dos Guedes, SC, 04 de Abril de 2017.

Decreto nº124/2017

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art.1º. Fica nomeada a Senhora DAIANE MAROCCO, portadora do CPF nº 077.071.469-21, para o exercício do cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE SAÚDE PÚBLICA de acordo com a Lei Complementar 48/2006.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 04 de Abril de 2017.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

DECRETO 125/2017

Faxinal dos Guedes, 04 de Abril de 2017.

DECRETO Nº. 125/2017.

DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Gilberto Angelo Lazzari, Prefeito Municipal do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 10 da Lei Municipal nº. 2.402 de 13 de dezembro de 2016;

Art. 1º Fica remanejado o valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) para as seguintes dotações orçamentárias:

Subtrai das Dotações:

Órgão: 12 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 2004 – Saúde para Todos

Projeto/Atividade: 2022 – Manutenção da Saúde Pública

Modalidade de Aplicação:339000000– Aplicações Diretas

Fonte: 02 – Recursos de Impostos de Transferência da Saúde

Valor: R\$ 4.000,00

Adiciona para as Dotações:

Subtrai das Dotações:

Órgão: 12 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 2004 – Saúde para Todos

Projeto/Atividade: 2022 – Manutenção da Saúde Pública

Modalidade de Aplicação:335000000– Aplicações Diretas

Fonte: 02 – Recursos de Impostos de Transferência da Saúde

Valor: R\$ 4.000,00

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gilberto Angelo Lazzari

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

DECRETO 126/2017

FAXINAL DOS GUEDES - SC, 04 DE ABRIL DE 2017.

DECRETO Nº. 126/2017.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR RELATIVO A SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Gilberto Angelo Lazzari, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 10 da Lei Municipal nº. 2.402 de 13 de dezembro de 2016;

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro no valor de R\$ 68.709,83 (sessenta e oito mil e setecentos e nove reais e oitenta e três centavos) no Município de Faxinal dos Guedes, na seguinte programação de despesa:

Suplementação:

Órgão: 09 – Fundo Da Criança e Adolescente
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Da Criança e Adolescente
Função: 08 – Assistência Social
Subfunção: 243 – Assist. à Criança e ao Adolescente
Programa: 2015 – Criança e Adolescente
Projeto/Atividade: 2021 – Manut. Do Fundo da Criança e Adol.
Modalidade de Aplicação: 339000000 – Aplicações Diretas
Fonte: 0 – Recursos Ordinários
Valor: R\$ 68.709,83

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que se trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

DECRETO 127/2017

FAXINAL DOS GUEDES - SC, 04 DE ABRIL DE 2017.

DECRETO Nº. 127/2017.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECAÇÃO PROVENIENTE DO CONVÊNIO DE REPASSE Nº. 819866/2015/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA, PROCESSO Nº. 2623.1023765-59/2015 AO MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

Gilberto Angelo Lazzari, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 10 da Lei Municipal nº. 2.402 de 13 de dezembro de 2016;

DECRETA:

Art. 1º. Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do provável excesso de arrecadação do Convênio de Repasse nº. 819866/2015/Ministério das Cidades/CAIXA, Processo Nº. 2623.1023765-59/2015 no valor de R\$ 690.900,00 (seiscentos e noventa mil e novecentos reais), no orçamento de 2017 do Município de Faxinal dos Guedes,

na seguinte programação de despesa:

Suplementação:

Órgão: 06 – Secretaria de Infraestrutura
Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria de Infraestrutura
Função: 15 – Urbanismo
Subfunção: 451 – Infra-Estrutura Urbana
Programa: 2010 – Desenvolvimento Urbano
Projeto/Atividade: 1015 – Pavimentação de Vias Públicas.
Modalidade de Aplicação: 44900000 – Aplicações Diretas
Fonte: 324 - Transf. de Convênios União/Outros
Valor: R\$ 690.900,00

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o provável excesso de arrecadação do Convênio de Repasse nº. 819866/2015/Ministério das Cidades/CAIXA, Processo Nº. 2623.1023765-59/2015 para pavimentação asfáltica.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

DECRETO 128/2017

Faxinal dos Guedes, SC, 05 de Abril de 2017.

Decreto nº128/2017

NOMEIA SERVIDOR PARA O EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

Considerando o interesse público e a necessidade pública na contratação de servidores;

Considerando a homologação final do Processo Seletivo 01/2016.

DECRETA:

Art.1º. Fica nomeada a Senhora NILCE NELCINDA DA SILVA, portadora do CPF nº 015.426.589-69, para o exercício do cargo de provimento temporário de EDUCADOR, com carga horária de 40 horas semanais.

Parágrafo Único: o Servidor desempenhará as funções inerentes ao cargo, percebendo o vencimento previsto na referida lei.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 05 de Abril de 2017.

GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal
REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

DECRETO 129/2017

Faxinal dos Guedes, SC, 05 de Abril de 2017.

Decreto nº129/2017

NOMEIA SERVIDOR PARA O EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

Considerando o interesse público e a necessidade pública na

contratação de servidores;
Considerando a homologação final do Processo Seletivo 01/2016.
DECRETA:

Art.1º. Fica nomeada a Senhora LARISSA PADILHA OZELAME portadora do CPF nº 110.225.229-81, para o exercício do cargo de provimento temporário de EDUCADOR, com carga horária de 40 horas semanais.

Parágrafo Único: o Servidor desempenhará as funções inerentes ao cargo, percebendo o vencimento previsto na referida lei.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 05 de Abril de 2017.
GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

DECRETO 130/2017

Faxinal dos Guedes, SC, 05 de Abril de 2017.

Decreto nº130/2017

NOMEIA SERVIDOR PARA O EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

Considerando o interesse público e a necessidade pública na contratação de servidores;
Considerando a homologação final do Processo Seletivo 01/2016.
DECRETA:

Art.1º. Fica nomeada a Senhora DEBORA CARDOSO DE OLIVEIRA MENTA, portadora do CPF nº 064.388.879-94, para o exercício do cargo de provimento temporário de EDUCADOR, com carga horária de 40 horas semanais.

Parágrafo Único: o Servidor desempenhará as funções inerentes ao cargo, percebendo o vencimento previsto na referida lei.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 05 de Abril de 2017.
GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

DECRETO 131/2017

Faxinal dos Guedes, SC, 07 de Abril de 2017.

DECRETO nº 131/2017.

NOMEIA EQUIPE TÉCNICA PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Gilberto Angelo Lazzari, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal;
DECRETA:

ART. 1º Ficam nomeados para compor a equipe técnica para monitoramento e avaliação do plano municipal de educação os seguintes servidores:

I – Representantes da Secretaria Municipal de Educação e Cultura:

- DAYANE MOSENA

- SILVANA PEDROSO DE MORAIS FERREIRA BECCHI.

Art.2º Para o desempenho das funções ora assumidas os servidores não terão direito a nenhum acréscimo as suas remunerações.

Art.3º O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

DECRETO 132/2017

Faxinal dos Guedes, SC, 07 de Abril de 2017.

DECRETO nº 132/2017.

INSTITUI A COMISSÃO COORDENADORA DE MONITORAMENTO CONTÍNUO E AVALIAÇÃO PERIÓDICA DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Gilberto Angelo Lazzari, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

ART. 1º FICA instituída a comissão coordenadora de monitoramento contínuo e avaliação periódica:

I – Representantes da Secretaria Municipal de Educação e Cultura:

- DAYANE MOSENA

- SILVANA PEDROSO DE MORAIS FERREIRA BECCHI.

II – Representantes do Poder Legislativo:

- KELI CRISTINA ZANCAN

- AIRO ALEXSANDRO OZELAME

III – Conselho Municipal de Educação:

- DANIELA DROPPA CASAGRANDE

- JOSIANE GUIOTTO

- FRANCIELI SEREZINA FIGUEIREDO

Art.2º Para o desempenho das funções ora assumidas os servidores não terão direito a nenhum acréscimo as suas remunerações.

Art.3º O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

DISPENSA DE LICITAÇÃO 0005/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0030/2017.

DISPENSA DE LICITACAO N. 0005/2017.

OBJETO:

ITEM 01: LOCAÇÃO DE UMA RESIDÊNCIA EM ALVENARIA, COM ÁREA CONSTRUÍDA DE 240,32 M² E, ÁREA TOTAL DO TERRENO DE 2.828 M² PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

JUSTIFICATIVA.: Comportar a estrutura física que está em funcionamento da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Considerando o Laudo de Avaliação Locativa, realizado na área de imóvel constante na Matrícula 6.812 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Xanxerê, cuja área total do terreno possui 2.828 metros quadrados e, área total construída de 240,32 metros quadrados (pavimento superior 131,66 m² e subsolo 108,66 m²), imóvel esse, que já está funcionando a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, aproximadamente há 05 anos, localizado na Rua Santa Catarina, n. 250 – Centro.

Considerando estudo perfectizado pela Arquiteta e Urbanista Micheli Santin, inscrita no CAU A73047-5, que o cálculo realizado foi baseado na metodologia da NBR 14653-1.

Considerando finalmente, que o imóvel ora indicado já possui a estrutura física necessária para o desenvolvimento das atividades inerentes a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, mais, requisição encaminhada por essa secretaria municipal dando conta da necessidade de permanecer nesse local.

E, em que pese, o artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal, impor como regra a obrigatoriedade de licitar, que por pertinência, transcreve-se:

"...XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações..."

Trazendo os ensinamentos, do artigo 3º da Lei de Licitações, diz que "...a Licitação é o procedimento administrativo que visa selecionar a proposta mais vantajosa à Administração..." e, nos termos do artigo 2º, licitar é a regra.

Porém, como nos ensina JESSÉ TORRES PEREIRA JUNIOR, "...licitação inexigível equivale a licitação impossível; é inexigível porque impossível; é impossível porque não há como promover-se a competição..."

Assim, com base no Inciso X, do art. 24, desse mesmo diploma:

"...para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia..."

Entretanto, demonstrando às características especiais e especificações ímpares, torna-se impossível a realização do procedimento licitatório, pois no universo de competidores restringe-se apenas a um único participante.

Considerando, ainda, a inviabilidade de competição, em razão das características dos serviços, pela singularidade de fornecimento devidamente comprovada através da exclusividade, declina-se então pela contratação direta.

Asseverasse, também, que diante da impossibilidade de competição, o Prejulgado n. 318 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, assim nos ensina:

Nada obsta que o Poder Público efetue locação de imóvel com pessoa jurídica e/ou física, utilizando-se da figura da dispensa de licitação, na forma como dispõe o artigo 24, inciso X da Lei 8.666/93; e com fundamento no artigo 62, § 3º, inciso I, da Lei das Licitações, a restrição imposta à renovação de contratos por força do disposto no artigo 57 não é aplicável na locação de imóveis.

Também, imperiosa é, a observação da localização do imóvel, concomitantemente, imprescindível à demonstração da inexistência de outro imóvel que atenda as necessidades da administração como é o caso em tela, pois, não há outro imóvel com as mesmas dimensões e características que possa ser utilizado para as instalações

dessa Secretaria.

Outro elemento para a formalização da presente dispensa nos termos do Inciso X, do artigo 24, deverá diligenciar com parcerias particulares, a fim de constatar se os valores ora propostos estão de acordo com os praticados no mercado local, o que se faz, baseado no Laudo de Avaliação Locativa, realizado por Arquiteta e Urbanista, que demonstrou através de metodologia própria, a avaliação realizada em memorial de cálculo de 5% sobre o valor venal do imóvel, parte integrante deste processo administrativo.

A municipalidade pagará a título de alugueres o importe de R\$ 1.250,00 (um mil duzentos e cinquenta reais), para um período de doze meses.

Faxinal dos Guedes/SC, em 07 de Abril de 2017.

PEDRO PAULO RAMILO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0030/2017.
DISPENSA DE LICITACAO N. 0005/2017.

OBJETO:

ITEM 01: LOCAÇÃO DE UMA RESIDÊNCIA EM ALVENARIA, COM ÁREA CONSTRUÍDA DE 240,32 M² E, ÁREA TOTAL DO TERRENO DE 2.828 M² PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A presente Dispensa de Licitação encontra fundamento no Inciso X, do artigo 24, da Lei n. 8666/93, onde consta:

"...Art. 25 ...

...

X - para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia..."

Faxinal dos Guedes/SC, 07 de Abril de 2017.

PEDRO PAULO RAMILO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0030/2017.
DISPENSA DE LICITACAO N. 0005/2017.

OBJETO:

ITEM 01: LOCAÇÃO DE UMA RESIDÊNCIA EM ALVENARIA, COM ÁREA CONSTRUÍDA DE 240,32 M² E, ÁREA TOTAL DO TERRENO DE 2.828 M² PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

PROPRIETÁRIO:

ITEM 01: ADRIANA MIGLIORINI KIECKHOFER
Endereço: Rua Santa Catarina, s/n - Centro
Faxinal dos Guedes - SC
CPF/MF: 742.003.729-91

O PREÇO CERTO E AJUSTADO ENTRE AS PARTES:

Para locação da presente sala comercial, será repassado o importe mensal de R\$ 1.250,00 (um mil duzentos e cinquenta reais), correspondendo ao valor mensais, iguais e sucessivas, pagáveis até o décimo quinto dia útil do mês subsequente ao que ocorrer o período de locação. As demais despesas com água, luz e a manutenção do espaço físico ficará sob-responsabilidade da municipalidade, podendo ser prorrogado pelo período de sessenta meses nos termos do artigo 57, Inciso II.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO:

Considerando, que os valores apresentados no presente parecer e que serão repassados, está condizente com os praticados nesse município, pois, outras fontes imobiliárias aqui instaladas não se propuseram a referenciar-se acerca do feito, devendo, contudo, ser observados, o artigo 62, § 3º, da Lei da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações.

Faxinal dos Guedes/SC, em 07 de Abril de 2017.

PEDRO PAULO RAMILO
Secretário de Administração e Fazenda

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0030/2017.
DISPENSA DE LICITACAO N. 0005/2017.

Excelentíssimo Senhor Prefeito:

Encaminhamos a Vossa Excelência, para ratificação, o Processo de Dispensa de Licitação n. 0005/2017, para o qual solicitamos a possibilidade de viabilizá-lo com expedição do presente Termo de Ratificação do Processo.

Faxinal dos Guedes/SC, 07 de Abril de 2017.

PEDRO PAULO RAMILO
Secretário de Administração e Fazenda

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0030/2017.
DISPENSA DE LICITACAO N. 0005/2017.

OBJETO:

ITEM 01: LOCAÇÃO DE UMA RESIDÊNCIA EM ALVENARIA, COM ÁREA CONSTRUÍDA DE 240,32 M² E, ÁREA TOTAL DO TERRENO DE 2.828 M² PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Tendo em conta a necessidade de locar o espaço físico, a onde já existe as instalações físicas da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, cujo órgão já está instalado há 05 anos, os quais são necessários e imprescindíveis para dar continuidade as atividades precípuas da Administração Pública, ou seja, na prestação dos Serviços Públicos desenvolvidos pela secretaria municipal à rede pública municipal de ensino, respeitados os princípios constantes em nossa Carta Magna e demais legislações que venham ao encontro do Interesse Público, ratifico a dispensa de licitação, nos termos e condições constantes dos autos.

Publique-se a presente decisão.

Faxinal dos Guedes/SC, 07 de Abril de 2017.
GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO**OBJETO:**

ITEM 01: LOCAÇÃO DE UMA RESIDÊNCIA EM ALVENARIA, COM ÁREA CONSTRUÍDA DE 240,32 M² E, ÁREA TOTAL DO TERRENO DE 2.828 M² PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

CONTRATANTE: Município de Faxinal dos Guedes

CONTRATADO:

ITEM 01: ADRIANA MIGLIORINI KIECKHOFER
Endereço: Rua Santa Catarina, s/n - Centro
Faxinal dos Guedes - SC
CPF/MF: 742.003.729-91

ORIGEM: Dispensa de Licitação n. 0005/2017.

PROCESSO LICITATÓRIO N.: 0030/2017.

VIGÊNCIA: seis meses, podendo ser prorrogado pelo período de sessenta meses nos termos do artigo 57, Inciso II.

Faxinal dos Guedes/SC, 07 de Abril de 2017.
GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO 0006/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0031/2017.
DISPENSA DE LICITACAO N. 0006/2017.

OBJETO:

ITEM 01: LOCAÇÃO DE UMA RESIDÊNCIA MISTA EM ALVENARIA E MADEIRA, COM ÁREA CONSTRUÍDA DE 434 M² E, ÁREA TOTAL DO TERRENO DE 800 M² PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA.

JUSTIFICATIVA.: Comportar a estrutura física que está em funcionamento e existe da Secretaria Municipal de Agricultura.

Considerando o Laudo de Avaliação Locativa, realizado na área de imóvel constante na Matrícula 8.140 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Xanxerê, cuja área total do terreno possui 800 metros quadrados e área total construída é de 434 metros quadrados, imóvel esse, que está funcionando a Secretaria Municipal de Agricultura desde o ano de 2002, localizado na Av. Darcy Sarmanho Vargas, n. 720 – Centro.

Considerando o predito expediente, emitido pela Arquiteta e Urbanista Micheli Santin, inscrita no CAU A73047-5, que o cálculo realizado foi baseado na metodologia da NBR 14653-1.

Considerando finalmente, como na região central, não possui outro imóvel nessas dimensões para absorver toda a estrutura existente para instalação de mobiliários, estacionamentos para os equipamentos, tais, como maquinários e veículo e, os valores apresentados no laudo de avaliação está condizente com os praticados no Município de Faxinal dos Guedes/SC.

E, em que pese, o artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal, impor como regra a obrigatoriedade de licitar, que por pertinência, transcreve-se:

"...XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações..."

Trazendo os ensinamentos, do artigo 3º da Lei de Licitações, diz que "...a Licitação é o procedimento administrativo que visa selecionar a proposta mais vantajosa à Administração..." e, nos termos do artigo 2º, licitar é a regra.

Porém, como nos ensina JESSÉ TORRES PEREIRA JUNIOR, "...licitação inexigível equivale a licitação impossível; é inexigível porque impossível; é impossível porque não há como promover-se a competição..."

Assim, com base no Inciso X, do art. 24, desse mesmo diploma:

"...para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia..."

Entretanto, demonstrando às características especiais e especificações ímpares, torna-se impossível a realização do procedimento licitatório, pois no universo de competidores restringe-se apenas a um único participante.

Considerando, ainda, a inviabilidade de competição, em razão das características dos serviços, pela singularidade de fornecimento devidamente comprovada através da exclusividade, declina-se então pela contratação direta.

Asseverasse, também, que diante da impossibilidade de competição, o Prejudicado n. 318 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, assim nos ensina:

Nada obsta que o Poder Público efetue locação de imóvel com pessoa jurídica e/ou física, utilizando-se da figura da dispensa de licitação, na forma como dispõe o artigo 24, inciso X da Lei 8.666/93; e com fundamento no artigo 62, § 3º, inciso I, da Lei das Licitações, a restrição imposta à renovação de contratos por força do disposto no artigo 57 não é aplicável na locação de imóveis.

Também, imperiosa é, a observação da localização do imóvel, concomitantemente, imprescindível à demonstração da inexistência de outro imóvel que atenda as necessidades da administração como é o caso em tela, pois, não há outro imóvel com as mesmas dimensões e características que possa ser utilizado para as instalações dessa Secretaria.

Outro elemento para a formalização da presente dispensa nos

termos do Inciso X, do artigo 24, deverá diligenciar com parcerias particulares, a fim de constatar se os valores ora propostos estão de acordo com os praticados no mercado local, o que se faz, baseado no Laudo de Avaliação Locativa, realizado por Arquiteta e Urbanista, que demonstrou através de metodologia própria a avaliação realizada em memorial de cálculo de 5% sobre o valor venal do imóvel, parte integrante deste processo administrativo.

Perfectizando então, a municipalidade pagará a título de alugueros o importe de R\$ 1.630,15 (um mil seiscentos e trinta reais com quinze centavos), para um período de seis meses.

Faxinal dos Guedes/SC, em 07 de Abril de 2017.

PEDRO PAULO RAMILO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0031/2017.
DISPENSA DE LICITACAO N. 0006/2017.

OBJETO:

ITEM 01: LOCAÇÃO DE UMA RESIDÊNCIA MISTA EM ALVENARIA E MADEIRA, COM ÁREA CONSTRUÍDA DE 434 M² E, ÁREA TOTAL DO TERRENO DE 800 M² PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A presente Dispensa de Licitação encontra fundamento no Inciso X, do artigo 24, da Lei n. 8666/93, onde consta:

"...Art. 25 ...

...

X - para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia..."

Faxinal dos Guedes/SC, 07 de Abril de 2017.

PEDRO PAULO RAMILO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0031/2017.
DISPENSA DE LICITACAO N. 0006/2017.

OBJETO:

ITEM 01: LOCAÇÃO DE UMA RESIDÊNCIA MISTA EM ALVENARIA E MADEIRA, COM ÁREA CONSTRUÍDA DE 434 M² E, ÁREA TOTAL DO TERRENO DE 800 M² PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA.

PROPRIETÁRIO:

ITEM 01: IVO CRUSARO E RUI CRUSARO
Endereço: Rua 30 de Outubro, nº 720 - Centro
Faxinal dos Guedes - SC
CPF/MF: 251.119.229-20 e 251.119.149-00

O PREÇO CERTO E AJUSTADO ENTRE AS PARTES:

Para locação da presente sala comercial, será repassado o importe mensal de R\$ 1.630,15 (um mil seiscentos e trinta reais e quinze centavos), correspondendo ao valor de seis parcelas mensais, iguais e sucessivas, pagáveis até o décimo quinto dia útil do mês subsequente ao que ocorrer o período de locação. As demais despesas com água, luz e a manutenção do espaço físico ficará sob -responsabilidade da municipalidade, podendo ser prorrogado pelo período de sessenta meses nos termos do artigo 57, Inciso II.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO:

Considerando, que os valores apresentados e que serão repassados, conforme demonstrado no parecer técnico de avaliação realizado pela Arquiteta e Urbanista, está condizente com os praticados nesse município, pois, outras fontes imobiliárias aqui instaladas não se propuseram a referenciar-se acerca do feito, devendo, contudo, ser observados, o artigo 62, § 3º, da Lei da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações.

Faxinal dos Guedes/SC, em 07 de Abril de 2017.

PEDRO PAULO RAMILO
Secretário de Administração e Fazenda

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0031/2017.
DISPENSA DE LICITACAO N. 0006/2017.

Excelentíssimo Senhor Prefeito:

Encaminhamos a Vossa Excelência, para ratificação, o Processo de Dispensa de Licitação n. 0006/2017, para o qual solicitamos a possibilidade de viabilizá-lo com expedição do presente Termo de Ratificação do Processo.

Faxinal dos Guedes/SC, 07 de Abril de 2017.

PEDRO PAULO RAMILO
Secretário de Administração e Fazenda

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0031/2017.
DISPENSA DE LICITACAO N. 0006/2017.

OBJETO:

ITEM 01: LOCAÇÃO DE UMA RESIDÊNCIA MISTA EM ALVENARIA E MADEIRA, COM ÁREA CONSTRUÍDA DE 434 M² E, ÁREA TOTAL DO TERRENO DE 800 M² PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA.

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Tendo em conta a necessidade de locar o espaço físico a onde já existe a instalações físicas da Secretaria Municipal de Agricultura desde o ano de 2002, os quais são necessários e imprescindíveis para dar continuidade as atividades precípuas da Administração Pública, ou seja, na prestação dos Serviços Públicos desenvolvidos pelos técnicos dessa Secretaria, respeitados os princípios constantes em nossa Carta Magna e demais legislações que venham ao encontro do Interesse Público, ratifico a dispensa de licitação, nos termos e condições constantes dos autos.

Publique-se a presente decisão.

Faxinal dos Guedes/SC, 07 de Abril de 2017.

GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO:

ITEM 01: LOCAÇÃO DE UMA RESIDÊNCIA MISTA EM ALVENARIA E MADEIRA, COM ÁREA CONSTRUÍDA DE 434 M² E, ÁREA TOTAL DO TERRENO DE 800 M² PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA.

CONTRATANTE: Município de Faxinal dos Guedes

CONTRATADO:

ITEM 01: IVO CRUSARO E RUI CRUSARO
Endereço: Rua 30 de Outubro, nº 720 - Centro
Faxinal dos Guedes - SC
CPF/MF: 251.119.229-20 e 251.119.149-00

ORIGEM: Dispensa de Licitação n. 0006/2017.

PROCESSO LICITATÓRIO N.: 0031/2017.

VIGÊNCIA: seis meses, podendo ser prorrogado pelo período de sessenta meses nos termos do artigo 57, Inciso II.

Faxinal dos Guedes/SC, 07 de Abril de 2017.

GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO 0007/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0032/2017.
DISPENSA DE LICITACAO N. 0007/2017.

OBJETO:

ITEM 01: LOCAÇÃO DE UMA RESIDÊNCIA MISTA EM ALVENARIA E MADEIRA, COM ÁREA CONSTRUÍDA DE 150 M² E, ÁREA TOTAL DO TERRENO DE 460 M² PARA USO DO CONSELHO TUTELAR.

JUSTIFICATIVA.: Comportar a estrutura física que está em funcionamento e existe do Conselho Tutelar.

Considerando o Laudo de Avaliação Locativa, realizado na área de imóvel constante na Matrícula 10.150 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Xanxerê, cuja área total do terreno possui 460 metros quadrados e, área total construída é de 150 metros quadrados (pavimento superior 130 m² e subsolo 20m²), imóvel esse, que já está funcionando o Conselho Tutelar, aproximadamente há nove anos, localizado na Rua Santa Catarina, esquina com a Av. Rio Grande do Sul, n. 421 – Centro.

Considerando estudo perfectizado pela Arquiteta e Urbanista Micheli Santin, inscrita no CAU A73047-5, que o cálculo realizado foi baseado na metodologia da NBR 14653-1.

Considerando finalmente, que o imóvel ora indicado já possui a estrutura física necessária para o desenvolvimento das atividades

inerentes do Conselho Tutelar, prerrogativa instituída por lei, em observância ao Estatuto da Criança e do Adolescente e, localização amplamente conhecida pelos munícipes.

E, em que pese, o artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal, impor como regra a obrigatoriedade de licitar, que por pertinência, transcreve-se:

"...XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações..."

Trazendo os ensinamentos, do artigo 3º da Lei de Licitações, diz que "...a Licitação é o procedimento administrativo que visa selecionar a proposta mais vantajosa à Administração..." e, nos termos do artigo 2º, licitar é a regra.

Porém, como nos ensina JESSÉ TORRES PEREIRA JUNIOR, "...licitação inexigível equivale a licitação impossível; é inexigível porque impossível; é impossível porque não há como promover-se a competição..."

Assim, com base no Inciso X, do art. 24, desse mesmo diploma:

"...para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia..."

Entretanto, demonstrando às características especiais e especificações ímpares, torna-se impossível a realização do procedimento licitatório, pois no universo de competidores restringe-se apenas a um único participante.

Considerando, ainda, a inviabilidade de competição, em razão das características dos serviços, pela singularidade de fornecimento devidamente comprovada através da exclusividade, declina-se então pela contratação direta.

Asseverasse, também, que diante da impossibilidade de competição, o Prejulgado n. 318 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, assim nos ensina:

Nada obsta que o Poder Público efetue locação de imóvel com pessoa jurídica e/ou física, utilizando-se da figura da dispensa de licitação, na forma como dispõe o artigo 24, inciso X da Lei 8.666/93; e com fundamento no artigo 62, § 3º, inciso I, da Lei das Licitações, a restrição imposta à renovação de contratos por força do disposto no artigo 57 não é aplicável na locação de imóveis.

Também, imperiosa é, a observação da localização do imóvel, concomitantemente, imprescindível à demonstração da inexistência de outro imóvel que atenda as necessidades da administração como é o caso em tela, pois, não há outro imóvel com as mesmas dimensões e características que possa ser utilizado para as instalações dessa Secretaria.

Outro elemento para a formalização da presente dispensa nos termos do Inciso X, do artigo 24, deverá diligenciar com parcerias particulares, a fim de constatar se os valores ora propostos estão de acordo com os praticados no mercado local, o que se faz, tomando por base, o preço pactuado a título de alugueres em exercícios

anteriores.

A municipalidade pagará a título de alugueres o importe de R\$ 1.250,00 (um mil duzentos e cinquenta reais), para um período de doze meses.

Faxinal dos Guedes/SC, em 07 de Abril de 2017.

PEDRO PAULO RAMILO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES

PROCESSO LICITATÓRIO N. 00322017.
DISPENSA DE LICITACAO N. 0007/2017.

OBJETO:

ITEM 01: LOCAÇÃO DE UMA RESIDÊNCIA MISTA EM ALVENARIA E MADEIRA, COM ÁREA CONSTRUÍDA DE 150 M² E, ÁREA TOTAL DO TERRENO DE 460 M² PARA USO DO CONSELHO TUTELAR.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A presente Dispensa de Licitação encontra fundamento no Inciso X, do artigo 24, da Lei n. 8666/93, onde consta:

"...Art. 25 ...

...

X - para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia..."

Faxinal dos Guedes/SC, 07 de Abril de 2017.

PEDRO PAULO RAMILO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0032/2017.
DISPENSA DE LICITACAO N. 0007/2017.

OBJETO:

ITEM 01: LOCAÇÃO DE UMA RESIDÊNCIA MISTA EM ALVENARIA E MADEIRA, COM ÁREA CONSTRUÍDA DE 150 M² E, ÁREA TOTAL DO TERRENO DE 460 M² PARA USO DO CONSELHO TUTELAR.

PROPRIETÁRIO:

ITEM 01: CLEOMAR MARIA CARMIGNAN
Endereço: Av. São João, n. 580 - Centro
Faxinal dos Guedes - SC
CPF/MF: 605.702.889-91

O PREÇO CERTO E AJUSTADO ENTRE AS PARTES:

Para locação da presente sala comercial, será repassado o importe mensal de R\$ 1.250,00 (um mil duzentos e cinquenta reais), correspondendo ao valor mensais, iguais e sucessivas, pagáveis até o décimo quinto dia útil do mês subsequente ao que ocorrer o período de locação. As demais despesas com água, luz e a manutenção do espaço físico ficará sob responsabilidade da municipalidade, podendo ser prorrogado pelo período de sessenta meses nos termos do artigo 57, Inciso II.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO:

Considerando, que os valores apresentados e que serão repassados, está condizente com os praticados nesse município, pois, outras fontes imobiliárias aqui instaladas não se propuseram a referenciar-se acerca do feito, devendo, contudo, ser observados, o artigo 62, § 3º, da Lei da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações.

Faxinal dos Guedes/SC, em 07 de Abril de 2017.

PEDRO PAULO RAMILO
Secretário de Administração e Fazenda

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0032/2017.
DISPENSA DE LICITACAO N. 0007/2017.

Excelentíssimo Senhor Prefeito:

Encaminhamos a Vossa Excelência, para ratificação, o Processo de Dispensa de Licitação n. XX/2017, para o qual solicitamos a possibilidade de viabilizá-lo com expedição do presente Termo de Ratificação do Processo.

Faxinal dos Guedes/SC, 07 de Abril de 2017.

PEDRO PAULO RAMILO
Secretário de Administração e Fazenda

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0032/2017.
DISPENSA DE LICITACAO N. 0007/2017.

OBJETO:

ITEM 01: LOCAÇÃO DE UMA RESIDÊNCIA MISTA EM ALVENARIA E MADEIRA, COM ÁREA CONSTRUÍDA DE 150 M² E, ÁREA TOTAL DO TERRENO DE 460 M² PARA USO DO CONSELHO TUTELAR.

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Tendo em conta a necessidade de locar o espaço físico, a onde já existe a instalações físicas do Conselho Tutelar, cujo órgão está instalado há nove anos, os quais são necessários e imprescindíveis para dar continuidade as atividades precípuas da Administração Pública, ou seja, na prestação dos Serviços Públicos desenvolvidos pelos Conselhos Tutelares dessa municipalidade, respeitados os princípios constantes em nossa Carta Magna e demais legislações que venham ao encontro do Interesse Público, ratifico a dispensa de licitação, nos termos e condições constantes dos autos.

Publique-se a presente decisão.

Faxinal dos Guedes/SC, 07 de Abril de 2017.
GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO**OBJETO:**

ITEM 01: LOCAÇÃO DE UMA RESIDÊNCIA MISTA EM ALVENARIA E MADEIRA, COM ÁREA CONSTRUÍDA DE 150 M² E, ÁREA TOTAL DO TERRENO DE 460 M² PARA USO DO CONSELHO TUTELAR.

CONTRATANTE: Município de Faxinal dos Guedes

CONTRATADO:

ITEM 01: CLEOMAR MARIA CARMIGNAN
Endereço: Av. São João, n. 580 - Centro
Faxinal dos Guedes - SC
CPF/MF: 605.702.889-91

ORIGEM: Dispensa de Licitação n. 0007/2017.

PROCESSO LICITATÓRIO N.: 0032/2017.

VIGÊNCIA: seis meses, podendo ser prorrogado pelo período de sessenta meses nos termos do artigo 57, Inciso II.

Faxinal dos Guedes/SC, 07 de Abril de 2017.

GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 129/2017

LEI COMPLEMENTAR Nº 129/2017

INSTITUI O PROGRAMA DE INDENIZAÇÃO DE SOBREAVISO PARA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE FAXINAL DOS GUEDES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

GILBRETO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, (SC), faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores votou, aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º - Esta Lei trata da instituição e demais providências a ela relativas, do Programa de Indenização de Sobreaviso para os servidores públicos Municipais de Faxinal dos Guedes.

CAPÍTULO II**DO PROGRAMA DE INDENIZAÇÃO DE SOBREAVISO****SEÇÃO I****DA INSTITUIÇÃO DO PROGRAMA**

Art. 2º - Fica instituído, no âmbito da Administração Pública do Município de Faxinal dos Guedes, o Programa de Indenização de Sobreaviso para servidores municipais que, embora estando em período normal de repouso, permanecem à disposição do Executivo Municipal, ainda que de forma não presencial, cumprindo jornada de trabalho pré-estabelecida, para serem requisitados em tempo hábil quando necessários, devendo, cada um deles, estar em condições de atendimento às chamadas quando solicitados.

SEÇÃO II**DA REGULAMENTAÇÃO DO PROGRAMA**

Art. 3º - O Poder Executivo Municipal regulamentará, por ato administrativo, a inscrição dos servidores prestadores de serviços, as

formas de escalas e de convocações.

Parágrafo único – O servidor, por sua vez, constando na lista de escala, deve estar em condições de disponibilidade de atendimento imediato.

SEÇÃO III

DO VALOR, DA FORMA E DA CONSTITUIÇÃO DAS INDENIZAÇÕES

Art. 4º - A Indenização de Sobreaviso dar-se-á mediante relatório elaborado pela respectiva Secretária, informando o nome do servidor que prestou o serviço durante o mês, a quantidade de dias laborados e os motivos ensejadores de tal prática.

§ 1º – O Sobreaviso consiste na permanência do servidor à disposição, em seu domicílio, a fim de prestar atendimento tão logo seja solicitado.

§ 2º – A duração do sobreaviso, de segunda à sexta-feira, será das 16h às 07h e, em feriados, sábados e domingos, será das 07h às 07h.

§ 3º – O valor diário do sobreaviso será de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) de segunda à sexta-feira e de R\$ 300,00 (trezentos reais) em feriados, sábados e domingos, sem prejuízo do vencimento e demais vantagens que são de direito do servidor.

SEÇÃO IV

DOS REQUISITOS PARA CONCESSÃO DA INDENIZAÇÃO DE SOBREAVISO

Art. 5º - Para receber o valor correspondente ao horário de sobreaviso, o servidor não poderá acumular o horário do sobreaviso com o horário normal de trabalho e nem estar trabalhando em horário extraordinário, ou recebendo diárias.

Parágrafo único – Não será devido sobreaviso ao servidor que estiver no exercício de cargo em provimento em comissão ou de função gratificada.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 6º - A indenização prevista nesta Lei não integra a base do cálculo do 13º salário, férias anuais e proporcionais e bases de cálculos para quaisquer outros fins ulteriores.

Art. 7º - As despesas de pessoal e encargos sociais, oriundas da execução desta Lei correm por conta da dotação orçamentária própria, inscritas no orçamento vigente.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes, SC, 13 de Abril de 2017.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

LEI ORDINARIA Nº 2403/2017

LEI nº 2403/2017

DISPÕE AUTORIZA O MUNICIPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, CONTRIBUIR FINANCERAMENTE COM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO IRANI (AMAI) E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, (SC), faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a contribuir financeiramente com a Associação dos Municípios do Alto Irani – AMAI, CNPJ nº 83.678.086/0001-33, conforme valores mensais a

serem estabelecidos em Resolução do Presidente da entidade, fixada em Assembleia Geral dos Municípios da AMAI.

Parágrafo único. Os recursos a serem transferidos referem-se a parcela de contribuição deste município para manutenção da respectiva associação, no que tange as despesas de assessoramento técnico, pessoal e na melhoria e ampliação das ações.

Art. 2º. A contribuição visa também assegurar a representação institucional do Município de Faxinal dos Guedes nas diversas esferas administrativas do Estado, junto ao Governo Federal e demais órgãos normativos, de execução e de controle e para:

I – Integrar colegiados de discussão junto aos diversos órgãos governamentais e legislativos, defendendo os interesses dos Municípios;

II – Participar de ações governamentais que visem o desenvolvimento dos Municípios, a atualização e capacitação dos quadros de pessoal dos Entes Públicos, a modernização e instrumentalização da gestão pública Municipal;

III – Representar os Municípios em eventos oficiais em âmbito estadual e federal.

Art. 3º. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta do orçamento municipal vigente com previsão para os demais exercícios.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, SC, em 11 de Abril de 2017.

Gilberto Ângelo Lazzari

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 0002/2017- FMAS

AVISO

PREGÃO PRESENCIAL N. 0002/2017 - FMAS

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que abriu licitação pública, regrada pelas disposições da Lei Federal n.10.520 de 17 de julho de 2002, mais o Decreto n. 234/2014 de 20 de Novembro de 2014 e subsidiariamente a Lei Federal n. 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e Lei Complementar 123/2006 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 0002/2017 - FMAS – Melhor Preço – Preço Unitário por item, visando registro de preços - A presente licitação tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ARTESANATOS PARA AS OFICINAS DESENVOLVIDAS NA SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL de acordo com as especificações, quantidades e valores máximos previstos neste edital e, estará recebendo os envelopes contendo às propostas de preços e os envelopes para habilitação das 08h00m às 08h30m horas do dia 27 de Abril de 2017, na Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes, sito à Av. Rio Grande do Sul, n. 458, Centro e às 13h30m neste mesmo dia e local realizará a abertura dos envelopes dos interessados. A íntegra do Edital e seus anexos poderão ser obtidos pelos interessados no sítio do Município: www.faxinal.sc.gov.br ou junto ao Mural Público da Prefeitura de Faxinal dos Guedes, no átrio da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda no horário das 7h30m às 11h30m de segunda a sexta-feira, na Av. Rio Grande do Sul, n. 458, fone/fax (0xx49) 3436-4300.

Faxinal dos Guedes/SC, SC, 13 de Abril de 2017.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

Flor do Sertão

PREFEITURA

ATA DE JULGAMENTO E HABILITAÇÃO Nº. 611/2017

ATA DE JULGAMENTO E HABILITAÇÃO

Processo Licitatório Nº. 611/2017

Modalidade: Pregão Presencial Nº. 17/2017

As 09:30 horas do dia 13 de abril de 2017, nas dependências da Prefeitura Municipal de Flor do Sertão, reuniu-se a Comissão de Licitação designada pela Portaria nº. 059/2017, para realizar a abertura dos envelopes da proposta de preço e realizar a habilitação dos proponentes interessados em participar do Processo Licitatório que tem por objeto: RENOVAÇÃO DE SEGURO PARA OS VEÍCULOS DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL, CONTADOS A PARTIR DA EFETIVAÇÃO DAS PROPOSTAS JUNTO À SEGURADORA POR UM PERÍODO DE UM ANO. Manifestou o interesse em participar do presente processo licitatório os seguintes interessados: GENTE SEGURADORA S.A, MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A e PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS.

Iniciada a sessão com a presença dos interessados, sendo que todas as empresas participantes não se enquadram como ME ou EPP, com isso, pelo interesse e urgência da administração, passou-se para a abertura e o julgamento das propostas apresentadas pelas proponentes interessadas. Após a rodada de lances do Processo Licitatório saíram fracassados os itens 03, 04 e 11, sendo que somente a empresa GENTE SEGURADORA S.A cotou os itens com os valores unitários maiores que o Máximo, sendo que os demais itens foram adjudicados para as seguintes proponentes, conforme abaixo:

ITEN	QTD	UN	VENCEDOR	DESCRIÇÃO DO OBJETO	COBERTURA	VALOR UNIT
1	1,00	SV	MAPFRE	RENOVAÇÃO DE COBERTURA DE SEGURO DE VEICULO PLACA MKW 4780 FORD CARGO 2623 ANO 2015 COBERTURA DE DANOS MATERIAIS DANOS CORPORAIS DE NO MÍNIMO R\$ 100.000,00.	RCF	231,00
2	1,00	SV	MAPFRE	RENOVAÇÃO DE COBERTURA DE SEGURO DE VEICULO FORD CARGO 2623 PLACA MKT 5354 ANO 2015 COBERTURA DE DANOS MATERIAIS DANOS CORPORAIS DE NO MÍNIMO R\$ 100.000,00.	RCF	231,00
5	1,00	SV	GENTE	RENOVAÇÃO DE COBERTURA DE SEGURO DE VEICULO FIAT UNO MILLE 1.0 PLACA MHZ 1172 ANO 2011 COBERTURA DE DANOS MATERIAIS DANOS CORPORAIS DE NO MÍNIMO R\$ 100.000,00 E APP MORTE 10.000,00 APP INVALIDEZ 10.000,00 DANOS MÉDICOS HOSPITALARES 10.000,00	COMPREENSIVA	239,00
6	1,00	SV	GENTE	RENOVAÇÃO DE COBERTURA DE SEGURO TOTAL PARA O VEICULO FIAT UNO PLACA MGF 6154 1.0 FIRE 2P ANO 2009 COM COBERTURA DE DANOS MATERIAIS E DANOS CORPORAIS DE NO MÍNIMO R\$ 100.000,00 E APP MORTE 10.000,00 APP INVALIDEZ 10.000,00 DANOS MÉDICOS HOSPITALARES 10.000,00	COMPREENSIVA	239,00
7	1,00	SV	GENTE	RENOVAÇÃO DE COBERTURA DE SEGURO PARA O VEICULO VW GOLF SPORT PLACA MKR 5799 1.6 PLUS 4P ANO 2015 MODELO 2015 COM COBERTURA DE DANOS MATERIAIS E DANOS CORPORAIS DE NO MÍNIMO R\$ 100.000,00 E APP MORTE 10.000,00 APP INVALIDEZ 10.000,00 DANOS MÉDICOS HOSPITALARES 10.000,00	COMPREENSIVA	299,00
8	1,00	SV	GENTE	RENOVAÇÃO DE COBERTURA DE SEGURO DE VEICULO FIAT PALIO ECONOMY FIRE FLEX PLACA OKF 9234 ANO 2015 MODELO 2015 COBERTURA DE DANOS MATERIAIS DANOS CORPORAIS DE NO MÍNIMO R\$ 100.000,00 E APP MORTE 10.000,00 APP INVALIDEZ 10.000,00 DANOS MÉDICOS HOSPITALARES 10.000,00	COMPREENSIVA	229,00
9	1,00		GENTE	RENOVAÇÃO DE COBERTURA DE SEGURO DE VEICULO CHEVROLET/CLASSIC LS ANO/MODELO 2015/2015 PLACA MLU 9846 COBERTURA DE DANOS MATERIAIS DANOS CORPORAIS DE NO MÍNIMO R\$ 100.000,00 E APP MORTE 10.000,00 APP INVALIDEZ 10.000,00 DANOS MÉDICOS HOSPITALARES 10.000,00	COMPREENSIVA	224,00

10	1,00	SV	GENTE	RENOVAÇÃO DE COBERTURA DE SEGURO DE VEICULO FIAT STRADA WORKING FLEX PLACA OKF 9294 MOTOR 1.4 ANO/MODELO 2015 COBERTURA DE DANOS MATERIAIS DANOS CORPORAIS DE NO MÍNIMO R\$ 100.000,00 E APP MORTE 10.000,00 APP INVALIDEZ 10.000,00 DANOS MÉDICOS HOSPITALARES 10.000,00	COMPREENSIVA	225,00
12	1,00	SV	MAPFRE	RENOVAÇÃO DE COBERTURA DE SEGURO DE VEICULO MASTER RENAULT FURGÃO PLACA MFI 8095 ANO E MODELO 2008/2009 COBERTURA DE DANOS MATERIAIS DANOS CORPORAIS DE NO MÍNIMO R\$ 100.000,00.	RCF	162,50
13	1,00	SV	GENTE	RENOVAÇÃO DE COBERTURA DE SEGURO DE VEICULO MINIBUS VOLARE PLACA MHW 1845 ANO E MODELO 2010, COBERTURA DANOS MATERIAIS DANOS CORPORAIS DE NO MÍNIMO R\$ 100.000,00 DE DANOS MORAIS DE NO MÍNIMO R\$ 20.000,00, COBERTURA CONFORME RESOLUÇÃO DO DETER PARA TRANSPORTES DE PASSAGEIROS	COMPREENSIVA	1.916,00
14	1,00	SV	MAPFRE	RENOVAÇÃO DE COBERTURA DE SEGURO DE VEICULO CELTA LIFE PLACA MIF 8149 MOTOR 1.0 ANO 2011 COBERTURA DE DANOS MATERIAIS DANOS CORPORAIS DE NO MÍNIMO R\$ 100.000,00 E APP MORTE 10.000,00 APP INVALIDEZ 10.000,00 DANOS MÉDICOS HOSPITALARES 10.000,00	COMPREENSIVA	195,00
15	1,00	SV	MAPFRE	COBERTURA DE SEGURO DE VEICULO CELTA LIFE PLACA MIF 8089 MOTOR 1.0 ANO 2011 COBERTURA DE DANOS MATERIAIS DANOS CORPORAIS DE NO MÍNIMO R\$ 100.000,00 E APP MORTE 10.000,00 APP INVALIDEZ 10.000,00 DANOS MÉDICOS HOSPITALARES 10.000,00	COMPREENSIVA	195,00
16	1,00	SV	MAPFRE	RENOVAÇÃO DE COBERTURA DE SEGURO DE VEICULO CAMINHÃO FORD CARGO 1517 E PLACA MIJ 3711 ANO 2011 COBERTURA DE DANOS MATERIAIS DANOS CORPORAIS DE NO MÍNIMO R\$ 100.000,00.	RCF	230,00
17	1,00	SV	GENTE	RENOVAÇÃO DE COBERTURA DE SEGURO TOTAL PARA O VEICULO FIAT PALIO 1.6 ESSENCE 4P ANO/MODELO 2015 PLACA MMD – 3692 COM COBERTURA DE DANOS MATERIAIS E DANOS CORPORAIS DE NO MÍNIMO R\$ 100.000,00 E APP MORTE 10.000,00 APP INVALIDEZ 10.000,00 DANOS MÉDICOS HOSPITALARES 10.000,00	COMPREENSIVA	230,00
18	1,00	SV	GENTE	RENOVAÇÃO DE COBERTURA DE SEGURO DE VEICULO FIAT STRADA PLACA MJL 1544 MOTOR 1.4 ANO 2012 COBERTURA DE DANOS MATERIAIS DANOS CORPORAIS DE NO MÍNIMO R\$ 100.000,00 E APP MORTE 10.000,00 APP INVALIDEZ 10.000,00 DANOS MÉDICOS HOSPITALARES 10.000,00	COMPREENSIVA	195,00
19	1,00	SV	MAPFRE	RENOVAÇÃO DE COBERTURA DE SEGURO DE VEICULO FIAT DOBLO HLX 1.8 PLACA MJB 2653 ANO 2012 COBERTURA DE DANOS MATERIAIS DANOS CORPORAIS DE NO MÍNIMO R\$ 100.000,00 E APP MORTE 10.000,00 APP INVALIDEZ 10.000,00 DANOS MÉDICOS HOSPITALARES 10.000,00	COMPREENSIVA	300,00
20	1,00	SV	GENTE	RENOVAÇÃO DE COBERTURA DE SEGURO DE VEICULO RENAULT MASTER 2.3 DCI EXECUTIVE 16 LONGO, ANO/MODELO 2015/2015, PLACA MFU 5286, COBERTURA DANOS MATERIAIS DANOS CORPORAIS DE NO MÍNIMO R\$ 100.000,00 DE DANOS MORAIS DE NO MÍNIMO R\$ 20.000,00, COBERTURA CONFORME RESOLUÇÃO DO DETER PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS.	COMPREENSIVA	5.000,00

21	1,00	SV	GENTE	RENOVAÇÃO DE COBERTURA DE SEGURO DE VEICULO ONIBUS M BENZ 1519, ANO/MODELO 2015 PLACA OKG-9436, COBERTURA DANOS MATERIAIS DANOS CORPORAIS DE NO MÍNIMO R\$ 100.000,00 DE DANOS MORAIS DE NO MÍNIMO R\$ 20.000,00, COBERTURA CONFORME RESOLUÇÃO DO DETER PARA TRANSPORTES DE PASSAGEIROS.	COMPREENSIVA	4.500,00
22	1,00	SV	PORTO	RENOVAÇÃO DE COBERTURA DE SEGURO PARA O EQUIPAMENTO, ESCAVADEIRA DOSSAN MODELO DX 140LC SERIE/CHASI- DHKLEBAASB0005824 ANO 2012 COBERTURA 1-BASICA DE R\$ 243.458,00, 2-DANOS ELÉTRICOS R\$ 50.000,00, 3-PERDA/PAGAMENTO DE ALUGUEL R\$ 50.000,00, 4-RESPONSABILIDADE CIVIL DM/DC R\$ 100.000,00; FRANQUIAS DE POS 10% DOS PREJUÍZOS COM MÍNIMA DE 1,5 % DO VALOR DO EQUIPAMENTO PARA COBERTURA 1, 2; COBERTURA 3 FRANQUIA DE 5 DIAS; COBERTURA 4 POS 10% DOS PREJUÍZOS INDENIZÁVEIS COM MÍNIMO DE R\$ 1.000,00.	COMPREENSIVA	3.019,98
23	1,00	SVÇ	MAPFRE	COBERTURA DE SEGURO PARA O CAMINHÃO MERCEDES BENZ ATRON 2729 K 6x4 CAÇAMBA BASCULANTE PLACA QHC 2975 COBERTURA DE DANOS MATERIAIS DANOS CORPORAIS DE NO MÍNIMO R\$ 100.000,00.	RCF	220,00
24	1,00	SVÇ	MAPFRE	COBERTURA DE SEGURO PARA O VEICULO FIAT SIENA ESSENCE 1.6, ANO 2017 PLACA QIK 5552, COM COBERTURA DE DANOS MATERIAIS E DANOS CORPORAIS DE NO MÍNIMO R\$ 100.000,00 E APP MORTE 10.000,00 APP INVALIDEZ 10.000,00 DANOS MÉDICOS HOSPITALARES 10.000,00	COMPREENSIVA	280,00
25	1,00	SVÇ	MAPFRE	COBERTURA DE SEGURO PARA O VEICULO FIAT DOBLO ESSENCE 1,8 7 LUGARES, ANO 2017, COM COBERTURA DE DANOS MATERIAIS E DANOS CORPORAIS DE NO MÍNIMO R\$ 100.000,00 E APP MORTE 10.000,00 APP INVALIDEZ 10.000,00 DANOS MÉDICOS HOSPITALARES 10.000,00.	COMPREENSIVA	400,00

Sendo um valor total de R\$ 18.760,48

Encerada a fase de julgamento das propostas o pregoeiro passou para a fase de abertura e julgamento das documentações para a habilitação, aberto os envelopes e analisado os documentos apresentados e estes observou-se que estavam dentro do prazo de validade e sua regularidade reconhecida o pregoeiro habilitou as proponentes.

Findos os trabalhos de classificação das propostas e de habilitação, o pregoeiro encerrou a sessão, determinando a lavratura da presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelos presentes. Sendo que a mesma será publicada para efeitos legais. Flor do Sertão, aos treze dias do mês de abril de dois mil e dezessete.

LEANDRO NEUHAUS	DIOGO DE BEM	ROSMARI ZANELLA
Membro da comissão	Pregoeiro	Membro da comissão

De acordo:

DECRETO Nº. 41/2017

DECRETO nº. 41/2017

Homologa Julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo licitatório nº. 659/2017, e dá outras providências.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela comissão de licitação, nomeada pela portaria nº. 059/2017, sobre o processo de licitação nº. 659/2017, que tem por objeto a INSCRIÇÃO DE PROFISSIONAIS FORMADOS EM COMUNICAÇÃO, PUBLICIDADE OU MARKETING, OU QUE ATUEM OU JÁ ATUARAM EM UMA DESSAS ÁREAS, PARA COMPOR A SUBCOMISSÃO TÉCNICA A SER CONSTITUÍDA PARA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS A SEREM APRESENTADAS EM LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA, QUE SERÁ INSTAURADA PELO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE QUE SERÁ REALIZADA NO DIA 17/04/2017 REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 439/2017 NA MODALIDADE DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 02/2017.

Art. 2º. Fica adjudicado as inscrições das proponentes relacionados abaixo, tudo conforme constatação na Adjudicação do referido processo.

ADRIANO PEREIRA	
JUVIR ALCEU ZANUZZO	
DIEGO ANTÔNIO NOETZOLD	

Art. 3º. Pelo presente, ficam intimados os participantes da licitação supramencionada, bem como os demais interessados, da decisão proferida neste decreto.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Flor do Sertão – SC, aos 13 dias do mês de abril de 2017.

SIDNEI JOSE WILLINGHOFFER	LEANDRO NEUHAUS
Prefeito Municipal	Secretario de Administração

Formosa do Sul

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL N.º 4210/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

DECRETO MUNICIPAL N.º 4210, DE 12 DE ABRIL DE 2017.

“CONCEDE FÉRIAS A MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR DE FORMOSA DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 71 Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Municipal N.º 155/97 de 05 de setembro de 1997 e posteriores, Lei Complementar N.º 17, de 22 de dezembro de 2006, Lei Complementar N.º 19, de 08 de março de 2007 e posteriores,

DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias a Conselheira Tutelar Efetiva, ORLANDA DA SILVA, lotada no Conselho Tutelar do Município de Formosa do Sul, a serem gozadas no período de 12/04/2017 à 11/05/2017, relativas ao período aquisitivo de 10/01/2016 à 09/01/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 12 de abril de 2017.

RUDIMAR CONTE

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

DECRETO MUNICIPAL N.º 4211/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

DECRETO MUNICIPAL N.º 4211, DE 12 DE ABRIL DE 2017.

“DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO 3870, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1º O artigo 7º que Regulamenta o uso da estrutura física do Centro de Convivência dos Idosos do Município de Formosa do Sul – SC, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º A utilização das instalações do Centro de Convivência dos Idosos será condicionada ao recolhimento antecipado de preço público, nos valores abaixo especificados, conforme as atividades correspondentes:

I- Eventos/festas noturnas sem música até às 02h da manhã: R\$ 250,00 por dia;

II- Eventos/festas noturnas com música até às 02h da manhã: R\$ 400,00 por dia;

III- Eventos/festas diurnos com música até às 18h da tarde: R\$

150,00 por dia

IV- Eventos/festas diurnos sem música até às 18h da tarde: R\$ 100,00 por dia;

V- Palestras promovidas por empresas ou associações com finalidade lucrativa: R\$ 100,00 por dia;

VI- Palestras promovidas por entidades e movimentos sociais sem fins lucrativos: Isento;

VII- Demais atividades não enquadradas nas hipóteses acima especificadas: R\$ 30,00.”

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 12 de abril de 2017.

RUDIMAR CONTE

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADA E PUBLICADA EM DATA SUPRA

Atividade	Valor
Eventos/festas noturnas sem música até às 02h da manhã	R\$ 250,00 por dia
Eventos/festas noturnas com música até às 02h da manhã	R\$ 400,00 por dia
Eventos/festas diurnos com música até às 18h da tarde	R\$ 150,00 por dia
Eventos/festas diurnos sem música até às 18h da tarde	R\$ 100,00 por dia
Palestras promovidas por empresas ou associações com finalidade lucrativa	R\$ 100,00 por dia (taxa de limpeza)
Palestras promovidas por entidades e movimentos sociais sem fins lucrativos	Isento
Demais atividades não enquadradas nas hipóteses acima especificadas	R\$ 30,00

Forquilha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 13/PMF/2017 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/ PMF/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 13/PMF/2017
(Referente Pregão Presencial nº. 15/PMF/2017)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL – FORQUILHINHA/SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. DIMAS KAMMER, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 1.328.011 e inscrito no CPF sob o nº 500.962.909-78, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e a empresa WZ MULTIESPORTES LTDA-ME, CNPJ/MF nº 08.937.057/0001-23, estabelecida na Avenida 25 de Julho, 2500, Forquilha/SC, neste ato representada pelo Sr. Danny César Warmiling, representante legal, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.361.340-0 e inscrito no CPF sob o nº 021.438.639-26, doravante denominada DETENTORA(s) DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 15/PMF/2017, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira – Do Objeto

1. A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de uniformes, através de empresas do ramo pertinente, para uso das diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Forquilha/SC.

Cláusula Segunda – Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO e estão disponíveis no site www.forquilha.sc.gov.br

Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades do Município de Forquilha, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.

1.3. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 20 (vinte) dias a partir da data de recebimento das mesmas.

2. O objeto será transportado por conta e risco da CONTRATADA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para processar a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICADO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICADO" pelo responsável do Município de Forquilha, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados no cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação do Município de Forquilha, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

Cláusula Sexta – Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem está delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Sétima – Das Obrigações

1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

Cláusula Oitava – Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

Cláusula Nona – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem

justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

Cláusula Décima Primeira – Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 15/PMF/2017, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. A Sra. Mageli Pereira Sena, Técnica de Segurança de Trabalho, será a gestora/fiscal desta Ata, sendo dela a competência de fiscalizar os serviços, garantindo a devida execução do objeto.

3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

Cláusula Décima Segunda Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 20 de fevereiro de 2017.

MUNICÍPIO DE FORQUILHA
DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal
WZ MULTIESPORTES LTDA-ME

Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Danny César Warmiling
CPF: 021.438.639-26

Mageli Pereira Sena
Técnica em Segurança do Trabalho Gestora/Fiscal da Ata

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 57/PMF/2016 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 140/ PMF/2016

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 140/2016 PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 57/2016 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para a aquisição de peças diversas para reposição e serviços de manutenção da frota de veículos leves do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 05/10/2017
3ª Publicação

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 58/PMF/2016 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 141/ PMF/2016

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 141/2016 PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 58/2016 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para a aquisição de peças diversas para reposição e serviços de manutenção da frota de veículos do Corpo de Bombeiros do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 05/10/2017
3ª Publicação

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 59/PMF/2016 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 144/ PMF/2016

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 144/2016 PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 59/2016 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS

VISANDO REGISTRAR PREÇO para a aquisição de livros para bibliotecas escolares das escolas da rede municipal de ensino do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 11/10/2017
3ª Publicação

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0028_2017-PMF

AVISO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0028/2017 – PMF

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0093/2017 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: Despesa com as inscrições dos servidores públicos: Márcio Luis Machado, Moisés Amadeu Patrício, João Carlos Padilha e Georges dos Reis Santos, para participarem do curso "Como Elaborar o Plano Plurianual –PPA 2018-2021, que será realizado em Florianópolis no dia 19/04/2017. Contratada: ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL-EGEM, inscrito no CNPJ de nº 08.940.383/0001-90. Valor Total: R\$ 1.000,00 (Um mil reais). Fundamento legal: Artigo 25, II, C/C art.13, da Lei 8.666/93

Fraiburgo(SC), 13 de abril de 2017.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0035_2017-RP 0030 PMF-DOM

Aviso do Pregão Presencial nº 0035/2017– PMF

Registro de Preços Nº 00302017 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras, de forma parcelada, de cestas básicas de alimentos para doação às famílias carentes do Município de Fraiburgo, em conformidade com a Lei Municipal nº 1.295/98 e Decreto Municipal nº 0139 de 26 de setembro de 2007, durante o período de maio a agosto de 2017. Julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 14:00 horas do dia 03.05.2017, deverão ser feitos junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 14:15 horas junto ao Setor de Compras e Licitação do mesmo dia. Abertura: às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 13 de abril de 2017.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

DECRETO Nº 109-2017

DECRETO Nº 109, DE 13 DE ABRIL DE 2017.

NOMEIA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados para integrarem a Comissão Especial de Avaliações de Valores dos Imóveis, os seguintes representantes:

I - WIGAND LEONHARDT

II - ALDAIR ANTÔNIO MORAES

III - FLÁVIO ANDRÉ DE OLIVEIRA

IV – IDAIR BONETTI

V – DANIEL DRESCH

Art. 2º. A Comissão Especial de Avaliações de Valores dos Imóveis solicitará aos órgãos do Município pareceres técnicos, como subsídio no julgamento dos processos, sempre que se fizerem necessários.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA

FRAIBURGO, SC, 13 DE ABRIL DE 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 110-2017

DECRETO Nº 110, DE 13 DE ABRIL DE 2017.

DISPÕE SOBRE A RETOMADA DE LOTES JUNTO AO CEMITÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL EM FACE DE INTERESSE PÚBLICO.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO que o espaço destinando ao cemitério municipal é de utilidade pública;

CONSIDERANDO que o imóvel destinado a expansão do cemitério, de que trata o Decreto nº 053/2002, ainda pende de solução;

CONSIDERANDO a inexistência de lotes disponíveis para novas concessões;

CONSIDERANDO a existência de inúmeros terrenos baldios e sem qualquer infraestrutura por parte dos adquirentes;

CONSIDERANDO que é inconteste que os municípios têm a atribuição constitucional de "promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle de uso, do parcelamento e da ocupação solo urbano" (art. 30, VIII, CFRB);

CONSIDERANDO que é indiscutível a autonomia do ente municipal em dispor e gerir os seus bens;

CONSIDERANDO que a Constituição de 1988 concedeu plena autonomia ao Município (art. 18), assim explicitada por Hely Lopes Meirelles: "a autonomia administrativa confere ao Município a faculdade de organizar e prover seus serviços públicos locais, para a satisfação das necessidades coletivas e pleno atendimento dos munícipes, no exercício dos direitos individuais, e no desempenho das atividades de cada cidadão.";

CONSIDERANDO que os bens públicos integrantes do patrimônio municipal devem se destinar prioritariamente aos superiores interesses da comunidade;

CONSIDERANDO o iminente colapso técnico de alocação de novas sepulturas junto ao cemitério municipal;

CONSIDERANDO a necessidade e o interesse público na retomada dos imóveis concedidos e ainda não utilizados,

DECRETA:

Art. 1º. Fica a Secretaria de Infraestrutura Urbana autorizada a retomar os lotes nº 28 e 35 da quadra nº 01; lotes 12, 19, 20, 33, 40, 45 e 48 da quadra nº 02; lotes 23, 35 e 41 da quadra nº 03; lotes 09, 15, 34, 44 e 46 da quadra nº 04; lotes 05, 08, 18 e 31 da quadra nº 05, todos situados no espaço destinado ao cemitério municipal e que se encontram desocupados.

Art. 2º. Os concessionários dos lotes elencados no artigo 1º, que comprovem o pagamento dos títulos de perpetuidade, serão ressarcidos em valores atualizados, através de regular processo de restituição de valores a ser gerido pela Secretaria de Finanças.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA

FRAIBURGO, SC, 13 DE ABRIL DE 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 061-2017 (PROFESSOR LÍNGUA PORTUGUESA)

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N. 0061/2017

FICAM ESTABELECIDOS OS PROCEDIMENTOS PARA ESCOLHA DE VAGAS DOS CONTRATADOS TEMPORARIAMENTE PARA O ANO LETIVO DE 2017, E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO, NOS TERMOS DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA N. 0010/2017.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE FRAIBURGO, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER:

Ficam notificados todos classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0010/2017, para a escolha de vagas de acordo com os procedimentos e as condições estabelecidas neste Edital:

1 – DOS PROCEDIMENTOS

1.1 – Os classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0010/2017 deverão observar o calendário abaixo estabelecido para escolha de vagas para o ano letivo de 2017:

Código	Cargo	Convocados	Data Horário
01	Professor de Língua Portuguesa	1. DONIZETE APARECIDA MEIRELES	17/04/2017 às 14 horas

1.2 – A escolha de vagas e a contratação seguirão rigorosamente a ordem de classificação.

1.3 – Na data e horário estabelecido no item 1.1 os classificados até as colocações especificadas nos quadros acima, deverão dirigir-se à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Fraiburgo, localizado na Avenida Arnoldo Frey, n. 179, Centro, Fraiburgo, SC., para efetivação da escolha de vagas para o ano letivo de 2017.

1.4 – O contrato administrativo poderá estabelecer carga horária de 12 a 40 horas semanais, variando de acordo com a necessidade e interesse do Município de Fraiburgo.

1.5 – As demais normas atinentes ao Edital de Contratação Temporária n. 0010/2017 deverão ser observadas.

2 – DA CONVOCAÇÃO PARA PROVIDENCIAR DOCUMENTOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO

2.1 – Ficam os classificados do Edital de Contratação em Caráter Temporário n. 0010/2017, até as colocações especificadas nos quadros acima, convocados a comparecer em data e local citado para a escolha de vagas e apresentação de documentos necessários para a contratação.

2.2 – Nos mesmos prazos estabelecidos nos quadros acima, na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes os candidatos classificados deverão apresentar documentos que servirão para contratação, conforme segue:

I – Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal e demais solicitados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, sendo no mínimo:

- a) 01 foto ¾ recente;
- b) Carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);
- c) Cartão PIS/PASEP;
- d) CPF;
- e) Identidade;
- f) Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Registro Civil de nascimento ou casamento;
- i) Registro dos filhos menores de 14 anos;
- j) Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;
- k) Atestado de Saúde Ocupacional;

OBS: O atestado de saúde ocupacional não é obrigatório durante a escolha de vagas. O candidato terá prazo para apresentá-lo caso aceite a vaga oferecida. A Secretaria Municipal de Educação não se responsabiliza por repor valores pagos por atestados de candidatos convocados que não venham ter vínculo empregatício com o município;

l) Diploma de formação escolar e histórico escolar;

m) Conta bancária (BRADESCO);

OBS.: Candidatos que não tem conta no BRADESCO devem ter em mãos o Termo de Convocação para abertura de conta o qual será entregue em data e horário estabelecido neste edital;

n) Endereço completo (fatura água, luz ou telefone);

o) Comprovante de vacinação (atualizado – podendo ser retirado no PA – homens e mulheres);

2.3 – As exigências de escolaridade para os candidatos a Professor de Língua Portuguesa – Habilitado estão previstos no Edital de Contratação 0010/2017.

2.4 – O não comparecimento no prazo fixado, ou a não entrega dos documentos determinados, implicará em renúncia tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades ao qual foi convocado e implicará renúncia explícita.

2.5 – Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente ato.

Fraiburgo, 13 de abril de 2017.

TANIA DA SILVA FERREIRA

Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

* Convocação via telefone. Publicado em Diário Oficial dia 13 de abril de 2017.

LEI COMPLEMENTAR Nº 197-2017

LEI COMPLEMENTAR Nº 197, DE 13 DE ABRIL DE 2017.

DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO DE DÉBITOS E DÍVIDAS FISCAIS NAS CONDIÇÕES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Os débitos e dívidas fiscais, com vencimento até 31 de dezembro de 2016, poderão ser parcelados de acordo com o montante e na forma e condições previstas nesta Lei Complementar.

§1º. O disposto neste artigo se aplica à totalidade dos débitos fiscais, ressalvado o disposto no artigo 2º, constituídos ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa, mesmo que discutidos judicialmente em ação proposta pelo sujeito passivo ou em fase de execução fiscal já ajuizada, inclusive aos débitos que tenham sido objeto de parcelamento anterior, não integralmente quitado, ainda que cancelado por falta de pagamento.

§ 2º. Os débitos ainda não constituídos deverão ser confessados, de forma irretratável e irrevogável.

Art. 2º. O parcelamento de que trata o artigo 1º não se aplica aos débitos e dívidas:

I - relativas aos impostos retidos ou descontados de terceiros incidentes nas operações ativas e passivas, sujeitas ao regime de responsabilidade tributária por substituição total, previstas no artigo 131 da Lei Complementar Municipal nº 053/2003;

II - de valores recebidos pelos agentes arrecadadores não recolhidos aos cofres públicos;

III - oriundas do Simples Nacional constantes no convênio firmado entre o Município de Fraiburgo e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Art. 3º. O parcelamento dos débitos e dívidas de que trata o artigo 1º poderá ser requerido até 31 de outubro de 2017 e será objeto de consolidação no mês do requerimento.

§ 1º. O pagamento à vista poderá ser efetuado com as seguintes reduções:

a) 100% (cem por cento) sobre o valor consolidado dos juros de mora incorridos até o mês do pagamento integral; e
b) 100% (cem por cento) sobre o valor das multas de mora e de ofício.

§ 2º. O pagamento de forma parcelada poderá ser efetuado com as seguintes reduções:

a) em 02 (duas) parcelas, com redução de 90% (noventa por cento) sobre o valor consolidado dos juros de mora, das multas de mora e de ofício;

b) em 03 (três) parcelas, com redução de 80% (oitenta por cento) sobre o valor consolidado dos juros de mora, das multas de mora e de ofício;

c) em 04 (quatro) parcelas, com redução de 70% (setenta por cento) sobre o valor consolidado dos juros de mora, das multas de mora e de ofício;

d) em 05 (cinco) parcelas, com redução de 60% (sessenta por cento) sobre o valor consolidado dos juros de mora, das multas de mora e de ofício;

e) em 06 (seis) parcelas, com redução de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor consolidado dos juros de mora, das multas de mora e de ofício;

f) em até 12 (doze) parcelas, com redução de 30% (trinta por cento) sobre o valor consolidado dos juros de mora, das multas de mora e de ofício;

g) em até 24 (vinte e quatro) parcelas, com redução de 20% (vinte por cento) sobre o valor consolidado dos juros de mora, das multas de mora e de ofício;

h) em até 36 (trinta e seis) parcelas, com redução de 10% (dez por cento) sobre o valor consolidado dos juros de mora, das multas de mora e de ofício.

§ 3º. As deduções previstas nos parágrafos anteriores se aplicam aos Autos de Infrações a contar do seu vencimento.

§ 4º. O valor mínimo de cada prestação, em relação aos débitos consolidados e dívidas lançadas, não poderá ser inferior a:

I – 20 (vinte) UFGs em se tratando de pessoa física; e

II – 40 (quarenta) UFGs em se tratando de contribuinte pessoa jurídica.

§ 5º. O valor de cada prestação será acrescido de correção monetária pré-fixada com base no acumulado do exercício anterior, seguindo os mesmos critérios de atualização da Unidade Fiscal do Município - UFG.

§ 6º. O parcelamento independará de apresentação de garantia ou de arrolamento de bens, excetuando-se aqueles originados da aquisição de imóveis, Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU e Contribuição de Melhoria, os quais permanecerão, em qualquer dos casos, vinculado ao parcelamento pela origem do tributo, admitindo-se a sua expropriação em caso de não pagamento dos débitos ou dívidas.

§ 7º. Em qualquer modalidade de parcelamento fica condicionado o pagamento da primeira prestação até 30 (trinta) dias após a assinatura do termo de opção do parcelamento.

§ 8º. Não produzirá efeitos o requerimento de parcelamento formulado, nem será emitida Certidão Positiva com efeitos de Negativa, sem o correspondente pagamento tempestivo da primeira prestação.

§ 9º. A redução prevista nos §§ 1º e 2º deste artigo não será cumulativa com qualquer outra redução admitida em Lei e será aplicada somente em relação aos saldos devedores dos débitos ou das dívidas inscritas.

Art. 4º. As dívidas constantes em processos judiciais de execução fiscal poderão, a critério do contribuinte, ser parceladas nas condições previstas no artigo 3º desta Lei.

§ 1º. Para fins do disposto no caput deste artigo, a adesão ao parcelamento de que trata esta Lei implica na desistência irrevogável e irretratável dos parcelamentos anteriormente concedidos e implicará:

I - sua imediata rescisão, considerando-se o devedor optante como notificado da extinção dos referidos parcelamentos, dispensada qualquer outra formalidade;

II - restabelecimento, em relação ao montante do crédito confessado, dos acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores;

III - exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado e ainda não pago.

§ 2º. Não será óbice ao deferimento do parcelamento a existência de embargos ou de ação que tenha por objeto o tributo parcelado.

§ 3º. A Procuradoria do Município fica autorizada a realizar composições judiciais com base na presente Lei, bem como, poderá solicitar a suspensão das execuções até o término do prazo para a adesão constante no artigo 3º.

§ 4º. Ficará a cargo do executado as despesas processuais e os honorários advocatícios de sucumbência, calculados no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor devido, com os benefícios de redução de que trata esta Lei. Os honorários poderão ser parcelados nos mesmos prazos do pagamento do débito ou das dívidas previstos nesta Lei.

Art. 5º. O parcelamento de que trata o artigo 1º desta Lei será rescindido quando verificada a inadimplência do sujeito passivo.

§ 1º. A rescisão referida no caput implicará na imediata execução ou prosseguimento, se a cobrança da dívida estiver suspensa.

§ 2º. A rescisão do parcelamento independará de notificação prévia e implicará na exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado e ainda não pago, restabelecendo-se o valor original do débito ou dívida consolidada e confessada nos termos do artigo 1º, abatidos os valores pagos sem qualquer direito às reduções de

que trata esta Lei.

§ 3º. O parcelamento será rescindido quando verificada a inadimplência de qualquer das parcelas referidas nas alíneas "a" a "e" do § 2º, do artigo 3º, ou de 03 (três) parcelas consecutivas ou alternadas no caso do parcelamento previsto nas alíneas "f", "g" e "h" do § 2º, do artigo 3º desta Lei.

Art. 6º. A concessão do parcelamento de que trata a presente Lei não implica em novação de dívida.

Art. 7º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA
FRAIBURGO, SC, 13 DE ABRIL DE 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

LEI COMPLEMENTAR Nº 198-2017

LEI COMPLEMENTAR Nº 198, DE 13 DE ABRIL DE 2017.

cria o cargo de Auxiliar em Saúde Bucal e altera o cargo de Técnico em Higiene Dental, conforme especifica, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Fica criado o cargo de Auxiliar em Saúde Bucal, de provimento efetivo, passando a integrar o quadro permanente de cargos do Poder Executivo Municipal, na categoria 3, grupo ocupacional operacional, com número de 10 (dez) vagas, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com vencimento inicial de R\$ 1.191,01 (um mil, cento e noventa e um reais e um centavo), com as competências constantes do Anexo I desta Lei Complementar.

Art. 2º. Fica alterado a nomenclatura e atribuições do cargo de provimento efetivo de Técnico em Higiene Dental, previsto no Anexo I-A da Lei Complementar Municipal nº 110, de 03 de março de 2010, passando o mesmo a denominar-se Técnico em Saúde Bucal, nos termos do Anexo II desta Lei Complementar.

Art. 3º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA
FRAIBURGO, 13 DE ABRIL DE 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

ANEXO I

AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL

Missão

Prestar assistência ao paciente sempre sob a supervisão do

Odontólogo ou do técnico em saúde bucal, de acordo com suas competências, realizando procedimentos de auxílio em higiene bucal, bem como desenvolvendo ações de orientação e educação visando promover a saúde bucal. Responsabilidades:

- Realizar ações de promoção e prevenção em saúde bucal para as famílias, grupos e indivíduos, mediante planejamento local e protocolos de atenção à saúde.

- Realizar atividades programadas e de atenção à demanda espontânea.

- Executar limpeza, assepsia, desinfecção e esterilização do instrumental, equipamentos odontológicos e do ambiente de trabalho.

- Auxiliar o Odontólogo e o Técnico em Saúde Bucal nos atendimentos, dispondo os instrumentos odontológicos, bem como entregando as peças em mãos, na medida em que estas forem solicitadas pelos mesmos, durante a realização das intervenções clínicas.

- Realizar o acolhimento do paciente nos serviços de saúde bucal.

- Acompanhar, apoiar e desenvolver atividades referentes à saúde bucal com os demais membros da equipe de saúde, buscando aproximar e integrar ações de saúde de forma multidisciplinar.

- Aplicar medidas de biossegurança no armazenamento, transporte, manuseio e descarte dos produtos e resíduos odontológicos.

- Processar filme radiográfico.

- Selecionar moldeiras.

- Preparar modelos em gesso.

- Manipular materiais de uso odontológico.

- Participar na realização de levantamentos e estudos epidemiológicos, exceto na categoria de examinador.

- Organizar e executar atividades de higiene bucal.

- Preparar o paciente para atendimento, posicionando-o de forma correta, colaborando com seu bem estar.

- Registrar dados e participar da análise das informações relacionadas ao controle administrativo em saúde bucal, auxiliando na preparação de informes, relatórios, registros, documentos e outros, sempre que solicitado.

- Auxiliar na elaboração de relatórios com informações, dados estatísticos e indicadores da área, visando fornecer subsídios para decisões de correções políticas ou procedimentos de sua área de atuação.

- Auxiliar a equipe na manutenção atualizada dos indicadores e informações pertinentes à área de atuação, observando os procedimentos internos e legislação aplicável, visando a adequada e imediata disponibilidade dos mesmos.

- Atender os pacientes, pessoalmente ou por telefone, visando esclarecer dúvidas, receber solicitações, bem como buscar soluções para eventuais transtornos.

- Realizar em equipe levantamento das necessidades em saúde bucal.

- Manter o estoque de medicamentos, observando quantidades e

prazos de validade.

- Auxiliar os profissionais de saúde bucal na realização de orientações e educação em saúde bucal, principalmente, mas não exclusivamente, em escolas, visando à disseminação do conhecimento dos métodos de cuidados e prevenção em higiene e saúde bucal, como escovação, uso de flúor, entre outros.

- Zelar pela limpeza, organização e disciplina de seu local de trabalho.

- Atuar de acordo com princípios de qualidade ética, visando o constante alinhamento ao planejamento estratégico do município.

- Utilizar Equipamentos de Proteção Individual para o exercício do seu trabalho, quando indicado em laudos competentes, visando garantir sua própria segurança e integridade física.

- Executar outras tarefas correlatas às acima descritas, a critério de seu Superior Imediato e ou conforme a demanda.

Requisitos:

- Formação: Escolaridade mínima: Ensino Fundamental completo. Registro da função de Auxiliar em Saúde Bucal junto ao Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão, de conformidade com a Resolução Conselho Federal de Odontologia - CFO 63/2005 – que aprova a Consolidação das Normas para Procedimentos nos Conselhos de Odontologia e a Lei 11.889, de 24 de dezembro de 2008.

- Conhecimentos desejados: Atividades de auxílio em saúde bucal.

- Outros: Estabelecidos nas Leis Municipais do Regime Jurídico Único do Servidor e do Plano de Carreira. ANEXO II

TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL

Missão

Prestar assistência ao paciente e ao Odontólogo, de acordo com suas competências, realizando procedimentos técnicos em higiene bucal, bem como desenvolvendo ações de orientação e educação visando promover a saúde bucal. Responsabilidades:

- Realizar a atenção em saúde bucal individual e coletiva a todas as famílias, a indivíduos e a grupos específicos, segundo programação e de acordo com suas competências técnicas e legais;

- Participar do gerenciamento da manutenção e conservação dos equipamentos odontológicos;

- Apoiar as atividades dos Auxiliares em Saúde Bucal - ASB e dos Agentes Comunitários de Saúde - ACS nas ações de prevenção e promoção da saúde bucal;

- Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da Unidade Básica de Saúde - UBS;

- Participar do treinamento e capacitação de Auxiliar em Saúde Bucal e de agentes multiplicadores das ações de promoção à saúde;

- Participar das ações educativas atuando na promoção da saúde e na prevenção das doenças bucais.

- Ensinar técnicas de higiene bucal e realizar a prevenção das doenças bucais por meio da aplicação tópica do flúor, conforme orientação do odontólogo.

- Fazer a remoção do biofilme, de acordo com a indicação técnica definida pelo Odontólogo.

- Realizar fotografias e tomadas de uso odontológicos exclusivamente em consultórios ou clínicas odontológicas.

- Inserir e distribuir no preparo cavitário, materiais odontológicos na restauração dentária direta, vedado o uso de materiais e instrumentos não indicados pelo Odontólogo.

- Proceder à limpeza e à antisepsia do campo operatório, antes e após atos cirúrgicos.

- Realizar atividades programadas e de atenção à demanda espontânea.

- Executar limpeza, assepsia, desinfecção e esterilização do instrumental, equipamentos odontológicos e do ambiente de trabalho.

- Auxiliar o Odontólogo nos atendimentos, dispondo os instrumentos odontológicos durante a realização das intervenções clínicas.

- Realizar o acolhimento do paciente nos serviços de saúde bucal.

- Acompanhar, apoiar e desenvolver atividades referentes à saúde bucal com os demais membros da equipe de saúde, buscando aproximar e integrar ações de saúde de forma multidisciplinar.

- Aplicar medidas de biossegurança no armazenamento, transporte, manuseio e descarte dos produtos e resíduos odontológicos.

- Processar filme radiográfico.

- Selecionar moldeiras.

- Preparar modelos em gesso.

- Manipular materiais de uso odontológico.

- Remover suturas.

- Participar na realização de levantamentos e estudos epidemiológicos, exceto na categoria de examinador.

- Organizar e executar atividades de higiene bucal.

- Preparar o paciente para atendimento, posicionando-o de forma correta, colaborando com seu bem estar.

- Registrar dados e participar da análise das informações relacionadas ao controle administrativo em saúde bucal, preparando informes, relatórios, registros, documentos e outros, sempre que solicitado.

- Elaborar relatórios com informações, dados estatísticos e indicadores da área, visando fornecer subsídios para decisões de correções políticas ou procedimentos de sua área de atuação.

- Manter atualizados os indicadores e informações pertinentes à área de atuação, observando os procedimentos internos e legislação aplicável, visando a adequada e imediata disponibilidade dos mesmos.

- Atender os pacientes, pessoalmente ou por telefone, visando esclarecer dúvidas, receber solicitações, bem como buscar soluções para eventuais transtornos.

- Realizar em equipe levantamento das necessidades em saúde bucal.

- Manter o estoque de medicamentos, observando quantidades e prazos de validade.

- Realizar orientações e educação em saúde bucal, principalmente, mas não exclusivamente, em escolas, visando à disseminação do conhecimento dos métodos de cuidados e prevenção em higiene e saúde bucal, como escovação, uso de flúor, entre outros.

- Zelar pela limpeza, organização e disciplina de seu local de trabalho.

- Atuar de acordo com princípios de qualidade ética, visando o constante alinhamento ao planejamento estratégico do município.

- Utilizar Equipamentos de Proteção Individual para o exercício do seu trabalho, quando indicado em laudos competentes, visando garantir sua própria segurança e integridade física.

- Executar outras tarefas correlatas às acima descritas, a critério de seu Superior Imediato e ou conforme a demanda.

Requisitos:

- Formação: Escolaridade mínima: Ensino Médio Completo, com Curso de Técnico em Saúde Bucal e Registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.

- Conhecimentos desejados: técnicas em saúde bucal.

- Outros: estabelecidos nas Leis Municipais do Regime Jurídico Único do Servidor e do Plano de Carreira.

LEI Nº 2356-2017

LEI Nº 2356, DE 13 DE ABRIL DE 2017.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 2140, DE 12 DE ABRIL DE 2012, QUE CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. A Lei municipal nº 2140, de 12 de abril de 2012, passa a vigorar com o artigo 4º, acrescido dos incisos XXIX e XXX, com a seguinte redação:

“XXIX - aprovar o plano integrado de capacitação de recursos humanos para a área de assistência social, de acordo com as Normas Operacionais Básicas do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS) Recursos Humanos (NOB RH/SUAS);

XXX – encaminhar a documentação ao gestor municipal das entidades e organizações de assistência social que compõem a rede socioassistencial no município para inclusão no Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social de que trata a Lei 12.101, de 27 de novembro de 2009, e guarda.”

Art. 2º. A Lei municipal nº 2140, de 12 de abril de 2012, passa a vigorar com o artigo 5º com a seguinte redação:

“Art. 5º. O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS é composto de, no mínimo, 12 membros e respectivos suplentes, respeitados os seguintes critérios:

I - seis representantes de entidades governamentais do Município e respectivos suplentes, da seguinte forma:

- a) um da Secretaria Municipal de Ação Social;
- b) um da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;
- c) um da Secretaria Municipal da Saúde;
- d) um da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana;
- e) um da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;
- f) um da Secretaria Municipal de Finanças.

II - seis representantes da sociedade civil e respectivos suplentes, eleitos em foro próprio, da seguinte forma:

- a) dois representantes dos usuários ou de organizações de usuários da assistência social;
- b) dois representantes de entidades e organizações de assistência social, devidamente inscritas no CMAS;
- c) dois representantes de entidades de trabalhadores do setor.

Parágrafo único. No caso de não haver inicialmente representação de um dos segmentos do inciso II do presente artigo, a vaga poderá ser preenchida por um dos demais segmentos, conforme Regimento Interno.”

Art. 3º. A Lei municipal nº 2140, de 12 de abril de 2012, passa a vigorar com o artigo 13, acrescido do parágrafo único, com a seguinte redação:

“Parágrafo único. O ressarcimento de despesas e o adiantamento ou pagamento de diárias aos Conselheiros e pessoas a serviço do CMAS obedecerá às normas instituídas pelo Município aos servidores públicos em atos idênticos ou assemelhados.”

Art. 4º. A Lei municipal nº 2140, de 12 de abril de 2012, passa a vigorar com o artigo 15, acrescido do parágrafo único, com a seguinte redação:

“Parágrafo único. O Gestor da Política Municipal de Assistência Social nomeará dentro do quadro de servidores públicos um Secretário(a) Executivo(a) de nível superior, graduado preferencialmente em serviço social, direito ou psicologia, designado para o assessoramento do CMAS, cuja competência será definida em Regimento Interno.”

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA
FRAIBURGO, 13 DE ABRIL DE 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 13222017

PORTARIA Nº. 1322, DE 13 DE ABRIL DE 2017.

Exonera Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

Em conformidade com a comunicação interna nº 0946/2017 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a servidora VERÔNICA DE OLIVEIRA, brasileira, convivente em união estável, inscrita no CPF sob o nº 043.539.109-73, nomeada no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE DIREÇÃO ESCOLAR – NÍVEL 3, com carga horária de 40 horas

semanais, a partir de 18 de abril de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de abril de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 13232017

PORTARIA Nº. 1323, DE 13 DE ABRIL DE 2017.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0895/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará substituindo por 40 horas semanais a Auxiliar Educacional – Educação Infantil, Thais Bulow, a qual pediu rescisão contratual;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário CLAUDINÉIA RIBEIRO DE PAULA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 069.228.619-57, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 17 de abril de 2017 até 01 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de abril de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 13242017

PORTARIA Nº. 1324, DE 13 DE ABRIL DE 2017.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido o contrato de SOLANGE APARECIDA FERREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 099.707.849-94, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 13 de abril de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de abril de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 13252017

PORTARIA Nº. 1325, DE 13 DE ABRIL DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 109 e 110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores;

Em conformidade com a comunicação interna nº 009/2017 do Gabinete da Prefeita;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear JOANICE LARA DA ROSA, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o nº 007.145.039-40, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 18 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de abril de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Galvão

PREFEITURA

PROCESSO DE LICITAÇÃO 025/2017

EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório nº 025/2017, Edital de Pregão Presencial 014/2017, SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO – SRP do TIPO MAIOR DESCONTO POR LOTE até às 09h:00min. do dia 27 de abril de 2017, e fará abertura das mesmas às 09h15min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente licitação CONTRATAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM A EVENTUAL APLICAÇÃO E FORNECIMENTO DE PEÇAS GENUINAS/ORIGINAIS E ACESSÓRIOS, DA FROTA DE ONIBUS E CAMINHÕES DO MUNICÍPIO conforme descrito no Edital. O fundamento legal é a Lei 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável. A íntegra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito à Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão – SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: www.galvao.sc.gov.br Galvão - SC, 13 de abril de 2017.

Admir Edi Dalla Cort

Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

PORTARIA N.º 423/2017

PORTARIA N.º 423, DE 12 DE ABRIL DE 2017.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.894/2015 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, MARIA GORETTE BENDO MENDES, CPF n.º 033.521.519-03, para exercer o cargo comissionado de COORDENADOR DE ATENÇÃO DE MÉDIA COMPLEXIDADE, da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 17 de abril de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de abril de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 13/04/2017, de acordo com a Lei Municipal n.º. 1.326 de 10/08/2009.

Gaspar

PREFEITURA

PORTARIA Nº 5.184, DE 30 DE MARÇO DE 2017

PORTARIA Nº 5.184, DE 30 DE MARÇO DE 2017.

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA APURAR RESPONSABILIDADE DE EMPRESA POR INEXECUÇÃO PARCIAL DO CONTRATO FMS Nº SAF 124/2014.

ZILMA MÔNICA SANSÃO BENEVENUTTI, Secretária Municipal de Educação do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 73, da Lei Orgânica do Município, no cumprimento dos deveres e atribuições estabelecidos na Lei nº 8.666/1993, e considerando o teor do Laudo Técnico emitido pelo Engenheiro Civil da Secretaria Municipal de Educação em 08 de março de 2017, bem como demais documentos que ficam fazendo parte integrante desta Portaria;

Considerando que os fatos abaixo narrados, em tese, são passíveis de aplicação de penalidades prevista na Lei nº 8.666/93, e que somente podem ser aplicadas em decorrência de processo administrativo autônomo, no qual se garanta a ampla defesa e o contraditório;

Considerando que é dever da Administração Pública primar pelos princípios da legalidade, da eficiência e da motivação, previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal;

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar processo administrativo em desfavor da empresa licitante T.F.C.I., com sede na Rua Rodolfo Guinther, nº 49, Sala 01, Bairro Margem Esquerda, nesta cidade de Gaspar, conforme os motivos de fato e de direito a seguir delineados.

RESUMO DOS FATOS:

Art. 2º Depreende-se dos documentos acostados a esta Portaria que a empresa T.F.C.I. estaria, em tese, descumprindo os acordos para continuidade da Construção do objeto do contrato nº SAF – 124/2014 (Construção da E.E.F. Olimpio Moretto). De acordo com o Laudo Técnico emitido pelo Engenheiro da Secretaria Municipal de Educação, em reunião ocorrida em janeiro de 2017 entre a Contratada, a fiscalização e a Secretaria Municipal de Educação, ficou acordado que a empresa disponibilizaria um cronograma de retorno das obras em 15 dias. No entanto, até o presente momento a Contratada não encaminhou nenhum cronograma e/ou notificação de retorno ao canteiro de obras, sendo que em 08 de março de 2017, em vistoria no local, verificou-se que a obra encontrava-se inativa, ferindo, além da Lei nº 8.666/1993, a Cláusula Quarta do contrato – itens 4.1.7, 4.1.10 e 4.1.11, a seguir transcritos:

4.1.7 Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento da obra, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação da obra em relação ao cronograma previsto.

4.1.10 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

4.1.11 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos serviços, bem como aos documentos

relativos à execução da reforma.

CAPITULAÇÃO LEGAL

Art. 3º Caso comprovados os fatos denunciados, em tese, estará a empresa T.F.C.I., e seu responsável Técnico, conforme a gravidade, sujeitos às sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993 e na Cláusula Doze do Contrato nº FMS-32/2015 (itens 12.1 a 12.8), especialmente nos itens 12.1 e 12.2, que assim dispõem:

12.1 O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada, após regular processo administrativo, à penalidade de: a) Multa moratória de até 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 20 (vinte) dias.

12.1.1 A multa moratória não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as sanções cabíveis.

12.2 A inexecução total ou parcial do contrato, ou o descumprimento de qualquer dos deveres elencados no Edital e no contrato, sujeitará a Contratada, garantida a prévia defesa, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às penalidades de:

a) Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação; b) Multa compensatória de até 20 (vinte por cento) sobre o valor total da contratação; c) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Município de Gaspar pelo prazo de até 02 anos.”(grifei)

PROVIDÊNCIAS

Art. 4º O processo administrativo será conduzido por Comissão composta pelos servidores Michel Marcelo Longo, Dulcinéia Santos e Maraisa Zimmermann, sob a presidência do primeiro.

Art. 5º A Comissão ora constituída terá o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da publicação desta portaria, para concluir a apuração dos fatos e elaborar o relatório final, podendo tal prazo ser prorrogado por igual período, se as circunstâncias o exigirem.

Gaspar, em 30 de março de 2017.

ZILMA MÔNICA SANSÃO BENEVENUTTI
Secretária Municipal de Educação

RESOLUÇÃO GRUPO GESTOR Nº 01/2017

RESOLUÇÃO Nº 01/2017

DETERMINA A ADOÇÃO DE PROCEDIMENTO AO SETOR DE RECURSOS HUMANOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR, QUANTO À CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO.

O Grupo Gestor de Redução de Despesas, considerando o teor no Decreto Municipal nº 7.354, de 10 de Fevereiro de 2017, que cria o Programa Gaspar Eficiente, estabelecendo medidas para o contingenciamento das despesas e controle de gastos, bem como dispõe sobre o funcionamento do Grupo Gestor de Redução de Despesas,

RESOLVE:

Art. 1º Recomendar ao setor de Recursos Humanos da Prefeitura que proceda a verificação do status dos servidores públicos

municipais, ocupantes de cargo de provimento efetivo de modo que todas as licenças prêmio sejam gozadas anteriormente à concessão de aposentadoria.

Art. 2º Determinar, em decorrência da medida anterior, que não sejam indenizadas administrativamente as Licenças Prêmio, devendo os Servidores mediante de programação prévia com a chefia imediata, programar o gozo do direito contemplado no Estatuto observando sempre a primazia do interesse Público.

Art. 3º Determinar a comunicação da presente resolução aos servidores públicos municipais, preferencialmente por meio eletrônico, bem como aos Secretários por meio de ofício específico.

Gaspar, 20 de fevereiro de 2017.

Felipe Juliano Braz
Procurador Geral do Município

Pedro Inácio Bornhausen
Chefe de Gabinete

Carlos Roberto Pereira
Secretário de Administração e Fazenda

RESOLUÇÃO GRUPO GESTOR Nº 02/2017

RESOLUÇÃO Nº 02/2017

DETERMINA A ADOÇÃO DE PROCEDIMENTO AOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS, QUANTO ÀS CONTRATAÇÕES E ATOS DE PESSOAL QUE IMPORTEM EM ACRÉSCIMO DE DESPESA.

O Grupo Gestor de Redução de Despesas, cujo funcionamento é disposto pelo Decreto Municipal nº 7.354, de 10 de Fevereiro de 2017,

Considerando que o referido Decreto, cria o Programa Gaspar Eficiente, estabelecendo medidas para o contingenciamento das despesas e controle de gastos,

Considerando, em especial o artigo 6º, que estabelece que o Grupo Gestor realizará avaliação dos pedidos de contratações, bem como a concessão de licenças prêmio, gratificações para o exercício de função e demais atos de pessoal que importem em acréscimo de despesa,

RESOLVE:

Art. 1º Determinar que os Secretários Municipais, encaminhem ao Grupo Gestor de Redução de Despesas justificativa e aceite prévio, juntamente com a solicitação das contratações de Estagiários e Servidores (efetivos, temporários, e comissionados), assim como quando da concessão de licenças prêmio, gratificações para o exercício de função e demais atos de pessoal que importem em acréscimo de despesa.

Art. 2º As razões da justificativa serão avaliadas pelo Grupo Gestor considerando em especial o aspecto econômico-financeiro, opinando acerca do prosseguimento da solicitação.

Art. 3º Determinar a comunicação da presente resolução aos servidores públicos municipais, preferencialmente por meio eletrônico, bem como aos Secretários por meio de ofício específico.

Gaspar, 22 de fevereiro de 2017.

Felipe Juliano Braz
Procurador Geral do Município

Pedro Inácio Bornhausen
Chefe de Gabinete

Carlos Roberto Pereira
Secretário de Administração e Fazenda

RESOLUÇÃO GRUPO GESTOR Nº 03/2017

RESOLUÇÃO Nº 03/2017

DETERMINA A ADOÇÃO DE MEDIDAS NAS AQUISIÇÕES DE BENS E SERVIÇOS DOS ÓRGÃOS QUE COMPÕEM A ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO.

O Grupo Gestor de Redução de Despesas, cujo funcionamento é disposto pelo Decreto Municipal nº 7.354, de 10 de Fevereiro de 2017;

Considerando a necessidade de planejamento anual das compras realizadas no âmbito do Município, o que exige a programação prévia e plena ciência de todos os recursos envolvidos no atendimento das requisições dos órgãos que compõem a Administração Pública Municipal, bem como recomendável economia de escala nas aquisições;

Considerando a necessidade do estrito cumprimento do orçamento público diante da notória e generalizada queda na arrecadação de tributos;

Considerando que a centralização das aquisições (compras e licitações) permitirá aos gestores melhor programação financeira, orçamentária e logística dos bens, serviços e materiais adquiridos com escassos recursos públicos, bem como a qualificação e aprimoramento profissional dos envolvidos;

RESOLVE:

Art. 1º Sejam todas as aquisições de bens e serviços dos órgãos que compõem a Administração Direta e Indireta do Município centralizados no setor de Compras e Licitação, subordinado à Secretaria Municipal de Administração e Gestão, mediante o encaminhamento das requisições de compras.

Art. 2º Deverão instruir o pedido de compra para prosseguimento dos trâmites, a requisição de compra devidamente assinada pelo Secretário da pasta correspondente, o quantitativo a ser adquirido, a programação de desembolso e utilização dos bens e serviços, bem como a especificação pormenorizada das características que viabilizem a formulação do termo de referência para as licitações e compras diretas.

Art. 3º Visando dar agilidade aos procedimentos, os Secretários e Diretores-Presidentes deverão disponibilizar os recursos humanos na quantidade atualmente utilizada por cada pasta, que passarão a prestar serviços diretamente na Central de Compras e Licitações, junto à Secretaria Municipal de Administração e Gestão.

Art. 4º Determinar a comunicação da presente resolução aos Secretários Municipais, e Diretores-Presidentes por meio de ofício específico.

Felipe Juliano Braz
Procurador Geral do Município

Pedro Inácio Bornhausen
Chefe de Gabinete

Carlos Roberto Pereira
Secretário de Administração e Fazenda

Grão Pará

PREFEITURA

CONCURSO FAMGP EDITAL 02/2016

REAPLICAÇÃO AVALIAÇÃO ESCRITA OBJETIVA

A FUNDAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ - FAMGP no uso de suas atribuições legais torna público o cancelamento da Avaliação Escrita Objetiva para o Cargo de Engenheiro Agrônomo objeto do Edital n. 002/2016, conforme abaixo esclarecido:

CONSIDERANDO que a FAEPESUL foi Oficiada pelo Município de Grão Pará – SC acerca do Decreto n. 11/2017, que por recomendação do Ministério Público, determinou a anulação do Concurso Público n. 002/2016, da FAMGP, para o Cargo de Engenheiro Agrônomo tendo em vista que houve divergências na aplicação das questões específicas realizadas;

CONSIDERANDO que a FAEPESUL está ciente das suas obrigações institucionais, legais, contratuais e, para fins de evitar possíveis discussões judiciais acerca do Concurso já homologado,

RESOLVE:

1. Proceder com a reaplicação da Avaliação Escrita Objetiva objeto do Edital n. 002/2016, exclusivamente para o Cargo de Engenheiro Agrônomo, conforme Cronograma constante no Anexo I deste expediente;
2. Definir que fica, sem efeitos legais, os atos realizados e divulgados quanto aos Resultados e a Homologação publicadas para o Cargo de Engenheiro Agrônomo;
3. Comunicar que não haverá qualquer custo adicional a ser suportado pelos Candidatos inscritos/homologados e, tão pouco pela Administração Municipal e por esta Fundação Municipal;
4. Definir que permanece incólume todas as demais disciplinas constantes no Edital de Concurso Público n. 002/2016 não afetadas por este Ato.

Grão-Pará - SC, 11 de Abril de 2017.

MÁRCIO BORBA BLASIUS

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 18/2017

DECRETO N. 18/2017, DE 12 DE ABRIL DE 2017.

“DISPÕE SOBRE O CANCELAMENTO DOS RESTOS A PAGAR – CREDITOR INSS, LIQUIDADOS E NÃO LIQUIDADOS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. ”

MARCIO BORBA BLASIUS, Prefeito do Município de Grão-Pará, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, que o Município de Grão-Pará fez a Adesão ao Programa de Regularização Tributária – Débitos Previdenciários com a Secretaria da Receita Federal do Brasil, instituído pela Medida Provisória nº 766, de 4 de janeiro de 2017;

CONSIDERANDO, que a Secretaria da Receita Federal do Brasil homologou o pedido de parcelamento dos débitos previdenciários (INSS) do Município de Grão-Pará, competência 05/2016, 06/2016, 07/2016, 08/2016, 09/2016, 10/2016, 11/2016, 12/2016 e 13º salário do ano de 2016;

CONSIDERANDO a necessidade do Poder Executivo Municipal em aprovar por meio de decreto o cancelamento de restos a pagar correspondentes aos débitos previdenciários com a Secretaria da Receita Federal do Brasil;

DECRETA:

Art. 1º Autoriza o Departamento de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Grão-Pará a efetuar o Cancelamento dos restos a pagar processados e não processados, inscritos no exercício financeiro de 2016, correspondente as despesas previdenciárias (INSS), do Município de Grão-Pará.

Parágrafo Único. Os restos a pagar processados e não processados cancelados nos termos do caput, são os constantes do Anexo Único, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará,
12 de abril de 2017.

MARCIO BORBA BLASIUS
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em 12 de abril de 2017.

DIONE HEINZEN
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

ANEXO ÚNICO AO DECRETO Nº 18/2017

ANEXO ÚNICO - PARTE INTEGRANTE DO DECRETO Nº 18, DE 12/04/2017

Total de Restos a Pagar	766.981,53
Total de Despesas Extras	123.018,15
Total Geral	889.999,68

Saúde			
Restos a Pagar		Despesas Extra	
Número	Valor	Número	Valor
1/2017	15.335,65	7/2017	4.286,87
2/2017	16.545,35	22/2017	1.431,87
3/2017	16.808,16	24/2017	207,47
4/2017	15.691,86	28/2017	1.307,03
5/2017	3.230,85	30/2017	727,63
6/2017	15.080,67	41/2017	1.137,83
7/2017	3.383,26	43/2017	1.307,03
8/2017	3.164,81	44/2017	327,85
9/2017	20.444,27	67/2017	6.326,50
10/2017	13.813,70	83/2017	6.437,30
11/2017	3.589,87	85/2017	1.346,35
12/2017	8.382,29	89/2017	4.286,87
13/2017	14.412,49	94/2017	3.792,78
17/2017	10.533,80	96/2017	6.037,86
103/2017	9.986,18	Total	38.961,24
104/2017	9.458,62		
105/2017	9.623,20		
106/2017	9.523,41		
107/2017	9.562,71		
108/2017	9.389,44		
109/2017	10.794,33		
111/2017	11.183,38		
114/2017	3.479,33		
115/2017	3.274,67		
116/2017	3.358,02		
117/2017	3.438,73		
121/2017	2.541,20		
122/2017	2.685,82		
123/2017	3.037,09		
124/2017	3.164,81		
125/2017	3.164,81		
126/2017	2.757,91		
128/2017	3.164,81		
133/2017	1.601,06		
160/2017	630,02		
164/2017	630,02		
165/2017	630,02		
166/2017	630,02		
167/2017	630,02		
168/2017	630,02		
169/2017	3.122,82		
Total	282.509,50		

Prefeitura			
restos	vlrdesp	despex	vlrdesp
267/2017	3.481,11	7/2017	156,23
321/2017	11.471,08	8/2017	156,23
322/2017	19.334,93	19/2017	1.021,70
323/2017	4.807,80	20/2017	1.134,00
324/2017	2.999,77	22/2017	1.457,95
325/2017	60,22	23/2017	2.731,91
326/2017	4.692,05	24/2017	80,21
327/2017	1.389,42	31/2017	6.026,44
357/2017	640,71	32/2017	80,21
358/2017	2.081,11	34/2017	30,94
374/2017	80,08	47/2017	511,34
394/2017	4.745,82	48/2017	301,14
395/2017	79,58	49/2017	3.710,53
434/2017	133,57	60/2017	1.143,83
435/2017	76,93	72/2017	3.879,83
453/2017	1.881,11	73/2017	201,02
454/2017	982,42	76/2017	1.243,56
456/2017	122,80	77/2017	1.093,70
472/2017	11.341,69	87/2017	2.673,53
473/2017	18.150,62	101/2017	137,50
474/2017	3.544,46	102/2017	3.242,17
475/2017	4.694,39	103/2017	519,51
476/2017	2.884,05	112/2017	302,75
477/2017	9.489,66	127/2017	561,56
478/2017	17.168,67	129/2017	32,87
479/2017	7.228,61	140/2017	1.021,70
480/2017	2.999,77	143/2017	163,70
484/2017	9.283,48	152/2017	203,50
485/2017	16.849,28	155/2017	88,00
486/2017	939,69	157/2017	3.605,26
487/2017	6.883,62	158/2017	1.094,70
488/2017	1.453,55	172/2017	755,71
489/2017	1.546,22	173/2017	315,78
490/2017	100,59	177/2017	163,90
491/2017	4.882,23	182/2017	88,00
492/2017	1.683,00	183/2017	487,84
591/2017	12.112,58	185/2017	195,64
592/2017	1.458,31	186/2017	363,30
593/2017	3.863,13	209/2017	6.449,87
594/2017	3.111,98	213/2017	79,75
595/2017	2.214,04	214/2017	40,04
596/2017	743,15	215/2017	465,59
597/2017	1.264,63	230/2017	269,55
598/2017	1.011,37	231/2017	122,07
599/2017	1.381,66	239/2017	1.678,34
600/2017	227,10	240/2017	26,72
601/2017	873,91	243/2017	2.009,65
602/2017	1.383,80	244/2017	975,24
603/2017	12.043,88	245/2017	529,68
604/2017	6.730,37	265/2017	165,00
605/2017	15.582,12	266/2017	2.942,60
606/2017	6.982,51	267/2017	545,40
607/2017	2.784,64	268/2017	6.307,75
608/2017	491,15	269/2017	1.913,55
609/2017	4.184,63	275/2017	2.931,09
618/2017	3.328,43	279/2017	1.444,48
619/2017	817,28	281/2017	185,67
702/2017	6.054,13	287/2017	80,21
703/2017	12.935,14	289/2017	2.269,40
704/2017	7.442,31	290/2017	786,43
705/2017	2.616,48	299/2017	49,66

FamGP			
restos	Valor	despex	vlrdesp
1/2017	2.637,41	2/2017	1.225,05
2/2017	2.637,41	7/2017	1.225,05
3/2017	2.637,41	8/2017	1.130,95
4/2017	2.637,41	11/2017	1.199,14
5/2017	2.637,41	12/2017	1.225,05
6/2017	2.408,01	17/2017	1.225,05
7/2017	2.408,01	18/2017	1.130,95
10/2017	2.582,28	20/2017	1.225,05
14/2017	2.408,01	22/2017	1.130,95
Total	22.993,36	Total	10.717,24

706/2017	491,15	300/2017	94,24
707/2017	4.184,63	Total	73.339,67
710/2017	817,68		
711/2017	12.965,46		
712/2017	1.458,31		
713/2017	3.522,47		
714/2017	3.518,51		
715/2017	2.067,91		
716/2017	743,15		
718/2017	1.264,63		
719/2017	1.011,37		
720/2017	1.613,12		
721/2017	227,10		
722/2017	873,91		
723/2017	1.383,80		
725/2017	8.262,04		
783/2017	14.385,22		
832/2017	2.807,33		
833/2017	11.628,89		
834/2017	1.052,10		
835/2017	3.724,78		
836/2017	3.206,96		
837/2017	1.648,59		
838/2017	743,15		
839/2017	1.264,63		
840/2017	1.144,51		
841/2017	2.331,46		
842/2017	106,77		
843/2017	873,91		
845/2017	9.899,56		
846/2017	14.528,76		
847/2017	8.679,86		
848/2017	5.656,07		
849/2017	2.659,78		
850/2017	4.621,93		
851/2017	87,66		
1014/2017	5.438,99		
1015/2017	12.748,30		
1016/2017	6.960,26		
1017/2017	185,97		
1018/2017	2.616,48		
1019/2017	3.997,58		
1020/2017	2.251,11		
Total	461.478,67		

Guaramirim

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 20/2017 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Eletrônico 20/2017
Processo Licitatório: 20/2017
Tipo: Menor Preço - Por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS PARA A FROTA MUNICIPAL

Entrega das Propostas: a partir de 17 de abril de 2017 às 09h00min no site www.portaldecompraspublicas.com.br
Abertura das Propostas: 04 de maio de 2017 às 09h00min (horário de Brasília no site www.portaldecompraspublicas.com.br

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h, pelos sites: www.guaramirim.sc.gov.br e www.portaldecompraspublicas.com.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 13 de abril de 2017.
Luiz Antonio Chiodini
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 766/2017

DECRETO Nº. 766/2017
Altera Decreto nº. 10/2007, que Regulamenta a Modalidade Pregão para Aquisição de Bens e Serviços Comuns.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

Art. 1º. O Decreto nº. 10/2007 passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 13.

I -

b) até R\$ 1.300.000,00:

1) Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC;

2)

c) superiores a R\$ 1.300.000,00:

1) Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC;

2)

3) jornal de grande circulação regional e estadual.

Art. 2º. Fica revogado a alínea “a”, do inciso I, do art. 13, o item 3, da alínea “b”, do inciso I, do art. 13 e o inciso I, do art. 14, todos do Decreto nº. 10/2007.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 10 de abril de 2017.
Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº. 4402/2017

LEI Nº. 4402/2017

Altera dispositivo da Lei nº. 4263/2015, que autoriza o Poder Executivo a aderir ao Programa Badesc Cidades e tomar empréstimo junto ao Badesc - Agência de Santa Catarina S/A.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. A Lei nº. 4263/2015 passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 2º. A adesão ao Programa Badesc Cidades propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de pavimentação das Ruas Hervino Hanemann, Expedicionário Olímpio José Borges, Bananal e demais ruas municipais.” (NR)

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 12 de abril de 2017.
Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 235/2017

PORTARIA Nº. 235/2017

Determina o Arquivamento do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº. 415/2016.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a conclusão da instrução do processo administrativo disciplinar e perante as informações nele contido;

Considerando a súmula nº. 473 do STF, que dispõe: “a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos [...]”;

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar o arquivamento do Processo Administrativo Disciplinar nº. 05/2016, instaurado pela Portaria nº. 415/2016, em face da servidora R. M. M., matrícula 299642.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 10 de abril de 2017.
Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 236/2017

PORTARIA Nº. 236/2017

Determina o Arquivamento do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº. 503/2016.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a conclusão da instrução do processo administrativo disciplinar e perante as informações nele contido;

Considerando a súmula nº. 473 do STF, que dispõe: "a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos [...]";

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar o arquivamento do Processo Administrativo Disciplinar nº. 06/2016, instaurado pela Portaria nº. 503/2016, em face da servidora C. I. M., matrícula 373117.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 10 de abril de 2017.

Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 237/2017

PORTARIA Nº. 237/2017

Determina o Arquivamento do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº. 504/2016.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a conclusão da instrução do processo administrativo disciplinar e perante as informações nele contido;

Considerando a súmula nº. 473 do STF, que dispõe: "a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos [...]";

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar o arquivamento do Processo Administrativo Disciplinar nº. 07/2016, instaurado pela Portaria nº. 504/2016, em face da servidora D. K. C., matrícula 399035.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 10 de abril de 2017.

Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 238/2017

PORTARIA Nº. 238/2017

Concede licença saúde para Maria Cristina dos Santos Maltauro dos Santos.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença saúde para Maria Cristina dos Santos Maltauro dos Santos, na função de Técnica de Enfermagem, vinculada à Secretaria de Saúde, a partir de 22 de março de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 11 de abril de 2017.

Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 239/2017

PORTARIA Nº. 239/2017

Concede licença saúde para Almir Draeger.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença saúde para Almir Draeger, na função de Agente de Serviços Gerais, vinculado à Secretaria de Educação, a partir de 31 de março de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 11 de abril de 2017.

Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 240/2017

PORTARIA Nº. 240/2017

Nomeia membros para comporem a Comissão Permanente de Recebimento de Patrimônio e Bens de Consumo.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam nomeados para atuarem como membros da Comissão Permanente de Recebimento de Patrimônio e Bens de Consumo, os servidores:

- I - Cleverson Luiz - presidente;
- II - Valdinei Alves Vieira – membro;
- III - Jorge Luiz Rosa – membro;
- IV - Ivone Modrock – suplente.

Art. 2º. Fica revogada a Portaria nº. 189/2017.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 11 de abril de 2017.
Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 241/2017

PORTARIA Nº. 241/2017

Altera a Portaria nº. 233/2017, que nomeia membros para comporem a Comissão de Avaliação de Amostras para o processo de licitação nº. 17/2017/FMS, para aquisição de material ambulatorial.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. A Portaria nº. 233/2017 passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 1º.

.....

IV – Eulália Silva – Enfermeira ESF.” (NR)

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 12 de abril de 2017.
Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 242/2017

PORTARIA Nº. 242/2017

Concede licença maternidade para Thaise Leite Coelho.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença maternidade para Thaise Leite Coelho, na função de Tradutora e Intérprete de Libras, vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 11 de abril de 2017, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 12 de abril de 2017.
Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 243/2017

PORTARIA Nº. 243/2017

Instaura Processo Administrativo Disciplinar nº. 03/2017 e Nomeia Comissão Processante.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando as atitudes do servidor D. S. de F. levantadas pela Secretaria de Saúde;

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a instauração do processo administrativo disciplinar nº. 03/2017, para apuração de infrações administrativas, previstas no art. 49, incisos I, III, V “a”, IX, X e XI, art. 50, incisos IV, XI e XVI da Lei Complementar nº. 007/2001, atribuídas ao servidor D. S. de F., matrícula 399043, na função de Farmacêutico/Bioquímico, vinculado à Secretaria de Saúde.

Art. 2º. Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão Processante será composta pelos servidores:

I – Vanderlei Martins – presidente;

II – Sirlene Scaburi – membro;

III – Luís Cláudio Dalprá – membro;

IV – Rosária Maria Gonçalves Leonardo – suplente.

Art. 3º. Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entenderem pertinentes.

Art. 4º. A Comissão, ora constituída, terá dedicação prioritária para apurar a falta e aplicação de sanção administrativa, no prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência a Administração Superior.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 12 de abril de 2017.
Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

Herval d'Oeste

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO Nº 01 _ ANA CLAUDIA ALBERTI CONVOCAÇÃO

A PREFEITURA DE HERVAL D'OESTE (SC), por intermédio da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes:

Resolve:

Art. 1º Convocar a Senhora Ana Claudia Alberti, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 077.676.639-22, aprovada em 1º lugar, na relação de candidatos "Não Entregou Documentos" para o cargo de professor de Artes, no Processo Seletivo nº 002/2015/SMECE, homologado pelo Decreto Municipal nº 3.519/2016, prorrogado pelo Decreto 3.622/2017, para assumir 20 horas, nos turnos matutino e vespertino no GEM Nossa Senhora de Fátima e GEM Profº Adolfo Becker.

Art. 2º A convocada terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da publicação, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito a Rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval d'Oeste para manifestar-se sobre a vaga.

Art. 3º A posse da aprovada, ora convocada, realizar-se-á a medida que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos.

Herval d'Oeste (SC) em 13 de abril de 2017.

Mauro Sérgio Martini
Secretário Municipal de Educação,
Cultura e Esportes

Ciente em ____/____/____

Ana Claudia Alberti

PORTARIA Nº 625/2017 PORTARIA Nº 625/2017

AMÉRICO LORINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE,

AVERBAR O TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO, cfe. decisão judicial do processo nº 037.03.00/829/0, da Servidora DEONICE MARIA CORTELLINI PARIZE (matr. 576), ocupante do cargo de Provimento Efetivo do Anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, de Professor, Nível – 7, Referência – "A", conforme Certidão nº 20022040.1.00012/14-0 de 07/04/2014 (retificada), expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, que certificou o tempo de contribuição de 12 anos, 03 meses e 08 dias; conforme Certidão nº 839/2008 de 10/11/2008, expedida pela Secretaria de Estado da Administração de Santa Catarina que certificou o tempo de contribuição de 06 meses e 12 dias, ao tempo de contribuição de 15 anos, 02 meses e 26 dias, conforme Certidão nº 169 de 31/01/2017, expedida pela Prefeitura de Herval d'Oeste e homologada pelo Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Herval d'Oeste – IPREVI-HO; perfazendo para fins de Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição – Especial de Professor, um cômputo geral de 28 anos e 11 dias de tempo de contribuição.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 13 de abril de 2017.
AMÉRICO LORINI
Prefeito de Herval d'Oeste

Ibirama

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.084, DE 12 DE ABRIL DE 2017-SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO nº 4.084, de 12 de abril de 2017.

“SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAMA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Prefeito Municipal de Ibirama, autorizado por conta do provável excesso de arrecadação do exercício de 2017 na fonte de recursos 01376200- Outras Transferências do FNDE ficam suplementadas na importância de R\$ 1.004.601,41 (um milhão, quatro mil seiscentos e um reais e quarenta e um centavos) o elemento de despesa a seguir especificado.

07 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

001- DEPARTAMENTO DE SUPERVISÃO PEDAGÓGICA

0012.0361.0051.1042 – Construção, ampliação e reforma de Escolas.

01376200 – Outras Transferências de FNDE

3449000 – Aplicações Diretas R\$ 1.004.601,41

TOTAL R\$ 1.004.601,41

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 12 de abril de 2017.

ADRIANO POFFO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO

Secretário de Administração e Finanças

EDITAL NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 1399/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 420 1399/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHJ9830	P01T60002Y	6599/2	26/12/2016	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

IBIRAMA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017

JULIANO CEZAR TUMITAN

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 1400/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 420 1400/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAW1308	55615570F	6599/2	04/12/2016	230 * V
MBI8515	P01T60003C	6599/2	03/01/2017	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

IBIRAMA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017

JULIANO CEZAR TUMITAN

DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 1401/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 420 1401/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBI8515	P01T60003D	5835/0	03/01/2017	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

IBIRAMA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017

MARCONDES UHLMANN

DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 1402/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 420 1402/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBG5812	P01T60003E	6599/2	06/01/2017	230 * V
MBT4987	P01T60002E	6599/2	14/12/2016	230 * V
MBY1776	P01T60003J	6599/2	07/01/2017	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

IBIRAMA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017

JULIANO CEZAR TUMITAN

DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 1403/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 420 1403/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BOC5749	P01T60001Z	5525/0	11/12/2016	181 * XV
LZA9691	P01T600020	5525/0	11/12/2016	181 * XV
MBG5812	P01T60003F	5835/0	06/01/2017	195
MGV9784	P01T50003E	7030/1	15/12/2016	244 * I
MHH1432	P01T60003S	5967/0	11/01/2017	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

IBIRAMA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017

MARCONDES UHLMANN

DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 1404/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N° 420 1404/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AKE7696	P01T600047	6599/2	14/01/2017	230 * V
AKE7696	P01T600048	5045/0	14/01/2017	162 * V
AKW9084	P01T60004U	6599/2	16/01/2017	230 * V
AKW9084	P01T60004V	5010/0	16/01/2017	162 * I
BOX2708	P01T60004N	6637/2	15/01/2017	230 * IX
BOX2708	P01T60004O	6599/2	15/01/2017	230 * V
BOX2708	P01T60004T	5010/0	15/01/2017	162 * I
LXX0752	P01T60003X	6726/1	12/01/2017	230 * XVIII
LXX0752	P01T60003Y	5169/1	12/01/2017	165
MAI2419	55615571F	6599/2	24/12/2016	230 * V
MAI2419	55615572F	7579/0	24/12/2016	165 A
MBN5521	P01T60003W	6599/2	12/01/2017	230 * V
MBN5521	P01T600041	5274/1	12/01/2017	175
MBN5521	P01T600044	7340/0	12/01/2017	252 * IV
MBN5521	P01T600046	6912/0	12/01/2017	232
MDZ0456	P01T60003U	6726/1	11/01/2017	230 * XVIII
MEX5953	P01T60004F	6599/2	15/01/2017	230 * V
MEX5953	P01T60004G	6653/1	15/01/2017	230 * XI
MEX5953	P01T60004I	6726/1	15/01/2017	230 * XVIII
MGD7122	P01T60003Z	6599/2	13/01/2017	230 * V
MGD7122	P01T600040	5169/1	13/01/2017	165

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

IBIRAMA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017

JULIANO CEZAR TUMITAN

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 1405/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 420 1405/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBN5521	P01T600042	5835/0	12/01/2017	195
MBN5521	P01T600043	5185/1	12/01/2017	167
MBN5521	P01T600045	6319/0	12/01/2017	220 * VI
MEX5953	P01T60004J	5207/0	15/01/2017	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

IBIRAMA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017

MARCONDES UHLMANN
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 1406/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N° 420 1406/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CSE0650	P01T600030	6599/2	29/12/2016	230 * V
MDF1280	P01T60002Z	6599/2	29/12/2016	230 * V
QHW8063	P01T60004D	6653/1	15/01/2017	230 * XI
QHW8063	P01T60004E	5045/0	15/01/2017	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

IBIRAMA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017

JULIANO CEZAR TUMITAN

DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 1407/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 420 1407/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
GZT0379	P01T60002X	5967/0	26/12/2016	203 * V
MAS6027	P01T600033	5193/0	30/12/2016	168
MKU8085	P01T600035	5819/4	30/12/2016	193
MKU8085	P01T600036	5835/0	30/12/2016	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

IBIRAMA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017

MARCONDES UHLMANN

DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 1408/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 420 1408/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBN1154	P01T60003I	5010/0	07/01/2017	162 * I
MJA9158	P01T60003R	6599/2	10/01/2017	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

IBIRAMA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017

JULIANO CEZAR TUMITAN

DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 1409/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 420 1409/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MLF8054	P01T600034	5193/0	30/12/2016	168

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

IBIRAMA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017

MARCONDES UHLMANN

DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 1410/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 420 1410/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AMW8577	P01T60003H	6610/2	07/01/2017	230 * VII
ICR9673	P01T60005D	6599/2	03/02/2017	230 * V
MAC4759	P01T60004C	6599/2	15/01/2017	230 * V
MBH0936	P01T60005E	6726/1	04/02/2017	230 * XVIII
MBH0936	P01T60005F	6637/2	04/02/2017	230 * IX
MGI8245	P01T60004R	6599/2	16/01/2017	230 * V
MGI8245	P01T60004S	7579/0	16/01/2017	165 A
MGY4981	55615575F	5010/0	03/02/2017	162 * I
MHR8380	P01T60003V	6599/2	12/01/2017	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

IBIRAMA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017

JULIANO CEZAR TUMITAN

DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 1411/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 420 1411/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBH0936	P01T60005G	5193/0	04/02/2017	168

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

IBIRAMA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017

MARCONDES UHLMANN

DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 1412/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 420 1412/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZG2918	P01T600050	7579/0	22/01/2017	165 A

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

IBIRAMA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017

JULIANO CEZAR TUMITAN

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 1413/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 420 1413/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBD5540	54975390E	5169/1	19/12/2015	R\$ 1.915,38	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

IBIRAMA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017

JULIANO CEZAR TUMITAN

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 1414/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 420 1414/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZL6386	P01T60005C	5045/0	01/02/2017	162 * V
MDU4894	55615577F	6599/2	07/02/2017	230 * V
MDU4894	55615578F	5045/0	07/02/2017	162 * V
MHM3156	55615576F	6599/2	06/02/2017	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

IBIRAMA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017

JULIANO CEZAR TUMITAN

DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 1415/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 420 1415/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGC1608	P01T600021	5525/0	11/12/2016	R\$ 130,16	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

IBIRAMA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017

MARCONDES UHLMANN

DIRETOR DE TRÂNSITO

EDITAL NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 1416/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 420 1416/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BHN7703	P01T5000CB	7579/0	04/03/2017	165 A
HQE2707	P01T60005Y	6599/2	04/03/2017	230 * V
MCC4792	55487032D	5029/2	01/03/2017	162* II
MDK3240	P01T60006B	6599/2	07/03/2017	230 * V
MEH3476	P01T5000CD	5010/0	04/03/2017	162 * I
MFC2099	55615574F	5010/0	03/02/2017	162 * I
MJF3301	P01T60005H	6556/5	08/02/2017	230 * I
MLK4653	P01T600064	7579/0	05/03/2017	165 A
MLK4653	P01T600065	6556/1	05/03/2017	230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

IBIRAMA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017

JULIANO CEZAR TUMITAN

DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 1417/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 420 1417/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEC3337	P01T60005Z	5819/7	04/03/2017	193
MIP4564	55615721F	7030/1	18/02/2017	244 * I
MIP4564	55615722F	5835/0	18/02/2017	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

IBIRAMA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017

MARCONDES UHLMANN

DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 1418/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N° 420 1418/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEP3821	P01T60004P	6726/1	15/01/2017	R\$ 195,23	230 * XVIII
MEP3821	P01T60004Q	6610/2	15/01/2017	R\$ 195,23	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

IBIRAMA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017

JULIANO CEZAR TUMITAN

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 1419/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 420 1419/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MM0584	P01T60001N	5541/1	24/11/2016	R\$ 195,23	181*XVII c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

IBIRAMA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017

MARCONDES UHLMANN

DIRETOR DE TRÂNSITO

EDITAL NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 1420/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 420 1420/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEO4318	P01T60006E	5185/1	08/03/2017	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

IBIRAMA/SC, 11 DE ABRIL DE 2017

MARCONDES UHLMANN

DIRETOR DE TRANSITO

Imarui

PREFEITURA

ERRATA - PREGÃO PRESENCIAL PMI Nº 008/2017

ERRATA - PREGÃO PRESENCIAL PMI Nº 008/2017

Na edição do DOMSC nº 2232 de 13/04/2017, página 518, onde se lê: "Entrega e abertura da documentação: 27 de abril de 2017, às 08 horas", leia-se: "Entrega e abertura da documentação: 28 de abril de 2017, às 08 horas". Demais informações mantenham-se inalteradas.

ERRATA - PREGÃO PRESENCIAL PMI Nº 009/2017

ERRATA - PREGÃO PRESENCIAL PMI Nº 009/2017

Na edição do DOMSC nº 2232 de 13/04/2017, página 518, onde se lê: "Entrega e abertura da documentação: 27 de abril de 2017, às 08 horas", leia-se: "Entrega e abertura da documentação: 28 de abril de 2017, às 08 horas". Demais informações mantenham-se inalteradas.

Indaial

PREFEITURA

DECRETO Nº 420/17

. DECRETO Nº 420/17

. De 13 de abril de 2017

EXONERA SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS / IRONE ALDO MAURISENZ

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 83/2008 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerado, A PEDIDO, a partir de 14 de abril de 2017, do Cargo em Comissão de Secretário de Administração e Finanças (Símbolo CC-1), nomeado nos termos do Decreto nº 4/17, IRONE ALDO MAURISENZ.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 13 de abril de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO Nº 421/17

. DECRETO Nº 421/17

. De 13 de abril de 2017

NOMEIA SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SILVIO CESAR DA SILVA

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 83, de 22 de dezembro de 2008 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado, a partir de 17 de abril de 2017, para exercer o Cargo em Comissão de Secretário de Administração e Finanças, previsto na Lei Complementar nº 83/2008 (símbolo CC-1), e alterações posteriores, com vencimento pertinente ao respectivo cargo, SILVIO CESAR DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 645.738.859/00.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 13 de abril de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

DECRETO Nº 425/17

. DECRETO Nº 425/17

. De 13 de abril de 2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2017 NO MUNICÍPIO DE INDAIAL, PROVENIENTES DE SUPERÁVIT FINANCEIRO.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5.383/16 de 22 de dezembro de 2016.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do MUNICÍPIO DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 158.683,83 (CENTO E CINQUENTA E OITO MIL E SEISCENTOS E OITENTA E TRÊS REIA S E OITENTA E TRÊS CENTAVOS) destinado a atender a despesa abaixo discriminada:

Dotação	Vínculo	Valor
21.001.0006.0181.0021.2306.3339000000000000	03120000	5.000,00
21.001.0006.0181.0021.2304.3339000000000000	03120000	7.000,00
22.001.0015.0451.0022.1338.3449000000000000	03645502	146.683,83

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2016.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 13 de abril de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038/2017

PUBLICAÇÃO DE EDITAL

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES VEREADOR MARO MARCOS HADLICH

Processo Licitatório nº 038/2017

Edital de Pregão Presencial nº 001/2017-37941

Registro de Preços

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.

Objeto: Contratação de árbitros para eventos promovidos pela FME.

Entrega dos envelopes: 28/04/2017 - 08h45min – Horário de Brasília

Abertura das propostas: 28/04/2017 - 09h00min – Horário de Brasília

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic01@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.

Márcio Moisés Selhorst – Diretor Executivo

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 039/2017
PUBLICAÇÃO DE EDITAL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 039/2017

Inexigibilidade nº 002/2017-19208

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.

Objeto: Credenciamento Universal para a realização de exames laboratoriais.

Entrega dos envelopes: 17/04/2017

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic01@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.

André Luiz Moser – Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - PROCESSO INEXIGIBILIDADE 01/2016 - EDITAL CREDENCIAMENTO 01/2016

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2016

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2016

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Vistos, etc.

Recebidos os autos do procedimento de inexigibilidade de licitação autorizado pelo Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 001/2016, Edital de Credenciamento nº 001/2016, transcorre segundo a legislação em vigor e as regras do Edital.

O procedimento foi amplamente divulgado, com publicação do Edital no Mural deste Poder, no Diário Eletrônico Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e no site da Câmara Municipal de Indaial.

Acudiu ao procedimento a empresa Rádio Timbó LTDA., CNPJ nº 01.763.786/0001-61, a qual fez juntar aos autos toda a documentação exigida, culminando com a decisão da Comissão de Licitação instituída pela Portaria nº 026/2016, que julgou a referida empresa habilitada e qualificada a firmar o contrato de credenciamento. Publicada a decisão da Comissão de Licitação vieram os autos para deliberação.

Pelo exposto, havendo empresa habilitada e qualificada, e decorrido o prazo de recurso da decisão da Comissão de Licitação, afigurando-me que o Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 001/2016, Edital de Credenciamento nº 001/2016, encontra-se regularmente desenvolvido e, restando ainda o interesse na contratação que deu ensejo à instauração do processo, nos termos do artigo 43, inciso VI, da Lei Federal 8.666/1993, HOMOLOGO a decisão da Comissão de Licitação, conforme ata do dia 05/04/2017, e o procedimento que se cogita até esta fase.

Por conseguinte, ADJUDICO em favor da empresa Rádio Timbó LTDA., CNPJ nº 01.763.786/0001-61, o objeto do credenciamento (divulgação dos atos e ações do Legislativo local conforme Projeto Básico constante do Anexo I do respectivo Edital) pelo valor de R\$28,00 (vinte e oito reais) por spot de 30" (trinta segundos) e R\$60,00 (sessenta reais) por minuto de transmissão do resumo das sessões, eis que a citada Rádio enquadra-se nos termos do Edital de Credenciamento nº 001/2016, Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 001/2016.

Sigam-se os ulteriores termos. Publique-se.

Câmara Municipal de Indaial, em 17 de abril de 2017.

Osvaldo Metzner

Presidente da Câmara Municipal de Indaial

Irati

PREFEITURA

CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2017 - CONFEÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2017

INEXIGIBILIDADE

CHAMADA PÚBLICA Nº002/2017 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS DE CONFEÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS SOB MEDIDA, PARA ATENDER A DEMANDA DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IRATI

O MUNICÍPIO DE IRATI, Estado de Santa Catarina, no interesse da Secretaria Municipal de Saúde, torna público para conhecimento dos interessados, a Chamada Pública para Prestação de Serviços Odontológicos de Confeção de Próteses Dentárias sob medida, para atender a demanda da população do Município de Irati, de acordo com as especificações contidas no Edital, em cumprimento do estabelecido pela Portaria n. 1.825/GM/MS, de 24 de agosto de 2012;

O credenciamento permanecerá aberto a futuros interessados que preencherem as condições previstas neste edital, durante todo o seu período de vigência, na sede da Prefeitura Municipal. O Edital poderá ser retirado junto a Comissão Permanente de Licitação, localizada na sede administrativa do Município de Irati, com endereço à Rua João Beux Sobrinho, nº 385, centro, em Irati – SC, Fone: (0XX49) 3349.0010, das 8:00h às 11:30h e das 13:30h às 17:30h.

Irati - SC, 13 DE ABRIL DE 2017.

NEURI MEURER

Prefeito Municipal.

PREGÃO Nº 016/2017 - ERRATA

Estado de Santa Catarina

Município de Irati

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo Nº 026/2017

Pregão Presencial Nº 016/2017

ERRATA

Objeto: Alteração da data de Abertura, em função do Ponto Facultativo do dia 13/04/2017.

Abertura dia 20/04/2017 às 13:30 h

Os demais itens permanecem inalterados.

Irati – SC, 13 de abril de 2017.

Neuri Meurer

Prefeito Municipal

PREGÃO Nº 017/2017 - ERRATA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRATI

Aviso de Licitação

ERRATA

Licitação Nº 027/2017 - Processo N.º 027/2017 - Pregão Presencial 017/2017

O Município de Irati – SC, torna público aos interessados que encontra-se aberto o PREGÃO PRESENCIAL 017/2017 – decorrente do PROCESSO 027/2017, visando o CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS, de acordo com as especificações contidas no Edital, disponível no site: www.irati.sc.gov.br ou a ser retirado no Setor de Licitações.

Das Alterações:

1. Descrição dos itens;

2. Alteração na data de Abertura;

Onde se lê: 07:H45MIN DO DIA 25 DE ABRIL DE 2017;

Leia-se: 07:H45MIN DO DIA 02 DE MAIO DE 2017;

As demais Clausulas permanecem inalteradas.

Irati – SC, 13 de abril de 2017.

Neuri Meurer

Prefeito Municipal

PREGÃO Nº 018/2017 - ANÁLISES FÍSICO-QUÍMICAS AMOSTRAS DE ÁGUA

Estado de Santa Catarina

Município de Irati

Processo N.º 029/2017 – Pregão Presencial 018/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Irati – SC, torna público aos interessados que encontra-se aberto o Processo 029/2017, Pregão Presencial 018/2017, visando a realização de REGISTRO DE PREÇOS para Contratação de empresa para a prestação de serviços de análises físico-químicas em amostras de água do sistema municipal de abastecimento do município de Irati/SC, conforme especificações dos itens constantes no Anexo D deste Edital; O recebimento dos Envelopes Nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL e Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados, dar-se-á até às 09:H45MIN do dia 02 DE MAIO DE 2017, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal, sito a Rua João Beux Sobrinho, 385, centro. A abertura dos Envelopes n. 01 – PROPOSTA COMERCIAL, dar-se-á a partir das 10H00MIN do dia 02 DE MAIO DE 2017, em sessão pública, realizada na Sala de Licitações da Prefeitura de Irati. Edital completo e informações adicionais poderão ser obtidas no horário normal de expediente ou pelo fone (49) 3349.0010, ou diretamente no Setor Administrativo de Prefeitura Municipal de Irati, Rua João Beux Sobrinho, 385, Centro e ainda no site: www.irati.sc.gov.br. Irati – SC, 13 de abril de 2017. Neuri Meurer – Prefeito Municipal

PREGÃO Nº 019/2017 - AQUISIÇÃO MATERIAL DE CONSTRUÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARNA

MUNICIPIO DE IRATI

Aviso de Licitação

Licitação Nº 031/2017 - Processo N.º 031/2017 - Pregão Presencial 019/2017

O Município de Irati – SC, torna público aos interessados que encontra-se aberto o PREGÃO PRESENCIAL 019/2017 – decorrente do PROCESSO 031/2017, visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, de acordo com as especificações contidas no Edital, disponível no site: www.irati.sc.gov.br ou a ser retirado no Setor de Licitações. O recebimento dos Envelopes Nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL e Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados e CREDENCIAMENTO dar-se-á até às 07:45MIN DO DIA 04 DE MAIO DE 2017, no Setor de Licitações deste Município, sito a Rua João Beux Sobrinho, 385, centro. A abertura dos Envelopes n. 01 – PROPOSTA COMERCIAL, dar-se-á a partir das 08H00MIN DO DIA 04 DE MAIO DE 2017, em sessão pública, realizada na Sala de Licitações do Município de Irati. Edital completo e informações adicionais poderão ser obtidas no horário normal de expediente pelo fone (49) 3349.0010, ou diretamente no Setor Administrativo sito Rua João Beux Sobrinho, 385, Centro, Irati – SC, 13 de abril de 2017. Neuri Meurer - Prefeito Municipal

Irineópolis

PREFEITURA

PORTARIA Nº 129/2017

PORTARIA Nº 129/2017.

HOMOLOGA RESULTADO FINAL DA CHAMADA PÚBLICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - EDITAL Nº 004/2017/SME E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 I e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1st - HOMOLOGAR o resultado da Chamada Pública da Secretaria Municipal da Educação - Edital nº 004/2017/SME, com sua respectiva classificação final, conforme anexo único, parte integrante deste ato.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 05 de Abril de 2017.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

ANEXO ÚNICO - PORTARIA Nº 129/2017.

EDITAL 04/2017/SME

A Secretária Municipal de Educação do município de Irineópolis, SC, conforme o Edital Nº 03/2017/SME, Chamada Pública, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Edital, o resultado final da Chamada Pública para a contratação temporária de professores de Língua Portuguesa e Língua Inglesa para atuar no ano de 2017.

1. DO RESULTADO FINAL

NOME	FORMAÇÃO	PARECER
1º - Narli Jankoski	Letras	Deferido
2º - Marina de Fátima Gontarek	Letras	Deferido
3º - Ana Paula Dominikoski	Cursando Matemática	Indeferido

2. DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

2.1. O prazo para entrar com recurso será de 02 (dois) dias após a publicação deste edital, sendo através de requerimento próprio, entregue junto a Secretaria Municipal de Educação.

2.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.

2.3. O presente Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Irineópolis, SC, 04 de abril de 2017.
Lillian Eliane Batschauer Ferreira
Secretária Municipal de Educação.

PORTARIA Nº 139/2017

PORTARIA Nº 139/2017, DE 11 DE ABRIL DE 2017.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001 c/c com o artigo 52 da mesma Lei e artigo 2.º do Decreto nº 2398/2013.

RESOLVE :

Art 1st - Nomear os membros para comporem o Conselho Municipal de Trânsito, pelo período de 02 (dois) anos a contar desta data, os membros a seguir nominados:

I. Representantes do Gabinete do Prefeito:

Efetivo: Lademir Fernando Arcari

Suplente: Rodrigo Antonio Jurck

II. Representantes da Secretaria Municipal da Infraestrutura:

Efetivo: Jean Pedro Marques

Suplente: Laudair Moreira

III. Representantes da Secretaria Municipal da Educação:

Efetivo: Maria Cecília Brauhardt da Silva

Suplente: Juliana Nogara do Carmo

IV. Representantes da Secretaria Municipal da Saúde:

Efetivo: Giseli Kempinski

Suplente: Sintia Bendlin Franz

V. Representantes da Comissão de Viação, Obras e Serviços Públicos, Urbanismo e Transporte da Câmara Municipal:

Efetivo: Edson Marcos Chaves

Suplente: José Julio Nogara

VI. Representantes da Polícia Civil:

Efetivo: Renato Lenartowicz

Suplente: Nelma Tomazi Medeiros da Rosa

VII. Representantes da Polícia Militar:

Efetivo: Cláudio Adão Kriginski

Suplente: Dionatan da Silva

VIII- Representantes da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Irineópolis:

Efetivo: Gilson Turkot

Suplente: Toni Rosinski

IX- Representantes do Sindicato dos Produtores Rurais de Irineópolis:

Efetivo: Eleni Baum

Suplente: Antonio Dominikowski

X- Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Irineópolis:

Efetivo: Valdir Gonçalves

Suplente: Arnaldo Luhmann

XI- Representantes da APAE – Associação de Pais e Amigos dos

Excepcionais de Irineópolis:
Efetivo: Lirian Margareth Batschauer Oliveira
Suplente: Cristiana Lech

XII- Representantes da Associação dos Aposentados do Município de Irineópolis:
Efetivo: Maria Elizabete Benda
Suplente: Eugenio Koppe

XIII- Representantes da AMBAJASF – Associação de Moradores dos Bairros Jardim Brand e São Francisco:
Efetivo: Marcos Cesar Matielo
Suplente: Ivanilda Karolesk.

XIV- Representantes da Associação de Moradores do Bairro Nossa Senhora Aparecida:
Efetivo: Alcione Augustinho Adami
Suplente: Marli Alves Perdum

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Irineópolis (SC), 11 de abril de 2017.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 140/2017

PORTARIA Nº. 140/2017.
CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei Complementar nº 01/97, de 30/12/1997 e demais legislação pertinente,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares aos servidores abaixo relacionados:

Nº de Ordem	NOME	Período de Férias
1.	GILCEMAR REICHARDT	17/04 a 16/05/2017
2.	IVETE CARDOSO FRONCZAK	24/04 a 08/05/2017

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 13 de Abril de 2017.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 141/2017

PORTARIA Nº 141/2017, DE 13 DE ABRIL DE 2017.
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES - JARI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros para constituição da Junta Administrativa de Recursos de Infrações-JARI:

I - Representante com conhecimentos na área de trânsito:

Efetivo: Claudio Adão Kriginski.

Suplente: Nildo Juliano Krüger.

II - Representante do órgão municipal executivo de trânsito e rodoviário:

Efetivo: Jean Pedro Marques

Suplente: Renato Lenartowicz.

III - Representante da entidade representativa da sociedade ligada à área de trânsito:

Efetivo: Alcione Augustinho Adami

Suplente: Toni Rosinski.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Portaria, correrão por conta das dotações próprias da Prefeitura Municipal.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Irineópolis (SC), 13 de Abril de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Itapema

PREFEITURA

PROCESSO 002/2017 – PREGÃO PRESENCIAL 04.002.2017 – ATA DE REGISTRO DE PREÇO 002.2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ITAPEMA

HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO 002/2017 – PREGÃO PRESENCIAL 04.002.2017 – ATA DE REGISTRO DE PREÇO 002.2017

BASE LEGAL: Art. 15, Lei 8.666/93 e alterações.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE KITS DE MATERIAIS ESCOLARES, PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ITAPEMA

VALOR TOTAL: R\$ 558.495,00 (quinhentos e cinquenta e oito mil, quatrocentos e noventa e cinco reais)

PRAZO: 12(doze) meses.

EMPRESA: ADL COMERCIAL EIRELI

Ata disponível na integra no site www.itapema.sc.gov.br

Itapema, 13 de abril de 2017.
NILZA NILDA SIMAS
PREFEITA DE ITAPEMA

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 009/2017 – PREGÃO – PREGÃO PRESENCIAL 04.004.2017 REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (ÓLEO DIESEL S10, ÓLEO DIESEL S500 E ARLA 32), MEDIANTE A IMPLANTAÇÃO DE RESERVATÓRIO DE COMBUSTÍVEL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA DO MUNICÍPIO DE ITAPEMA

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ITAPEMA

HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO 009/2017 – PREGÃO – PREGÃO PRESENCIAL 04.004.2017

BASE LEGAL: Art. 15, Lei 8.666/93 e alterações.

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de combustíveis (óleo diesel S10, óleo diesel S500 e arla 32), mediante a implantação de reservatório de combustível, para atender as necessidades da frota do município de Itapema, conforme especificações e quantidades estimadas constantes do Anexo I do Edital de Pregão Presencial nº 04.004.2017.

VALOR TOTAL: R\$ 923.200,00 (novecentos e vinte e três mil e duzentos reais)

PRAZO: 12(doze) meses.

EMPRESA: DUMASZAK COMERCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.

Ata disponível na integra no site www.itapema.sc.gov.br

Itapema, 23 de março de 2017.

NILZA NILDA SIMAS
PREFEITA DE ITAPEMA

LEI Nº 3.629, DE 11 DE ABRIL DE 2017

Lei nº 3.629, de 11 de abril de 2017

Altera a Lei nº 2530, de 20 de setembro de 2007.

A Prefeita Municipal de Itapema, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 42, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Itapema faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

LEI

Art. 1º Fica revogado o parágrafo único do Art. 1º da Lei nº 2530, de 20 de setembro de 2007.

Art. 2º Altera o inciso IV do Art. 5º da Lei nº 2530, de 20 de setembro de 2007, que passa a ter a seguinte redação.

“Art. 5º ...

I ...

II ...

III ...

IV um representante da Secretaria Municipal de Administração.

V ...

VI ...

VII ...

VIII ...

IX ...”

Art. 3º Fica alterado o caput do Art. 6º da Lei nº 2530 de 20 de setembro de 2007, o qual passa a ter a seguinte redação.

“Art. 6º O Conselho Municipal de Habitação será presidido pelo diretor de habitação.”

Art. 4º Fica alterado o Art. 12, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei nº 2530 de 20 de setembro de 2007 que passará a ter a seguinte redação.

“Art. 12 As deliberações do Conselho Municipal de Habitação, serão materializadas em resoluções que serão encaminhadas ao diretor de habitação.

§ 1º A homologação será efetuada pelo Diretor de Habitação, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data da deliberação.

§ 2º Caso o Diretor de Habitação não homologue as deliberações do Conselho Municipal de Habitação no prazo estabelecido pelo § 1º, deste artigo as mesmas deverão retornar ao Conselho, com prioridade para discussão na próxima reunião, onde serão confirmadas ou reformuladas pela maioria absoluta dos conselheiros.”

Art. 5º Fica alterado o Art. 13, caput da Lei nº 2530 de 20 de setembro de 2007 que passa a ter a seguinte redação.

“Art. 13 Compete a Secretaria Municipal de Planejamento Urbano

proporcionar ao Conselho Municipal de Habitação condições para o seu pleno e regular funcionamento, dando-lhe suporte técnico, administrativo e financeiro, garantindo a contratação de assessoria externa, quando necessário.”

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapema, 11 de abril de 2017

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita Municipal

LEI Nº 3.630, DE 12 DE ABRIL DE 2017

Lei nº 3.630, de 12 de abril de 2017

Altera o Art. 9º, caput, da Lei nº 1295, de 12 de março de 1997.

A Prefeita Municipal de Itapema, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 42, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Itapema faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

LEI

Art. 1º Altera o Art. 9º, caput, da Lei nº 1295, de 12 de março de 1997.

“Art. 9º O mandato dos conselheiros é de 02 (dois) anos, facultada sua recondução ou reeleição, sendo seu exercício considerado de interesse público”.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapema, 11 de abril de 2017

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita Municipal

LEI Nº 3.632, DE 12 DE ABRIL DE 2017

Lei nº 3.632, de 12 de abril de 2017

Altera o § 2º do Art. 159 da Lei nº 115 de 25 de setembro de 1985, que institui o Código de Postura no Município de Itapema.

A Prefeita Municipal de Itapema, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 42, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Itapema faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

LEI

Art. 1º Altera o § 2º, do Art. 159, da Lei nº 115, de 25 de setembro de 1985, que institui o Código de Postura no Município de Itapema, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 159...

§ 1º...

§ 2º Compete ao proprietário do imóvel a construção e conservação dos muros e passeios. ”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapema, 12 de abril de 2017

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita Municipal

Itapiranga

PREFEITURA

DECRETO Nº 70 DE 12 DE ABRIL DE 2017

DECRETO N. 70, DE 12 DE ABRIL DE 2017.

Concede majoração das tarifas do serviço de utilidade pública de Transporte Coletivo de Passageiros e outras providências.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a lei nº 2.692 de 05/07/2011 e Lei Orgânica Municipal;

D e c r e t a:

Art. 1º Fica concedida a majoração das tarifas do serviço de utilidade pública de transporte coletivo de passageiros, nas linhas autorizadas pelo Município, de acordo com as tabelas nº I, II, III, IV e V anexas, que ficam fazendo parte do presente Decreto.

Art. 2º Os concessionários de trajetos de ônibus e lotação são obrigados a conceder aos aposentados e pensionistas, na faixa etária de 60 a 65 anos, do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), passagens com redução de 50% (cinquenta por cento), sobre estas tabelas.

Parágrafo único. Para os maiores de 65 (sessenta e cinco) anos fica assegurada a gratuidade do transporte coletivo de passageiros de conformidade com o constante no art. 39 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.

Art. 3º Os concessionários são obrigados a fornecer o troco, e na falta deste, o passageiro pagará sua passagem a menor.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 20 de 26 de fevereiro de 2016.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor a partir da sua publicação.

Itapiranga, SC, 12 de abril de 2017.

Jorge Welter
Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Lauro Schlickmann
Secretario de Administração.

TABELA I

TABELA DE PREÇOS DAS PASSAGENS DE ÔNIBUS

EMPRESA:	RUDOLFO ERI FREESE - ME											
Insc. Municipal:	398											
CNPJ:	81.825.788/0001-77											
	COQUEIRO	COQUEIRO	SÃO	PASSO	ALTA	BAIXA	BARRA	POPI	COTO-	BELEZA	SANTA	ITAPI-
	FUNDO		LUDGERO	FUNDO	L. BECKER	L. BECKER	MACACO		VELO		FE	RANGA
S. ANTONIO	4,60	4,60	4,60	4,60	4,60	6,30	6,30	5,05	5,90	6,30	6,30	8,50
COQUEIRO FUNDO		4,60	4,60	*	6,90	8,50	*	*	*	*	*	10,25
COQUEIRO			4,60	6,30	6,30	8,50	8,50	8,50	10,80	5,95	8,50	9,50
S. LUDGERO				4,60	8,50	6,30	*	6,30	6,30	8,50	8,55	
POPI								4,60	*	8,50	9,60	
PASSO FUNDO								4,60	*	6,30	8,50	
BECKER ALTO										6,30	6,30	6,30
BECKER BAIXA										6,30	*	8,50
COTOVELO											6,30	8,50
ESQ. APARECIDA												8,50
B. DO MACACO												5,05
BELEZA												5,05
SANTA FÉ												5,05
S. LUDGERO FUNDO												10,25
DOIS SALTINHOS												10,25

TABELA APROVADA PELO DECRETO Nº 70/2017

APOSENTADOS: REDUÇÃO DE 50% DESTA TABELA

ITAPIRANGA, SC, 12 DE ABRIL DE 2017

PREFEITO

TABELA II

TABELA DE PREÇOS DAS PASSAGENS DE ÔNIBUS

EMPRESA:	RUDOLFO ERI FREESE - ME											
Insc. Municipal:	398											
CNPJ:	81.825.788/0001-77											
	COQUEIRO	COQUEIRO	SÃO	PASSO	ALTA	BAIXA	BARRA	POPI	COTO-	BELEZA	SANTA	ITAPI-
	FUNDO		LUDGERO	FUNDO	L. BECKER	L. BECKER	MACACO		VELO		FE	RANGA
CONCEIÇÃO												8,50
XAXIM												8,50
GUABIROBA												8,50
ESCONDIDA												11,50
LOURO												10,80
GORRETI												10,25
RICKIA												10,25
SÃO SEBASTIÃO												10,25
SOLEDADE												10,25
SANTA ISABEL												10,25
ASFALTO/LA. S. ISABEL												6,30
CORDILHEIRA												5,65
LA. SCHMITT												6,30
VOLTA GRANDE												8,50

TABELA APROVADA PELO DECRETO Nº 70/2017

APOSENTADOS: REDUÇÃO DE 50% DESTA TABELA

ITAPIRANGA, SC, 12 DE ABRIL DE 2017

PREFEITO

TABELA III

TABELA DE PREÇOS DAS PASSAGENS DE ÔNIBUS

EMPRESA:	AUTO CHAPEAÇÃO ESPERANÇA LTDA					
Insc. Municipal:	331					
CNPJ:	81.577.017/0001-08					
	SANTA FÉ	DOURADO	KOTHE	SEDE CAPELA	SCHOELER	CHAPÉU
ITAPIRANGA	4,60	4,60	5,05	6,10	6,30	8,50
SANTA FÉ		4,60	4,60	6,10	5,50	8,30
DOURADO			4,60	4,60	6,10	6,30
KOTHE				4,60	4,60	5,50
SEDE CAPELA					4,60	4,60
SCHOELER						4,60

TABELA APROVADA PELO DECRETO Nº 70/2017

APOSENTADOS: REDUÇÃO DE 50% DESTA TABELA

ITAPIRANGA, SC, 11 DE ABRIL DE 2017

PREFEITO

TABELA IV

TABELA DE PREÇOS DAS PASSAGENS DE ÔNIBUS

EMPRESA:	EMPRESA APARECIDA DE TRANSPORTE COLETIVO LTDA.				
Insc. Municipal:	399				
CNPJ:	82.819.699/0001-80				
	APARECIDA	ESQ. PACÍFICO	ESQ. APARECIDA	BARRA DO MACACO	ITAPIRANGA
BARRA DO PEPERI	4,60	5,05	5,25	8,50	10,25
APARECIDA		4,60	5,05	6,30	10,25
ESQ. PACÍFICO			4,60	5,05	8,50
ESQ. APARECIDA				4,60	6,30
BARRA DO MACACO					5,05
LARANJEIRA					5,05

TABELA APROVADA PELO DECRETO Nº 70/2017

APOSENTADOS: REDUÇÃO DE 50% DESTA TABELA

ITAPIRANGA, SC, 11 DE ABRIL DE 2017

PREFEITO

TABELA V**TABELA DE PREÇOS DAS PASSAGENS DE ONIBUS**

EMPRESA: EMERSON KNAPP – MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL
INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 1533
CNPJ: 15.053.504/0001-47

ITAPIRANGA ATE	
CONCEIÇÃO	14,40
GORETTI	11,80
SOLEDADE	11,80
CORDILHEIRA	6,55
LA. SCHMITT	7,25
VOLTA GRANDE	9,70

TABELA APROVADA PELO DECRETO Nº 70/2017
PARA APOSENTADOS: REDUÇÃO DE 50%

ITAPIRANGA, SC, 11 DE ABRIL DE 2017

PREFEITO

Itapoá

PREFEITURA

ATA SESSÃO PÚBLICA PREGÃO Nº 18/2017

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2017, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2017 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Ao décimo terceiro dia do mês de abril de 2017, a partir das 14:00 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ - SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes o(a) Pregoeiro(a) Oficial do Município, o(a) Sr(a). ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL RISSI e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros, KARINA JUSSARA DOS SANTOS e MARIZA APARECIDA FILLA nomeados pelo (a) Decreto nº 3140/2017, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 18/2017, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO TIPO CAMIONETA MODELO PICK UP PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS. No horário definido no Edital, o(a) Pregoeiro(a) iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após rubricados os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Participantes	
Empresa	Representante
S&W MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	NEY BOTTO GUIMARÃES FILHO

Analisados os documentos foram achados conforme. Em seguida foi aberto o envelope de Proposta de Preços da empresa licitante para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisada a proposta foi achada conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo ao classificado para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados na proposta escrita, após negociação o representante credenciado informou que o máximo de desconto que poderia oferecer é o valor de seu lance conforme o Termo de Lances e Vencedores anexo aos autos. Encerrados os lances verbais, foi aberto o envelope de habilitação da empresa ofertante do menor preço, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde foi constatado que a(s) empresa(s) demonstrou atender as exigências editalícias, sendo habilitada para este certame. Verificando vencedora(s) portanto, a(s) empresa(s) citada(s) abaixo:

Empresas Vencedoras	Itens/Lotes	Valor Total
S&W MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	1	R\$ 66.000,00

Finalizada a etapa competitiva e habilitada a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. O representante credenciado não manifestou interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do

inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ao) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 13 de abril de 2017.

ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL RISSI Pregoeiro	
KARINA JUSSARA DOS SANTOS Membro	MARIZA APARECIDA FILLA Membro

Licitantes:

S&W MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA
NEY BOTTO GUIMARÃES FILHO

ATA SESSÃO PÚBLICA PREGÃO Nº 19/2017

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2017, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2017 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Ao décimo segundo dia do mês de abril de 2017, a partir das 09:30 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ - SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes o(a) Pregoeiro(a) Oficial do Município, o(a) Sr(a). FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros, ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL e MARIZA APARECIDA FILLA nomeados pelo (a) Decreto nº 3140/2017, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 19/2017, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE 03 (TRÊS) CÂMARAS PARA CONSERVAÇÃO DE IMUNOBIOLOGICOS PARA USO NAS SALAS DE VACINA DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS. No horário definido no Edital, o(a) Pregoeiro(a) iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após rubricados os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Participantes	
Empresa	Representante
INDREL – INDÚSTRIA DE REFRIGERAÇÃO LONDRINENSE LTDA	ADRIANO DA SILVA
ALTERMED MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES	Não se fez representar
BIOTECNO INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA	Não se fez representar

Analisados os documentos foram achados conforme. Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas

licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisada as propostas foram achadas conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados na proposta escrita, conforme o Termo de Lances e Vencedores anexo aos autos. Encerrados os lances verbais, foi aberto o envelope de habilitação da empresa ofertante do menor preço, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde foi constatado que a(s) empresa(s) demonstrou atender as exigências editalícias, sendo habilitada para este certame. Verificando vencedora(s) portanto, a(s) empresa(s) citada(s) abaixo:

Empresas Vencedoras	Itens/Lotes	Valor Total
INDREL – INDÚSTRIA DE REFRIGERAÇÃO LONDRINENSE LTDA	1	R\$ 28.500,00

Finalizada a etapa competitiva e habilitada a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. O representante credenciado não manifestou interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ao) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 12 de abril de 2017.

FERNANDA CRISTINA ROSA Pregoeiro	
ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL RISSI Membro	MARIZA APARECIDA FILLA Membro

Licitantes:

INDREL – INDÚSTRIA DE REFRIGERAÇÃO LONDRINENSE LTDA ADRIANO DA SILVA

CMS: RESOLUÇÃO CMS Nº 042/2017

RESOLUÇÃO CMS Nº 042/2017 de 24 de Março de 2017
Aprovação da Exposição de Motivos 312/2017

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, instituído pela Lei Municipal nº 685/2016 de 22 de Dezembro de 2016, em sua Quinquagésima Quinta Reunião Extraordinária, realizada no dia 24 de Março de 2017, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990 e pela lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990, no uso de suas atribuições e competências, na efetivação do controle externo consoante,

Considerando a Exposição de Motivos e Justificativas nº 312 ao

Projeto de Lei Complementar que altera a Lei Complementar Municipal nº 008/2004, que cria nova estrutura administrativa no poder Executivo Municipal e dá outras providências

RESOLVE

EMITIR PARECER FAVORÁVEL

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 24 de Março de 2017

Lana Roselia Quadros Bevilaqua

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Sandra Regina Medeiros da Silva

Secretária Municipal de Saúde

Data Publicação da Resolução	Decreto de Homologação	Data e nº da Publicação Decreto
Nos termos do artigo 10, V, 685/2016		

CMS: RESOLUÇÃO CMS Nº 043/2017

RESOLUÇÃO CMS Nº 043/2017 de 30 de Março de 2017
Aprovação da REMUME

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, instituído pela Lei Municipal nº 685/2016 de 22 de Dezembro de 2016, em sua Quinquagésima Sexta Reunião Extraordinária, realizada no dia 30 de Março de 2017, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990 e pela lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990, no uso de suas atribuições e competências, na efetivação do controle externo consoante,

Considerando a alteração na relação de medicamentos componentes da Rede Básica do Município de Itapoá proposta pela Secretaria Municipal de Saúde e definida em ata pelos representantes da comissão de elaboração da referida alteração

RESOLVE

EMITIR PARECER FAVORÁVEL

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 30 de Março de 2017

Lana Roselia Quadros Bevilaqua

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Sandra Regina Medeiros da Silva

Secretária Municipal de Saúde

Data Publicação da Resolução	Decreto de Homologação	Data e nº da Publicação Decreto
Nos termos do artigo 10, V, 685/2016		

CMS: RESOLUÇÃO CMS Nº 044/2017

RESOLUÇÃO CMS Nº 044/2017 de 30 de Março de 2017
Aprovação da Exposição de Motivos 321/2017

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, instituído pela Lei Municipal nº 685/2016 de 22 de Dezembro de 2016, em sua Quinquagésima Sexta Reunião Extraordinária, realizada no dia 30 de Março de 2017, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990 e pela lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990, no uso de suas atribuições e competências, na efetivação do controle externo consoante,

Considerando a Exposição de motivos e justificativas nº 321/2017

ao Projeto de Lei que autoriza a abertura de créditos adicionais suplementares por anulações de dotações

RESOLVE

EMITIR PARECER FAVORÁVEL a ANULAÇÃO 14.Fundo Municipal de Saúde – 14.001 Fundo municipal de Saúde - 0010.0301.00132142 Folha do Fundo Municipal de Saúde – 33190 Aplicações diretas (283) FR 01020100 valor R\$ 106.384,89 para SUPLEMENTAÇÃO 14 Fundo Municipal de Saúde – 14.001 Fundo Municipal de Saúde – 0010.0301.0013.2118 Manut. Do Fundo Municipal de Saúde – 33390 Aplicações Diretas (272) FR 01020100 valor R\$ 106.384,89.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 30 de Março de 2017

Lana Roselia Quadros Bevilaqua

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Sandra Regina Medeiros da Silva

Secretária Municipal de Saúde

Data Publicação da Resolução	Decreto de Homologação	Data e nº da Publicação Decreto
Nos termos do artigo 10, V, 685/2016		

CMS: RESOLUÇÃO CMS Nº 045/2017

RESOLUÇÃO CMS Nº 045/2017 de 07 de Abril de 2017

Aprovação dos Indicadores - 2017

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, instituído pela Lei Municipal nº 685/2016 de 22 de Dezembro de 2016, em sua Centésima Octogésima Reunião Ordinária, realizada no dia 07 de Abril de 2017, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990 e pela lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990, no uso de suas atribuições e competências, na efetivação do controle externo consoante,

Considerando a explicação dos vinte e três indicadores

RESOLVE

EMITIR PARECER FAVORÁVEL quanto a Pactuação de Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores – 2017- da Secretaria Municipal de Saúde.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 07 de Abril de 2017

Lana Roselia Quadros Bevilaqua

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Sandra Regina Medeiros da Silva

Secretária Municipal de Saúde

Data Publicação da Resolução	Decreto de Homologação	Data e nº da Publicação Decreto
Nos termos do artigo 10, V, 685/2016		

CMS: RESOLUÇÃO CMS Nº 046/2017

RESOLUÇÃO CMS Nº 046/2017 de 07 de Abril de 2017

Aprovação do Regimento da Iª Conferência das Mulheres - 2017

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, instituído pela Lei Municipal nº 685/2016 de 22 de Dezembro de 2016, em sua Centésima Octogésima Reunião Ordinária, realizada no dia 07 de Abril de 2017, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990 e pela lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990, no uso de suas atribuições e competências, na efetivação do controle externo consoante,

Considerando o Documento Orientador da 2ª CNSMu,

RESOLVE

APROVAR o REGIMENTO da Iª Conferência Municipal de Saúde das Mulheres de Itapoá.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 07 de Abril de 2017

Lana Roselia Quadros Bevilaqua

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Sandra Regina Medeiros da Silva

Secretária Municipal de Saúde

Data Publicação da Resolução	Decreto de Homologação	Data e nº da Publicação Decreto
Nos termos do artigo 10, V, 685/2016		

CMS: RESOLUÇÃO CMS Nº 047/2017

RESOLUÇÃO CMS Nº 047/2017 de 10 de Abril de 2017

Aprovação do PPA - SAÚDE

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, instituído pela Lei Municipal nº 685/2016 de 22 de Dezembro de 2016, em sua Quinquagésima Sétima Reunião Extraordinária, realizada no dia 10 de Abril de 2017, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990 e pela lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990, no uso de suas atribuições e competências, na efetivação do controle externo consoante,

Considerando as explicações sobre a Planilha do Planejamento e Orçamento, Demonstrativo de Despesas, PPA – 2018 – 2021- Entidade 13.751 Fundo Municipal de Saúde de Itapoá

RESOLVE

EMITIR PARECER FAVORÁVEL ao PPA Saúde 2018 - 2021

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 10 de Abril de 2017

Lana Roselia Quadros Bevilaqua

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Sandra Regina Medeiros da Silva

Secretária Municipal de Saúde

Data Publicação da Resolução	Decreto de Homologação	Data e nº da Publicação Decreto
Nos termos do artigo 10, V, 685/2016		

DECRETO MUNICIPAL Nº 3154/2017 – EXONERA ASSESSORA ESPECIAL DE REDAÇÃO OFICIAL DA CHEFIA DE GABINETE DO PREFEITO

DECRETO MUNICIPAL Nº 3154/2017

Data: 03 de abril de 2017.

EXONERA ASSESSORA ESPECIAL DE REDAÇÃO OFICIAL DA CHEFIA DE GABINETE DO PREFEITO.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada, a Sra. Andressa Lilian Paese Soares, do cargo de Assessora Especial de Redação Oficial, da Chefia de Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 03 de abril de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 3158/2017 – NOMEIA DIRETORA DE FINANÇAS DA SECRETARIA DA FAZENDA

DECRETO MUNICIPAL Nº 3158/2017

Data: 04 de abril de 2017.

NOMEIA DIRETORA DE FINANÇAS DA SECRETARIA DA FAZENDA.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeada, a Sra. Andressa Lilian Paese Soares, no cargo de Diretora de Finanças, da Secretaria da Fazenda.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 04

de abril de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 3160_2017 – UTILIDADE PÚBLICA.

DECRETO MUNICIPAL Nº 3160/2017

Data: 05 de abril de 2017

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA ÁREA QUE ESPECÍFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art.1º Fica declarada de Utilidade Pública para fins de desapropriação por doação, uma área de 6.268,944 m2 (seis mil, duzentos e sessenta e oito, novecentos e quarenta e quatro metros quadrados), pertencentes na matrícula nº10.667, da área que será destinada à implantação da rua de acesso ao empreendimento denominado Nova ETA, conforme descrição das coordenadas:

Iniciando do ponto de partida A1, de coordenadas N=7.112.570,814 m e E=737.572,268 m, com distância de 125,890 m, confrontando com a área destinada à implantação da Nova Estação de Tratamento de Água (Nova ETA), até o ponto A2, de coordenadas N=7.112.695,977 m e E=737.558,756 m; deste, segue confrontando com a Área Remanescente da Matrícula 10.667, com distância de 111,562 m, até o Ponto A3, de coordenadas N=7.112.806,964 m e E=737.547,448 m; deste, segue confrontando com a Área Remanescente da Matrícula 10.667, com distância de 71,648 m, até o Ponto A4, de coordenadas N=7.112.877,340 m e E=737.534,008 m; deste, segue confrontando com Rua Emmanoel Vieira Garcia (Rua 1.000), com distância de 26,432 m, até o Ponto A5, de coordenadas N=7.112.876,102 m e E=737.560,411 m; deste, segue confrontando com a Área 6 do Desmembramento da Matrícula 10.667, com distância de 64,245 m, até o Ponto A6, de coordenadas N=7.112.812,184 m e E=737.566,885 m; deste, segue confrontando também com a Área 6 do Desmembramento da Matrícula 10.667, com distância de 116,659 m, até o Ponto A7, de coordenadas N=7.112.696,119 m e E=737.578,640 m; deste, segue ainda confrontando com a Área 6 do Desmembramento da Matrícula 10.667, com distância de 125,118 m, até o Ponto A8, de coordenadas N=7.112.571,638 m e E=737.591,248 m; deste, segue confrontando com a Área Remanescente da Matrícula 10.667, com distância de 18,998 m, até o ponto A1 inicialmente citado,

totalizando uma área de 6.268,944 metros quadrados, Coordenadas Planos Regulares Sistema UTM-DATUM SIRGAS 2000.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 05 de abril de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO MUNICIPAL Nº 3163_2017 HOMOLOGA RESOLUÇÃO Nº40_2017 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

DECRETO MUNICIPAL Nº 3163/2017

Data: 07 de abril de 2017

HOMOLOGA RESOLUÇÃO Nº 40/2017 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, DO DIA 09 DE MARÇO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º Fica homologada a Resolução nº40/2017 do Conselho Municipal de Saúde, anexo, do dia 09 de março de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 07 de abril de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 3164_2017 HOMOLOGA RESOLUÇÃO Nº03_2017 DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

DECRETO MUNICIPAL Nº 3164/2017

Data: 10 de abril de 2017

HOMOLOGA RESOLUÇÃO Nº 03/2017 DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DO DIA 05 DE ABRIL DE 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º Fica homologada a Resolução nº03/2017 do Conselho Municipal de Assistência Social, anexo, do dia 05 de abril de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 10 de abril de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

EDITAL DE DEFERIMENTO DE INSCRIÇÕES PARA COMPOR O COMDEMA

EDITAL DE DEFERIMENTO DE INSCRIÇÕES PARA COMPOR O COMDEMA

A Comissão de Seleção do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições, torna público o deferimento das inscrições ao Processo Seletivo de Entidades para compor o COMDEMA.

Total de Entidades Inscritas	
1	Associação Comunitária de Itapema do Norte (ACOIN)
2	Associação de Defesa e Educação Ambiental (ADEA)
3	Associação de Proteção da Reserva do Mangue da Barra do Saí (APREMAI)
4	Associação Cultural, Esportiva, Recreativa e Assistencial dos Moradores da Gleba I (ACERANGI)
5	Fundação pelo Desenvolvimento de Itapoá (PRÓ ITAPOÁ)
6	Associação dos Moradores e Amigos dos Balneários Rosa dos Ventos e Itamar (ROSAMAR)

Inscrições Deferidas	
Entidades Ambientais	Entidades Sociais
ADEA	ACERANGI
APREMAI	ROSAMAR

As Entidades ACOIN e PRÓ ITAPOÁ tiveram suas inscrições indeferidas por não atenderem o caput e o § 2º do Art. 5º do Edital do Processo Seletivo.

Conforme o Art. 10º, § 2º, qualquer interessado poderá recorrer à Comissão de Seleção, no prazo de 03 (três) dias contados da publicação deste edital.

Itapoá, 13 de abril de 2017.

Heloiza Helena Moreira Secretária Executiva do COMDEMA	Ricardo Ribeiro Haponiuk Secretaria de Meio Ambiente	Rafael Vida Almeida Secretaria de Planejamento e Urbanismo
Elasio Frisando Secretaria de Educação	Rodrigo Fernandes de Souza Secretaria de Obras e Serviços Públicos	Willy Dancker Sindicato dos Trabalhadores Rurais
Jerry Luís Sperandio Associação dos Corretores de Imóveis de Itapoá	Márcio Roberto Gonzatto Centro de Engenheiros e Arquitetos de Itapoá	Simone Brummer OAB – Subseção Joinville

LM 686/2017 – ALTERA NOMENCLATURA DA AÇÃO 2086-FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

LEI MUNICIPAL Nº 686/2017.

Data: 05 de abril de 2017.

ALTERA a NOMENCLATURA DA AÇÃO 2086 DO PROGRAMA 10-saneamento básico, DA LEI MUNICIPAL Nº458/2013.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o Anexo 6 da LOA 2017, Ação 2086, do Fundo Municipal de Saneamento Básico, que passa a ter a seguinte redação:

11-Secretaria de Serviços Públicos	
003-Fundo Municipal de Saneamento Básico	
Código	Especificação
...	
17.512.0010.2086	Manutenção de Preservação da Bacia Hidrográfica do Rio Saí Mirim

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 05 de abril de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

LM 687/2017 – AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO E DOAR ÁREA AO GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

LEI MUNICIPAL Nº 687/2017.

Data: 05 de abril de 2017.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A firmar convênio e doar uma área ao Governo do Estado de Santa Catarina.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a firmar convênio com o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Segurança Pública, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 82.951.229/0001-76, para uso da Polícia Militar.

Art. 2º O Convênio de que trata o artigo 1º desta Lei tem como objeto a doação da área pública municipal, Matrícula nº 27.193, Livro 2/RG, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Itapoá, com a seguinte descrição: "Área Pública, com 2.500 m² (dois mil e quinhentos metros quadrados), localizada no Balneário Itapoá, confrontando ao norte com 50 (cinquenta metros) com a Área Pública 05, prolongamento da Avenida dos Pioneiros (Rua 1450), a leste com 50 (cinquenta metros) com a Área Pública 05, prolongamento da Avenida João Horácio Vieira, ao sul com 50 (cinquenta metros) com a rua sem denominação e a oeste com 50 (cinquenta metros) com rua sem denominação.

§ 1º. A área total a ser doada será de 2.500 m² (dois mil e quinhentos metros quadrados), para uso exclusivo para construção da sede da Polícia Militar de Itapoá.

§ 2º. O início da construção da sede não poderá ultrapassar 03 (três) anos após a publicação desta Lei, sob pena da reversão da área ao Município. (Texto modificado pela Emenda Legislativa nº 01/2017, Tipo – Modificativa nº 01/2007)

Art. 3º A doação realizada de acordo com a autorização contida nesta Lei ficará automaticamente revogada, revertendo à propriedade do imóvel ao domínio pleno da municipalidade, se o Donatário fizer uso do imóvel doado para fins distintos daquele determinado no art. 2º, § 1º, desta Lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 05 de abril de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PREGÃO Nº24/2017- AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MÁQUINAS PESADAS

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2017

PROCESSO Nº 34/2017

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço por Lote, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123/06, Lei Complementar nº 147/2014 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 13h:30min receberá o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 14h:00min do dia 28 de abril de 2017, na sala do Departamento de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, realizará a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com o credenciamento, indispensável à participação no certame para a AQUISIÇÃO DE PEÇAS DE 1º LINHA, PARA CONserto do TRATOR VALTRA, TRATOR NEW HOLLAND, E RETROESCAVEDEIRA RANDON, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL

E SEUS ANEXOS. O Edital e seus anexos poderão ser retirados no site www.itapoa.sc.gov.br, o extrato consultado no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, ou ainda na sede da Prefeitura na Secretaria de Administração e Finanças/ Licitações e Contratos (mediante pagamento de uma taxa de R\$ 13,54 (treze reais e cinquenta e quatro centavos). O horário disponível para retirada é das 08h:00min às 14h:00min.

Itapoá, 13 de abril de 2017.
MARLON ROBERTO NEUBER
Município de Itapoá/SC
Prefeito Municipal

WANTUIL JOSÉ DE OLIVEIRA
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

TERMO ADITIVO Nº10/2017-LOCAÇÃO PRÉDIO SEDE TURISMO E CULTURA

TERMO ADITIVO N.º10/2017 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL N.º 26/2014 (3º aditivo).

Pelo presente instrumento contratual que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges, n.º 187, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Secretário de Turismo e Cultura, o Sr. CLÁUDIO ROBERSON LEMONIE, portador do CI. RG nº73.447143/SSP/PR, e do CNPF/MF:020.940.689-51, e pelo PREFEITO MUNICIPAL, Sr. MARLON ROBERTO NEUBER, brasileiro, casado, portador do CI.RG nº 4/C 32845399 e CNPF/MF nº 909.610.489-72, residente e domiciliado à Rua Ana Maria Rodrigues de Freitas, nº 617, neste Município, e do outro lado MÁRIO LAMIM, brasileiro, divorciado, portador do CI.RG n.373.890 SSP/SC, e inscrita no CNPF/MF sob n.º 304.167.529-34, residente e domiciliado à Rua do peixe, 429, Samambaial, Itapoá-SC, doravante denominado CONTRATADO (LOCADOR), que em caráter consensual, e em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2014—PROCESSO Nº52/2014, Art. 24 inciso X da Lei 8.666/93, com as especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

O presente termo prorroga a vigência do contrato administrativo n.º26/2014, em 06 (seis) meses contados a partir do dia 14/04/2017 a 14/10/2017, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

Altera cláusula quarta “Do Preço”, aditando o respectivo contrato em um valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais),corresponde a 06 (seis) parcelas de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de n.º26/2014, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo n.º26/2014, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 12 de abril de 2017.

LOCATÁRIO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ MARLON ROBERTO NEUBER	LOCADOR MÁRIO LAMIM
CLÁUDIO ROBERSON LEMONIE SECRETÁRIO DE TURISMO E CULTURA	
Testemunhas: NOME: CNPJ/MF:	NOME: CNPJ/MF:

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO - 001/2013

Convocação de Concurso Público

Pelo presente, fica Vossa Senhoria Ana Carolina Doring de Andrade, convocado(a) para comparecer junto a Divisão de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no prazo de 48 (Quarenta e oito) horas, a partir da ciência desta, a fim de tratar da vossa admissão no serviço público conforme Concurso Público 001/2013, cargo de FISIOTERAPEUTA.

PORTARIA SAMAE Nº JSU 156/2017

PORTARIA SAMAE Nº JSU 156/2017

Homologa Avaliação de Desempenho no Estágio Probatório

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal 119/2012 de 15/07/2012, CONSIDERANDO os documentos constantes das Fichas de Acompanhamentos de Desempenho no Estágio Probatório, que considerou o servidor "APTO" – confirmada a estabilidade no cargo público de Auxiliar de Serviços Gerais;

CONSIDERANDO o Atestado de Saúde Ocupacional e à vista do parecer final do profissional competente, que considerou o servidor "APTO" para o exercício do cargo público de Auxiliar de Serviços Gerais,

RESOLVE:

Art. 1º HOMOLOGAR, a Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório, período de 01/04/2014 a 31/03/2017, do servidor público IVERSON VICENZI, matrícula nº 579, considerando o mesmo APTO para o exercício do cargo público de Auxiliar de Serviços Gerais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/04/2017.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 07 de abril de 2017.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

PORTARIA SAMAE Nº JSU 157/2017

PORTARIA SAMAEJSU Nº 157/2017

Prorrogação de prazo

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas e em conformidade com o artigo 202 da Lei Complementar 154/2014 de 03 de novembro de 2014,

CONSIDERANDO o memorando 233/2017 de 06 de abril de 2017, da Comissão de Sindicância Administrativa;

RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR, até 09/06/2017, o prazo estabelecido pela Portaria SAMAEJSU Nº 036/2017, de 26/01/2017, prorrogada pela Portaria SAMAEJSU Nº 074/2017 de 09/02/2017, para conclusão dos trabalhos.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 07 de abril de 2017.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

PORTARIA SAMAE Nº JSU 158/2017

PORTARIA SAMAEJSU Nº. 158/2017

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas e com fundamento nos artigos 133, 134, 135 e 136, da Lei Complementar Nº. 154/2014 de 03/11/2014, e;

CONSIDERANDO os termos do requerimento do servidor para concessão de Licença Prêmio, período de 10/03/2005 a 09/03/2015,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a partir de 11/04/2017, 30 (trinta) dias de gozo de Licença Prêmio ao servidor público municipal, SALESIO FRANCISCO ROSA, ocupante do cargo de Encanador, matrícula 361.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 10 de abril de 2017.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

PORTARIA SAMAE Nº JSU 159/2017

PORTARIA SAMAEJSU Nº. 159/2017

Remanejamento de Servidor Público

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas e com fundamento na Lei Complementar Municipal Nº. 37/2004 de 02/08/2014: e

CONSIDERANDO os termos do Processo Nº 463 do Programa de Readaptação e Remanejamento Profissional junto à Gerência de Assistência ao Servidor;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 047/2017/SEMA-GAS, de 27/03/2017, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE :

Art.1º REMANEJAR o servidor público municipal DILSON LIPKE, matrícula 293, do cargo de Operador de ETA/ETE, lotado nesta Autarquia, Diretoria Técnica, Coordenadoria de ETA/ETE, para exercer temporariamente, no período de 03/04/2017 a 03/04/2018, as atribuições do cargo de Escriturário, junto a esta Autarquia, Diretoria Técnica, Coordenadoria de ETA/ETE, com os vencimentos do cargo de origem, em razão das limitações em sua capacidade laborativa identificadas pela Comissão de Readaptação e Remanejamento.

Art.2º Procedam-se os devidos assentamentos na ficha funcional do servidor.

Art.3º Comunique-se à Gerência de Assistência ao Servidor para acompanhar o período de remanejamento do servidor.

Art.4º Comunique-se a Diretoria Técnica, Coordenadoria de ETA/ ETE desta Autarquia para o cumprimento do disposto no artigo 16, da Lei Complementar Municipal Nº 37/2004.

Art.5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03/04/2017.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRE-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de abril de 2017.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

RESOLUÇÃO Nº 08/2017/CMDI /JS

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL SETOR DE CONTROLE SOCIAL CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO DE JARAGUÁ DO SUL Lei nº 7.292/2016.	
---	--

RESOLUÇÃO Nº 08/2017/CMDI /JS

Dispõe sobre Análise do Projeto "Um Sonho Saudável", que solicita recursos do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso – FMDI, em conformidade com o edital nº 01/2016/CMDCA/JS.

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul(-CMDI), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 7.292/2016, em conformidade com deliberação da sessão plenária ordinária de 12 de abril de 2017,

Considerando o Decreto nº 1.948, de 3 de julho de 1996, que regulamenta a Lei Federal nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que "Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso e dá outras providências;

Considerando a Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, que "prevê a obrigatoriedade das entidades governamentais e não governamentais de assistência à pessoa idosa inscreverem seus programas nos Conselhos Municipais da Pessoa Idosa e, em sua falta, junto ao Conselho Estadual do Idoso";

Considerando a Lei Municipal nº 7.292/2016 que dispõe sobre a Política de Atendimento ao Idoso, Estabelece a Estrutura e o Funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso (CMDI), do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso (FMDI) e dá outras providências, especialmente:

Art.24.O Fundo Municipal dos Direitos do idoso (FMDI) é o órgão captador de recursos, tendo como gestor o Conselho Municipal dos Direitos do idoso (CMDI), que os aplicará e utilizará segundo suas diretrizes e deliberações.

Art.28. A gestão do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso (FMDI) será exercida pelo Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, ao qual compete:

- I – elaborar o Plano de Ação e o Plano de Aplicação dos recursos do Fundo, deliberando sobre a aplicação destes recursos;
- II – elaborar editais fixando os procedimentos e critérios para a aprovação de projetos a serem financiados com recursos do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso, em consonância com o estabelecido no Plano de Aplicação e obediência aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade;
- III – deliberar e homologar o repasse de recursos do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso às entidades não governamentais,

serviços e programas governamentais que atuem no atendimento, promoção ou defesa dos direitos do idoso.

Art.30. Os recursos do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso (FMDI) deverão ser aplicados de acordo com as reais demandas e prioridades, para o atendimento ao idoso[...] .

Considerando o edital nº 01/2017/CMDI, que abre inscrições para apresentação de projetos que poderão ser financiados pelo Fundo Municipal dos Direitos do Idoso – FMDIJS, á organizações governamentais e não governamentais de atendimento ao idoso na modalidade de financiamento direto, especialmente:

Art.3º. Os projetos apresentados, deverão atender idosos do município de Jaraguá do Sul prevendo aplicação dos recursos do FMDI, de acordo com os seguintes requisitos:

- I. despesas com projetos, programas e serviços voltados para a promoção, proteção e defesa do idoso;
- II. despesas com consultoria, projetos de pesquisa ou de estudo, relacionados com o idoso;
- III. despesas com programas de treinamento e aperfeiçoamento de recursos humanos;
- IV. pagamento de serviços técnicos de assessoria, de comunicação e de divulgação de interesse do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul – CMDI/JS;
- V. apoio na realização de eventos, estudos e pesquisas no campo da promoção, proteção, defesa, controle e garantia dos direitos do idoso;
- VI. Implantação e manutenção de banco de dados com informações sobre programas, projetos e atividades governamentais e não-governamentais de âmbito municipal, regional, estadual, federal e internacional relativos ao idoso;

Considerando que o projeto surgiu de uma palestra junto aos idosos sobre distúrbios de sono, a saber: "Nesse sentido em 2016, organizamos algumas palestras ofertadas por agentes da saúde. A palestra sobre distúrbios do sono foi a constatação de quanto nossos idosos apresentam esse problema, causado por insônia, dores reumáticas e lombares". Sendo assim, o projeto solicita travesseiros a todos os participantes do grupo, mas não apresenta um levantamento do número de idosos que possuem estes problemas associados a distúrbios do sono.

Considerando que o projeto um "sonho saudável" tem como objetivo diminuir as incidências do distúrbio do sono dos idosos, adquirindo travesseiros novos [...], entretanto não há indicação e nem especificação médica que garantam que os mesmos diminuam as incidências de distúrbios dos sons dos idosos.

Considerando que a distribuição dos travesseiros não garante que o idoso irá de fato utilizá-lo, proporcionando os resultados previstos no projeto, entre eles a melhoria da qualidade do sono dos idosos.

RESOLVE:

Art 1º – Indeferir o Projeto "Um Sonho Saudável", no valor de R\$4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais), que solicita recursos do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso – FMDI.

Art 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 12 de abril de 2017.

MARLI CARDOSO BAEHR

Presidente do Conselho Municipal

dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul(CMDI)

RESOLUÇÃO Nº 09/2017/CMDI /JS

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL SETOR DE CONTROLE SOCIAL CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO DE JARAGUÁ DO SUL Lei nº 7.292/2016.	
---	--

RESOLUÇÃO Nº 09/2017/CMDI /JS

Análise das adequações solicitadas no processo de inscrição da entidade Associação Assistencial para idosos "Lar das Flores", conforme Resolução nº12/2016/CMDI/JS.

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul(-CMDI), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 7.292/2016, em conformidade com deliberação da sessão plenária ordinária de 12 de abril de 2017,

Considerando o Decreto nº 1.948, de 3 de julho de 1996, que regulamenta a Lei Federal nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que "dispõe sobre a Política Nacional do Idoso e dá outras providências;

Considerando a Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, que "prevê a obrigatoriedade das entidades governamentais e não governamentais de assistência à pessoa idosa inscreverem seus programas nos Conselhos Municipais da Pessoa Idosa e, em sua falta, junto ao Conselho Estadual do Idoso";

Considerando a RDC nº 283/2005 – Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, que define critérios mínimos para o funcionamento e avaliação, bem como mecanismos de monitoramento das Instituições de Longa Permanência para Idosos;

Considerando a Resolução nº 12/2008 do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso - CNDI, que "estabelece parâmetros e diretrizes para a regulamentação do art. 35 da Lei Federal nº 10.741/2003, que dispõe sobre o contrato de prestação de serviços das entidades com a pessoa idosa abrigada";

Considerando a Resolução nº 001, de 27 de março de 2012 do Conselho Estadual do Idoso de Santa Catarina – CEI/SC, que "dispõe sobre critérios e procedimentos para inscrição e renovação de programas de atendimento à pessoa idosa na Instituição de Longa Permanência para Idosos";

Considerando a Lei Municipal nº 7.292/2016 que dispõe sobre a política de atendimento ao idoso, estabelece a estrutura e o funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso (CMDI), do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso (FMDI) e dá outras providências, especialmente o seu inciso IX do art.14, que estabelece as competências do Conselho:

proceder a inscrição das organizações governamentais e não governamentais de assistência ao idoso e seus respectivos programas e projetos.

Considerando a Resolução nº 04/2016 que dispõe sobre critérios e procedimentos para inscrição junto ao Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul -CMDI/JS, das organizações governamentais e não governamentais, com ou sem fins lucrativos e seus respectivos serviços e programas de atendimento, especialmente o art.8º, a saber:

A inscrição de serviços e programas de atendimento junto ao CMDI, poderá ser suspensa ou cancelada a qualquer tempo, quando a entidade: I – não se adequar ou deixar de cumprir o disposto nesta resolução e demais deliberações, expedidas pelo CMDI, relativas as modalidades de atendimento;

Considerando a Resolução nº 12/2016/CMDI/JS, que dispõe sobre a inscrição da entidade Lar das Flores, junto ao Conselho Municipal dos Direitos do idoso de Jaraguá do sul – CMDI/JS, especialmente o Art. 6º :

Estabelecer o prazo de 28 de fevereiro de 2017 para entrega das adequações solicitadas nos itens 2 ao 5 desta resolução, sendo que a não entrega implicará no cancelamento da inscrição junto a este conselho.

Considerando que o Lar das Flores não cumpriu integralmente a Resolução nº12/2016/CMDI/JS, acima referida, conforme segue abaixo quadro comparativo abaixo:

Resolução nº 12/2016/CMDI/JS	Retorno da entidade
Art. 2º - Sugerir que a entidade estabeleça termo de parceria com os órgãos públicos e privados que desenvolvem atividades esportivas, culturais, lazer, entre outros em sua sede;	A entidade respondeu que: "possui parcerias com o SESC, para praticas de atividades culturais e de lazer aos idosos [...], com a Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, para a prática de atividades esportivas e terapêuticas aos idosos, sendo que a Prefeitura duas vezes por semana envia um profissional de educação física e um terapeuta ocupacional ao Lar das Flores".
Art. 3º - Adequar o estatuto social da entidade, considerando: 3.1) Identificar a entidade como uma instituição de longa permanência – ILPI; 3.2) Contemplar nas finalidades estatutárias o art.49 e 50 do estatuto do idoso, especialmente com relação as ações de manutenção de vínculos familiares; 3.3) Descrever no item III das finalidades estatutárias quais os outros serviços de assistência e amparo que a entidade prestará ao idoso, especificando as áreas de atuação (saúde, educação, assistência social, entre outros);	A entidade respondeu que: "Irà aproveitar sua assembleia anual, a ser realizada no mês de abril do corrente ano, aparta submeter a apreciação dos seus associados os ajustes que entende pertinentes em seu estatuto social".
Art. 4º - Adequar o contrato de prestação de serviços, de acordo com a Resolução nº12/2008 do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso - CNDI, tendo como base o anexo da mesma, que trata do contrato de prestação de serviços das entidades com a pessoa idosa abrigada, considerando especialmente os itens: "II- Do objeto do contrato e III- Dos compromissos das partes", uma vez que estes fazem referência aos artigos 35, 49 e 50 do estatuto do idoso, o qual não constam no referido documento.	A entidade respondeu que: "Irà aproveitar sua assembleia anual, a ser realizada no mês de abril do corrente ano, aparta submeter a apreciação dos seus associados os ajustes que entende pertinentes em seu contrato de prestação de serviços".
Art. 5º-Adequar o plano de ação da entidade, considerando: 5.1) Nominar no item 1.2 (Abrangência Territorial), os municípios de abrangência; 5.2) Especificar no item 1.3, a quantidade de banheiros, cozinhas, refeitórios, salas de visitas entre outros; 5.3) Rever o item 2.1 (objetivo geral), observando as finalidades de uma Instituição de Longa Permanência – ILPI;	Os itens 5.1 e 5.2 foram cumpridos, entretanto o item 5.3 que trata (objetivo geral), deve ser ainda reformulado, observando as finalidades de uma Instituição de Longa Permanência – ILPI;

Art. 6º - Estabelecer o prazo de 28 de fevereiro de 2017 para entrega das adequações solicitadas itens 2 ao 5 desta resolução, sendo que a não entrega implicará no cancelamento da inscrição junto a este Conselho.

As adequações foram entregues 29/03/2017.

RESOLVE:

Art. 1º Suspender temporariamente a inscrição junto ao CMDI/JS, da Associação Assistencial para idosos "Lar das Flores", estabelecendo novo prazo de 60 (sessenta) dias, para que o mesmo cumpra com o preconizado na Resolução nº 12/2016/CMDI/JS, a saber:

- Apresentar o termo de parceria com os órgãos públicos e privados que desenvolvem atividades esportivas, culturais, lazer, entre outros em sua sede, visto que parte da equipe de Recursos Humanos necessárias estabelecida pela RDC nº 12/2008 do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso – CNDI é desenvolvida por estas parcerias.
- Adequar o estatuto social da entidade, considerando:
- Identificar a entidade como uma instituição de longa permanência – ILPI;
- Contemplar nas finalidades estatutárias o art.49 e 50 do estatuto do idoso, especialmente com relação as ações de manutenção de vínculos familiares;
- Descrever no item III das finalidades estatutárias quais os outros serviços de assistência e amparo que a entidade prestará ao idoso, especificando as áreas de atuação (saúde, educação, assistência social, entre outros);
- Adequar o contrato de prestação de serviços, de acordo com a Resolução nº12/2008 do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso - CNDI, tendo como base o anexo da mesma, que trata do contrato de prestação de serviços das entidades com a pessoa idosa abrigada, considerando especialmente os itens: "II- Do objeto do contrato e III-Dos compromissos das partes", uma vez que estes fazem referência aos artigos 35, 49 e 50 do estatuto do idoso, o qual não constam no referido documento.

g) Adequar o item 2.1 (objetivo geral), observando as finalidades de uma Instituição de Longa Permanência – ILPI;

Art. 2º Informar à entidade Associação Assistencial para idosos "Lar das Flores", que caso as adequações solicitadas neste parecer, não sejam cumpridas no prazo estipulado, sua inscrição será cancelada e notificado o fato ao Ministério Público.

Art.. 3º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 12 de abril de 2017.

MARLI CARDOSO BAEHR

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul(CMDI)

RESOLUÇÃO Nº 10/2017/CMDI /JS

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL SETOR DE CONTROLE SOCIAL CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO DE JARAGUÁ DO SUL Lei nº 7.292/2016.	
--	--

RESOLUÇÃO Nº 10/2017/CMDI /JS

Dispõe sobre a inscrição da entidade Casa de Repouso Caminho Suave LTDA - ME, junto ao Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul – CMDI/JS.

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul(-CMDI), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 7.292/2016, em conformidade com deliberação da sessão plenária

ordinária de 12 de abril de 2017,

Considerando o Decreto nº 1.948, de 3 de julho de 1996, que regulamenta a Lei Federal nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que "dispõe sobre a Política Nacional do Idoso e dá outras providências;

Considerando a Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, que "prevê a obrigatoriedade das entidades governamentais e não governamentais de assistência à pessoa idosa inscreverem seus programas nos Conselhos Municipais da Pessoa Idosa e, em sua falta, junto ao Conselho Estadual do Idoso";

Considerando a RDC nº 283/2005 – Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, que define critérios mínimos para o funcionamento e avaliação, bem como mecanismos de monitoramento das Instituições de Longa Permanência para Idosos;

Considerando a Resolução nº 12/2008 do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso - CNDI, que "estabelece parâmetros e diretrizes para a regulamentação do art. 35 da Lei Federal nº 10.741/2003, que dispõe sobre o contrato de prestação de serviços das entidades com a pessoa idosa abrigada";

Considerando a Resolução nº 001, de 27 de março de 2012 do Conselho Estadual do Idoso de Santa Catarina – CEI/SC, que "dispõe sobre critérios e procedimentos para inscrição e renovação de programas de atendimento à pessoa idosa na Instituição de Longa Permanência para Idosos";

Considerando a Lei Municipal nº 7.292/2016 que dispõe sobre a política de atendimento ao idoso, estabelece a estrutura e o funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso (CMDI), do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso (FMDI) e dá outras providências, especialmente o seu inciso IX do art.14, que estabelece as competências do Conselho:

proceder a inscrição das organizações governamentais e não governamentais de assistência ao idoso e seus respectivos programas e projetos.

Considerando a Resolução nº 04/2016 que dispõe sobre critérios e procedimentos para inscrição junto ao Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul -CMDI/JS, das organizações governamentais e não governamentais, com ou sem fins lucrativos e seus respectivos serviços e programas de atendimento.

Considerando que a análise da documentação apresentada pela entidade, conforme a Resolução acima atende aos critérios estabelecidos no Capítulo II, que trata da documentação para inscrição;

Considerando a visita in loco realizada pela Comissão de Legislação e Normas, com representantes administrativos e coordenação da referida entidade, onde constatou-se:

- que a entidade atende idosos com grau de dependência I, II e III. Atualmente a entidade atende 17 (dezessete) idosos em conformidade com sua capacidade instalada, sendo que 04 (quatro) desses encontram-se na modalidade centro-dia e 13 (treze) na modalidade de Instituição de Longa Permanência – ILPI.
- que a infraestrutura atende as necessidades dos idosos, bem como, está adequada aos padrões de acessibilidade;
- que a entidade estimula a autonomia da pessoa idosa, garantindo independência nas decisões referentes as atividades da vida diária;
- que a entidade mantém e fortalece a preservação dos vínculos familiares e comunitários;
- que a entidade proporciona atendimento personalizado;
- que a entidade proporciona acomodações e abertura para

recebimento de visitas, de acordo com a necessidade da família;
 g) que a entidade proporciona cuidados básicos à saúde, conforme a necessidade do idoso;
 h) que a entidade proporciona assistência religiosa àqueles que desejarem, de acordo com suas crenças;
 i) que a entidade mantém em seu quadro, profissionais com formação específica, conforme preconizado na RDC nº 283/2005;
 j) que a entidade apresenta prontuários com dados pessoais e registros individuais dos idosos;
 k) que a entidade cumpre com as diretrizes estabelecidas no artigo 49 do Estatuto do Idoso.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a inscrição da Casa de Repouso Caminho Suave LTDA – ME, nas modalidades de : Centro Dia e Instituição de Longa Permanência.

Art. 2º Adequar o contrato de prestação de serviços, de acordo com a Resolução nº12/2008 do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso - CNDI, tendo como base o anexo da mesma, que trata do contrato de prestação de serviços das entidades com a pessoa idosa abrigada. A não entrega desta adequação poderá acarretar na suspensão/cancelamento da inscrição da entidade junto ao CMDI.

Art. 3º Estabelecer o prazo de 60 (sessenta) dias, para a entrega do documento referido no item 2 desta Resolução.

Art.. 4º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 12 de abril de 2017.

MARLI CARDOSO BAEHR

Presidente do Conselho Municipal
dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul(CMDI)

RESOLUÇÃO Nº 11/2017/CMDI /JS

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL SETOR DE CONTROLE SOCIAL CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO DE JARAGUÁ DO SUL Lei nº 7.292/2016.	
---	--

RESOLUÇÃO Nº 11/2017/CMDI /JS

Dispõe sobre a inscrição do Grupo de Idosos Coração Alegre, junto ao Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul – CMDI/JS.

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul(-CMDI), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 7.292/2016, em conformidade com deliberação da sessão plenária ordinária de 12 de abril de 2017,

Considerando o Decreto nº 1.948, de 3 de julho de 1996, que regulamenta a Lei Federal nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que “dispõe sobre a Política Nacional do Idoso e dá outras providências;

Considerando a Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, que “prevê a obrigatoriedade das entidades governamentais e não governamentais de assistência à pessoa idosa inscreverem seus programas nos Conselhos Municipais da Pessoa Idosa e, em sua falta, junto ao Conselho Estadual do Idoso”;

Considerando a Lei Municipal nº7.292/2016 que dispõe sobre a política de atendimento ao idoso, estabelece a estrutura e o funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso (CMDI), do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso (FMDI) e dá outras providências, especialmente o seu inciso IX do art.14, que estabelece

as competências do Conselho:

proceder a inscrição das organizações governamentais e não governamentais de assistência ao idoso e seus respectivos programas e projetos.

Considerando a Resolução nº 04/2016 que dispõe sobre critérios e procedimentos para inscrição junto ao Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul, das organizações governamentais e não governamentais, com ou sem fins lucrativos e seus respectivos serviços e programas de atendimento.

Considerando que a análise da documentação apresentada pela entidade, conforme a Resolução acima atende aos critérios estabelecidos no Capítulo II, que trata da documentação para inscrição;

Considerando que o Grupo de idosos Coração Alegre de acordo com o seu Plano de Ação oferta ações de convivência comunitária a 80 pessoas idosas, com capacidade para atender até 100.

Considerando o Plano de Ação e na visita in loco e realizada pela Comissão de Legislação e Normas, no qual estava presente a coordenadora do Grupo, em que constatou-se:

- a) que o Grupo realiza jogos integrativos, bingo, palestras, eventos comemorativos, viagens;
- b) que a infraestrutura do grupo está adequada aos padrões de acessibilidade. Cabe ressaltar que a sede do Grupo está localizada no Salão da Igreja Apostolo Tiago, que cede o espaço para os encontros do Grupo.
- c) que o grupo contribui no processo de envelhecimento saudável, no desenvolvimento da autonomia e da sociabilidade;
- d) que o grupo previne o isolamento social e promove o fortalecimento da autoestima e valorização das expressões artístico/culturais;
- e) que o grupo apresenta uma ficha cadastral com os registros individuais das pessoas idosas;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a inscrição do Grupo de idosos Coração Alegre, junto ao Conselho Municipal de Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul – CMDI/JS.

Art. 2º Sugerir ações de fortalecimento de vínculo familiar e comunitário;

Art. 3º Esta resolução entra em vigos na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 12 de abril de 2017.

MARLI CARDOSO BAEHR

Presidente do Conselho Municipal
dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul(CMDI)

RESOLUÇÃO Nº 12/2017/CMDI/JS

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SETOR DE CONTROLE SOCIAL CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO DE JARAGUÁ DO SUL Lei nº 7.292/2016	
--	--

RESOLUÇÃO Nº 12/2017/CMDI/JS

Dispõe sobre a alteração da mesa diretora do CMDI.

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul(-CMDI), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº

7.292/2016, em conformidade com deliberação da sessão plenária ordinária de 12 de março de 2017,

Considerando a exoneração da servidora em cargo de comissão Servanda Possamai, que exercia a função de vice presidência do CMDI/JS;

RESOLVE:

Art. 1º – Nomear o Conselheiro Luis Fernando Almeida como vice presidente do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul – CMDI/JS.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 12 de abril de 2017.

MARLI CARDOSO BAHER

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul – CMDI/JS.

RESOLUÇÃO Nº 13/2017/CMDI /JS

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL SETOR DE CONTROLE SOCIAL CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO DE JARAGUÁ DO SUL Lei nº 7.292/2016.	
--	--

RESOLUÇÃO Nº 13/2017/CMDI /JS

Dispõe sobre a prestação de contas do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul – FMDI/JS.

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul (CMDI), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 7.292/2016, em conformidade com deliberação da sessão plenária ordinária de 12 de abril de 2017,

Considerando a Lei Municipal nº 7292/2016, que dispõe sobre a Política de Atendimento ao idoso, Estabelece a estrutura e o Funcionamento do conselho Municipal dos Direitos do Idoso (CMDI), do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso (FMDI) e dá outras providências, especialmente:

Art14. Compete ao Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul (CMDI): XIV- Indicar as prioridades para destinação de valores depositados no Fundo Municipal dos Direitos do idoso (FMDI), elaborando ou aprovando planos e programas em que está prevista a aplicação de recursos oriundos daquele.

Art.24. O Fundo Municipal dos Direitos do Idoso (FMDI) é o órgão captador de recursos, tendo como gestor o Conselho Municipal dos Direitos dos idosos (CMDI), que os aplicará e utilizará segundo suas diretrizes e deliberações.

Art.28. A gestão Fundo Municipal dos Direitos do Idoso (FMDI) será exercida pelo Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, ao qual compete: V- Acompanhar e avaliar a execução, desempenho e resultados financeiros do Fundo; VI - Avaliar e aprovar os balancetes trimestrais e anuais do Fundo.

Considerando os quadros abaixo, que apresentam as receitas e despesas relacionadas aos recursos do FMDI, aplicados nas ações deliberadas pelo CMDI, no ano de 2016:

	MÊS 01/2016	MÊS 02/2016
Saldo Anterior	R\$ 1.030.932,43	R\$ 1.037.669,81
Rendimentos de Aplicações Financeira	R\$ 6.744,08	R\$ 6.451,04

Destinações IR Pessoa Jurídica	R\$ 100,00	R\$ 100,00
Resgates e pagamentos	R\$106,70	R\$ 0
Tarifa Bancária (conciliação)	R\$ (3.208,50)	R\$ (3.208,50)
SALDO EXTRATO	R\$1.037.669,81	R\$1.044.220,85

Foi analisado o Bimestre que iniciou em janeiro com saldo em conta corrente no valor de R\$ 1.030.932,43 e, considerando os rendimentos de aplicações financeiras recebidos no valor de (R\$ 13.195,12) e considerando os valores de destinação de IR Pessoa Jurídica (R\$ 200,00) e os valores de empenhos pagos no período de (R\$ 106,70) e valores em conciliação(a regularizar conforme prestação de contas R\$ 3.208,50) constata-se que o saldo final em conta corrente, aos 28/02/2016 é de R\$ 1.044.220,85.

As despesas realizadas no período referem-se aos pagamentos, restos de 2015, de serviço de publicidade da Campanha Contra a Violência ao Idoso.

	MÊS 03/2016	MÊS 04/2016
Saldo Anterior	R\$ 1.044.220,85	R\$ 1.051.291,45
Rendimentos de Aplicações Financeira	R\$ 7.520,49	R\$ 6.881,88
Destinações IR Pessoa Jurídica	R\$ 100,00	R\$ 100,00
Resgates e pagamentos	R\$ 549,89	R\$ 0
Tarifa Bancária (conciliação)	R\$ (3.208,50)	R\$ (3.208,50)
SALDO EXTRATO	R\$1.051.291,45	R\$ 1.058.273,33

Foi analisado o Bimestre que iniciou em março com saldo em conta corrente no valor de R\$ 1.044.220,85 e, considerando os rendimentos de aplicações financeiras recebidos no valor de (R\$ 14.402,37) e considerando os valores de destinação de IR Pessoa Jurídica (R\$ 200,00) e os valores de empenhos pagos no período de (R\$ 549,89) e valores em conciliação(a regularizar conforme prestação de contas R\$ (3.208,50) constata-se que o saldo final em conta corrente, aos 30/04/2016 é de R\$1.058.273,33

As despesas realizadas no período referem-se aos pagamentos, restos de 2015, de serviço de publicidade da Campanha Contra a Violência ao Idoso.

	MÊS 05/2016	MÊS 06/2016
Saldo Anterior	R\$ 1.058.273,33	R\$ 1.065.805,69
Rendimentos de Aplicações Financeira	R\$ 7.432,36	R\$ 11.158,83
Destinações IR Pessoa Jurídica	R\$ 100,00	R\$ 100,00
Resgates e pagamentos	R\$ 00	R\$ 00
Tarifa Bancária (conciliação)	R\$ (3.208,50)	R\$ (3.208,50)
SALDO EXTRATO	R\$1.065.805,69	R\$ 1.077.064,52

Foi analisado o Bimestre que iniciou em maio com saldo em conta corrente no valor de R\$ 1.058.273,33 e, considerando os rendimentos de aplicações financeiras recebidos no valor de (R\$ 18.591,19) e considerando os valores de destinação de IR Pessoa Jurídica (R\$ 200,00) e valores em conciliação (a regularizar conforme prestação de contas R\$ (3.208,50) constata-se que o saldo final em conta corrente, aos 30/06/2016 é de R\$ 1.077.064,52.

	MÊS 07/2016	MÊS 08/2016
Saldo Anterior	R\$ 1.077.064,52	R\$ 772.973,60
Rendimentos de Aplicações Financeira	R\$ 9.576,55	R\$ 9.341,81
Destinações IR Pessoa Jurídica	R\$ 100,00	R\$ 100,00
Resgates e pagamentos	R\$ 313.767,47	R\$ 0
Tarifa Bancária (conciliação)	R\$ (3.208,50)	R\$ 3.208,50
SALDO EXTRATO	R\$ 772.973,60	R\$ 785.623,91

Foi analisado o Bimestre que iniciou em julho com saldo em

conta corrente no valor de R\$ 1.077.064,52 e, considerando os rendimentos de aplicações financeiras recebidos no valor de (R\$ 18.918,36) e considerando os valores de destinação de IR Pessoa Jurídica (R\$ 200,00) e os valores de empenhos pagos no período de (R\$ 313.767,47) e valores (R\$ 3.208,50) em conciliação que foram regularizados em 11/08/2016 e 26/08/2016 conforme prestação de contas constata-se que o saldo final em conta corrente, aos 31/08/2016 é de R\$ 785.623,91.

As despesas realizadas no período referem-se aos pagamentos dos condicionadores de ar que foram instalados no Centro de Convivência aprovados pela Resolução nº05/2015/CMDI/JS.

	MÊS 09/2016	MÊS 10/2016
Saldo Anterior	785.623,91	R\$ 794.192,98
Rendimentos de Aplicações Financeira	8.657,20	R\$ 8.314,17
Destinações IR Pessoa Jurídica	100,00	R\$ 100,00
Resgates e pagamentos	215,00	R\$ 80,00
Lançamento Contábil a regularizar	26,87 (credor)	R\$ 26,87
SALDO EXTRATO	794.192,98	R\$ 802.500,28

	MÊS 011/2016	MÊS 12/2016
Saldo Anterior	R\$ 802.500,28	R\$ 808.151,11
Rendimentos de Aplicações Financeira	R\$ 8.405,83	R\$ 8.864,22
Destinações IR Pessoa Jurídica	R\$ 100,00	R\$ 22.895,33
Resgates e pagamentos	R\$ 2.855,00	R\$ 27.262,88
Tarifa Bancária/Pagamento Devolvido (à regularizar)	R\$ 00,00	R\$ 2.129,50
SALDO EXTRATO	R\$ 808.151,11	R\$ 810.518,28

As despesas realizadas no período referem-se aos pagamentos de restos a pagar da Conferência Municipal do Idoso, resolução 004/2015/CMDI/JS, diárias de capacitação a conselheira Mariza Kopelke, resolução nº 020/2016/CMDI/JS e campanhas de publicidade para doações ao FMDI, resolução 021/2016/CMDI/JS.

Considerando resolução nº 012/2015/CMDI/JS que dispõe sobre o Plano de Aplicação Financeira dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso (FMDI) do ano de 2016.

RESOLVE:

Art 1º – Aprovar as contas dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul (FMDI/JS), do ano de 2016.

Art.2º – Referendar que a prestação de contas está de acordo com o Plano de Ação e Aplicação do FMDI/JS ano 2016.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Jaraguá do Sul, 12 de abril de 2017.

MARLI CARDOSO BAEHR

Presidente do Conselho Municipal

dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul(CMDI)

SAMAE - EXTRATO DO CONTRATO 067/2017 A EXTRATO DO CONTRATO 090/2017

EXTRATO DO CONTRATO 067/2017

Processo: Pregão nº 25/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Danna Comercial Eireli - ME,; Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DE VÁLVULA DE DESCARGA, PORTA GRELHA DE PVC, SIFÃO FLEXÍVEL, TORNEIRAS, VÁLVULA DE PIA, FECHADURA, PARAFUSOS, PORCAS, ADAPTADOR, MANGUEIRAS, DISCO DE CORTE E LONA PRETA; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará

a contratada o valor de R\$ 722,00 (Setecentos e vinte e dois reais); O pagamento será efetuado 10 (dez) dias após a entrega total do(s) lote(s), do(s) qual(is) a empresa sair vencedora, mediante apresentação da nota fiscal e, somente após certificação pelo SAMAE, que o mesmo está em conformidade com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2017, a saber: 25.02.4.407.3.3.90.30.24.00.00.00 – 22 – Manutenção Patrimonial – Div. Água.25.03.4.412.3.3.90.30.22.00.00.00 – 37 - Manutenção Patrimonial – Div. Esgoto.25.03.4.412.3.3.90.30.22.00.00.00 – 35 - Manutenção Atividades Técnicas – Div. Esgoto; Prazo de Fornecimento: Até 19/04/2017; Data da assinatura: 03/04/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Albino Celso Danna.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

EXTRATO DO CONTRATO 068/2017

Processo: Pregão nº 25/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Comercial Vitória Ltda.; Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DE VÁLVULA DE DESCARGA, PORTA GRELHA DE PVC, SIFÃO FLEXÍVEL, TORNEIRAS, VÁLVULA DE PIA, FECHADURA, PARAFUSOS, PORCAS, ADAPTADOR, MANGUEIRAS, DISCO DE CORTE E LONA PRETA; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o de R\$ 1.911,70 (Mil novecentos e onze reais e setenta centavos); O pagamento será efetuado 10 (dez) dias após a entrega total do(s) lote(s), do(s) qual(is) a empresa sair vencedora, mediante apresentação da nota fiscal e, somente após certificação pelo SAMAE, que o mesmo está em conformidade com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2017, a saber: 25.02.4.407.3.3.90.30.24.00.00.00 – 22 – Manutenção Patrimonial – Div. Água.25.03.4.412.3.3.90.30.22.00.00.00 – 37 - Manutenção Patrimonial – Div. Esgoto.25.03.4.412.3.3.90.30.22.00.00.00 – 35 - Manutenção Atividades Técnicas – Div. Esgoto; Prazo de Fornecimento: Até 19/04/2017; Data da assinatura: 03/04/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Verônica Solange Rigo Scheer.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

EXTRATO DO CONTRATO 069/2017

Processo: Pregão nº 025/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul. Contratada: Via d'Água Com. Produtos de Medição, Hidráulica e Saneamento Ltda. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DE VÁLVULA DE DESCARGA, PORTA GRELHA DE PVC, SIFÃO FLEXÍVEL, TORNEIRAS, VÁLVULA DE PIA, FECHADURA, PARAFUSOS, PORCAS, ADAPTADOR, MANGUEIRAS, DISCO DE CORTE E LONA PRETA; Forma de Pagamento: O Samae pagará à contratada o valor de R\$ 1.050,00 (Mil e cinquenta reais); O pagamento será efetuado 10 dias após a entrega total dos lotes dos quais a PROPONENTE sair vencedora, mediante apresentação da nota fiscal e, somente após certificação pelo SAMAE, que o mesmo está em conformidade com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias úteis após a entrega da mercadoria. ; Item orçamentário: As despesas resultantes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária do exercício de 2017, a saber: 25.02.4.407.3.3.90.30.24.00.00.00 – 22 – Manutenção Patrimonial – Div. Água.25.03.4.412.3.3.90.30.22.00.00.00 – 37 - Manutenção Patrimonial – Div. Esgoto.25.03.4.412.3.3.90.30.22.00.00.00 – 35 - Manutenção Atividades Técnicas – Div. Esgoto; Prazo de

Fornecimento: Até 19/04/2017; Data da assinatura: 03/04/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Patrícia Fernanda Ev.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente

EXTRATO DO CONTRATO 070/2017

Processo: Pregão nº 25/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Kafer Comércio Ltda. EPP; Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DE VÁLVULA DE DESCARGA, PORTA GRELHA DE PVC, SIFÃO FLEXÍVEL, TORNEIRAS, VÁLVULA DE PIA, FECHADURA, PARAFUSOS, PORCAS, ADAPTADOR, MANGUEIRAS, DISCO DE CORTE E LONA PRETA; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 5.990,00 (Cinco mil novecentos e noventa reais); O pagamento será efetuado 10 (dez) dias após a entrega total do(s) lote(s), do(s) qual(is) a empresa sair vencedora, mediante apresentação da nota fiscal e, somente após certificação pelo SAMAE, que o mesmo está em conformidade com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2017, a saber: 25.02.4.407.3.3.90.30.24.00.00.00 – 22 – Manutenção Patrimonial – Div. Água.25.03.4.412.3.3.90.30.22.00.00.00 – 37 - Manutenção Patrimonial – Div. Esgoto.25.03.4.412.3.3.90.30.22.00.00.00 – 35 - Manutenção Atividades Técnicas – Div. Esgoto; Prazo de Fornecimento: Até 19/04/2017; Data da assinatura: 03/04/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Oswaldo de Oliveira Cercal.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente

EXTRATO DO CONTRATO 071/2017

Processo: Pregão nº 025/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul. Contratada: JGM Mangueiras Ltda. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DE VÁLVULA DE DESCARGA, PORTA GRELHA DE PVC, SIFÃO FLEXÍVEL, TORNEIRAS, VÁLVULA DE PIA, FECHADURA, PARAFUSOS, PORCAS, ADAPTADOR, MANGUEIRAS, DISCO DE CORTE E LONA PRETA; Forma de Pagamento: O Samae pagará à contratada o valor de R\$ 3.950,00 (Três mil novecentos e cinquenta reais); O pagamento será efetuado 10 dias após a entrega total dos lotes dos quais a PROPONENTE sair vencedora, mediante apresentação da nota fiscal e, somente após certificação pelo SAMAE, que o mesmo está em conformidade com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias úteis após a entrega da mercadoria. ; Item orçamentário: As despesas resultantes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no orçamento do SAMAE, para o exercício de 2017 a saber: 25.02.4.407.3.3.90.30.24.00.00.00 – 22 – Manutenção Patrimonial – Div. Água.25.03.4.412.3.3.90.30.22.00.00.00 – 37 - Manutenção Patrimonial – Div. Esgoto.25.03.4.412.3.3.90.30.22.00.00.00 – 35 - Manutenção Atividades Técnicas – Div. Esgoto; Prazo de Fornecimento: Até 19/04/2017; Data da assinatura: 03/04/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Elaine Cristina Maluta Roberti.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente

EXTRATO DO CONTRATO 072/2017

Processo: Pregão nº 025/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul. Contratada: ELETRIFICAR SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA E HIDRÁULICA LTDA – ME. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA

MANUTENÇÃO DE VÁLVULA DE DESCARGA, PORTA GRELHA DE PVC, SIFÃO FLEXÍVEL, TORNEIRAS, VÁLVULA DE PIA, FECHADURA, PARAFUSOS, PORCAS, ADAPTADOR, MANGUEIRAS, DISCO DE CORTE E LONA PRETA; Forma de Pagamento: O Samae pagará à contratada o valor de R\$ 1.040,00 (Mil e quarenta reais); O pagamento será efetuado 10 dias após a entrega total dos lotes dos quais a PROPONENTE sair vencedora, mediante apresentação da nota fiscal e, somente após certificação pelo SAMAE, que o mesmo está em conformidade com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias úteis após a entrega da mercadoria. ; Item orçamentário: As despesas resultantes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no orçamento do SAMAE, para o exercício de 2017 a saber: 25.02.4.407.3.3.90.30.24.00.00.00 – 22 – Manutenção Patrimonial – Div. Água.25.03.4.412.3.3.90.30.22.00.00.00 – 37 - Manutenção Patrimonial – Div. Esgoto.25.03.4.412.3.3.90.30.22.00.00.00 – 35 - Manutenção Atividades Técnicas – Div. Esgoto; Prazo de Fornecimento: Até 19/04/2017; Data da assinatura: 03/04/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Claudio Borges.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente

EXTRATO DO CONTRATO 073/2017

Processo: Pregão 032/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Trans-teb Transportes e Terraplanagem Ltda; Objeto: Serviço de escavação com escavadeira Hidráulica para ampliação de redes e ramais de Esgoto; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 65.925,00 (Sessenta e cinco mil novecentos e vinte e cinco reais); O pagamento dar-se-á 10 (dez) dias após a apresentação da Nota Fiscal, mediante certificação do SAMAE de que o serviço foi executado de acordo com as exigências do Edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias após a entrega da nota fiscal; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2017, a saber: - - 25.03.3.410.4.4.90.51.99.00.00.00 – 31 – Ampliação de redes coletoras; Prazo de Fornecimento: até 31/12/2017; Data da assinatura: 03/04/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e João Ricardo Berns.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente

EXTRATO DO CONTRATO 074/2017

Processo: Pregão 032/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Rogério Andrioli EPP; Objeto: Serviço de escavação com escavadeira Hidráulica para ampliação de redes e ramais de Água; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais); O pagamento dar-se-á 10 (dez) dias após a apresentação da Nota Fiscal, mediante certificação do SAMAE de que o serviço foi executado de acordo com as exigências do Edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias após a entrega da nota fiscal; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2017, a saber: - 25.02.3.405.4.4.90.51.91.00.00.00 – 16 – Ampliação e substituição de redes e ramais de água; Prazo de Fornecimento: até 31/12/2017; Data da assinatura: 03/04/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Rogério Andrioli.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 075/2017
1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 046/2016**

Processo: Pregão 023/2016; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Hidrogeron Prestadora de Serviços e Consultorias Especializadas Ltda. EPP; Objeto: Prorrogar o prazo de fornecimento dos serviços para até 13/04/2018 conforme Cláusula 7.1 do referido contrato (Locação de sistema gerador de solução oxidante/desinfetante), e reajustar 4% no valor unitário mensal, contratado no item 01 da cláusula 2.1 do referido contrato; O presente aditivo passa a vigorar a partir de 14/04/2017; As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas. Data da assinatura: 04/04/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Carolina Duarte Rosseto Ribeiro dos Santos.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente - SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 076/2017

Processo: Pregão nº 033/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul. Contratada: COMÉRCIO DE GESSOS JARAGUÁ EIRELLI - EPP. Objeto: Fornecimento e instalação de placas de gesso acartonado; Forma de Pagamento: O Samae pagará à contratada o valor de R\$ 42.000,00 (Quarenta e dois mil reais); O pagamento será efetuado em duas etapas, 10 (dez) dias após a execução de cada parcela, mediante apresentação da nota fiscal e, somente após certificação pelo SAMAE, que o mesmo está em conformidade com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após a entrega do objeto. As notas fiscais devem ser entregues de acordo com o cronograma a seguir: 40% (quarenta por cento) quando do fornecimento das placas de gesso acartonado; 60% quando da entrega da montagem total, mediante aceite do Samae; Item orçamentário: As despesas resultantes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no orçamento do SAMAE, para o exercício de 2017 a saber: 25.02.3.400.4.4.90.51.91.00.00.00 – 48 – Implantação da Eta Água Verde; Data da assinatura: 04/04/2017; Prazo de Fornecimento: até 24/07/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Rose Meri Alff.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente - SAMAE

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 077/2017
3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 411/2016**

Processo: Pregão 195/2016; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: AC/DC Industrial Ltda.; Objeto: Acrescer em 17,53% o valor inicialmente (Serviço especializado em manutenção de transformadores, com fornecimento de peças, conforme Termo de Referência, anexo VIII deste Edital) contratado no item 01 da cláusula 2.1 do referido contrato correspondente a R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais), com base no parágrafo 1º do Artigo 65 da Lei 8.666/1993; O presente aditivo passa a vigorar a partir de 04/04/2017; As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas. Data da assinatura: 04/04/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Saulo de Tarso Aguiar Braga.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente - SAMAE

**EXTRATO DO CONTRATO 078/2017
2º ADITIVO AO CONTRATO 003/2016**

Processo: Pregão 225/2015; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo

Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul. Contratada: TJ Oficina Elétrica Ltda - ME.; Objeto: Acrescer em 20% a quantidade inicialmente contratada (Serviço de caráter continuado de manutenção elétrica e Hidrossanitária) no item 01 da cláusula 2.1 do referido contrato, correspondente a R\$ 46.150,00 (quarenta e seis mil, cento e cinquenta reais). O aditivo baseia-se no parágrafo 1º do Artigo 65 da Lei 8.666/93; As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas. Data da assinatura: 29/10/2015; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC; Signatários: Ademir Izidoro e Thiago Peter Janssen.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente - SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 079/2017

Processo: Pregão 39/2017; Entidade: Samae – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul. Contratada: Catarinense Engenharia Ambiental S.A.; Objeto: Serviço de Destinação de Lodo de PAC; Forma de Pagamento: O Samae pagará a contratada a importância de R\$ 5.850,00 (cinco mil, oitocentos e cinquenta reais); O pagamento dar-se-á 10 (dez) dias após a apresentação da Nota Fiscal, mediante certificação do SAMAE de que o serviço foi executado de acordo com as exigências do Edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias após a entrega da nota fiscal; Item orçamentário: As despesas resultantes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no orçamento do SAMAE para o exercício 2017, a saber: 25.02.4.407.3.3.90.39.17.00.00.00 – 20 – Manutenção das atividades técnicas e operacionais – Div. Água; Data da assinatura: 07/04/2017; Prazo de Entrega: Conforme necessidade do Samae, até 31/12/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Marcos Aurélio Vieira.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente - SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 080/2017

Processo: Pregão nº 36/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Boxtop do Brasil Elevadores Ltda. EPP; Objeto: Fornecimento e instalação de Elevador de Passageiros; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 62.900,00 (sessenta e dois mil e novecentos reais); O pagamento será efetuado em duas etapas, 10 (dez) dias após a execução de cada parcela, mediante apresentação da nota fiscal e, somente após certificação pelo SAMAE, que o mesmo está em conformidade com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após a entrega do objeto. As notas fiscais devem ser entregues de acordo com o cronograma a seguir: - 40% (quarenta por cento) quando do fornecimento do equipamento; - 60% quando da entrega da montagem total e startup do equipamento, mediante aceite do Samae; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2017, a saber: 25.02.3.400.4.4.90.51.91.00.00.00 – 48 – Implantação da Eta Água Verde; Prazo de Fornecimento: Até 180 dias após recebimento da Ordem de Serviço; Data da assinatura: 11/04/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Jair Felisberto da Silva.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente

EXTRATO DO CONTRATO 081/2017

Processo: Pregão nº 40/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Hera Sul Tratamentos de Resíduos Ltda.; Objeto: Destinação de

Resíduos; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 7.310,00 (sete mil, trezentos e dez reais); O pagamento dar-se-á 10 (dez) dias após a apresentação da Nota Fiscal, mediante certificação do SAMAE de que o serviço foi executado de acordo com as exigências do Edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias após a entrega da nota fiscal; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do ano de 2017, a saber: 25.02.4.406.3.3.90.39.28.00.00.00 – 20 – Manutenção das atividades técnicas e operacionais - Divisão Água; Prazo de Fornecimento: Conforme necessidade do Samae, até 31/12/2017; Data da assinatura: 02/02/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Bruno Francisco Muehlbauer.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente - SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 082/2017

Processo: Pregão nº 40/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Parisi Transportes e Terraplenagem Ltda.; Objeto: Destinação de Resíduos; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 2.220,00 (dois mil, duzentos e vinte reais); O pagamento dar-se-á 10 (dez) dias após a apresentação da Nota Fiscal, mediante certificação do SAMAE de que o serviço foi executado de acordo com as exigências do Edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias após a entrega da nota fiscal; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do ano de 2017, a saber: 25.02.4.406.3.3.90.39.28.00.00.00 – 20 – Manutenção das atividades técnicas e operacionais - Divisão Água; Prazo de Fornecimento: Conforme necessidade do Samae, até 31/12/2017; Data da assinatura: 02/02/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Moacir Parisi.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente - SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 083/2017 5º ADITIVO AO CONTRATO Nº 305/2014

Processo: Pregão 196/2014; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Paineis Pesquisas Publicidade e Representações Ltda. - ME; Objeto: Prorrogar o prazo de execução dos serviços para 28/05/2017; As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas; Data da assinatura: 12/04/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Ermelinda Maria Uber Januário.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente

EXTRATO DO CONTRATO 084/2017

Processo: Pregão nº 27/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: CEK Informática Ltda.; Objeto: Equipamentos para Informática; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 21.341,93 (vinte e um mil, trezentos e quarenta e um reais e noventa e três centavos); O pagamento será efetuado após a entrega total dos itens, nos quais a PROPONENTE sair vencedora, após a certificação na nota fiscal de que a mercadoria foi entregue e está de acordo com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2017, a saber: 25.01.4.402.3.3.90.30.17.00.00.00 – 7 – Manutenção patrimonial - Div.Adm.Samae; 25.01.4.403.4.4.90.

52.33.00.00.00 – 9 - Aquisição de equipamentos e material permanente; 25.03.4.413.4.4.90.52.06.00.00.00 – 38 – Aquisição de equipamentos e material permanente – Divisão Esgoto; Prazo de Fornecimento: Até 08/05/2017; Data da assinatura: 12/04/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Carlos Eduardo Kellner.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente

EXTRATO DO CONTRATO 085/2017

Processo: Pregão nº 27/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Duraline Tecnologia Ltda. EPP; Objeto: Equipamentos para Informática; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 23.990,00 (vinte e três mil, novecentos e noventa reais); O pagamento será efetuado após a entrega total dos itens, nos quais a PROPONENTE sair vencedora, após a certificação na nota fiscal de que a mercadoria foi entregue e está de acordo com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2017, a saber: 25.01.4.402.3.3.90.30.17.00.00.00 – 7 – Manutenção patrimonial - Div.Adm.Samae; 25.01.4.403.4.4.90.52.33.00.00.00 – 9 - Aquisição de equipamentos e material permanente; 25.03.4.413.4.4.90.52.06.00.00.00 – 38 – Aquisição de equipamentos e material permanente – Divisão Esgoto; Prazo de Fornecimento: Até 08/05/2017; Data da assinatura: 12/04/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Cesar Augusto de Paula.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente

EXTRATO DO CONTRATO 086/2017

Processo: Pregão nº 27/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Edevaldo Fortes Simões Junior - MEI; Objeto: Equipamentos para Informática; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 4.298,00 (quatro mil, duzentos e noventa e oito reais); O pagamento será efetuado após a entrega total dos itens, nos quais a PROPONENTE sair vencedora, após a certificação na nota fiscal de que a mercadoria foi entregue e está de acordo com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2017, a saber: 25.01.4.402.3.3.90.30.17.00.00.00 – 7 – Manutenção patrimonial - Div.Adm.Samae; 25.01.4.403.4.4.90.52.33.00.00.00 – 9 - Aquisição de equipamentos e material permanente; 25.03.4.413.4.4.90.52.06.00.00.00 – 38 – Aquisição de equipamentos e material permanente – Divisão Esgoto; Prazo de Fornecimento: Até 08/05/2017; Data da assinatura: 12/04/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Edevaldo Fortes Simões Junior.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente

EXTRATO DO CONTRATO 087/2017

Processo: Pregão nº 27/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Nano Empreendimentos Ltda. - ME; Objeto: Equipamentos para Informática; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais); O pagamento

será efetuado após a entrega total dos itens, nos quais a PROPONENTE sair vencedora, após a certificação na nota fiscal de que a mercadoria foi entregue e está de acordo com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2017, a saber: 25.01.4.402.3.3.90.30.17.00.00.00 – 7 – Manutenção patrimonial - Div. Adm.Samae; 25.01.4.403.4.4.90.52.33.00.00.00 – 9 - Aquisição de equipamentos e material permanente; 25.03.4.413.4.4.90.52.06.00.00.00 – 38 – Aquisição de equipamentos e material permanente – Divisão Esgoto; Prazo de Fornecimento: Até 08/05/2017; Data da assinatura: 12/04/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Luciano Jorgensen.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente

EXTRATO DO CONTRATO 088/2017

Processo: Pregão nº 27/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Osmar Orlandi Junior - ME; Objeto: Equipamentos para Informática; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 1.375,00 (hum mil, trezentos e setenta e cinco reais); O pagamento será efetuado após a entrega total dos itens, nos quais a PROPONENTE sair vencedora, após a certificação na nota fiscal de que a mercadoria foi entregue e está de acordo com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2017, a saber: 25.01.4.402.3.3.90.30.17.00.00.00 – 7 – Manutenção patrimonial - Div. Adm.Samae; 25.01.4.403.4.4.90.52.33.00.00.00 – 9 - Aquisição de equipamentos e material permanente; 25.03.4.413.4.4.90.52.06.00.00.00 – 38 – Aquisição de equipamentos e material permanente – Divisão Esgoto; Prazo de Fornecimento: Até 08/05/2017; Data da assinatura: 12/04/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Osmar Orlandi Junior.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente

EXTRATO DO CONTRATO 089/2017

Processo: Pregão nº 27/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Rei dos Reis Comércio Atacadista de Equipamentos de Informática Ltda. ME; Objeto: Equipamentos para Informática; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 2.385,00 (dois mil, trezentos e oitenta e cinco reais); O pagamento será efetuado após a entrega total dos itens, nos quais a PROPONENTE sair vencedora, após a certificação na nota fiscal de que a mercadoria foi entregue e está de acordo com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2017, a saber: 25.01.4.402.3.3.90.30.17.00.00.00 – 7 – Manutenção patrimonial - Div. Adm.Samae; 25.01.4.403.4.4.90.52.33.00.00.00 – 9 - Aquisição de equipamentos e material permanente; 25.03.4.413.4.4.90.52.06.00.00.00 – 38 – Aquisição de equipamentos e material permanente – Divisão Esgoto; Prazo de Fornecimento: Até 08/05/2017; Data da assinatura: 12/04/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Geison Alexandre Lopes.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente

EXTRATO DO CONTRATO 090/2017

Processo: Pregão nº 27/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Top Center Comercial Ltda.; Objeto: Equipamentos para Informática; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 39.839,00 (trinta e nove mil, oitocentos e trinta e nove reais); O pagamento será efetuado após a entrega total dos itens, nos quais a PROPONENTE sair vencedora, após a certificação na nota fiscal de que a mercadoria foi entregue e está de acordo com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2017, a saber: 25.01.4.402.3.3.90.30.17.00.00.00 – 7 – Manutenção patrimonial - Div. Adm.Samae; 25.01.4.403.4.4.90.52.33.00.00.00 – 9 - Aquisição de equipamentos e material permanente; 25.03.4.413.4.4.90.52.06.00.00.00 – 38 – Aquisição de equipamentos e material permanente – Divisão Esgoto; Prazo de Fornecimento: Até 08/05/2017; Data da assinatura: 12/04/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Roberto Tromm.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente

SEMSA - PORTARIA Nº 020/2017/SEMSA

PORTARIANº 020/2017/Semsa

Designa responsáveis por assinar e proceder movimentações financeiras do Fundo Municipal de Saúde – FMS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE de Jaraguá do Sul, no uso das atribuições que lhe foram conferidas;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR os profissionais relacionados a seguir para assinar e proceder as movimentações financeiras do Fundo Municipal de Saúde – FMS:

- Dalton Fernando Fischer – Diretor de Vigilância em Saúde;
- Antônio Marcos da Silva – Diretor de Gestão Técnica;
- Celso Antônio Fritzen – Diretor Administrativo e Financeiro.

Parágrafo Único: As contas do Fundo Municipal de Saúde – FMS do município de Jaraguá do Sul, serão movimentadas sempre em conjunto de duas assinaturas, simultaneamente, preferencialmente com o Secretário Municipal de Saúde.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 005/2017/ Semsa, de 16 de janeiro de 2017.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06 de março de 2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 23 de março de 2017.
JONAS GERMANO SCHMIDT
Secretário Municipal de Saúde

Joaçaba

PREFEITURA

HOMOLOG 07/2017 PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 07/2017/PMJ
PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2017/PMJ

O Secretario Municipal de Gestão Administrativa, Sr. Jorge Luiz Dresch, no uso de suas atribuições, resolve:
HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 07/2017/PMJ.

- Modalidade: Pregão Presencial 04/2017.

Objeto: a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de assistência técnica (manutenção preventiva e corretiva) dos equipamentos de informática dos diversos setores da Administração Municipal e da Secretaria Municipal de Educação (incluindo as escolas da rede de ensino municipal).

-Empresa Vencedora:

YURI A. RIGGHI & CIA LTDA-ME

VALOR R\$: O valor global para a prestação dos serviços objeto deste instrumento é de R\$ 44.400,00 (quarenta e quatro mil e quatrocentos reais), sendo: R\$ 20.400,00 (vinte mil e quatrocentos reais), considerando o valor mensal de R\$ 1.700,00 (hum mil e setecentos reais), a cargo da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), considerando o valor mensal de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), a cargo da Secretaria Municipal de Educação, consignados conforme a proposta apresentada no Processo de Licitação.

FISCAIS: LUIZ FERNANDO VACCARI

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 12 de abril de 2017.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Jorge Luiz Dresch

Secretario de Gestão Administrativa

007/2017 PMJ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 007/2017/PMJ
PROVENIENTE DO PL 07/2017/PMJ- PP 04/2017/PMJ

CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

CONTRATADA:YURI A. RIGGHI PICCININ & CIA LTDA-ME

OBJETO: a prestação pela CONTRATADA de serviços de assistência técnica (manutenção preventiva e corretiva) nos equipamentos de informática dos diversos setores da Administração Municipal e da Secretaria Municipal de Educação (incluindo as escolas da rede de ensino municipal).

VALOR TOTAL CONTRATADO: O valor global ora contratado para a prestação dos serviços objeto deste instrumento é de R\$ 44.400,00 (quarenta e quatro mil e quatrocentos reais), sendo: R\$ 20.400,00 (vinte mil e quatrocentos reais), considerando o valor mensal de R\$ 1.700,00 (hum mil e setecentos reais), a cargo da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), considerando o valor mensal de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), a cargo da Secretaria Municipal de Educação, consignados conforme a proposta apresentada no Processo de Licitação.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data da assinatura
DOTAÇÃO:

2.028 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

70 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas

2.030 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

75 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas

2.047 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

119 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0036 – Aplicações Diretas

2.048 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL

138 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0036 – Aplicações Diretas

DATA DE ASSINATURA: 12/04/2017

Joaçaba – SC, 12 de abril de 2017.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Secretario de Gestao Administrativa

Jorge Luiz Dresch

008/2017/PMJ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 008/2017/PMJ
PROVENIENTE DO PL 21/2017/PMJ-PP 15/2017/PMJ

CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

CONTRATADA: DALLTOR ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA-ME

OBJETO: a prestação pela CONTRATADA de serviços de consultoria e assessoria para captação de recursos, elaboração de projetos, gestão de convênios firmados junto ao Governo Federal, Estadual e instituições financeiras públicas e privadas, bem como, a capacitação e treinamento de pessoal nos diversos sistemas governamentais e plataformas, com o objetivo de promover a realização de obras e serviços para a população do Município de Joaçaba e as devidas prestações de contas, sempre em conformidade com as sistemáticas estabelecidas pelos diversos órgãos dos entes convenientes.

VALOR TOTAL CONTRATADO: Valor Total: R\$ 62.400,00 (sessenta e dois mil e quatrocentos reais), sendo: R\$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais) mensais.

FISCAL DO CONTRATO: Gabriella Balestrin e Ligia Adriane Darold da Silva.

DOTAÇÃO: 2.033 – MANUTENÇÃO DA COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO

3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações diretas

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ocorrer prorrogação na forma da Lei, até o limite de 60 (sessenta) meses.

DATA DE ASSINATURA: 12/04/2017.

Joaçaba – SC, 12 de abril de 2017.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

PREFEITO

DIOCLÉDIO RAGNINI

53/2013 PMJ TA 06

CONTRATO Nº 53/2013/PMJ – TA 06

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. DIOCLÉSIO RAGNINI e a Empresa T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 72.332.778/0001-09, estabelecida na Avenida 7 de Setembro, 211, sala 106, no Município de Maravilha – SC doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. MARCOS FERNANDES GASPAR DE LIMA, portador da Carteira de Identidade nº 1.717.885-1 – SESP/SC e CPF nº 665.162.939-53, residente e domiciliado na Avenida Presidente Kennedy, 509 – Bairro Padre Antônio, na cidade de Maravilha - SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 53/2013, firmado em 01/04/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 11/2013/PMJ, instaurado através do Edital de Concorrência nº 01/2013/PMJ, cujo objeto é prestação pela CONTRATADA de serviços de engenharia sanitária de limpeza pública no perímetro urbano do Município de Joaçaba, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA**CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO**

O valor do contrato fica suprimido em R\$ 1.563.251,16 (mil quinhentos e quatorze reais e sessenta e dois centavos), correspondentes a 40,93% do valor inicialmente contratado, em conformidade com o disposto no inciso II, do § 2º, do art. 65 da Lei 8.666/93, referente à supressão dos itens abaixo listados:

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Valor mensal
2	300,00	km	Varrição manual de vias e logradouros públicos	128,88
3	1,00	Eqp	Fornecimento de Equipe Apoio	91.606,93

CLÁUSULA SEGUNDA

Os efeitos do presente Termo passam a contar a partir de 13 de abril de 2017.

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 12 de abril de 2017.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA.

MARCOS FERNANDES GASPAR DE LIMA

Testemunhas: 1 _____ 2 _____

AVISO PL 8/2017/PMJ - CC 1/2017/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE CONTINUAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2017/PMJ

CONCORRÊNCIA Nº 01/2017/PMJ

Informamos a todos os interessados que o processo licitatório nº 08/2017/PMJ – concorrência nº 01/2017/PMJ, cujo objeto é “Contratação de empresa(s) especializada(s) para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para o Projeto de Eficiência Energética do Sistema de Iluminação Pública do Município de Joaçaba, SC, conforme Resolução nº 556/2013 e Procedimentos do Programa de Eficiência Energética PROPEE da ANEEL, compreendendo: LOTE 01 - Medição e verificação (M&V) inicial e final de resultados, incluindo os serviços de marketing (divulgação), treinamento e capacitação. LOTE 02 - Fornecimento e instalação de luminárias para Iluminação Pública com tecnologia de diodo emissor de luz (LED)” que os recursos protocolados até a data de hoje, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, estão disponíveis no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br), contando-se o prazo para apresentação dos possíveis contrarrazões nos termos da ata da sessão. Quaisquer informações podem ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br. Todas as informações relacionadas ao processo estão disponíveis para consulta no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br).

Joaçaba, 13 de abril de 2017.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Comissão de Licitação

DECRETO Nº 5.113 DE 13 DE ABRIL DE 2017.

DECRETO Nº 5.113 DE 13 DE ABRIL DE 2017.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELA LEI Nº 5.045 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016, PELO ARTIGO 15 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhes são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 53.000,00 (cinquenta e três mil reais), destinados a suplementar a dotação abaixo descritas, por conta do superávit financeiro exercício dos recursos ordinários do Município:

Órgão: 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade orçamentária: 01 – Secretaria Municipal de Educação

Proj./Atividade: 2.118 Manutenção da Frota da secretaria de Educação

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.00001.000000-273

Valor: R\$ 53.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 13 de abril de 2017

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

EDITAL 01/2017 - CEMITÉRIO

EDITAL Nº 01/2017

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), representado neste ato por seu Prefeito, Sr. DIOCLÉSIO RAGNINI, no uso de suas atribuições legais, torna público aos familiares das pessoas abaixo arroladas e que os restos mortais estão sepultados nas gavetas do Cemitério Municipal de Joaçaba há mais de 05 (cinco) anos, que:

Conforme Lei Complementar n.º 135 de 02 de fevereiro de 2007, no Capítulo VI, Art. 158, após o prazo legal serão depositados em ossário os restos mortais dos sepultados em gavetas, para serem reutilizadas para as pessoas de baixa renda e sem condições financeiras para adquirir terreno no Cemitério Municipal de Joaçaba.

Vircílio P dos Santos 15/11/1997

Terezinha dos Anjos 16/07/2000

Pedro Carlos de Sá 23/01/2006

Luiz M. Ignacio 17/04/2006

Antonio Machado da Silva 26/07/2006

Ione P. Fernandes 06/07/2007

Sebastião de Jesus dos Santos 04/12/2007

João ? 21/02/2008

João Maria Oliveira 01/04/2008

Joana Ivanir de Vargas 17/04/2008

Adão Antunes 12/10/2008

Leonardo Oliveira 19/12/2008

Maria Vieira 22/05/2009

José da Silva 14/10/2009

Francieli Sangali 21/10/2009

Alice Pereira dos Santos 26/10/200

Claudemir Maria Vitória Ambrósio dos Santos 20/11/2009

Jair Souza 08/07/2010

Antonio Gama 10/08/2010

Iracema de Oliveira Nunes 01/12/2010

Severino Magains 24/12/2010

Daotina Ribeiro 28/12/2010

Assim, solicita-se que, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação do presente Edital, os familiares das pessoas acima arroladas, querendo, procedam à retirada dos restos mortais conforme já especificado.

Joaçaba (SC), 13 de abril de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

EXTRATO PP 17/2017/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2017/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2017/PMJ

Objeto: A aquisição de implementos agrícolas para atender a demanda da Secretaria de Desenvolvimento Social, setor de Agricultura, do Município de Joaçaba, SC, conforme itens arrolados no Anexo I deste Edital. Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até às 14h do dia 02/05/2017. Processamento do Pregão: às 14h do dia 02/05/2017, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 07 de abril de 2017.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação.

MICHEL CARLESSO - Secretário

HOMOLOG PL 04/2017 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 04/2017/FMS – PP 03/2017/FMS

A Secretária de Saúde VALMOR JOÃO REISDORFER, no uso de suas atribuições, resolve:

HOMOLOGAR : o Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de fraldas descartáveis, infantis e geriátricas, destinadas a manutenção dos programas e serviços atendidos pela Assistência Social da Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.

Empresas Vencedoras:

DIMERIOS COMERCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS EIRELI

VALOR R\$ 1.520,00

JARDIM COSMETICOS LTDA-ME

VALOR R\$ 59.120,00

LITORALM COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS EIRELI

VALOR R\$ 72.420,00

FISCAIS: ALINE ELIZABETH MINKS

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 10 de abril de 2017

VALMOR JOÃO REISDORFER

Secretario- FMS

HOMOLOG PL 06/2017 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 06/2017/FMS – PP 05/2017/FMS

A Secretária de Saúde VALMOR JOÃO REISDORFER, no uso de suas atribuições, resolve:

HOMOLOGAR : a contratação de seguros destinados aos veículos da frota da Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.

Empresas Vencedoras:

GENTE SEGURADORA S.A

VALOR R\$ 140.000,00

FISCAIS: ILTON A. SCHMITZ

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 10 de abril de 2017

VALMOR JOÃO REISDORFER

Secretario- FMS

HOMOLOG PL 21/2017 PP 15/2017 PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 21/2017/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2017/PMJ

O Prefeito do Município de Joaçaba, Sr. Dioclésio Ragnini, no uso de suas atribuições, resolve:

HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 21/2017/PMJ.

- Modalidade: Pregão Presencial 15/2017.

Objeto: a contratação de serviços de consultoria e assessoria para captação de recursos, elaboração de projetos e a gestão de convênios firmados junto ao Governo Federal, Governo do Estado de Santa Catarina, instituições financeiras públicas e privadas, com o objetivo de promover a realização de obras e serviços para a população do Município de Joaçaba, e as devidas prestações de contas, sempre em conformidade com as sistemáticas estabelecidas pelos diversos órgãos dos entes convenientes.

-Empresa Vencedora:

DALLTOR ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA-ME

VALOR R\$: 62.400,00 (sessenta e dois mil e quatrocentos reais)

FISCAIS: Gabriella Balestrin e Ligia Adriane Darold da Silva

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 12 de abril de 2017.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Dioclésio Ragnini - Prefeito

PL 01/2017/FUNREBOM - PP 01/2017/FUNREBOM

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2017/FUNREBOM

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017/FUNREBOM

Objeto: A aquisição de aparelhos de oximetria, destinados às atividades de atendimento pré-hospitalar envolvendo monitoramento e acidentes cardíacos, desenvolvidas pelo Corpo de Bombeiros Militar de Joaçaba. Forma de Julgamento: Menor Preço Item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até às 14h, do dia 04/05/2017. Processamento do Pregão: às 14h do dia 04/05/2017, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão

Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 12 de abril de 2017.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

DIOCLÉSIO RAGNINI – Prefeito

FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS - FUNREBOM

PORTARIA N.º 912

PORTARIA Nº 912 DE 05 DE ABRIL DE 2017

“REDUZIR A CARGA HORÁRIA DO SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 28 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE ,

1º REDUZIR A CARGA HORÁRIA do cargo de Fisioterapeuta, Categoria 10, Grupo V – TEC, Código do Cargo 5.0 de 40 para 30 horas semanais, reduzindo-se proporcionalmente os vencimentos, conforme decisão proferida através de ação ordinária (procedimento comum ordinário) n.º 5002415-55.2011.404.7203/SC da Justiça Federal – Seção Judiciária de Santa Catarina VF e JEF de Joaçaba.

2º Aplica-se esta decisão ao servidor JANAINA MAROSTICA ocupante do cargo de fisioterapeuta.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde a data de sua nomeação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 05 de abril de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 914

PORTARIA Nº 914 DE 05 DE ABRIL DE 2017

“ALTERA CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ALTERAR A CARGA HORÁRIA do(a) Servidor(a) Sr.(a) BRUNA MARIA BARANCELLI ALVES, Professor Nível I (Licenciatura), conforme pedido administrativo da Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos – Lei Complementar n.º 76/2003 de 20 (vinte) para 40 (Quarenta) horas semanais, a partir de 03 de abril de 2017, em especial pela aposentadoria da Sra. Divanete Maria Trevisol Sanguinini.

Art. 2º – Art. 1º CONCEDER REMOÇÃO a(o) Sr(a). BRUNA MARIA BARANCELLI ALVES, Professor Nível I (Licenciatura), da Escola

Municipal Frida Regensburger, de acordo com o art. 37, § 1º, inciso II, da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º CONCEDER LOTAÇÃO a(o) Sr(a). BRUNA MARIA BARAN-CELLI ALVES, Professor Nível I (Licenciatura), no Centro Educacional Roberto Trompowski, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e conforme pedido administrativo memorando nº 55/2017 da Secretaria Municipal de Educação, sendo que tal lotação efetiva-se a partir de 03 de abril de 2017.

Art. 4º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 03 de abril de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 05 de abril de 2017.
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 915

PORTARIA Nº 915 DE 05 DE ABRIL DE 2017
"TRANSFERIR SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

DIOCLELIO RAGNINI, Prefeito Municipal de Joaçaba-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei

RESOLVE

Art. 1º - TRANSFERIR o(a) Servidor(a) Sr. GESSI DE OLIVEIRA BARROS DOS SANTOS, Auxiliar de Serviços Internos, lotado na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa para a Procuradoria Jurídica – Casa da Cidadania, conforme memorando nº 50/2017 da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 03 de abril de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 05 de abril de 2017.
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 916

PORTARIA Nº 916 DE 05 DE ABRIL DE 2017
"TRANSFERIR SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

DIOCLELIO RAGNINI, Prefeito Municipal de Joaçaba-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei

RESOLVE

Art. 1º - TRANSFERIR o(a) Servidor(a) Sr. DULCE DE OLIVEIRA BARROS FRANÇA, Auxiliar de Serviços Internos, lotado na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa para a Secretaria Municipal de Educação, conforme memorando nº 49/2017 da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 03 de abril de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 05 de abril de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 917

PORTARIA Nº 917 DE 05 DE ABRIL DE 2017
"TRANSFERIR SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

DIOCLELIO RAGNINI, Prefeito Municipal de Joaçaba-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei

RESOLVE

Art. 1º - TRANSFERIR o(a) Servidor(a) Sr. ELIANE CRISTINA HIL-DEBRANDO DE CORDOVA, Auxiliar de Serviços Internos, lotado na Divisão do Cemitério Municipal para a Secretaria Municipal de Educação, conforme memorando nº 49/2017 da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 03 de abril de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 05 de abril de 2017.
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 918

PORTARIA Nº 918 DE 05 DE ABRIL DE 2017
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 76/2003, resolve:

Art. 1º – PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO, até 15 de dezembro de 2017, do(a) Servidor(a) Sr.(a) ANGELA APARECIDA FERRONATO RAMOS, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado em 21º lugar no edital nº 014/2016 – Edital de teste seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, conforme memorando nº 134/2017 da Secretaria Municipal de Educação, atuando junto a extensão de pré-escolar do NUPERAJO.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 03 de março de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 05 de abril de 2017.
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 919

PORTARIA Nº 919 DE 05 DE ABRIL DE 2017

"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, resolve:

Art. 1º – PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO, até 15 de dezembro de 2017, do(a) Servidor(a) Sr.(a) ELIZABETE DA CRUZ, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado em 26º lugar no edital n.º 014/2016 – Edital de teste seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, conforme memorando n.º 134/2017 da Secretaria Municipal de Educação, atuando na substituição de licença maternidade e posterior férias.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 11 de abril de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 05 de abril de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 920

PORTARIA Nº 920 DE 05 DE ABRIL DE 2017

"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, resolve:

Art. 1º – PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO, até 15 de dezembro de 2017, do(a) Servidor(a) Sr.(a) LUCIANE CARPEGIANI, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado em 33º lugar no edital n.º 014/2016 – Edital de teste seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, atuando nas substituições de licença prêmio dos servidores efetivos.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 10 de março de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 05 de abril de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 921

PORTARIA Nº 921 DE 05 DE ABRIL DE 2017

"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, resolve:

Art. 1º – PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO, até 15 de dezembro de 2017, do(a) Servidor(a) Sr.(a) MAYARA MACHADO, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado em 30º lugar no edital n.º 014/2016 – Edital de teste seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, atuando nas substituições de licença prêmio dos servidores efetivos.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 04 de março de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 05 de abril de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 922

PORTARIA Nº 922 DE 05 DE ABRIL DE 2017

"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, resolve:

Art. 1º – PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO, até 15 de dezembro de 2017, do(a) Servidor(a) Sr.(a) TRAUDI FATIMA BORTOLINI BORTOLOSSI, Auxiliar de Serviços Internos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado em 05º lugar no edital n.º 014/2016 – Edital de teste seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, atuando até a realização de concurso público.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 28 de fevereiro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 05 de abril de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 923

PORTARIA Nº 923 DE 05 DE ABRIL DE 2017

"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, resolve:

Art. 1º – PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO, até 15 de dezembro de 2017, do(a) Servidor(a) Sr.(a) VALERIA ALVES GOMES, Auxiliar de Serviços Internos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado em 06º lugar no edital n.º 014/2016 – Edital de teste seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, atuando até a realização de concurso público.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 08 de março de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 05 de abril de 2017.
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 924

PORTARIA Nº 924 DE 06 DE ABRIL DE 2017

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) NOELI MARIA DA SILVA, Auxiliar de Serviços Internos, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do processo protocolado sob n.º 415/2017, referente ao período de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 20 de março de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de março de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 06 de abril de 2017.
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 925

PORTARIA Nº 925 DE 06 DE ABRIL DE 2017

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) EUNICE ROSANELLI VAGNER, Professor Nível II (Pós Graduação), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme pedido protocolado através do processo

nº 343/2017 de 13 de fevereiro de 2017, referente ao período de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 27 de março de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 27 de março de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 06 de abril de 2017.
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 926

PORTARIA Nº 926 DE 06 DE ABRIL DE 2017

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) ROSANA SCHAUFFLER HEBERLE, Professor Nível II (Pós Graduação), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme pedido protocolado através do processo nº 408/2017 de 16 de fevereiro de 2017, referente ao período de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 05 de abril de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 05 de abril de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 06 de abril de 2017.
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 927

PORTARIA Nº 927 DE 06 DE ABRIL DE 2017

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) CLARICE MARIA PECCIN HENDERLE, Professor Nível II (Pós Graduação), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme pedido protocolado através do processo nº 562/2017 de 24 de fevereiro de 2017, referente ao período de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 05 de abril de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 05 de abril de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 06 de abril de 2017.
DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 928

PORTARIA Nº 928 DE 06 DE ABRIL DE 2017
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) IVANA DE FATIMA SILVA MACHADO, Professor Pós Graduado Nível II (Mestrado – cargo em extinção), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, solicitada através do processo n.º 491/2017 de 20 de fevereiro de 2017, referente ao período de 20 de fevereiro de 2000 a 31 de dezembro de 2003 (69 dias – 18 usufruídos), por um período de 18 (dezoito) dias, a partir de 10 de abril de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 10 de abril de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 06 de abril de 2017.
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 929

PORTARIA Nº 929 DE 06 DE ABRIL DE 2017
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) LUCINEIA DALMEDICO BRANDAO, Professor Nível II (Pós Graduação), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme pedido protocolado através do processo nº 420/2017 de 17 de fevereiro de 2017, referente ao período de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 24 de abril de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 24 de abril de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 06 de abril de 2017.
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 930

PORTARIA Nº 930 DE 06 DE ABRIL DE 2017
"CONCEDE AFASTAMENTO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O Prefeito Municipal de Joaçaba-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE:

Art. 1º – CONCEDER ao Servidor GESSI DE OLIVEIRA BARROS FRANÇA, Auxiliar de Serviços Internos, redução de carga horária independentemente de compensação e sem prejuízo da remuneração, de acordo com o Art. 96-A, da Lei Complementar 276/2014 de 05 de setembro de 2014, conforme apresentação de do § 1º da referida lei, laudo expedido na perícia médica deverá informar o grau da deficiência e se dela decorre a necessidade de acompanhamento constante de outra pessoa.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 06 de abril de 2017.
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 931

PORTARIA Nº 931 DE 06 DE ABRIL DE 2017
"CONCEDE AFASTAMENTO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O Prefeito Municipal de Joaçaba-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE:

Art. 1º – CONCEDER ao Servidor JOSELAINE VIEIRO CANALE, Professor Nível II (Pós Graduação), redução de carga horária independentemente de compensação e sem prejuízo da remuneração, de acordo com o Art. 96-A, da Lei Complementar 276/2014 de 05 de setembro de 2014, conforme apresentação de do § 1º da referida lei, laudo expedido na perícia médica deverá informar o grau da deficiência e se dela decorre a necessidade de acompanhamento constante de outra pessoa.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 06 de abril de 2017.
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 913

PORTARIA Nº 913 DE 05 DE ABRIL DE 2017
"REDUZIR A CARGA HORÁRIA DO SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 28 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE ,

1º REDUZIR A CARGA HORÁRIA do cargo de Fisioterapeuta,

Categoria 10, Grupo V – TEC, Código do Cargo 5.0 de 40 para 30 horas semanais, reduzindo-se proporcionalmente os vencimentos, conforme decisão proferida através de ação ordinária (procedimento comum ordinário) n.º 5002415-55.2011.404.7203/SC da Justiça Federal – Seção Judiciária de Santa Catarina VF e JEF de Joaçaba.

2º Aplica-se esta decisão ao servidor KARINE GUIZZO TEIXEIRA ocupante do cargo de fisioterapeuta.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde a data de sua nomeação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 05 de abril de 2017.
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

RESOLUÇÃO Nº 05/2017 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 05/2017
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
"DISPÕE SOBRE PROCEDIMENTOS PARA PAGAMENTO DE AULA EXCEDENTES"

A Secretária de Educação de Joaçaba (SC), no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer procedimentos referentes ao pagamento de aulas excedentes aos professores da rede municipal de ensino.

Art. 2º - As aulas excedentes, aulas que ultrapassam a quantidade fixada de acordo com a carga horária do professor, serão pagas ao final do mês, junto à remuneração mensal, de acordo com a carga horária do professor e em conformidade com os critérios da LC 210/2011.

Parágrafo único – Para contagem de aulas excedentes será considerada 01 (uma) aula excedente a cada quatro aulas trabalhadas no mês ou a cada quatro horas de trabalho.

Art. 3º - Será de responsabilidade da unidade escolar (diretor/assistente de direção) encaminhar à Secretaria de Educação a relação de aulas excedentes até o dia 20 (vinte) de cada mês, sendo que, se encaminhado após esta data, será pago no mês subsequente.

Art. 4º - Para efeitos de pagamento serão consideradas aulas excedentes as aulas efetivamente trabalhadas.

Art. 5º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, 13 de abril de 2017.
Marilena Zanoello Detoni
Secretária Municipal de Educação

RESOLUÇÃO Nº: 08/CMAS-JBA

Resolução Nº: 08/CMAS-JBA

Analisa e aprova o Plano de Ação 2017 para Cofinanciamento do Governo Federal do Sistema Único da Assistência Social – SUAS – ao FMAS de Joaçaba/SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Joaçaba, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Federal 8.742, de 07 de dezembro de 1993, pela Lei 2.340, de 22 de março de 1996 e de acordo com a deliberação da Reunião Ordinária do Conselho, realizada em 12 de abril de 2017.

CONSIDERANDO:

As portarias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS – abaixo relacionadas, que serviram de orientação para a análise do Plano de Ação:

Portaria MDS/GM nº 754 de 20 de outubro de 2010,
Portaria 442 de 26 de agosto de 2005,
Portaria 288 de 02 de setembro de 2009,
Portaria 404 de 03 de dezembro de 2009,
Portaria 848 de 28 de dezembro de 2010,
Portaria 431/2008; 730/2010; 440/2005; 460/2007; 843/2010 parte 1 e 2,
Portaria 07/2012,
Portaria 134/2013 e,
A Lei 12.435/2011,
Portaria 113 de 10 de dezembro de 2015.

Que o Plano de Ação é um instrumento eletrônico de planejamento utilizado pela SNAS – Secretaria Nacional de Assistência Social – para lançamento e validação anual das informações necessárias para a continuidade da transferência regular e automática dos recursos do Cofinanciamento federal dos serviços socioassistenciais de proteção social básica e proteção social especial de média e alta complexidade.

Que os recursos são utilizados nos serviços socioassistenciais do Município de Joaçaba nos Serviços de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Plano de Ação 2017 para Cofinanciamento do Governo Federal do Sistema Único da Assistência Social – SUAS – ao Fundo Municipal de Assistência Social de Joaçaba/SC.

Parágrafo único – O parecer 08/2017 é parte integrante da presente resolução.

Art. 2º - A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Joaçaba (SC), 12 de abril de 2017.
Ivone Zanatta
Presidente CMAS – Joaçaba/SC

03/2017 FMS

Página: 1/5

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2017

Número do Registro de Preços: 3/2017 **Data do Registro: 10/04/2017** **Válido até: 10/04/2018**
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de fraldas descartáveis, infantis e geriátricas, destinadas a manutenção dos programas e serviços atendidos pela Assistência Social da Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Fralda descartável, polpa de celulose, polímero superabsorvente, filme de polietileno, não tecido de fibras de polipropileno, não tecido de fibras de poliéster, adesivos, elásticos, Tamanho GG (Adulto)	UN	LITORALM COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS EIRELI (4533)	CONFIANÇA	0	0,8800	1
			JARDIM COSMETICOS LTDA -ME (7650)	VENEZA	0	0,8800	2
			DIMERIOS COMERCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS EIRELI - (2209)	DESCARPACI	0	0,9500	3
2	Fralda descartável, polpa de celulose, polímero superabsorvente, filme de polietileno, não tecido de fibras de polipropileno, não tecido de fibras de poliéster, adesivos, elásticos, Tam. G(adulto),	UN	JARDIM COSMETICOS LTDA -ME (7650)	VENEZA	0	0,8800	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6038)	DESCARPACI	0	0,8700	2
			LITORALM COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS EIRELI (4533)	CONFIANÇA	0	0,9000	3
			DIMERIOS COMERCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS EIRELI - (2209)	DESCARPACI	0	0,9500	4
3	Fralda descartável, polpa de celulose, polímero superabsorvente, filme de polietileno, não tecido de fibras de polipropileno, não tecido de fibras de poliéster, adesivos, elásticos, Tam. M(adulto),	UN	LITORALM COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS EIRELI (4533)	CONFIANÇA	0	0,8100	1
			JARDIM COSMETICOS LTDA -ME (7650)	VENEZA	0	0,8200	2
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6038)	DESCARPACI	0	0,8700	3
4	Fralda descartável, polpa de celulose, polímero superabsorvente, filme de polietileno, não tecido de fibras de polipropileno, não tecido de fibras de poliéster, adesivos, elásticos, Tam. P(adulto),	UN	JARDIM COSMETICOS LTDA -ME (7650)	VENEZA	0	0,8900	1

Página: 2/5

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2017

Número do Registro de Preços: 3/2017 **Data do Registro:** 10/04/2017 **Válido até:** 10/04/2018
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de fraldas descartáveis, infantis e geriátricas, destinadas a manutenção dos programas e serviços atendidos pela Assistência Social da Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
5	Fralda descartável, polpa de celulose, polímero superabsorvente, filme de polietileno, não tecido de fibras de polipropileno, não tecido de fibras de poliéster, adesivos, elásticos, Tamanho GG (Infantil).	UN	PRODUALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6038)	DESCARPAC	0	0,7000	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (5223)	DESCARPAC	0	0,7800	3
			JARDIM COSMETICOS LTDA - ME (7650)	JARDIM	0	0,4000	1
			LITORALM COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS EIRELI (4533)	CONFIANÇA	0	0,4200	2
6	Fralda descartável, polpa de celulose, polímero superabsorvente, filme de polietileno, não tecido de fibras de polipropileno, não tecido de fibras de poliéster, adesivos, elásticos, TAMANHO G (INFANTIL).	UN	DIMERIOS COMERCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS EIRELI - (2209)	BABY CHICK	0	0,4300	3
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (5223)	DESCARPAC	0	0,5500	4
			LITORALM COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS EIRELI (4533)	CONFIANÇA	0	0,4000	1
			DIMERIOS COMERCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS EIRELI - (2209)	BABY CHICK	0	0,4100	2
7	Fralda descartável, polpa de celulose, polímero superabsorvente, filme de polietileno, não tecido de fibras de polipropileno, não tecido de fibras de poliéster, adesivos, elásticos, Tamanho GG (Infantil).	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (5223)	DESCARPAC	0	0,4500	3
			LITORALM COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS EIRELI (4533)	CONFIANÇA	0	0,3800	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (5223)	DESCARPAC	0	0,4200	2
			LITORALM COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS EIRELI (4533)	CONFIANÇA	0	0,3800	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2017

Página: 3/5

Número do Registro de Preços: 3/2017		Data do Registro: 10/04/2017		Válido até: 10/04/2018		Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de fraldas descartáveis, infantis e geriátricas, destinadas a manutenção dos programas e serviços atendidos pela Assistência Social da Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.			
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
			DIMERIOS COMERCIO DE MATERIAS CIRURGICOS EIRELI - (2209)	BABY CHICK	0	0,4400	3		
8	Fralda descartável, polpa de celulose, polímero superabsorvente, filme de polietileno, não tecido de fibras de polipropileno, não tecido de fibras de poliéster, adesivos, elásticos, TAMANHO P (INFANTIL)	UN	LITORAL COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS EIRELI (4633)	CONFIANÇA	0	0,3600	1		
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (5223)	DESCARPACT	0	0,3800	2		
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6038)	DESCARPACT	0	0,4100	3		
9	Fralda descartável, polpa de celulose, polímero super absorvente, filme de polietileno, não tecido de fibras de polipropileno, não tecido de fibras de poliéster, adesivos, elásticos - Tamanho RN (infantil)	UN	DIMERIOS COMERCIO DE MATERIAS CIRURGICOS EIRELI - (2209)	BABYCHICK	0	0,3800	1		

Página: 4/5

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2017

Número do Registro de Preços: 3/2017		Data do Registro: 10/04/2017		Válido até: 10/04/2018			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de fraldas descartáveis, infantis e geriátricas, destinadas a manutenção dos programas e serviços atendidos pela Assistência Social da Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			LITORALM COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS EIRELI (4533)	CONFIANÇA	0	0,3900	2

Página: 5/5

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2017**

Número do Registro de Preços: 3/2017		Data do Registro: 10/04/2017		Válido até: 10/04/2018			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de fraldas descartáveis, infantis e geriátricas, destinadas a manutenção dos programas e serviços atendidos pela Assistência Social da Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2017

PROCESSO Nº 4/2017

(2209) - DIMERIOS COMERCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS EIRELI -
(4533) - LITORALM COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS EIRELI
(5223) - METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
(6038) - PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
(7650) - JARDIM COSMETICOS LTDA - ME

Joaçaba, 10 de Abril de 2017.

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PL 013/2017**

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JOAÇABA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
PROVENIENTE DO PROCESSO DE LICITAÇÃO NR. 013/2017
DISPENSA NR. 009/2017

CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA
CONTRATADA: PRODITAL PROJETO ELETRÔNICOS LTDA - EPP
OBJETO: aquisição de 01 (um) cronômetro regressivo digital e 01 (um) display remoto com 04 (quatro) dígitos, visando a atender as necessidades de controle de tempo durante as sessões plenárias da Câmara de Vereadores de Joaçaba - SC.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 3.117,00 (três mil, cento e dezessete reais).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 24, II da Lei nr. 8.666/1993.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas provenientes da execução deste contrato correrão por conta da seguinte Dotação

Orçamentária:

CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA 01.01.2.001.4.4.90.00.0
0.00.00.00-MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO COMPLEM.:
4.4.90.52.04.00.00.00 FONTE DE RECURSOS: 1001 - RECURSOS
ORDINÁRIOS.

Joaçaba (SC), 13 de abril de 2017.

FRANCISCO MOREIRA LOPES

Presidente da Câmara de Vereadores de Joaçaba

CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Licitações

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA**BALANCETE FINANCEIRO MARÇO/2017 FMS****ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Liquidada

Betha Sistemas

Exercício de 2017

Período: Março

Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	947.765,55	ORÇAMENTÁRIAS	1.920.280,85
RECEITA TRIBUTÁRIA	54.180,72	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.817.183,55
RECEITA PATRIMONIAL	24.635,61	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	875.200,54
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	868.949,22	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	927.570,51
		INVESTIMENTOS	14.412,50
		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	103.097,30
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	102.299,01
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	798,29
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	705.000,00		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	705.000,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.164.125,58	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.309.353,10
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	3.664,99	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	3.664,99
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	230.400,56	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	299.845,48
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	1.930.060,03	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	1.935.294,86
		RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	70.547,77
SALDOS ANTERIORES	4.352.458,30	SALDOS ATUAIS	3.939.715,48
BANCO C/ MOVIMENTO	707.318,64	BANCO C/ MOVIMENTO	545.606,70
BANCOS C/ VINCULADAS	3.645.139,66	BANCOS C/ VINCULADAS	3.394.108,78
TOTAL	8.169.349,43	TOTAL	8.169.349,43

JOAÇABA, 13/04/2017

VALMOR JOAO REISDORFER
Ordenador de Despesa - Secretário Saúde

ELIANE APARECIDA CERON VIER
Contador CRC SC 021520/O-0

ELIZETE MARQUES
TESOUREIRO



IMPRES - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA**PORTARIA Nº 200 DE 12 DE ABRIL DE 2017 - MARCIA FRANZOI**

PORTARIA Nº 200 DE 12 DE ABRIL DE 2017

A Diretora/Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba – IMPRES, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, da Lei Complementar nº 099/2005, de 24 de junho de 2005, e suas alterações, e tendo em vista o que consta do Requerimento nº 218 de 12 de abril de 2017, resolve:

Art. 1º - Conceder aposentadoria por tempo de contribuição, com proventos integrais, a MARCIA FRANZOI, inscrita no CPF nº 032.360.968-61, portadora da Cédula de Identidade nº 11/R 549.336, expedida pela SSP/SC, inscrita no PASEP sob o nº 124.8401920-5, ocupante do cargo de Professora Pós Graduada, Nível II, Classe "B-VII", lotada na Secretaria de Educação, do quadro efetivo da Prefeitura de Joaçaba, matrícula funcional nº 8.155, nos termos do artigo 22 da Lei Complementar nº 099/2005, c/c artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003.

Art. 2º - Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100,00% (cem por cento) da última remuneração de contribuição da servidora.

Parágrafo Único – Os proventos serão reajustados de acordo com o artigo 53 da Lei Complementar nº 099/2005.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, 12 de abril de 2017.
ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora/Presidente

Lacerdópolis

PREFEITURA

ATA REGISTRO DE PREÇO 04/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA																				Página: 1/6	
MUNICÍPIO DE LACERDOPOLIS				Processo Nº.: 5/2017																	
				PREGÃO PRESENCIAL Nº. 5/2017																	
				ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 4/2017																	
<p>No dia 12 do mês de Abril do ano de 2017, o MUNICÍPIO DE LACERDOPOLIS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.939.471/0001-24, com sede administrativa localizada na RUA 31 DE MARCO 1050, bairro CENTRO, CEP nº. 89660-000, nesta cidade de Lacerdópolis/SC, neste ato representado pelo(a) PREFEITO, o Sr(a). SERGIO LUIZ CALEGARI, inscrito no CPF sob o nº. 596.847.989-20, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15, da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal nº. 7.892/2013, Decreto Municipal nº 024/2011, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL nº. 5/2017 Processo Licitatório nº 5/2017. RESOLVE: registrar o(s) preço(s) da(s) empresa(s), de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) por item, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:</p>																					
1. DO OBJETO E DO PREÇO UNITÁRIO E TOTAL																					
1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS visando futuras e possíveis contratações, com pedidos parcelados de:																					
Código		Nome da Empresa										Itens									
8559		CAPINZAL CENTER LTDA ME										1, 2, 3, 5, 8, 11, 13, 14, 17, 18, 21, 22, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 34, 35									
7938		COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA										4, 9, 10, 12, 15									
9206		GILBERTO DE ARAÚJO COMERCIO - ME										7, 19, 31, 32, 33									
8897		MERCADO MUNARI LTDA ME										16, 20, 23, 27									
Empresas				CNPJ / CPF				Nome do Representante								CPF					
CAPINZAL CENTER LTDA ME				07.383.088/0001-17				ENIO DELAZERI								45353310063					
COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA				05.758.684/0001-09				ROBERTO ANTONIO TESSARO								51808692934					
GILBERTO DE ARAÚJO COMERCIO - ME				26.478.549/0001-80				AIRTON SILVA DA MOTTA								94732876900					
MERCADO MUNARI LTDA ME				10.878.273/0001-97				ANTONIO CARLOS DA SILVA STEFANES								59083433900					
Fornecedor: 7938 - COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA																					
Item	Especificação										Unid	Marca		Quantidade		Preço Unitário		Preço Total			
4	Luva composta de látex natural aditivado, impermeabilizada com verniz silver, agente redutor antialérgico. Palma antiderrapante, resistente a atrito, perfuração e corte. tamanhos P, M e G, o par										UN	DANY		120,000		3,1500		378,00			
9	Saco para lixo 100 lts. Pct c/ 25 Unid. Cor preto, reforçado, picotado, dentro das normas da ABNT, medindo 75x105 cm, composição 98% polietileno e 2% masterback, cada rolo c/ 25 unid.										UN	VISION		150,000		8,7500		1.312,50			
10	Saco para lixo 50 lts. Pct c/ 50 Unid. Cor preto, reforçado, picotado, dentro das normas da ABNT, medindo 39x58 cm, composição 98% polietileno e 2% masterback, cada rolo c/ 50 unid.										UN	VISION		150,000		8,4500		1.267,50			
12	Saco para lixo 15 lts. Pct c/ 50 Unid. Cor preto, reforçado, picotado, dentro das normas da ABNT, medindo 39x58 cm, composição 98% polietileno e 2% masterback, cada rolo c/ 100 unid.										UN	VISION		150,000		8,6500		1.297,50			
15	Alcool etílico embalagem de 1l. 92,8º inpm com registro na ANVISA										UN	MEGA		300,000		6,3500		1.905,00			

										Total										6.160,50									
Fornecedor: 8559 - CAPINZAL CENTER LTDA ME																													
Item		Especificação										Unid		Marca		Quantidade		Preço Unitário				Preço Total							
1		Esponja de lã de aço carbono 44g embalagem com 8 unidades										UN		reluz		60,000		1,4200				85,20							
2		Cabo de vassoura de madeira revestido de material pet com rosca universal medindo 1,20cm										UN		dalcin		30,000		2,1800				65,40							
3		Esponja de louça multiuso verde e amarela, pct. Com 3 unid. Dupla face 110x74x23mm, composição espuma de poliuretano abrasivo fibra sintética.										UN		betanin		100,000		2,2000				220,00							
5		Pano de chão alvejado medindo 40cmx70cm										UN		belmond		60,000		4,1000				246,00							
8		Rodo plástico 60 cm com cabo de madeira										UN		dalcin		30,000		12,8200				384,60							
11		Saco para lixo 30 lts. Pct c/ 50 Unid. Cor preto, reforçado, picotado, dentro das normas da ABNT, medindo 39x58 cm, composição 98% polietileno e 2% masterback, cada rolo c/ 50 unid.										UN		star		120,000		8,0000				960,00							
13		Copo descartável180ml, transparente pct c/ 100 unid.										UN		nosso copo		350,000		3,2000				1.120,00							
14		Toalha de papel multiuso, contém 2 rolos com 60 toalhas de 19cmX22cm cada, branco de boa qualidade. Composição: 100% fibras naturais.										UN		sorella		150,000		3,0900				463,50							
17		Pano de limpeza microfibra medindo 60cmx-38cm. Composto por 90%poliester, 10% poliamida.										UN		belmondi		80,000		7,6900				615,20							
18		Toalha para cozinha medindo48cmx68cm										UN		belmondi		80,000		3,2900				263,20							
21		Sabão em pó com alvejante seguro, composição: tensoativo aniônico, tamponantes, coadjuvante, sinergista, branqueador óptico, corantes, alvejantes, essência, carga e água. Contém aquil benzeno sulfanato de sódio, embalagem de 5 kg										UN		class		70,000		28,7500				2.012,50							
22		Vassoura de nylon reforçada, c/ sepa de plástico, c/ cerdas de nylon felpudas na ponta, composta de no mínimo 60 tufos, organizados no mínimo de 4 por 15 fileiras e cada tufo formado por no mínimo 14 cerdas de nylon macio e felxivel c/ pontas de comprimento de 14 cm, c/ no mínimo 27 cm de base, c/ cabo de madeira ou tubo metálico, revestido de película plástica, c/ no mínimo 1,10 mts e no máximo 1,25 mts de comprimento, inclusa ponta plástica com rosca p/ fixar na vassoura.										UN		dalcin		60,000		7,6500				459,00							
24		Rodo de espuma medindo 25x9,8 cm c/ cabo de 1,20 mts										UN		guirado		20,000		9,7900				195,80							
25		Detergente p/ louça concentrado em gel neutro 500 ml										UN		naturatte		400,000		1,3000				520,00							
26		Papel higiênico branco rolo c/ 60 mts, folha simples, picotado e grofado, pacote c/ 16 rolos										UN		topy		250,000		10,4500				2.612,50							
28		Filtro para café dupla costura nº 103 com 30 unidades										UN		supremo		50,000		1,8500				92,50							
29		Filtro para café dupla costura nº 102 com 30 unidades										UN		supremo		50,000		1,6900				84,50							
30		Amaciante de roupas concentrado embalagem 5 lts.										UN		naturarte		50,000		10,9800				549,00							
34		Neutralizador de odores 500ml										UN		ultra		60,000		5,8200				349,20							
35		Álcool gel 480ml										UN		tupy		100,000		4,5200				452,00							
										Total										11.750,10									

Fornecedor: 8897 - MERCADO MUNARI LTDA ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
16	Fosforo 5 cm, clorato de potássio e aglutinantes caixa com 200 palitos.	UN	GABOARDI	40,000	2,2100	88,40
20	Sabão glisserinado neutro 200g pacote com 5un. Composição,acido graxos de gordura animal, acido graxo de gordura vegetal, neutralizantes, corantes, coadjuvantes fragrância e água.	UN	ZAVASKI	30,000	6,0900	182,70
23	Cera líquida auto brilho 750ml, composição: agente de polimento, formador de filma, cera natural e sintética, coadjuvante, alcalinizante, plastificante, preservante, essência, corante tensoativa não iônica eveículo. Cor vermelha ou amarela	UN	BRY	120,000	6,8400	820,80
27	Saponáceo cremoso 300ml, composição: tensoativos, aniônico e não aniônico, espessante, alcalinizantes, abrasivo,preservante, fragrância, veículo, linear alquibenzeno sulfanato de sódio.	UN	SANY	200,000	2,6400	528,00
					Total	1.619,90

Fornecedor: 9206 - GILBERTO DE ARAÚJO COMERCIO - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
7	Água sanitária c/ teor de sódio 2% a 2,5%, embalagem 5 lts	UN	MAIS BRILHO	80,000	9,6500	772,00
19	Papel higiênico rolo, fardo c/ 8 rolos de 300 x10 cm, branco de boa qualidade, 100% celulose virgem	FD	PLUB,S	80,000	34,5000	2.760,00
31	Sabonete líquido embalagem 5 lts, fragrância erva-doce, cremoso gel, cor-verde-perolado, composição lauriléter, sulfanato de sódio edta, dietanalimida de ácido graxo de coco, dieterato de polietilenoglicol 6000, diesterato de etilenaglicol olamida de coco.	UN	PREMISSE	40,000	26,7000	1.068,00
32	Multiuso concentrado ação desengordurante, embalagem 5 lts, limpador instantâneo, limpeza pesada, composição: linear alquil benzeno, sulfanato de sódio, tensoativo não iônico, alcalinizante, sequestrante, solubilizante, éter glicólico, álcool, perfume e água/unidade de	UN	LHE	80,000	19,9600	1.596,80
33	Limpador específico para remoção de sujeiras e crostas embalagem 5 lts. Limpador instantâneo, limpeza pesada, desengordurante, composição: linear aquil benzeno, sulfanato de sódio, tensoativo não iônico, alcalinizante, sequestrante, solubilizante, éter glicólico, álcool, perfume e água/unidade de	UN	MAIS BRILHO	80,000	12,9000	1.032,00
					Total	7.228,80

1.2. Os quantitativos são mera expectativa de contratação. O Município de Lacerdópolis e o Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis reservam-se o direito de contratar apenas as quantidades necessárias para suprir as necessidades das Secretarias. Após o término da vigência da Ata os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba ao Fornecedor, qualquer direito de indenização ou reclamação.

1.3. Integram a presente Ata de Registro de Preços o Edital de Pregão Presencial nº 5/2017, Processo Licitatório nº 5/2017 e a proposta apresentada pelo Fornecedor acima discriminado, bem como a planilha de lances ofertados pelo Fornecedor vencedor dos itens acima, conforme NORMAS ESTABELECIDAS NO RESPECTIVO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL E SEUS ANEXOS.

2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E DO REAJUSTE

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade pelo período de 12 meses, contados a partir da data de assinatura da presente Ata de registro de preços.

2.2. Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente Ata caberá ao Secretário Solicitante ou pessoa designada, conforme conste no respectivo Termo de Referência, anexo ao processo.

3.2. O gerenciador da presente Ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Lacerdópolis/Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis.

3.3. Não será aceito valores superior à média dos preços conforme valores do Anexo I.

3.4. Caso seja constatado, ao longo da vigência da ata, que o preço registrado, se torne muito inferior à média dos preços de mercado, e o Fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da Ata poderá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.5. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá ao cancelamento do registro.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. A presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Município de Lacerdópolis, observadas as exigências contidas no art. 22º, do Decreto Federal nº. 7.892/2013.

5. DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços, as empresas, as quantidades e as especificações do produto registrados na presente Ata encontram-se indicados no Anexo I, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório.

6. DO CONTRATO

6.1. Durante o prazo de validade da presente Ata as empresas mencionadas no item 5, a critério do Município de Lacerdópolis e do Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis, serão convocadas para retirar a respectiva Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento ou formalização de Contrato, estando as obrigações assumidas vinculadas a esta Ata, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

6.2. Se a Empresa recusar-se a retirar a Nota de Empenho ou formalizar o Contrato sem justificativa por escrito e aceita pelo ordenador da despesa, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

7 - DA DESPESA

7.1. Fica dispensada a indicação de rubrica orçamentária conforme previsão contida no § 2º do art. 7º do Decreto nº 7.892/2013, o que deverá ocorrer somente quando da formalização do Contrato.

8. DO PAGAMENTO, DAS CONDIÇÕES PARA PAGAMENTO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS ITENS

8.3. Os pagamentos serão efetuados pelo Município de Lacerdópolis e ou Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis, em até 15 (quinze) dias após o fornecimento dos itens e entrega das Notas Fiscais, importando os valores conforme os registrados na Ata de Registro de Preços, por item fornecido, de acordo com o quantitativo solicitado e efetivamente entregue, bem como mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente.

8.4. Não serão pagos valores antecipadamente.

8.5. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido ao Município de Lacerdópolis, com endereço na Rua 31 de março nº 1050, CNPJ/MF 82.939.471/0001-24 ou Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis, com endereço na Rua Sete de Setembro nº 1600, CNPJ/MF 11.417.744/0001-22 e ter a mesma razão social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

8.6. A apresentação do documento fiscal que apresentem incorreções ou contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento e serão devolvidas, isentando o Município de Lacerdópolis ou o Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis do ressarcimento de qualquer prejuízo para o fornecedor.

8.7. As Notas Fiscais devolvidas pelos motivos mencionados nos item anterior serão pagas em até 10 (dez) dias da reapresentação.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. São obrigações do órgão gerenciador:

a) Gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do Fornecedor, o preço, e as especificações dos itens registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) observar para que, durante a vigência da presente Ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas;

c) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

d) consultar o Fornecedor registrado (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer o produto a outro(s) órgão da Administração Pública que externe a intenção de utilizar a presente Ata;

e) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente Ata;

f) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.

9.2. A fiscalização da Ata de Registro de Preço, decorrente do Pregão Presencial nº 5/2017, Processo Licitatório nº 5/2017 será exercida pelo Município de Lacerdópolis / Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

10.1. O órgão participante, através de gestor próprio indicado, obrigar-se-á:

a) Tomar conhecimento da presente Ata, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;

b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias;

c) verificar a conformidade das condições registradas na presente Ata junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas;

d) enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

e) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas na presente Ata, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

11. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. São obrigações do Fornecedor, além das legais e inerentes ao ramo de atividade:

a) Informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quanto à aceitação ou não do fornecimento do objeto desta licitação a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente Ata;

b) fornecer os itens contratados obedecendo rigorosamente ao disposto no item 1 do Edital do Pregão nº. 5/2017 e Ata do respectivo processo;

c) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referente às condições firmadas na presente Ata;

d) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da publicação da presente Ata;

e) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão nº. 5/2017;

f) prestar os serviços no perímetro urbano do município de Lacerdópolis.

12. DAS PENALIDADES

12.1. À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais, poderá sofrer, isolada ou conjuntamente, a critério do Órgão Gerenciador e após regular processo administrativo, as sanções administrativas previstas nos arts. 86 e ss., da Lei 8.666/93, atualizada.

12.2. Na hipótese de adoção da sanção administrativa na forma de multa, esta será aplicada da seguinte forma:

a) Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos produtos a Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído à irregularidade encontrada, em percentual não superior a 10% do total dos itens atribuídos à Contratada;

b) No caso de atraso na entrega dos produtos percentual de 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do item(s), limitado a 30 (trinta) dias de atraso, quando a Administração poderá decidir pela continuidade ou rescisão contratual, em razão da inexecução total;

c) Na hipótese de não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório, multa equivalente a 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato;

d) Nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, multa de 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

12.3. Incorre nas mesmas sanções quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

§ 1º. Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 30 (trinta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

§ 2º. No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

§ 3º. Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

§ 4º. As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

13. DAS ALTERAÇÕES

13.1. A presente Ata poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93, as quais serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo.

13.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual oscilação de mercado ou de fato que modifique seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto ao Fornecedor para negociar o novo valor compatível ao mercado.

14. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

14.1. O Fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não retirar a Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento e/ou formalização de Contrato no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

14.2. O Fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

15. DA PUBLICIDADE

15.1. O(s) preço(s), o(s) fornecedor(s) e a(s) especificação(s) resumidas do objeto, como também, possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Mural Público Municipal.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Integram presente Ata, o Processo Licitatório nº. 5/2017; o Edital do Pregão nº 5/2017 as propostas com preços e especificações.

17. DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Capinzal - SC, para dirimir questões oriundas desta Ata, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Lacerdópolis, 12 de Abril de 2017.

Município de Lacerdópolis
SERGIO LUIZ CALEGARI
PREFEITO

Lages

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 01/2016 PML

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura do Município de Lages, através da Secretaria de Administração e Departamento de Recursos Humanos – DRH, convocam o (os) a (as) candidatos (as): MARCELO HANCKE - CPF/MF 503.822.099-15, Cargo Médico em Programas da Saúde, 15ª classificação, BRUNA JACINTO MINATTO – RG 5.060.194-SSP-SC, Cargo Médico em Programas da Saúde, 7ª classificação, STEFEN OSCAR SCHMITT – RG 53203350 – SSP-SC, Cargo Agente administrativo, 12ª classificação, JARYNE HUGEN PROCHNOW NUNES, RG 4.955.142 – IGP/SC, Cargo Médico em Programas da Saúde, 4ª classificação, JHON ALEX CORREA, RG 3.845.834/IGP/SC, Cargo Motorista, 15ª classificação, o (s) a (as) qual (quais) foi (foram) aprovados (as) no Concurso Público EDITAL 01/2016, tendo em vista que DECORREU O PRAZO da entrega do AR – Aviso de Recebimento pelos Correios, no endereço informado pelos (as) candidatos (as). Diante do não comparecimento destes (as) no prazo do Edital 01/2016, ficam novamente todos CONVOCADOS POR EDITAL, para comparecerem no Departamento de Recursos Humanos – DRH sito a Rua Frei Justino, 143 – Edifício Parque Lemann, Centro, CEP 88.502-025, Lages-SC, fone: 49-3224-3883, no horário da 13:00 às 19:00 h, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da data de publicação deste para que realizem os procedimentos admissionais conforme publicado no Edital 01/2016. O não comparecimento no local e prazo fixados resultará na perda da posse no cargo, sendo chamado o classificado seguinte para assumir o cargo.

Lages, 14 de abril de 2017.
Antônio César Alves de Arruda
Secretário de Administração e Fazenda

EXTRATO ARP 16 2017 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 81/2016
PROCESSO Nº 144/2016
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Pneus para as Viaturas do Corpo de Bombeiros Militar de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do edital correlato.

CLAÚSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

Apresente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.
Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLAÚSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a

respectiva classificação no Pregão nº 12/2016.

O valor registrado é de R\$ 53.220,00 (cinquenta e três mil duzentos e vinte reais), sendo:

SOMA COMÉRCIO DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MATERIAIS DE CONTRUÇÃO LTDA ME, INSCRITA NO CNPJ SOB N.º 20.222.787.

Lages, 19 de janeiro de 2017
Antonio Ceron
Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 17 207

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2017
PROCESSO Nº 41/2017
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Registro de Preços para Aquisição de Concreto Betuminoso Usado a Quente (CBUQ) – Faixa C, para uso em Ruas do Município, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

- 2.1 De Início: a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços, decorrente;
- 2.2 De Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;
- 2.3 De Retirada(s) e local(is): em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões) subscrita(s) pela Secretaria de Infraestrutura, sendo que os produtos serão retirados diretamente da usina da empresa fornecedora, a qual deve estar instalada em até 15 quilômetros do centro do Município de Lages;
- 2.4 Da Ata de Registro; a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

CLAÚSULA QUARTA – DOS PREÇOS

O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 09/2017.

O preço registrado é de R\$ 921.750,00 (novecentos e vinte e um mil setecentos e cinquenta reais).

BRITAGEM GASPAR LTDA, CNPJ 01.924.996/0002-75, RUA DIEGO FEIJÓ, S/N, BAIRRO BOM JESUS, CEP 88503-620, LAGES/SC.

Lages, 11 de abril de 2017
Antonio Ceron
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 07/2017 FMAS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO N.º 07/2017 FMAS

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE LAGES, FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC CEP 88.505.900.

LOCADOR: VALÉRIA SCHMITZ, inscrito no CPF n.º 425.569.299-87

- residente à Caetano Vieira da Costa, 222 apt. 11 Centro Lages/SC CEP 88.502-070.

resolvem celebrar este Contrato, conforme parecer jurídico nº 300/2017, decorrente da Dispensa de Licitação nº 06/2017, correlato ao processo administrativo nº 08/2017, datada de homologação 13/04/2016, consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Locação de imóvel, em caráter emergencial, situado a rua Caetano Vieira da Costa, 222 apt. 11 centro CEP 88.502-070 - almoxarifado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, da data da assinatura do Presente Contrato;

2.2 De Execução, até 180 (cento e oitenta) dias a contar da data da assinatura do presente contrato ou até a homologação da licitação decorrente do processo licitatório, sem qualquer espécie de indenização a contratada;

2.3 Do Contrato, até 180 (cento e oitenta) dias a contar da data da assinatura do presente contrato ou até a homologação da licitação decorrente do processo licitatório, sem qualquer espécie de indenização a contratada;

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor a ser pago ao mês será de R\$ 1.455,01 (um mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais e um centavo)

Lages, 22 de fevereiro de 2017

Antonio Ceron

Prefeito municipal

EXTRATO CONTRATO 15/2017 SMS

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO N.º 15/2017 SMS

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO -MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

LOCADOR: VERA LUCIA LETTI LERMEN portadora do CPF nº 944.871.119-00 residente Rua nossa Senhora dos Prazeres, 29 Centro Lages/SC CEP 88.502-230.

resolvem celebrar este Contrato, conforme parecer jurídico nº 301/2017, decorrente do Processo Administrativo nº 07/2017, correlato a Dispensa de Licitação nº 08/2017, homologada em 13/04/2017, consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Locação de imóvel, em caráter emergencial, situado a rua fausto de Souza, 300 centro Lages/SC. – PAPS CEREST.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, da data da assinatura do Presente Contrato;

2.2 De Execução, até 180 (cento e oitenta) dias a contar da data da assinatura do presente contrato ou até a homologação da licitação decorrente do processo licitatório, sem qualquer espécie de indenização ao LOCADOR;

2.3 Do Contrato, até 180 (cento e oitenta) dias a contar da data da assinatura do presente contrato ou até a homologação da licitação decorrente do processo licitatório, sem qualquer espécie de indenização ao LOCADOR;

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor a ser pago ao mês será de R\$ 3.372,64 (três mil trezentos e setenta e dois reais e sessenta e quatro centavos).

Lages, 07 de abril de 2017

Antonio Ceron

Prefeito municipal

EXTRATO CONTRATO 27/2017 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO N.º 27/2017 PML

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC CEP 88.501-110.

LOCADOR: EMIX – COMERCIO, LOCAÇÃO E SERVIÇO EIRELI - EPP inscrita no CNPJ nº 18.822.886/0001-14 situada na Rua Pedro Alvares Cabral, 463 sala 02 Coral Lages/SC CEP. 88.523-350.

resolvem celebrar este Contrato, conforme parecer jurídico nº 293/2017, decorrente da Dispensa de Licitação nº 23/2017, correlato ao processo administrativo nº 37/2017, datada de homologação 13/04/2016

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Locação de imóvel, em caráter emergencial, situado a av. Corina Caon, 198 bairro Jardim Celina, Lages/SC - CEP 88.523-401. Para uso do CEIM PRIMEIROS PASSOS.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, da data da assinatura do Presente Contrato;

2.2 De Execução, até 180 (cento e oitenta) dias a contar da data da assinatura do presente contrato ou até a homologação da licitação decorrente do processo licitatório, sem qualquer espécie de indenização a contratada;

2.3 Do Contrato, até 180 (cento e oitenta) dias a contar da data da assinatura do presente contrato ou até a homologação da licitação decorrente do processo licitatório, sem qualquer espécie de indenização a contratada;;

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor a ser pago ao mês será de R\$ 4.430,57 (quatro mil quatrocentos e trinta reais e cinquenta e sete centavos)

Lages, 13 de abril de 2017

Antonio Ceron

Prefeito municipal

EXTRATO CONTRATO 28/2017 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO N.º 28/2017 PML

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC CEP 88.501-110.

LOCADOR: MITRA DIOCESANA DE LAGES inscrita no CNPJ nº 84.950.633/0001-50 situada na Rua Correia Pinto, 247 Centro Lages/SC CEP. 88.502-970..

resolvem celebrar este Contrato, conforme parecer jurídico nº 290/2017, decorrente da Dispensa de Licitação nº 24/2017, correlato ao processo administrativo nº 33/2017, datada de homologação 13/04/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Locação de imóvel, em caráter emergencial, Situado a Rua Evilásio Koech, s/n, Bairro Penha Lages/SC CEP 88.525-670. Para uso DO CEIM Bem Te Vi.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, da data da assinatura do Presente Contrato;

2.2 De Execução, até 180 (cento e oitenta) dias a contar da data da assinatura do presente contrato ou até a homologação da licitação decorrente do processo licitatório, sem qualquer espécie de indenização a contratada;

2.3 Do Contrato, até 180 (cento e oitenta) dias a contar da data da assinatura do presente contrato ou até a homologação da licitação decorrente do processo licitatório, sem qualquer espécie de indenização a contratada;;

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor a ser pago ao mês será de R\$ 1.700,94 (um mil setecentos reais e noventa e quatro centavos).

Lages, 13 de abril de 2017
Antonio Ceron
Prefeito municipal

EXTRATO CONTRATO 29/2017 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO N.º 29/2017 PML

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC CEP 88.501-110.

LOCADOR: MITRA DIOCESANA DE LAGES inscrita no CNPJ nº 84.950.633/0001-50 situada na Rua Correia Pinto, 247 Centro Lages/SC CEP. 88.502-970

resolvem celebrar este Contrato, conforme parecer jurídico nº 289/2017, decorrente da Dispensa de Licitação nº 25/2017, correlato ao processo administrativo nº 35/2017, datada de homologação 13/04/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Locação de imóvel, em caráter emergencial, situado a AV. Papa João XXIII, 1115 bairro Ipiranga Lages/SC CEP. 88.505-200 - para uso da Secretaria da Educação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, da data da assinatura do Presente Contrato;

2.2 De Execução, até 180 (cento e oitenta) dias a contar da data da assinatura do presente contrato ou até a homologação da licitação decorrente do processo licitatório, sem qualquer espécie de indenização a contratada;

2.3 Do Contrato, até 180 (cento e oitenta) dias a contar da data da assinatura do presente contrato ou até a homologação da licitação decorrente do processo licitatório, sem qualquer espécie de indenização a contratada;;

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor a ser pago ao mês será de R\$ 10.529,98 (dez mil quinhentos e vinte e nove reais e noventa e oito centavos).

Lages, 13 de abril de 2017
Antonio Ceron
Prefeito municipal

EXTRATO CONTRATO 30/2017 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO N.º 30/2017 PML

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC CEP 88.501-110.

LOCADOR: MITRA DIOCESANA DE LAGES inscrita no CNPJ nº 84.950.633/0001-50 situada na Rua Correia Pinto, 247 Centro Lages/SC CEP. 88.502-970

resolvem celebrar este Contrato, conforme parecer jurídico nº 276/2017, decorrente da Dispensa de Licitação nº 26/2017, correlato ao processo administrativo nº 26/2017, datada de homologação 13/04/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Locação de imóvel, em caráter emergencial, casa com sete salas no primeiro pavimento, cinco salas no segundo pavimento, banheiros e cozinha, atende as atividades da escola de artes Elionir Camargo Martins. Situado na praça João ribeiro 164 centro Lages.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, da data da assinatura do Presente Contrato;

2.2 De Execução, até 180 (cento e oitenta) dias a contar da data da assinatura do presente contrato ou até a homologação da licitação decorrente do processo licitatório, sem qualquer espécie de indenização a contratada;

2.3 Do Contrato, até 180 (cento e oitenta) dias a contar da data da assinatura do presente contrato ou até a homologação da licitação

decorrente do processo licitatório, sem qualquer espécie de indenização a contratada

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor a ser pago ao mês será de R\$ 2.081,66 (dois mil e oitenta e um reais e sessenta e seis centavos).

Lages, 13 de abril de 2017
Antonio Ceron
Prefeito municipal

EXTRATO CONTRATO 31/2017 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO N.º 31/2017 PML

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC CEP 88.501-110.

LOCADOR: MITRA DIOCESANA DE LAGES inscrita no CNPJ nº 84.950.633/0001-50 situada na Rua Correia Pinto, 247 Centro Lages/SC CEP. 88.502-970

resolvem celebrar este Contrato, conforme parecer jurídico nº 292/2017, decorrente da Dispensa de Licitação nº 27/2017, correlato ao processo administrativo nº 36/2017, datada de homologação 13/04/2016, consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Locação de imóvel, em caráter emergencial, situado a AV. Papa João XXIII, 1115 bairro Ipiranga Lages/SC CEP. 88.505-200 - para uso da escola itinerante Maria Alice Wolff Souza.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, da data da assinatura do Presente Contrato;

2.2 De Execução, até 180 (cento e oitenta) dias a contar da data da assinatura do presente contrato ou até a homologação da licitação decorrente do processo licitatório, sem qualquer espécie de indenização a contratada;

2.3 Do Contrato, até 180 (cento e oitenta) dias a contar da data da assinatura do presente contrato ou até a homologação da licitação decorrente do processo licitatório, sem qualquer espécie de indenização a contratada;

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor a ser pago ao mês será de R\$ 1.004,99 (dez mil quinhentos e vinte e nove reais e noventa e oito centavos).

Lages, 13 de abril de 2017
Antonio Ceron
Prefeito municipal

EXTRATO CONTRATO 32/2017 PML

CONTRATO Nº 32/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DE ARBITRAGEM DO PLANALTO SERRANO E EVENTOS ESPORTIVOS (AAPSEE), inscrita no CNPJ sob nº 11.415.464/0001-85, estabelecida na Rua Humberto de Campos nº 1135, Anexo ao Ginásio Ivo Silveira, Bairro Coral, em Lages/SC.

O Município de Lages/FME, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. Antonio Ceron, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa Associação de Arbitragem do Planalto Serrano e Eventos Esportivos, neste ato representada pelo Sr. Luiz Ozamir Coelho, portador do CPF nº 295.463.039-68 de ora em diante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 57/2017, correlato ao Pregão Presencial nº 18/2017, aberto em 12/04/2017 e homologado em 12/04/2017, consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Contratação de Empresa, Associação ou Liga, para a Prestação de Serviços de Arbitragem Durante, os Jogos Comunitários de Lages - JOCOL 2017, da Fundação Municipal de Esportes, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante deste edital.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, da data da assinatura do contrato até 31/12/2017;

2.3 De Execução, da data da assinatura do contrato decorrente até 31/12/2017, nos locais definidos pela Fundação Municipal de Esportes, através da Coordenação dos Jogos Comunitários de Lages;

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 199.031,50 (cento e noventa e nove mil, trinta e um reais e cinquenta centavos).

[illegible]

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) PAGAMENTO(S)

4.1 Será(ão) efetuado(s) após a realização de cada rodada mediante de empenho, a vista do relatório emitido pela Fundação Municipal de Esportes nos termos do art. 40, XIV, "a" da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares;

4.2 O(s) pagamento(s), se processará(ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas no Contrato, Proposta de Preços e demais Documentos inerentes ao Processo.

CLÁUSULA QUINTA – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO:

5.1 O(s) valor(es) ofertado(s) na proposta poderá(ão) ser revisto(s), desde que devidamente requerido(s), demonstrado(s) através de planilha(s), plenamente justificado(s) e aprovado(s) pelo Contratante;

5.2 Na hipótese de atraso no pagamento, por culpa exclusiva da Administração, o critério de atualização financeira é o IGP-M em conformidade com o art. 55, III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 Os serviços, objeto desta licitação, serão contratados com recursos provisionados na conta: JOCOL – Jogos Comunitários de Lages, Código de Despesa nº 203 e Elemento de Despesa nº 33903000, ano base 2017.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do Edital, de seu(s) Anexo(s) e do presente Contrato;

7.2 Assinar e devolver o Contrato em prazo não superior a 10 (dez) dias a contar da data do seu recebimento. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar/devolver o contrato dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas;

7.3 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor inicialmente

contratado, pertinentes ao quantitativo, nos termos do parágrafo 1º da letra "d" do Inciso II do Artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares;

7.4 Responder pelos danos morais e materiais, causados direta ou indiretamente ao Município e a terceiros, durante a execução dos serviços, objeto da Licitação;

7.5 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital;

7.6 Não subcontratar os serviços objeto deste Edital;

7.7 Dispor à época do atendimento ao objeto, de todos os materiais e mão-de-obra necessários e imprescindíveis a sua execução, não podendo invocar a sua falta como justificativa para atraso ou imperfeição;

7.8 Arcar com todos os ônus e despesas decorrentes de consumo, conservação, reparos, avarias e perdas, inclusive custos de reposição dos materiais necessários à execução do objeto;

7.9 Fornecer mão-de-obra capacitada e habilitada, em número suficiente para suprir às necessidades de atendimento ao objeto, sem qual quer ônus adicional à Administração;

7.10 Refazer, exclusivamente às suas custas, os serviços executados em desacordo com os termos estabelecidos no instrumento, sem que tal fato possa ser invocado para justificar alteração nos custos inicialmente propostos, assumidos e pactuados;

7.11 Responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por qualquer prejuízo que estes possam causar à Administração ou a terceiros, durante o atendimento do objeto;

7.12 Assumir inteira e expressa responsabilidade pelas obrigações sociais e de proteção aos seus empregados, bem como, pelos encargos previdenciários, fiscais, comerciais e trabalhistas resultante da execução dos serviços decorrentes desta licitação;

7.13 Disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do Edital;

7.14 Respeitar as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e legislação pertinente.

CLÁUSULA OITAVA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 Emitir o Contrato em prazo não superior a 10 (dez) dias, contados da data da Homologação;

8.2 Encaminhar o Termo de Contrato ao adjudicatário, em prazo não superior a 10 (dez) dias contados da data da sua emissão;

8.3 Efetuar os pagamentos em conformidade com as condições prescritas no Edital;

8.4 Exercer ampla e permanente fiscalização durante a execução do(s) serviço(s), objeto deste Edital.

Cláusula NONA – do RECEBIMENTO

9.1, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e consequente aceitação;

9.2 O(s) serviço(s) que não for(em) de qualidade e/ou que não atender(em), na sua plenitude, as especificações do Edital e seu(s) anexo(s), após notificação, será(ão), prontamente colocado(s) à disposição do(s) fornecedor(es), sem atribuição de qualquer ônus ao Contratante, com embasamento no disposto no Art. 76 da Lei de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES E SANÇÕES

10.1 Pela inexecução total ou parcial do contrato, pelo adjudicatário, poderão ser aplicadas as penalidades previstas nos arts. 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em valor até 10% (dez por cento) do fornecimento total, além das medidas legais cabíveis;

10.2 A empresa vencedora que recusar-se a assinar o contrato ou não devolvê-lo devidamente assinado, ficará suspensa de participar de qualquer processo licitatório realizado pela Prefeitura do Município de Lages, pelo período de 02 (dois) anos da data da notificação, sem prejuízo das penalidades previstas em lei;

10.3 Poderão ser aplicadas notificações e/ou multas contratuais ao Contratado por irregularidades cometidas, sem prejuízo de outras sanções cabíveis;

10.4 Compreende-se por notificação a formalização em documento apropriado da ocorrência de irregularidade ou grupo de irregularidades sobre as quais a Empresa deve tomar imediatas providências, com a finalidade de corrigir as falhas apontadas;

10.5 Compreende-se por multa contratual o desconto de valores monetários contra a Empresa Contratada, em face de irregularidades apontadas;

10.6 O uso de notificações sobre irregularidades constatadas não exclui a possibilidade de aplicação de multa sobre as mesmas;

10.7 As multas serão independentes e a aplicação de uma não exclui a de outra;

10.8 Quando o prejuízo causado pela contratada exceder ao previsto na cláusula penal, poderá a Administração exigir indenização suplementar, valendo a cláusula penal como mínimo da indenização, nos termos do parágrafo único do Art. 416 do Código Civil;

10.9 A personalidade jurídica da contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 12.846/2014, ou para provocar confusão patrimonial, sendo estendidos todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica aos seus administradores e sócios com poderes de administração, observados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUAL

11.1 Fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2017. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO E PRORROGAÇÃO

12.1 O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pelo CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares;

12.2 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, na forma prescrita pelo art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO DIREITO DE RESERVA:

13.1 O Município de Lages, reserva-se ao direito, de revogar o certame por razões de interesse público devidamente justificado, ou de anulá-lo, caso ocorram vícios de ilegalidade, nos termos do art. 49 da Lei de Licitações;

13.2 aceitar os serviços, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior

verificação da qualidade e consequente aceitação;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

14.1 O presente Contrato reger-se-á pelas disposições expressas na Lei 10520/2002, e Diplomas Complementares, na Lei Complementar 123/2006 e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os Princípios da Teoria Geral dos contratos e as disposições de Direito Privado;

14.2 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1 Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 13 de abril de 2017.

Antonio Ceron
Prefeito Municipal

Luiz Ozamir Coelho
CPF: 295.463.039-68
Associação de Arbitragem do Planalto serrano e Eventos

Agnelo Sandini Miranda
Procuradoria Geral do Município

Antonio Cesar Alves de Arruda
Secretário de Administração e Fazenda

EXTRATO CONTRATO 33/2017 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO N.º 33/2017 PML

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC CEP 88.501-110.

LOCADOR: SOCIEDADE BENEFICIENTE ISLAMICA DE LAGES inscrita no CNPJ nº 83.509.901/0001-30 situada na Rua Benjamin Constant, 120 Centro Lages/SC CEP 88.501-111

resolvem celebrar este Contrato, conforme parecer jurídico nº 294/2017, decorrente da Dispensa de Licitação nº 28/2017, correlato ao processo administrativo nº 38/2017, datada de homologação 13/04/2016, consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Locação de imóvel, em caráter emergencial, situado a AV. Castelo Branco, 340 centro Lages/SC CEP 88.526-601 - para uso do CEIM Vila Da Criança.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, da data da assinatura do Presente Contrato;

2.2 De Execução, até 180 (cento e oitenta) dias a contar da data da assinatura do presente contrato ou até a homologação da licitação decorrente do processo licitatório, sem qualquer espécie de indenização a contratada;

2.3 Do Contrato, até 180 (cento e oitenta) dias a contar da data da assinatura do presente contrato ou até a homologação da licitação decorrente do processo licitatório, sem qualquer espécie de indenização a contratada;

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor a ser pago ao mês será de R\$ 1.564,54 (um mil quinhentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos).

Lages, 13 de abril de 2017

Antonio Ceron
Prefeito municipal

Laguna

PREFEITURA

DECRETO Nº. 4.838/2017

DECRETO Nº 4.838/2017, de 12 de abril de 2017.

Cria o Grupo Especial de Trabalho para Modernização da Administração Tributária Municipal – GEMAT dispõe sobre suas atribuições e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna,

DECRETA:

Art. 1º Fica criado o Grupo Especial de Trabalho para Modernização da Administração Tributária Municipal – GEMAT, com a finalidade de coordenar ações relacionadas ao desenvolvimento de medidas voltadas ao aperfeiçoamento das capacidades normativa, organizacional, operacional e tecnológica da Administração Tributária, sendo constituído pelos seguintes membros:

- I – Anselmo Fábio de Moraes;
- II – Luciana Fernandes Pereira;
- III – Mariane Vicente Zapelini;
- IV – Tonison Rogério Chanan Adad;
- V – Jackson Guedes Carvalho.

Art. 2º O Grupo Especial de Trabalho, como responsável pela coordenação das ações modernizadoras da área de Administração Tributária, terá as seguintes atribuições específicas:

I - Identificar e selecionar os principais problemas, e suas causas, existentes na Administração Tributária do município e que vêm limitando a exploração eficiente do seu potencial de receita, nas seguintes áreas e interseções:

- a) organização e gestão;
- b) legislação tributária;
- c) cadastros fiscais;
- d) lançamento e arrecadação dos tributos;
- e) cobrança amigável e judiciária;
- f) acompanhar, autorizar e fiscalizar a aplicação dos recursos do PMAT;
- g) anistias e isenções;
- h) estudos econômico-tributários;
- i) atendimento ao contribuinte;
- j) sistema e tecnologia de informação;
- k) relações intra e interinstitucionais; e
- l) outras áreas correlatas.

II - Propor e detalhar as iniciativas para o enfrentamento e o equacionamento dos problemas identificados, coordenando estudos, levantamentos, a elaboração, implantação e o acompanhamento de medidas internas de melhoria e de projeto de modernização da administração tributária, bem como em outros órgãos oficiais.

III – Elaborar o projeto destinado à implementação e acesso as linhas de financiamento do Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos (PMAT) no Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES destinado a apoiar projetos de investimentos voltados à melhoria da eficiência, qualidade, transparência da gestão pública, visando à modernização da administração tributária e qualificação do gasto público.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação.

Mauro Vargas Candemil
Prefeito Municipal

Lajeado Grande

PREFEITURA

LEI Nº 698/2017 DE 12/04/2017 AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A REALIZAR SERVIÇOS COM MAQUINÁRIOS PÚBLICOS JUNTO A SEDE DAS COMUNIDADES DE LINHA NAVEGANTES, LINHA CHINET E LINHA NARDINO COM ISENÇÃO TOTAL DAS HORAS MAQUINAS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Lei nº 698/2017

De 12 de Abril de 2017

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A REALIZAR SERVIÇOS COM MAQUINÁRIOS PÚBLICOS JUNTO A SEDE DAS COMUNIDADES DE LINHA NAVEGANTES, LINHA CHINET E LINHA NARDINO COM ISENÇÃO TOTAL DAS HORAS MAQUINAS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NOELI JOSÉ DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal FAZ SABER a todos os Habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e eu SANCIONO a seguinte Lei.

Art.1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar serviços com máquinas públicas, nas sedes comunitárias de Linha Navegantes, Linha Chenet, Linha Nardino e Linha Guavirova, com isenção total de cobrança de horas máquinas, objetivando a melhoria das condições de estacionamento e ampliação de pátios, a título de incentivo às atividades comunitárias, proporcionando condições ao lazer e ao companheirismo comunitário, bem como a permanência das famílias na área rural.

§ 1º - A execução dos serviços previstos no caput deste artigo será realizada com máquinas da municipalidade, incluindo o serviço de terraplanagem e o fornecimento de brita e/ou cascalho.

§ 2º - A administração municipal poderá utilizar-se de automóveis, pá carregadeira, caminhões, moto niveladora e demais implementos do município para atingir os objetivos dos serviços mencionados no caput.

Art. 2º. Os recursos necessários para cobertura das despesas decorrentes da presente lei serão suportados pela dotação orçamentária municipal.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lajeado Grande/SC,
12 de Abril de 2017.

NOELI JOSÉ DAL MGRO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Mariana Kahler
Servidora Designada

LEI Nº 699/2017 DE 12/04/2017 AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Lei nº 699/2017

De 12 de Abril de 2017

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NOELI JOSÉ DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em

conformidade com a Lei Orgânica Municipal FAZ SABER a todos os Habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e eu SANCIONO a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica aberto crédito especial no Orçamento Geral do Município para o ano de 2017, aprovado pela Lei nº 687/2016, de 21 de setembro de 2016, no montante de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais) conforme segue:

Órgão 07 SEC. MUNIC. DE HABITAÇÃO E DESENV. SOCIAL
Unidade Orçamentária 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
Função 16 HABITAÇÃO
Sub-função 482 HABITAÇÃO URBANA
Programa 1601 SISTEMA HABITACIONAL
Projeto/Atividade 1010 Apoio ao Sistema Habitacional
Elemento 3.3.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
Elemento 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas – Fonte 11.93 R\$ 3.000,00

Órgão 14 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária 14.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função 08 ASSISTÊNCIA SOCIAL
Sub-função 244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
Programa 0801 ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL
Projeto/Atividade 2053 Manutenção de Programas Sociais / Estado
Elemento 4.4.00.00.00 INVESTIMENTOS
Elemento 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas – Fonte 11.65-00 R\$ 21.920,30

Órgão 14 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária 14.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função 08 ASSISTÊNCIA SOCIAL
Sub-função 244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
Programa 0801 ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL
Projeto/Atividade 2060 Manutenção do Bloco PSB FNAS
Elemento 4.4.00.00.00 INVESTIMENTOS
Elemento 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas – Fonte 11.35-00 R\$ 5.079,70

TOTAL DA ABERTURA DE CRÉDITOS R\$ 30.000,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito especial aberto no Art. 1º, serão anuladas respectivamente as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão 07 SEC. MUNIC. DE HABITAÇÃO E DESENV. SOCIAL
Unidade Orçamentária 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
Função 16 HABITAÇÃO
Sub-função 482 HABITAÇÃO URBANA
Programa 1601 SISTEMA HABITACIONAL
Projeto/Atividade 1010 Apoio ao Sistema Habitacional
Elemento 4.4.00.00.00 INVESTIMENTOS
Elemento 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas – Fonte 11.93-00 R\$ 3.000,00

Órgão 14 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária 14.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função 08 ASSISTÊNCIA SOCIAL
Sub-função 244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
Programa 0801 ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL

Projeto/Atividade 2053 Manutenção de Programas Sociais / Estado
Elemento 3.3.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
Elemento 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas – Fonte 11.65-39 R\$ 5.363,89
Elemento 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas – Fonte 13.65-00 R\$ 16.556,41

Órgão 14 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária 14.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função 08 ASSISTÊNCIA SOCIAL
Sub-função 244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
Programa 0801 ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL
Projeto/Atividade 2060 Manutenção do Bloco PSB FNAS
Elemento 3.3.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
Elemento 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas – Fonte 11.35-00 R\$ 5.079,70

TOTAL DA ANULAÇÃO DE CRÉDITOS R\$ 30.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lajeado Grande/SC,
12 de Abril de 2017.
NOELI JOSÉ DAL MGRO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Mariana Kahler
Servidora Designada

LEI Nº 700/2017 DE 12/04/2017 DISPÕE SOBRE RETIFICAÇÃO DE ÁREA E PARCELAMENTO DE SOLO ATRAVÉS DE DESMEMBRAMENTO DO LOTE 10 DA QUADRA 17, DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE, COM ÁREA DE 472,28M² REGISTRADO NA MATRÍCULA DE N. 18.739 DO CRI DA COMARCA DE XAXIM LOCALIZADO NO PERÍMETRO URBANO

Lei nº 700/2017

De 12 de Abril de 2017

DISPÕE SOBRE RETIFICAÇÃO DE ÁREA E PARCELAMENTO DE SOLO ATRAVÉS DE DESMEMBRAMENTO DO LOTE 10 DA QUADRA 17, DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE, COM ÁREA DE 472,28m² REGISTRADO NA MATRÍCULA DE N. 18.739 DO CRI DA COMARCA DE XAXIM LOCALIZADO NO PERÍMETRO URBANO DE LAJEADO GRANDE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS..

NOELI JOSÉ DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal FAZ SABER a todos os Habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e eu SANCIONO a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica autorizado o parcelamento do solo urbano, nos termos do desmembramento do lote 10 da quadra 17, com área de 472,28m² registrado na matrícula de n. 18.739 do CRI da comarca de Xaxim, localizada no lado par da Rua Ricieri Invitti, esquina com a Rua Narciso Calegari, na forma do mapa e memorial descritivo anexo a esta Lei.

Parágrafo Único: O presente desmembramento visa atender os fins sociais na construção de moradias para atender a população de baixa renda, parcelando em dois lotes a área total descrita no caput.

Art. 2º. A Situação atual do imóvel, conforme escritura pública

consiste em:

Norte: com a Rua Narciso Calegari, em 13,70m.

Sul: com parte de Área de Utilidade Pública de propriedade do Município de Lajeado Grande (Mat 18.729), em 17,19m.

Leste: com a Rua Ricieri Invitti, em 30,78m.

Oeste: com o Lote 09 de propriedade do município de Lajeado Grande (Mat 18.738), em 30,58m.

Art. 3º. A situação do imóvel, após o desmembramento consiste em:

I – Lote 10-A da quadra 17 com área de 222,80m2, localizado no lado par da Rua Ricieri Invitti esquina com a Rua Narciso Calegari, com as seguintes confrontações:

Norte: com a Rua Narciso Calegari, em 13,70m.

Sul: com o Lote 10B ora ser desmembrado, em 15,44m.

Leste: com a Rua Ricieri Invitti, em 15,39m.

Oeste: com parte do Lote 09 de propriedade do Município de Lajeado Grande (Mat 18.738), em 15,29m.

II – Lote 10B da quadra 17 com área de 249,48m2, localizado no lado par da Rua Ricieri Invitti, distante 15,39m da esquina com a Rua Narciso Calegari,, com as seguintes confrontações:

Norte: com o Lote 10A ora ser desmembrado, em 15,44m.

Sul: com parte de Área de Utilidade Pública de propriedade do Município de Lajeado Grande (Mat 18.729), em 17,19m.

Leste: com a Rua Ricieri Invitti, em 15,39m.

Oeste: com parte do Lote 09 de propriedade do Município de Lajeado Grande (Mat 18.738), em 15,29m.

Art. 4º. Qualquer desmembramento futuro, na área da regularização, após a aprovação da mesma pelo departamento competente, obedecerá aos padrões estipulados na legislação em vigor.

Art. 5º. A implantação da infra-estrutura básica (rede de energia elétrica, rede de água potável e pavimentação) caberá ao parcelador/unificador/desdobrador/proprietário dos lotes.

Art. 6º. A área institucional prevista na Legislação fica restrita a área da via que comunicará aos lotes da regularização.

Art. 7º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a praticar todos os atos bons e necessários à colimação do objeto desta matéria, visando a regularização do parcelamento.

Art. 8º. As despesas decorrentes desta lei correrão por conta da dotação orçamentária específica e do orçamento geral do Município.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lajeado Grande/SC,
12 de Abril de 2017.
NOELI JOSÉ DAL MGRO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Mariana Kahler
Servidora Designada

Lebon Régis

PREFEITURA

LEI MUNICIPAL Nº 1.577/2017, DE 12 DE ABRIL DE 2017.

Lei Municipal nº 1.577/2017, de 12 de abril de 2017.

“DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A AÇÃO SOCIAL DO CONTESTADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO, Prefeito do Município de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei, faz saber, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, no âmbito administrativo deste município de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, a AÇÃO SOCIAL DO CONTESTADO, pessoa jurídica de direito privado e sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº. 24.249.850/0001-96, com sede na Av. Santo Antonio, nº. 532, neste município de Lebon Régis - SC.

Art. 2º Revogam-se contrárias disposições.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se.

Lebon Régis (SC), 12 de abril de 2017.

Douglas Fernando de Mello

Prefeito Municipal

Maurício Passos Pinheiro

Secretário de Administração e Finanças

Leoberto Leal

PREFEITURA

PORTARIA Nº 063/2017

Portaria n.º 063, de 08 de março de 2017.
"Conceder Licença sem Vencimento a Servidora Pública Municipal e dá outras providências"

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e atenção a Lei Municipal nº 418/1990;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a partir de 1º de janeiro de 2017, Licença Sem Vencimento a servidora ELAINE CAMILA GUCKERT, brasileira, solteira, inscrita sob a matrícula nº 1296 ocupante do cargo em efetivo exercício de Recepcionista, com lotação na Secretaria Municipal de Administração, da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal/SC.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2017 condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 08 de março de 2017.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
VITOR NORBERTO ALVES
Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se.
DEBORA VENTURIN
Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 064/2017

Portaria n.º 064, de 08 de março de 2017.
"Concede Licença Sem Vencimento a Servidor Municipal e dá outras providências"

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base na Lei Municipal nº 418/90,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Sem Vencimento, ao servidor ALEXANDRE SERGIO KNAUL, inscrita sob a matrícula nº 692, ocupante do cargo em efetivo exercício de Auxiliar de Manutenção e Conservação, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, a partir de 01 de janeiro de 2017, para tratar de Assuntos Particulares.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativos a 01 de janeiro de 2017, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 08 de março de 2017.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
VITOR NORBERTO ALVES
Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se.

DÉBORA VENTURIN
Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 065/2017

Portaria n.º 065, de 08 de março de 2017.
"Designa Servidor Responsável pelo Controle Interno e dá outras providências."

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município, e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor, inscrito sob a matrícula nº 1807, senhor FÁBIO ANTONIO KREUSCH, além de suas atribuições normais referente à Lei Municipal nº 269/02, responsável pelo Setor do Controle Interno da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal/SC.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 08 de março de 2017.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
VITOR NORBERTO ALVES
Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se.

DÉBORA VENTURIN
Secretária de Administração, Contabilidade e Finanças

PORTARIA Nº 066/2017

Portaria nº 066, de 08 de março de 2017.
"Concede Gratificação de Produtividade a Servidora Pública Municipal e dá Outras Providências"

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e em atenção a Lei 269, de 27 de Junho de 2002:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Gratificação de Produtividade, no valor de R\$ 250,00 a servidora SANDRA MARA SCHVINDER, ocupante do cargo efetivo de Merendeira, inscrito sob matrícula nº 1248, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, a partir de março de 2017, conforme Lei Municipal nº 269, de 27 de junho de 2002.

Art. 2º A produtividade no trabalho será mensurada através de avaliação trimestral de seu superior hierárquico imediato, onde será analisada a assiduidade, pontualidade, disposição para o trabalho, presteza e respeito às ordens e determinações, bem como zelo pelo trabalho e equipamentos utilizados, em conformidade com Art. 39, da Lei Complementar nº 269, de 27 de Junho de 2002.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Leoberto Leal 08 de março de 2017.

VITOR NORBERTO ALVES
Prefeito Municipal

Publique-se e Cumpra-se.

DÉBORA VENTURIN
Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 067/2017

Portaria n.º 067, de 17 de março de 2017.

“Nomeia Comissão Especial do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2017 e dá outras providências”

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe conferem o inciso VII do art. 66, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeada a Comissão para elaboração do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2017, de Profissionais para Secretaria Municipal da Saúde e Educação da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal-SC, nas hipóteses previstas nas Leis Municipais nº 418/90, nº 136/99, nº 810/11 e nº 1.036/14, que será composta sem prejuízo de suas atribuições normais, pelas seguintes servidoras públicas municipais:

ELIZIANA ESTEVÃO ALVES
Presidente
ROSIANE APARECIDA CAETANO
Secretaria
GIAN CARLOS KNAUL
Membro
BRUNA MARIAN
Membro
SILVIA CARMEM GONÇALVES RUBICK
Membro
KARINE ALVES
Membro
DAIANI ANDRE MEURER
Membro

Art. 2º - A Comissão terá como poderes elaboração do Edital, receber as inscrições, divulgar a lista com os nomes dos inscritos, homologar as inscrições, proceder a avaliação das provas segundo os critérios estabelecidos no Edital, divulgar a lista de aprovados, apreciar os recursos e requerimentos e manifestar-se nos casos omissos do respectivo Edital.

Art. 3º Fica revogado a Portaria nº 053, de 23 de fevereiro de 2017.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 17 de março de 2017.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
VITOR NORBERTO ALVES
Prefeito Municipal

DÉBORA VENTURIN
Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 068/2017

Portaria n.º 068, de 17 de março de 2017.

“Nomeia Comissão Especial do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2017 e dá outras providências”

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe conferem o inciso VII do art. 66, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeada a Comissão para elaboração do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2017, de Profissionais para Secretaria Municipal da Saúde e Educação da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal-SC, nas hipóteses previstas nas Leis Municipais nº 418/90, nº 269/02, 830/11 e nº 1.036/14, que será composta sem prejuízo de suas atribuições normais, pelas seguintes servidores públicos municipais:

ROSIANE APARECIDA CAETANO
Presidente
SILVIA CARMEM GONÇALVES RUBICK
Secretaria
GIAN CARLOS KANUL
Membro
BRUNA MARIAN
Membro
DAIANI ANDRE MEURER
Membro
KARINE ALVES
Membro

Art. 2º - A Comissão terá como poderes elaboração do Edital, receber as inscrições, divulgar a lista com os nomes dos inscritos, homologar as inscrições, proceder a avaliação das provas segundo os critérios estabelecidos no Edital, divulgar a lista de aprovados, apreciar os recursos e requerimentos e manifestar-se nos casos omissos do respectivo Edital.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Leoberto Leal 17 de março de 2017.
VITOR NORBERTO ALVES
Prefeito Municipal
Publique-se e Cumpra-se.

DÉBORA VENTURIN
Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 069/2017

Portaria n.º 069, de 17 de março de 2017.

“Concede Licença Sem Vencimento a Servidor Municipal e dá outras providências”

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base na Lei Municipal nº 418/90,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Sem Vencimento, a servidora MARILEI FOSTER FRANÇA, inscrita sob a matrícula nº 1142, ocupante do cargo em efetivo exercício de Auxiliar de Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01 de março de 2017, até 15 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativos a 01 de março de 2017, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 17 de março de 2017.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
VITOR NORBERTO ALVES
Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se.

DÉBORA VENTURIN
Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 070/2017

Portaria nº 070, de 17 de março de 2017.
"Concede Gratificação a Servidora para ocupar a Função de Pregoeiro (a) e dá outras Providências"

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e em atenção à Lei 418/90, e o Art. 1º, Inciso II, da Lei Municipal nº 887, de 29 de março de 2012,

Considerando, que a servidora Jaqueline Rosália Guchert Hoffmann, já incorporou no seu vencimento 40% (quarenta por cento), no mês de outubro de 2016, conforme lei nº 887, de 29 de março de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º conceder a Senhora JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN, servidora pública Municipal inscrita sob a matrícula nº 361, Gratificação de Pregoeiro (a), no valor de R\$ 407,47 (quatrocentos e sete reais e quarenta e sete centavos), conforme Art.1º, Inciso I, da Lei nº 887, de 29 de março de 2012.

Art. 2º Desempenhará todas as atribuições do cargo de Assistente Administrativo, conforme Lei Complementar nº 269/2002, e as demais atribuições que segue:

I – Organizar, supervisionar e executar todas as tarefas nas licitações na modalidade pregão, da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal;

II – Executar demais atividades correlatas e compatíveis com a função, determinada pela Prefeita Municipal;

Art. 3º Todas as atribuições e tarefas acima definidas deverão ser cumpridas com o profissionalismo, zelo e compromisso funcional próprios do serviço público, sob pena de responsabilização, e penalização pessoal, através de processo administrativo disciplinar, com base na Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 418/1990 (Estatuto dos Servidores), Lei Complementar nº101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei Federal nº 10.028/2000 (Lei dos Crimes Fiscais), Lei Federal nº 8429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa).

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 17 de março de 2017.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
VITOR NORBERTO ALVES
Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se.

DÉBORA VENTURIN
Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 071/2017

Portaria n.º 071, de 17 de março de 2017.
"Concede Gratificação da Equipe de Apoio para Modalidade de Licitação Pregão e dá outras Providências"

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal, de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Federal nº 10.520, de 17 de Julho de 2002 e o Decreto Municipal nº 023, de 22 de março de 2007,

RESOLVE:

Art. 1º Concede Gratificação da Equipe de Apoio para Modalidade de Licitação Pregão, para os servidores abaixo relacionados:

Mat.	Nome do Servidor (a)	Valor R\$
1425	Aline Kraus	R\$ 235,07
360	Lizandro Kreusch	R\$ 203,18
1254	Mayara Carla Guchert	R\$ 203,18

Art. 2º Os membros da equipe de apoio desempenharão suas funções concomitantemente com as atribuições de seus cargos.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 17 de março de 2017.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
VITOR NORBERTO ALVES
Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se.
DÉBORA VENTURIN
Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 072/2017

Portaria n.º 072, de 17 de março de 2017.
"Prorroga Edital nº 001/2016 de 18 de março de 2016 e dá outras providências."

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município, e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Fica Prorrogado conforme Capítulo IX, o Edital do Processo Seletivo nº 001 de 18 de março de 2016, da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal – SC.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 17 de março de 2017.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
VITOR NORBERTO ALVES
Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se.

DÉBORA VENTURIN
Secretária de Administração, Contabilidade e Finanças

PORTARIA Nº 073/2017

Portaria nº 073, de 17 de março de 2017.

"Concede Gratificação de Produtividade a Servidora Pública Municipal e dá Outras Providências"

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e em atenção a Lei 269, de 27 de Junho de 2002:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Gratificação de Produtividade, no valor de R\$ 1.000,00 a servidora FRANCIELI SEZERINO, ocupante do cargo efetivo de Professora, inscrita sob matrícula nº 1664, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, a partir de março de 2017, conforme Lei Municipal nº 269, de 27 de junho de 2002.

Art. 2º A produtividade no trabalho será mensurada através de avaliação trimestral de seu superior hierárquico imediato, onde será analisada a assiduidade, pontualidade, disposição para o trabalho, presteza e respeito às ordens e determinações, bem como zelo pelo trabalho e equipamentos utilizados, em conformidade com Art. 39, da Lei Complementar nº 269, de 27 de Junho de 2002.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Leoberto Leal 17 de março de 2017.

VITOR NORBERTO ALVES
Prefeito Municipal

Publique-se e Cumpra-se.

DÉBORA VENTURIN
Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 074/2017

Portaria nº 074, de 17 de março de 2017.

"Concede Gratificação de Produtividade a Servidora Pública Municipal e dá Outras Providências"

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e em atenção a Lei 269, de 27 de Junho de 2002:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Gratificação de Produtividade, no valor de R\$ 300,00 a servidora BRUNA MARIAN ERHARDT, ocupante do cargo efetivo de Recepcionista, inscrita sob matrícula nº 1295, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de março de 2017, conforme Lei Municipal nº 269, de 27 de junho de 2002.

Art. 2º A produtividade no trabalho será mensurada através de avaliação trimestral de seu superior hierárquico imediato, onde será analisada a assiduidade, pontualidade, disposição para o trabalho, presteza e respeito às ordens e determinações, bem como zelo pelo trabalho e equipamentos utilizados, em conformidade com Art. 39, da Lei Complementar nº 269, de 27 de Junho de 2002.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Leoberto Leal 17 de março de 2017.

VITOR NORBERTO ALVES
Prefeito Municipal

Publique-se e Cumpra-se.

DÉBORA VENTURIN
Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 075/2017

Portaria nº 075, de 17 de março de 2017.

"Concede Gratificação de Produtividade a Servidora Pública Municipal e dá Outras Providências"

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e em atenção a Lei 269, de 27 de Junho de 2002:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Gratificação de Produtividade, no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) a servidora CLEUSA VERMOHLEN KNIS, ocupante do cargo efetivo de Atendente de Saúde Pública, inscrita sob matrícula nº 1076, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de março de 2017, conforme Lei Municipal nº 269, de 27 de junho de 2002.

Art. 2º A produtividade no trabalho será mensurada através de avaliação trimestral de seu superior hierárquico imediato, onde será analisada a assiduidade, pontualidade, disposição para o trabalho, presteza e respeito às ordens e determinações, bem como zelo pelo trabalho e equipamentos utilizados, em conformidade com Art. 39, da Lei Complementar nº 269, de 27 de Junho de 2002.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Leoberto Leal 17 de março de 2017.

VITOR NORBERTO ALVES
Prefeito Municipal

Publique-se e Cumpra-se.

DÉBORA VENTURIN
Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 076/2017

Portaria nº 076, de 17 de março de 2017.

"Concede Gratificação de Produtividade ao Servidor Público Municipal e dá Outras Providências"

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e em atenção a Lei 269, de 27 de Junho de 2002:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Gratificação de Produtividade, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao servidor GIAN CARLOS KNAUL,

ocupante do cargo efetivo de Digitador, inscrito sob matrícula nº 1374, com lotação na Secretaria Municipal de Administração, a partir de março de 2017, conforme Lei Municipal nº 269, de 27 de junho de 2002.

Art. 2º A produtividade no trabalho será mensurada através de avaliação trimestral de seu superior hierárquico imediato, onde será analisada a assiduidade, pontualidade, disposição para o trabalho, presteza e respeito às ordens e determinações, bem como zelo pelo trabalho e equipamentos utilizados, em conformidade com Art. 39, da Lei Complementar nº 269, de 27 de Junho de 2002.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Leoberto Leal 17 de março de 2017.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

Publique-se e Cumpra-se.

DÉBORA VENTURIN

Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 077/2017

Portaria nº 077, de 17 de março de 2017.

"Concede Gratificação de Produtividade a Servidora Pública Municipal e dá Outras Providências"

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e em atenção a Lei 269, de 27 de Junho de 2002:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Gratificação de Produtividade, no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) a servidora CLEUSA VERMOHLEN KNIS, ocupante do cargo efetivo de Atendente de Saúde Pública, inscrita sob matrícula nº 1076, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de março de 2017, conforme Lei Municipal nº 269, de 27 de junho de 2002.

Art. 2º A produtividade no trabalho será mensurada através de avaliação trimestral de seu superior hierárquico imediato, onde será analisada a assiduidade, pontualidade, disposição para o trabalho, presteza e respeito às ordens e determinações, bem como zelo pelo trabalho e equipamentos utilizados, em conformidade com Art. 39, da Lei Complementar nº 269, de 27 de Junho de 2002.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Leoberto Leal 17 de março de 2017.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

Publique-se e Cumpra-se.

DÉBORA VENTURIN

Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 078/2017

Portaria nº 078, de 17 de março de 2017.

"Concede Gratificação de Produtividade a Servidora Pública Municipal e dá Outras Providências"

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e em atenção a Lei 269, de 27 de Junho de 2002:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Gratificação de Produtividade, no valor de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) a servidora JOSIANE CAETANO, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, inscrita sob matrícula nº 101, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de março de 2017, conforme Lei Municipal nº 269, de 27 de junho de 2002.

Art. 2º A produtividade no trabalho será mensurada através de avaliação trimestral de seu superior hierárquico imediato, onde será analisada a assiduidade, pontualidade, disposição para o trabalho, presteza e respeito às ordens e determinações, bem como zelo pelo trabalho e equipamentos utilizados, em conformidade com Art. 39, da Lei Complementar nº 269, de 27 de Junho de 2002.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Leoberto Leal 17 de março de 2017.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

Publique-se e Cumpra-se.

DÉBORA VENTURIN

Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 079/2017

Portaria n.º 079, de 20 de março de 2017.

"Contrata Professora e dá Outras Providências"

VITOR NORBERTO ALVES Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 418/90, nº 136/1999, nº 461/2005, nº 810/2011 e nº 1.036/2014;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário a senhorita VIVIANE BEPLER, portadora do CPF nº 114.548.359-31 e RG nº 6.479.435, para desempenhar as funções de Professora, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 029, de 06 de março de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativos a 06 de março de 2017, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 20 de março de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se.
DÉBORA VENTURIN
Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 080/2017

Portaria n.º 080, de 20 de março de 2017.

“Nomeia Diretora Coordenador de Merenda Escolar, e da outras providências.”

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e em atenção à Lei n.º 48 de 31 de outubro de 1997,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, JOEL LEAL, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 5.142.365, CPF nº 098.177.379-69, para o exercício das funções do cargo em Comissão de Coordenador de Merenda Escolar, a partir de 20 de março de 2017.

Art. 2º Desempenhará as atribuições inerentes ao cargo, especialmente aquela descrita na Lei Municipal nº 775/2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Leoberto Leal 17 de março de 2017.
VITOR NORBERTO ALVES
Prefeito Municipal

Publique-se e Cumpra-se.

DÉBORA VENTURIN
Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 081/2017

Portaria n.º 081, de 20 de março de 2017.

“Contrata Auxiliar de Serviços Gerais e dá Outras Providências”

VITOR NORBERTO ALVES Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 418/90, nº 269/2002, nº 461/2005 e nº 1.036/2014;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário a senhora SOLANGE MARIAN AMORIN, portadora do CPF nº 074.384.239-13 e RG nº 5.749.002, aprovada no Processo Seletivo nº 002, de 21 de outubro 2016, homologado em 15 de dezembro de 2016, para desempenhar as funções de Auxiliar de Serviços Gerais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 026, de 01 de março de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativos a 01 de março de 2017, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 20 de março de 2017.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

VITOR NORBERTO ALVES
Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se.
DÉBORA VENTURIN
Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 082/2017

Portaria n.º 82, de 20 de março de 2017.

“Contrata Enfermeiro e dá Outras Providências”

VITOR NORBERTO ALVES Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 418/90, nº 269/2002, nº 461/2005 e nº 1.036/2014;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário o senhor, ALEX KAMMERS, portador do CPF nº 068.653.549-90 e RG nº 5.748.083, aprovado no Processo Seletivo nº 003, de 18 de novembro 2016, homologado em 18 de janeiro de 2017, para desempenhar as funções de Enfermeiro, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 027, de 01 de março de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativos a 01 de março de 2017, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 20 de março de 2017.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
VITOR NORBERTO ALVES
Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se.
DÉBORA VENTURIN
Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 083/2017

Portaria n.º 083, de 20 de março de 2017.

“Conceder Licença maternidade a Conselheira Tutelar e dá outras providências”

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e atenção a Lei Municipal nº 418/1990;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, Licença maternidade à senhora CLAUDIA REGINA DE SOUZA, brasileira, casada, inscrita sob a matrícula nº 1814 ocupante das funções de Conselheira Tutelar, a partir 01 de março de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativos a 01 de março de 2017, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 20 de março de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

VITOR NORBERTO ALVES
Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se.

DEBORA VENTURIN

Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 084/2017

Portaria n.º 084 de 20 de março de 2017.

“Contrata Professora e dá Outras Providências”

VITOR NORBERTO ALVES Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 418/90, nº 136/1999, nº 461/2005, nº 810/2011 e nº 1.036/2014;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário a senhora ELIZA HENCKEL KREUSCH, portadora do CPF nº 045.151.789-03 e RG nº 4.011.576, aprovada no Processo Seletivo nº 002, de 21 de outubro 2016, homologado em 15 de dezembro de 2016, para desempenhar as funções de Professora Nível II, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 028, de 01 de março de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativos a 01 de março de 2017, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 20 de março de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

VITOR NORBERTO ALVES
Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se.

DÉBORA VENTURIN

Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 085/2017

Portaria n.º 085, de 20 de março de 2017.

“Contrata Professora e dá Outras Providências”

VITOR NORBERTO ALVES Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 418/90, nº 136/1999, nº 461/2005, nº 810/2011 e nº 1.036/2014;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário a senhora ROSILENE KRAUZE, portadora do CPF nº 038.390.489-74 e RG nº 4.011.574, para desempenhar as funções de Professora, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 030, de 06 de março de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativos a 06 de março de 2017, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 20 de março de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

VITOR NORBERTO ALVES
Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se.

DÉBORA VENTURIN

Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 086/2017

Portaria n.º 086 de 20 de março de 2017.

“Contrata Professora e dá Outras Providências”

VITOR NORBERTO ALVES Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 418/90, nº 136/1999, nº 461/2005, nº 810/2011 e nº 1.036/2014;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário a senhora ALICE RODE portadora do CPF nº 045.549.079-10 e RG nº 4.236.312 aprovada no Processo Seletivo nº 002, de 21 de outubro 2016, homologado em 15 de dezembro de 2016, para desempenhar as funções de Professora Nível II, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 031, de 06 de março de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativos a 06 de março de 2017, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 20 de março de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

VITOR NORBERTO ALVES
Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se.

DÉBORA VENTURIN

Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 087/2017

Portaria n.º 087, de 20 de março de 2017.

“Contrata Professora e dá Outras Providências”

VITOR NORBERTO ALVES Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 418/90, nº 136/1999, nº 461/2005, nº 810/2011 e nº 1.036/2014;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário a senhorita ANA LUZIA DE AGUIAR, portadora do CPF nº 071.870.999-32 e RG nº 5.748.343,

aprovada no Processo Seletivo nº 002, de 21 de outubro 2016, homologado em 15 de dezembro de 2016, para desempenhar as funções de Professora Substituta, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 032, de 06 de março de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativos a 06 de março de 2017, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 07 de fevereiro de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

VITOR NORBERTO ALVES
Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se.
DÉBORA VENTURIN
Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 088/2017

Portaria n.º 088, de 20 de março de 2017.

“Contrata Nutricionista e dá Outras Providências”

VITOR NORBERTO ALVES Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 418/90, nº 269/2002, nº 461/2005 e nº 1.036/2014;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário a senhorita, BRUNA SABEDRA BORDIN, portador do CPF nº 007.618.080-86 e RG nº 7.308.805, aprovada no Processo Seletivo nº 003, de 18 de novembro 2016, homologado em 18 de janeiro de 2017, para desempenhar as funções de Nutricionista, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 033, de 06 de março de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativos a 06 de março de 2017, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 20 de março de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

VITOR NORBERTO ALVES
Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se.
DÉBORA VENTURIN
Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 089/2017

Portaria n.º 089, de 20 de março de 2017.

“Contrata Operador de Trator de Pneu e dá Outras Providências”

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 1.036, de 12 de fevereiro de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário o senhor CLAUDESON MARIAN, portador do CPF nº 048.779.109-64 e RG nº 4.976.071, para desempenhar as funções de Operador de Trator de Pneu, com lotação na Secretaria Municipal de Agricultura, Turismo e Meio Ambiente, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 034, de 06 de março de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativos a 06 de março de 2017, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011

Leoberto Leal, 20 de março de 2017.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
VITOR NORBERTO ALVES
Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se.
DEBORA VENTURIN
Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 090/2017

Portaria n.º 090, de 20 de março de 2017.

“Contrata Auxiliar de Serviços Gerais e dá Outras Providências”

VITOR NORBERTO ALVES Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 418/90, nº 269/2002, nº 461/2005 e nº 1.036/2014;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário a senhorita EUGENIA DE LIMA, portadora do CPF nº 084.339.529-00 e RG nº 6.050.848, aprovada no Processo Seletivo nº 002, de 21 de outubro 2016, homologado em 15 de dezembro de 2016, para desempenhar as funções de Auxiliar de Serviços Gerais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 035, de 13 de março de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativos a 013 de março de 2017, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 20 de março de 2017.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
VITOR NORBERTO ALVES
Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se.
DÉBORA VENTURIN
Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 091/2017

Portaria n.º 091, de 20 de março de 2017.

“Contrata Enfermeira do ESF e dá Outras Providências”

VITOR NORBERTO ALVES Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 418/90, nº 269/2002, nº 461/2005 e nº 1.036/2014;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário a senhora, MARA RUBYA OLIVEIRA SOUZA, portador do CPF nº 900.047.525-20, para desempenhar as funções de Enfermeira do ESF, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 036, de 16 de março de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativos a 16 de março de 2017, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 20 de março de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

VITOR NORBERTO ALVES
Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se.

DÉBORA VENTURIN

Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 092/2017

Portaria n.º 092, de 27 de março de 2017.

“Exonera Servidora Municipal e dá outras Providências”

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso II da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a Senhora MARA RUBYA OLIVEIRA SOUZA, servidora inscrita sob a matrícula nº 1824, ocupante do cargo de Enfermeira do ESF, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 27 de março de 2017, a pedido da mesma.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 27 de março de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

VITOR NORBERTO ALVES
Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se.

DÉBORA VENTURIN

Secretaria de Administração e Finanças

Lontras

PREFEITURA

EDITAL N° 47/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LONTRAS

PREGÃO PRESENCIAL N.º 47/2017

Modalidade – Inexigibilidade de Licitação: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE NATUREZA INTELECTUAL COMO FACILITADORES DE OFICINA PARA MINISTRAR OFICINAS SÓCIO EDUCATIVAS, VISANDO O ESTÍMULO E O DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE FORTALECIMENTO DE VÍNCULO E DE CIDADANIA. Entrega dos Envelopes: até às 08 horas e 30 minutos do dia 02/05/2017; Abertura dos Envelopes: 09 horas do dia 02/05/2017. Maiores Informações junto ao Departamento de Licitações sito a Praça Henrique Schroeder, n.º 01, Centro ou pelo site www.lontras.sc.gov.br – Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor. Lontras, 17 de abril de 2017. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

EDITAL N° 48/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LONTRAS

PREGÃO PRESENCIAL N.º 48/2017

Modalidade – Inexigibilidade de Licitação: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE NATUREZA INTELECTUAL COMO ORIENTADOR SOCIAL. Entrega dos Envelopes: até às 14 horas e 30 minutos do dia 02/05/2017; Abertura dos Envelopes: 15 horas do dia 02/05/2017. Maiores Informações junto ao Departamento de Licitações sito a Praça Henrique Schroeder, n.º 01, Centro ou pelo site www.lontras.sc.gov.br – Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor. Lontras, 17 de abril de 2017. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

PORTARIA N° 224/2017

PORTARIA 224/2017

DESIGNA SERVIDOR COMO ESPECIFICA.

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito do Município de Lontras/SC, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o a Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar N°

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora IARA CATIANE STADNIK MALHEIROS para o envios de relatórios via sistema e-sfinge ao Tribunal de Contas de SC em substituição a servidora em férias IVONE VARGAS FERRARI.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lontras, 27 de março de 2017.

MARCIONEI HILLESHEIM

Prefeito Municipal

Luzerna

PREFEITURA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 033/2017 - PP 019/2017 - LOCAÇÃO, MONTAGEM, ASSISTÊNCIA E DESMONTAGEM DE BRINQUEDOS RECREATIVOS INFLÁVEIS - PML

MUNICÍPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório 033/2017 - PML

Pregão nº 019/2017 – PML

O Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 033/2017, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preço.

- Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços, destinado à contratação de empresa destinada a locação, montagem, assistência e desmontagem de brinquedos recreativos infláveis, para os diversos eventos desenvolvidos pelo Município de Luzerna/SC, de acordo com o Anexo I e demais condições estabelecidas neste Edital.

- Proponente(s) Vencedora(s):

* MACHADO EVENTOS LTDA - ME

- Valor total: R\$ 48.999,92

Luzerna (SC), 12 de abril de 2017.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

Macieira

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO_ DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 0010/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 0010/2017

PROCESSO LICITATÓRIO N° 0021/2017

O Prefeito Municipal de Macieira/SC, o Sr. ZELIR CITADIN, através da Prefeitura Municipal de Macieira/SC, torna pública a Dispensa de Licitação n° 0010/2017 para a digitalização e indexação de Portarias e Decretos Municipais no setor administrativo e publicação dos mesmos no Diário Oficial dos Municípios, compreendendo aproximadamente 3.263 Portarias e 1.459 Decretos. Através da empresa INFO DIGITALLE SOLUÇÕES TECNOLOGICAS PARA GESTAO DOCUMENTAL LTDA ME, em conformidade com o artigo 24, II da Lei 8666/93 e alterações subsequentes.

Contrato Administrativo n° 0017/2017

Vigência do Contrato: 12/08/2017, podendo ser prorrogado se necessário, nos preceitos da Lei.

Valor Total do Contrato: R\$ 7.800,00 (sete mil oitocentos reais).

Pagamento: Em até 30 (trinta) dias após a prestação dos serviços.

Macieira, 13 de abril de 2017.

Rejane Spanholo Abraão

Presidente da Comissão de Licitações

PUBLICAÇÃO RESUMIDA_ ATA DE RP N° 09/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA

Processo Licitatório n° 0016/2017

Pregão Presencial n° 0008/2017

Registro de Preços n° 0005/2017.

Objeto: Registro de preços para os serviços de publicação dos Atos Oficiais, Institucionais e de interesse público (em mídia impressa), relativos ao Município de Macieira, com fornecimento de exemplares a serem entregues nos locais solicitados, de acordo com as especificações do Edital e seus Anexos.

Vigência: Até 05 de abril de 2018.

Pagamento: Até o 10° (décimo) dia útil do mês subsequente, após a entrega e emissão de Nota Fiscal.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 09/2017

FORNECEDOR: ARTE EDITORA JORNALISTICA LTDA EPP.

Item	Descrição	Unidade	QTDE	Valor registrado cm/ coluna R\$
01	Serviços de divulgação de publicidade de utilidade pública, editais e/ou publicidade institucional para veiculação na forma impressa/ 4x0 (preto e branco) cores através de jornal com circulação no município e na região, com periodicidade diária de até 05 veiculações semanais dentro dos municípios de Macieira, Caçador (localização da ADR e da Comarca) e região.	Cm/Coluna	01 cm/colunas	9,90
02	Serviços de divulgação de publicidade de utilidade pública, editais e/ou publicidade institucional para veiculação na forma impressa/ 4x4 (colorido) cores através de jornal com circulação no município e na região, com periodicidade diária de até 05 veiculações semanais dentro dos municípios de Macieira, Caçador (localização da ADR e da Comarca) e região.	Cm/Coluna	01 cm/colunas	12,50
Item	Descrição	Unidade	QTDE	Valor registrado dos exemplares diários
03	Fornecimento de 30 exemplares diários em jornal impresso, com circulação dentro dos municípios de Macieira, Caçador (localização da ADR e da Comarca) e região, a serem entregues na Prefeitura Municipal e distribuídos para as demais localidades (escolas municipais, postos de saúde, secretaria de agricultura e setor de obras).	Exemplares	7560	1,75

Macieira, 11 de abril de 2017.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

Maracajá

PREFEITURA

DECRETO 30/2017

DECRETO Nº 30 DE 11 DE ABRIL DE 2017.

INSTITUI O PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ARLINDO ROCHA, Prefeito Municipal de maracajá, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do inciso VII, do artigo 73, da Lei Orgânica do Município, e,

CONSIDERANDO, que o dia 14 de abril do corrente é considerado pela Igreja Católica como um dia Santo, onde em todo país é realizado celebrações religiosas;

CONSIDERANDO, que a Sexta-feira Santa da Paixão de Cristo é considerado Ponto Facultativo Federal;

CONSIDERANDO, o que determina a Lei Federal Nº 9.093 de 12 de Setembro de 1995, em seu artigo 2º;

DECRETA:

Art. 1º Fica Decretado o Ponto Facultativo nas repartições públicas do Município de Maracajá, da Administração Direta e Indireta, no dia 14 de Abril, Sexta-Feira Santa, em razão das celebrações religiosas em todo o Brasil, durante todo o expediente.

Parágrafo único - No dia 17 de abril de 2017, o expediente retornará ao horário previsto no Decreto nº 01 de 05 de janeiro de 2017.

Art. 2º Excetuam-se os serviços considerados de caráter essencial e de interesse público, dada à natureza dos serviços prestados, serão atendidos na forma e nos horários exigidos, sob a orientação e a responsabilidade dos Diretores dos respectivos Departamentos, tais como:

I – a Coleta Seletiva do Lixo e a Limpeza Pública, vinculados ao Departamento de Obras, Habitação e Serviços Urbanos;

II - o Parque Ecológico de Maracajá, vinculado a Secretaria de Meio Ambiente e Turismo.

Art. 3º A Unidade de Saúde Central (CEMASAS) permanecerá com o Plantão 24h da ambulância.

Art. 4º Os Diretores das repartições onde os trabalhos não forem interrompidos organizarão escalas de revezamento entre os respectivos servidores, em seus horários de serviços, de tal forma que todos estes possam gozar do benefício desse ato, sem prejuízo dos trabalhos públicos essenciais.

Art. 5º Este Ponto Facultativo poderá ser cancelado a qualquer tempo, em virtude de necessidade imperiosa, estado de emergência, de calamidade pública ou fato novo que necessite dos préstimos dos servidores.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 11 de Abril de 2017.

Arlindo Rocha
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração, em 11 de Abril de 2017.

Marluci Freitas Bitencourt
Secretária de Administração

EXTRATO DE CONTRATO Nº 026/2017

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Extrato de Contrato

Espécie: Contrato nº 26/2017.

Contratante: Município de Maracajá/SC.

Contratada: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI.

Objeto: Objetivo a prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural pela CONTRATADA para a CONTRATANTE.

Valor: R\$ 23.740,00 (vinte e três mil, setecentos e quarenta reais).

Vigência: 06/03/2017 à 31/12/2017.

Data de Assinatura: 06/03/2017.

Maracajá/SC, 04 de Abril de 2017.

Arlindo Rocha

Prefeito Municipal

Contratante

REGINALDO GHELLERE

Gerencia Regional de Araranguá

Contratada

Meleiro

PREFEITURA

DECRETO Nº 039-2017

DECRETO Nº 039/2017, DE 07 DE ABRIL DE 2017
CONSTITUI E DESIGNA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO PARA ACOMPANHAR E AVALIAR AS PARCERIAS CELEBRADAS COM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MELEIRO, Sr. EDER MATTOS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto pela Lei Federal nº 13.019/2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Comissão de monitoramento e avaliação composta de três membros efetivos e dois suplentes, com a finalidade de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às prestações de contas das parcerias celebradas com as organizações da sociedade civil mediante termo de colaboração ou termo de fomento.

Art. 2º Para compor a referida Comissão, ficam designados como membros os seguintes servidores:

Presidente: Tadeu Rogério Bonfante
Membro: Daiane Macarini
Membro: Elixsandra da Silva Motta
Suplentes: Julio Cesar de Oliveira
Suplente: Sandra Simon Pereira

Art. 3º O Presidente da Comissão será representado, em sua ausência, por qualquer dos membros que se fizerem presentes, respeitando-se ordem de designação.

Art. 4º Compete à Comissão:

I – analisar as atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido com a realização da parceria, com base no plano de trabalho aprovado.

II – analisar os documentos comprobatórios das despesas apresentadas pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo pactuado.

III – análise de eventuais auditorias realizadas pelo controle interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

IV – cumprir as obrigações dispostas na Lei Federal nº 13.019/2014, no que tange à Comissão de monitoramento e avaliação.

V – propor o aprimoramento de procedimentos, a padronização de objetos, custos e indicadores, a produção de entendimentos voltados à melhoria do controle dos resultados, sendo de sua competência a avaliação e homologação dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro/SC, 07 de abril de 2017.

EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrado em publicado nesta Secretaria em data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secretario Municipal de Administração e Finanças

LEI Nº 1746

LEI Nº 1.746/2017

CONCEDE CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA A ASSOCIAÇÃO CORPO DE BOMBEIROS
COMUNITÁRIOS DE TURVO, ERMO, MELEIRO, MORRO GRANDE E TIMBE DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Meleiro, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Arte 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a firmar convênio com a finalidade de repassar contribuição financeira a Associação Corpo de Bombeiros Comunitários de Turvo, Ermo, Meleiro, Morro Grande e Timbé do Sul, CNPJ nº 11.367.626/0001-57, no valor de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), divididos em 09 parcelas mensais, durante o exercício de 2017, visando o pagamento dos bombeiros comunitários profissionais e a manutenção de suas atividades.

Parágrafo Único. A entidade beneficiada se sujeita à aplicação dos recursos dentro de suas finalidades estatutárias e específicas no Plano de Trabalho e a sua prestação de contas em conformidade com as normas vigentes e as exigências desta Prefeitura.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Meleiro (SC). 13 de abril de 2017.
Eder Mattos
Prefeito Municipal

NOTIFICAÇÃO PARTIDOS POLÍTICOS 03.2017

NOTIFICAÇÃO

Administração Municipal de Meleiro, atendendo à determinação contida na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA, a Câmara Municipal, aos Partidos Políticos, o Sindicato de Trabalhadores e Produtores e Entidades Empresariais com sede no Município, que recebeu no mês Março de 2017 recursos Federais e Estaduais relativos aos seguintes convênios e destinados aos seguintes Programas:

Data	Origem	Objeto	Valor (R\$)
03.2017	Federal	DNPM – CEFEM	679,05
03.2017	Federal	Fundo Especial do Petróleo – PEP	6.857,75
03.2017	Federal	PAB – Fixo - Programa Atenção Básica	15.140,67
03.2017	Federal	PSF – Programa Saúde da Família	14.260,00
03.2017	Federal	PACS – (Programa de Agente Comunitário de Saúde)	9.126,00
03.2017	Federal	PSB – Programa Saúde Bucal	2.230,00
03.2017	Federal	NASF – Núcleo de apoio da Saúde da Família	12.000,00
03.2017	Federal	PMAQ – Programa Melhoria Acesso da Qualidade	21.400,00
03.2017	Federal	MAC (Gestão Plena do SUS – Média Alta Complexidade)	5.335,70
03.2017	Federal	DENGUE - (Programa Epidemiologia, Controle Doenças)	1.806,67
03.2017	Federal	SAMU - (Serviço Atendimento Móvel Urgente)	26.250,00
03.2017	Federal	PAFB (Assistência Farmacêutica Básica)	6.003,56
03.2017	Federal	PADF – Programa Apoio Deficiências Físicas	1.216,00
03.2017	Federal	SE – Salário Educação	30.815,14
03.2017	Federal	PNATE – Transporte Escolar	5.803,56
03.2017	Federal	PNAE – Merenda Escolar	10.447,60
03.2017	Estadual	PAFB (Assistência Farmacêutica Básica)	5.297,26
03.2017	Estadual	PCF (Programa Co- financiamento)	11.550,00
03.2017	Estadual	OT (Outras Transferências)	5.000,00
03.2017	T. Privada	FIA – Transferências Instituição Privada	30.000,00
03.2017	Estadual	Receita de Convênio nº 1.713/2016	15.873,04
		Total	237.092,00

Eder Mattos Adair Pasini
Prefeito Municipal Cont. CRC/SC 0022984/0-3

TERMO DE FOMENTO N.º 001/2017

TERMO DE FOMENTO Nº 01/2017 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MELEIRO E A ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS COMUNITÁRIOS DE TURVO, ERMO, MELEIRO, MORRO GRANDE E TIMBÉ DO SUL

(TERMO DE FOMENTO N.º 001/2017)

O MUNICÍPIO DE MELEIRO, inscrito no CNPJ sob nº 82.837.741/0001-96, com sede na Rua 07 de setembro 371 – centro – Meleiro/SC, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, neste ato representada pelo prefeito municipal, EDER MATTOS, e a ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS COMUNITÁRIOS DE TURVO, ERMO, MELEIRO, MORRO GRANDE E TIMBÉ DO SUL, inscrita no CNPJ sob nº. 11.367.626/0001-57, com sede na Rua Nereu Ramos, 588, centro – Turvo- SC, doravante denominada ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, representada pelo seu presidente CARLOS JARDEL PEREIRA, resolvem celebrar o presente termo de fomento, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2.014, Lei Municipal n. 1.746/2017, bem como mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O presente termo de fomento tem por objeto o repasse de recursos financeiros para o pagamento de despesas com manutenção da entidade, conforme detalhado no Plano de Trabalho.

1.2 - Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

2.1 - São obrigações dos Partícipes:

I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:

a) fornecer manuais específicos de prestação de contas às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação às referidas organizações eventuais alterações no seu conteúdo;

b) emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeter à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;

c) realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;

d) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de fomento;

e) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;

f) na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não

ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;

g) viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;

h) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;

i) divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;

j) instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

a) manter escrituração contábil regular;

b) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste termo de fomento;

c) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;

d) manter e movimentar os recursos na conta bancária específica em banco público, observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;

e) dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;

f) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

g) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

h) disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste termo de fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Fomento é de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

3.2 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá, para execução do presente termo de fomento, recursos no valor de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), correndo a despesa à conta da dotação orçamentária conforme discriminação abaixo:

Código da Dotação: 04

Órgão: 03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Unidade: 03 DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE DE CONTROLE
Projeto/Atividade: 2002 MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS
Elemento: 3.3.50.00.00.00.00

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

4.2 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

4.3 - Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do termo de fomento ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

4.4 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de fomento;

III- quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

4.5 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

5.1 – O presente termo de fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:

I - realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II - finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

III - realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

IV - realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

V - realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;

VI - repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

VII - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1 - O presente Termo de Fomento vigorará a partir do primeiro dia seguinte ao da publicação de seu extrato na imprensa oficial até 31/12/2017, conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.

6.2 - Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento.

6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente termo de fomento, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

6.4 - Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1 - O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III - valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de fomento;

V - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

7.2 - Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população,

por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas;

I - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

I - extrato da conta bancária específica;

II - notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;

III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;

IV - material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;

V - relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e

VI - lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

§ 1.º Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

§ 2.º A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até noventa dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

8.2 - A prestação de contas relativa à execução do termo de fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

I - relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II - relatório de execução financeira do termo de fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

8.3 - A Administração pública municipal considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I - relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução

da parceria;

II - relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de fomento.

8.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

I - os resultados já alcançados e seus benefícios;

II - os impactos econômicos ou sociais;

III - o grau de satisfação do público-alvo;

IV - a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

I - aprovação da prestação de contas;

II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

8.7 - A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II - nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

8.8 - As prestações de contas serão avaliadas:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

8.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

8.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no termo de fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

8.11 - Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES

9.1 - A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.

9.3 - As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria Geral do Estado, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

9.4 - É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I - advertência;

II- suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva de Secretário Estadual, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

10.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

10.3 - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES

11.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

11.2 – Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.

11.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

11.4 – Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização donatária, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado,

11.5 – Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste Termo de Fomento, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

12.1 - O presente termo de fomento poderá ser:

I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e

d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE

13.1 - A eficácia do presente termo de fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado, a qual deverá ser providenciada pela administração pública estadual no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

14.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I - as comunicações relativas a este termo de fomento serão remetidas por correspondência ou fax e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;

II - as mensagens e documentos, resultantes da transmissão via fax, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias; e

III - as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste termo de fomento, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste termo de fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro da Comarca de Meleiro, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

15.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Meleiro/SC, 12 de abril de 2017.

EDER MATTOS

Prefeito de Meleiro

CARLOS JARDEL PEREIRA

ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS COMUNITÁRIOS DE TURVO, ERMO, MELEIRO, MORRO GRANDE E TIMBÉ DO SUL

TESTEMUNHAS

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

Modelo

PREFEITURA

CONTRATO 007-2017 - TERMO ADITIVO 01-2017 - TERRAPLENAGEM JACOBY - OBJET...

TERMO ADITIVO Nº. 001/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 007/2017

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 007/2017, QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE MODELO E A EMPRESA TERRAPLENAGEM JACOBY EIRELI, NOS TERMOS DA LEI Nº. 8.666 DE 21/06/93, OBJETIVANDO A ALTERAÇÃO DAS CLÁUSULAS PRIMEIRA E SEGUNDA DO CONTRATO SUPRA CITADO.

Termo Aditivo Contratual, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na Rua do Comércio nº 1304, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.021.832/0001-11, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor RICARDO LUIS MALDANER, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e a empresa TERRAPLENAGEM JACOBY EIRELI, Pessoa jurídica de direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº. 21.428.069/0001-90, com sede NA Rua Nereu Ramos, 2649, Centro, Município de Modelo - SC, neste ato representado pelo seu procurador, senhor EVERTON CEZAR DO PRADO, doravante denominada simplesmente CONTRADA; em decorrência do Processo de Licitatório nº 808/2016 – Modalidade Pregão Presencial Registro de Preços nº 040/2016, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de tubos de serviços de escavadeira hidráulica sobre esteira, retro escavadeira traçada, trator de esteira e caminhão basculante para atender as atividades do departamento municipal de estradas e rodagem do Município de Modelo, sendo:

Fica aditado o objeto do contrato nº 007/2017 de 03.01.2017, Constante da Cláusula Primeira, com ampliação do objeto, em 25% (vinte e cinco por cento) nos termos do parágrafo primeiro do artigo 65 da Lei 8.666/93, o item 01 em 47 horas de escavadeira hidráulica, nos seguintes termos:

Item	Descrição	Marca	Und.	Qdt.	Vlr. Unt.	Vlr. Total
01	Serviços de Escavadeira hidráulica sobre esteira – mínimo 99 Hp – peso operacional bruto mínimo 16 toneladas	Terraplenagem Jacoby	Hs	47	222,50	10.457,50

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

Fica aditado o valor do item 01 do contrato nº 007/2017 de 03.01.2017, Constante da Cláusula Segunda, com aditivo de valor, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 65 da Lei 8.666/93, sendo o valor do presente Aditivo corresponde a R\$ 10.457,50 (dez mil quatrocentos e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos) acrescido ao valor original do contrato no valor de R\$ 42.275,00 (quarenta e dois mil duzentos e setenta e cinco reais), totalizando o valor de R\$ 52.732,50 (cinquenta e dois mil setecentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais Cláusulas e Condições, firmadas no Contrato Administrativo Nº 007/2017 de 03.01.2017.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de MODELO-SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Modelo (SC), aos 13 de abril de 2017.

MUNICÍPIO DE MODELO Ricardo Luís Maldaner Prefeito Municipal - Contratante	TERRAPLENAGEM JACOBY EIRELI Everton Cezar do Prado Procurador – Contratada
--	--

Testemunhas:

Nome:	Nome:
-------	-------

Visto

GILNEI ROBERTO VOGEL OAB/SC Nº 11.283 - Assessor Jurídico	
--	--

CONTRATO 008-2017 - TERMO ADITIVO 01-2017 - MODELMAQ TERRAPLENAGENS - OB...

TERMO ADITIVO Nº. 001/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 008/2017

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 008/2017, QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE MODELO E A EMPRESA MODELMAQ TERRAPLENAGENS E SERVIÇOS LTDA, NOS TERMOS DA LEI Nº. 8.666 DE 21/06/93, OBJETIVANDO A ALTERAÇÃO DAS CLÁUSULAS PRIMEIRA E SEGUNDA DO CONTRATO SUPRA CITADO.

Termo Aditivo Contratual, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na Rua do Comércio nº 1304, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.021.832/0001-11, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor RICARDO LUIS MALDANER, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e a empresa MODELMAQ TERRAPLENAGENS E SERVIÇOS LTDA, Pessoa jurídica de direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº. 08.968.958/0001-82, com sede na Rua Princesa Isabel, 363, Município de Serra Alta - SC, neste ato representado pelo seu sócio administrador, senhor ADEMIR MOTTER, doravante denominada simplesmente CONTRADA; em decorrência do Processo de Licitatório nº 808/2016 – Modalidade Pregão Presencial Registro de Preços nº 040/2016, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de tubos de serviços de escavadeira hidráulica sobre esteira, retro escavadeira traçada, trator de esteira e caminhão basculante para atender as atividades do departamento municipal de estradas e rodagem do Município de Modelo, sendo:

Fica aditado o objeto do contrato nº 008/2017 de 03.01.2017, Constante da Cláusula Primeira, com ampliação do objeto, em 25% (vinte e cinco por cento) nos termos do parágrafo primeiro do artigo 65 da Lei 8.666/93, dos itens 02, 03 e 04, nos seguintes termos:

Item	Descrição	Marca	Und.	Qdt.	Vlr. Unt.	Vlr. Total
02	Serviços de retroescavadeira traçada – potência mínima 75 CV	Modelmaq	Hs	75	131,00	9.825,00
03	Serviços de trator de esteira capacidade mínima 153 HP	Modelmaq	Hs	37	243,50	9.009,50
04	Serviços de caminhão basculante trucado – capacidade mínima de carga 12 m³ e 12 toneladas – potência mínima 162 HP	Modelmaq	Hs	37	126,00	4.662,00

TOTAL	23.496,50
-------	-----------

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

Fica aditado o valor dos itens 02, 03 e 04 do contrato nº 008/2017 de 03.01.2017, Constante da Cláusula Segunda, com aditivo de valor, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 65 da Lei 8.666/93, sendo o valor do presente Aditivo corresponde a R\$ 23.496,50 (vinte e três mil, quatrocentos e noventa e seis reais e cinquenta centavos) acrescido ao valor original do contrato no valor de R\$ 94.725,00 (noventa e quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais), totalizando o valor de R\$ 118.221,50 (cento e dezoito mil, duzentos e vinte e um reais e cinquenta centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais Cláusulas e Condições, firmadas no Contrato Administrativo Nº 008/2017 de 03.01.2017.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de MODELO-SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Modelo (SC), aos 13 de abril de 2017.

MUNICÍPIO DE MODELO Ricardo Luís Maldaner Prefeito Municipal - Contratante	MODELMAQ TERRAP. E SERV. LTDA Ademir Motter Procurador – Contratada
--	---

Testemunhas:

Nome:	Nome:
-------	-------

Visto

GILNEI ROBERTO VOGEL OAB/SC Nº 11.283 - Assessor Jurídico	
--	--

CONTRATO 033-2013 - TERMO ADITIVO 08-2017 - TUCANO - LIXO - PRORROGAÇÃO ...

TERMO ADITIVO Nº. 008/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 033/2013

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 033/2013, QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE MODELO E A EMPRESA TOS OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA, NOS TERMOS DA LEI Nº. 8.666 DE 21/06/93, OBJETIVANDO A ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA QUARTA DO CONTRATO SUPRA CITADO.

Termo Aditivo Contratual, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na Rua do Comércio nº 1304, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.021.832/0001-11, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor RICARDO LUIS MALDANER, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa TOS OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Sete de Setembro, nº 211, Sala 106, Centro, na Cidade de Maravilha – SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 72.332.778/0001-09, neste ato representada pela Senhora JULEIDE INÊS D'AGOSTINI, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Processo de Licitação Nº. 024/2013 – Tomada de Preços nº 001/2013, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO

Fica aditado o contrato nº 033/2013 de 22.02.2013, constante da Cláusula Quarta, com a PRORROGAÇÃO da vigência. O prazo de vigência deste Contrato Administrativo será de mais 09 (nove) meses, contado a partir do dia 1º de abril de 2017 e terminando em 31/12/2017, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos de acordo com o estabelecido em Lei (Art. 57, inciso II da 8.666/93), a critério e conveniência administrativa,

Que inicialmente, o término estava previsto para o dia 31 de dezembro de 2013; com o Termo Aditivo nº 01/2013 de 29/11/2013, foi prorrogado por 12 (doze) meses, cujo término foi em 31/12/2014; com o Termo Aditivo nº 03/2014 de 26/11/2014, foi prorrogado por mais 12 (doze) meses, cujo término está previsto para 31/12/2015; com o Termo Aditivo nº 05/2015 de 04/12/2015, foi prorrogado por mais 12 (doze) meses, cujo término está previsto para 31/12/2016; o Termo Aditivo nº 007/2016 de 28/12/2016, prorrogou por mais 03 (três) meses, com término previsto para 31/03/2017; porém com este termo aditivo fica prorrogado por mais 09 (nove) meses, o prazo terminará em 31 de dezembro de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente termo aditivo decorre de autorização e justificativa do Prefeito Municipal exarada através da Justificativa Prorrogação Contratual, que faz parte integrante do presente contrato, e encontra amparo legal nos artigos 57 e 65 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais Cláusulas e Condições, firmadas inicialmente no Contrato Administrativo Nº 033/2013 de 22.02.2013.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de MODELO-SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Modelo (SC), aos 27 de março de 2017.

MUNICÍPIO DE MODELO Ricardo Luís Maldaner Prefeito Municipal - Contratante	TOS OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA Juleide Inês D'Agostini Sócia Administradora - Contratada
--	--

Testemunhas:

Nome:	Nome:
-------	-------

Visto

GILNEI ROBERTO VOGEL OAB/SC Nº 11.283 - Assessor Jurídico	
--	--

CONTRATO 038-2017 - TERMO ADITIVO 01-2017 - FRANDOLOSO - PREÇO GÁS

TERMO ADITIVO Nº. 001/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 038/2017

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 038/2017, QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE MODELO E A EMPRESA COMÉRCIO DE BEBIDAS FRANDOLOSO LTDA - EPP, NOS TERMOS DA LEI Nº. 8.666 DE 21/06/93, OBJETIVANDO A ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA SEGUNDA DO CONTRATO SUPRA CITADO.

Termo Aditivo Contratual, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na Rua do

Comércio nº 1304, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.021.832/0001-11, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor RICARDO LUIS MALDANER, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa COMÉRCIO DE BEBIDAS FRANDOLOSO LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Nereu Ramos, 149, Centro, na Cidade de Modelo – SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.043.160/0001-06, neste ato representada pelo Senhor VALMOR FRANDOLOSO, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Processo de Licitação nº 021/2017 – Pregão nº 007/2017, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REAJUSTE DO PREÇO

Fica aditado o contrato nº 038/2017 de 09.01.2017, constante da Cláusula Segunda, com reajuste dos preços, nos termos do parágrafo 8º do artigo 65 da Lei 8.666/93, nos termos do requerimento da CONTRATADA, que fazem parte integrante do presente aditivo, no valor de R\$ 4,00 (quatro reais), por botijão de gás P13, ficando em R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais) o valor unitário do botijão de gás P13 a partir de 05 de abril de 2017, considerando o aumento de 6,98% no preço do botijão, constantes das notas fiscais apresentadas que fazem parte integrante do presente contrato.

CONTRATO INICIAL

Fornecedor	Item	Descrição	Marca	Und.	Vlr Unit.
Franceloso	01	Gás P13	Liquigás	Un.	61,00

TERMO ADITIVO COM AMPLIAÇÃO NO VALOR

Fornecedor	Item	Descrição	Marca	Und.	Vlr Unit.
Franceloso	01	Gás P13	Liquigás	Un.	65,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

Fica aditado o valor do item acima do contrato nº 038/2017 de 09.01.2017, Constante da Cláusula Segunda, com aditivo de preço, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 65 da Lei 8.666/93, ampliando o preço a ser pago pelo objeto deste contrato a partir de 05 de abril de 2017 em R\$ 4,00 (quatro reais), totalizando o valor de R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais) o valor do botijão P13.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente termo aditivo decorre de requerimento da Contratada, que faz parte integrante do presente contrato, e encontra amparo legal nos artigos 57 e 65 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais Cláusulas e Condições, firmadas inicialmente no Contrato Administrativo nº 038/2017 de 09.01.2017.

CLÁUSULA QUINTA – DO FORO

Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de MODELO-SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Modelo (SC), aos 04 de abril de 2017.

MUNICÍPIO DE MODELO Ricardo Luís Maldaner Prefeito Municipal - Contratante	COMÉRCIO DE BEBIDAS FRANDOLOSO LTDA – EPP Valmor Franceloso Sócio Administrador - Contratada
--	--

Testemunhas:

Nome:	Nome:
-------	-------

Visto

GILNEI ROBERTO VOGEL OAB/SC Nº 11.283 - Assessor Jurídico	
--	--

CONTRATO 117-2014 - TERMO ADITIVO 04.01-2017 - DA SILVA E LAMB - PRORROG...

TERMO ADITIVO Nº 04.01/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 117/2014

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 117/2014, QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE MODELO E A EMPRESA DA SILVA E LAMB MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORA LTDA, NOS TERMOS DA LEI Nº. 8.666 DE 21/06/93, OBJETIVANDO A ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA QUARTA DO CONTRATO SUPRA CITADO.

Termo Aditivo Contratual, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na Rua do Comércio nº 1304, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.021.832/0001-11, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor RICARDO LUIS MALDANER, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa DA SILVA E LAMB MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Av. Dom Pedro II, 740, Centro, na Cidade de Serra Alta – SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.853.843/0001-54, neste ato representada por seu Sócio Administrador, Sr. ÉLIO CESAR DA SILVA, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Processo de Licitação nº 1300/2014 – Tomada de Preços nº 011/2014, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO

Fica aditado o contrato nº 117/2014 de 24.12.2014, Constante da Cláusula Quarta, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 65 da Lei 8.666/93, o prazo de vigência do contrato de prestação de serviços em mais 120 (cento e vinte) dias, por conveniência administrativa e de comum acordo entre as partes, a requerimento do setor de projetos e obras do Município, para execução da obra até o dia 09 de junho de 2017.

Que o prazo iniciou em 09 de fevereiro de 2015 (ordem de serviço) e terminaria em 09 de agosto de 2015; porém, com o Aditivo nº 01/2015 de 09/07/2015, foi prorrogado em 04 (quatro) meses o prazo e terminaria em 09 de dezembro de 2015; com o Termo Aditivo de prazo nº 02/2015 de 10/11/2015, foi prorrogado em 06 (seis) meses o prazo e terminaria em 09 de junho de 2016; com o Termo Aditivo nº 03/2016 de 25/05/2016 foi prorrogado em 06 (seis) meses, o prazo terminou em 09 de dezembro de 2016; com o Termo Aditivo nº 04/2016 de 17/11/2016 foi prorrogado em 02 (dois) meses, o prazo terminaria em 09 de fevereiro de 2017; porém, com este aditivo de 120 (cento e vinte) dias o prazo terminará em 09 de junho de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente termo aditivo decorre de autorização e justificativa do Prefeito Municipal exarada através da Justificativa Prorrogação Contratual, que faz parte integrante do presente do presente contrato, e encontra amparo legal nos artigos 57 e 65 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais Cláusulas e Condições, firmadas inicialmente no Contrato Administrativo Nº 117/2014 de 24.12.2014.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de MODELO-SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Modelo (SC), aos 06 de fevereiro de 2017.

MUNICÍPIO DE MODELO Ricardo Luís Maldaner Prefeito Municipal - Contratante	Da Silva e Lamb Mat. Const. e Construtora Ltda Elio Cesar da Silva Sócio Administrador - Contratada
--	---

Testemunhas:

Nome:	Nome:
-------	-------

Visto

GILNEI ROBERTO VOGEL OAB/SC Nº 11.283 - Assessor Jurídico	
--	--

DECRETO Nº 089-2017 SERV. E MAT. GRÁFICOS

Decreto nº 089/2017 de 13/04/17

Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 433/2017, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 433/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 026/2017, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E PARCELADA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS GRÁFICOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS DEPARTAMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, GABINETE DO PREFEITO, AGRICULTURA, DMER, EDUCAÇÃO E ESORTES, PARA O ANO DE 2017., adjudicado a favor da

Empresa	Valor Total Homologado
DKS GRAFICA LTDA ME	17.165,22
GRAFICA BAROZZI EIRELI EPP	14.395,00
NOVA PRINT GRAFICA E EDITORA LTDA EPP	2.637,50
CARLOS GIOVANI BIGUELINI ME	4.400,00

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Quinta-Feira, 13 de abril de 2017.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

EDER SCHLOSSER DA SILVA

Depto. de Licitações

RESOLUÇÃO Nº 006-2017 MAT. E SER. GRÁFICOS - FMS

Resolução nº 006/2017 de 13/04/17

Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 440/2017, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

ERNO MICHELIN, gestor do Fundo Municipal de Saúde de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Resolve:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 440/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 027/2017, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E PARCELADA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS GRÁFICOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MODELO/SC PARA O ANO DE 2017, adjudicado a favor da

Empresa	Valor Total Homologado
DKS GRAFICA LTDA ME	12.506,08
NOVA PRINT GRAFICA E EDITORA LTDA EPP	140,00
CARLOS GIOVANI BIGUELINI ME	2.957,92

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Quinta-Feira, 13 de abril de 2017.

ERNO MICHELIN

Gestor FMS

Registrado e publicado na data supra:

EDER SCHLOSSER DA SILVA

Depto. de Licitações

Mondaí

PREFEITURA

DECRETO 4951 ALTERA EQUIPE TÉCNICA QUE SUBSIDIARÁ O FÓRUM MUNICIPAL PERMANENTE DE EDUCAÇÃO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº. 4.951, DE 11 DE ABRIL DE 2017.

Altera o nome dos membros do Fórum Municipal de Educação e das outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com o inciso IV do artigo 56 da Lei Orgânica do Município, de 05 de abril de 1990, e Portaria nº 371 de 05 de setembro de 2014.

CONSIDERANDO, a necessidade de nomear os membros do Fórum Municipal Permanente de Educação, com a finalidade de colaborar na elaboração do Plano Municipal de Educação e acompanhar a sua implementação.

DECRETA:

Art. 1º. - Ficam nomeados os membros para compor o Fórum Municipal Permanente de Educação, ficando assim constituído:

I - Representante da Secretaria Municipal da Educação:

a) Titular: LILIA NARDI

b) Suplente: SANDRA REGINA CALLAI SCHUH

II - Representante do Conselho Municipal de Educação:

a) Titular: MARCIANE LUTZ TOEBE

b) Suplente: KATIA RAMMINGER SCHMEIER

III - Representante do Conselho Municipal de Merenda Escolar:

a) Titular: SIMONE BOTTEGA GOLDBECK

b) Suplente: CLERIA HERMES

IV - Representante do Conselho Tutelar:

a) Titular: VANIA DA CAS WILHELMS

b) Suplente: ADEMAR POSSELT

V - Representante Conselho Municipal do FUNDEB:

a) Titular: SONIA LUDKE

b) Suplente: SABRINA WILHELMS CRISTÓFOLI

VI - Representante de Pais:

a) Titular: PATRICIA SPESSATTO

b) Suplente: RUDINEI DOS SANTOS

VII - Representante do Sindicato dos Professores de Mondaí - SISME

a) Titular: INES DA CAS RUSCHEL

b) Suplente: CAREN RODRIGUES

VIII - Representante da Escola Estadual:

a) Titular: LUCIA ALBERTI

b) suplente: MOACIR ANTÔNIO TOMAZELLI

IX - Representante de Estudantes:

a) Titular: JOYCE MYCHELLI JUNG

b) Suplente: CLAUDIA HENKEL

X - Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

a) Titular: EDON LENZ

b) Suplente: FLÁVIO ZANG

XI - Representante do Setor de Finanças:

a) Titular: MARCOS VINICIUS REDEL

b) Suplente: ALICE ZIMMERMANN

XII - Representante dos Diretores das Escolas Municipais:

a) Titular: VANIA SACKMANN MIOTTO

b) Suplente: JANETE MULLER

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Mondaí, 11 de abril de 2017.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal

MILITÃO KNAPP

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO 4952 ALTERA EQUIPE TÉCNICA FORUM MUNICIPAL PERMANENTE EDUCAÇÃO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº. 4.952, DE 11 DE ABRIL DE 2017.

Altera o nome dos membros que constituirão a Equipe Técnica que subsidiará o Fórum Municipal Permanente de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com o inciso IV do artigo 56 da Lei Orgânica do Município, de 05 de abril de 1990, e Portaria nº 371 de 05 de setembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º- Ficam nomeados os membros para compor a Equipe Técnica do Plano Municipal de Educação, ficando assim constituído:

I – Representante do Fórum Municipal Permanente de Educação:

LILIA NARDI – Matrícula nº 3518

II – Representante da Secretaria Municipal de Educação:

KARINA ZULEICA GIEHL – Matrícula nº 3517

III – Representante dos professores do Ensino Público Municipal Efetivo:

REJANE ALBERTI MARKOSKI – Matrícula nº 3322

Prefeitura Municipal de Mondaí, 11 de abril de 2017.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal

MILITÃO KNAPP

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO 4953 COMISSÃO COORDENADORA PME

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº. 4.953, DE 11 DE ABRIL DE 2017.

Nomeia membros da Comissão Coordenadora de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que estão conferidas no inciso IV do artigo 56 da Lei Orgânica do Município de Mondaí, de 05 de abril de 1990.

CONSIDERANDO a necessidade de nomear membros do Fórum Municipal Permanente de Educação, nomeados pelo Decreto Municipal nº. 4.619, de 01 de outubro de 2014, para compor a Comissão Coordenadora, com a finalidade de colaborar no monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os infra relacionados para compor a Comissão Coordenadora de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação:

- a) MARCIANE LUTZ – Representante dos Professores Municipais;
- b) PATRÍCIA SPESSATTO – Representante dos Pais;
- c) VANIA SACKMANN MIOTTO – Representante do Conselho Municipal do FUNDEB;
- d) CLÉRIA VERONICA SOMMER HERMES – Representante do Conselho Municipal de Merenda Escolar- CAE;
- e) ELECI UZTIG – Representante dos Diretores das Escolas Municipais, e
- f) MOACIR ANTÔNIO TOMAZELLI – Representante dos Professores das Escolas Estaduais.

Art. 2º Cabe à Comissão constituída realizar o acompanhamento do monitoramento, efetivar a avaliação do Plano Municipal de Educação e divulgar a sistematização dessas contribuições a todas as instituições envolvidas no processo.

Art. 3º Fica a Secretaria Municipal de Educação obrigada a atender e apoiar a condução da respectiva Comissão Coordenadora.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeito Municipal de Mondaí, 11 de abril de 2017.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal

MILITÃO KNAPP

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

LEI COMPLEMENTAR Nº 63

LEI COMPLEMENTAR Nº. 63, DE 13 DE ABRIL DE 2017.

Altera o número de vagas em cargos de provimento efetivo e comissionado, modificando os Anexos do Artigo 95 da Lei Complementar nº. 018 de 28 de novembro de 2006 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Fica alterada a composição dos cargos de provimento comissionado do quadro de pessoal da administração pública do Município de Mondaí, nos termos desta Lei.

§ 1º – Ficam criados novos cargos e acrescidas vagas nos cargos já existentes do Quadro de Pessoal de Provimento Comissionado, conforme quadro abaixo:

Cargos / CC	Quantidade de Vagas		Natureza da alteração
	Atual – De	Proposta – Para	
Diretor Geral	04	06	Acréscimo
Diretor Geral de Licitações e Contratos	-	01	Novo
Assessor Técnico-Consultivo	-	01	Novo
Assessor Jurídico do Gabinete do Prefeito	-	01	Novo

§ 2º – Para atender as alterações promovidas pelo parágrafo acima, o Anexo III do artigo 95 da Lei Complementar nº. 18, de 28 de novembro de 2006 passa a vigorar com a redação dada pelo Anexo III desta Lei.

Art. 2º. O § 2º, do artigo 2º, da Lei Complementar nº 59 de 02 de dezembro de 2015, passara a vigorar com as seguintes disposições:

Art. 2º – ...

§ 2º – As Funções de Confiança acima criadas poderão ser atribuídas exclusivamente a servidores detentores de cargos de provimento efetivo (NR).

Art. 3º. Para atender alterações promovidas nesta Lei, o Anexo II do artigo 95 da Lei Complementar nº. 18, de 28 de novembro de 2006 passa a vigorar com a redação dada pelo Anexo I desta Lei.

Art. 4º. O Anexo VI do artigo 95 da Lei Complementar nº. 18, de 28 de novembro de 2006 passa a vigorar com a redação dada pelo Anexo IV desta Lei.

Art. 5º. O artigo 18 da Lei Complementar nº. 18, de 28 de novembro de 2006, passa a contar com a seguinte redação:

Art. 18 – ... :

I – Órgãos de assessoramento:

a) Gabinete do Prefeito;

I. ...

X. – Assessoria Jurídica do Gabinete – AC

III – Órgãos de Administração Específica:

b) Secretaria Municipal da Educação e Cultura;

II. ...

II-A – Departamento de Transporte Escolar da Educação Básica – AC

Art. 6º. Fica criada a subseção XV, nos termos do Artigo 25-D da Lei Complementar nº. 18, de 28 de novembro de 2006, que passa a vigorar com a seguinte redação:

SUBSEÇÃO XV - AC

Da Assessoria Jurídica do Gabinete

Art. 25-D – À Assessoria Jurídica do Gabinete é o órgão de consultoria e assessoria técnica ao Gabinete do Prefeito, encarregado especificamente dos serviços de suporte técnico-administrativa e legal, e tem por finalidade: - AC

I. Emitir pareceres e interpretações, escritos ou orais, de textos legais;

II. Atender a consultas, no âmbito administrativo, sobre questões jurídicas, submetidas a exame pelo Prefeito e demais funcionários do Gabinete, emitindo informações, pareceres e pronunciamentos jurídicos no âmbito de sua competência, escritos ou orais, quando for o caso;

III. Proceder ao exame dos documentos;

IV. Revisar, quando solicitado minutas de termos de compromisso e de responsabilidade, convênios e outros atos que se fizerem necessários;

V. Participar de reuniões coletivas com o Advogado do município e exercer outras atividades, compatíveis com a função, que lhe forem delegadas, bem como, acompanhar o prefeito, ou outros integrantes do gabinete, em reuniões, audiências, viagens e demais atividades correlatas, sempre que se fizer necessário;

VI. Assessorar o Prefeito e os Secretários Municipais em quaisquer outras matérias de sua competência;

VII. Coordenar a elaboração de mensagens e exposições de motivos do Prefeito à Câmara Municipal, bem como a elaboração de minutas de atos normativos, em articulação com a Procuradoria Geral do Município ou secretário da área específica;

VIII. Assessorar o Prefeito Municipal em assuntos de natureza jurídica, elaborando pareceres e estudos ou propondo normas, medidas e diretrizes;

IX. Exercer outras atividades compatíveis com a função, de conformidade com a disposição legal ou regulamentar, ou para as quais sejam expressamente designados;

X. Executar outras tarefas que lhe forem delegadas pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 7º. O Anexo VII do artigo 95 da Lei Complementar nº. 18, de 28 de novembro de 2006 passa a vigorar com a redação dada pelo Anexo II desta Lei.

Art. 8º. O Parágrafo Único do artigo 42 da Lei Complementar nº. 18, de 28 de novembro de 2006, passa a contar com a seguinte redação:

Parágrafo Único – ... :

I – ...

II-A – Departamento de Transporte Escolar da Educação Básica – AC

a) Divisão de Coordenação do Transporte Escolar; – AC

b) Divisão de Fiscalização do Transporte Escolar – AC

IV – Departamento de Ensino Médio e Educação Superior

a) Divisão de Apoio ao Ensino Médio e Técnico/Profissionalizante; – AC

b) Divisão de Apoio ao Ensino Superior – AC

V – Departamento de Merenda Escolar

a) Divisão de Logística da Alimentação Escolar; – AC

b) Divisão da Nutrição Escolar – AC

Art. 9º. Fica criada a subseção II-A, nos termos do Artigo 44-A da Lei Complementar nº. 18, de 28 de novembro de 2006, que passa a vigorar com a seguinte redação:

SUBSEÇÃO II-A - AC

Do Departamento de Transporte Escolar da Educação Básica

Art. 44-A – Compete ao Departamento de Transporte Escolar da Educação Básica: - AC

I. Supervisionar e garantir o cumprimento dos horários das viagens e os itinerários;

II. Planejar, coordenar e executar a política municipal de transporte escolar, prioritariamente ao educando do ensino infantil e Fundamental;

III. Cadastrar, organizar e reestruturar as linhas do transporte escolar;

- IV. Supervisionar e garantir o cumprimento dos horários das viagens e os itinerários;
- V. Controlar a frota de veículos envolvidos no transporte escolar, zelando sempre pela segurança dos estudantes, mantendo os veículos em bom estado de conservação, com a documentação em dia;
- VI. Exigir cumprimento das normas que constam no Código Nacional de Trânsito;
- VII. Proporcionar uma logística de atendimento aos Programas e Projetos institucionais das Escolas Municipais e da Secretaria;
- VIII. Oferecer treinamentos e capacitação para os transportadores;
- IX. Criar regulamento para alunos usuários do transporte escolar;
- X. Atender pais e alunos quando solicitado;
- XI. Monitorar e controlar quilometragem diária dos veículos do transporte escolar;
- XII. Coordenar os funcionários do setor;
- XIII. Exigir cumprimento do contrato da empresa terceirizada fornecedora de merenda escolar;
- XIV. Realizar periodicamente serviços de fiscalização nos veículos do transporte escolar, quanto às normas de segurança, de conduta e condições dos veículos;
- XV. Elaborar relatórios e notificações, enviando ao departamento jurídico;
- XVI. Controlar e cuidar para que o contrato firmado entre a prefeitura e as prestadoras do serviço seja cumprido nos seus artigos;
- XVII. Realizar periodicamente reuniões com os condutores dos veículos e alunos que utilizam o transporte;
- XVIII. Atender a pais de alunos e professores das escolas sobre problemas no transporte;
- XIX. Controlar os mapas de quilometragem diários;
- XX. Acompanhar as inspeções semestrais nos veículos que prestam serviço;
- XXI. Trabalhar junto à direção das escolas que utilizam o transporte para que o serviço seja executado da melhor maneira;
- XXII. Pedir empenhos e emitir notas fiscais para pagamento às empresas prestadoras do transporte;
- XXIII. Desincumbir-se de outras tarefas ou atividades necessárias para o cumprimento de suas atribuições.
- XXIV. Executar outras tarefas que lhe forem delegadas pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 10. Permanecem inalteradas as demais disposições previstas na Lei Complementar nº. 018, de 28 de novembro de 2006, atualizada nos termos da Lei.

Art. 11. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Mondaí (SC), 13 de abril de 2017.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal

MILITÃO KNAPP

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

ANEXO I

Altera a redação do Anexo II do artigo 95 da Lei Complementar nº. 18, de 28 de novembro de 2006

QUADRO DE PESSOAL EFETIVO

GRUPO I – SERVIÇOS GERAIS DE APOIO - SGA

Cargos /CE	Vagas	Categoria	Nível	Carga horária semanal
Agente de Serviços Gerais	60	SGA	II	40 horas
Vigia	08	SGA	II	40 horas

GRUPO II – SERVIÇOS DE APOIO DE OBRAS – SAO

Cargos /CE	Vagas	Categoria	Nível	Carga horária semanal
Carpinteiro	01	SAO	III	40 horas
Pedreiro	05	SAO	III	40 horas

GRUPO III – SERVIÇOS GERAIS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS – SME

Cargos /CE	Vagas	Categoria	Nível	Carga horária semanal
Borracheiro	01	SME	II	40 horas
Mecânico de Máquinas e Veículos	02	SME	VIII	40 horas
Motorista	30	SME	IV	40 horas
Operador de Máquinas	17	SME	V	40 horas
Operador de Máquina Leve	03	SME	IV	40 horas

GRUPO IV – SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO - SAA

Cargos /CE	Vagas	Categoria	Nível	Carga horária semanal
Atendente de Saúde Pública	02	SAA	III	40 horas
Recepcionista	02	SAA	II	40 horas
Digitador	02	SAA	I	40 horas

GRUPO V – ATIVIDADE TÉCNICA MÉDIA - ATM

Cargos /CE	Vagas	Categoria	Nível	Carga horária semanal
Agente Administrativo	08	ATM	VI	40 horas
Assistente Administrativo	10	ATM	V	40 horas
Auxiliar de Enfermagem	12	ATM	III	40 horas
Fiscal da Fazenda	01	ATM	VI	40 horas
Fiscal de Vigilância Sanitária	01	ATM	VI	40 horas
Técnico em Agropecuária	01	ATM	VII	40 horas
Técnico em Contabilidade	01	ATM	IX	40 horas

GRUPO VI – ATIVIDADE TÉCNICA SUPERIOR – ATS

Cargos /CE	Vagas	Categoria	Nível	Carga horária semanal
Advogado	01	ATS	X	30 horas
Assistente Social	02	ATS	X	40 horas
Bioquímico	01	ATS	X	40 horas
Contador	01	ATS	X	40 horas
Enfermeiro	02	ATS	X	40 horas
Engenheiro Agrônomo	01	ATS	X	40 horas
Médico Veterinário	01	ATS	X	40 horas
Nutricionista	01	ATS	X	40 horas
Odontólogo	01	ATS	X	40 horas
Farmacêutico - Bioquímico	02	ATS	X	40 horas
Fiscal Sanitarista e de Posturas	01	ATS	X	40 horas

ANEXO II

Altera a redação do Anexo VII do artigo 95 da Lei Complementar nº. 18, de 28 de novembro de 2006

DESCRIÇÃO ANALÍTICA DAS CATEGORIAS FUNCIONAIS**7 – CARGOS COMISSIONADOS****7.1 – ...****7.2 – Carga Horária**

20, 30, 40 horas semanais ou de dedicação exclusiva

ANEXO III

Altera a redação do Anexo III do artigo 95 da Lei Complementar nº. 18, de 28 de novembro de 2006

QUADRO DE PESSOAL COMISSIONADO

Cargos /CC	Vagas	Categoria	Nível	Carga horária semanal
Assessor Jurídico do Gabinete do Prefeito	01 – AC	CC-01	IX – AC	20 horas semanais
Diretor Geral de Contabilidade	01	CC-01	IX	Dedicação exclusiva
Assessor de Planejamento e Gestão	01	CC-01	IX	Dedicação exclusiva
Coordenador de Controle Interno	01	CC-01	VIII	Dedicação exclusiva
Diretor Geral de Licitações e Contratos	01	CC-01	VIII – AC	Dedicação exclusiva
Assessor Financeiro	01	CC-02	VII	Dedicação exclusiva
Assessor Especial	02	CC-03	VI	Dedicação exclusiva
Assessor de Comunicação Social	01	CC-03	VI	Dedicação exclusiva
Diretor Geral	06 – NR	CC-03	VI	Dedicação exclusiva
Assessor Técnico-Consultivo	01 – AC	CC-04	V	20 horas semanais
Assessor de Gabinete	02	CC-04	V	Dedicação exclusiva
Diretor	10	CC-05	IV	Dedicação exclusiva
Chefe de Gabinete	01	CC-07	III	Dedicação exclusiva
Oficial de Gabinete	02	CC-06	II	Dedicação exclusiva
Chefe de Divisão	15	CC-08	I	Dedicação exclusiva

ANEXO IV

Altera a redação do Anexo VI do artigo 95 da Lei Complementar nº. 18, de 28 de novembro de 2006

TABELA DE NÍVEIS DE VENCIMENTOS

QUADRO DE PESSOAL EFETIVO		QUADRO DE PESSOAL COMISSIONADO	
NÍVEL	VALOR	NÍVEL	VALOR
I	1.101,25	I	1.582,94
II	1.132,85	II	1.931,60
III	1.477,09	III	2.165,59
IV	1.513,59	IV	2.337,73
V	1.583,36	V	2.478,54
VI	2.164,58	VI	3.043,61
VII	2.234,44	VII	3.792,10
VIII	2.745,10	VIII	4.745,24
IX	3.210,00	IX	5.275,83
X	4.256,10		

QUADRO DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇAS

NÍVEL	VALOR
I	324,25
II	556,68
III	788,86
IV	1.190,34
V	1.591,80

LEI ORDINÁRIA Nº. 3.629

LEI ORDINÁRIA Nº. 3.629, DE 13 DE ABRIL DE 2017.

Autoriza o Chefe do Executivo Municipal a firmar convênio com o governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, visando a cooperação financeira para manutenção dos serviços de segurança pública (Polícia Civil e Polícia Militar) e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com o Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, visando a cooperação financeira para manutenção dos serviços de Segurança Pública (Polícia Militar e Polícia Civil) no Município.

Art. 2º. O Município de Mondai manterá na Agência local do Banco do Brasil S/A a contas vinculadas "PREFEITURA/CONVÊNIO POLÍCIA MILITAR / PREFEITURA/CONVÊNIO POLÍCIA CIVIL" para as despesas decorrentes dos convênios mencionados no artigo anterior.

Art. 3º. Pelo presente esta o Município de Mondai autorizado a mensalmente durante o período de 2017 a 2020, depositar o valor de até R\$ 1.000,00 (um mil reais) para o Convênio com a Polícia Militar e o valor de até R\$ 1.000,00 (um mil reais) para o Convênio com a Polícia Civil.

Parágrafo Único – Os valores fixados na presente Lei, serão atualizados anualmente, por Decreto exarado pelo chefe do Poder Executivo, utilizando-se o índice acumulado do IGPM apurado pela Fundação Getúlio Vargas, no período de 12 meses imediatamente anterior a vigência desta Lei.

Art. 4º. Para utilização dos recursos estarão sujeitas as normas previstas na Lei Federal 8.666/93, atualizada e aos tramites necessários a realização da despesa pública.

Art. 5º. Para a presente Lei somente poderão ser utilizadas para despesas correntes e de capital, as ultimas, integrarão patrimônio do Município, somente sendo cedidas para utilização revertendo ao Município no prazo final do Convênio ou pela exaustão do bem.

Art. 6º. A aplicação dos recursos destinados a Polícia Civil e Polícia Militar dar-se-á preferencialmente em:

I. Melhorar a prestação do Serviço Público no que se refere à área da Segurança Pública, tornando-o mais eficiente e qualificado tecnicamente;

II. Melhorar as condições de trabalho e operação dos agentes de segurança;

III. Fortalecer a integração inter-institucional no que se refere à Segurança Pública;

IV. Propiciar meios de garantir assistência mais efetiva ao Município de Mondai, no tocante à segurança pública, mormente no que respeita à prevenção e à repressão de delitos.

V. Promover ações intensivas permanentes no combate à criminalidade e à violência;

VI. Manutenção e assistência técnica das viaturas colocadas à disposição da Delegacia de Polícia e da Unidade Policial Militar.

Art. 7º. - Os recursos necessários para o desenvolvimento e manutenção do programa e outros necessários para o cumprimento da presente Lei, serão à conta de dotação orçamentária, vigente em cada exercício financeiro.

Art. 8º. - Os recursos remanescentes às contas dos convênios oriundos da Lei municipal nº 3.507 de 24 de janeiro de 2013, poderão a critério do conveniado, serem aplicados na consecução do objeto da presente Lei.

Art. 9º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Mondai (SC), 13 de abril de 2017.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal

MILITÃO KNAPP

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Monte Carlo

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047/2017/PM

PROCESSO LICITAÇÃO Nº 047/2017/PM

PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2017/PM

REGISTRO DE PREÇO Nº 023/2017/PM

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pela Prefeita Municipal Sra. SONIA SALETE VEDOVATTO no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando REGISTRO DE PREÇO para contratação futura de pessoa jurídica para fornecimento de SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA e RETIRADA DE BOMBAS PARA POÇOS ARTESIANOS. Os envelopes de "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município – Rodovia SC 452 Km 24, nº 1551, Centro, Monte Carlo, SC.

Os envelopes deverão ser entregues a partir das 12:00 horas do dia 17/abril/2017 até as 15:45 horas do dia 28/abril/2017.

Abertura da sessão no dia 28/abril/2017 às 16:00 horas.

A presente licitação será do tipo menor preço, com objetivo de selecionar melhor proposta, consoante as condições estatuídas em Edital e será regido pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/ Novembro/2006, Decreto Municipal nº 004/2017 de 10/janeiro/2017, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília-DF.

LOCAL: Sala de Reunião – Prefeitura Municipal

INFORMAÇÕES: diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo – SC, 17 de abril de 2017

DELCIR BARZOTTO

Diretor Departamento de Compras e Licitações

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 511/2017/FS

PROCESSO LICITAÇÃO Nº 511/2017/FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 508/2017/FMS

REGISTRO DE PREÇOS Nº 505/2017/FMS

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 04.923.189/0001-45, representado neste ato pelo Gestor Sr. VALCEMIR ANTÔNIO CORDEIRO no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando o REGISTRO DE PREÇOS para contratações futuras e parceladas de ROUPAS HOSPITALARES.

TIPO: MENOR PREÇO – JULGAMENTO POR LOTE

RECEBIMENTO DAS "PROPOSTA DE PREÇOS": das 12:00 horas do dia 17/abril/2017 até às 12:50 horas do dia 28/abril/2017

ABERTURA DA SESSÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: as 13:00 horas do dia 28/abril/2017.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília-DF.

LOCAL: Sala de Reunião – Prefeitura Municipal

INFORMAÇÕES: diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo – SC, 17 de abril de 2017

DELCIR BARZOTTO

Diretor Departamento de Compras e Licitações

Morro da Fumaça

PREFEITURA

ERRATA DO REGISTRO DE PREÇOS 040/2017

Morro da Fumaça Errata do Edital de Registro de Preços 040/2017. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTÃO DE SERVIÇO DE DESENTUPIMENTO DE REDES DE DRENAGEM E ESGOTO DO MUNICÍPIO E LIMPEZA DE BUEIROS, BOCA DE LOBO, FOSSAS SÉPTICAS, LIMPEZA, LAVAÇÃO DE ESTRADAS E FACHADAS E LIMPEZA DE CAIXAS DE ÁGUA ATÉ 1000L, conforme anexo, I. Data: 19/04/2017 às 11:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. Dalvânia Cardoso – Secretária do Sistema Econômico.

REGISTRO DE PREÇOS 009/2017

Fundo Municipal de Saúde Morro da Fumaça do Edital de Registro de Preços 009/2017. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE AMBULATORIO, conforme anexo, I. Data: 28/04/2017 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. Dalvânia Cardoso – Secretária do Sistema Econômico.

SUSPENSÃO DA TOMADA DE PREÇOS 001/2017

Município de Morro da Fumaça Suspensão do Edital de Tomada de Preços 001/2017. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PISO NO GINÁSIO DE ESPORTES JORGE SILVA, conforme anexo, I. Data: 17/04/2017 às 09:00. Fica suspensa a Licitação.. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. Dalvânia Cardoso – Secretária do Sistema Econômico.

Navegantes

PREFEITURA

ATA DA SESSÃO Nº 63/2017 PMN

ATA DA SESSÃO

AS 09:00H (NOVE) HORAS DO DIA 13/04/2017, A PREGOEIRA CARLA CLAUDINO E EQUIPE DE APOIO VERA LUCIA LUCOLLI DA COSTA, REUNIRAM-SE PARA CREDENCIAMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES, EM EDITAL A LICITAÇÃO 63-2017 PMN, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, CUJO OBJETO REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS - ITENS FRACASSADOS (05, 17, 28, 30, 34) E ITEM DESERTO (36) NO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO 127/2016 - PARA COMPOSIÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, PARA O ANO LETIVO DE 2017, AS EMPRESAS PARTICIPANTES: VENCOLI BRASIL DISTRIBUIDORA LTDA ME, REPRESENTADO POR MONICA AMORIM SILVEIRA; TECNOAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA, REPRESENTANTA POR FERNANDO JOSÉ LONGEN; COMERCIAL STORINNY LTDA-EPP, REPRESENTADO POR VALTER PLACIDO DOS SANTOS JUNIOR; PJ SERVIÇOS E COMERCIO LTDA-ME, REPRESENTADO POR JÚLIA CRISTINA MEURER DE SOUZA; SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS, ALIMENTOS E EQUIPAMENTOS, REPRESENTADO POR LUIZ FERNANDO SEBOLD; L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA ME, REPRESENTADA POR ARILSON JOSE ALVES ; COPAL ALIMENTOS LTDA SEM REPRESENTANTE E A EMPRESA HELIO OLINDO BERNARDES EIRELI ME ESTEVE PRESENTE MAS NÃO APRESENTOU O CREDENCIAMENTO TENDO SUA PROPOSTA DESCLASSIFICADA. PROCEDEU-SE COM A ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTAS QUE FORAM DISPONIBILIZADOS AOS PRESENTES PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÃO, ONDE NÃO HOUE MANIFESTAÇÕES. AS EMPRESAS VENCEDORAS FORAM TECNOAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA VENCEDORA DOS ITENS 4(QUATRO) E 7(SETE); COMERCIAL STORINNY LTDA-EPP VENCEDORA DOS ITENS 1(UM) E 2(DOIS); SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS, ALIMENTOS E EQUIPAMENTOS VENCEDORA DO ITEM 5(CINCO); L & E COMERCIO VAREJISTA LTDA ME VENCEDORA DO ITEM 3 (TRÊS) E COPAL ALIMENTOS LTDA VENCEDORA DO ITEM 3(SEIS). FOI ABERTO O ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E AS MESMAS ESTAVAM DEVIDAMENTE HABILITADAS, QUE FORAM DISPONIBILIZADOS AOS PRESENTES PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÃO, NÃO HOUE MANIFESTAÇÕES. ESTA ATA SERÁ DISPONIBILIZADA NO SITE WWW.NAVEGANTES.SC.GOV.BR, NADA MAIS HAVENDO A RELATAR DEU-SE POR ENCERRADO OS TRABALHOS AS 10H29M MIN. EU VERA LUCIA LUÇOLLI DA COSTA LAVREI O PRESENTE REGISTRO DE ACONTECIMENTOS QUE APÓS LIDO E ACHADO CONFORME SEGUE ASSINADO PELOS PARTICIPANTES PRESENTES NESTA ABERTURA QUE PERMANECERÃO ATÉ A LAVRATURA DO MESMO. ESTA ATA SERÁ DISPONIBILIZADA NO SITE WWW.NAVEGANTES.SC.GOV.BR.

DÁ-SE INÍCIO A FASE DAS AMOSTRAS NO PRAZO DE 48H(QUARENTA E OITO HORAS), FINDANDO-SE NO DIA 18/04/2017 AS 17H30M.

NADA MAIS HAVENDO A RELATAR DEU-SE POR ENCERRADO OS TRABALHOS AS 10H08MIN.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 29/2017 PMN

PREFEITURA DE NAVEGANTES - PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2017 PMN

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Registro de preço visando a contratação de empresa especializada na confecção de

placas de aço inox, devidamente personalizadas para inauguração de espaços públicos através da Secretaria de Comunicação Social do município de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 02/05/2017 até às 13h50. Abertura/envelopes: 02/05/2017 às 14h00. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº 100, Navegantes/SC e no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA (Prefeito).

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 55/2017 PMN

PREFEITURA DE NAVEGANTES - PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2017 PMN

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Registro de preço visando a contratação de empresa especializada para fornecimento, instalação e manutenção de toldos e substituição das lonas dos toldos (com fornecimento de materiais) para atender as unidades escolares pertencentes à Secretaria de Educação do município de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 02/05/2017 até às 8h50. Abertura/envelopes: 02/05/2017 às 9h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº 100, Navegantes/SC e no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA (Prefeito).

CONVOCAÇÃO – CONCURSO PUBLICO 001/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES www.navegantes.sc.gov.br Rua João Emílio nº 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br Fone/Fax: (047) 3342-9500
--

Navegantes, 13 de abril de 2017

Ilma Sra
CLEUSA MATTEUCCI (CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO – CONCURSO PUBLICO 001/2014 –

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados da data da publicação, para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 001/2014, para o cargo de ENFERMEIRO ESF 40 horas

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Diandra Pereira
DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

Navegantes, 12 de abril de 2017

Ilma Sra
HELOISA DE SOUZA GARCIA (CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO – CONCURSO PUBLICO 001/2014 –

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados da data da publicação, para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 001/2014, para o cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE ESF 40 horas

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Diandra Pereira
DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

Navegantes, 12 de abril de 2017

Ilm Sr
ANDRE LUIZ BATSCHAUER (CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO – CONCURSO PUBLICO 001/2014 –

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados da data da publicação, para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 001/2014, para o cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE ESF 40 horas

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Diandra Pereira

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

Navegantes, 12 de abril de 2017

Ilm Sr
RICARDO FELIPE BEBER (CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO – CONCURSO PUBLICO 001/2014 –

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados da data da publicação, para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 001/2014, para o cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE ESF 40 horas

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Diandra Pereira
DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

Navegantes, 12 de abril de 2017

Ilma Sra
LETIANE LIMA DE ALMEIDA (CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO – CONCURSO PUBLICO 001/2014 –

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados da data da publicação, para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 001/2014, para o cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE ESF 40 horas

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Diandra Pereira
DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

Navegantes, 12 de abril de 2017

Ilma Sra
JOANA ROSA BARBOSA (CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO – CONCURSO PUBLICO 001/2014 –

Senhor (a) Candidato (a),
Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados da data da publicação, para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 001/2014, para o cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE ESF 40 horas

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Diandra Pereira
DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

Navegantes, 12 de abril de 2017

Ilma Sra
NELIA DE OLIVEIRA PRATA (CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO – CONCURSO PUBLICO 001/2014 –

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados da data da publicação, para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 001/2014, para o cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE ESF 40 horas

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Diandra Pereira
DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

EXTRATO CONTRATUAL Nº 082/2017 PMN.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 082/2017.
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
Contratada: ACQUASERVICE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA
CNPJ sob o nº 05.777.193/0001-05,
Vigência.: Início.:11/04/2017 – 31/12/2017
Licitação: CC 63/2016. .
Recursos: Dotação:. 2.115 3.3.90.00.00.00.00
Valor Total: R\$ 512.100,00 (quinhentos e doze mil e cem reais)./
Valor mensal: R\$ 56.900,00 (cinquenta e seis mil novecentos reais).
Objeto: PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 63/2016, REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SISTEMA (SOFTWARE) PARA GESTÃO OPERACIONAL INTEGRADO DO ABASTECIMENTO DE AGUA DO MUNICIPIO, INCLUINDO IMPLANTAÇÃO; CONVERSÃO DE DADOS; TREINAMENTO DE USUÁRIOS; SUPORTE E MANUTENÇÃO (COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS EM REGIME DE COMODATO), ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DE NAVEGANTES/SC, conforme Concorrência nº 63/2016.
Navegantes, 07 de abril de 2017.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE NAVEGANTES - FUMAN - EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 001/2017/ FUMAN

A Fundação Municipal do Meio Ambiente de Navegantes – FUMAN, nos termos do art. 122 do Decreto Federal n.º 6.514/2008, torna pública a relação do(s) processo(s) administrativo(s) decorrentes de autos de infração ambiental aptos para julgamento. Diante disso, o(s) autuado(s) fica(m) notificado(s) a apresentar Alegações Finais, no prazo de 10 (dez) dias a contar da presente data, que deverão ser protocoladas no Setor de Protocolo na sede da FUMAN.

Nº Auto de Infração	Nº Processo	Nº CPF/CNPJ	Autuado
173/2016	029/2016	035.947...-..	Alexsandro Pereira
172/2016	028/2016	82.130.170/0001-53	CONPLA CONSTRUÇÃO E PLANEJAMENTO LTDA

Dentro do prazo acima referido, o(s) notificado(s) poderão ter vistas do Processo no Setor de Protocolo da sede da FUMAN.

Navegantes, SC, 13 de abril de 2017.
JOÃO PAULO SERPA
Superintendente Interino da FUMAN
Portaria n. 436/2017

PORTARIA 1078/2017 NOMEAÇÃO CONCURSO

PORTARIA N º 1078 DE 21 DE MARÇO DE 2017

NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA

Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2015 o Sr. MARLON JONATHAN DELFINO, para exercer o cargo efetivo de SECRETÁRIO ESCOLAR, carga horária 40h, a partir de 21/03/2017

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 21 DE MARÇO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 21 de março de 2017.

KARLILE CUGNIER

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Regina Célia Correia

SECRETÁRIA INTERINA DE EDUCAÇÃO

PORTARIA 881/2017 LICENÇA MATERNIDADE

PORTARIA N º 881 DE 14 DE MARÇO DE 2017

CONCEDE LICENÇA-MATERNIDADE A SERVIDORA QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença-maternidade à servidora DAYANE FARIAS DE OLIVEIRA, ocupante da função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, ACT 63331501, no período de 07/02/2017 a 05/08/2017.

II - Os 60 (sessenta) dias a mais de licença são amparados pela lei municipal 2088 de 21/11/2007.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE MARÇO DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de março de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - NAVEGANTESPREV**TERMO DE JULGAMENTO PROCESSO ADMINISTRATIVO 01/2017**

TERMO DE JULGAMENTO

Processo administrativo n º. 01/2017, instaurado pela Portaria nº 006 de 13 de fevereiro de 2017.

Indiciadas: M. S. P, C.R.P e S.M.P

Vistos, relatados, etc., os presentes autos, verifiquei que:

Por intermédio da Portaria nº. 006 de 13 de fevereiro de 2017 foi instaurado processo administrativo para apurar fatos e irregularidades relacionadas às Aposentadorias e Pensões do Tesouro Municipal.

A instauração foi determinada na fl.01, designou-se a Comissão de Processo de Administrativo, com a oitiva da indiciada e com a comprovação documental restou que o benefício de pensão por morte que as indiciadas vinham recebendo da prefeitura estava sendo paga de forma irregular, sendo que deveria ter cessado quando as indiciadas completaram 21 anos de idade.

É o Relatório.

A vista do exposto e considerando o que mais dos autos consta, em conformidade com a Lei 9.784/99 e Lei Complementar Municipal nº. 07/2003.

DECIDO:

JULGO procedente a sugestão apontada no relatório da Comissão de Processo administrativo, no que concerne a SUSPENSÃO DEFINITIVA da Pensão, haja vista não ter amparo legal continuar a pagar o benefício.

Determino a intimação por carta com AR às indiciadas.

Diante do presente julgamento, determino que seja lavrado o competente Ato, procedendo-se a sua publicação na imprensa oficial no prazo de 10 (dez) dias a contar da presente data.

Cumpra-se. Publique-se. Intime-se.

Navegantes-SC, 13 de abril de 2017.

JAN ULLRICH

Diretor Presidente do NavegantesPREV

Nova Itaberaba

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 44/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO de Nova Itaberaba
AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade: Pregão
Processo Adm. Nº.: 44/2017
Edital: Pregão Nº.: 15/2017
Tipo: Menor preço / Unitário por Item
Objeto: Solicitação para aquisição de produtos para higiene limpeza, para manutenção das atividades no departamento de Educação.
Entrega dos Envelopes: 08:00 horas do dia 25 de abril de 2017.
Local de Entrega dos Envelopes: Sede da Prefeitura. Rua José Marocco nº 2226. Nova Itaberaba-SC.
Abertura dos Envelopes: 08:00 horas do dia 25 de abril de 2017.
Local de Abertura dos Envelopes: Sede da Prefeitura. Rua José Marocco nº 2226. Nova Itaberaba-SC.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua José Marocco nº 2226, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelo fone (049) 3327 0066.
A licitação será regida pela Lei Nº 10.520/2002 e supletivamente pela Lei Nº 8.666/93.
NOVA ITABERABA, 13 de abril de 2017
MARCIANO MAURO PAGLIARINI
PREFEITO MUNICIPAL

Nova Trento

PREFEITURA

PORTARIA Nº 093/2017

PORTARIA Nº 093/ 2017

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37,IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014:

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo nº 004/2016, de 21 de dezembro de 2016, convocada conforme Decreto nº 032/2017, MATEUS JOSÉ CONRADI, matrícula nº 7301 para exercer a função de Auxiliar de Sala, com 20 (vinte) horas semanais, na Escola Municipal de Educação Básica Prof. Francisco João Valle Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento, a contar de 15 de fevereiro de 2017 a 20 de dezembro de 2017, por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 15 de fevereiro de 2017.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP/ 2017

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhor MATEUS JOSÉ CONRADI brasileiro, solteiro, residente e domiciliada na Rua Estrada Geral Claraíba, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 108.429.819-85, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Auxiliar de Sala, com 20 (vinte) horas semanais na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle – Bairro Trinta Réis, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 860,07 (oitocentos e sessenta reais e sete centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de, a contar de 15 de fevereiro de 2017 a 20 de dezembro de 2017 (término do ano letivo) data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 15 de fevereiro de 2017.

Luiz Carlos Orsi

Secretário M. de Educação

Mateus José Conradi

Contratado

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 15 de fevereiro de 2017.

TESTEMUNHA:

Izabela Darós

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 094/2017

PORTARIA Nº 094/ 2017

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37,IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014:

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo nº 004/2016, de 21 de dezembro de 2016, convocada conforme Decreto nº 032/2017, DANIELE MELO KAIPPER, matrícula nº 7302, para exercer a função de Auxiliar de Sala, com 40 (quarenta) horas semanais, na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho - Claraíba, Município de Nova Trento, a contar de 15 de fevereiro de 2017 a 20 de dezembro de 2017 (término do ano letivo), por motivo de vaga excedente e bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 15 de fevereiro de 2017.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP/ 2017**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora DANIELA MELO KAIPPER brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Estrada Geral Lageado, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 016.951.100-64, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Auxiliar de Sala, com 40 (quarenta) horas semanais na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho - Claraíba do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.719,93 (Um mil setecentos e dezenove reais e noventa e três centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento

do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de, 15 de fevereiro de 2017 a 20 de dezembro de 2017 (término do ano letivo) data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 15 de fevereiro de 2017.

Luiz Carlos Orsi

Secretário M. de Educação

Daniele Melo Kaipper

Contratada

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 15 de fevereiro de 2017.

TESTEMUNHA: Izabela Darós

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº095/2017

PORTARIA Nº 095/ 2017

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37,IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014:

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo nº 004/2016, de 21 de dezembro de 2016, convocada conforme Decreto nº 032/2017, ADRIANA NEIDE DOS SANTOS, matrícula nº 7303 para exercer a função de Auxiliar de Sala, com 40 (quarenta) horas semanais, na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho, Distrito de Claraíba, Município de Nova Trento, a contar de 15 de fevereiro de 2017 a 20 de dezembro de 2017, por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 15 de fevereiro de 2017.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP/ 2017**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora ADRIANA NEIDE DOS SANTOS brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Antônio Weber nº133, Bairro Santa Rita Município de Brusque, portadora do CPF nº 021.265.685-63, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de auxiliar de Sala com 40 (quarenta) horas semanais, na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho, Distrito de Claraíba do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.719,93 (Um mil setecentos e dezenove reais e noventa e três centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento

do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 15 de fevereiro de 2017 a 20 de dezembro de 2017,(término do ano letivo) data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 15 de fevereiro de 2017.

Luiz Carlos Orsi

Secretário M. de Educação

Adriana Neide dos Santos

Contratada

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 15 de fevereiro de 2017.

TESTEMUNHA:

Izabela Daros

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº096/2017

PORTARIA Nº 096/ 2017

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37,IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014:

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo nº 004/2016, de 21 de dezembro de 2016, convocada conforme Decreto nº 032/2017, CHIRLANA DE SOUZA, matrícula nº 7304 para exercer a função de Auxiliar de Sala, com 20 (vinte) horas semanais, na Escola Municipal de Educação Básica Prof. Francisco João Valle Trinta Réis, Município de Nova Trento, a contar de 15 de fevereiro de 2017 a 20 de dezembro de 2017, por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 15 de fevereiro de 2017.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP/ 2017

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora CHIRLANA DE SOUZA brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Estrada Geral Lageado, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 016.951.100-64, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de, Auxiliar de Sala com 20 (vinte) horas semanais, na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle – Trinta Réis, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 860,07 (oitocentos e sessenta reais e sete centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 15 de fevereiro de 2017 a 20 de dezembro de 2017,(término do ano letivo) data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 15 de fevereiro de 2017.

Luiz Carlos Orsi

Secretário M. de Educação

Chirlana de Souza

Contratada

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 15 de fevereiro de 2017.

TESTEMUNHA:

Izabela Darós

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº097/2017

PORTARIA Nº 097/ 2017

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37,IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014:

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo nº 004/2016, de 21 de dezembro de 2016, convocada conforme Decreto nº 032/2017, AMABILE LUIZA MARCHI, matrícula nº 7305 para exercer a função de Auxiliar de Sala, com 40 (quarenta) horas semanais, na Escola Municipal de Educação Básica Prof. Francisco João Valle Trinta Réis, Município de Nova Trento, a contar de 15 de fevereiro de 2017 a 20 de dezembro de 2017, por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 15 de fevereiro de 2017.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP/ 2017

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora AMABILE LUIZA MARCHI brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Estrada Geral Bom Retiro, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 094.106.659-22, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Auxiliar de Sala com 40 (quarenta) horas semanais, na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle – Trinta Réis, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.719,93 (Um mil setecentos e noventa e três centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 15 de fevereiro de 2017 a 20 de dezembro de 2017, (término do ano letivo) data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 15 de fevereiro de 2017.

Luiz Carlos Orsi

Secretário M. de Educação

Amabile Luiza Marchi

Contratada

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 15 de fevereiro de 2017.

TESTEMUNHA:

Izabela Darós

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº098/2017

PORTARIA Nº 098/2017

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37,IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014:

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo nº 004/2016, de 21 de dezembro de 2016, convocada conforme Decreto nº 032/2017, ERCINDA MARTHAS DOS SANTOS DA SILVA, matrícula nº 7306 para exercer a função de Auxiliar de Sala, com 20 (vinte) horas semanais, na Escola Municipal de Educação Básica Prof. Francisco João Valle Trinta Réis, Município de Nova Trento, a contar de 15 de fevereiro de 2017 a 20 de dezembro de 2017, por

motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 15 de fevereiro de 2017.
Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP/ 2017

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora ERCINDA MARTHAS DOS SANTOS DA SILVA brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Pinheiros nº 102 Bairro Mato Queimado, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 673.494.120-53, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO
Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO
O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Auxiliar de Sala, com 20 (vinte) horas semanais, na Escola Municipal de Educação Básica Prof. Francisco João Valle Trinta Réis, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL
O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 860,07 (oitocentos e sessenta reais e sete centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL
Este contrato é firmado a contar de 15 de fevereiro de 2017 a 20 de dezembro de 2017 (término do ano letivo) data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO
Este contrato poderá ser rescindido:
I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;
V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO
As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO
O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO
O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO
Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 15 de fevereiro de 2017.
Luiz Carlos Orsi Ercinda Marthas dos Santos da Silva
Secretário M. de Educação Contratada

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 15 de fevereiro de 2017.
TESTEMUNHA: Izabela Darós
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº099/2017
PORTARIA Nº 099/ 2017
Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37,IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014:

RESOLVE:
ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo nº 004/2016, de 21 de dezembro de 2016, convocada conforme Decreto nº 032/2017, JANINI APARECIDA FANTINI CECCATO, matrícula nº 7307 para exercer o cargo de Professor Nível III, referência A, com 20 (vinte) horas semanais, (Educação Infantil – Creche), no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi, Município de Nova Trento Centro, a contar de 15 de fevereiro de 2017 a 20 de dezembro de 2017, por motivo de vaga excedente (transitória) e bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 15 de fevereiro de 2017
Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP/ 2017

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora JANINI APARECIDA FANTINI CECCATO brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua João Libardo nº 29 Centro, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 952.417.879-68, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Nível III, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Educação Infantil – Creche), no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi - Centro do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.284,20 (um mil duzentos e oitenta e quatro reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 15 de fevereiro de 2017 a 20 de dezembro de 2017 (término do ano letivo) data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;
IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;
V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 15 de fevereiro de 2017.

Luiz Carlos Orsi Janini Aparecida Fantini Ceccato
Secretário M. de Educação Contratada

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 15 de fevereiro de 2017.

TESTEMUNHA:

Izabela Darós
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA N°100/2017

PORTARIA Nº 100/ 2017
Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37,IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014:

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo nº 004/2016, de 21 de dezembro de 2016, convocada conforme Decreto nº 032/2017, ELIZANGELA MARA ROZA DO NASCIMENTO, matrícula nº 7308 para exercer o cargo de Professor Nível III, referência A, com 40 (quarenta) horas semanais, (Educação Infantil – Creche), no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi, Município de Nova Trento Centro, a contar de 15 de fevereiro de 2017 a 20 de dezembro de 2017, por motivo de vaga excedente (transitória) e bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 15 de fevereiro de 2017

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP/ 2017

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora ELIZANGELA MARA ROZA DO NASCIMENTO brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Militão Costa nº 105 Bairro Cascata, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 061.472.489-95, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Nível III, Referência A, com 40 (quarenta) horas semanais (Educação Infantil – Creche), no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi - Centro do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 2.568,40 (Dois mil quinhentos e sessenta e oito reais e quarenta centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 15 de fevereiro de 2017 a 20 de dezembro de 2017 (término do ano letivo) data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;
IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;
V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei

Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 15 de fevereiro de 2017.

Luiz Carlos Orsi Elizangela Mara Rosa do Nascimento
Secretário M. de Educação Contratada

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 15 de fevereiro de 2017.

TESTEMUNHA:

Izabela Darós

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA N°101/2017

PORTARIA N° 101/ 2017

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37,IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014:

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo nº 004/2016, de 21 de dezembro de 2016, convocado conforme Decreto nº 032/2017, ENEIAS DE SOUZA, matrícula nº 7309 para exercer o cargo de Professor Nível III, referência A, com 40 (quarenta) horas semanais, (Educação Infantil – Creche), na Creche Municipal Claraíba, Distrito de Claraíba, Município de Nova Trento, a contar de 15 de fevereiro de 2017 a 20 de dezembro de 2017, por motivo de vaga excedente (transitória) e bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 15 de fevereiro de 2017.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP/ 2017

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº

037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor ENEIAS DE SOUZA brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Francisco Mazera nº 96 Centro, Município de São João Batista, portador do CPF nº 712.602.429-00, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Nivel III, Referência A, com 40 (quarenta) horas semanais (Educação Infantil – Creche), na Creche Municipal Claraíba, Distrito de Claraíba do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$, 2.568,40 (Dois mil quinhentos e sessenta e oito reais e quarenta centavos) pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 15 de fevereiro de 2017 a 20 de dezembro de 2017 (término do ano letivo) data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;
- IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;
- V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
- VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 15 de fevereiro de 2017.

Luiz Carlos Orsi

Eneias de Souza

Secretário M. de Educação

Contratado

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 15 de fevereiro de 2017.

TESTEMUNHA:

Izabela Darós

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº102/2017

PORTARIA Nº 102/ 2017

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37,IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014:

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo nº 004/2016, de 21 de dezembro de 2016, convocada conforme Decreto nº 032/2017, RUTE MARIA DOS SANTOS GONZAGA, matrícula nº 7310 para exercer o cargo de Professor Nível III, referência A, com 20 (vinte) horas semanais, (Educação Infantil – Creche), na Creche Municipal Espirado, Município de Nova Trento, a contar de 15 de fevereiro de 2017 a 09 de maio de 2017, em substituição a titular Juliana Marchiori Vinotti, afastada conforme Portaria nº 004/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 15 de fevereiro de 2017.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP/ 2017

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora RUTE MARIA DOS SANTOS GONZAGA brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Bernardino Silveira nº 32 Bairro Timbé, Município de São João Batista, portadora do CPF nº 865.059049-72, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO

POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Nível III, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Educação Infantil – Creche), na Creche Municipal Espalhado, Município de Nova Trento do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.284,20 (um mil duzentos e oitenta e quatro reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 15 de fevereiro de 2017 a 20 de dezembro de 2017 (término do ano letivo) data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;
- IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;
- V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
- VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 15 de fevereiro de 2017.

Luiz Carlos Orsi Rute Maria dos Santos Gonzaga
Secretário M. de Educação Contratada

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 15 de fevereiro de 2017.

TESTEMUNHA:

Izabela Darós
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº169/2017

PORTARIA Nº 169/ 2017 “A”

Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 64, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

EXONERAR a pedido o Servidor Público Municipal, SALOMÃO ALMEIDA SANTOS, matrícula nº 7178, do cargo de Auxiliar de Enfermagem, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento a contar de 01 de março de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de março de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

PORTARIA Nº171/2017

PORTARIA Nº 171/ 2017

Exonera Servidor

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 64, da Lei nº 1.207/92, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

EXONERAR a pedido o Servidor Público Municipal CARLA MARCOLLA, matrícula nº 7121, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Chefe de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, na Escola Municipal de Educação Infantil Padre Rossi Centro, do Quadro de Servidores Comissionados deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 01 de março de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de março de 2017.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº173/2017

PORTARIA Nº 173/ 2017

Concede Licença Prêmio

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94, XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990, e de acordo com o art. 102, da Lei Municipal nº 1.207/92, de 30/08/1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença Prêmio ao Servidor Público Municipal SERGIO ROBERTO BADINELLI, matrícula nº 120, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Médico Veterinário, com 20 (vinte) horas semanais, em exercício na Secretária Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, do Quadro de Pessoal Efetivo deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 11 (onze) meses, sendo 01 (mês) relativo ao período aquisitivo de 01/06/1991 a 31/08/1996, 03 (três) meses relativos ao período aquisitivo de 01/06/1996 a 31/08/2001, 03 (três) meses relativos ao período aquisitivo de 01/06/2001 a 31/08/2006, 03 (três) meses relativos ao período aquisitivo de 01/06/2006 a 31/08/2011 03 (três) meses relativos ao período aquisitivo de 01/06/2011 a 31/08/2016 a contar de 01 de março de 2017 a 28 de fevereiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de março de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Novo Horizonte

PREFEITURA

EXTRATO DO PL FMS Nº 006/17-PR FMS Nº 004/17 SRP

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório FMS Nº 006/2017 - PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 004/2017 –SRP

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM - Objeto: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE: GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA SER UTILIZADO NOS ENCONTROS/REUNIÕES DOS GRUPOS ORGANIZADOS DA EQUIPE DE SAÚDE DA FAMÍLIA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme quantitativos e especificações constantes do Edital e seus anexos. Os envelopes contendo a documentação de habilitação e as propostas deverão ser entregues até as 08h50min, no dia 02/05/2017, na sala de Licitações, junto a Prefeitura Municipal, Rua José Fabro, 01, Centro – Novo Horizonte – SC, sendo a abertura dos envelopes e a etapa de lances ocorrerão a partir das 09:00 horas, no mesmo local e data estabelecida acima. O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, Nº 01, Centro, nos dias úteis, das 7:30h as 11:30h e 13:30h as 17:30h, pelo site www.novohorizonte.sc.gov.br e informações pelo fone (49) 3362-0024. Fundamentação legal: Lei Federal Nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal Nº 8.883 de 08 de Junho de 1994, e Decreto nº 1.694/2009, de 20/10/2009, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie. Novo Horizonte (SC) em 17 de Abril de 2017. ROGERIO ACACIO MASCARELLO – Gestor FMS

Orleans

PREFEITURA

2.706

LEI COMPLEMENTAR N. 2.706 DE 11 DE ABRIL DE 2017.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 1.929 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2005, QUE DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS.

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito Municipal de Orleans, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica acrescido o § 3º ao Art. 33 da Lei nº 1.929 de 20 de dezembro de 2005, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 33. Os servidores cumprirão jornada de trabalho fixada no Quadro de Pessoal e/ou Plano de Carreira de sua Categoria Funcional em razão das atribuições pertinentes aos respectivos cargos, respeitada a duração máxima do trabalho semanal de quarenta horas e observados os limites mínimo de seis e máximo de oito horas diárias, respectivamente.

§ 1º A jornada de trabalho poderá ser reduzida, a requerimento do servidor, com a proporcional redução da remuneração, sempre que essa medida for necessária para atendimento de necessidade de servidor estudante ou de outras situações especiais, observado o interesse do serviço público.

§ 2º. Além do cumprimento da carga horária normal, o servidor pode ser convocado sempre que houver interesse da administração.

§ 3º. Em casos excepcionais a administração pública municipal, poderá, adotar horário fracionado aos motoristas, desde que o ato seja justificado e regulamentado por ato do Poder Executivo”.

Art. 2º O Artigo 136 da Lei Complementar n. 1.929 de 06 de dezembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 136 - O processo disciplinar e o processo administrativo serão conduzidos por comissão composta de 03 (três) servidores estáveis designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o presidente da comissão.”

Art.3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, permanecendo em vigor os demais dispositivos da Lei complementar n. 1.929 de 20 de dezembro de 2005.

Orleans/SC 11 de abril de 2017; 131 anos da Fundação e 103 anos de Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH
Prefeito de Orleans

Publicada a presente Lei nesta Secretaria Municipal de Administração, aos onze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete.

MARIO COAN
Secretário de Administração

2.707

LEI COMPLEMENTAR Nº 2.707 DE 11 DE ABRIL DE 2017.

cria cargo, amplia o numero de vagas e altera os anexos I, II e III da Lei 1.786 de 25 de novembro de 2003 e dá outras providências.

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito Municipal de Orleans, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a criar o cargo de Contador, ampliar o número de vagas dos cargos de Auxiliar Administrativo e Auxiliar de Operações, da nova redação e informações ao anexo I e inclui dados nos anexos II e III da Lei n. 1.786 de 25 de novembro de 2003, que Reestrutura o Plano de Cargos e o Quadro das Funções Gratificadas do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, parte integrante da presente Lei, passando a vigorar pela redação dada por esta lei.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, permanecendo em vigor os demais dispositivos da Lei n. 1.786 de 25 de novembro de 2003, revogando-se expressamente a Lei Ordinária n. 2.266 de 14 de julho de 2009 e a Lei Complementar n. 2.505 de 02 de julho de 2013.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans/SC 11 de abril de 2017; 131 anos da Fundação e 103 anos de Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH
Prefeito de Orleans

Publicada a presente Lei nesta secretaria de administração, aos onze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete.

MARIO COAN
Secretário de Administração

ANEXO I
QUADRO ÚNICO DE PESSOAL
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

PADRÃO	CÓDIGO	CARGOS	VAGAS	NOVAS VAGAS	TOTAL VAGAS
01	101	Faxineira	01	00	01
	201	Auxiliar de Serv.Gerais	04	00	04
02	202	Servente	09	00	09
	203	Vigilante	01	00	01
03	304	Auxiliar de Operações	07	01	08
	305	Auxiliar Administrativo	01	02	03
	406	Leiturista	02	00	02
	407	Encanador	06	00	06
04	408	Pedreiro	01	00	01
	409	Motorista	01	00	01
	410	Mecânico de Manutenção	01	00	01
	411	Operador de Máquinas	02	00	02
	512	Escriturário	04	00	04
05	513	Desenhista	01	00	01
	514	Auxiliar Técnico	01	00	01
	615	Assistente Administrativo	01	00	01
	616	Assistente Técnico	01	00	01
06	617	Técnico em Contabilidade	01	00	01
	618	Técnico Laboratorista	01	00	01
	619	Operador de ETA/ETE	06	00	06
07	720	Oficial de Administração	01	00	01
	721	Oficial Técnico	01	00	01
	724	Contador	00	01	01
08	822	Engenheiro	01	00	01
	823	Administrador	01	00	01

ANEXO II

ESTRUTURA DO PLANO DE CARGOS

2 - CLASSIFICAÇÃO DOS CARGOS

2.1 – ADMINISTRATIVO

I) Contador

ANEXO III

DESCRIÇÃO DOS CARGOS

CONTADOR

PADRÃO: 07 GRUPO: ADMINISTRATIVO

INGRESSO: Concurso Público.

PROCESSO DE SELEÇÃO: Prova escrita.

PERÍODO DE TRABALHO: Diurno.

HORÁRIO: Conforme Quadro de Horário de Trabalho.

REQUISITOS:

- * Escolaridade mínima: Curso Superior Completo;
 - * Ser brasileiro nato ou naturalizado;
 - * Possuir Curso Superior em Ciências Contábeis;
 - * Inscrição no Conselho Regional de Contabilidade
- PERFIL HUMANO (PREFERÊNCIA)
- * Idade Mínima: 18 anos completos.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO

- COORDENAR E EXECUTAR TRABALHOS DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL, CONTROLE PATRIMONIAL, ECONÔMICO E FINANCEIRO DA AUTARQUIA.

DESCRIÇÃO DETALHADA DO CARGO

- * Atuar em atividades de planejamento, elaboração, coordenação, acompanhamento, assessoramento, pesquisa e execução de programas, relativas à área de contabilidade;
- * Organizar e dirigir os serviços de contabilidade da instituição, planejando, supervisionando, orientando e participando da execução, de acordo com as exigências legais e administrativas;
- * Planejar os sistemas de registros e operações contábeis atendendo as necessidades administrativas e as exigências legais;
- * Proceder a análise de contas;
- * Proceder ou orientar a classificação e avaliação das despesas;
- * Elaborar e analisar relatórios sobre a situação patrimonial, econômica e financeira da entidade;
- * Assessorar sobre problemas contábeis especializados da instituição, dando pareceres sobre práticas contábeis, a fim de contribuir para a correta elaboração de políticas e instrumentos de ação dos setores;
- * Elaborar e assinar balancetes, balanços e demonstrativos econômicos financeiros;
- * Participar de projetos multidisciplinares que visem o aperfeiçoamento da gestão econômico-financeira da instituição;
- * Elaborar a prestação de contas junto ao tribunal de contas;
- * Realizar treinamento na área de atuação, quando solicitado;
- * Solicitar certidões negativas de débitos à órgãos federais e estaduais;
- * Atuar, na qualidade de instrutor de treinamentos e outros eventos de igual natureza, mediante participação prévia em processo de qualificação e autorização superior;
- * Operar equipamentos e sistemas de informática e outros, quando autorizado e necessário ao exercício das demais atividades;
- * Instruir os técnicos de contabilidade orientando da realização de suas funções;
- * Dirigir veículos leves, mediante autorização prévia, quando necessário ao exercício das demais atividades;
- * Manter organizados, limpos e conservados os materiais, máquinas, equipamentos e local de trabalho, que estão sob sua responsabilidade.

JORGE LUIZ KOCH
Prefeito de Orleans

MARIO COAN
Secretário de Administração

2.708

LEI COMPLEMENTAR N. 2.708 DE 11 DE ABRIL DE 2017.

ALTERA DISPOSITIVOS DO CAPÍTULO VIII DA LEI COMPLEMENTAR N. 1.923 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2005 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito Municipal de Orleans, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º. O Capítulo VIII da Lei complementar n. 1.923 de 13 de dezembro de 2005, que dispõe sobre o Sistema Tributário Municipal de Orleans e as Normas Gerais de Direito Tributário Aplicável ao Município, passa a ter a seguinte redação:

CAPÍTULO VIII

DA TAXA DE HORAS MÁQUINAS - THM

Seção I

Do Fato Gerador

Art. 416. A taxa de horas máquinas - THM, tem como fato gerador a facilitação do acesso dos agricultores, produtores rurais e empresas do Município, aos recursos da mecanização e do apoio à infraestrutura, utilizado a serviço particular, objetivando a melhora da infraestrutura aos agricultores e empresas, de acordo com Lei Complementar regulamentadora.

Parágrafo único. O atendimento as demandas será prestado pela patrulha mecanizada do Município, mediante disponibilidade, através de equipamentos da Secretaria Municipal de Agricultura e da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Seção II
Sujeito Passivo

Art. 417. Contribuinte da taxa de horas máquinas é toda pessoa física ou jurídica que utilizar os serviços dos equipamentos da municipalidade.

Parágrafo único – Em casos dos serviços serem executados em imóvel alugado, arrendado ou cedido, o sujeito passivo será sempre o proprietário, o titular do domínio útil ou possuidor a qualquer título.

Seção III

Da base de cálculo e lançamento

Art. 418. A taxa de horas máquinas será cobrada, conforme tabela definida em Lei Complementar, tendo por base de cálculo a Unidade Fiscal Monetária do Município – UFM.

Art. 419. A cobrança da taxa de horas máquinas será efetuada logo após aprovado o pedido realizado, previamente a utilização do equipamento, através da rede bancária, em documento de arrecadação própria.

SEÇÃO IV

Infrações E Penalidades

Art. 420. As infrações terão as seguintes penalidades:

I - Multa de 100 (cem) sobre UFM nos casos de utilização de equipamentos clandestinas, a ser cobrada do beneficiário e do servidor que prestar o serviço;

II – Demais penalidades aplicáveis ao servidor, de acordo com a Lei 1.929 de 20 de dezembro de 2005, para quem autorizar a utilização dos equipamentos sem o devido pagamento das taxas.

Art. 421. No caso de reincidência de infração, especificadas nos itens mencionados no artigo anterior, as multas serão cobradas sempre em dobro.

SEÇÃO V

Disposições Gerais

Art. 422. Toda a utilização dos equipamentos, conforme previsto no art. 416, estão sujeitas ao pagamento da taxa de utilização, salvo situações excepcionais elencadas em Lei Complementar.

Art. 423. Os casos omissos serão regulados por Decreto do Executivo.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, permanecendo em vigor os demais dispositivos da Lei Complementar n. 1.923 de 13 de dezembro de 2005.

Orleans/SC 11 de abril de 2017; 131 anos da Fundação e 103 anos de Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH

Prefeito de Orleans

Publicada a presente Lei nesta Secretaria Municipal de Administração, aos onze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete.

MARIO COAN

Secretário de Administração

2.709

LEI Nº 2.709 DE 11 DE ABRIL DE 2017.

DISPÕE SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS ENTRE OS ADVOGADOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ORLEANS, CONSULTOR JURÍDICO, ADMINISTRATIVO E CONTENCIOSO; COORDENADOR DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS E LEGISLATIVOS E CONSULTOR JURÍDICO FAZENDÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito Municipal de Orleans, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Nas ações de qualquer natureza, em que for parte o Município de Orleans, havendo pagamento de honorários advocatícios fixados por arbitramento, por acordo ou por sucumbência, serão repassados aos advogados públicos do Município, sejam estes, Consultor jurídico, administrativo e contencioso; Coordenador de assuntos administrativos e legislativos e Consultor jurídico fazendário em efetivo exercício da sua função na data de seu recebimento.

Parágrafo único. Entende-se por advogado público o advogado nomeado para os cargos acima citados, constantes na procuração assinada pelo Prefeito Municipal, no momento do repasse dos valores.

Art. 2º Os honorários advocatícios de que trata o artigo anterior, serão depositados, na sua totalidade, em uma conta específica para este fim, inclusive, honorários resultantes de ações judiciais já em trâmite. O montante apurado será destinado para rateio entre os titulares do direito descritos no art. 1º desta Lei.

§1º A conta mencionada neste artigo será movimentada, exclusivamente, por transferências bancárias;

§ 2º Os valores depositados em conta específica, descritos no caput deste artigo, serão repassados aos profissionais do direito mencionados no artigo 1º, de forma igualitária até o último dia útil de cada mês;

§ 3º A remuneração de cada advogado, considerado o seu vencimento padrão acrescido de honorários de sucumbência, não poderá, mensalmente, ser superior a remuneração do Prefeito Municipal, nos termos do art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.

§ 4º Na eventualidade de saldo na conta, ao final de cada mês, em decorrência da observância ao §3º acima, os valores permanecerão naquela conta para o exercício subsequente, assegurando-se-lhes a mesma destinação.

Art. 3º Ao Consultor jurídico, administrativo e contencioso, será garantido acesso à planilha on line e extratos bancários da conta bancária referida destinada aos depósitos.

§1º Caberá ao mesmo a fiscalização conjunta no rateio dos valores.

Art. 4º Será suspensa a distribuição de honorários ao titular do direito ou beneficiário, em qualquer das seguintes condições:

I - em licença para tratamento de interesses particulares;

II - em licença para campanha eleitoral;

III - em licença para acompanhar cônjuge servidor público mandado servir em outro ponto do Estado, ou do território nacional, ou no estrangeiro;

IV - no exercício de mandato eletivo;

V - preventivamente, quando afastado para averiguação de faltas cometidas no exercício do cargo;

VI - em cumprimento de penalidades.

§1º Será excluído da distribuição de honorários o titular do direito ou beneficiário que perder o cargo por exoneração, demissão, falecimento ou pela posse em outro cargo, desde que dela se verifique acumulação indevida.

§2º O advogado que pedir exoneração não terá direito aos valores porventura existentes na conta para rateio dos advogados, seja decorrente de saldo do mês anterior, seja porque o rateio ainda não foi realizado.

Art. 5º Os valores recebidos a título de honorários advocatícios não integrarão a remuneração, para nenhum efeito.

Art. 6º É nula qualquer disposição, cláusula, regulamento ou ato administrativo que retire do advogado o direito ao recebimento dos honorários advocatícios de que trata essa Lei.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Orleans/SC 11 de abril de 2017; 131 anos da Fundação e 103 anos de Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH
Prefeito de Orleans

Publicada a presente Lei nesta Secretaria Municipal de Administração, aos onze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete.

MARIO COAN
Secretário de Administração

2.710

LEI Nº 2.710 DE 11 DE ABRIL DE 2017.

“AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito Municipal de Orleans, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado a abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento Anual de 2017, no valor de R\$ 80.000,00 (Oitenta Mil reais), com a seguinte classificação orçamentária:

Órgão: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS
Unidade: 01 – Fundo municipal de Saúde

Proj./Ativ.: 2.045 – Manutenção dos Programas da Saúde - Estado

Fonte Rec.: 0.1.0091 – Transf. do Estado

4.4.90.00.00 – Aplicações diretas R\$ 80.000,00

TOTAL R\$ 80.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo 1º desta Lei, fica anulada parcial a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS

Unidade: 01 – Fundo municipal de Saúde

Proj./Ativ.: 2.045 – Manutenção dos Programas da Saúde – Estado

Fonte Rec.: 0.1.0091 – Transf. do Estado

3.3.90.00.00 – Aplicações diretas R\$ 80.000,00

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans/SC 11 de abril de 2017; 131 anos da Fundação e 103 anos de Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH

Prefeito de Orleans

Publicada a presente Lei nesta Secretaria Municipal de Administração, aos onze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete.

MARIO COAN

Secretário de Administração

4.089

DECRETO N. 4.089 DE 11 DE ABRIL DE 2017.

“AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito Municipal de Orleans, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei n. 2.710 de 11 de abril de 2017. DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado a abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento Anual de 2017, no valor de R\$ 80.000,00 (Oitenta Mil reais), com a seguinte classificação orçamentária:

Órgão: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS

Unidade: 01 – Fundo municipal de Saúde

Proj./Ativ.: 2.045 – Manutenção dos Programas da Saúde - Estado

Fonte Rec.: 0.1.0091 – Transf. do Estado

4.4.90.00.00 – Aplicações diretas R\$ 80.000,00

TOTAL R\$ 80.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo 1º desta Lei, fica anulada parcial a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS

Unidade: 01 – Fundo municipal de Saúde

Proj./Ativ.: 2.045 – Manutenção dos Programas da Saúde – Estado

Fonte Rec.: 0.1.0091 – Transf. do Estado

3.3.90.00.00 – Aplicações diretas R\$ 80.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans/SC 11 de abril de 2017; 131 anos da Fundação e 103 anos de Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH

Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria Municipal de Administração, aos onze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete.

MARIO COAN

Secretário de Administração

PROCESSO 34/2017

PROCESSO Nº 34/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2017 – REGISTRO DE PREÇOS

Tipo: Menor Preço por item

Objeto: AQUISIÇÃO DE LANCHES PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS E ÓRGÃOS MUNICIPAIS.

Recebimento dos Envelopes e de Propostas: até o dia 02/05/2017 às 14h00min.

Abertura das Propostas: dia 02/05/2017, às 14h30min.

Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000, Fone (48) 3886-0100, site www.orleans.sc.gov.br e-mail licitacao@orleans.sc.gov.br

Orleans - SC, 13 de Abril de 2017.

Jorge Luiz Koch

Prefeito Municipal

Palhoça

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.154, DE 13 DE ABRIL DE 2017.

DECRETO Nº 2.154, DE 13 DE ABRIL DE 2017.

LUTO OFICIAL. Decreta em razão do falecimento do Desembargador Dr. Otávio Roberto Pamplona.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições legais,

Considerando o falecimento do Desembargador do Tribunal Regional Federal da 4ª Região Dr. Otávio Roberto Pamplona;

Considerando os relevantes préstimos ao Poder Judiciário, sem olvidar a contribuição para o engrandecimento do Município, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica decretado Luto Oficial em todo o território do Município, no período de 03 (três) dias, a contar de 13 de abril do corrente ano, em sinal de pesar pelo falecimento do Desembargador Dr. Otávio Roberto Pamplona.

Parágrafo único. Todos os órgãos da administração Direta e Indireta do Município manterão, durante este período, luto oficial.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 13 de abril de 2017.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

Palmitos

PREFEITURA

Decreto nº 030/2017

DECRETO Nº 030/2017 De 03 de abril de 2017.	REGULAMENTA A SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Dair Jocely Enge, Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas por Lei.
--	---

DECRETA

Art. 1º O processo de avaliação da aprendizagem da educação básica municipal reger-se-á de acordo com o este Decreto, considerando a Portaria 189 de 09/02/2017, da Secretaria do Estado de Educação.

Art. 2º A avaliação da aprendizagem do estudante deverá ser registrada no diário de classe do professor ou documentos equivalentes, impressos ou on-line, incluídos os procedimentos de recuperação paralela.

§1º Entende-se por recuperação paralela a retomada pedagógica dos conceitos/conteúdos não apropriados pelo estudante em determinado período letivo, sendo de responsabilidade da escola e do professor da área do conhecimento ou da disciplina escolar fazer constar no planejamento (replanejamento).

§2º Os estabelecimentos de ensino deverão oferecer, a título de recuperação paralela, novas oportunidades de aprendizagem, sucedidas de avaliação, quando verificado o rendimento insuficiente, nos termos do estabelecido neste Decreto, durante os bimestres, antes do registro das notas ou conceitos bimestrais.

§3º Para atribuição de nota ou conceito, resultante da avaliação das atividades de recuperação paralela, previsto no parágrafo anterior, deverá ser utilizado o mesmo peso da que originou a necessidade de recuperação, prevalecendo o resultado maior obtido.

§4º O professor deverá registrar no Diário de Classe e ou no sistema Professor Online, além das atividades regulares, as atividades de recuperação de estudos e seus resultados, bem como, a frequência dos alunos.

Art. 3º Caberá ao Conselho de Classe a decisão final a respeito da avaliação da aprendizagem e rendimento do estudante, devendo ser registrado no sistema ao final de cada bimestre.

DECRETO Nº 030/2017
De 03 de abril de 2017.

§ 1º O Conselho de Classe é composto pelos professores da turma, pela direção do estabelecimento ou seu representante, pela equipe pedagógica da escola, pelos estudantes e pelos pais ou responsáveis, quando for o caso.

§ 2º A representação do Conselho de Classe deverá ser de, no mínimo, 51% dos participantes e o resultado deverá ser registrado em ata.

Art. 4º A sistemática de avaliação e os registros dos resultados no Sistema serão bimestrais.

Art. 5º O registro do resultado da avaliação será expresso de forma numérica, de um (1) a dez (10), com fração de 0,5.

§ 1º Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (EF), o registro da avaliação será descritivo, no decorrer do ano letivo, e transformado em valores numéricos quando o estudante se transferir, caso seja necessário.

§ 2º Nos primeiros, segundos e quartos anos dos Anos Iniciais do EF será registrada apenas a frequência anual e, se o aluno atingir o estabelecido em Lei, automaticamente o Sistema registrará AP (aprovado).

§ 3º Nos terceiros e quintos anos dos Anos Iniciais do EF registrar-se-á no Sistema uma expressão numérica de um (1) a dez (10), ao final do último bimestre letivo, com parâmetro para retenção à expressão numérica inferior a seis (6).

§ 4º O registro citado no parágrafo anterior, no terceiro ano, observará a aprendizagem ao longo do primeiro, segundo e terceiro ano; no quinto ano, observará a aprendizagem do quarto e do quinto ano.

Art.6º Ter-se-ão como aprovados, quanto ao rendimento em todas as etapas e modalidades da Educação Básica, os alunos que:

I - obtiverem a média anual igual ou superior a seis (6) em todas as disciplinas;

II - não será adotado exame final em nenhum ano ou série letiva na Educação Básica;

III - para efeito de cálculo do resultado de aprovação, deve-se aplicar a fórmula:
Soma da média dos bimestres ÷ 4 > ou = 6 (seis)

IV- ter-se-á como reprovado o aluno que obtiver média final inferior a 6 (seis).

DECRETO Nº 030/2017
De 03 de abril de 2017.

Art. 7º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto Municipal nº099/2003, datado de 09 de dezembro de 2003.

Município de Palmitos/SC, em 03 de abril de 2017.
Dair Jocely Enge
Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em local de costume

Oberdan Francisco Ferrari
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

PROCESSO 32/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

pREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 32/2017. Modalidade: Pregão Presencial 23/2017. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO EXTERNA E INTERNA. Data da entrega dos envelopes: 28/04/2017 até as 08:30 horas. Data da abertura: 28/04/2017 até às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura. Palmitos, 13 de Abril de 2017. Dair Jocely Enge – Prefeito Municipal.

PROCESSO 33/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

pREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 33/2017. Modalidade: Pregão Presencial 24/2017. Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA RECUPERAÇÃO DA CARREGADEIRA MICHIGAN 55C, ANO DE FABRICAÇÃO 1995. Data da entrega dos envelopes: 28/04/2017 até as 15:30 horas. Data da abertura: 28/04/2017 até às 16:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura. Palmitos, 13 de Abril de 2017. Dair Jocely Enge – Prefeito Municipal.

Paraíso

PREFEITURA

PORTARIAS 121 A 140 (2017)

PORTARIA Nº 121/2017

Dispõe sobre a prorrogação da licença para tratamento de assuntos particulares a servidora e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, Estado de Santa Catarina, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando de suas atribuições, de acordo com o Artigo 64, Inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR a Licença para Tratamento de Assuntos Particulares (sem remuneração), a servidora pública municipal MARLICE BORGER ANTUNES CARNEIRO, matrícula Nº 632, inscrita no CPF sob nº 933.248.399-04, ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, por um ano, período de 03/02/2017 a 02/02/2018, conforme disposto no Artigo 158, parágrafo único, da Lei Municipal Nº 255/97 de 05 de abril de 2001.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 01 de fevereiro de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 01 de fevereiro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 122/2017

Dispõe sobre a concessão de Progressão Funcional por Tempo de Serviço a servidor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, Estado de Santa Catarina, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo nº 64, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município, e ainda de acordo com o disposto na Lei Nº 531/2001 e Lei 907/2005, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao servidor público municipal ALBINO FERREIRA PRESTES, admitido em 01/02/1993, matrícula Nº 023 o qual ocupa o cargo de provimento efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS II, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, Progressão Funcional por Tempo de Serviço, a razão de 3% (três por cento) sobre o salário base do cargo (8º Triênio), incorporando-se a este, por ter atendido os requisitos conforme disposto em lei, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01/02/2014 e 31/01/2017, passando a perceber salário correspondente ao Nível 023-TSG-3, Classe/Referência B-5. Fica determinado que seja acrescido o valor correspondente na folha de pagamento do servidor a partir do mês de fevereiro/2017, na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 01 de fevereiro de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 01 de fevereiro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 123/2017

Dispõe sobre a concessão de Progressão Funcional por Tempo de Serviço a servidor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo nº 64, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município, e ainda de acordo com o disposto na Lei Nº 531/2001 e Lei 907/2005, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao servidor público municipal EURÊNIO ROBERTO STUMPF, admitido em 01/02/1993, matrícula Nº 041, o qual ocupa o cargo de provimento efetivo de TÉCNICO EM CONTABILIDADE e está lotado na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, Progressão Funcional por Tempo de Serviço, a razão de 3% (três por cento) sobre o salário base do cargo (8º Triênio), incorporando-se a este, por ter atendido os requisitos conforme disposto em Lei, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01/02/2014 e 31/01/2017, passando a perceber salário correspondente ao Nível 017-ANM-5, Classe/Referência B-5. Fica determinado que seja acrescido o valor correspondente na folha de pagamento da funcionária a partir do mês de fevereiro/2017, na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 01 de fevereiro de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 01 de fevereiro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 124/2017

Dispõe sobre a concessão de Progressão Funcional por Tempo de Serviço a servidora e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo nº 64, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município, e ainda de acordo com o disposto na Lei Nº 531/2001 e Lei 907/2005, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora pública municipal ADELINA

TEREZINHA STANGA, admitida em 01/02/1993, matrícula Nº 034, a qual ocupa o cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO e está lotada na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, Progressão Funcional por Tempo de Serviço, a razão de 3% (três por cento) sobre o salário base do cargo (8º Triênio), incorporando-se a este, por ter atendido os requisitos conforme disposto em Lei, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01/02/2014 e 31/01/2017, passando a perceber salário correspondente ao Nível 017-ANM-5, Classe/Referencia B-5. Fica determinado que seja acrescido o valor correspondente na folha de pagamento da funcionária a partir do mês de fevereiro/2017, na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 01 de fevereiro de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 01 de fevereiro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 125/2017

Dispõe sobre a concessão de Progressão Funcional por tempo de serviço a empregado e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, Estado de Santa Catarina, Sr. ERNI GIACOMINI, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo nº 64, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município, e ainda de acordo com o disposto na Lei Nº 615/2002, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao empregado público municipal LAÉCIO SCHEFFER, matrícula Nº 1292, admitido em 03/01/2011, o qual ocupa o emprego público no cargo de ENGENHEIRO CIVIL, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, Progressão Funcional por Tempo de Serviço, a razão de 3% (Três por cento) sobre o salário base do cargo, referente à segunda progressão funcional (2º Triênio), incorporando-se a este, por ter atendido os requisitos conforme disposto em lei, referente ao período aquisitivo compreendido entre 03/01/2014 e 02/01/2015, passando a perceber salário correspondente ao Nível 007-ANS-7, Classe/Referência A-3. Fica determinado que seja acrescido o valor correspondente na folha de pagamento do servidor a partir do mês de FEVEREIRO/2017, na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 01 de fevereiro de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 01 de fevereiro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 126/2017

Dispõe sobre a concessão de Adicional por Tempo de Serviço para

servidor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, Estado de Santa Catarina, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo nº 64, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município, e ainda de acordo com o disposto no Artigo 100, da Lei Nº 255/97, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao servidor público municipal Sr. LEANDRO ROBERTO RUEDEL, matrícula Nº 1511, inscrito no CFF sob Nº 069.419.469-70, admitido em 22/01/2014 para o cargo efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS I, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, adicional por tempo de serviço equivalente a um triênio, à razão de 10% (dez por cento) sobre o piso básico do respectivo cargo efetivo, para cada triênio concedido (1º TRIÊNIO), referente ao período aquisitivo compreendido entre 22/01/2014 e 21/01/2017.

Art. 2º Fica determinado que seja acrescido o valor correspondente na folha de pagamento do servidor a partir do mês de FEVEREIRO/2017, na forma da Lei.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 01 de fevereiro de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 01 de fevereiro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 127/2017

Dispõe sobre a concessão de férias a servidor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, Estado de Santa Catarina, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições, de acordo com o Artigo nº 64, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o disposto no Artigo 131 da Lei Nº 255/97 de 03/02/1997, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, ao servidor público municipal CLAUDEMIR STANGA, inscrito no CPF sob Nº 563.320.099-34, matrícula Nº 059, o qual ocupa o cargo de provimento efetivo de MOTORISTA, designado para as funções de Secretário da Junta do Serviço Militar, e está lotado no Gabinete do Prefeito, no período de 01/02/2017 a 28/02/2017, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01/11/2013 e 31/10/2014, com vencimentos e vantagens definidos em Lei.

Art. 2º Fica determinada a indenização de 02 (Dois) dias de férias do período aquisitivo acima referido, valor que será pago juntamente com as férias, na forma da Lei.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 01 de fevereiro de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 01 de fevereiro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 128/2017

Dispõe sobre a designação de servidor para outra secretaria e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, Estado de Santa Catarina, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº 531/2001 de 26/04/2001, Artigo 12, anexo IV e alterações posteriores, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor público municipal MARQUINHOS BARRIVIERA, matrícula Nº 082, inscrito no CFF sob Nº 626.996.529-20, admitido em 01/02/1995 para o cargo efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS I, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, para desempenhar suas funções junto a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, passando a estar lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, e cumprirá horário de trabalho daquela Secretaria, a partir de 06/02/2017, na forma da Lei.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 03 de fevereiro de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 03 de fevereiro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 129/2017

Dispõe sobre a designação de servidor para outra secretaria e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, Estado de Santa Catarina, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº 531/2001 de 26/04/2001, Artigo 12, anexo IV e alterações posteriores, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor público municipal LEANDRO ROBERTO RUEDEL, matrícula Nº 1511, inscrito no CFF sob Nº 069.419.469-70, admitido em 22/01/2014 para o cargo efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS I, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, para desempenhar suas funções junto a Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, passando a estar lotado na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, e cumprirá horário de trabalho daquela Secretaria, a partir de 06/02/2017, na forma da Lei.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 03 de fevereiro de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 03 de fevereiro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 130/2017

Dispõe sobre a contratação temporária de pessoal na área de saúde e dá outras providências.

Considerando que, os Concursos Públicos nº. 003/2016 e 004/2016 que preveem vagas para o cargo de Odontólogo está suspenso;

Considerando a exoneração a pedido do servidor efetivo;

Considerando a necessidade da continuidade dos trabalhos na área de Saúde;

Considerando que a Saúde é de excepcional interesse público;

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, Estado de Santa Catarina, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR por tempo determinado, período de 06/02/2017 a 31/07/2017, o Sr. JOSÉ MARCOS LOPES, portador da RG nº 4.578.910 SSP/SC, inscrito no CPF sob Nº 502.044.320-49, com matrícula Nº 1716, em conformidade com a Lei Municipal Nº 531/2001, e alterações posteriores, para exercer o cargo de ODONTÓLOGO, Nível 510-ANS-34, Classe/Referência A-1, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde, com carga horária de 20 (Vinte) horas semanais, atribuições, vencimentos e vantagens definidos em Lei.

Art. 2º O servidor fica vinculado ao Regime Geral da Previdência Social e ao Regime Jurídico Celetista.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 03 de fevereiro de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 03 de fevereiro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 131/2017

Dispõe sobre a nomeação de pessoal para cargo comissionado e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, Estado de Santa Catarina, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a Sra. MARIELI LAMB, inscrita no CPF sob Nº 069.590.529-55, com matrícula nº 1717, em conformidade com a Lei Municipal Nº 532/2001 de 26/04/2001, alterada pela Lei Nº 613/2002 de 14/01/2002, Lei Nº 1179/2009 de 30/12/2009 e alterações posteriores, para exercer o cargo comissionado de SECRETÁRIA DE UNIDADE ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL, Nível

452-SUEEF, Classe/Referencia A-1, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, para desempenhar suas funções junto a Escola Municipal Professora Lurdete Pacheco Demarco, com carga horária, atribuições, vencimentos e vantagens definidos em Lei.

Art. 2º A servidora fica vinculada ao Regime Geral da Previdência Social e ao Regime Jurídico Estatutário (Lei 255/1997).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO / SC, em 03 de fevereiro de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e
Publicada na forma da Lei.

Paraíso/SC, em 03 de fevereiro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 132/2017
Dispõe sobre a concessão de Progressão Funcional por Cursos de aperfeiçoamento a servidora e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo nº 64, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município, e ainda de acordo com o disposto na Lei Nº 532/2001 e Lei 906/2005, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora pública municipal Sra. FERNANDA MARIA GALLINA GEHLEN, matrícula Nº 682, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR II, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto Progressão Funcional (Progressão Horizontal por Cursos de Aperfeiçoamento), a razão de 3% (três por cento) sobre o seu salário base, incorporando-se a este, por ter atendido os requisitos avaliados conforme disposto em Lei, referente a cursos de aperfeiçoamento ou capacitação realizados nos anos de 2014, 2015 e 2016, passando ao Nível 031-DOCE-2, classe/referência A-5.

Art. 2º Fica determinado que seja acrescido o valor correspondente na folha de pagamento do funcionário a partir do mês de FEVEREIRO/2017, na forma da Lei.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO / SC, em 03 de fevereiro de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e
Publicada na forma da Lei.

Paraíso/SC, em 03 de fevereiro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 133/2017
Dispõe sobre a concessão de Progressão Funcional por Cursos de aperfeiçoamento a servidora e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais e de conformidade

com o Artigo nº 64, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município, e ainda de acordo com o disposto na Lei Nº 532/2001 e Lei 906/2005, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora pública municipal Sra. NEUZA MARIA SIMIONI MORO, matrícula Nº 683, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR II, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto Progressão Funcional (Progressão Horizontal por Cursos de Aperfeiçoamento), a razão de 3% (três por cento) sobre o seu salário base, incorporando-se a este, por ter atendido os requisitos avaliados conforme disposto em Lei, referente a cursos de aperfeiçoamento ou capacitação realizados nos anos de 2014, 2015 e 2016, passando ao Nível 031-DOCE-2, classe/referência A-5.

Art. 2º Fica determinado que seja acrescido o valor correspondente na folha de pagamento do funcionário a partir do mês de FEVEREIRO/2017, na forma da Lei.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO / SC, em 03 de fevereiro de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal
Esta Portaria foi registrada e
Publicada na forma da Lei.

Paraíso/SC, em 03 de fevereiro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 134/2017
Dispõe sobre a concessão de Progressão Funcional por Cursos de aperfeiçoamento a servidora e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo nº 64, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município, e ainda de acordo com o disposto na Lei Nº 532/2001 e Lei 906/2005, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora pública municipal Sra. PATRICIA ZANIN ANTUNES CARNEIRO, matrícula Nº 616, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR II, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto Progressão Funcional (Progressão Horizontal por Cursos de Aperfeiçoamento), a razão de 3% (três por cento) sobre o seu salário base, incorporando-se a este, por ter atendido os requisitos avaliados conforme disposto em Lei, referente a cursos de aperfeiçoamento ou capacitação realizados nos anos de 2014, 2015 e 2016, passando ao Nível 031-DOCE-2, classe/referência A-5.

Art. 2º Fica determinado que seja acrescido o valor correspondente na folha de pagamento do funcionário a partir do mês de FEVEREIRO/2017, na forma da Lei.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO / SC, em 03 de fevereiro de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal
Esta Portaria foi registrada e
Publicada na forma da Lei.

Paraíso/SC, em 03 de fevereiro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 135/2017

Dispõe sobre a concessão de diárias para servidora e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Nº 972/2006 de 21 de junho de 2006, alterada pelo Decreto Nº 1738/2015 de 20/05/2015 e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º ARBITRAR e CONCEDER a servidora pública municipal Sra. PATRICIA BIAZZI, inscrita no CPF sob Nº 037.588.449-16, matrícula Nº 566, a qual ocupa o cargo efetivo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO e está lotada na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, 1/2 (Meia) diária no valor de R\$ 47,08 (Quarenta e sete reais e oito centavos), para viagem a São Miguel do Oeste – SC, atendendo as finalidades constantes no Roteiro de Viagem anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO / SC, em 06 de fevereiro de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e
Publicada na forma da Lei.

Paraíso/SC, em 06 de fevereiro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 136/2017

Dispõe sobre a concessão de diárias para servidora e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Nº 972/2006 de 21 de junho de 2006, alterada pelo Decreto Nº 1738/2015 de 20/05/2015 e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º ARBITRAR e CONCEDER a servidora pública municipal Sra. BERENICE MUCHA, inscrita no CPF sob Nº 025.962.219-26, matrícula Nº 1089, a qual ocupa o cargo efetivo de TÉCNICO EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS e está lotada na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, 1/2 (Meia) diária no valor de R\$ 47,08 (Quarenta e sete reais e oito centavos), para viagem a São Miguel do Oeste – SC, atendendo as finalidades constantes no Roteiro de Viagem anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO / SC, em 06 de fevereiro de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e
Publicada na forma da Lei.

Paraíso/SC, em 06 de fevereiro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 137/2017

Dispõe sobre a nomeação de pessoal para cargo comissionado e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a Sra. RAQUEL CASTOLDI, inscrita no CPF sob Nº 094.528.639-27, com matrícula nº 1718, em conformidade com a Lei Municipal Nº 531/2001 de 26/04/2001, alterada pela Lei Nº 614/2002 de 14/01/2002, e alterações posteriores, para exercer o cargo comissionado de DIRETORA DE UNIDADE ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO, Nível 043- DASIMA-2, classe/referência A-1, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, para desempenhar suas funções junto ao Centro Integrado de Ensino Fundamental – CIEF Darcy Ribeiro, com carga horária, atribuições, vencimentos e vantagens definidos em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO / SC, em 06 de fevereiro de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e
Publicada na forma da Lei.

Paraíso/SC, em 06 de fevereiro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 138/2017

Dispõe sobre a contratação temporária de pessoal na área de educação e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR por tempo determinado, período de 06/02/2017 a 15/12/2017, o Sr. EMERSON MAICO BAIERLE, portador da RG Nº 5.384.983, inscrito no CPF sob Nº 087.237.129-88, com matrícula Nº 1719, em conformidade com a Lei Municipal Nº 532/2001 de 26/04/2001, alterada pela Lei Nº 613/2002 de 14/01/2002, de acordo com a Lei Nº 1179/2009 de 30/12/2009 e alterações posteriores, e nos termos do Edital Nº 001/2016 e Edital Nº 012/2016 do Processo Seletivo Nº 001/2016, para exercer o cargo de PROFESSOR II (Educação Física), Nível 031-DOCE-2, Classe/Referência A-1, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, para desempenhar suas funções junto a Rede Municipal de Educação, para ocupar vaga inicial de carreira, até realização de concurso público, com carga horária de 40 (Quarenta) horas semanais, atribuições, vencimentos e vantagens definidos em Lei.

Art. 2º O servidor fica vinculado ao Regime Geral da Previdência Social e ao Regime Jurídico Estatutário (Lei Nº 255/1997).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 06 de fevereiro de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 06 de fevereiro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 139/2017

Dispõe sobre a contratação temporária de pessoal na área de educação e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR por tempo determinado, período de 06/02/2017 a 15/12/2017, a Sra. NADIA CRISTINA SANDERS VOLPATO, inscrita no CPF sob Nº 758.487.679-04, com matrícula Nº 1720, em conformidade com a Lei Municipal Nº 532/2001 de 26/04/2001, alterada pela Lei Nº 613/2002 de 14/01/2002, de acordo com a Lei Nº 1179/2009 de 30/12/2009, e alterações posteriores, e nos termos do Edital Nº 001/2016, e Edital Nº 012/2016 ambos do Processo Seletivo Nº 001/2016, para exercer o cargo de PROFESSOR II (Educação Infantil), Nível 031-DOCE-2, Classe/Referência A-1, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, para desempenhar suas funções junto a Rede Municipal de Educação, para ocupar vaga inicial de carreira, até realização de concurso público, com carga horária de 40 (Quarenta) horas semanais, atribuições, vencimentos e vantagens definidos em Lei.

Art. 2º A servidora fica vinculada ao Regime Geral da Previdência Social e ao Regime Jurídico Estatutário (Lei Nº 255/1997).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 06 de fevereiro de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 06 de fevereiro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 140/2017

Dispõe sobre a contratação temporária de pessoal na área de educação e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR por tempo determinado, período de 06/02/2017 a 15/12/2017, a Sra. ANDRESSA STANGA SCHNEIDER, inscrita no CPF sob Nº 081.939.69-00, com matrícula Nº 1721, em conformidade com a Lei Municipal Nº 532/2001 de 26/04/2001, alterada pela Lei Nº 613/2002 de 14/01/2002, de acordo com a Lei Nº 1179/2009 de 30/12/2009 e alterações posteriores, e nos termos do Edital Nº 001/2016 e Edital Nº 012/2016 ambos do Processo Seletivo Nº 001/2016, para exercer o cargo de PROFESSOR II (Séries Iniciais), Nível 031-DOCE-2, Classe/Referência A-1, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e

Turismo, para desempenhar suas funções junto a Rede Municipal de Educação, para ocupar vaga inicial de carreira, até realização de concurso público, com carga horária de 40 (Quarenta) horas semanais, atribuições, vencimentos e vantagens definidos em Lei.

Art. 2º A servidora fica vinculada ao Regime Geral da Previdência Social e ao Regime Jurídico Estatutário (Lei Nº 255/1997).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 06 de fevereiro de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 06 de fevereiro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIAS 141 A 160 (2017)

PORTARIA Nº 141/2017

Dispõe sobre a contratação temporária de pessoal na área de educação e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, Estado de Santa Catarina, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR por tempo determinado, período de 06/02/2017 a 15/12/2017, a Sra. ANDRÉIA WANTZ, inscrita no CPF sob Nº 073.115.509-20, com matrícula Nº 1722, em conformidade com a Lei Municipal Nº 532/2001 de 26/04/2001, alterada pela Lei Nº 613/2002 de 14/01/2002, de acordo com a Lei Nº 1179/2009 de 30/12/2009, e alterações posteriores, e nos termos do Edital Nº 001/2016 e Edital Nº 012/2016 do Processo Seletivo Nº 001/2016, para exercer o cargo de PROFESSOR II (Séries Iniciais), Nível 031-DOCE-2, Classe/Referência A-1, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, para desempenhar suas funções junto a Rede Municipal de Educação, para ocupar vaga inicial de carreira, até realização de concurso público, com carga horária de 40 (Quarenta) horas semanais, atribuições, vencimentos e vantagens definidos em Lei.

Art. 2º A servidora fica vinculada ao Regime Geral da Previdência Social e ao Regime Jurídico Estatutário (Lei Nº 255/1997).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 06 de fevereiro de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 06 de fevereiro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 142/2017

Dispõe sobre a contratação temporária de pessoal na área de educação e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR por tempo determinado, período de 06/02/2017 a 15/12/2017, a Sra. CLEUSA INEZ CIELO, portadora da RG Nº 3.592,036, inscrita no CPF sob Nº 015.263.959-40, com matrícula Nº 1723, em conformidade com a Lei Municipal Nº 532/2001 de 26/04/2001, alterada pela Lei Nº 613/2002 de 14/01/2002, de acordo com a Lei Nº 1179/2009 de 30/12/2009 e alterações posteriores, e nos termos do Edital Nº 001/2016 e Edital Nº 012/2016 do Processo Seletivo Nº 001/2016, para exercer o cargo de PROFESSOR II (Séries Iniciais), Nível 031-DOCE-2, Classe/Referência A-1, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, para desempenhar suas funções junto a Rede Municipal de Educação, para ocupar vaga inicial de carreira, até realização de concurso público, com carga horária de 40 (Quarenta) horas semanais, atribuições, vencimentos e vantagens definidos em Lei.

Art. 2º A servidora fica vinculada ao Regime Geral da Previdência Social e ao Regime Jurídico Estatutário (Lei Nº 255/1997).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 06 de fevereiro de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 06 de fevereiro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 143/2017

Dispõe sobre a contratação temporária de pessoal na área de educação e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, Estado de Santa Catarina, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR por tempo determinado, período de 06/02/2017 a 15/12/2017, a Sra. ANA PAULA FIOR TERRES, portadora da RG Nº 5.625.044, inscrita no CPF sob Nº 092.722.119-56, com matrícula Nº 1724, em conformidade com a Lei Municipal Nº 532/2001 de 26/04/2001, alterada pela Lei Nº 613/2002 de 14/01/2002, de acordo com a Lei Nº 1179/2009 de 30/12/2009 e alterações posteriores, e nos termos do Edital Nº 001/2016 e Edital Nº 012/2016 do Processo Seletivo Nº 001/2016, para exercer o cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO, Nível 453-TSG-7, Classe/Referência A-1, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, para desempenhar suas funções junto a Rede Municipal de Educação, para ocupar vaga inicial de carreira até realização de Concurso Público, com carga horária de 40 (Quarenta) horas semanais, atribuições, vencimentos e vantagens definidos em Lei.

Art. 2º A servidora fica vinculada ao Regime Geral da Previdência Social e ao Regime Jurídico Estatutário (Lei Nº 255/1997).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 06 de fevereiro de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 06 de fevereiro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 144/2017

Dispõe sobre a contratação temporária de pessoal na área de educação e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, Estado de Santa Catarina, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR por tempo determinado, período de 06/02/2017 a 15/12/2017, a Sra. FABIANA APARECIDA SCHOMMER, portadora da RG Nº 5.624.993, inscrita no CPF sob Nº 101.599.139-42, com matrícula Nº 1725, em conformidade com a Lei Municipal Nº 532/2001 de 26/04/2001, alterada pela Lei Nº 613/2002 de 14/01/2002, de acordo com a Lei Nº 1179/2009 de 30/12/2009 e alterações posteriores, e nos termos do Edital Nº 001/2016 e Edital Nº 012/2016 do Processo Seletivo Nº 001/2016, para exercer o cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO, Nível 453-TSG-7, Classe/Referência A-1, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, para desempenhar suas funções junto a Rede Municipal de Educação, para ocupar vaga inicial de carreira até realização de Concurso Público, com carga horária de 40 (Quarenta) horas semanais, atribuições, vencimentos e vantagens definidos em Lei.

Art. 2º A servidora fica vinculada ao Regime Geral da Previdência Social e ao Regime Jurídico Estatutário (Lei Nº 255/1997).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 06 de fevereiro de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 06 de fevereiro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 145/2017

Dispõe sobre a contratação temporária de pessoal na área de educação e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, Estado de Santa Catarina, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR por tempo determinado, período de 06/02/2017 a 15/12/2017, a Sra. WERIDIANE CAMYLA SCHUSTER, portadora da

RG Nº 5.722.512, inscrita no CPF sob Nº 087.358,509-73, com matrícula Nº 1726, em conformidade com a Lei Municipal Nº 532/2001 de 26/04/2001, alterada pela Lei Nº 613/2002 de 14/01/2002, de acordo com a Lei Nº 1179/2009 de 30/12/2009 e alterações posteriores, e nos termos do Edital Nº 001/2016 e Edital Nº 012/2016 do Processo Seletivo Nº 001/2016, para exercer o cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO, Nível 453-TSG-7, Classe/Referência A-1, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, para desempenhar suas funções junto a Rede Municipal de Educação, para ocupar vaga inicial de carreira até realização de Concurso Público, com carga horária de 40 (Quarenta) horas semanais, atribuições, vencimentos e vantagens definidos em Lei.

Art. 2º A servidora fica vinculada ao Regime Geral da Previdência Social e ao Regime Jurídico Estatutário (Lei Nº 255/1997).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 06 de fevereiro de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 06 de fevereiro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 146/2017
Dispõe sobre a contratação temporária de pessoal na área de educação e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, Estado de Santa Catarina, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR por tempo determinado, período de 06/02/2017 a 15/12/2017, a Sra. KARISA AMANDA ALMEIDA KOCHER, portadora da RG Nº 5.722.379, inscrita no CPF sob Nº 087.359,829-69, com matrícula Nº 1727, em conformidade com a Lei Municipal Nº 532/2001 de 26/04/2001, alterada pela Lei Nº 613/2002 de 14/01/2002, de acordo com a Lei Nº 1179/2009 de 30/12/2009 e alterações posteriores, e nos termos do Edital Nº 001/2016 e Edital Nº 012/2016 do Processo Seletivo Nº 001/2016, para exercer o cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO, Nível 453-TSG-7, Classe/Referência A-1, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, para desempenhar suas funções junto a Rede Municipal de Educação, para ocupar vaga inicial de carreira até realização de Concurso Público, com carga horária de 40 (Quarenta) horas semanais, atribuições, vencimentos e vantagens definidos em Lei.

Art. 2º A servidora fica vinculada ao Regime Geral da Previdência Social e ao Regime Jurídico Estatutário (Lei Nº 255/1997).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 06 de fevereiro de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 06 de fevereiro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 147/2017
Dispõe sobre a contratação temporária de pessoal na área de educação e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, Estado de Santa Catarina, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR por tempo determinado, período de 06/02/2017 a 15/12/2017, a Sra. DAYANE BATTAGLIN EIDT, portadora da RG Nº 4.219.673, inscrita no CPF sob Nº 055.528.499-90, com matrícula Nº 1728, em conformidade com a Lei Municipal Nº 532/2001 de 26/04/2001, alterada pela Lei Nº 613/2002 de 14/01/2002, de acordo com a Lei Nº 1179/2009 de 30/12/2009, e alterações posteriores, e nos termos do Edital Nº 001/2016 e do Edital Nº 012/2016 do Processo Seletivo Nº 001/2016, para exercer o cargo de PROFESSOR I (Educação Infantil – Não habilitado), Nível 491-DOCE-31, Classe/Referência A-1, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, para desempenhar suas funções junto a Rede Municipal de Educação, com carga horária de 20 (Vinte) horas semanais, atribuições, vencimentos e vantagens definidos em Lei.

Art. 2º A servidora fica vinculada ao Regime Geral da Previdência Social e ao Regime Jurídico Estatutário (Lei Nº 255/1997).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 06 de fevereiro de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 06 de fevereiro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 148/2017
Dispõe sobre a contratação temporária de pessoal na área de educação e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, Estado de Santa Catarina, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR por tempo determinado, período de 06/02/2017 a 15/12/2017, a Sra. ADRIANA CARDOSO, portadora da RG Nº 5.010.828, inscrita no CPF sob Nº 051.063.449-48, com matrícula Nº 1729, em conformidade com a Lei Municipal Nº 532/2001 de 26/04/2001, alterada pela Lei Nº 613/2002 de 14/01/2002, de acordo com a Lei Nº 1179/2009 de 30/12/2009, e alterações posteriores, e nos termos do Edital Nº 001/2016 e do Edital Nº 012/2016 do Processo Seletivo Nº 001/2016, para exercer o cargo de PROFESSOR II (Educação Infantil), Nível 033-DOCE-4, Classe/Referência A-1, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, para desempenhar suas funções junto a Rede Municipal de Educação, com carga horária de 20 (Vinte) horas semanais, atribuições, vencimentos e vantagens definidos em Lei.

Art. 2º A servidora fica vinculada ao Regime Geral da Previdência Social e ao Regime Jurídico Estatutário (Lei Nº 255/1997).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 06 de fevereiro de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 06 de fevereiro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 149/2017
Dispõe sobre a contratação temporária de pessoal na área de educação e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, Estado de Santa Catarina, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR por tempo determinado, período de 06/02/2017 a 15/12/2017, a Sra. GABRIELA KETLIIM DE SOUZA RUEDEL, portadora da RG Nº 4.949.160, inscrita no CPF sob Nº 057.803.119-19, com matrícula Nº 1730, em conformidade com a Lei Municipal Nº 532/2001 de 26/04/2001, alterada pela Lei Nº 613/2002 de 14/01/2002, de acordo com a Lei Nº 1179/2009 de 30/12/2009, e alterações posteriores, e nos termos do Edital Nº 001/2016 e do Edital Nº 012/2016 do Processo Seletivo Nº 001/2016, para exercer o cargo de PROFESSOR II (Inglês), Nível 033-DOCE-4, Classe/Referência A-1, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, para desempenhar suas funções junto a Rede Municipal de Educação, com carga horária de 20 (Vinte) horas semanais, atribuições, vencimentos e vantagens definidos em Lei.

Art. 2º A servidora fica vinculada ao Regime Geral da Previdência Social e ao Regime Jurídico Estatutário (Lei Nº 255/1997).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 06 de fevereiro de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 06 de fevereiro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 150/2017
Dispõe sobre a contratação temporária de pessoal na área de educação e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, Estado de Santa Catarina, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR por tempo determinado, período de 06/02/2017 a 15/12/2017, a Sra. CLECI ROSÁRIO DE LIMA, portadora da RG Nº 2.942.997, inscrita no CPF sob Nº 914.981.559-87, com matrícula Nº 1731, em conformidade com a Lei Municipal Nº 532/2001 de 26/04/2001, alterada pela Lei Nº 613/2002 de 14/01/2002, de acordo com a Lei Nº 1179/2009 de 30/12/2009, e alterações posteriores, e nos termos do Edital Nº 001/2016 e do Edital Nº 012/2016 do Processo Seletivo Nº 001/2016, para exercer o cargo de PROFESSOR II (História), Nível 033-DOCE-4, Classe/Referência A-1, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, para desempenhar suas funções junto a Rede Municipal de Educação, com carga horária de 20 (Vinte) horas semanais, atribuições, vencimentos e vantagens definidos em Lei.

Art. 2º A servidora fica vinculada ao Regime Geral da Previdência Social e ao Regime Jurídico Estatutário (Lei Nº 255/1997).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 06 de fevereiro de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 06 de fevereiro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 151/2017
Dispõe sobre a contratação temporária de pessoal na área de educação e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, Estado de Santa Catarina, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR por tempo determinado, período de 06/02/2017 a 15/12/2017, a Sra. ROSELI PEREIRA DO AMARAL GENEVRO, portadora da RG Nº 4.956.810, inscrita no CPF sob Nº 056.518.659-00, com matrícula Nº 1732, em conformidade com a Lei Municipal Nº 532/2001 de 26/04/2001, alterada pela Lei Nº 613/2002 de 14/01/2002, de acordo com a Lei Nº 1179/2009 de 30/12/2009, e alterações posteriores, e nos termos do Edital Nº 001/2016 e do Edital Nº 012/2016 do Processo Seletivo Nº 001/2016, para exercer o cargo de PROFESSOR II (Segundo Professor), Nível 033-DOCE-4, Classe/Referência A-1, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, para desempenhar suas funções junto a Rede Municipal de Educação, com carga horária de 20 (Vinte) horas semanais, atribuições, vencimentos e vantagens definidos em Lei.

Art. 2º A servidora fica vinculada ao Regime Geral da Previdência Social e ao Regime Jurídico Estatutário (Lei Nº 255/1997).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 06 de fevereiro de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 06 de fevereiro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 152/2017

Dispõe sobre a contratação temporária de pessoal na área de educação e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, Estado de Santa Catarina, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR por tempo determinado, período de 06/02/2017 a 15/12/2017, a Sra. MADALENA ZANCAN, portadora da RG Nº 3.816.011, inscrita no CPF sob Nº 035.105.539-85, com matrícula Nº 1733, em conformidade com a Lei Municipal Nº 532/2001 de 26/04/2001, alterada pela Lei Nº 613/2002 de 14/01/2002, de acordo com a Lei Nº 1179/2009 de 30/12/2009, e alterações posteriores, e nos termos do Edital Nº 001/2016 e do Edital Nº 012/2016 do Processo Seletivo Nº 001/2016, para exercer o cargo de PROFESSOR II (Ciências), Nível 065-DOCE-9, Classe/Referência A-1, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, para desempenhar suas funções junto a Rede Municipal de Educação, com carga horária de 15 (Quinze) horas semanais, atribuições, vencimentos e vantagens definidos em Lei.

Art. 2º A servidora fica vinculada ao Regime Geral da Previdência Social e ao Regime Jurídico Estatutário (Lei Nº 255/1997).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 06 de fevereiro de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e

Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 06 de fevereiro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 153/2017

Dispõe sobre a contratação temporária de pessoal na área de educação e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, Estado de Santa Catarina, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR por tempo determinado, período de 06/02/2017 a 15/12/2017, a Sra. ROSMERI SALETE MARTINI BECKER, portadora da RG Nº 3.526.013, inscrita no CPF sob Nº 949.456.169-49, com matrícula Nº 1734, em conformidade com a Lei Municipal Nº 532/2001 de 26/04/2001, alterada pela Lei Nº 613/2002 de 14/01/2002, de acordo com a Lei Nº 1179/2009 de 30/12/2009, e alterações posteriores, e nos termos do Edital Nº 001/2016 e do Edital Nº 012/2016 do Processo Seletivo Nº 001/2016, para exercer o cargo de PROFESSOR I (Reforço – Não Habilitado), Nível 489-DOCE-29, Classe/Referência A-1, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, para desempenhar suas funções junto a Rede Municipal de Educação, com carga horária de 30 (Trinta) horas semanais, atribuições, vencimentos e vantagens definidos em Lei.

Art. 2º A servidora fica vinculada ao Regime Geral da Previdência Social e ao Regime Jurídico Estatutário (Lei Nº 255/1997).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 06 de fevereiro de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e

Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 06 de fevereiro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 154/2017

Dispõe sobre a concessão de Adiantamento para servidor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, Estado de Santa Catarina, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal Nº 032/93 e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º ARBITRAR e CONCEDER ao servidor público municipal EURIÊNIO ROBERTO STUMPF, inscrito no CPF sob nº 249.747.579-20, matrícula Nº 041, o qual ocupa o cargo efetivo de TÉCNICO EM CONTABILIDADE, lotado na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento ADIANTAMENTO para suprimento de despesas nos seguintes elementos:

- 33.90.39.99 – Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – R\$ 1.400,00 (Um mil e quatrocentos reais) – Código Reduzido 25.
- 33.90.30.99 – Outros Materiais de Consumo – R\$ 1.050,00 (Um mil e cinquenta reais) – Código Reduzido 25.

Art. 2º As despesas provenientes do objeto desta Portaria, correrão pela dotação orçamentária da Prefeitura Municipal de Paraíso.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 07 de fevereiro de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e

Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 07 de fevereiro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 155/2017

Dispõe sobre a nomeação de pessoal para cargo comissionado e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a Sra. MAIARA KOCHEN GRASSI, portadora da RG Nº 5.625.040, inscrita no CPF sob Nº 097.285.869-57, com matrícula nº 1735, em conformidade com a Lei Municipal Nº 532/2001 de 26/04/2001, alterada pela Lei Nº 613/2002 de 14/01/2002, de acordo com a Lei Nº 1179/2009 de 30/12/2009 e alterações

posteriores, para exercer o cargo comissionado de SECRETÁRIA DE UNIDADE ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL, Nível 045-DASI-MA-4, Classe/Referencia A-1, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, para desempenhar suas funções junto ao Centro Integrado de Ensino Fundamental - CIEF, com carga horária, atribuições, vencimentos e vantagens definidos em Lei.

Art. 2º A servidora fica vinculada ao Regime Geral da Previdência Social e ao Regime Jurídico Estatutário (Lei 255/1997).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 07 de fevereiro de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 07 de fevereiro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 156/2017
Dispõe sobre a concessão de diárias para servidor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Nº 972/2006 de 21 de junho de 2006, definido pelo Decreto Nº 1738/2015 de 20/05/2015 e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º ARBITRAR e CONCEDER ao servidor público municipal Sr. ELISANDRO DOS SANTOS COSTA, inscrito no CPF sob Nº 028.708.259-86, matrícula Nº 1697, o qual ocupa o cargo comissionado de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E PLANEJAMENTO e está lotado na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, 01 (Uma) diária no valor de R\$ 164,79 (Cento e sessenta e quatro reais e setenta e nove oitocentavos), para viagens a Maravilha - SC, atendendo as finalidades constantes no Roteiro de Viagem anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 08 de fevereiro de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 08 de fevereiro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 157/2017
Dispõe sobre a concessão de diárias para servidor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Nº 972/2006 de 21 de junho de 2006, definido pelo Decreto Nº 1738/2015 de 20/05/2015 e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º ARBITRAR e CONCEDER ao servidor público municipal Sr. MARCOS EDUARDO PRETTO, inscrito no CPF sob Nº 050.472.899-74, matrícula Nº 1678, o qual ocupa o cargo efetivo de CONTROLADOR INTERNO e está lotado na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, 01 (Uma) diária no valor de R\$ 164,79 (Cento e sessenta e quatro reais e setenta e nove oitocentavos), para viagens a Maravilha - SC, atendendo as finalidades constantes no Roteiro de Viagem anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 08 de fevereiro de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 08 de fevereiro de 2017.

Servidor Responsável

ERNI GIACOMINI
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e
Publicada na forma da Lei.
Paraíso/SC, em 13 de dezembro de 2016.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 158/2017
Dispõe sobre a exoneração de servidora e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Nº 532/2001, Lei Nº 615/2002 e suas alterações posteriores, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a pedido, a servidora pública municipal a Sra. Sra. JANICE LOURDES VIERA, inscrita no CPF sob Nº 027.500.019-27, com matrícula Nº 1661, a qual foi nomeada por prazo determinado pela Portaria Nº 310/2016, do cargo temporário de PROFESSOR II, com carga horária de 40 (Quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, determinando o pagamento das verbas rescisórias na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO / SC, em 10 de fevereiro de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e
Publicada na forma da Lei.

Paraíso/SC, em 10 de fevereiro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 159/2017
Dispõe sobre a concessão de diárias para servidora e dá outras

providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Nº 972/2006 de 21 de junho de 2006, alterada pelo Decreto Nº 1738/2015 de 20/05/2015 e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º ARBITRAR e CONCEDER a servidora pública municipal Sra. BERENICE MUCHA, inscrita no CPF sob Nº 025.962.219-26, matrícula Nº 1089, a qual ocupa o cargo efetivo de TÉCNICO EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS e está lotada na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, 3,50 (Três e meia) diárias no valor de R\$ 618,00 (Seiscentos e dezoito reais), para viagem a Florianópolis – SC, atendendo as finalidades constantes no Roteiro de Viagem anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO / SC, em 13 de fevereiro de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e
Publicada na forma da Lei.

Paraíso/SC, em 13 de fevereiro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 160/2017
Dispõe sobre a nomeação de pessoal para cargo comissionado e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a Sra. JANICE LOURDES VIEIRA, portadora da RG Nº 4.188.788 - SSP/SC, inscrita no CPF sob Nº 027.500.019-27, com matrícula Nº 1736, em conformidade com a Lei Municipal Nº 531/2001 de 26/04/2001, alterada pela Lei Nº 614/2002 de 14/01/2002, e alterações posteriores, para exercer o cargo comissionado de DIRETORA DE UNIDADE ESCOLAR DO ENSINO PRÉ-ESCOLAR, Nível 044- DASIMA-3, classe/referência A-1, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, para desempenhar suas funções junto ao Centro de Educação Infantil – CEI Sonho Meu, com carga horária, atribuições, vencimentos e vantagens definidos em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO / SC, em 13 de fevereiro de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e
Publicada na forma da Lei.

Paraíso/SC, em 13 de fevereiro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIAS 161 A 180 (2017)

PORTARIA Nº 161/2017

Dispõe sobre a finalização de Processo de Sindicância e dá outras providências.

Considerando que, foi determinada a Instauração de Processo de Sindicância pela Portaria Nº 537/2016;
Considerando que, foi nomeado como sindicante o Sr. Raimundo Ovídio Maldaner, pela Portaria Nº 538/2016;
Considerando que, devido ao acúmulo de tarefas e atribuições o Sindicante não conseguiu dar andamento ao Processo de Sindicância;
Considerando que, é de interesse desta municipalidade e de interesse público, apurar eventual responsabilidade funcional referente ao fato ocorrido;

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º DETERMINAR que o Sindicante Sr. Raimundo Ovídio Maldaner, dê andamento ao Processo de Sindicância em epígrafe, finalizando-o no prazo de 30 (trinta) dias, ou seja, até o dia 15 de março de 2017, em conformidade com o Artigo 2º da Portaria Nº 538/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 13 de fevereiro de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 13 de fevereiro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 162/2017
Dispõe sobre a finalização de Processo de Sindicância e dá outras providências.

Considerando que, foi determinada a Instauração de Processo de Sindicância pela Portaria Nº 492/2016;
Considerando que, foi nomeado como sindicante o Sr. Raimundo Ovídio Maldaner, pela Portaria Nº 493/2016;
Considerando que, devido ao acúmulo de tarefas e atribuições o Sindicante não conseguiu dar andamento ao Processo de Sindicância;
Considerando que, é de interesse desta municipalidade e de interesse público, apurar eventual responsabilidade funcional referente ao fato ocorrido;

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º DETERMINAR que o Sindicante Sr. Raimundo Ovídio Maldaner, dê andamento ao Processo de Sindicância em epígrafe, finalizando-o no prazo de 30 (trinta) dias, ou seja, até o dia 15 de março de 2017, em conformidade com o Artigo 2º da Portaria Nº 493/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 13 de fevereiro de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 13 de fevereiro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 163/2017
Dispõe sobre a concessão de afastamento para tratamento de saúde a servidora e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, Estado de Santa Catarina, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº 255/1997 de 03/02/1997, Artigo 142 e seguintes, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER licença para tratamento de saúde até o término de sua gestação, no período de 10/02/2017 a 26/05/2017, à servidora pública municipal ENIZE ERENO, inscrita no CPF sob Nº 066.328.889-41, matrícula Nº 1479, a qual ocupa o cargo de provimento efetivo de ENFERMEIRA, e está lotada na Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde, conforme atestado médico apresentado nesta data, na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 10/02/2017.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 13 de fevereiro de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 13 de fevereiro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 164/2017
Dispõe sobre a convocação de servidor para o desempenho de suas funções, interrompendo as férias concedidas e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, Estado de Santa Catarina, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições, de acordo com o Artigo nº 64, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o disposto no Artigo 134, parágrafo segundo, da Lei Nº 255/97, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º CONVOCAR o servidor público municipal Sr. LAÉRCIO SCHEFFER, inscrito no CPF sob Nº 017.658.059-02, matrícula Nº 1292, o qual ocupa o emprego público no cargo de ENGENHEIRO CIVIL, e está lotado na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, para o exercício de suas funções a partir de 16/02/2017, em razão da necessidade de execução das atividades de sua responsabilidade, interrompendo as férias concedidas pela Portaria Nº 108/2017, na forma da Lei.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o gozo dos dias de férias restantes (15 dias) em data futura a ser definida conforme possibilidade.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 13 de fevereiro de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 13 de fevereiro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 165/2017
Dispõe sobre a nomeação de pessoal para cargo comissionado e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR o Sr. ROBERTO SCHUSTER, portador da RG 1.943.676, inscrito no CPF sob Nº 605.095.709-68, com matrícula nº 1737, em conformidade com a Lei Municipal Nº 531/2001 de 26/04/2001, alterada pela Lei Nº 614/2002 de 14/01/2002, e alterações posteriores, para exercer o cargo comissionado de DIRETOR DE UNIDADE ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO, Nível 043- DASIMA-2, classe/referência A-1, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, para desempenhar suas funções junto a Escola Municipal Professora Lurdete Pacheco Demarco - Grápiá, com carga horária, atribuições, vencimentos e vantagens definidos em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO / SC, em 13 de fevereiro de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e
Publicada na forma da Lei.

Paraíso/SC, em 13 de fevereiro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 166/2017
Dispõe sobre a contratação temporária de pessoal na área de educação e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, Estado de Santa Catarina, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR por tempo determinado, período de 13/02/2017 a 15/12/2017, a Sra. DENISE VICENTINI, portadora da RG Nº 5.069.814, inscrita no CPF sob Nº 059.390.649-73, com matrícula Nº 1738, em conformidade com a Lei Municipal Nº 532/2001 de 26/04/2001, alterada pela Lei Nº 613/2002 de 14/01/2002, de acordo com a Lei Nº 1179/2009 de 30/12/2009, e alterações posteriores, e nos termos do Edital de Chamada Pública Nº 001/2017, para exercer o cargo de PROFESSOR II (Matemática), Nível

033-DOCE-4, Classe/Referência A-1, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, para desempenhar suas funções junto a Rede Municipal de Educação, com carga horária de 20 (Vinte) horas semanais, atribuições, vencimentos e vantagens definidos em Lei.

Art. 2º A servidora fica vinculada ao Regime Geral da Previdência Social e ao Regime Jurídico Estatutário (Lei Nº 255/1997).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 13 de fevereiro de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 13 de fevereiro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 167/2017
Dispõe sobre a contratação temporária de pessoal na área de educação e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, Estado de Santa Catarina, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR por tempo determinado, período de 13/02/2017 a 15/12/2017, a Sra. JOSIANI CARLIZE SCHNEIDER, portadora da RG Nº 5.527.241, inscrita no CPF sob Nº 077.238.109-70, com matrícula Nº 1739, em conformidade com a Lei Municipal Nº 532/2001 de 26/04/2001, alterada pela Lei Nº 613/2002 de 14/01/2002, de acordo com a Lei Nº 1179/2009 de 30/12/2009, e alterações posteriores, e nos termos do Edital de Chamada Pública Nº 001/2017, para exercer o cargo de PROFESSOR II (Artes), Nível 033-DOCE-4, Classe/Referência A-1, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, para desempenhar suas funções junto a Rede Municipal de Educação, com carga horária de 20 (Vinte) horas semanais, atribuições, vencimentos e vantagens definidos em Lei.

Art. 2º A servidora fica vinculada ao Regime Geral da Previdência Social e ao Regime Jurídico Estatutário (Lei Nº 255/1997).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 13 de fevereiro de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 13 de fevereiro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 168/2017
Dispõe sobre a contratação temporária de pessoal na área de educação e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, Estado de Santa Catarina, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR por tempo determinado, período de 13/02/2017 a 15/12/2017, a Sra. CECÍLIA MÁRCIA GRALOW SCHMIDT, portadora da RG Nº 4.106.362, inscrita no CPF sob Nº 039.381.349-50, com matrícula Nº 1740, em conformidade com a Lei Municipal Nº 532/2001 de 26/04/2001, alterada pela Lei Nº 613/2002 de 14/01/2002, de acordo com a Lei Nº 1179/2009 de 30/12/2009, e alterações posteriores, e nos termos do Edital de Chamada Pública Nº 001/2017, para exercer o cargo de PROFESSOR II (Educação Infantil), Nível 033-DOCE-4, Classe/Referência A-1, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, para desempenhar suas funções junto a Rede Municipal de Educação, com carga horária de 20 (Vinte) horas semanais, atribuições, vencimentos e vantagens definidos em Lei.

Art. 2º A servidora fica vinculada ao Regime Geral da Previdência Social e ao Regime Jurídico Estatutário (Lei Nº 255/1997).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 13 de fevereiro de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 13 de fevereiro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 169/2017
Dispõe sobre a contratação temporária de pessoal na área de educação e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR por tempo determinado, período de 13/02/2017 a 15/12/2017, a Sra. HALES REGINA DE CAMPOS, portadora da RG Nº 5.625.130, inscrita no CPF sob Nº 093.467.799-93, com matrícula Nº 1741, em conformidade com a Lei Municipal Nº 532/2001 de 26/04/2001, alterada pela Lei Nº 613/2002 de 14/01/2002, de acordo com a Lei Nº 1179/2009 de 30/12/2009, e alterações posteriores, e nos termos do Edital Nº 001/2016 e do Edital Nº 012/2016 do Processo Seletivo Nº 001/2016, para exercer o cargo de PROFESSOR I (Inglês – Não Habilitado), Nível 491-DOCE-31, Classe/Referência A-1, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, para desempenhar suas funções junto a Rede Municipal de Educação, com carga horária de 20 (Vinte) horas semanais, atribuições, vencimentos e vantagens definidos em Lei.

Art. 2º A servidora fica vinculada ao Regime Geral da Previdência Social e ao Regime Jurídico Estatutário (Lei Nº 255/1997).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 13 de fevereiro de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 13 de fevereiro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 170/2017

Dispõe sobre a contratação temporária de pessoal na área de educação e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR por tempo determinado, período de 13/02/2017 a 15/12/2017, a Sra. ANA CLAUDIA LINDENMAYR GAZZI, portadora da RG Nº 6.023.981, inscrita no CPF sob Nº 809.595.040-87, com matrícula Nº 1742, em conformidade com a Lei Municipal Nº 532/2001 de 26/04/2001, alterada pela Lei Nº 613/2002 de 14/01/2002, de acordo com a Lei Nº 1179/2009 de 30/12/2009, e alterações posteriores, e nos termos do Edital de chamada pública Nº 001/2017, para exercer o cargo de PROFESSOR II (Geografia), Nível 065-DOCE-9, Classe/Referência A-1, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, para desempenhar suas funções junto a Rede Municipal de Educação, com carga horária de 15 (Quinze) horas semanais, atribuições, vencimentos e vantagens definidos em Lei.

Art. 2º A servidora fica vinculada ao Regime Geral da Previdência Social e ao Regime Jurídico Estatutário (Lei Nº 255/1997).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 13 de fevereiro de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 13 de fevereiro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 171/2017

Dispõe sobre a contratação temporária de pessoal na área de educação e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR por tempo determinado, período de 14/02/2017 a 15/12/2017, a Sra. CAMILA STÉDILE ZANIN, portadora da RG Nº 4.869.000, inscrita no CPF sob Nº 012.428.049-86, com matrícula Nº 1743, em conformidade com a Lei Municipal Nº 532/2001 de 26/04/2001, alterada pela Lei Nº 613/2002 de 14/01/2002, de acordo com a Lei Nº 1179/2009 de 30/12/2009, e alterações posteriores, e nos termos do Edital de chamada pública Nº 001/2017, para exercer o cargo de PROFESSOR I (Educação Infantil – Não Habilitada), Nível 488-DOCE-28 Classe/Referência A-1, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, para desempenhar suas funções junto a Rede Municipal de Educação, com carga horária de 40 (Quarenta) horas semanais,

atribuições, vencimentos e vantagens definidos em Lei.

Art. 2º A servidora fica vinculada ao Regime Geral da Previdência Social e ao Regime Jurídico Estatutário (Lei Nº 255/1997).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 14 de fevereiro de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 14 de fevereiro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 172/2017

Dispõe sobre a contratação temporária de pessoal na área de educação e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, Estado de Santa Catarina, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR por tempo determinado, período de 16/02/2017 a 15/12/2017, a Sra. JOSIANE ANGLER, portadora da RG Nº 6.007.152, inscrita no CPF sob Nº 082.167.379-39, com matrícula Nº 1744, em conformidade com a Lei Municipal Nº 532/2001 de 26/04/2001, alterada pela Lei Nº 613/2002 de 14/01/2002, de acordo com a Lei Nº 1179/2009 de 30/12/2009 e alterações posteriores, e nos termos do Edital Nº 001/2016 e Edital Nº 012/2016 do Processo Seletivo Nº 001/2016, para exercer o cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO, Nível 453-TSG-7, Classe/Referência A-1, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, para desempenhar suas funções junto a Rede Municipal de Educação, com carga horária de 40 (Quarenta) horas semanais, atribuições, vencimentos e vantagens definidos em Lei.

Art. 2º A servidora fica vinculada ao Regime Geral da Previdência Social e ao Regime Jurídico Estatutário (Lei Nº 255/1997).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 16 de fevereiro de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 16 de fevereiro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 173/2017

Dispõe sobre concessão de diárias ao Prefeito Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Nº 972/2006 de 21 de junho de 2006, alterada pelo Decreto Nº

1738/2015 de 20/05/2015, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º ARBITRAR e CONCEDER ao Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, inscrito no CPF sob Nº 563.501.399-68, matrícula Nº 1695, o qual ocupa o cargo eletivo de PREFEITO MUNICIPAL e está lotado no Gabinete do Prefeito Municipal, 4,50 (Quatro e meia) diárias no valor de R\$ 2.383,60 (Dois mil e trezentos e oitenta e três reais e sessenta centavos), para viagem a Brasília – DF em atendimento às finalidades constantes no Roteiro de Viagem anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 16 de fevereiro de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 16 de fevereiro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 174/2017
Dispõe sobre concessão de diárias ao Prefeito Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Nº 972/2006 de 21 de junho de 2006, alterada pelo Decreto Nº 1738/2015 de 20/05/2015, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º ARBITRAR e CONCEDER ao Sr. VALIREZ FERREIRA PRESSES, inscrito no CPF sob Nº 605.116.309-30, matrícula Nº 1696, o qual ocupa o cargo eletivo de VICE-PREFEITO MUNICIPAL e está lotado no Gabinete do Vice-Prefeito Municipal, 4,50 (Quatro e meia) diárias no valor de R\$ 2.383,60 (Dois mil e trezentos e oitenta e três reais e sessenta centavos), para viagem a Brasília – DF em atendimento às finalidades constantes no Roteiro de Viagem anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 16 de fevereiro de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 16 de fevereiro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 175/2017
Dispõe sobre a concessão de Licença para Repouso à Gestante (Licença-Maternidade) à servidora e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e ainda de acordo com o artigo 149 da Lei Municipal Nº 255/97, de 03 de fevereiro de 1997 e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora pública municipal. HALES REGINA DE CAMPOS, inscrita no CPF sob Nº 093.467.799-93, com matrícula Nº 1663, ocupante do cargo temporário de PROFESSOR I, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, Licença para Repouso à Gestante (Licença Maternidade), por 180 (cento e oitenta) dias, no período de 16/02/2017 a 14/08/2017, conforme atestado médico apresentado nesta data, na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 16 de fevereiro de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 16 de fevereiro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 176/2017
Dispõe sobre a concessão de diárias para servidora e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Nº 972/2006 de 21 de junho de 2006, alterada pelo Decreto Nº 1738/2015 de 20/05/2015 e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º ARBITRAR e CONCEDER a servidora pública municipal Sra. MICHELLI ANDRESSA LEÃO, inscrita no CPF sob Nº 114.084.819-44, matrícula Nº 1713, a qual ocupa o cargo comissionado de SECRETÁRIA ADJUNTA DA EDUCAÇÃO e está lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, 1/2 (Meia) diária no valor de R\$ 47,08 (Quarenta e sete reais e oito centavos), para viagem a São Miguel do Oeste – SC, atendendo as finalidades constantes no Roteiro de Viagem anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO / SC, em 16 de fevereiro de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e
Publicada na forma da Lei.

Paraíso/SC, em 16 de fevereiro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 177/2017
Dispõe sobre a contratação temporária de pessoal na área de educação e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR por tempo determinado, período de 16/02/2017 a 15/12/2017, o Sr. MARCOS PAIANO BORGES DA ROSA, portador da RG Nº 5.721.415, inscrito no CPF sob Nº 099.540.679-06,

com matrícula Nº 1745, em conformidade com a Lei Municipal Nº 532/2001 de 26/04/2001, alterada pela Lei Nº 613/2002 de 14/01/2002, de acordo com a Lei Nº 1179/2009 de 30/12/2009 e alterações posteriores, e nos termos do Edital de chamada pública Nº 001/2017, para exercer o cargo de PROFESSOR I (Educação Física – Não Habilitado), Nível 492-DOCE-32, Classe/Referência A-1, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, para desempenhar suas funções junto a Rede Municipal de Educação, com carga horária de 15 (Quinze) horas semanais, atribuições, vencimentos e vantagens definidos em Lei.

Art. 2º O servidor fica vinculado ao Regime Geral da Previdência Social e ao Regime Jurídico Estatutário (Lei Nº 255/1997).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 16 de fevereiro de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e

Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 16 de fevereiro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 178/2017

Dispõe sobre a contratação temporária de pessoal na área de educação e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, Estado de Santa Catarina, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR por tempo determinado (CONTRATO II), período de 16/02/2017 a 07/05/2017, a Sra. MADALENA ZANCAN, portadora da RG Nº 3.816.011, inscrita no CPF sob Nº 035.105.539-85, com matrícula Nº 1733, em conformidade com a Lei Municipal Nº 532/2001 de 26/04/2001, alterada pela Lei Nº 613/2002 de 14/01/2002, de acordo com a Lei Nº 1179/2009 de 30/12/2009, e alterações posteriores, e nos termos do Edital Nº 001/2016 e do Edital Nº 012/2016 do Processo Seletivo Nº 001/2016, para exercer o cargo de PROFESSOR II (Informática), Nível 033-DOCE-4, Classe/Referência A-1, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, em substituição da servidora Kelin Baldin, legalmente afastada no período, para desempenhar suas funções junto a Rede Municipal de Educação, com carga horária de 20 (Vinte) horas semanais, atribuições, vencimentos e vantagens definidos em Lei.

Art. 2º A servidora fica vinculada ao Regime Geral da Previdência Social e ao Regime Jurídico Estatutário (Lei Nº 255/1997).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 16 de fevereiro de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e

Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 16 de fevereiro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 179/2017

Dispõe sobre a convocação de servidor para o desempenho de suas funções, interrompendo as férias concedidas e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, Estado de Santa Catarina, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições, de acordo com o Artigo nº 64, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o disposto no Artigo 134, parágrafo segundo, da Lei Nº 255/97, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º CONVOCAR o servidor público municipal Sr. CLAUDEMIR STANGA, inscrito no CPF sob Nº 563.320.099-34, matrícula Nº 059, o qual ocupa o cargo de provimento efetivo de MOTORISTA, designado para as funções de Secretário da Junta do Serviço Militar, e está lotado no Gabinete do Prefeito, para o exercício de suas funções a partir de 16/02/2017, em razão da necessidade de execução das atividades de sua responsabilidade, interrompendo as férias concedidas pela Portaria Nº 127/2017, na forma da Lei.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o gozo dos dias de férias restantes (15 dias) em data futura a ser definida conforme possibilidade.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 16 de fevereiro de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e

Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 16 de fevereiro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 180/2017

Dispõe sobre a contratação temporária de pessoal na área de educação e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, Estado de Santa Catarina, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR por tempo determinado, período de 16/02/2017 a 15/12/2017, a Sra. EMA MARISTELA BORGES, portadora da RG Nº 5.722.499, inscrita no CPF sob Nº 103.482.689-12, com matrícula Nº 1746, em conformidade com a Lei Municipal Nº 532/2001 de 26/04/2001, alterada pela Lei Nº 613/2002 de 14/01/2002, de acordo com a Lei Nº 1179/2009 de 30/12/2009 e alterações posteriores, e nos termos do Edital Nº 001/2016 e Edital Nº 012/2016 do Processo Seletivo Nº 001/2016, para exercer o cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO, Nível 453-TSG-7, Classe/Referência A-1, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, para desempenhar suas funções junto a Rede Municipal de Educação, com carga horária de 40 (Quarenta) horas semanais, atribuições, vencimentos e vantagens definidos em Lei.

Art. 2º A servidora fica vinculada ao Regime Geral da Previdência Social e ao Regime Jurídico Estatutário (Lei Nº 255/1997).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 16 de fevereiro de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e

Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 16 de fevereiro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIAS 181 A 200 (2017)

PORTARIA Nº 181/2017

Dispõe sobre a concessão de licença prêmio a servidora e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o Artigo nº 166 da Lei Municipal Nº 255/97, de 05 de abril de 1997, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Licença Prêmio à servidora pública municipal MÁRCIA CASTAGNA, inscrita no CPF sob Nº 017.577.789-69, matrícula Nº 028, a qual ocupa o cargo de provimento efetivo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM, admitida em 02/05/1994 e está lotada na Secretaria Municipal de Saúde - FMS, no período de 22/02/2017 a 22/05/2017, correspondente ao período aquisitivo compreendido entre 02/05/2004 a 01/05/2009, na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22/02/2017.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 17 de fevereiro de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e

Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 17 de fevereiro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 182/2017

Dispõe sobre a contratação temporária de pessoal na área de educação e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, Estado de Santa Catarina, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR por tempo determinado, período de 20/02/2017 a 15/12/2017, a Sra. PRESCILA ELENA MOREIRA, portadora da RG Nº 5.722.381, inscrita no CPF sob Nº 085.003.839-17, com matrícula Nº 1747, em conformidade com a Lei Municipal Nº 532/2001 de 26/04/2001, alterada pela Lei Nº 613/2002 de 14/01/2002, de acordo com a Lei Nº 1179/2009 de 30/12/2009, e alterações posteriores, e nos termos do Edital de Chamada Pública Nº 001/2017, para exercer o cargo de PROFESSOR II (Educação Infantil), Nível 033-DOCE-4, Classe/Referência A-1, com lotação na Secretaria

Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, para desempenhar suas funções junto a Rede Municipal de Educação, com carga horária de 20 (Vinte) horas semanais, atribuições, vencimentos e vantagens definidos em Lei.

Art. 2º A servidora fica vinculada ao Regime Geral da Previdência Social e ao Regime Jurídico Estatutário (Lei Nº 255/1997).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20/02/2017.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 17 de fevereiro de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e

Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 17 de fevereiro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 183/2017

Dispõe sobre a prorrogação de afastamento para tratamento de saúde a servidora pública e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO /SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº 255/1997 de 05/04/1997, Artigo 142 e seguintes, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR a licença para tratamento de saúde até 17/07/2017 a servidora pública municipal MARIA POPIOEK DIESEL, inscrita no CPF sob Nº 871.508.169-91 matrícula Nº 596, a qual ocupa o cargo de provimento efetivo de SERVENTE, com lotação na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, da Família e Assuntos da Juventude, conforme resultado de perícia e concessão de benefício do INSS apresentado nesta data, na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 24 de fevereiro de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e

Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 24 de fevereiro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 184/2017

Dispõe sobre a concessão de férias para servidora e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições, de acordo com o Artigo nº 64, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o disposto no Artigo 131 da Lei Nº 255/97, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, a empregada pública municipal MIRIAN GIACOMEL, inscrita no CPF sob Nº 058.852.529-47, matrícula

Nº 1283, a qual ocupa o cargo de ENFERMEIRA e está lotada na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), no período de 01/03/2017 a 30/03/2017, referente ao período aquisitivo compreendido entre 23/08/2013 e 22/08/2014, com vencimentos e vantagens definidos em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 01 de março de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 01 de março de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 185/2017
Dispõe sobre a concessão de férias a servidor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições, de acordo com o Artigo nº 64, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o disposto no Artigo 131 da Lei Nº 255/97 de 03/02/1997, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, ao servidor público municipal PEDRO GILBERTO RUEDEL, inscrito no CPF sob Nº 525.817.309-78, matrícula Nº 607, o qual ocupa o cargo de provimento efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS I, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, no período de 01/03/2017 a 30/03/2017, referente ao período aquisitivo compreendido entre 10/02/2015 e 09/02/2016, com vencimentos e vantagens definidos em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 01 de março de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 01 de março de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 186/2017
Dispõe sobre a concessão de férias a servidor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições, de acordo com o Artigo nº 64, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o disposto no Artigo 131 da Lei Nº 255/97 de 03/02/1997, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, ao servidor público municipal CLEU JUNIOR RECKZIEGEL, inscrito no CPF sob Nº 828.987.409-00, matrícula Nº 656, o qual ocupa o cargo de provimento efetivo de CON-TADOR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal

de Saúde, no período de 01/03/2017 a 30/03/2017 (Gozo real das férias no período de 20/03/2017 a 18/04/2017), referente ao período aquisitivo compreendido entre 09/02/2013 e 08/02/2014, com vencimentos e vantagens definidos em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 01 de março de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 01 de março de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 187/2017
Dispõe sobre a concessão de licença prêmio a servidora e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, Estado de Santa Catarina, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o Artigo nº 166 da Lei Municipal Nº 255/97, de 05 de abril de 1997, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Licença Prêmio à servidora pública municipal ZENAIDE FACHI DORIGAN, inscrita no CPF sob Nº 479.418.390-91, matrícula Nº 064, a qual ocupa o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR II e está lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, no período de 01/03/2017 a 29/05/2017, correspondente ao período aquisitivo compreendido entre 01/02/2005 a 31/01/2010, na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 01 de março de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 01 de março de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 188/2017
Dispõe sobre a contratação temporária de pessoal na área de educação e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR por tempo determinado, período de 01/03/2017 a 14/08/2017, o Sr. ANDREY LUIGI DE PELLEGRIN, portador da RG Nº 4098932835, inscrito no CPF sob Nº 095.369.079-25, com matrícula Nº 1748, em conformidade com a Lei Municipal Nº 532/2001 de 26/04/2001, alterada pela Lei Nº 613/2002 de 14/01/2002, de acordo com a Lei Nº 1179/2009 de 30/12/2009 e alterações posteriores, e nos termos do Edital de Chamada Pública Nº 001/2017, para exercer o cargo de PROFESSOR I (Inglês – Não habilitado),

Nível 489-DOCE-29, Classe/Referência A-1, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, para desempenhar suas funções junto a Rede Municipal de Educação, com carga horária de 30 (Trinta) horas semanais, atribuições, vencimentos e vantagens definidos em Lei.

Art. 2º O servidor fica vinculado ao Regime Geral da Previdência Social e ao Regime Jurídico Estatutário (Lei Nº 255/1997).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 01 de março de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 01 de março de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 189/2017
Dispõe sobre o andamento e finalização de Processo Administrativo Disciplinar e dá outras providências.

Considerando que, existe Processo Administrativo Disciplinar que não foi finalizado na administração anterior;
Considerando que, é de interesse desta municipalidade e de interesse público, apurar eventual responsabilidade referente a fatos ocorridos;

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º DETERMINAR que, no prazo de 60 (sessenta) dias, sejam finalizados os processos administrativos que se encontram pendentes, e que o relatório final de cada um seja encaminhado ao Gabinete do Prefeito Municipal por cada comissão, para tomar as medidas cabíveis e pertinentes a cada caso.

Art. 2º O executivo, através de sua assessoria, dará ciência da presente a cada comissão nomeada, caso haja mais de um processo pendente, para que as providências sejam tomadas e o aqui determinado, executado.

Art. 3º Cada comissão executará os serviços em conformidade com as competências descritas por ocasião de suas nomeações.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 01 de março de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 01 de março de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 190/2017
Dispõe sobre a concessão de Licença para Repouso à Gestante (Licença-Maternidade) à servidora e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e ainda de acordo com o artigo 149 da Lei Municipal Nº 255/97, de 03 de fevereiro de 1997 e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora pública municipal. ENIZE ERENO, inscrita no CPF sob Nº 066.328.889-41, com matrícula Nº 1479, ocupante do cargo efetivo de ENFERMEIRA, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, Licença para Repouso à Gestante (Licença Maternidade), por 180 (cento e oitenta) dias, no período de 20/02/2017 a 18/08/2017, pelo nascimento de filho, conforme atestado médico apresentado nesta data, na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 20/02/2017.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 01 de março de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 01 de março de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 191/2017
Dispõe sobre a nomeação de pessoal para cargo comissionado e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, Estado de Santa Catarina, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR o Sr. HILBERTO SCHANNE, portador da RG 461.643- SSP/SC, inscrito no CPF sob Nº 425.799.109-72, com matrícula Nº 1749, em conformidade com a Lei Municipal Nº 531/2001 de 26/04/2001, alterada pela Lei Nº 614/2002 de 14/01/2002, e alterações posteriores, para exercer o cargo comissionado de DIRETOR DA DIVISÃO DE TRANSPORTES E TRÁFEGO RODOVIÁRIO, Nível 056-DASI-1, Classe/Referência A-1, com lotação na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, com carga horária, atribuições, vencimentos e vantagens definidos em Lei.

Art. 2º O servidor fica vinculado ao Regime Geral da Previdência Social e ao Regime Jurídico Estatutário (Lei Nº 255/1997).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 01 de março de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 01 de março de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 192/2017
Dispõe sobre a designação de servidor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições, de acordo com o Artigo nº 64, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora pública municipal PATRICIA BIAZZI, inscrita no CPF sob Nº 037.588.449-16, matrícula Nº 566, e ocupa o cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, com lotação na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, designada Responsável pelos Serviços de Protocolo, efetuar o controle dos cadastros e emissão dos Blocos de Produtos Rurais e alimentar o sistema referente aos INCRAs, para acumular os serviços e desempenhar as funções de Responsável pelo Setor Patrimônio da Prefeitura, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 03 de março de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 03 de março de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 193/2017
Dispõe sobre a designação de servidor para outra secretaria e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, Estado de Santa Catarina, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº 531/2001 de 26/04/2001, Artigo 12, anexo IV e alterações posteriores, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor público municipal WALMOR BONDAN, matrícula Nº 633, inscrito no CFF sob Nº 526.529.049-49, admitido em 01/04/2002 para o cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, para desempenhar suas funções junto a Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, passando a estar lotado na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, e cumprirá horário de trabalho daquela Secretaria, na forma da Lei.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 01 de março de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 01 de março de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 194/2017

Dispõe sobre a contratação temporária de pessoal na área de educação e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, Estado de Santa Catarina, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR por tempo determinado – CONTRATO II – 20 hs, período de 01/03/2017 a 31/08/2017, a Sra. CECÍLIA MÁRCIA GRALOW SCHMIDT, portadora da RG Nº 4.106.362, inscrita no CPF sob Nº 039.381.349-50, com matrícula Nº 1740, em conformidade com a Lei Municipal Nº 532/2001 de 26/04/2001, alterada pela Lei Nº 613/2002 de 14/01/2002, de acordo com a Lei Nº 1179/2009 de 30/12/2009, e alterações posteriores, e nos termos do Edital de Chamada Pública Nº 001/2017, para exercer o cargo de PROFESSOR II (Educação Infantil), Nível 033-DOCE-4, Classe/Referência A-1, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, para desempenhar suas funções junto a Rede Municipal de Educação, com carga horária de 20 (Vinte) horas semanais, atribuições, vencimentos e vantagens definidos em Lei.

Art. 2º A servidora fica vinculada ao Regime Geral da Previdência Social e ao Regime Jurídico Estatutário (Lei Nº 255/1997).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 01 de março de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 01 de março de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 195/2017
Dispõe sobre a contratação temporária de pessoal na área de educação e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, Estado de Santa Catarina, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR A CARGA HORÁRIA para 40 (Quarenta) horas semanais, da servidora Sra. DAYANE BATTAGLIN EIDT, portadora da RG Nº 4.219.673, inscrita no CPF sob Nº 055.528.499-90, com matrícula Nº 1728, nomeada pela Portaria Nº 147/2017, para exercer o cargo de PROFESSOR I (Educação Infantil – Não habilitado), passando ao Nível 488-DOCE-28, Classe/Referência A-1, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, para desempenhar suas funções junto a Rede Municipal de Educação, em razão de ter assumido mais 20 (Vinte) horas semanais, atribuições, vencimentos e vantagens definidos em Lei.

Art. 2º A servidora fica vinculada ao Regime Geral da Previdência Social e ao Regime Jurídico Estatutário (Lei Nº 255/1997).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 01 de março de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 01 de março de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 196/2017

Dispõe sobre a contratação temporária de pessoal na área de educação e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, Estado de Santa Catarina, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR A CARGA HORÁRIA para 40 (Quarenta) horas semanais, da servidora Sra. ADRIANA CARDOSO, portadora da RG Nº 5.010.828, inscrita no CPF sob Nº 051.063.449-48, com matrícula Nº 1729, nomeada pela Portaria Nº 148/2017, para exercer o cargo de PROFESSOR II (Educação Infantil), Nível 031-DOCE-2, Classe/Referência A-1, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, para desempenhar suas funções junto a Rede Municipal de Educação, em razão de ter assumido mais 20 (Vinte) horas semanais, atribuições, vencimentos e vantagens definidos em Lei.

Art. 2º A servidora fica vinculada ao Regime Geral da Previdência Social e ao Regime Jurídico Estatutário (Lei Nº 255/1997).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 01 de março de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 01 de março de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 197/2017

Dispõe sobre a concessão de Progressão Funcional por Tempo de Serviço a servidora e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo nº 64, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município, e ainda de acordo com o disposto na Lei Nº 531/2001 e Lei 907/2005, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora pública municipal NILCE DEMARCO MORETTO, admitida em 01/03/1993, inscrita no CPF sob Nº 892.334.179-72, matrícula Nº 025, a qual ocupa o cargo de provimento efetivo de TELEFONISTA e está lotada na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, Progressão Funcional por Tempo de Serviço, a razão de 3% (três por cento) sobre o salário base do cargo (8º Triênio), incorporando-se a este, por ter atendido os requisitos conforme disposto em Lei, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01/03/2014 e 28/02/2017, passando a perceber salário correspondente ao Nível 453-TSG-7, Classe/Referência A-5. Fica determinado que seja acrescido o valor correspondente na folha de pagamento da servidora a partir do

mês de MARÇO/2017, na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 01 de março de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 01 de março de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 198/2017

Dispõe sobre a concessão de Progressão Funcional por Tempo de Serviço a servidor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo nº 64, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município, e ainda de acordo com o disposto na Lei Nº 531/2001 e Lei 907/2005, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao servidor público municipal FLORINDO TELLES DE SOUZA, matrícula Nº 017, o qual ocupa o cargo de provimento efetivo de MOTORISTA, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, Progressão Funcional por Tempo de Serviço, referente à quarta progressão funcional por tempo de serviço (8º Triênio), incorporando-se a este, por ter atendido os requisitos conforme a lei dispõe, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01/03/2014 e 28/02/2017, passando a perceber salário correspondente ao Nível 021-TSG-1, Classe/Referência B-5. Fica determinado que seja acrescido o valor correspondente na folha de pagamento do servidor a partir do mês de março/2017, na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 01 de março de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 01 de março de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 199/2017

Dispõe sobre a concessão de Progressão Funcional por Tempo de Serviço a servidora e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo nº 64, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município, e ainda de acordo com o disposto na Lei Nº 531/2001 e Lei 907/2005, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora pública municipal CENIR STOLL, admitida em 25/02/2002, inscrita no CPF sob Nº 024.917.659-93, matrícula Nº 552, a qual ocupa o cargo de provimento efetivo de SERVENTE e está lotada na Secretaria Municipal de Educação,

Cultura, Desporto e Turismo, Progressão Funcional por Tempo de Serviço, a razão de 3% (três por cento) sobre o salário base do cargo (5º Triênio), incorporando-se a este, por ter atendido os requisitos conforme disposto em Lei, referente ao período aquisitivo compreendido entre 25/02/2014 e 24/02/2017, passando a perceber salário correspondente ao Nível 453-TSG-7, Classe/Referencia A-2. Fica determinado que seja acrescido o valor correspondente na folha de pagamento da servidora a partir do mês de MARÇO/2017, na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 01 de março de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 01 de março de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 200/2017

Dispõe sobre a concessão de Progressão Funcional por Tempo de Serviço a servidora e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo nº 64, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município, e ainda de acordo com o disposto na Lei Nº 531/2001 e Lei 907/2005, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora pública municipal VERA LÚCIA KNOBB, admitida em 25/02/2002, inscrita no CPF sob Nº 025.815.659-77, matrícula Nº 526, a qual ocupa o cargo de provimento efetivo de SERVENTE e está lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, Progressão Funcional por Tempo de Serviço, a razão de 3% (três por cento) sobre o salário base do cargo (5º Triênio), incorporando-se a este, por ter atendido os requisitos conforme disposto em Lei, referente ao período aquisitivo compreendido entre 25/02/2014 e 24/02/2017, passando a perceber salário correspondente ao Nível 453-TSG-7, Classe/Referencia A-2. Fica determinado que seja acrescido o valor correspondente na folha de pagamento da servidora a partir do mês de MARÇO/2017, na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 01 de março de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 01 de março de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIAS 201 A 220 (2017)

PORTARIA Nº 201/2017

Dispõe sobre a concessão de Progressão Funcional por Tempo de Serviço a servidora e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo nº 64, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município, e ainda de acordo com o disposto na Lei Nº 531/2001 e Lei 907/2005, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora pública municipal MARLEY STANGA SCHEFFLER, admitida em 25/02/2002, inscrita no CPF sob Nº 626.999.469-15, matrícula Nº 527, a qual ocupa o cargo de provimento efetivo de SERVENTE e está lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, Progressão Funcional por Tempo de Serviço, a razão de 3% (três por cento) sobre o salário base do cargo (5º Triênio), incorporando-se a este, por ter atendido os requisitos conforme disposto em Lei, referente ao período aquisitivo compreendido entre 25/02/2014 e 24/02/2017, passando a perceber salário correspondente ao Nível 453-TSG-7, Classe/Referencia A-2. Fica determinado que seja acrescido o valor correspondente na folha de pagamento da servidora a partir do mês de MARÇO/2017, na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 01 de março de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 01 de março de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 202/2017

Dispõe sobre a concessão de Progressão Funcional por Tempo de Serviço a servidora e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo nº 64, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município, e ainda de acordo com o disposto na Lei Nº 531/2001 e Lei 907/2005, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora pública municipal BERNADETE BRIXNER SCHÜTZ, admitida em 25/02/2002, inscrita no CPF sob Nº 020.092.739-66, matrícula Nº 528, a qual ocupa o cargo de provimento efetivo de SERVENTE e está lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, Progressão Funcional por Tempo de Serviço, a razão de 3% (três por cento) sobre o salário base do cargo (5º Triênio), incorporando-se a este, por ter atendido os requisitos conforme disposto em Lei, referente ao período aquisitivo compreendido entre 25/02/2014 e 24/02/2017, passando a perceber salário correspondente ao Nível 453-TSG-7, Classe/Referencia A-2. Fica determinado que seja acrescido o valor correspondente na folha de pagamento da servidora a partir do mês de MARÇO/2017, na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 01 de março de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 01 de março de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 203/2017

Dispõe sobre a concessão de Progressão Funcional por Tempo de Serviço a servidora e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo nº 64, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município, e ainda de acordo com o disposto na Lei Nº 531/2001 e Lei 907/2005, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora pública municipal LOURDES SCHEFFLER MEZZOMO, admitida em 25/02/2002, inscrita no CPF sob Nº 796.607.709-87, matrícula Nº 530, a qual ocupa o cargo de provimento efetivo de SERVENTE e está lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, Progressão Funcional por Tempo de Serviço, a razão de 3% (três por cento) sobre o salário base do cargo (5º Triênio), incorporando-se a este, por ter atendido os requisitos conforme disposto em Lei, referente ao período aquisitivo compreendido entre 25/02/2014 e 24/02/2017, passando a perceber salário correspondente ao Nível 453-TSG-7, Classe/Referencia A-2. Fica determinado que seja acrescido o valor correspondente na folha de pagamento da servidora a partir do mês de MARÇO/2017, na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 01 de março de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 01 de março de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 204/2017

Dispõe sobre a concessão de Progressão Funcional por Tempo de Serviço a servidora e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo nº 64, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município, e ainda de acordo com o disposto na Lei Nº 531/2001 e Lei 907/2005, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora pública municipal ELAINE KONZEN, admitida em 25/02/2002, inscrita no CPF sob Nº 975.923.409-25, matrícula Nº 532, a qual ocupa o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR II e está lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, Progressão Funcional por Tempo de Serviço, a razão de 3% (três por cento) sobre o salário base do cargo (5º Triênio), incorporando-se a este, por ter atendido os requisitos conforme disposto em Lei, referente ao período aquisitivo compreendido entre 25/02/2014 e 24/02/2017, passando a perceber salário correspondente ao Nível 031-DOCE-2, Classe/

Referencia A-6. Fica determinado que seja acrescido o valor correspondente na folha de pagamento da servidora a partir do mês de MARÇO/2017, na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 01 de março de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 01 de março de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 205/2017

Dispõe sobre a concessão de Adicional por Tempo de Serviço para servidora e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, Estado de Santa Catarina, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo nº 64, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município, e ainda de acordo com o disposto no Artigo 100, da Lei Nº 255/97, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora pública municipal Sra. CARLA CARINE SIMSEN, matrícula Nº 1535, inscrita no CFF sob Nº 086.771.199-06, admitida em 10/02/2014 para o cargo efetivo de SERVENTE, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, adicional por tempo de serviço equivalente a um triênio, à razão de 10% (dez por cento) sobre o piso básico do respectivo cargo efetivo, para cada triênio concedido (1º TRIÊNIO), referente ao período aquisitivo compreendido entre 10/02/2014 e 09/02/2017.

Art. 2º Fica determinado que seja acrescido o valor correspondente na folha de pagamento do servidor a partir do mês de MARÇO/2017, na forma da Lei.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 01 de março de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 01 de março de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 206/2017

Dispõe sobre a designação de servidor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições, de acordo com o Artigo nº 64, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora pública municipal ADRIANE ORSO, inscrita no CPF sob Nº 707.916.279-34, matrícula Nº 568, e ocupa o cargo de provimento efetivo de TÉCNICO EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS, com lotação na Secretaria Municipal de

Administração, Fazenda e Planejamento (Departamento de Contabilidade), para acumular os serviços e desempenhar as funções de Responsável pela Operacionalização do Sistema de Frotas da Prefeitura, em que fará os registros no sistema.

Art. 2º CONCEDER a servidora, uma FG-5 no valor de R\$ 300,00, pelo desempenho da função acima especificada.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 01 de março de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 01 de março de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 207/2017
Dispõe sobre a alteração de carga horária de servidora e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER REDUÇÃO de carga horária para 10 (Dez) horas semanais, a partir de 06/02/2017, a servidora temporária Sra. ANA CLAUDIA LINDENMAYR GAZZI, portadora da RG Nº 6.023.981, inscrita no CPF sob Nº 809.595.040-87, com matrícula Nº 1742, nomeada pela Portaria Nº 170/2017, para exercer o cargo de PROFESSOR II (Geografia), passando ao Nível 487-DOCE-27, Classe/Referência A-1, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, para desempenhar suas funções junto a Rede Municipal de Educação, conforme requerido, com atribuições, vencimentos e vantagens definidos em Lei.

Art. 2º A servidora fica vinculada ao Regime Geral da Previdência Social e ao Regime Jurídico Estatutário (Lei Nº 255/1997).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 06 de março de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 06 de março de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 208/2017
Dispõe sobre a contratação temporária de pessoal na área de educação e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, Estado de Santa Catarina, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR A CARGA HORÁRIA para 40 (Quarenta) horas semanais, da servidora Sra. PRESCILA ELENA MOREIRA, portadora da RG Nº 5.722.381, inscrita no CPF sob Nº 085.003.839-17, com matrícula Nº 1747, nomeada pela Portaria Nº 182/2017, para exercer o cargo de PROFESSOR II (Educação Infantil), passando ao Nível 031-DOCE-2, Classe/Referência A-1, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, para desempenhar suas funções junto a Rede Municipal de Educação, em razão de ter assumido mais 20 (Vinte) horas semanais, atribuições, vencimentos e vantagens definidos em Lei.

Art. 2º A servidora fica vinculada ao Regime Geral da Previdência Social e ao Regime Jurídico Estatutário (Lei Nº 255/1997).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 06 de março de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 06 de março de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 209/2017
Dispõe sobre a designação de servidor para outra secretaria e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, Estado de Santa Catarina, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº 531/2001 de 26/04/2001, Artigo 12, anexo IV e alterações posteriores, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor público municipal PAULINO LEÃO, matrícula Nº 093, inscrito no CFF sob Nº 429.764.489-49, admitido em 11/07/1995 para o cargo efetivo de PROFISSIONAL ESPECIALIZADO, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, para desempenhar suas funções junto a Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, passando a estar lotado na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, e cumprirá horário de trabalho daquela Secretaria, na forma da Lei.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 06 de março de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 06 de março de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 210/2017
Dispõe sobre a concessão de diárias para servidor municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO/SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Nº 972/2006 de 21 de junho de 2006, alterada pelo Decreto Nº 1884/2017 de 01/03/2017, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º ARBITRAR e CONCEDER ao Sr. MARCOS ANTONINHO KAPP, inscrito no CPF sob Nº 796.609.679-34, matrícula Nº 033, o qual ocupa o cargo de provimento efetivo de FISCAL DE SAÚDE E SANEAMENTO e está lotado na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), 1/2 (Meia) diária no valor de R\$ 55,82 (Cinquenta e cinco reais e oitenta e dois centavos) para viagem a São Miguel do Oeste – SC, atendendo as finalidades constantes no Roteiro de Viagem anexo.

Art. 2º As despesas provenientes do objeto desta portaria correrão pela dotação orçamentária do Fundo Municipal de Saúde de Paraíso.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 08 de março de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 08 de março de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 211/2017
Dispõe sobre a concessão de diárias para servidor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAAGRANDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Nº 972/2006 de 21 de junho de 2006, definido pelo Decreto Nº 1884/2017 de 01/03/2017 e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º ARBITRAR e CONCEDER ao servidor público municipal Sr. RAIMUNDO OVÍDIO MALDANER, inscrito no CPF sob Nº 430.158.089-15, matrícula Nº 567, o qual ocupa o cargo efetivo de TÉCNICO EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS e está lotado na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, 1/2 (Meia) diária no valor de R\$ 55,82 (Cinquenta e cinco reais e oitenta e dois centavos) para viagem a São Miguel do Oeste – SC, atendendo as finalidades constantes no Roteiro de Viagem anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 08 de março de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 08 de março de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 212/2017

Dispõe sobre a concessão de diárias para servidor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Nº 972/2006 de 21 de junho de 2006, alterada pelo Decreto Nº 1884/2017 de 01/03/2017, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º ARBITRAR e CONCEDER ao servidor público municipal Sr. ADEMIR ANTONIO ZANIN, inscrito no CPF sob Nº 655.983.939-72, matrícula Nº 104, o qual ocupa o cargo efetivo de MOTORISTA e está lotado na Secretaria Municipal de Saúde - FMS, 1/2 (Meia) diária no valor de R\$ 62,80 (Sessenta e dois reais e oitenta centavos), para de viagem a Erval D'Oeste – SC, e atender as finalidades constantes no Roteiro de Viagem anexo.

Art. 2º As despesas provenientes do objeto desta portaria correrão pela dotação orçamentária do Fundo Municipal de Saúde de Paraíso.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 08 de março de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 08 de março de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 213/2017
Dispõe sobre a exoneração de pessoal na área de educação e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR A PEDIDO, a Sra. MAIARA KOCHEN GRASSI, portadora da RG Nº 5.625.040 – SSP/SC, inscrita no CPF sob Nº 097.285.869-57, matrícula nº 1735, em conformidade com a Lei Municipal Nº 532/2001 de 26/04/2001, alterada pela Lei Nº 613/2002 de 14/01/2002, de acordo com a Lei Nº 1179/2009 de 30/12/2009, e alterações posteriores, do cargo de SECRETÁRIA DE UNIDADE ESCOLAR DE ENSINO FUNDAMENTAL, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, a qual foi nomeada pela Portaria Nº 155/2017, determinando o pagamento das verbas rescisórias, na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 08 de março de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 08 de março de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 214/2017

Dispõe sobre a concessão de diárias para servidor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Nº 972/2006 de 21 de junho de 2006, definido pelo Decreto Nº 1738/2015 de 20/05/2015 e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º ARBITRAR e CONCEDER ao servidor público municipal Sr. ELISANDRO DOS SANTOS COSTA, inscrito no CPF sob Nº 028.708.259-86, matrícula Nº 1697, o qual ocupa o cargo comissionado de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E PLANEJAMENTO e está lotado na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, 04 (Quatro) diárias no valor de R\$ 1.004,84 (Um mil e quatro reais e oitenta e quatro centavos), para viagens a Joinville - SC, atendendo as finalidades constantes no Roteiro de Viagem anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 10 de março de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 10 de março de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 215/2017

Dispõe sobre a concessão de diárias para servidor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Nº 972/2006 de 21 de junho de 2006, definido pelo Decreto Nº 1738/2015 de 20/05/2015 e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º ARBITRAR e CONCEDER ao servidor público municipal Sr. MARCOS EDUARDO PRETTO, inscrito no CPF sob Nº 050.472.899-74, matrícula Nº 1678, o qual ocupa o cargo efetivo de CONTROLADOR INTERNO e está lotado na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, 04 (Quatro) diárias no valor de R\$ 1.004,84 (Um mil e quatro reais e oitenta e quatro centavos), para viagens a Joinville - SC, atendendo as finalidades constantes no Roteiro de Viagem anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 10 de março de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 10 de março de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 216/2017

Dispõe sobre a concessão de diárias para servidor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Nº 972/2006 de 21 de junho de 2006, definido pelo Decreto Nº 1738/2015 de 20/05/2015 e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º ARBITRAR e CONCEDER ao servidor público municipal Sr. ANDRÉ SCHMITT ZANIN, inscrito no CPF sob Nº 053.841.139-28, matrícula Nº 1698, o qual ocupa o cargo comissionado de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO e está lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, 04 (Quatro) diárias no valor de R\$ 1.004,84 (Um mil e quatro reais e oitenta e quatro centavos), para viagens a Joinville - SC, atendendo as finalidades constantes no Roteiro de Viagem anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 10 de março de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 10 de março de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 217/2017

Dispõe sobre a concessão de diárias para servidora e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Nº 972/2006 de 21 de junho de 2006, definido pelo Decreto Nº 1738/2015 de 20/05/2015 e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º ARBITRAR e CONCEDER a servidora pública municipal Sra. ROBERTA SCHEFFLER, inscrita no CPF sob Nº 089.268.209-47, matrícula Nº 1704, a qual ocupa o cargo comissionado de PROCURADOR GERAL e está lotada na Procuradoria Geral do Município, 04 (Quatro) diárias no valor de R\$ 1.004,84 (Um mil e quatro reais e oitenta e quatro centavos), para viagens a Joinville - SC, atendendo as finalidades constantes no Roteiro de Viagem anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 10 de março de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 10 de março de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 218/2017

Dispõe sobre a concessão de diárias para servidora e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Nº 972/2006 de 21 de junho de 2006, definido pelo Decreto Nº 1738/2015 de 20/05/2015 e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º ARBITRAR e CONCEDER a servidora pública municipal Sra. VALÉRIA ZANIN MAGNAGUAGNO, inscrita no CPF sob Nº 025.286.459-02, matrícula Nº 564, a qual ocupa o cargo efetivo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO e está lotada na Secretaria Municipal de Saúde - FMS, 04 (Quatro) diárias no valor de R\$ 1.004,84 (Um mil e quatro reais e oitenta e quatro centavos), para viagens a Joinville - SC, atendendo as finalidades constantes no Roteiro de Viagem anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 10 de março de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 10 de março de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 219/2017

Dispõe sobre a concessão de diárias para servidor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Nº 972/2006 de 21 de junho de 2006, alterada pelo Decreto Nº 1884/2017 de 01/03/2017, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao servidor público municipal Sr. DÉLCIO JOÃO BERGMANN, inscrito no CPF sob Nº 526.544.519-68, matrícula Nº 1213, o qual ocupa o cargo de provimento efetivo de MOTORISTA e está lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto

e Turismo, 1/2(Meia) diária no valor de R\$ 55,82 (Cinquenta e cinco reais e oitenta e dois centavos) para viagem a São Miguel do Oeste – SC, atendendo as finalidades constantes no Roteiro de Viagem anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 10 de março de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 10 de março de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 220/2017

Dispõe sobre a exoneração de empregado público e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, POR TÉRMINO DE CONTRATO, a Sra. ADRIANA MARIA TRISSOLDI CIVARDI, inscrita no CPF sob Nº 054.227.249-09, RG 4.752.985 - SSP/SC com matrícula Nº 1643, do emprego público no cargo de AGENTE DE SAÚDE, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde, a qual foi nomeada pela Portaria Nº 253/2016, na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 10 de março de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 10 de março de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIAS 221-244 (2017)**PORTARIA Nº 221/2017**

Dispõe sobre a concessão de afastamento para tratamento de saúde a servidora e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº 255/1997 de 03/02/1997, Artigo 142 e seguintes, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER licença para tratamento de saúde por 05 dias, a servidora pública municipal Sra. ADELINA TEREZINHA STANGA, matrícula Nº 11, inscrita no CPF sob nº 563.465.909-44, a qual ocupa o cargo efetivo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, com lotação na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, no período de 13/03/2017 a 17/03/2017, conforme atestado médico apresentado nesta data, na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 13 de março de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 13 de março de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 222/2017
Dispõe sobre a designação de servidor para função de confiança e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº 531/2001 de 26/04/2001, Artigo 12, anexo IV e alterações posteriores, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor público municipal PEDRO DISEGNA, matrícula Nº 020, inscrito no CFF sob Nº 477.339.779-91, admitido em 02/01/1993 para o cargo efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTO II, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, para desempenhar a função de Líder de Equipe, que terá as atribuições de orientar e controlar a equipe de trabalho na execução dos serviços de Transportes e Obras, nos reparos de vias públicas em todo o Município, na forma da Lei.

Art. 2º CONCEDER uma FG-5, no valor de R\$ 300,00, pelo desempenho da função acima especificada.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 13 de março de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 13 de março de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 223/2017
Dispõe sobre a contratação temporária de pessoal na área de saúde e dá outras providências.

Considerando que não há Concursos em vigência que prevê vagas para o cargo de Médico Clínico Geral;
Considerando a rescisão do contrato 014/2016, que tinha por objeto a prestação de serviço de atendimento médico no ESF2;
Considerando a assinatura de TAC com o MPSC que proíbe a contratação de empresa para a prestação de serviços médicos na ESF;
Considerando a necessidade da continuidade dos trabalhos na área de Saúde;
Considerando que a Saúde é de excepcional interesse público;

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR por tempo determinado, período de 14/03/2017 a 31/07/2017, a Sra. MARIA ELIZABETH PEREIRA DO NASCIMENTO, portadora da RG nº 14.431.011-0 SSP/PR, inscrita no CPF sob Nº 026.543.597-86, com matrícula Nº 1750, em conformidade com a Lei Municipal Nº 531/2001, e alterações posteriores, para exercer o cargo de MÉDICO CLÍNICO GERAL, Nível 499-ANS-29, Classe/Referência A-1, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde, com carga horária de 40 (Quarenta) horas semanais, atribuições, vencimentos e vantagens definidos em Lei.

Art. 2º O servidor fica vinculado ao Regime Geral da Previdência Social e ao Regime Jurídico Estatutário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 14 de março de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal
Esta Portaria foi Registrada e

Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 14 de março de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 224/2017

Dispõe sobre a nomeação de pessoal para cargo comissionado e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a Sra. SILVETE LAGO THUNS, portadora da RG Nº 3.932.443-5 SSP/SC, inscrita no CPF sob Nº 023.537.719-80, com matrícula nº 1751, em conformidade com a Lei Municipal Nº 532/2001 de 26/04/2001, alterada pela Lei Nº 613/2002 de 14/01/2002, de acordo com a Lei Nº 1179/2009 de 30/12/2009 e alterações posteriores, para exercer o cargo comissionado de SECRETÁRIA DE UNIDADE ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL, Nível 045-DASIMA-4, Classe/Referencia A-1, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, para desempenhar suas funções junto ao Centro Integrado de Ensino Fundamental - CIEF, com carga horária, atribuições, vencimentos e vantagens definidos em Lei.

Art. 2º A servidora fica vinculada ao Regime Geral da Previdência Social e ao Regime Jurídico Estatutário (Lei 255/1997).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 14 de março de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e

Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 14 de março de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 225/2017

Dispõe sobre a contratação temporária de pessoal na área de saúde e dá outras providências.

Considerando que não há Concursos em vigência que prevê vaga para o cargo de Médico Clínico Geral;
Considerando a rescisão do contrato 014/2016, que tinha por objeto a prestação de serviço de atendimento médico em regime de plantão;
Considerando a necessidade da continuidade dos trabalhos na área de Saúde;
Considerando que a Saúde é de excepcional interesse público;

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, Estado de Santa Catarina, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR por tempo determinado (Segundo Vínculo), período de 20/03/2017 a 31/07/2017, a Sra. MARIA ELIZABETH PEREIRA DO NASCIMENTO, portadora da RG nº 14.431.011-0 SSP/PR, inscrita no CPF sob Nº 026.543.597-86, com matrícula Nº 1752, em conformidade com a Lei Municipal Nº 531/2001, e alterações posteriores, para exercer o cargo de MÉDICO CLÍNICO GERAL, Nível 511-ANS-35, Classe/Referência A-1, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde, com carga horária de 20 (Vinte) horas semanais, atribuições, vencimentos e vantagens definidos em Lei.

Art. 2º O servidor fica vinculado ao Regime Geral da Previdência Social e ao Regime Jurídico Estatutário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20/03/2017.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 16 de março de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e

Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 16 de março de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 226/2017

Dispõe sobre concessão de diárias ao Prefeito Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Nº 972/2006 de 21 de junho de 2006, alterada pelo Decreto Nº 1884/2017 de 01/03/2017, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º ARBITRAR e CONCEDER ao Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, inscrito no CPF sob Nº 563.501.399-68, matrícula Nº 1695, o qual ocupa o cargo eletivo de PREFEITO MUNICIPAL e está lotado no Gabinete do Prefeito Municipal, 2,50 (Duas e meia) diárias no valor de R\$ 907,15 (Novecentos e sete reais e quinze centavos), para viagem a Florianópolis – SC, em atendimento às finalidades constantes no Roteiro de Viagem anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 16 de março de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 16 de março de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 227/2017

Dispõe sobre concessão de diárias ao Vice-Prefeito Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Nº 972/2006 de 21 de junho de 2006, alterada pelo Decreto Nº 1738/2015 de 20/05/2015, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º ARBITRAR e CONCEDER ao Sr. VALIREZ FERREIRA PRESTES, inscrito no CPF sob Nº 605.116.309-30, matrícula Nº 1696, o qual ocupa o cargo eletivo de VICE-PREFEITO MUNICIPAL e está lotado no Gabinete do Vice-Prefeito Municipal, 2,50 (Duas e meia) diárias no valor de R\$ 907,15 (Novecentos e sete reais e quinze centavos), para viagem a Florianópolis – SC, em atendimento às finalidades constantes no Roteiro de Viagem anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 16 de março de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 16 de março de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 228/2017

Dispõe sobre a concessão de diárias para servidora e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Nº 972/2006 de 21 de junho de 2006, definido pelo Decreto Nº 1884/2017 de 01/03/2017 e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º ARBITRAR e CONCEDER a servidora pública municipal Sra. MARINES ECKERT, inscrita no CPF sob Nº 627.197.509-72, matrícula Nº 1699, a qual ocupa o cargo comissionado de SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE e está lotada na Secretaria Municipal de Saúde - FMS, 04 (Quatro) diárias no valor de R\$ 1.228,18 (Um mil e duzentos e vinte e oito reais e dezoito centavos), para viagens a Florianópolis - SC, atendendo as finalidades constantes no Roteiro de Viagem anexo.

Art. 2º As despesas provenientes do objeto desta portaria correrão pela dotação orçamentária do Fundo Municipal de Saúde de Paraíso.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 17 de março de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 17 de março de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 229/2017
Dispõe sobre a concessão de férias para servidora e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições, de acordo com o Artigo nº 64, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o disposto no Artigo 131 da Lei Nº 255/97, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, a empregada pública municipal CAROLINE GALLINA DAL MORO, inscrita no CPF sob Nº 065.864.009-70, matrícula Nº 1616, a qual ocupa o cargo de FARMACÊUTICA e está lotada na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), no período de 02/03/2017 a 31/03/2017 (Gozo real das férias no período de 27/03/2017 a 25/04/2017), referente ao período aquisitivo compreendido entre 04/01/2016 e 03/01/2017, com vencimentos e vantagens definidos em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 22 de março de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 22 de março de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 230/2017
Dispõe sobre a alteração de carga horária de pessoal na área de educação e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, Estado de Santa Catarina, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR a carga horária (CONTRATO II), período de 20/03/2017 a 05/05/2017, da Sra. MADALENA ZANCAN, portadora da RG Nº 3.816.011, inscrita no CPF sob Nº 035.105.539-85, a qual foi nomeada pela Portaria Nº 178/2017, para exercer o cargo de PROFESSOR II (Informática), Nível 033-DOCE-4, Classe/Referência A-1, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, em substituição da servidora Kelin Baldin, legalmente afastada no período, para desempenhar suas funções junto a Rede Municipal de Educação, passando a ter carga horária de carga horária de 10 (Dez) horas semanais neste contrato, com atribuições, vencimentos e vantagens definidos em Lei.

Art. 2º A servidora fica vinculada ao Regime Geral da Previdência Social e ao Regime Jurídico Estatutário (Lei Nº 255/1997).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 22 de março de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 22 de março de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 231/2017

Dispõe sobre a contratação temporária de pessoal na área de educação e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, Estado de Santa Catarina, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR por tempo determinado, (CONTRATO II) período de 24/03/2017 a 05/05/2017, a Sra. ROSMERI SALETE MARTINI BECKER, portadora da RG Nº 3.526.013, inscrita no CPF sob Nº 949.456.169-49, com matrícula Nº 1734, em conformidade com a Lei Municipal Nº 532/2001 de 26/04/2001, alterada pela Lei Nº 613/2002 de 14/01/2002, de acordo com a Lei Nº 1179/2009 de 30/12/2009, e alterações posteriores, e nos termos do Edital Nº 001/2016 e do Edital Nº 012/2016 do Processo Seletivo Nº 001/2016, para exercer o cargo de PROFESSOR I (Informática – Não Habilitado), Nível 493-DOCE-33, Classe/Referência A-1, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, para desempenhar suas funções junto a Rede Municipal de Educação, com carga horária de 10 (Dez) horas semanais, atribuições, vencimentos e vantagens definidos em Lei.

Art. 2º A servidora fica vinculada ao Regime Geral da Previdência Social e ao Regime Jurídico Estatutário (Lei Nº 255/1997).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 22 de março de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e

Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 22 de março de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 232/2017

Dispõe sobre a concessão de diárias para servidora e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Nº 972/2006 de 21 de junho de 2006, alterada pelo Decreto Nº 1884/2017 de 01/03/2017, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora pública municipal Sra. MARCELAINE SCHULTZ, inscrita no CPF sob Nº 914.988.649-53, matrícula Nº 701, a qual ocupa o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR II e está lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, 03 (Três) diárias no valor de R\$ 753,63 (Setecentos e cinquenta e três reais e sessenta e três centavos), para viagem a Florianópolis - SC, em atendimento as finalidades constantes no Roteiro de Viagem anexo.

Art. 2º As despesas provenientes do objeto desta portaria correrão pela dotação orçamentária da Prefeitura Municipal de Paraíso.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 23 de março de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e

Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 23 de março de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 233/2017

Dispõe sobre a concessão de diárias para servidora e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Nº 972/2006 de 21 de junho de 2006, alterada pelo Decreto Nº 1884/2017 de 01/03/2017, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora pública municipal Sra. SUELY SALETE FRAPORTI, inscrita no CPF sob Nº 605.084.009-10, matrícula Nº 088, a

qual ocupa o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR II e está lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, 03 (Três) diárias no valor de R\$ 753,63 (Setecentos e cinquenta e três reais e sessenta e três centavos), para viagem a Florianópolis - SC, em atendimento as finalidades constantes no Roteiro de Viagem anexo.

Art. 2º As despesas provenientes do objeto desta portaria correrão pela dotação orçamentária da Prefeitura Municipal de Paraíso.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 23 de março de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 23 de março de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 234/2017

Dispõe sobre a concessão de afastamento para tratamento de saúde a servidor público e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº 255/1997 de 05/04/1997, Artigo 142 e seguintes, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER licença para tratamento de saúde por 30 dias, no período de 23/03/2017 a 21/04/2017, ao servidor público municipal LENOIR ANGELO ALMEIDA, matrícula Nº 1086, inscrito no CPF sob nº 296.075.239-20, o qual ocupa o cargo efetivo de MOTORISTA, com lotação na Secretaria Municipal de Transportes Obras e Serviços Públicos, conforme atestado médico apresentado nesta data, na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICIPIO DE PARAÍSO / SC, em 27 de março de 2017.

Valdecir Antonio Casagrande
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e
Publicada na forma da Lei.

Paraíso/SC, em 27 de março de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 235/2017

Dispõe sobre o pagamento de Horas Extras a servidores e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo nº 64, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município, e ainda de acordo com o disposto no Decreto Nº 1212/2009, de 25/02/2009, RESOLVE:

Art. 1º AUTORIZAR o pagamento de Horas Extras, referentes ao período de 21/02/2017 a 20/03/2017, conforme relatórios emitidos pelos secretários / responsáveis, aos servidores e na quantidade conforme relação que segue:

Matric.	Nome	Cargo	Quantid. de Horas Extras
094	Ademir Antonio Zanin	Motorista	44
13	Albino Ferreira Prestes	Operador de Máq. e Equip. II	43
745	Cleidimar Aurelio Pilla	Motorista	44
70	Danilo José Almeida	Motorista	44
43	Darcy Scheffler	Profissional Especializado	15
1213	Délcio João Bergmann	Motorista	44
1086	Denise Aparecida Bacin	Assistente Social	32
1510	Dirlei Gnovatto	Operador de Máq. e Equip. I	35
123	Enir Ferreira Prestes	Operador de Máq. e Equip. I	42
26	Florindo Telles de Souza	Motorista	44

634	Gilmar Antonio Pilla	Auxiliar de Serviços Gerais	05
635	Jaime Cieplak	Auxiliar de Serviços Gerais	41
1085	Jair Vaz	Motorista	44
1561	Jeison Diesel	Motorista	44
1543	Joel Vaz	Auxiliar de Serviços Gerais	44
1511	Leandro Roberto Ruedel	Operador de Máq. e Equip. I	27
1086	Lenoir Angelo Almeida	Motorista	33
82	Marquinhos Bariviera	Operador de Máq. e Equip. I	44
679	Neri Bellatto	Operador de Máq. e Equip. I	44
1214	Neri Silva dos Passos	Motorista	44
75	Osmar Pauleski Pilla	Motorista	44
93	Paulino Leão	Profissional Especializado	17,50
1084	Paulo Sérgio Gheno	Auxiliar de Serviços Gerais	05
23	Pedrinho Bariviera	Operador de Máq. e Equip. I	44
20	Pedro Disegna	Operador de Máq. e Equip. II	44
1155	Roberto Carlos Leão	Motorista	44
1129	Roberto Miguel Bellato	Motorista	25
1568	Terezinha Zancan	Técnica em Saúde Bucal	37,50
45	Valdesir Julian	Operador de Máq. e Equip. I	43
1087	Valmir Vichinieski	Operador de Máq. e Equip. I	44
633	Walmor Bondan	Auxiliar de Serviços Gerais	44

Fica determinado que seja acrescido o valor correspondente na folha de pagamento dos servidores relacionados no mês de MARÇO/2017, na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 27 de março de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 27 de março de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 236/2017
Dispõe sobre a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, Estado de Santa Catarina, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º Fica determinada a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, em conformidade com os Artigos nº 232 e seguintes da Lei Nº 255/1997 de 03 de fevereiro de 1997, a fim de apurar responsabilidade pelo descumprimento de obrigação assumida em Termo de Ajustamento de Conduta no IC n. 06.2011.003232-5, firmado com o Ministério Público de Santa Catarina, que resultou em multa constante no item 1 da Cláusula Segunda do TAC, a qual atualizada pelo Órgão Ministerial, totaliza o valor de R\$ 21.588,72 (vinte um mil quinhentos e oitenta e oito reais e setenta centavos), referente ao que foi apurado no Procedimento Administrativo n. 09.2012.00003008-4 da 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de São Miguel do Oeste- SC.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução do presente Ato, correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO / SC, em 27 de março de 2017.
Valdecir Antonio Casagrande
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e
Publicada na forma da Lei.

Paraíso/SC, em 27 de março de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 237/2017

Dispõe sobre a nomeação de servidores para comporem a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições, de acordo com o Artigo nº 64, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município, em conformidade com a Lei Municipal Nº 255/1997, artigos 232 e seguintes e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR os servidores públicos municipais do quadro efetivo a Sra. LIZIANE FRANTZ, matrícula Nº 1326, a Sra. DENISE APARECIDA BACIN, matrícula nº 1086 e o Sr. RAIMUNDO OVÍDIO MALDANER, matrícula nº 567 para, sob a Presidência da primeira, comporem a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, que terá por objetivo apurar responsabilidade pelo descumprimento de obrigação assumida em Termo de Ajustamento de Conduta no IC n. 06.2011.003232-5, firmado com o Ministério Público de Santa Catarina, que resultou em multa constante no item 1 da Cláusula Segunda do TAC, a qual atualizada pelo Órgão Ministerial, totaliza o valor de R\$ 21.588,72 (vinte um mil quinhentos e oitenta e oito reais e setenta centavos), referente ao que foi apurado no Procedimento Administrativo n. 09.2012.00003008-4 da 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de São Miguel do Oeste- SC.

Art. 2º Compete a Comissão: promover a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de provas, de modo a permitir a completa elucidação dos fatos, emitindo relatório imparcial que conste os dados necessários à decisão, para julgamento do Chefe do Poder Executivo Municipal. A Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias para concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º A comissão ora nomeada terá o prazo de 60 (sessenta) dias para concluir os trabalhos.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução do presente Ato, correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 27 de março de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e

Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 27 de março de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 238/2017

Dispõe sobre o pagamento de Gratificação Especial pelo Exercício do Cargo no Interior a servidores e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo nº 64, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município, e ainda de acordo com o disposto no Artigo 3º da Lei Nº 1179/2009 e Decreto Nº 1887/2017, RESOLVE:

Art. 1º AUTORIZAR o pagamento de Gratificação Especial pelo Exercício do Cargo no Interior, referentes ao período de 21/02/2017 a 20/03/2017, conforme relatórios emitidos pelos secretários / responsáveis, aos servidores e no percentual conforme relação que segue:

Matric.	Nome	Dias Laborados	Percentual
1729	Adriana Cardoso	18	10%
13	Albino Ferreira Prestes	19	20%
1742	Ana Claudia Lindenmayr Gazzi	07	5%
1185	Andréia Paula Guaresi	18	20%
1722	Andréia Wantz	18	20%
1721	Andressa Stanga Schneider	18	20%
1748	Andrey Luigi de Pellegrin	14	20%
1535	Carla Carine Simsen	18	10%
576	Cenir Stoll	18	10%
1731	Cleci Rosário de Lima	07	5%
43	Darcy Scheffler	11	10%
1728	Dayane Battaglin Eidt	18	10%
1738	Denise Vicentini	11	10%
1510	Dirlei Gnovatto	15	20%
1719	Emerson Maico Baierle	18	10%
123	Enir Ferreira Prestes	16	20%
772	Fenranda Maria Gallina Gehlen	18	10%
26	Florindo Telles de Souza	20	20%
1730	Gabriela Ketliim de Souza Ruedel	11	10%
634	Gilmar Antonio Pilla	12	20%

776	Ivanez Schanne	18	10%
1485	Ivone Kappel	18	10%
635	Jaime Cieplak	18	20%
1543	Joel Vaz	20	20%
1739	Josiani Carlize Schneider	11	20%
1511	Leandro Roberto Ruedel	16	20%
1086	Lenoir Angelo Almeida	15	20%
1733	Madalena Zancan	18	10%
1745	Marcos Paiano Borges da Rosa	08	10%
82	Marquinhos Bariviera	21	20%
679	Neri Bellatto	19	20%
93	Paulino Leão	05	5%
1084	Paulo Sérgio Gheno	06	10%
23	Pedrinho Bariviera	21	20%
20	Pedro Disegna	20	20%
1747	Prescila Elena Moreira	18	20%
1734	Rosmeri Salete Martini Becker	18	10%
578	Tania Maria Berticelli Taffarel	14	10%
45	Valdesir Julian	18	20%
1087	Valmir Vichinieski	21	20%
633	Walmor Bondan	19	20%
1726	Weridiane Camyla Schuster	18	10%

Fica determinado que seja acrescido o valor correspondente na folha de pagamento dos servidores relacionados no mês de MARÇO/2017, na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 27 de março de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 27 de março de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 239/2017

Dispõe sobre o pagamento de Horas de Plantão a servidores e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo nº 64, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município, e ainda de acordo com o disposto no Decreto Nº 1803/2016 de 13/04/2016, Anexo I, RESOLVE:

Art. 1º AUTORIZAR o pagamento de Horas de Plantão, referentes ao período de 21/02/2017 a 20/03/2017, conforme relatórios emitidos pelos secretários / responsáveis, aos servidores, na quantidade e percentual conforme relação que segue:

Matric.	Nome	Cargo	Lotação	Quantidade de Plantões	Percentual
094	Ademir Antonio Zanin	Motorista	Secret. Saúde	05	35%
745	Cleidimar Aurelio Pilla	Motorista	Secret. Saúde	05	35%
1085	Jair Vaz	Motorista	Secret. Saúde	06	42%
1155	Roberto Carlos Leão	Motorista	Secret. Saúde	06	42%
1129	Roberto Miguel Bellato	Motorista	Secret. Saúde	05	35%

Fica determinado que seja acrescido o valor correspondente na folha de pagamento dos servidores relacionados no mês de MARÇO/2017, na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 27 de março de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 27 de março de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 240/2017

Dispõe sobre a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, Estado de Santa Catarina, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º Fica determinada a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, em conformidade com os Artigos nº 232 e seguintes da Lei Nº 255/1997 de 03 de fevereiro de 1997, a fim de apurar fatos noticiados em termo de atendimento nº 05.2017.00013272-2, exposto no Ofício nº 0240/2017/04PJ/SMO, emitido pelo Ministério Público de Santa Catarina, 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de São Miguel do Oeste.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução do presente Ato, correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICIPIO DE PARAÍSO / SC, em 30 de março de 2017.

Valdecir Antonio Casagrande

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e
Publicada na forma da Lei.

Paraíso/SC, em 30 de março de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 241/2017

Dispõe sobre a nomeação de servidores para comporem a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições, de acordo com o Artigo nº 64, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município, em conformidade com a Lei Municipal Nº 255/1997, artigos 232 e seguintes e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR os servidores públicos municipais do quadro efetivo a Sra. LIZIANE FRANTZ, matrícula Nº 1326, a Sra. PATRICIA ZANIN ANTUNES CARNEIRO, matrícula nº 678 e a Sra. GILCI KRUMMENAUER MORESCO, matrícula nº 599 para, sob a Presidência da primeira, comporem a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, que terá por objetivo a fim de apurar fatos noticiados em termo de atendimento nº 05.2017.00013272-2, exposto no Ofício nº 0240/2017/04PJ/SMO, emitido pelo Ministério Público de Santa Catarina, 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de São Miguel do Oeste.

Art. 2º Compete a Comissão: promover a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de provas, de modo a permitir a completa elucidação dos fatos, emitindo relatório imparcial que conste os dados necessários à decisão, para julgamento do Chefe do Poder Executivo Municipal. A Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias para concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º A comissão ora nomeada terá o prazo de 60 (sessenta) dias para concluir os trabalhos.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução do presente Ato, correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 30 de março de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 30 de março de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 242/2017

Dispõe sobre a prorrogação da nomeação temporária de pessoal para ocupar emprego público e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, Estado de Santa Catarina, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR a nomeação por prazo determinado, período de 01/04/2017 a 31/07/2017, ou até a vaga ser preenchida por Concurso Público, da Sra. CAROLINE GALLINA DAL MORO, inscrita no CPF sob Nº 065.864.009-70, RG 4.391.561 SSP/SC com matrícula Nº 1616, em conformidade com a Lei Municipal Nº 615/2002 de 14/01/2002, alterada pela Lei Municipal Nº 1179/2009 de 30/12/2009 e alterações posteriores, a qual foi nomeada pela Portaria Nº 086/2016 para exercer o emprego público no cargo de FARMACÊUTICO/BIOQUÍMICO, para atuar no Programa NASF, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde, em razão de ter ocorrido problemas com o Concurso Público Nº 001/2016 e o mesmo estar suspenso, com carga horária de 40 (Quarenta) horas semanais, com atribuições, vencimentos e vantagens definidos em Lei.

Art. 2º A empregada fica vinculada ao Regime Geral da Previdência Social e ao Regime Jurídico Celetista.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 31 de março de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e

Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 31 de março de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 243/2017

Dispõe sobre a prorrogação da nomeação temporária de pessoal na área de saúde e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, Estado de Santa Catarina, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR a nomeação por tempo determinado período de 01/04/2017 a 31/07/2017, ou até preenchimento da vaga por Concurso Público, da Sra. TAISSANA DEZANETTI, portadora da RG Nº 5.624.338 – SSP/SC, inscrita no CPF sob Nº 079.332.179-40, com matrícula nº 1509, em conformidade com a legislação, a qual foi nomeada pela Portaria Nº 076/2014 de 03/01/2014, para exercer o cargo de ENFERMEIRA, em razão de ter ocorrido problemas com o Concurso Público Nº 001/2016 e o mesmo estar suspenso, para preenchimento de vaga no ESF, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, com carga horária de 40 (Quarenta) horas semanais, atribuições, vencimentos e vantagens definidos em Lei.

Art. 2º A servidora fica vinculada ao Regime Geral da Previdência Social e ao Regime Jurídico Estatutário (Lei Nº 255/1997).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 31 de março de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e

Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 31 de março de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 244/2017

Dispõe sobre a prorrogação da nomeação de pessoal para área de saúde e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, Estado de Santa Catarina, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR a nomeação por prazo determinado, período de 01/04/2017 a 04/07/2017, da servidora pública Sra. LEANDRA

MORTARI, portadora da RG 3.826.546 SSP/SC, inscrita no CPF sob Nº 041.737.009-11, com matrícula nº 1681, em conformidade com a Lei Municipal Nº 531/2001 de 26/04/2001, de acordo com a Lei Nº 1179/2009 de 30/12/2009, e alterações feitas pela Lei Complementar Nº 002/2013 de 13 de março de 2013, e nos termos do Edital Nº 012/2016 que homologou o resultado final do Processo Seletivo Nº 001/2016, para exercer o cargo temporário de ENFERMEIRA, Nível 507-ANS-31, Classe/Referência A-1, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde, em razão da mesma estar em Licença Maternidade no período, com carga horária de 20 (Vinte) horas semanais, atribuições, vencimentos e vantagens definidos em Lei.

Art. 2º A servidora fica vinculada ao Regime Geral da Previdência Social e ao Regime Jurídico Estatutário (Lei Nº 255/1997).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 31 de março de 2017.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 31 de março de 2017.

Servidor Responsável

Passo de Torres

PREFEITURA

LEI 1041/2017

LEI Nº 1041 DE 05 DE ABRIL DE 2017.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REPASSAR AUXÍLIO FINANCEIRO A SABB – SOCIEDADE AMIGOS BALNEÁRIO BELLATORRES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JONAS GOMES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais faz saber a todos que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a repassar auxílio financeiro a SABB – Sociedade Amigos Balneário Bellatorres, pessoa jurídica de direito privado, declarada de utilidade pública conforme Lei Municipal nº 1000 de 16/07/2015, inscrita no C.N.P.J. MF sob o nº 76.853.845/0001-91, com sede em Passo de Torres (SC), objetivando dar suporte financeiro para a manutenção das atividades culturais, esportivas e de integração comunitária desenvolvidas pela sociedade.

Art. 2º - O auxílio financeiro será no valor de R\$ 63.000,00 (Sessenta e três mil reais), divididos em 06 (parcelas) parcelas iguais e mensais de R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais), retroativos a partir de 02 de janeiro de 2017 e será gerido conforme Plano de Aplicação, detalhado no Repasse de Auxílio Financeiro a ser firmado entre as partes.

Art. 3º - Os recursos financeiros necessários ao atendimento da despesa autorizada por esta Lei são provenientes do orçamento vigente:

Órgão: 03 – Secretaria de Administração e Finanças
Unidade: 01 – Secretaria de Administração e Finanças
Projeto/Atividade: 2.007 - Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças.
Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.0100 – Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos.

Art. 4º - O beneficiado prestará contas dos recursos recebidos no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento, obedecida a legislação vigente.

Art. 5º - As despesas decorrentes desta lei correrão por conta do Item Subvenções Sociais, inseridos no orçamento vigente.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, perdendo sua eficácia com o ultimo repasse estabelecido no artigo 2º desta Lei.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, 05 de abril de 2017.

Jonas Gomes de Souza

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 05 de abril de 2017.

Marcio Luiz Abatti

Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI 1042/2017

LEI Nº 1042 DE 05 DE ABRIL DE 2017

"INSTITUI A NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇOS E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JONAS GOMES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais faz saber a todos que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

Seção I

Da Definição da NFS-e

Art. 1º - Fica instituída a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica, que deverá ser emitida por ocasião da prestação de serviço.

Parágrafo Único - Considera-se Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e o documento emitido e armazenado eletronicamente em sistema próprio da Prefeitura do Município de Passo de Torres, Governo do Estado de Santa Catarina ou Governo Federal, com o objetivo de registrar as operações relativas à prestação de serviços, de existência exclusivamente digital, com validade jurídica que deverá ser garantida por assinatura digital do emitente e autorização de uso fornecida pela Secretaria da Fazenda antes da ocorrência do fato gerador.

Seção II

Dos Contribuintes Obrigados

Art. 2º - A Secretaria Municipal de Administração e Finanças definirá através de Decreto os prestadores de serviço obrigados à emissão da NFS-e.

Parágrafo Único - Os contribuintes, não obrigados, que optarem espontaneamente pela emissão da NFS-e ficarão sujeitos aos dispositivos desta Lei e à sua regulamentação em caráter definitivo e irretratável.

CAPÍTULO II

DO ACESSO AO SISTEMA DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA-NFS-e

Seção I

Do Acesso pelo Contribuinte

Art. 3º - O acesso ao sistema da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e que conterà dados fiscais de interesse dos contribuintes, será realizado mediante a utilização de senha de segurança.

Art. 4º - As pessoas obrigadas e as facultadas, para obter acesso ao sistema de que trata essa Lei, deverão efetuar o cadastramento da solicitação de acesso, por meio da rede mundial de computadores (Internet), no endereço eletrônico www.passodetorres.sc.gov.br.

Art. 5º - Após o cadastramento, tratado no artigo anterior, o interessado deverá imprimir o formulário "SOLICITAÇÃO DE ACESSO" e apresentá-lo à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, direcionado ao Departamento de Fiscalização de Tributos.

Art. 6º - Após a solicitação de acesso, na conformidade do artigo 4º desta Lei e comprovação, pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças, da regularidade das informações, proceder-se-á o desbloqueio do acesso e, em seguida será encaminhado, via correio eletrônico (e-mail), para o solicitante, a mensagem referente ao resultado da solicitação de acesso ao sistema da NFS-e.

1º - No caso de se constatar qualquer inconsistência nas informações prestadas, a pessoa física ou jurídica interessada na obtenção da senha será informada, via correio eletrônico (e-mail) informado no cadastramento, para, no prazo de até dez (10) dias, tomar as providências necessárias ao seu desbloqueio.

§ 2º - Decorrido o prazo de que trata o parágrafo anterior, sem que sejam tomadas as providências mencionadas, a pessoa física ou jurídica terá a solicitação de desbloqueio automaticamente rejeitada, caso em que o interessado deverá promover novo cadastramento.

Art. 7º - A senha de acesso representa a assinatura eletrônica da pessoa física ou jurídica cadastrada, sendo pessoal e intransferível, podendo ser alterada a qualquer tempo pelo seu detentor.

Art. 8º - Será cadastrada apenas uma senha de segurança para cada estabelecimento prestador, levando-se em consideração o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ ou cada número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF junto ao Ministério da Fazenda, desde que estejam em situação regular e ativa perante a Receita Federal, Estadual e Municipal.

Parágrafo Único - A liberação de acesso fornecida à pessoa jurídica será concedida ao representante legal indicado no formulário "SOLICITAÇÃO DE ACESSO", e conterá as seguintes funções:

I - habilitar ou desabilitar usuários do sistema da NFS-e;

II - gerar, cancelar, imprimir notas fiscais eletrônicas, emitir relatórios, gerar guias de pagamento, entre outros.

Art. 9º - A pessoa física ou jurídica detentora da senha de acesso será responsável por todos os atos praticados no sistema da nota fiscal eletrônica, bem como pelos usuários habilitados ou vinculados e que atuem em seu nome.

Seção II Do Acesso pela Administração Fazendária

Art. 10 - O acesso ao sistema da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e que conterá dados fiscais de interesse da Administração Fazendária Municipal, será realizado mediante a utilização de senha de acesso.

Art. 11 - A senha de acesso prevista do artigo anterior será outorgada ao Diretor do Departamento de Fiscalização de Tributos ou a quem ele delegar por ato legal, a qual conterá as seguintes funções:

I – Habilitar e desabilitar usuários;

II – Criar ou modificar perfis de utilização do sistema;

III – Incluir e excluir informações de interesse do contribuinte e da Administração Fazendária no portal da NFS-e.

Art. 12 - Aos funcionários da Administração Fazendária será permitido acesso ao sistema da NFS-e conforme o perfil habilitado levando-se em consideração a função exercida.

CAPÍTULO III

DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

Art. 13 - A NFS-e deve conter as seguintes indicações:

I - número sequencial;

II - código de verificação de autenticidade;

III - data e hora da emissão;

IV - identificação do prestador de serviços, com:

nome ou razão social;

endereço;

"e-mail";

inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;

inscrição no Cadastro Mobiliário;

V - identificação do tomador de serviços, com:

nome ou razão social;

endereço;

"e-mail";

inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF ou no Cadastro Nacional

Pessoa Jurídica - CNPJ;

VI - discriminação do serviço;

VII - valor total da NFS-e;

VIII - valor da dedução na base de cálculo se houver e na forma prevista na legislação municipal;

IX - valor da base de cálculo;

X - código do serviço – enquadramento do serviço prestado na lista de serviços constante do artigo 287, da lei nº. 167, de 15 de dezembro de 1995, modificada pela lei complementar no. 02, de 22 de dezembro de 2003;

XI - alíquota e valor do ISS;

XII - indicação no corpo da NFS-e de:

isenção ou imunidade relativas ao ISS, quando for o caso;

a) serviço não tributável pelo Município de Passo de Torres, nas hipóteses em que o imposto seja devido no local da prestação, em conformidade com a lei complementar federal e municipal;

retenção de ISS na fonte;

a) empresas prestadoras de serviços com recolhimento mediante alíquota fixa, da expressão "empresa enquadrada no regime de alíquota fixa por profissional";

a) empresas enquadradas com base de cálculo por estimativa ou outra forma;

b) de tratamento tributário diferenciado;

a) existência de decisão judicial suspendendo a exigibilidade do ISSQN;

a) número e data do Recibo Provisório de Serviços - RPS emitido, nos casos de sua substituição.

1º - A NFS-e conterá, no cabeçalho, as expressões "Prefeitura Municipal de Passo de Torres", "Secretaria de Administração e Finanças" e "Nota Fiscal Eletrônica de Serviços - NFS-e".

§ 2º - O número da NFS-e será gerado pelo sistema, em ordem crescente sequencial, e será específico para cada estabelecimento do prestador de serviços.

§ 3º - O sistema da NFS-e permitirá o uso de logotipo da empresa prestadora dos serviços.

§ 4º - A NFS-e deverá ser assinada pelo emitente, com assinatura digital certificada por entidade credenciada pela infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira-ICP-Brasil, contendo o CNPJ de qualquer estabelecimento do emitente ou o CPF do responsável.

Art. 14 - A NFS-e deve ser emitida "on-line", por meio da Internet, no

endereço eletrônico Passo de Torres "http://www.passodetorres.sc.gov.br", somente pelos prestadores de serviços estabelecidos no Município de Passo de Torres, mediante a liberação de acesso.

Parágrafo Único - A NFS-e poderá ser impressa em tantas vias quantas se fizerem necessárias, podendo inclusive ser enviada por correio eletrônico ("e-mail") ao tomador de serviços.

Art. 15 - As notas fiscais eletrônicas emitidas poderão ser consultadas e impressas, nos meios eletrônicos da Secretaria de Administração e Finanças.

Art. 16 - Todo estabelecimento prestador é obrigado a gerar notas fiscais para todos os serviços prestados.

Art. 17 - Não incidirá preço público relativo às emissões de NFS-e quando forem geradas no domicílio ou estabelecimento do prestador.

Seção I

Da emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e por Pessoa Física

Art. 18 - É facultada às pessoas físicas já inscritas no Cadastro Mobiliário Municipal, solicitar a geração e a impressão da NFS-e na sede da Secretaria de

Administração e Finanças, caso em que haverá a incidência do respectivo preço público.

Parágrafo Único - O ISSQN relativo às NFS-e geradas nas instalações da Secretaria de Administração e Finanças, deverá ser recolhido nos bancos credenciados mediante autenticação mecânica no Documento Arrecadatório Municipal eletrônico - DAM-e.

Art. 19 - A NFS-e na forma dos artigos anteriores será gerada por intermédio da senha específica do funcionário da Administração Fazendária destacado para este fim.

Parágrafo Único - A liberação para impressão da NFS-e dar-se-á mediante comprovação visual da autenticação mecânica do DAM-e.

Seção II

Da Emissão da Nota Fiscal Eletrônica de Serviço Municipal - NFS-e por Bancos e demais Instituições Financeiras Autorizadas a Funcionar pelo Banco Central do Brasil

Art. 20 - Os bancos e demais instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ficam dispensados de gerar notas fiscais eletrônicas de serviços municipais - NFS-e.

Seção III

Do Cancelamento da NFS-e

Art. 21 - A NFS-e poderá ser cancelada pelo emitente, por meio do sistema informatizado ("on line"), no endereço eletrônico <http://www.passodetorres.sc.gov.br>, na rede mundial de computadores (Internet), antes do pagamento ou vencimento do imposto, seja ele por retenção ou não.

1º - Após o pagamento do imposto a NFS-e somente poderá ser cancelada por meio de processo administrativo fiscal regular, no qual deverão ser apresentadas as razões que motivaram o pedido.

§ 2º - Havendo o cancelamento da NFS-e, o contribuinte deverá registrar eletronicamente, em campo próprio, os motivos que levaram a anulação do documento, momento em que o sistema enviará automaticamente mensagem eletrônica ao tomador do serviço noticiando a operação.

§ 3º - O documento cancelado permanecerá armazenado na base do sistema da NFS-e e sobre ele deverá ser inserida marca identificando a invalidade do mesmo.

Art. 22 - Não se admite cancelamento da NFS-e em razão do não recebimento do preço do serviço, sendo o imposto devido em razão da prestação do serviço, conforme disposto no Código Tributário Municipal.

Seção IV

Da Carta de Correção Eletrônica - CC-e

Art. 23 - Fica instituída no âmbito da legislação tributária municipal, a figura da "Carta de Correção", destinada a corrigir erros de dados, sem implicar no cancelamento da NFS-e.

1º - É permitida a utilização da carta de correção, para regularização de erro ocorrido na geração de NFS-e.

§ 2º - Não será admitida a regularização na forma deste artigo quando o erro for relativo a base de cálculo, a alíquota, ao valor do imposto.

§ 3º - A Carta de Correção Eletrônica - CC-e deverá ser assinada digitalmente pelo emitente com assinatura digital certificada por entidade credenciada pela Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, contendo o nº do CNPJ ou CPF, a fim de garantir a autoria do documento digital.

§ 4º - Havendo mais de uma CC-e para a mesma NFS-e o emitente deverá consolidar na última todas as informações anteriormente retificadas.

§ 5º - Não produzirá efeitos a regularização efetuada após o início de qualquer procedimento fiscal.

§

CAPÍTULO IV

DO RECIBO PROVISÓRIO DE SERVIÇO - RPS

Seção I**Da Definição de RPS e sua utilização**

Art. 24 – Nos casos previstos nesta Lei, a pessoa jurídica prestadora de serviços poderá emitir Recibo Provisório de Serviços - RPS, que posteriormente deverá ser substituído por NFS-e.

§ 1º - Entende-se por Recibo Provisório de Serviços – RPS, o documento fiscal impresso, manuscrito ou gerado eletronicamente, de cunho temporário, tendente a acobertar operações desprovidas da geração regular da NFS-e, o qual deverá conter:

I – identificação do prestador dos serviços, contendo:

1. nome ou razão social;
2. endereço;
3. número do CPF ou CNPJ;
4. número no cadastro mobiliário municipal;
5. correio eletrônico (e-mail);

II - identificação do tomador dos serviços contendo, contendo:

1. nome ou razão social;
2. endereço;
3. número do CPF ou CNPJ;
4. número no cadastro mobiliário municipal;
5. correio eletrônico (e-mail);

III – numeração seqüencial;

IV – série;

V – a descrição:

1. dos serviços prestados;
2. preço do serviço;
3. enquadramento do serviço executado na lista de serviços (subitem);
4. alíquota aplicável;
5. valor do imposto e se for o caso, da retenção na fonte.

VI – inserção no corpo do documento, da seguinte mensagem: “A OPERAÇÃO CONSTANTE NESTE DOCUMENTO, SERÁ CONVERTIDA EM NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇOS MUNICIPAIS NFS-e NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS UTEIS, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE.”

§ 2º - Todas as informações descritas no § 1º, deste artigo, deverão constar no RPS à exceção da alínea “e” do inciso II, o qual é facultado.

Art. 25 - O Recibo Provisório de Serviços – RPS poderá ser utilizado nas seguintes hipóteses:

I – adoção pelo contribuinte de regimes especiais;

II – prestações de serviços efetuadas fora do estabelecimento prestador;

III – impossibilidade de acesso à página eletrônica da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica;

IV – para operacionalizar a atividade em caso de excesso de emissão de NFS-e;

V – prestadores de serviços que não disponham em seus estabelecimentos de acesso à rede mundial de computadores (internet).

Art. 26 - O RPS poderá ser confeccionado ou impresso em sistema próprio do contribuinte, na forma e modelo desejado, devendo conter todos os dados previstos no §1º do art. 24 desta Lei.

1º - O RPS deverá ser emitido em 2 (duas) vias, sendo a 1ª

(primeira) entregue ao tomador de serviços, ficando a 2ª (segunda) em poder do emitente.

§ 2º - O RPS deve ser emitido com a data da efetiva prestação dos serviços.

§ 3º - A numeração do RPS deverá iniciar a partir do número 01, quando o contribuinte iniciar suas atividade, após a implantação da NFS-e, sendo vedado repetir a numeração.

§ 4º - Para quem já é emitente de nota fiscal convencional, o RPS deverá manter a seqüência numérica do último documento fiscal emitido.

§ 5º - As notas fiscais convencionais já confeccionadas terão que ser inutilizadas pela unidade competente da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

§ 6º - Caso o estabelecimento tenha mais de 1 (um) equipamento emissor de RPS, a série deverá ser capaz de individualizar os equipamentos.

§ 7º - Para operacionalizar o disposto neste artigo, a Secretaria Municipal de Administração e Finanças disponibilizará o “layout” do sistema da NFS-e no portal

eletrônico www.passodetorres.sc.gov.br.

Art. 27 – A necessidade ou dispensa da prévia Autorização de Impressão de Documento Fiscal – AIDF será definida mediante Decreto.

Seção II**Da conversão do RPS em NFS-e**

Art. 28 - Emitido o RPS, este deverá ser convertido em Nota Fiscal de Serviços Eletrônica até o 5º (quinto) dia subsequente ao de sua emissão.

1º - Nos casos em que o tomador de serviços for o responsável tributário, na forma da legislação vigente, o prazo disposto no “caput” deste artigo não poderá ultrapassar o dia 5 (cinco) do mês seguinte ao da prestação de serviços.

§ 2º - O prazo previsto no “caput” deste artigo inicia-se no dia útil seguinte ao da emissão do RPS, postergando-se para o próximo dia útil caso vença em dia não útil.

§ 3º - A não conversão ou conversão fora do prazo do RPS em NFS-e, sujeitará o prestador de serviços às penalidades previstas no art. 39 do Capítulo VI desta Lei.

§ 4º - A não substituição do RPS pela NFS-e equipara-se à não emissão de nota fiscal convencional.

§ 5º - Aplica-se o disposto neste artigo às notas fiscais convencionais já confeccionadas que venham a ser utilizadas na conformidade desta Lei.

Art. 29 - Fica o prestador de serviço desobrigado, após a conversão do RPS, de enviar a NFS-e impressa ou em meio magnético ao tomador dos serviços, ficando esta disponível no sistema informatizado da Secretaria Municipal de Administração e Finanças (“on-line”).

Seção III**Do Sistema de “Emissão de Cupom Fiscal – ECF”**

Art. 30 – O Cupom Fiscal para os estabelecimentos que exerçam as atividades mistas de venda de mercadorias ou bens e prestação de

serviços sujeitas ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, enquadradas para utilização e emissão de seus documentos fiscais por equipamento Emissor de Cupom Fiscal – ECF, pela Legislação Estadual – RICMS/SC, deverá observar o seguinte:

I – a autorização para utilização e emissão de Cupom Fiscal – ECF será em regime especial, após comprovada a autorização de uso pelo Fisco Estadual;

II – as normas referentes ao equipamento Emissor de Cupom Fiscal – ECF e sua emissão, serão observadas segundo os dispositivos definidos na Legislação Municipal do ISS e na Legislação Estadual vigente – RICMS/SC;

III – a autorização para adoção do Cupom Fiscal não dispensa o contribuinte das demais obrigações acessórias definidas na Legislação Municipal do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN.

Seção IV

Da conversão da Nota Fiscal de Prestação de Serviços em RPS

Art. 31 - A partir da vigência desta Lei, todas as notas fiscais convencionais de prestação de serviços não emitidas, converter-se-ão em RPS, podendo ser utilizadas por tempo indeterminado e sua numeração seguirá o da última nota fiscal emitida de forma convencional anteriormente ao início de vigência desta Lei.

1º - Quando da utilização da nota fiscal equiparada a RPS, fica o prestador dos serviços obrigado a inserir no corpo do documento a seguinte mensagem: "A OPERAÇÃO CONSTANTE NESTE DOCUMENTO, SERÁ CONVERTIDA EM NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA – NFS-e NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS PREVISTO NA LEGISLAÇÃO VIGENTE."

§ 2º - As notas fiscais convencionais de prestação de serviço já emitidas deverão ser guardadas até que ocorra prescrição e ou decadência dos créditos fiscais delas decorrentes.

CAPÍTULO V

Seção I

Do Recolhimento do Imposto Retido na Fonte relativo ao RPS não Convertido "Declaração Denúncia de Não Conversão de RPS – DDNC".

Art. 32 - Fica instituída a "Declaração Denúncia de Não Conversão de RPS – DDNC", de acordo com o disposto nesta Seção.

Art. 33 - As pessoas jurídicas tomadoras de serviços que receberem Recibos Provisórios de Serviços (RPS), ficam obrigadas a gerar a DDNC, na hipótese do prestador de serviço não converter o referido documento em NFS-e, nos prazos fixados no art. 28 desta Lei.

Art. 34 - A DDNC deverá ser gerada mensalmente, antes do pagamento do imposto retido.

Parágrafo Único - O descumprimento ao disposto neste artigo implicará na incidência de multa prevista no inciso II do artigo 38 desta Lei.

Art. 35 - A DDNC deverá conter todos os dados necessários para a identificação do prestador e do tomador dos serviços, tais como:

I – CPF/CNPJ do prestador;

II – endereço do prestador e do tomador;

III – CPF/CNPJ do tomador;

IV – e-mail do tomador;

V – o valor dos serviços prestados;

VI – o enquadramento na lista de serviços; e

VII – número do RPS não convertido e respectiva data de emissão.

Seção II

Da Insuficiência ou não Recolhimento do ISSQN

Art. 36 - A geração da NFS-e constitui declaração de confissão de dívida do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN incidente na operação, ficando a falta ou insuficiência de seu recolhimento sujeita à cobrança administrativa ou judicial.

CAPÍTULO VI

DAS PENALIDADES

Art. 37 - Nas infrações relativas à NFS-e, aplicar-se-á multa no valor igual a:

I – 10% (dez por cento) do Valor de Referência Municipal para cada NFS-e não emitida ou de outro documento ou declaração exigida pela Administração;

II – 10% (dez por cento) do Valor de Referência Municipal para cada emissão indevida de NFS-e tributáveis como isentos, imunes, ou não tributáveis;

III – 10% (dez por cento) do Valor de Referência Municipal para cada para cada NFS-e municipal indevidamente cancelada.

Art. 38 - Nas infrações relativas à emissão de RPS, aplicar-se-á multa de valor igual a:

I – 20% (vinte por cento) do Valor de Referência Municipal para cada RPS emitido e não convertido em NFS-e, no prazo legal;

II – 20% (vinte por cento) do Valor de Referência Municipal para cada RPS não convertido em NFS-e e não informado pelo tomador dos serviços nos prazos

regulamentados.

Art. 39 - Sem prejuízo de outras imputações fiscais e penais configura crime de estelionato e outras fraudes, bem como de falsidade ideológica, o uso indevido do sistema de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, tendente a acobertar operações de prestação de serviços inexistentes, com o objetivo de:

I – aumentar a renda para efeito de financiamentos e congêneres;

II – registrar despesas ou créditos indevidos a tributos federais, estaduais ou municipais.

Parágrafo Único - A infração ao presente artigo será punida com multa igual a 01 (um) Valor de Referência Municipal.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 40 - Para efeito desta Lei, entende-se por processo administrativo regular, todo aquele instaurado via protocolo central da

Secretaria de Administração e Finanças pelo contribuinte mediante pedido formal e fundamentado, com o objetivo de corrigir erros nos dados lançados da NFS-e.

Parágrafo Único - O processo administrativo referido neste artigo, somente se admite antes de instaurado processo regular de fiscalização.

Art. 41 - A partir da vigência desta Lei tornam-se sem efeito todos os regimes especiais concedidos anteriormente, ressalvados os contribuintes que possuam autorização para utilização de "Emissor de Cupom Fiscal – ECF" ou recolham o ISSQN sob o regime de estimativa fixa mensal.

Art. 42 - No ato da homologação do requerimento de senha para uso do

sistema eletrônico da NFS-e, fica a Autoridade Fiscal obrigada a inserir de ofício no Cadastro Mobiliário Municipal, todas as informações incompletas, ressalvadas aquelas que dependam de expressa licença administrativa, tais como:

- I – mudança de endereço; e
- II – mudança de ramo de atividade.

Art. 43 – A data inicial para a utilização obrigatória do sistema da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) e os contribuintes abrangidos serão definidos em Decreto.

Art. 44 - Fica estabelecido um período de transição de 90 (noventa) dias a contar da data da obrigatoriedade do uso da NFS-e, para os contribuintes utilizarem o sistema sem que as operações irregulares impliquem nas penalidades previstas no Capítulo VI desta Lei.

Parágrafo Único - As irregularidades cometidas no decurso do período de transição deverão ser corrigidas pelo contribuinte em até 120 (cento e vinte) dias após a data de sua ocorrência, sob pena de se sujeitarem às sanções previstas no Capítulo VI desta Lei.

Art. 45 - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, 05 de abril de 2017.
Jonas Gomes de Souza
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 05 de abril de 2017.

Marcio Luiz Abatti
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 119/2017

PORTARIA Nº 119, DE 03 DE ABRIL DE 2017.

"CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JONAS GOMES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1 - Conceder férias aos servidores públicos municipal, abaixo relacionado, no período de: 03/04/2017 à 02/05/2017.

Secretaria Municipal de Saúde:

- Angela matos Raupp - Período Aquisitivo: 08/02/2014 à 07/02/2015.
- Eliane Pacheco- Período Aquisitivo: 01/03/2015 à 29/02/2016.
- Noedi Moraes Nicolau Roldão: Período Aquisitivo: 30/04/2015 à 29/04/2016
- Queli Peres da Silva Alves: Período Aquisitivo: 09/03/2015 à 08/03/2016
- Simara Pereira Lummertz: Período Aquisitivo: 08/02/2015 à 07/02/2016
- Talita Germano Porto: Período Aquisitivo: 21/10/2015 à 20/10/2016.

Secretaria Municipal de Educação e Cultura:

- Maria Luci Silveira dos Santos: Período Aquisitivo: 19/02/2016 à 18/02/2017

Secretaria Municipal de Obras:

Paulo Roberto Jardim: Período Aquisitivo: 01/03/2015 à 29/0/2016

Secretaria Municipal do Meio Ambiente:

Robert Francis Brocca Minotto: Período Aquisitivo: 02/01/2016 à 01/01/2017

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social:

Aline Andressa dos santos Gross: Período Aquisitivo: 22/02/2015 à 21/02/2016

Manutenção da Infância e Adolescência:

Sergio Batista da Silva: Período Aquisitivo: 10/01/2016 à 09/01/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 03 de abril de 2017.
Jonas Gomes de Souza
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 03 de abril de 2017.

Marcio Luiz Abatti
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 120/2017

PORTARIA Nº. 120, DE 10 DE ABRIL DE 2017.

"DESIGNA O SERVIDOR PÚBLICO EM CARÁTER COMISSIONADO SILMAR SPINDLER, CHEFE DE DEPARTAMENTO DA DEFESA CIVIL, PARA ATUAR COMO COORDENADOR DE DEFESA CIVIL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JONAS GOMES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º- Designar o Servidor Publico em caráter comissionado, Silmar Spindler, Chefe de Departamento da Defesa Civil, de acordo

com o Decreto 032/2016, para atuar como Coordenador de Defesa Civil, no município de Passo de Torres .

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres em, 10 de abril de 2017.

Jonas Gomes de Souza
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças em 10 de abril de 2017.

Marcio Luiz Abatti
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

PORTARIA 121/2017

PORTARIA Nº 121, DE 11 DE ABRIL DE 2017.

“EXONERA, ANA PAULA DE SOUZA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Jonas Gomes de Souza, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, Ana Paula de Souza, do Cargo de Chefe de Divisão de Saúde – DAS – 5.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 11 de abril de 2017.

Jonas Gomes de Souza
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 11 de abril de 2017.

Marcio Luiz Abatti
Secretário de Administração e Finanças

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 0011/2017

Portaria nº 11/2017

“ESTABELECE HORÁRIO DE EXPEDIENTE DO DIA 13 DE ABRIL DE 2017.”

O cidadão ALTEMIR CATEL CARDOSO, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Passo de Torres, SC, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e Regimento Interno da Câmara.

RESOLVE:

Determinar o horário de expediente do Poder Legislativo Municipal, no dia 13 de Abril de 2017.

- Horário de atendimento: Das 13:00h às 16:00h.

Esta Portaria entra vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Passo de Torres, em 12 de abril de 2017.

ALTEMIR CATEL CARDOSO
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Registre-se e Publique-se
Registrado e publicado nesta secretaria na data supra

ANDRÉ CARDOSO
1º Secretário

Passos Maia

PREFEITURA

DECRETO N. 051/2017

DECRETO Nº 051/2017, de 12 de abril de 2017.

“RETIFICA O DECRETO N. 050/2017, DE 10 DE ABRIL DE 2017”.

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando ter havido equívoco na parte dispositiva do decreto n. 050/2017.

DECRETA:

Art. 1º. O decreto N. 050/2017, passa a vigorar com o seguinte teor:

“Art. 1º. Ficam nomeados os membros para comporem o Conselho de Alimentação Escolar - CAE, para o quadriênio 2017/220, passando a ser a abaixo nominada:

I – Representantes dos Professores:

Titulares: Tanara Comunello – Vice-Presidente;

Ivete Gandolfi;

Suplentes: Miliria Arcari Kraus;

Suzana Vieira.

II - Representantes do Poder Executivo:

Titular: Eduardo Brustolin;

Suplente: Cleverson Luiz Alves De Santi.

III – Representantes de Pais e Alunos:

Titulares: Roberta Luvison;

Cleuci Chernoski.

Suplentes: Gleici Pires;

Fabiana Zanchet Moretto.

IV – Representantes da Sociedade Civil:

Titulares: Hercilio Junior - Presidente;

Zélia Pelissari;

Suplentes: Nilse Arcari;

Giovani Augusto Peroza.

Art. 2º. O presente Decreto terá vigência da data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia - SC, 12 de abril de 2017.”

Art. 2º. O presente Decreto terá vigência da data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia – SC, 12 de abril de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Secretário Executivo

Penha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 002/2017-FMT

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2017 - FMT

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017 - FMT

Sistema de Registro de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2017-FMT

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE, DE TENDAS PARA ATENDER O FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Bairro Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, através do FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO, neste ato, representado pelo seu Gestor Sr. ARNALDO DIAS, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob nº 022.747.458-97, residente e domiciliado à Rua Pocidônio da S. Marçal, nº 289, Bairro Centro, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa MANOEL JOÃO FRANCISCO FILHO - EPP, estabelecida à Rua Paulino da Costa, nº. 64, Bairro Gravatá, na cidade de Penha, Estado de Santa Catarina inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.879.794/0001-73, representada, neste ato pelo Sr. Manoel João Francisco Filho, CPF sob o nº. 388.355.419-72, Sócio/Proprietário, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 001/2017-FMT para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal nº 56/1999, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.0. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preço para futura e eventual locação de tendas, sonorização e banheiros químicos para utilização em eventos do Fundo Municipal de Turismo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Decreto Municipal nº 059/1999, podendo ocorrer licitações específicas para o(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os valores dos itens registrados encontram-se anexos ao Processo Licitatório, sendo descritos a seguir:

LOTE 01						
Nº	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	PREÇO UNITÁRIO	VALOR TOTAL DO ITEM
1	TENDA	TENDAS 5 X 5M - tipo pirâmides com 25m², medindo 5 metros de largura por 5 metros de profundidade, com pé direito de no mínimo 2,5 metros de altura em ferro galvanizado ou alumínio, cobertura em lonas brancas em ótimo estado de conservação, anti-chamas, incluindo sistema de aterramento e demais sistemas de proteção necessários ao funcionamento dos circuitos.	UNIDADE/DIÁRIA	30	R\$ 333,3333	R\$ 10.000,00
2	TENDA	TENDAS 10 X 10M - tipo pirâmides com 100m², medindo 10 metros de largura por 10 metros de profundidade, com pé direito de no mínimo 4 metros de altura em ferro galvanizado ou alumínio, cobertura em lonas brancas em ótimo estado de conservação, anti-chamas, incluindo sistema de aterramento e demais sistemas de proteção necessários ao funcionamento dos circuitos.	UNIDADE/DIÁRIA	20	R\$ 1.000,00	R\$ 20.000,00
TOTAL GERAL					R\$ 30.000,00	

1.2. Os itens deverão ser fornecidos de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser devolvidos, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 24 (vinte e quatro) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2.0. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3 O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4.0. Os itens deverão ser fornecidos nas quantidades e locais indicados na Autorização de Fornecimento no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, em horário a ser informado pelo Fundo Municipal de Turismo.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5.0. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. O fornecimento dos itens registrados neste instrumento serão efetuados mediante recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.0. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data da entrega, não sendo aceitos os materiais/equipamentos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos materiais/equipamentos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta de quaisquer dos materiais/equipamentos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX - fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X - indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI - substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;

XII - manterem durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII - não transferirem a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7.0. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;

II - todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo O município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8.0. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os materiais/equipamentos;

II - permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais/equipamentos;

IV - efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

8.1. caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.0. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal discriminada acompanhada da correspondente Autorização de Fornecimento, com o respectivo comprovante, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10.0. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11.0. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

- a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;
- b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
- c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.0. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

- a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.
- b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.0. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- I) Advertência;
- II) Multa;
- III) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;
- IV) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda

descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;
- b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou para fiscais;
- c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14.0. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.0. As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do Fundo Municipal de Turismo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.0 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.0 As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 17 de abril de 2017.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL
Contratante

MANOEL JOÃO FRANCISCO FILHO EPP
Manoel João Francisco Filho
Fornecedora

T E S T E M U N H A S

Nome: Nome:
C.P.F. nº C.P.F.

A presente Ata encontra-se registrada e arquivada na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicada no Diário Oficial dos Municípios.

SUSANA PERINOTTI DE BORBA
Secretária Municipal de Administração

De acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO
Procurador Jurídico - OAB/SC: 13723
Portaria nº 01/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 003/2017-FMT

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2017 - FMT

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017 - FMT

Sistema de Registro de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2017-FMT

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE, DE TENDAS PARA ATENDER O FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Bairro Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, através do FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO, neste ato, representado pelo seu Gestor Sr. ARNALDO DIAS, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob nº 022.747.458-97, residente e domiciliado à Rua Pocrônio da S. Marçal, nº 289, Bairro Centro, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa C.M. POCIANO EIRELI EPP, estabelecida à Rua Domingos Rampelotti, nº. 655, Bairro Espinheiros, na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.192.336/0001-45, representada, neste ato pelo Sr. Constantino Marcelino Ponciano, CPF sob o nº. 291.535.229-15, Proprietário, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 001/2017-FMT para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal nº 56/1999, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.0. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preço para futura e eventual locação de tendas, sonorização e banheiros químicos para utilização em eventos do Fundo Municipal de Turismo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Decreto Municipal nº 059/1999, podendo ocorrer licitações específicas para o(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os valores dos itens registrados encontram-se anexos ao Processo Licitatório, sendo descritos a seguir:

LOTE 03						
Nº.	ITEM	DESCRIÇÃO	TIPO DE UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DO ITEM
4	BANHEIRO QUÍMICO	BANHEIRO QUÍMICO - locação com fornecimento, instalação e manutenção de banheiros químicos, masculino, feminino e portadores de necessidades especiais, composto de Cabine sanitária em polietileno de alta densidade, contendo caixa de dejetos, assentos, vasos sanitários, mictórios, suporte para papel higiênico, trancas nas portas e placas de identificação, com as seguintes medidas: - altura externa mínima: 2.100mm altura interna mínima: 2.000mm - largura externa mínima: 1.050mm - profundidade externa mínima: 1.100mm capacidade do tanque de dejetos: mínimo 220 litros.	UNIDADE/DIÁRIA	80	R\$ 130,00	R\$ 10.400,00
TOTAL						R\$ 10.400,00

1.2. Os itens deverão ser fornecidos de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser devolvidos, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 24 (vinte e quatro) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2.0. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3 O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4.0. Os itens deverão ser fornecidos nas quantidades e locais indicados na Autorização de Fornecimento no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, em horário a ser informado pelo Fundo Municipal de Turismo.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5.0. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. O fornecimento dos itens registrados neste instrumento serão efetuados mediante recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.0. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data da entrega, não sendo aceitos os materiais/equipamentos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos materiais/equipamentos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta de quaisquer dos materiais/equipamentos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX - fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X - indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI - substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;

XII - manterem durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII - não transferirem a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7.0. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;

II - todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8.0. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os materiais/equipamentos;

II - permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais/equipamentos;

IV - efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

8.1. caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.0. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal discriminada acompanhada da correspondente Autorização de Fornecimento, com o respectivo comprovante, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para

verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10.0. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedora, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11.0. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

- a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;
- b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
- c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.0. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

- a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.
- b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.0. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- I) Advertência;
- II) Multa;
- III) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;
- IV) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;
- b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou para-fiscais;
- c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14.0. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.0. As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do Fundo Municipal de Turismo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.0 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.0 As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 17 de abril de 2017.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

PREFEITO MUNICIPAL

Contratante

C.M. POCIANO EIRELI EPP

Constantino Marcelino Ponciano

Fornecedora

T E S T E M U N H A S

Nome: Nome:

C.P.F. nº C.P.F.

A presente Ata encontra-se registrada e arquivada na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicada no Diário Oficial dos Municípios.

SUSANA PERINOTTI DE BORBA

Secretária Municipal de Administração

De acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO

Procurador Jurídico - OAB/SC: 13723

Portaria nº 01/2017

AVISO DE EDITAL PP 13/2017-PMP

MUNICÍPIO DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2017-PMP

Objeto: O presente Edital tem por objeto o Registro de Preços para aquisição de macadame britado para atender necessidades da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos do Município, conforme solicitação nº 211/2017, anexa ao Processo, tudo de acordo com as condições estabelecidas no presente edital e Termo de Referência, parte integrante do presente processo.

Entrega dos Envelopes: 28/04/2017 até as 14h00 no Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração, situado a Avenida Nereu Ramos, 08, Centro, Penha/SC.

Abertura do Processo: 28/04/2017 às 14h15 no Paço da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeira Merci Teresinha do Nascimento.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, e no site

www.penha.sc.gov.br. Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro – Penha/SC, ou através do fone (47) 3345-4649 Ramal 23. Horário de atendimento: das 12h00 às 18h00.

Penha/SC, 13 de abril de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3157/2017 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC, NO VALOR DE R\$ 70.000,00 (SETENTA MIL REAIS).

DECRETO Nº 3157/2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC, NO VALOR DE R\$ 70.000,00 (setenta mil reais).

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, no uso das atribuições que lhe confere art. 64, inciso VI, da Lei Orgânica do Município:

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no orçamento do Município de Penha, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), conforme inciso I, art.11 da Lei Municipal nº 2852 de 20 de dezembro de 2016, para a suplementação do seguinte programa:

Órgão: 10 – Secretaria de Educação e Cultura

Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Cultura

Funcional: 13.392.0010

Atividade: 2.034 – Funcionamento e manutenção do Departamento de Cultura

Fonte de Recursos: 0000 – Recursos Próprios

Elemento: 3.3.50.00.00.00.00(103) –Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
..... R\$ 70.000,00

Art.2º - Os recursos necessários para atendimento da presente Lei de abertura de crédito suplementar correrá por conta da anulação das seguintes dotações:

Órgão: 10 – Secretaria de Educação e Cultura

Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Cultura

Funcional: 13.392.0010

Atividade: 2.034 – Funcionamento e manutenção do Departamento de Cultura

Fonte de Recursos: 0000 – Recursos Próprios

Elemento: 3.1.90.00.00.00.00(102) –Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00(104) –Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00(105) –Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 05 de abril de 2017.
Aquiles José Schneider da Costa
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete.

Susana Perinotti de Borba
Secretária da Administração

PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 06/2016-PMP

1º TERMO ADITIVO Nº 016/2017-PMP

A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2016- PMP

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº. 13/2016-PMP, modalidade Pregão Presencial nº 10/2016-PMP

OBJETO DO PROCESSO: aquisição de blocos de passe escolar para transporte coletivo, com itinerários em todos os bairros do município.

Pelo presente instrumento de 1º Termo Aditivo nº. 015/2017-PMP a Ata de Registro de Preços nº 06/2016-PMP, o MUNICÍPIO DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Aquiles José Schneider da Costa, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa COLETIVO TRANSPENHA LTDA, situada à Rodovia SC 414, nº 205, sala 01, Bairro: Variante – Penha/SC, CEP: 88385-000, inscrita no CNPJ de nº 01.974.974/0001-39, telefones para contato: (47) 3345-2789/ (47) 3347 – 0816, representada pela Senhora Cristiane Elizabeth Dias, inscrita no CPF sob o nº 039.483.999-48, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado o presente termo, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e Parecer Jurídico nº 041/2017/PGM (documentos integrantes do presente Termo Aditivo).

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica estabelecido o aditivo no percentual de 25% do valor da Ata de Registro de Preços, totalizando R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais), nos itens e quantidades abaixo relacionadas:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTDE	VALOR UN. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	Bloco de passe escolar com 50 passagens cada, com itinerário em todos os bairros do Município.	Blocos	1.000	R\$ 54,00	R\$ 54.000,00
TOTAL				R\$ 54.000,00	

CLÁUSULA SEGUNDA

O pagamento das despesas decorrentes do objeto do presente termo correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 – Secretaria de Educação e Cultura

Unidade: 02 - Departamento de Ensino

Funcional: 12.361.0009. 2.023 - Funcionamento e manutenção do Ensino Fundamental

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.0633 - Aplicações Diretas

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas da Ata de Registro de Preços permanecem inalteradas.

Penha/SC, 06 de abril de 2017.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

PREFEITO MUNICIPAL

COLETIVO TRANSPENHA LTDA

CONTRATADO

O presente Termo encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

SUSANA PERINOTTI DE BORBA

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

TESTEMUNHA:

Nome: _____

CPF: _____

Nome: _____

CPF: _____

DE ACORDO:

JANILTO DOMINGOS RAULINO

PROCURADOR GERAL

PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 40/2016-PMP

1º TERMO ADITIVO Nº 015/2017-PMP

A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 40/2016- PMP

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº. 61/2016-PMP, modalidade Pregão Presencial nº 39/2016-PMP

OBJETO DO PROCESSO: aquisição de blocos de passe escolar para transporte coletivo, com itinerários em todos os bairros do município.

Pelo presente instrumento de 1º Termo Aditivo nº. 015/2017-PMP a Ata de Registro de Preços nº 40/2016-PMP, o MUNICÍPIO DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Aquiles José Schneider da Costa, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa COLETIVO TRANSPENHA LTDA, situada à Rodovia SC 414, nº 205, sala 01, Bairro: Variante – Penha/SC, CEP: 88385-000, inscrita no CNPJ de nº 01.974.974/0001-39, telefones para contato: (47) 3345-2789/ (47) 3347 – 0816, representada pela Senhora Cristiane Elizabeth Dias, inscrita no CPF sob o nº 039.483.999-48, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado o presente termo, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e Parecer Jurídico nº 041/2017/PGM (documentos integrantes do presente Termo Aditivo).

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica estabelecido o aditivo no percentual de 25% do valor da Ata de Registro de Preços totalizando R\$ 37.073,40 (trinta e sete mil, setenta e três reais e quarenta centavos), nos itens e quantidades abaixo relacionadas:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTDE	VALOR UN. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	Bloco de passe escolar com 50 passagens cada, com itinerário em todos os bairros do Município.	Blocos	546	R\$ 67,90	R\$ 37.073,40
TOTAL				R\$ 37.073,40	

CLÁUSULA SEGUNDA

O pagamento das despesas decorrentes do objeto do presente termo correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 – Secretaria de Educação e Cultura

Unidade: 02 - Departamento de Ensino

Funcional: 12.361.0009. 2.023 - Funcionamento e manutenção do Ensino Fundamental

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.0633 - Aplicações Diretas

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas da Ata de Registro de Preços permanecem inalteradas.

Penha/SC, 06 de abril de 2017.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

PREFEITO MUNICIPAL

COLETIVO TRANSPENHA LTDA

CONTRATADO

O presente Termo encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

SUSANA PERINOTTI DE BORBA
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

TESTEMUNHA:

Nome: _____

CPF: _____

Nome: _____

CPF: _____

DE ACORDO:

JANILTO DOMINGOS RAULINO
PROCURADOR GERAL

Peritiba

PREFEITURA

AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO 28/2017

MUNICÍPIO DE PERITIBA
Estado de Santa Catarina
AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba informa a todos os interessados que fica ANULADO o Processo de Licitação nº 28/2017 – Pregão Presencial nº 17/2017 realizado pelo Município de Peritiba, por erros de ofício.

Peritiba/SC 12 de Abril de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO 29/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e nas condições do edital.

Processo de Licitação 29/2017 – Pregão Presencial 18/2017.

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de baterias, filtros, óleos lubrificantes e graxa para veículos e máquinas da frota municipal incluindo Fundo Municipal de Saúde de Peritiba-FMS, Fundo de Assistência Social de Peritiba – FMAS, Secretaria de Educação (Veículos do Transporte Escolar) Secretaria de Agricultura e DMER.

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 08h30min do dia 28/04/2017.

ENVELOPES: Os envelopes devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até às 08h15min do dia 28/04/2017.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Peritiba - SC.

Informações complementares:

O edital na íntegra está disponível no site <http://www.peritiba.sc.gov.br> e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122 ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 028/2017

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 028/2017
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL
REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 28/04/2017, licitação modalidade Pregão Presencial nº 028/2017, visando a AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO, exercício 2017.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 28/04/2017, até às 16:00 hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 16:15 hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562-2010, ou pelo site <http://pinheiropreto.sc.gov.br>.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 13 DE ABRIL DE 2017.
PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

Ponte Serrada

PREFEITURA

DECRETO 354/2017

DECRETO Nº 354/2017, DE 29 DE MARÇO DE 2017.

“CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO as previsões da Lei Complementar 138/2013, art. 2º IX e X;

CONSIDERANDO a prisão do servidor Ginomar Alves Pereira em razão dos autos n. 0000174-51.2016.8.24.0051;

CONSIDERANDO a situação excepcional ocorrida, bem como a necessidade da administração de possuir servidor no cargo que antes era ocupado pelo servidor Ginomar Alves Pereira, além da demanda de trabalhos que a função atualmente possui.

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratado temporariamente, o Sr. LEANDRO LUIZ THOMAZ, portador do CPF n. 070.596.739-54, para exercer o cargo de OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA, com 40:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir do dia 27 de Março de 2017.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 29 DE MARÇO DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 369/2017

DECRETO Nº 369/2017, DE 05 DE ABRIL DE 2017.

“CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 002/2015;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada temporariamente, a Sra. VERA LUCIA LAMP PAVAN, portadora do CPF n. 066.824.919-64, para exercer o cargo de PROFESSORA CARGO EXTINÇÃO, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, com vigência até 14 de Julho de 2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE ABRIL DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 370/2017

DECRETO Nº 370/2017, DE 07 DE ABRIL DE 2017.

“NOMEIA ASSESSORA”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º. – Fica nomeada a Sra. NATANIELE BARRETO ALVES, portadora do CPF 071.122.329-70, para exercer o cargo de provimento em comissão de ASSESSORA, Padrão “CC”, Nível “03”, com 40:00 horas/semanais, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, para exercer sua função na assessoria de comunicação do Executivo Municipal e de todas as Secretarias Municipais, bem como, realizar a cobertura de todos os eventos ligados ao Município.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 07 DE ABRIL DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 371/2017

DECRETO Nº 371/2017, DE 07 DE ABRIL DE 2017.

“EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência, CONSIDERANDO o requerimento de exoneração formulado pelo servidor Jose Freitas em 06 de abril de 2017.

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerado a pedido o Sr. JOSE FREITAS, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, com 40:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento

vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos ao dia 03 de Abril de 2017.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 07 DE ABRIL DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO 372/2017

DECRETO Nº 372/2017, DE 07 DE ABRIL DE 2017.

“CONCEDE LIÇENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde a Funcionária Pública Municipal Srª. GILVANA XAVIER RIBEIRO, ocupante do cargo de PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 30:00 horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer .

Art. 2º - O período do atestado médico é de 10 dias a contar do dia 04 de abril de 2017, conforme cópia em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 07 DE ABRIL DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 373/2017

DECRETO Nº 373/2017, DE 07 DE ABRIL DE 2017.

“CONCEDE LIÇENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde a Funcionária Pública Municipal Srª. SIDIANE LOURDES PAGLIA, ocupante do cargo de PROFESSORA, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer .

Art. 2º - O período do atestado médico é de 09 dias a contar do dia 06 de abril de 2017, conforme cópia em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 07 DE ABRIL DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 374/2017

DECRETO Nº 374/2017, DE 07 DE ABRIL DE 2017.

“CONCEDE LIÇENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde a Funcionária Pública Municipal Srª. JESSICA DOS SANTOS TOME, ocupante do cargo de AGENTE EDUCACIONAL, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer .

Art. 2º - O período do atestado médico é de 10 dias a contar do dia de hoje, conforme cópia em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 07 DE ABRIL DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 375/2017

DECRETO Nº 375, DE 07 DE ABRIL DE 2017.

“NOMEIA COMISSÃO AVALIATIVA DE AMOSTRAS DE PRODUTOS/EQUIPAMENTOS A SEREM ADQUIRIDOS EM PROCESSOS LICITATÓRIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, considerando a necessidade de aquisição de produtos e equipamentos destinados à manutenção das Secretarias Municipais,

RESOLVE:

Art. 1º Constituir a Comissão Avaliativa de amostra de produtos a serem adquiridos pelas Secretarias Municipais que será composta pelos seguintes membros:

- Marisa Pimentel – Responsável pela Secretaria de Educação;
- Denise Barbosa - Diretora;
- Ciana Berté de Abreu - Agente de Serviços Gerais;

Art. 2º A Comissão acima nominada compete avaliar previamente os produtos/equipamentos, emitindo parecer de aprovação ou recusa, deliberando inclusive acerca de eventuais controvérsias, bem como:

- a) definir critérios técnicos de avaliação da qualidade do material a ser testado;
- b) avaliar tecnicamente os produtos para realização de

procedimentos, normatizando os produtos a serem utilizados bem como o seu parecer técnico;

c) elaborar instrumento para Parecer Técnico a ser repassado após análise do artigo às demais instâncias, como por exemplo, ao setor de compras que venha aprovar ou reprovar determinado produto;

d) receber e conferir os produtos licitados.

Parágrafo Único: A avaliação prévia será pautada em critérios qualitativos e quantitativos não podendo especificar marcas.

Art. 4º - As decisões serão proferidas com a presença de no mínimo três membros.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 359, DE 29 DE MARÇO DE 2017.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 07 DE ABRIL DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 376/2017

DECRETO Nº 376/2017, DE 13 DE ABRIL DE 2017.

“PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogada a Licença para Tratamento de Saúde ao Funcionário Público Municipal Sr. JOSE SILMAR DE AZEREDO, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, com 40:00 horas semanais, lotado na Secretaria de Serviços Urbanos.

Art. 2º - O benefício 6179944184 foi prorrogado até o dia 30 de maio de 2017.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 13 DE ABRIL DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 377/2017

DECRETO Nº 377/2017, DE 13 DE ABRIL DE 2017.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO o requerimento formulado pelo Servidor Eduardo Coppini, referente ao período em que exerceu o cargo de Prefeito

Interino e Prefeito

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias ao Servidor Público Municipal Sr. EDUARDO COPPINI, ocupante do cargo efetivo de ADVOGADO com 20:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, por um período de 105 dias, sendo 15 dias referente ao período aquisitivo de 06/05/2008 a 05/05/2009, 30 dias referente ao período aquisitivo de 06/05/2009 a 05/05/2010, 30 dias referente ao período aquisitivo de 06/05/2010 a 05/05/2011 e 30 dias referente ao período aquisitivo de 06/05/2011 a 05/05/2012, que serão gozadas de 02/01/2017 a 16/04/2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 06 DE JANEIRO DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

Lei Complementar 229/2017

LEI COMPLEMENTAR Nº 229/2017, DE 13 DE ABRIL DE 2017.

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR O PAGAMENTO DE DESPESAS DOS EXERCÍCIOS ANTERIORES, REFERENTE À DÉBITO JUNTO A RECEITA FEDERAL DO BRASIL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, nos termos da Lei Orgânica Municipal e no Código Tributário Municipal faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar o pagamento de despesas dos exercícios anteriores no valor de R\$ 28.884,26 (vinte e oito mil oitocentos e oitenta e quatro reais e vinte e seis centavos) correspondentes ao débito existente junto a Receita Federal do Brasil, apurado em 27 de março de 2017, discriminado no Anexo I desta Lei.

Art. 2º Em razão da autorização contida no art. 1º desta Lei poderá o Executivo Municipal abrir dotações orçamentárias se necessário for até o limite do débito apurado em 23 de março de 2017.

Art. 3º O valor constante dos créditos das fichas orçamentárias a serem abertas em decorrência da autorização constante nesta Lei serão acrescidos ao orçamento fiscal da despesa para o exercício de 2017.

Art. 4º Integram a presente Lei o Anexo I - Relação dos Débitos junto a Receita Federal do Brasil referente à Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais – DCTF, relativo ao Fundo Municipal de Saúde de Ponte Serrada, Fundo Municipal de Assistência Social de Ponte Serrada, Coordenadoria Municipal de Defesa Civil-Condec do Município de Ponte Serrada, Fundo Municipal de Educação, Fundo Municipal de Infância e Adolescência e Fundo Municipal do Idoso - FMI, apurado em 23 de março de 2017, referentes à ausência desta declaração dos meses de Julho de 2014 a dezembro de 2016.

Art. 5º As dotações orçamentárias deverão ser abertas dentro dos programas, projetos e atividades já aprovados para o orçamento fiscal de despesa para o exercício de 2017, observando-se sempre as suas descrições, podendo ser criados novos códigos apenas para fins de cadastramento no Sistema de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Ponte Serrada.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 13 DE ABRIL DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na forma da lei.

Porto Belo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PRG Nº 001/2017 - FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão – Registro de Preço – 001/2017 - FMAS

Tipo de licitação: Menor valor global;

Objeto: Aquisição de cesta básica destinadas aos Benefícios Eventuais, conforme artigo 22 da Lei Nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, alterada pela Lei Nº 12.435, de 06 de julho de 2011, e integram organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Para o Município de Porto Belo, de acordo com especificações e quantitativos descritos no anexo I deste edital.

Recebimento das Propostas: Até 12:30 horas do dia 03/05/2017, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: às 13:00 horas do dia 03/05/2017, na Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações e no departamento de Compras e Licitações da PMPB – End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 – Centro–Porto Belo – SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ramal 213 ou pelo e-mail administração@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 17 de abril de 2017.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

Porto União

PREFEITURA

DECRETO Nº 173/2017

DECRETO Nº 173, de 13 de abril de 2017.

Dispõe sobre Permissão de Uso de Bens Móveis Municipais à Associação de Moradores de São Miguel da Serra – AMOSMIS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o Art. 84, I, i, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica permitido, a título precário e pelo período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020, à Associação de Moradores de São Miguel da Serra – AMOSMIS, inscrita no CNPJ sob o nº 08.308.977/0001-82, regida por estatuto, declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 3.396, de 26 de dezembro de 2007, com sede no Distrito de São Miguel da Serra – Porto União – (SC), o uso gratuito dos bens móveis municipais abaixo especificados:

- 01 (um) distribuidor de esterco, usado, com 3.000 (três mil) litros de capacidade de carga, faixa de adubação 13 a 15 metros, monovacuômetro, agulha de nível, agitador interno, mangote de sucção, bico reto;

- 01 (um) trator MONTANA Solis, usado, Ano 2012, Série KD-D273686W, fabricação nacional, motor de 4 cilindros, 75 CV, 4x4, turbo, com hidráulico e tomador de força e dois (02) estágios, com 12 velocidades para frente (simples e reduzida), 12 velocidades a ré (simples e reduzida), câmbio sincronizado com reversor de marcha;

- 01 (um) botijão criogênico para sêmen bovino;

- 01 (uma) grade niveladora, marca PECCIN, 28 discos;

- 01 (uma) plantadeira marca KNAPIK, usada, tratorizada, hidráulica, 03 linhas.

Art. 2º Os bens móveis em referência, deverão ser utilizados pela Permissionária com a finalidade específica de promover o desenvolvimento dos trabalhos na sua área de abrangência, conforme seu estatuto.

Art. 3º Os bens acima especificados serão entregues à Permissionária em perfeito estado de conservação, devendo os mesmos ser devolvidos ao Município em igual condição até o dia 31 de dezembro de 2020.

Art. 4º As demais condições constarão no Termo de Permissão e Recebimento do objeto deste Decreto, a ser firmado pela Permissionária, junto à Secretaria Municipal de Administração e Esporte desta Prefeitura.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

Porto União (SC), 13 de abril de 2017.
ELISEU MIBACH MIGUEL CHOKAILO NETO
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração e Esporte

TERMO DE PERMISSÃO E RECEBIMENTO

Pelo presente Termo de Permissão e Recebimento, declara o abaixo-assinado, representante legal da Associação de Moradores de São Miguel da Serra – AMOSMIS, inscrita no CNPJ sob o nº 08.308.977/0001-82, regida por estatuto, com sede no Distrito de São Miguel da Serra – Porto União – SC, que recebeu PERMISSÃO DE USO GRATUITO, a título precário e pelo período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020, os bens móveis municipais abaixo especificados:

- 01 (um) distribuidor de esterco, usado, com 3.000 (três mil) litros de capacidade de carga, faixa de adubação 13 a 15 metros, monovacuômetro, agulha de nível, agitador interno, mangote de sucção, bico reto;

- 01 (um) trator MONTANA Solis, usado, Ano 2012, Série KD-D273686W, fabricação nacional, motor de 4 cilindros, 75 CV, 4x4, turbo, com hidráulico e tomador de força e dois (02) estágios, com 12 velocidades para frente (simples e reduzida), 12 velocidades a ré (simples e reduzida), câmbio sincronizado com reversor de marcha;

- 01 (um) botijão criogênico para sêmen bovino;

- 01 (uma) grade niveladora, marca PECCIN, 28 discos;

- 01 (uma) plantadeira marca KNAPIK, usada, tratorizada, hidráulica, 03 linhas;

Compromete-se ainda a Permissionária a obedecer aos seguintes termos:

01 - Não transferir a presente Permissão de Uso a terceiros.

02 - Os bens móveis em referência deverão ser utilizados pela Permissionária com a finalidade específica de promover o desenvolvimento dos trabalhos na sua área de abrangência, conforme seu estatuto.

03 - Os bens móveis acima relacionados serão entregues à Permissionária em perfeito estado de conservação, devendo os mesmos ser devolvidos ao Município em igual condição, até o dia 31 de dezembro de 2020.

04 - Necessitando os bens de conserto, reparo, etc., em virtude de mau funcionamento e quebra em função de seu uso, ou para a sua conservação na condição em que foram recebidos, todas e quaisquer despesas provenientes, bem como os encargos, correm por conta da Permissionária, sem qualquer direito a reembolso.

05 - Consentir com todas as medidas judiciais para tornar sem efeito o presente Termo de Permissão e Recebimento, por descumprimento de qualquer artigo ou item, sendo que as custas judiciais, extrajudiciais e os honorários advocatícios correrão por conta da Permissionária.

06 - A Permissionária responde administrativa, civil e criminalmente pela utilização dos bens móveis supra mencionados, durante o período da Permissão de Uso.

07 - O Município de Porto União, enquanto perdurar a Permissão, não responde pela má utilização ou danos causados a terceiros,

decorrentes do uso dos equipamentos, respondendo única e exclusivamente a Permissionária por tais situações.

08 - A presente Permissão poderá ser modificada e revogada unilateralmente pela Permitente, a qualquer tempo, não gerando direito à indenização.

09 - Fica eleito o foro da Comarca de Porto União (SC), para dirimir as questões deste Termo.

Porto União (SC), 13 de abril de 2017.

PERMITENTE: ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PERMISSIONÁRIA:

Presidente: ANTONIO RENATO WILHELMS

RG nº 2.312.601/SSI/SC

CPF nº 660.878.729-49

Pouso Redondo

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº 002/2017 DE 13/04/2017 "ALTERA OS ANEXOS IX, XI, XII E XIII DA LEI COMPLEMENTAR 005/2009 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2009, QUE INSTITUI O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47 3545-1133

www.pousoredondo.sc.gov.br

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

LEI COMPLEMENTAR Nº 002/2017
de 13/04/2017

"Altera os anexos IX, XI, XII e XIII da Lei Complementar 005/2009 de 08 de dezembro de 2009, que institui o Código Tributário do Município de Pouso Redondo e dá outras providências"

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ SABER a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Esta Lei Complementar altera os anexos IX, XI, XII E XIII da Lei Complementar nº 005/2009 de 08 de dezembro de 2009, que institui o Código Tributário do Município de Pouso Redondo e dá outras providências.

Art. 2º. Fica alterado o Anexo IX –Tabela para Cálculo da Taxa de Licença Relativa à Execução de Obras, Arruamento e Loteamentos - TLEO, da Lei Complementar 005/2009 de 08 de dezembro de 2009, de acordo com o anexo que é parte integrante da presente Lei Complementar.

Art. 3º. Fica alterado o Anexo XI – Tabela de Cálculo da Taxa de Utilização do Cemitério Público – TCP, da Lei Complementar 005/2009 de 08 de dezembro de 2009, de acordo com o anexo que é parte integrante da presente Lei Complementar.

Art. 4º. Fica alterado o Anexo XII – Tabela de Cálculo da Taxa de Expediente – TEX, da Lei Complementar 005/2009 de 08 de dezembro de 2009, de acordo com o anexo que é parte integrante da presente Lei Complementar.

Art. 5º. Fica alterado o Anexo XIII – Tabela de Taxa de Serviços Diversos – TSD, da Lei Complementar 005/2009 de 08 de dezembro de 2009, de acordo com o anexo que é parte integrante da presente Lei Complementar.

Art. 6º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 13 de abril de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

ANEXO IX

TABELA PARA CÁLCULO DA TAXA DE LICENÇA RELATIVA À EXECUÇÃO DE OBRAS, ARRUAMENTO E LOTEAMENTOS – TLEO

TIPO DE LICENÇA	UFRM
LICENÇA DE FISCALIZAÇÃO DE LOTEAMENTO E ARRUAMENTO	
A – Aprovação de loteamento, por lote	20
B – Aprovação de alinhamento, por Mt.Linear	1
C- Aprovação de desmembramento, por lote	20
LICENÇA PARA CONSTRUÇÃO	
A – Construção de alvenaria ou concreto, por m².	1,10
B – Construção de madeira ou mista, por m².	0,7
C – Construção tipo popular, por m².	0,4
D – Construção de piscina, por m².	1,10
E – Construção de muros, marquises, por m².	0,7
F – Reconstrução, reformas, reparos e demolição, por m².	0,7
OUTORGA HABITE-SE ATÉ 2 (DOIS) PAVIMENTOS – UNIDADES AUTÔNOMAS	
A – Até 100 m².	32
B – De 101 a 200 m².	45
C – De 201 a 300 m².	80
D – De 301 a 400 m².	130
E – De 401 a 500 m².	180
F – Acima de 500 m².	220
G – Prédios, condomínios, por unidade imobiliária	40
HABITE-SE POR UNIDADE COMERCIAL, INDUSTRIAL E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	
A – Até 100 m².	65
B – De 101 a 200 m².	95
C – De 201 a 300 m².	170
D – De 301 a 400 m².	260
E – De 401 a 500 m².	360
F – Acima de 500 m².	400
QUAISQUER OUTRAS OBRAS NÃO ESPECIFICADAS NESTA TABELA	
A – Por metro linear	22
B – Por m².	5,5

ANEXO XI

TABELA DE CÁLCULO DA TAXA DE UTILIZAÇÃO DO CEMITÉRIO PÚBLICO - TCP

TIPO DE SERVIÇO	Quantidade
1. Perpetuidade:	UFRM

a. De sepultura rasa,	119
b. De carneiro ou nicho,	150
c. De jazigo duplo,	230
2. Exumação	
a. Antes de vencido o prazo regulamentar de decomposição.	100
b. Depois de vencido o prazo regulamentar de decomposição.	50
3. Diversos	
a. Abertura de sepultura, carneiro, jazigo para inumação.	100
b. Entrada de ossada no cemitério.	50
c. Retirada de ossada do cemitério.	50
d. Remoção de ossada no interior do cemitério.	50
e. Utilização de ossário.	50
f. Outros serviços de cemitério não elencados nesta tabela.	50

ANEXO XII

TABELA DE CÁLCULO DA TAXA DE EXPEDIENTE - TEX

EXPEDIENTES		UFRM
1.	Emissão de 2ª via alvarás, cartões de inscrição, atestados, certidões em segundas vias.	10,00
2.	Emissão de documentos de arrecadação municipal – DAM	1,00
3.	Relações diversas, por lauda.	0,30
4.	Reanálise de projetos de construção	15,00
5.	Vistorias de qualquer natureza (pedidos de ligação de luz e água)	15,0
6.	Fornecimento de cópias, por lauda.	0,05

7.	Requerimentos diversos e outros expedientes não especificados	10
----	---	----

ANEXO XIII

TABELA DA TAXA DE SERVIÇOS DIVERSOS – TSD

SERVIÇOS		UFRM
1.	Numeração de prédios	10
2.	Colocação de placa de numeração quando não estiver instalada na unidade autônoma ou comercial	20
3.	Nova vistoria para concessão de habite-se.	30
4.	Serviços diversos com maquinário, por hora/ máquina.	30
5.	Inspeção de produtos de origem animal.	50
6.	Consulta de viabilidade para fins diversos	10
7.	Outros serviços administrativos não especificados	10
APREENSÃO DE BENS, OBJETOS E SEMOVENTES		UFRM
1.	Apreensão de bens móveis e objetos quaisquer aos depósitos municipais, por objeto e, por dia ou fração.	20
2.	APREENSÃO DE ANIMAIS AOS DEPÓSITOS MUNICIPAIS, POR DIA OU FRAÇÃO, POR ANIMAL	
A	Animais de pequeno porte	10
B	Animais de médio porte	30
C	Animais de grande porte	100

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2017

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2017

EXTRATO

O Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 08h30min (oito horas e trinta minutos), do dia 02 (dois) de maio de 2017, no Setor de Licitações, as propostas para PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento de mão de obra e reposição de peças originais, para reparos gerais do veículo Retroescavadeira Caterpillar 416E, ano 2014, pertencente à frota do Município de Presidente Castello Branco-SC, conforme Anexo I, deste Instrumento Convocatório. O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

A íntegra do presente Edital poderá ser obtido no site: www.castellobranco.sc.gov.br

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 13 DE ABRIL DE 2017.

Ademir Domingos Miotto

Prefeito Municipal

Presidente Nereu

PREFEITURA

CONTRATO 04/2017 - FMAS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03/2017

PREGÃO PRESENCIAL N º 03/2017

O pregoeiro da PREFEITURA MUNICIPAL de Presidente Nereu, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pela PORTARIA Nº 120/2017 de 04/01/2017, torna publico aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendem participar de Pregão Presencial nº 03/2017, do tipo por por item, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº 3.784 de 06/04/01, Lei nº subsidiariamente a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas Alterações e demais exigências deste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente certame a CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORIENTADOR SOCIAL PARA ATENDIMENTO NO CRAS DO MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU, conforme especificações e quantidades discriminadas no Anexo VIII – Termo de Referência deste Edital.

2. DO PRAZO DE ENTREGA

2.1. A CONTRATANTE firmará contrato o qual especificará formalmente a quantidade necessária do objeto contratado. serviços indicados na relação anexa deverão ser prestados pelo licitante adjudicado na PREFEITURA MUNICIPAL de Presidente Nereu, mediante ordem prévia do setor competente.

3. DO VALOR

3.1 A proposta a ser apresentada para cada item cotado, não poderá ultrapassar os valores previamente orçados e relacionados no termo de referência, Anexo VIII do presente edital, sob pena de desclassificação do proponente para o referido item.

4. DA ABERTURA, DIA, HORA E LOCAL

4.1. A Abertura do certame ocorrerá no dia 31/03/2017 às 09:15 horas, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, Praça Leão Dehon, 50, Centro, Presidente Nereu / SC.

4.2. Não havendo expediente na data marcada, a reunião será no primeiro dia útil subsequente, a mesma hora e local, salvo por motivo de força maior, ou qualquer outro fator ou fato imprevisível.

4.3. O recebimento e abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e documentos de habilitação, deverão ser entregues em envelopes separados e fechados até as 09:00 horas do dia 31/03/2017.

5. DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar desde Pregão os interessados que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos.

5.2. A participação na licitação importa total e irrestrita submissão dos proponentes às condições deste Edital.

5.3. Cada proponente deve apresentar um representante legal que, devidamente munido de contrato social ou credencial, será o único admitido a intervir em todas as fases do procedimento licitatório, quer por escrito, quer oralmente, respondendo assim, para todos os efeitos, por sua empresa representada.

5.4. Nenhuma pessoa física, ainda que credenciada por procuração legal, poderá representar mais de uma licitante.

6. DO CREDENCIAMENTO

6.1. O credenciamento se dará com a entrega:

a) do envelope, fechado, contendo a proposta de preços;

b) do envelope, contendo a documentação de habilitação, juntamente com as declarações dos anexos;

c) de Instrumento público de Procuração ou Instrumento Particular com firma reconhecida, indicando um único representante legal a manifestar-se em qualquer fase desta licitação, em nome da empresa, devendo para tanto, juntar fotocópia da cédula de identidade do mesmo, e exibir o original para conferência, ficando a licitante obrigada a acatar as declarações de seu preposto;

d) Em sendo sócio, proprietário ou dirigente da empresa proponente, deverá ser apresentada cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, juntamente com fotocópias da cédula de identidade do mesmo;

e) Em sendo pessoa física apresentar cópia de Identidade e CPF, exibir o original para conferência, ficando a licitante obrigada a acatar as declarações de seu preposto;

f) Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação (conforme modelo anexo);

g) DECLARAÇÃO DE PORTE EMPRESARIAL (se for o caso), enquadrada na forma da Lei Complementar 123/2006 e alterações da Lei Complementar nº 147/2014, e IN 103/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC), acompanhado com a Certidão expedida pela Junta Comercial para comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual (conforme modelo anexo).

7. NÃO PODERÃO CONCORRER DIRETAS OU INDIRETAMENTE, NESTA LICITAÇÃO.

- 6.1. Empresas ou pessoas em estado de falência, de concurso de credores, de dissolução ou liquidação;
- 6.2. Empresas ou pessoas que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Publicitária direta ou indireta, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública;
- 6.3. Servidor de qualquer órgão ou entidade vinculada ao órgão promotor da licitação, bem assim a empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico.

8. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DA PREÇOS E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

8.1. A proposta de Preços e a Documentação de Habilitação deverão ser apresentadas no local, dia e hora, determinados no Edital, em envelopes separados, devidamente fechados e rubricados no fecho, assim denominados:

- a) Envelopes nº 1 : Proposta de Preços ; e
- b) Envelope nº 2 : Documentos de habilitação

8.1.1. Os envelopes deverão conter, em suas partes externas, os seguintes dizeres:

Envelope nº 1 – Proposta de Preços

Entidade de Licitação

Edital do Pregão nº 03/2017

Razão Social ou Nome do Proponente:

CNPJ ou CPF nº: Envelope nº 2 – Documento de Habilitação

Entidade de Licitação

Edital de Pregão nº 03/2017

Razão Social ou Nome do Proponente:

CNPJ ou CPF nº: 8.2. A Proposta de Preços deverá ser apresentada em 01 (uma) via, de documento próprio, escrito em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, redigida com clareza, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada, assinada e rubricada todas as folhas pelo representante legal da licitante proponente, contendo:

- a) Termo de Proposta relacionando item cotado, conforme descrito no termo de Referência, Anexo VIII, do presente Edital;
- b) Endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver para contato, o nome e o número do Banco, Agência, Localidade e Conta Corrente em que deverá ser efetivado o crédito;
- c) Especificações do objeto de forma clara, descrevendo detalhadamente as características, técnicas;
- d) Preço unitário e total, conforme TERMO DE REFERENCIA - Anexo VIII, para o item ofertado, em real, expressos em algarismo, de forma clara e precisa, limitado rigorosamente ao objeto dessa licitação, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado;
- e) Em caso de Divergências entre o preço unitário e total, será considerado o primeiro;
- f) Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os materiais ser entregues sem ônus adicionais;
- g) Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação;
- h) Serão desclassificados as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento e, ainda, proposta que apresente valores unitários simbólicos, irrisórios, de valor zero, excessivos ou manifestamente inexequíveis.

9. DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES

9.1. A reunião para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços, Documentos de Habilitação, será publicada e dirigida pelo Pregoeiro, na data, horário e local e, nos termos determinados neste Edital, devendo os envelopes ser entregues lacrados da seguinte forma:

- 9.1.1. O envelope nº 01 (Proposta de Preços) juntamente com o credenciamento onde comprove que o interessado ou o seu representante legal possui poderes para formulação de ofertas e lances verbais, bem como praticar todos os demais atos inerentes ao certame;
- 9.1.2. O envelope nº 2 (Documentos de Habilitação) com a declaração de que atende os requisitos (conforme Anexo);
- 9.1.3. Declarada a abertura da sessão pelo Pregoeiro, não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início ao recebimento dos envelopes, juntamente com declarações dos interessados ou de seus representantes, dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, em conformidade com a Artigo 4º, inciso VII da Lei nº 10.520;
- 9.1.4. Serão abertos os envelopes contendo as Propostas de Preços, cujos documentos serão lidos, conferidos e rubricados pelo Pregoeiro e pelos participantes que o desejarem.

10. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E DA ADJUDIÇÃO

10.1. Para julgamento das propostas será adotado o critério de menor lance ofertado para os lotes.

10.2. As propostas que estiverem acima do valor máximo estipulado no Anexo VIII – Termo de referência serão Desclassificadas.

10.3. Após a abertura dos envelopes contendo as propostas de preços, o Pregoeiro e sua equipe de apoio classificará o licitante autor da proposta de menor do lote, e aqueles que tenham apresentados proposta em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento),

relativamente à de menor preço, conforme disposto no inciso VI do artigo nº 11 do Decreto nº 3.555/2000.

10.4. Quando não forem verificadas, no mínimo, 03 (três) propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem acima, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de 03 (três), para que seus proponentes participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas suas propostas escritas, conforme disposto no inciso VII, do artigo 11, do mesmo decreto.

10.5. O empate entre dois ou mais licitantes somente ocorrerá quando houver igualdade de preços entre as propostas escritas e quando não houver lances para definir o desempate. Neste caso o desempate ocorrerá por meio de sorteio a ser realizado durante a sessão do presente Pregão.

10.6. Aos licitantes classificados será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, iniciando-se pelo último classificado e prosseguindo-se com os demais licitantes em ordem decrescente de classificação.

10.7. Os lances verbais destinam-se a cobrir o lance do primeiro classificado, ou seja, tem de ser, obrigatoriamente, inferior a este, não sendo aceitos lances para igualar valores, nem cujo resultado aferido seja dízima, caso em que o mesmo será arredondado para menor.

10.8. A desistência do licitante em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na sua exclusão da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço por ele apresentado, para efeito de ordenação das propostas.

10.9. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço do lote e o respectivo valor do preço máximo para a aquisição dos materiais.

10.10. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenada às propostas exclusivamente pelo critério de menor preço por lance, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, decidindo motivadamente a respeito.

10.11. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital e seus Anexos, será declarado pelo Pregoeiro o licitante vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto.

10.12. Se a proposta classificada em primeiro lugar não for aceitável ou seu autor não atender aos requisitos de habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, na ordem de classificação, até a apuração do licitante que atenda a todas as exigências do Edital, inclusive quanto à documentação de habilitação, o qual será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto.

10.13. Nas situações previstas nos subitem acima, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para tentar obter preço melhor.

10.14. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades estabelecidas neste Edital.

10.15. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que no final, deverá ser assinada pelo Pregoeiro e licitantes presentes.

10.16. Não será motivo de desclassificação simples omissões que sejam irrelevantes para o entendimento da proposta, que não venham causar prejuízo para a Administração e nem firam os direitos dos demais licitantes.

10.17. Em caso da empresa desejar usufruir dos direitos de ME, EPP e MEI, as mesmas deverão apresentar DECLARAÇÃO DE PORTE EMPRESARIAL (modelo em Anexo), enquadrada na forma da Lei Complementar 123/2006 e alterações da Lei Complementar nº 147/2014, e IN 103/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC), acompanhado com a Certidão expedida pela Junta Comercial para comprovação da condição, (estes documentos devem vir fora dos envelopes de Proposta e Habilitação);

11. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº 2)

10.1. Os PROPONENTES deverão apresentar no Envelope nº 2 – “Documentos de Habilitação” que demonstrem atendimento às exigências que são indicadas a seguir.

10.2. Para fins de habilitação, as licitantes deverão apresentar os seguintes documentos:

10.1.1 RELATIVAMENTE À SITUAÇÃO JURÍDICA: PESSOA JURÍDICA

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratado de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores;

b) Decreto de autorização devidamente publicado, em se tratado de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de investidura ou nomeação da diretoria em exercício;

d) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ-MF);

e) Certificado de no mínimo Nível Médio do orientador contratado;

f) Declaração com comprovação de vínculo do funcionário que prestará os serviços ao município, acompanhado de comprovação do mesmo estar cursando o curso ou que possua certificado de Curso de Libras.

11.2.1.1. RELATIVAMENTE À REGULARIDADE FISCAL:

a) Certificado de Regularidade de Situação com o FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;

b) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, por meio da apresentação da Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, comprovando sua regularidade com a Fazenda Estadual, do domicílio fiscal da Filial, em caso de empresas de outros Estados, e da Matriz em caso de empresas locais ou de empresas de outros Estados sem filial no local da licitação;

c) Certidão Negativa de Débitos Relativos Aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;

d) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal por meio da apresentação da Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, comprovando sua regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio fiscal;

e) Prova de Regularidade junto a Justiça do Trabalho;

f) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data não superior a 90 (noventa) dias, contados da data de apresentação da Proposta.

11.2.3. RELATIVAMENTE À PESSOA FÍSICA

a) Certificado de no mínimo Nível Médio;

b) Declaração com comprovação de o profissional estar cursando o curso ou que possua certificado de Curso de Libras.

11.2.3.1. RELATIVAMENTE À REGULARIDADE FISCAL:

- a) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, por meio da apresentação da Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, comprovando sua regularidade com a Fazenda Estadual;
- b) Certidão Negativa de Débitos Relativos Aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal por meio da apresentação da Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, comprovando sua regularidade com a Fazenda Municipal de seu domicílio;
- d) Prova de Regularidade junto a Justiça do Trabalho;
- e) Cópia de Identidade e CPF;
- f) Certidão de Insolvência Financeira (falência pessoal).

11.3. AS LICITANTES DEVERÃO AINDA OBSERVAR:

11.3.1. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

11.3.2. Os documentos poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por membro da equipe de apoio do Pregão ou, ainda, por publicação em órgão de imprensa oficial.

11.3.3. As empresas estrangeiras não estabelecidas no Brasil terão que anexar:

- a) Comprovação, pelos meios usuais no país de origem da Licitante, de sua regularidade jurídico / fiscal;
- b) Demonstrativos financeiros e contábeis, a fim de comprovar que a Licitante tem capacidade financeira necessária para executar o contrato;
- c) A Entidade de Licitação reserva-se o direito de fazer cópias dos documentos constitutivos da licitante a fim de confirmar a sua nacionalidade;
- d) Os documentos apresentados com a validade expirada acarretarão a inabilitação do proponente. Os documentos que não possuírem prazo de validade, somente serão aceitos com data não excedente a 90 (noventa) dias, da data de sua emissão;
- e) A licitante que for isenta do cumprimento de alguma das exigências habilitatórias, deverá apresentar cópia autenticada do ato ou Decreto ou publicação em imprensa oficial, concedendo a isenção;
- f) Os documentos emitidos pela Internet somente terão validade se forem em Original ou Autenticados por Cartório competente;
- g) Caso não compareça ao ato de abertura o representante legal da empresa, somente o preposto, devidamente credenciado, poderá manifestar-se na licitação.

11. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

12.1 Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa, poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

12.2 Caberá ao Pregoeiro decidir sobre o pedido de impugnação do Edital no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, conforme estabelecido no 1º Artigo 12 do Decreto n º 3.555/2000.

12.3. Acolhido o pedido de impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

13. DOS RECURSOS

13.1. Depois de declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar, motivadamente, sua intenção de interpor recurso, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar as contra-razões, em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

13.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e consequentemente haverá a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

13.3. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.4. A petição poderá ser feita na própria sessão de recebimento e, se oral, será reduzida a termo em ata.

13.5. Após decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedidos, a autoridade competente homologará a adjudicação do objeto a licitante vencedora.

14. DAS PENALIDADES

14.1. As licitantes, participantes deste certame, que cometerem os delitos mencionados no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e art. 14 do decreto n º 3.555, de 08/08/2000, estão sujeitadas às penalidades neles previstas.

14.2. As multas serão calculadas em 0,5% (meio por cento) sobre o valor total da fatura, por dia em que, sem justa causa, a licitante vencedora não cumprir as obrigações assumidas ou cumpri-las em desacordo com o estabelecido neste Pregão, até o máximo de 10 (dez) dias, quando então incidirá em outras comissões legais.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. O descumprimento das obrigações e demais condições do Edital sujeitará a Licitante às seguintes sanções, quando for o caso:

I. Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com o Poder Público;

II. Multa de 1% (um por cento) ao dia e até 10% (dez por cento) do valor da nota de empenho, pelo atraso da entrega do material;

III. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Poder Público por prazo não superior a 05 (cinco) anos.

15.2. Fica facultada a defesa prévia da licitante, em qualquer caso de aplicação de penalidades, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato.

16. DO PAGAMENTO

16.1. Os pagamentos serão efetuados mensalmente após a execução do objeto, na quantidade solicitada pela Contratante e mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura.

17. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente, classificada sob n °

12
001
0008
0244
1602
2006
33903606000000
01000000
12
001
0008
0244
1602
2006
33903905000000
01000000

18. REAJUSTE DE PREÇO

18.1. Os preços apresentados pelos licitantes serão reajustáveis pelo índice IGPM após o prazo não inferior a 12 meses da assinatura do contrato.

19 DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

19.1 Executar o objeto licitado conforme necessidade da CONTRATANTE, rigorosamente dentro do prazo de no máximo 24 (vinte e quatro) horas após solicitação através de ordem de serviço, no CRAS do Município de Presidente Nereu, sendo 35 horas semanais, de segunda a sexta feira, conforme horário estipulado pela secretaria requisitante, sob fiscalização da mesma.

20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1 As Licitantes deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório e a execução deste, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira. Aqueles que agirem de má-fé estarão sujeitos às penalidades previstas em Lei.

20.2 Caso a licitante se recuse a executar o objeto contratual ou venha a fazê-lo fora das especificações estabelecidas, a Entidade de licitação poderá, independentemente de qualquer aviso ou notificação, rescindir o contrato e optar pela convocação dos demais Licitantes na ordem de classificação.

20.3 Fica assegurado à entidade de Licitação o Direito de:

20.3.1. Adiar a data de abertura da presente Licitação, dando conhecimento aos interessados, através de publicação no Mural Público Municipal, com a antecedência de pelo menos 24(vinte e quatro) horas, antes da data inicialmente marcada;

20.3.2. Anular ou revogar, no todo ou em parte, o presente pregão, a qualquer tempo, desde que ocorrentes as hipóteses de ilegalidade ou interesse público, dando ciência aos interessados;

20.3.3. Alterar as condições deste Edital ou qualquer documento pertinente a este Pregão, fixando novo prazo, não inferior a 08 (oito) dias úteis, para a abertura das propostas, a contar da publicação das alterações;

20.3.4. A participação neste Pregão implicará aceitação integral e irrevogável das normas do Edital e do Termo de Referência, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares, ressalvados o direito de impugnação e recurso;

20.3.5. É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informação que deveria constar no ato sessão pública;

20.3.6. A licitante vencedora ficará responsável por quaisquer danos que venha a causar a terceiros ou ao patrimônio da Entidade de licitação, durante a execução do objeto, reparando, às suas custas, os mesmos, sem que lhe caiba nenhuma indenização por parte da Entidade de Licitação;

20.3.7. A Licitante que pretender obter esclarecimento sobre este Edital e seus anexos deverá solicitá-los por escrito, por meio da carta, telegrama ou fac-símile, enviados ao endereço abaixo, até 02 dias úteis antes da data estabelecida para a apresentação das propostas, e serão atendidos, dentro do menor prazo, pela Entidade de Licitação que comunicará por escrito aos demais interessados que tenham retirado os Editais. No caso de ausência da solicitação pressupõe-se que os elementos constantes deste ato convocatório são suficientes, claros e precisos, não cabendo, portanto, posteriormente, qualquer reclamação;

20.3.8. Após o contrato assinado poderá ser suspenso pelo prazo de 30 dias ou mais durante o recesso de fim de ano sem vencimentos para o licitante contratado.

20.3.9. Solicitar consultas:

Prefeitura Municipal de Presidente Nereu – Santa Catarina

Praça Leão Dehon – 50 – Centro - 88.184-000 Fone / Fax (47) 3362-1108

compras@presidentenereu.sc.gov.br

21. DOS ANEXOS:

- Anexo I – Minuta do Contrato;
- Anexo II – Declaração que não emprega menor;
- Anexo III – Carta de Credenciamento;
- Anexo IV – Declaração para Habilitação;
- Anexo V – Declaração de Idoneidade;
- Anexo VI - Declaração de Porte Empresarial;
- Anexo VII - Declaração de Comprometimento;
- Anexo VIII - Termo de Referência;
- Anexo IX – Modelo de Proposta.

22. DO FORO

22.1. O foro para solucionar os litígios decorrentes deste Edital é o da Justiça Comum da Comarca de Rio do Sul.

Presidente Nereu, 20 de março de 2017.

IDEMARA VENTURA VOLTOLINI
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 03/2017
PREGÃO PRESENCIAL N ° 03/2017

ANEXO I

MINUTA DE CONTRATO

Que entre si fazem o Município de PRESIDENTE NEREU, representado pelo Fundo Municipal de Assistência Social, pessoa jurídica de direito público interno, com centro administrativo na Praça Leão Dehon, 50, inscrito no CNPJ sob nº. 13.735.201/0001-89, neste ato representado pela Sra. Gestora do Fundo, inscrita no CPF sob o nº de ora em diante denominada de CONTRATANTE, e de outro lado inscrita no CNPJ ou CPF sob nº com sede Neste ato representado pelo Sr. residente e domiciliado em inscrita no CPF sob nº de ora em diante denominada de CONTRATADA, tem entre si as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui o objeto do presente contrato a CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORIENTADOR SOCIAL PARA ATENDIMENTO NO CRAS DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros para pagamento de que trata este Edital, serão provenientes do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta do orçamentário:

12

001

0008
0244
1602
2006
33903606000000
01000000
12
001
0008
0244
1602
2006
33903905000000
01000000

CLAUSULA QUARTA: DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS

I - O valor global do presente instrumento contratual é de R\$(.....), sendo o valor de R\$
(.....) mensais.

II - Os pagamentos devidos à adjudicada será efetuado mensalmente, até o dia 10 (dez) do mês subsequente a prestação dos serviços.

CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE

Os valores contratados serão reajustados pelo índice IGPM a cada final de exercício de 12 meses.

CLÁUSULA SEXTA: VIGÊNCIA

A vigência da contratação se estenderá até 31 de dezembro de 2017, podendo ser renovado por mais 12 meses, através de termo aditivo do contrato, assim sucessivamente até o limite de 60 meses, conforme inciso II, artigo 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

- A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido no objeto deste edital e seus adendos.
- Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.
- Arcar com a responsabilidade das obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.
- O presente contrato não será de nenhuma forma fundamento para a constituição de vínculo trabalhista para o Município.
- A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.
- A contratada deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.
- Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

I - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

CLÁUSULA NONA: DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- Executar o objeto licitado conforme necessidade da CONTRATANTE, rigorosamente dentro do prazo de no máximo 24 (vinte e quatro) horas após solicitação através de ordem de serviço, no CRAS do Município de Presidente Nereu, sendo 35 horas semanais, de segunda a sexta-feira, conforme horário estipulado pela secretaria requisitante, sob fiscalização da mesma.
- Após o contrato assinado poderá ser suspenso pelo prazo de 30 dias ou mais durante o recesso de fim de ano sem vencimentos para o

licitante contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, § II e Art. 77 à 80 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, conforme segue:

- a) advertência;
- b) multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado, cumulável com as demais sanções;
- c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
- e) As inadimplências supra, bem como as penalidades consequentes, serão julgadas e propostas pela Comissão Permanente de Licitações, ao Chefe do Poder Executivo, que as aplicará através de Decreto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital de Pregão nº 03/2017, bem como à proposta apresentada ao mesmo pelo contratado e aos termos da lei nº 8.666/93-consolidada, especialmente nos casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

PRESIDENTE NEREU-SC, de de 2017.

CONTRATANTE

CONTRATADO

Gestor Municipal

Testemunhas:

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica

Assessor Jurídico

OAB/SC

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03/2017

PREGÃO PRESENCIAL N º 03/2017

ANEXO II

PREGÃO PRESENCIAL Nº. .../20...

DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa) -----, inscrita no CNPJ nº. -----, por intermédio de seu representante legal Sr. (a): -----, portador (a) da Carteira de Identidade nº. ----- CPF nº. ----- DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

.....

DATA

.....
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
CARIMBO DA EMPRESA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 03/2017
PREGÃO PRESENCIAL N ° 03/2017

ANEXO III

PREGÃO PRESENCIAL N°. .../20...

CREDENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o (a) Sr. (a) -----, portador (a) da Cédula de Identidade nº. -----, e CPF sob nº. -----, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de ----- (SC), na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 03/2017, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da -----, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

_____, em _____ de _____ 20

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social (se empresa)
e Nome e Assinatura do Representante Legal.

(Obs.: Deve vir fora dos envelopes de habilitação e proposta).

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 03/2017
PREGÃO PRESENCIAL N ° 03/2017

ANEXO IV

PREGÃO PRESENCIAL N°. .../20...

DECLARAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório – PREGÃO PRESENCIAL N°. 03/2017, que esta empresa atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida na Cláusula V, do edital convocatório.

_____, em ____ de _____ 20....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social (se empresa)
e Nome e Assinatura do Representante Legal.

(Obs.: Deve vir fora dos envelopes de habilitação e proposta).

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 03/2017
PREGÃO PRESENCIAL N ° 03/2017

ANEXO V

PREGÃO PRESENCIAL N°. 03/2017

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Presencial nº. 03/2017, instaurado pela Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, de ----- de 20

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social (se empresa)
e Nome e Assinatura do Representante Legal.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03/2017
PREGÃO PRESENCIAL N º 03/2017

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE PORTE EMPRESARIAL

A empresa (Colocar razão social conforme cartão CNPJ ou nome e CPF), , declara, sob as penas da lei, para fins de obtenção do tratamento simplificado e diferenciado de que trata a Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, que se enquadra nas condições estabelecidas em seu art. 43º, e que não apresenta nenhum dos impedimentos previstos no §4º desse mesmo artigo.

Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e consideração.

-----, ---- de ----- de 20

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social (se empresa)
e Nome e Assinatura do Representante Legal.

(Obs.: Deve vir fora dos envelopes de habilitação e proposta).

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03/2017
PREGÃO PRESENCIAL N º 03/2017

ANEXO VII

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2017.

DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO

A CNPJ ou CPF n.º , declara, sob as penas da lei, possuir restrição nos documentos de comprovação da regularidade fiscal, conforme faculdade prevista na Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, e se compromete a adotar todas as medidas necessárias, em razão do prazo concedido para este fim, para tentar promover sua regularização fiscal, caso venha a formular o lance vencedor, cumprindo plenamente os demais requisitos de habilitação para o Pregão Presencial nº. 03/2017

Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e consideração.

-----, ---- de ----- de 20

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social (se empresa)
e Nome e Assinatura do Representante Legal.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03/2017
PREGÃO PRESENCIAL N º 03/2017

ANEXO VIII

TERMO DE REFERÊNCIA

UN	QNT		DESCRIÇÃO	VALOR MÁXIMO UNIT. R\$	VALOR MÁXIMO TOTAL R\$
1	9	MES	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORIENTADOR SOCIAL PARA ATENDIMENTO NO CRAS DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU, SENDO 35 HORAS SEMANAIS, COM AS SEGUINTE ATRIBUIÇÕES: • RECEPÇÃO E OFERTA DE INFORMAÇÃO ÀS FAMÍLIAS USUÁRIAS DO CRAS; • MEDIAÇÃO DOS PROCESSOS GRUPAIS, PRÓPRIOS DOS SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS, OFERTADOS NO CRAS; • PARTICIPAÇÃO DE REUNIÕES SISTEMÁTICAS DE PLANEJAMENTO DE ATIVIDADES E DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE TRABALHO COM A EQUIPE DE REFERÊNCIA DO CRAS; • PARTICIPAÇÃO DAS ATIVIDADES DE CAPACITAÇÃO.	1.450,00	13.050,00

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03/2017
PREGÃO PRESENCIAL N º 03/2017

ANEXO IX**PROPOSTA COMERCIAL**

NOME: _____

CNPJ OU CPF: _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

FONE: (____) _____

Apresento(amos) nossa(minha) proposta para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORIENTADOR SOCIAL PARA ATENDIMENTO NO CRAS DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU ao longo do exercício, em conformidade com o estabelecido no Edital de Pregão Registro de Preço nº. 03/2017, acatando todas as estipulações consignadas no Edital.

UN	QNT		DESCRIÇÃO	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
1	9	MES	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORIENTADOR SOCIAL PARA ATENDIMENTO NO CRAS DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU, SENDO 35 HORAS SEMANAIS, COM AS SEGUINTE ATRIBUIÇÕES: • RECEPÇÃO E OFERTA DE INFORMAÇÃO ÀS FAMÍLIAS USUÁRIAS DO CRAS; • MEDIAÇÃO DOS PROCESSOS GRUPAIS, PRÓPRIOS DOS SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS, OFERTADOS NO CRAS; • PARTICIPAÇÃO DE REUNIÕES SISTEMÁTICAS DE PLANEJAMENTO DE ATIVIDADES E DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE TRABALHO COM A EQUIPE DE REFERÊNCIA DO CRAS; • PARTICIPAÇÃO DAS ATIVIDADES DE CAPACITAÇÃO.		

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: _____

Atesto como verdadeira e assumo qualquer responsabilidade, referente a proposta acima demonstrada, retirando-me o direito de reclamar sobre qualquer valor nela relacionado.

data: ____/____/____

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social (se empresa)
e Nome e Assinatura do Representante Legal.

PREGÃO 17/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17/2017

PREGÃO PRESENCIAL N º 17/2017

O pregoeiro da PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pela PORTARIA Nº 185/2017 de 15/03/2017, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendem participar de Pregão Presencial nº 17/2017, do tipo menor preço por item, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº 3.784 de 06/04/01, Lei nº subsidiariamente a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas Alterações e demais exigências deste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente certame a contratação de empresa especializada para fornecer licença de uso de sistemas de gestão pública, bem como implantação e execução de serviços complementares, por um período de 48 (quarenta e oito) meses, conforme especificação constante do Anexo I do presente Edital.

1.1.1 - Os sistemas de Gestão Pública a serem oferecidos para a Prefeitura Municipal são o Sistema de Avaliação Funcional, Sistema de Conselhos Municipais, Sistema de Controle de Esportes, Sistema de Obras e Programas Sociais e Sistema de Geração e Publicações dos Relatórios de Contas Públicas (Lei 9.755 e 10.520).

1.1.2 – Os valores a serem pagos pela locação do software de controle patrimonial para cada um dos Fundos e Fundações Municipais serão empenhados e contabilizados nas suas respectivas Unidades Gestoras.

2. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. A Execução do objeto licitado será conforme necessidade da CONTRATANTE, rigorosamente dentro do prazo de no máximo 24 (vinte

e quatro) horas após solicitação por requerimento do Município de Presidente Nereu, sendo realizado visitas técnicas no Município de Presidente Nereu, conforme quantidade de horas estipuladas pela secretaria requisitante, sob fiscalização da mesma.

3. DO VALOR

3.1 A proposta a ser apresentada para cada item cotado, não poderá ultrapassar os valores previamente orçados e relacionados no termo de referência, Anexo VIII do presente edital, sob pena de desclassificação do proponente para o referido item.

4. DA ABERTURA, DIA, HORA E LOCAL

4.1. A Abertura do certame ocorrerá no dia 28 de abril de 2017 às 14:15 horas, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, Praça Leão Dehon, 50, Centro, Presidente Nereu / SC.

4.2. Não havendo expediente na data marcada, a reunião será no primeiro dia útil subsequente, a mesma hora e local, salvo por motivo de força maior, ou qualquer outro fator ou fato imprevisível.

4.3. O recebimento e abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e documentos de habilitação, deverão ser entregues em envelopes separados e fechados até as 14:00 horas do dia 28 de abril de 2017.

5. DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar desde Pregão os interessados que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos.

5.2. A participação na licitação importa total e irrestrita submissão dos proponentes às condições deste Edital.

5.3. Cada proponente deve apresentar um representante legal que, devidamente munido de contrato social ou credencial, será o único admitido a intervir em todas as fases do procedimento licitatório, quer por escrito, quer oralmente, respondendo assim, para todos os efeitos, por sua empresa representada.

5.4. Nenhuma pessoa física, ainda que credenciada por procuração legal, poderá representar mais de uma licitante.

6. DO CREDENCIAMENTO

6.1 – Serão admitidos a participar desta Licitação os que estejam legalmente estabelecidos na forma da Lei, para os fins do objeto pleiteado.

6.2 - A proponente que assim o desejar, poderá apresentar, inicialmente e em separado dos envelopes, carta de credenciamento (anexo III) com a indicação do representante credenciado, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da empresa proponente.

6.2.1 - O credenciamento far-se-á por meio de:

a) Instrumento público de procuração e documento de identificação do representante com foto; ou

b) Instrumento particular com firma reconhecida, acompanhado de certidão simplificada da Junta Comercial, ou cópia do Contrato Social autenticada em Cartório ou por Servidor Público Municipal e documento de identificação com foto do representante; ou

c) Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, deverá apresentar a cópia autenticada do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e documento de identificação com foto.

6.2.2 - Não será desclassificada a proposta em função do não credenciamento do proponente, porém o mesmo ficará impedido de participar da etapa de lances, nem interpor recurso e tampouco manifestar-se na sessão.

6.2.3 - Os documentos apresentados nos subitens de 6.2.1, "a", "b" e "c" deverão ser originais, ou, se a proponente preferir apresentá-los em fotocópia, a mesma deverá estar autenticada ou acompanhada de original para possível autenticação em sessão pela Pregoeira.

6.3 - A proponente também deverá apresentar inicialmente e em separado dos envelopes:

6.3.1 - Declaração de Ciência das normas do edital, dando ciência de que a empresa licitante cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos na Cláusula Quinta deste Edital, conforme modelo Anexo IV. Em se tratando de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que não possui regularidade fiscal na data da sessão, a mesma deverá constar nesta Declaração que atende aos requisitos necessários à habilitação, com exceção da regularidade fiscal.

6.4 – MICRO EMPRESAS – ME, OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP:

6.4.1 - Para fins de gozo dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 e demais alterações da lei complementar 147/2014, os representantes de Microempresas – ME, e Empresas de Pequeno Porte – EPP, deverão ao credenciar-se apresentar os seguintes documentos:

a) Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial para comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (se for o caso), na forma do art. 8º da IN nº 103/2007 do Departamento de Nacional de Registro do Comércio (DNRC) ou, em se tratando de Sociedade Simples, deverá apresentar Documento expedido pelo Registro Civil de Pessoas Jurídicas, sob pena de ser desconsiderada a condição de ME ou EPP.

b) Declaração de enquadramento em conformidade com o art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, afirmando ainda que não se enquadram em nenhuma das hipóteses do §4º do art. 3º da referida LC, conforme modelo do Anexo VII.

6.5 - Somente poderão se manifestar no transcorrer das reuniões, os representantes das proponentes, desde que devidamente credenciados.

6.6 - A não observância das vedações deste item é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento se sujeita às penalidades cabíveis.

6.7 - A participação neste certame implica aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

6.8 - O prazo para credenciamento encerra-se no momento da abertura da sessão do Pregão.

OBS: Os documentos de credenciamento acima deverão ser apresentados em mãos, quando da abertura da sessão, não podendo estar em nenhum dos envelopes lacrados, pois os mesmos não poderão ser abertos, sob pena de não credenciar o representante.

7. NÃO PODERÃO CONCORRER DIRETAS OU INDIRETAMENTE, NESTA LICITAÇÃO.

- 6.1. Empresas ou pessoas em estado de falência, de concurso de credores, de dissolução ou liquidação;
- 6.2. Empresas ou pessoas que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Publicitária direta ou indireta, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública;
- 6.3. Servidor de qualquer órgão ou entidade vinculada ao órgão promotor da licitação, bem assim a empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico.

8. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DA PREÇOS E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

8.1. A proposta de Preços e a Documentação de Habilitação deverão ser apresentadas no local, dia e hora, determinados no Edital, em envelopes separados, devidamente fechados e rubricados no fecho, assim denominados:

- a) Envelopes nº 1 : Proposta de Preços ; e
- b) Envelope nº 2 : Documentos de habilitação

8.1.1. Os envelopes deverão conter, em suas partes externas, os seguintes dizeres:

Envelope nº 1 – Proposta de Preços

Entidade de Licitação

Edital do Pregão nº 17/2017

Razão Social:

CNPJ ou CPF nº: Envelope nº 2 – Documento de Habilitação

Entidade de Licitação

Edital de Pregão nº 17/2017

Razão Social:

CNPJ ou CPF nº: 8.2. A Proposta de Preços deverá ser apresentada em 01 (uma) via, de documento próprio, escrito em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, redigida com clareza, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada, assinada e rubricada todas as folhas pelo representante legal da licitante proponente, contendo:

- a) Termo de Proposta relacionando item cotado, conforme descrito no termo de Referência, Anexo VIII, do presente Edital;
- b) Endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver para contato, o nome e o número do Banco, Agência, Localidade e Conta Corrente em que deverá ser efetivado o crédito;
- c) Especificações do objeto de forma clara, descrevendo detalhadamente as características, técnicas;
- d) Preço unitário e total, conforme TERMO DE REFERENCIA - Anexo VIII, para o item ofertado, em real, expressos em algarismo, de forma clara e precisa, limitado rigorosamente ao objeto dessa licitação, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado;
- e) Em caso de Divergências entre o preço unitário e total, será considerado o primeiro;
- f) Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os materiais ser entregues sem ônus adicionais;
- g) Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação;
- h) Serão desclassificados as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento e, ainda, proposta que apresente valores unitários simbólicos, irrisórios, de valor zero, excessivos ou manifestamente inexequíveis.

9. DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES

9.1. A reunião para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços, Documentos de Habilitação, será publicada e dirigida pelo Pregoeiro, na data, horário e local e, nos termos determinados neste Edital, devendo os envelopes ser entregues lacrados da seguinte forma:

- 9.1.1. O envelope nº 01 (Proposta de Preços) juntamente com o credenciamento onde comprove que o interessado ou o seu representante legal possui poderes para formulação de ofertas e lances verbais, bem como praticar todos os demais atos inerentes ao certame;
- 9.1.2. O envelope nº 2 (Documentos de Habilitação) com a declaração de que atende os requisitos (conforme Anexo);
- 9.1.3. Declarada a abertura da sessão pelo Pregoeiro, não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início ao recebimento dos envelopes, juntamente com declarações dos interessados ou de seus representantes, dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, em conformidade com a Artigo 4º, inciso VII da Lei nº 10.520;
- 9.1.4. Serão abertos os envelopes contendo as Propostas de Preços, cujos documentos serão lidos, conferidos e rubricados pelo Pregoeiro e pelos participantes que o desejarem.

10. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E DA ADJUDIÇÃO

- 10.1. Para julgamento das propostas será adotado o critério de menor preço global.
- 10.2. As propostas que estiverem acima do valor máximo estipulado no Anexo VIII – Termo de referência serão Desclassificadas.
- 10.3. Após a abertura dos envelopes contendo as propostas de preços, o Pregoeiro e sua equipe de apoio classificará o licitante autor da proposta de menor global, e aqueles que tenham apresentado proposta em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço, conforme disposto no inciso VI do artigo nº 11 do Decreto nº 3.555/2000.
- 10.4. Quando não forem verificadas, no mínimo, 03 (três) propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem acima, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de 03 (três), para que seus proponentes participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas suas propostas escritas, conforme disposto no inciso VII, do artigo 11, do mesmo decreto.

10.5. O empate entre dois ou mais licitantes somente ocorrerá quando houver igualdade de preços entre as propostas escritas e quando não houver lances para definir o desempate. Neste caso o desempate ocorrerá por meio de sorteio a ser realizado durante a sessão do presente Pregão.

10.6. Aos licitantes classificados será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, iniciando-se pelo último classificado e prosseguindo-se com os demais licitantes em ordem decrescente de classificação.

10.7. Os lances verbais destinam-se a cobrir o lance do primeiro classificado, ou seja, tem de ser, obrigatoriamente, inferior a este, não sendo aceitos lances para igualar valores, nem cujo resultado aferido seja dízima, caso em que o mesmo será arredondado para menor.

10.8. A desistência do licitante em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na sua exclusão da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço por ele apresentado, para efeito de ordenação das propostas.

10.9. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço do lote e o respectivo valor do preço máximo para a aquisição dos materiais.

10.10. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenada às propostas exclusivamente pelo critério de menor preço por lance, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, decidindo motivadamente a respeito.

10.11. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital e seus Anexos, será declarado pelo Pregoeiro o licitante vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto.

10.12. Se a proposta classificada em primeiro lugar não for aceitável ou seu autor não atender aos requisitos de habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, na ordem de classificação, até a apuração do licitante que atenda a todas as exigências do Edital, inclusive quanto à documentação de habilitação, o qual será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto.

10.13. Nas situações previstas nos subitem acima, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para tentar obter preço melhor.

10.14. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades estabelecidas neste Edital.

10.15. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que no final, deverá ser assinada pelo Pregoeiro e licitantes presentes.

10.16. Não será motivo de desclassificação simples omissões que sejam irrelevantes para o entendimento da proposta, que não venham causar prejuízo para a Administração e nem firam os direitos dos demais licitantes.

10.17. Em caso da empresa desejar usufruir dos direitos de ME, EPP e MEI, as mesmas deverão apresentar DECLARAÇÃO DE PORTE EMPRESARIAL (modelo em Anexo), enquadrada na forma da Lei Complementar 123/2006 e alterações da Lei Complementar nº 147/2014, e IN 103/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC), acompanhado com a Certidão expedida pela Junta Comercial para comprovação da condição, (estes documentos devem vir fora dos envelopes de Proposta e Habilitação);

11. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº 2)

10.1. Os PROPONENTES deverão apresentar no Envelope nº 2 – “Documentos de Habilitação” que demonstrem atendimento às exigências que são indicadas a seguir.

10.2. Para fins de habilitação, as licitantes deverão apresentar os seguintes documentos:

5.1.1 - Habilitação Jurídica:

5.1.1.1 - Registro Comercial, no caso de empresa individual, ou;

5.1.1.2 - Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;

5.1.1.3 - Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, ou;

5.1.1.4 - Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e Ato de Registro ou Autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.1.1.5 – Será obrigatório, sob pena de inabilitação, que o licitante tenha em seus atos constitutivos/objeto social as atividades compatíveis com o objeto deste Edital.

5.1.1.6 – Declaração de cumprimento do disposto no Artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, ou seja, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezois anos, conforme modelo (ANEXO VIII).

5.1.2 - Regularidade Fiscal e Trabalhista:

5.1.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias.

5.1.2.2 - Certidão de Regularidade relativa à Seguridade Social - INSS demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

5.1.2.3 - Certidão Conjunta Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa relativos aos Tributos e Contribuições Federais e à Dívida Ativa da União com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias quando não constar expressamente no corpo da Certidão o seu prazo de validade.

5.1.2.4 - Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa para com a Fazenda Estadual com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, quando não constar expressamente no corpo da mesma o seu prazo de validade.

5.1.2.5 - Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de negativa de débitos Municipais, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, quando não constar expressamente no corpo da mesma o seu prazo de validade.

5.1.2.6 - Certidão de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS demonstrando a situação regular no cumprimento dos encargos instituídos por Lei.

5.1.2.7 – Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos trabalhistas instituídos por Lei.

OBS.: As certidões negativas deverão ser do domicílio ou sede da licitante.

5.1.3 – Qualificação Econômico-Financeira:

5.1.3.1 - Certidão Negativa de Falência, Concordata ou Recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, onde conste o prazo de validade e não havendo, somente será aceita com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias.

4.0.4 – Qualificação Técnica:

5.1.4.1 – Atestado (s) de capacidade técnica, expedido (s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando a experiência da licitante com softwares de gestão pública, nos Sistema de Avaliação Funcional, Sistema de Conselhos Municipais, Sistema de Controle de Esportes, Sistema de Obras e Programas Sociais e Sistema de Geração e Publicações dos Relatórios de Contas Públicas (Lei 9.755 e 10.520).

11.3. AS LICITANTES DEVERÃO AINDA OBSERVAR:

11.3.1. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

11.3.2. Os documentos poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por membro da equipe de apoio do Pregão ou, ainda, por publicação em órgão de imprensa oficial.

11.3.3. As empresas estrangeiras não estabelecidas no Brasil terão que anexar:

a) Comprovação, pelos meios usuais no país de origem da Licitante, de sua regularidade jurídico / fiscal;

b) Demonstrativos financeiros e contábeis, a fim de comprovar que a Licitante tem capacidade financeira necessária para executar o contrato;

c) A Entidade de Licitação reserva-se o direito de fazer cópias dos documentos constitutivos da licitante a fim de confirmar a sua nacionalidade;

d) Os documentos apresentados com a validade expirada acarretarão a inabilitação do proponente. Os documentos que não possuírem prazo de validade, somente serão aceitos com data não excedente a 90 (noventa) dias, da data de sua emissão;

e) A licitante que for isenta do cumprimento de alguma das exigências habilitatórias, deverá apresentar cópia autenticada do ato ou Decreto ou publicação em imprensa oficial, concedendo a isenção;

f) Os documentos emitidos pela Internet somente terão validade se forem em Original ou Autenticados por Cartório competente;

g) Caso não compareça ao ato de abertura o representante legal da empresa, somente o preposto, devidamente credenciado, poderá manifestar-se na licitação.

11. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

12.1 Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa, poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

12.2 Caberá ao Pregoeiro decidir sobre o pedido de impugnação do Edital no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, conforme estabelecido no 1º Artigo 12 do Decreto n º 3.555/2000.

12.3. Acolhido o pedido de impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

13. DOS RECURSOS

13.1. Depois de declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar, motivadamente, sua intenção de interpor recurso, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar as contrarrazões, em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

13.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e consequentemente haverá a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

13.3. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.4. A petição poderá ser feita na própria sessão de recebimento e, se oral, será reduzida a termo em ata.

13.5. Após decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedidos, a autoridade competente homologará a adjudicação do objeto a licitante vencedora.

14. DAS PENALIDADES

14.1. As licitantes, participantes deste certame, que cometerem os delitos mencionados no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e art. 14 do decreto n º 3.555, de 08/08/2000, estão sujeitadas às penalidades neles previstas.

14.2. As multas serão calculadas em 0,5% (meio por cento) sobre o valor total da fatura, por dia em que, sem justa causa, a licitante vencedora não cumprir as obrigações assumidas ou cumpri-las em desacordo com o estabelecido neste Pregão, até o máximo de 10 (dez) dias, quando então incidirá em outras comissões legais.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. O descumprimento das obrigações e demais condições do Edital sujeitará a Licitante às seguintes sanções, quando for o caso:

I. Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com o Poder Público;

II. Multa de 1% (um por cento) ao dia e até 10% (dez por cento) do valor da nota de empenho, pelo atraso da entrega do material;

III. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Poder Público por prazo não superior a 05 (cinco) anos.

15.2. Fica facultada a defesa prévia da licitante, em qualquer caso de aplicação de penalidades, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato.

16. DO PAGAMENTO

16.1. O pagamento relativo ao item 2 será efetuado pela Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, em 03 (três) parcelas, mediante apresentação da nota fiscal que será liquidada 10 dias contados da entrega da mesma, e não será reajustado, sendo a primeira no percentual de 1/3 do valor da implantação e o saldo em 30 e 60 dias após o pagamento da primeira.

16.2. O pagamento da locação dos sistemas será efetuado mensalmente até o 10º dia útil de cada mês subsequente, mediante apresentação

da nota fiscal de serviços.

17. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente, classificada sob n °

03	DEPTO DE ADMINISTRACAO
001	DEPTO DE ADMINISTRACAO
0004	ADMINISTRACAO
0122	ADMINISTRACAO GERAL
1301	ADMINISTRAÇÃO GERAL
2003	Manutenção das Atividades Administrativas
33903911000000	LOCACAO DE SOFTWARES
01000000	Recursos Ordinários
03	DEPTO DE ADMINISTRACAO
001	DEPTO DE ADMINISTRACAO
0004	ADMINISTRACAO
0122	ADMINISTRACAO GERAL
1301	ADMINISTRAÇÃO GERAL
2003	Manutenção das Atividades Administrativas
33903999000000	OUTROS SERV. TERCEIROS PESSOA JURIDICA
01000000	Recursos Ordinários

18. REAJUSTE DE PREÇO

18.1. Os preços apresentados pelos licitantes serão reajustáveis pelo índice do INPC da FGV, ou na falta desse, pelo índice legalmente permitido à época, mediante requerimento da contratada, com o prazo de até 30 (trinta) dias anteriores ao reajuste. após o prazo não inferior a 12 meses da assinatura do contrato.

19. A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

18.1 A Execução do objeto licitado será conforme necessidade da CONTRATANTE, rigorosamente dentro do prazo máximo 15 (quinze) dias úteis após solicitação através do requerimento do Município de Presidente Nereu;

18.2 A contratada deverá converter os dados dos sistemas hoje em uso, mediante acesso ao banco de dados disponibilizado pelo município;

18.3 A contratada deverá prestar os serviços discriminados na presente licitação, com toda habilidade e capacitação técnica necessárias, dentro dos prazos e condições fixados;

18.4 A contratada deverá manter em completo sigilo as informações que lhe forem confiadas, pelo município, para implantação do sistema, não podendo cedê-las a terceiros, sob nenhum pretexto, comprometendo-se, por seus empregados e prepostos, a tê-las sob boa guarda;

18.5 A contratada deverá promover e coordenar reuniões de apresentação dos sistemas aos responsáveis pelos setores competentes, de acordo com planos e cronogramas a serem definidos;

18.6 A Prefeitura fornecerá todos os dados e informações que deverão servir como base dos trabalhos, prestando assistência à contratada no cumprimento de seus deveres em decorrência do contrato celebrado;

18.7 A Prefeitura decidirá sobre documentos, relatórios, pareceres e fluxogramas, se for o caso, referentes aos trabalhos desenvolvidos pela contratada, nos prazos estabelecidos;

18.8 A Prefeitura Municipal de Nereu reserva-se aos seguintes direitos:

a) de deixar de contratar, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação de acordo com sua necessidade e disponibilidade financeira, sem que caiba à Contratada direito de indenização;

b) de anular ou revogar a presente licitação, nos termos do art. 49 da lei n.º 8.666/93.

18.9 A licitante ao encaminhar sua proposta declara que concorda e aceita todas condições descritas neste ato convocatório e nos seus anexos;

20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1 As Licitantes deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório e a execução deste, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira. Aqueles que agirem de má-fé estarão sujeitos às penalidades previstas em Lei.

20.2 Caso a licitante se recuse a executar o objeto contratual ou venha a fazê-lo fora das especificações estabelecidas, a Entidade de licitação poderá, independentemente de qualquer aviso ou notificação, rescindir o contrato e optar pela convocação dos demais Licitantes na ordem de classificação.

20.3 Fica assegurado à entidade de Licitação o Direito de:

20.3.1. Adiar a data de abertura da presente Licitação, dando conhecimento aos interessados, através de publicação no Mural Público Municipal, com a antecedência de pelo menos 24(vinte e quatro) horas, antes da data inicialmente marcada;

20.3.2. Anular ou revogar, no todo ou em parte, o presente pregão, a qualquer tempo, desde que ocorrentes as hipóteses de ilegalidade ou interesse público, dando ciência aos interessados;

20.3.3. Alterar as condições deste Edital ou qualquer documento pertinente a este Pregão, fixando novo prazo, não inferior a 08 (oito) dias úteis, para a abertura das propostas, a contar da publicação das alterações;

20.3.4. A participação neste Pregão implicará aceitação integral e irrevogável das normas do Edital e do Termo de Referência, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares, ressalvados o direito de impugnação e recurso;

20.3.5. É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informação que deveria constar no ato sessão pública;

20.3.6. A licitante vencedora ficará responsável por quaisquer danos que venha a causar a terceiros ou ao patrimônio da Entidade de licitação, durante a execução do objeto, reparando, às suas custas, os mesmos, sem que lhe caiba nenhuma indenização por parte da Entidade de Licitação;

20.3.7. A Licitante que pretender obter esclarecimento sobre este Edital e seus anexos deverá solicitá-los por escrito, por meio da carta, telegrama ou fac-símile, enviados ao endereço abaixo, até 02 dias úteis antes da data estabelecida para a apresentação das propostas, e serão atendidos, dentro do menor prazo, pela Entidade de Licitação que comunicará por escrito aos demais interessados que tenham retirado os Editais. No caso de ausência da solicitação pressupõe-se que os elementos constantes deste ato convocatório são suficientes, claros e precisos, não cabendo, portanto, posteriormente, qualquer reclamação;

20.3.8. Após o contrato assinado poderá ser suspenso pelo prazo de 30 dias ou mais durante o recesso de fim de ano sem vencimentos para o licitante contratado.

20.3.9. Solicitar consultas:

Prefeitura Municipal de Presidente Nereu – Santa Catarina

Praça Leão Dehon – 50 – Centro - 88.184-000 Fone / Fax (47) 3362-1108

compras@presidentenereu.sc.gov.br

21. DOS ANEXOS:

- Anexo I – Minuta do Contrato;
- Anexo II – Declaração que não emprega menor;
- Anexo III – Carta de Credenciamento;
- Anexo IV – Declaração para Habilitação;
- Anexo V – Declaração de Idoneidade;
- Anexo VI - Declaração de Porte Empresarial;
- Anexo VII - Declaração de Comprometimento;
- Anexo VIII - Termo de Referência;
- Anexo IX – Modelo de Proposta.

22. DO FORO

22.1. O foro para solucionar os litígios decorrentes deste Edital é o da Justiça Comum da Comarca de Rio do Sul.

Presidente Nereu, 13 de abril de 2017.

ISAMAR DE MELO

Prefeito Municipal

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17/2017

PREGÃO PRESENCIAL N º 17/2017

ANEXO I

MINUTA DE CONTRATO

Que entre si fazem o Município de PRESIDENTE NEREU, pessoa jurídica de direito público interno, com centro administrativo na Praça Leão Dehon, 50, inscrito no CNPJ sob nº. 83.102.699/0001-28, neste ato representado pela Sr., Prefeito Municipal inscrito no CPF sob o nº de ora em diante denominada de CONTRATANTE, e de outro lado inscrita no CNPJ ou CPF sob n.º com sede Neste ato representado pelo Sr. residente e domiciliado em inscrita no CPF sob n.º resolvem celebrar este contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 17/2017, vinculado ao Pregão Presencial nº 17/2017, tendo entre si, como justo e contratado, o que se segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Do Objeto

Constitui o objeto do presente contrato a contratação de empresa especializada para fornecer licença de uso de sistemas de gestão pública, bem como implantação e execução de serviços complementares, por um período de 48 (quarenta e oito) meses.

Os sistemas de Gestão Pública a serem oferecidos para a Prefeitura Municipal são o Sistema de Avaliação Funcional, Sistema de Conselhos Municipais, Sistema de Controle de Esportes, Sistema de Obras e Programas Sociais e Sistema de Geração e Publicações dos Relatórios de Contas Públicas (Lei 9.755 e 10.520).

CLÁUSULA SEGUNDA – Regime de Execução

Os serviços serão executados de conformidade com as especificações constantes do edital de origem do processo licitatório supra citado, e proposta da CONTRATADA, que ficam fazendo parte integrante deste Contrato como se aqui estivessem transcritos.

CLÁUSULA TERCEIRA – Preço

O valor deste Contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de R\$00 (..... reais), sendo:

1. Locação e Manutenção dos Sistemas

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	48	Mês	Sistema de Avaliação Funcional		
2	48	Mês	Sistema de Geração e Publicação de Contas Públicas		
3	48	Mês	Sistema de Conselhos Municipais		
4	48	Mês	Sistema de Controle de Esportes		
5	48	Mês	Sistema de Obras e Programas Sociais		
6	20	Hora	Suporte técnico após a implantação dos sistemas		
7	20	Hora	Alterações específicas da contratante		
Valor Total R\$					

2 . Conversão

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
8	5	Conv.	Conversão, implantação e treinamento dos sistemas.		
Valor Total R\$					

CLÁUSULA QUARTA – Condições de Pagamento

4.1- O pagamento relativo ao item 2 será efetuado pela Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, em 03 (três) parcelas, mediante apresentação da nota fiscal que será liquidada 10 dias contados da entrega da mesma, e não será reajustado, sendo a primeira no percentual de 1/3 do valor da implantação e o saldo em 30 e 60 dias após o pagamento da primeira.

4.2. O pagamento da locação dos sistemas será efetuado mensalmente até o 10º dia útil de cada mês subsequente, mediante apresentação da nota fiscal de serviços.

4.3 - Em caso de atraso, incidirá sobre o valor das locações multa de 2% (dois por cento), mais juros de 1% (um por cento) ao mês, a título de compensação financeira, desde o dia subsequente ao do vencimento até o do seu efetivo pagamento.

4.4 - O valor da locação dos sistemas, somente será reajustado após o primeiro ano contratual, com base no índice INPC da FGV Fundação Getúlio Vargas, ou na falta desses, pelo índice legalmente permitido à época, mediante requerimento da CONTRATADA, com o prazo de até 30 (trinta) dias anteriores aos reajustes anuais.

4.5 - Caso ocorram alterações na legislação que rege a política econômica do País, o preço ofertado para a licença de uso dos sistemas, será reajustado, mediante aplicação de índices oficiais, independente do estabelecido no subitem 4.4.

CLÁUSULA QUINTA – Prazos

O prazo de vigência do presente Contrato é de 48 (quarenta e oito) meses.

CLÁUSULA SEXTA – Recurso Orçamentário

As despesas provenientes do objeto do presente Contrato correção pelas seguintes dotações orçamentárias:

03	DEPTO DE ADMINISTRACAO
001	DEPTO DE ADMINISTRACAO
0004	ADMINISTRACAO
0122	ADMINISTRACAO GERAL
1301	ADMINISTRAÇÃO GERAL
2003	Manutenção das Atividades Administrativas
33903911000000	LOCACAO DE SOFTWARES
01000000	Recursos Ordinários
03	DEPTO DE ADMINISTRACAO
001	DEPTO DE ADMINISTRACAO
0004	ADMINISTRACAO
0122	ADMINISTRACAO GERAL
1301	ADMINISTRAÇÃO GERAL
2003	Manutenção das Atividades Administrativas
33903999000000	OUTROS SERV. TERCEIROS PESSOA JURIDICA
01000000	Recursos Ordinários

CLÁUSULA SÉTIMA – Responsabilidades do MUNICÍPIO

7.1 - Fornecer os elementos básicos e dados complementares necessários à prestação dos serviços.

7.2 - Notificar à CONTRATADA, por escrito, quaisquer irregularidades que venham ocorrer, em função da prestação dos serviços.

7.3 - Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, na forma estabelecida na Cláusula Quarta.

7.4 - Fornecer todo o material necessário para o bom andamento dos trabalhos, quando solicitado pela CONTRATADA.

7.5- Facilitar o acesso dos técnicos da CONTRATADA às áreas de trabalho, registros, documentação e demais informações necessárias ao bom desempenho das funções.

7.6 - Designar um técnico devidamente capacitado para acompanhar a implantação dos sistemas e desempenhar as atividades de coordenação técnica e administrativa do projeto.

7.7 - Responsabilizar-se pela supervisão, gerência e controle de utilização dos sistemas, incluindo:

7.7.1 - Assegurar a configuração adequada de máquina e instalação dos sistemas;

7.7.2 - Manter backup adequado para satisfazer às necessidades de segurança, assim como "restart" e recuperação no caso de falha de

máquina.

- 7.7.3 - Dar prioridade aos técnicos da CONTRATADA para utilização do equipamento do MUNICÍPIO quando da visita técnica dos mesmos.
- 7.8 - Caberá ao MUNICÍPIO solicitar formalmente à CONTRATADA a instalação dos sistemas do seu interesse e os serviços de assistência técnica necessários ao perfeito funcionamento dos sistemas;
- 7.9 - Usar os sistemas locado exclusivamente nas unidades gestoras, vedada a sua cessão a terceiros a qualquer título.
- 7.10 - Dispor de equipamentos de informática adequados para instalação dos sistemas;
- 7.11 - Facilitar o acesso dos técnicos da CONTRATADA às áreas de trabalho, registros, documentação e demais informações necessárias ao cumprimento das suas responsabilidades.

CLÁUSULA OITAVA – Responsabilidades da CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se a:

- 8.1 - Instalar os sistemas de sua propriedade autorizados formalmente pelo MUNICÍPIO no prazo máximo declarado, a contar do recebimento da autorização emitida pelo MUNICÍPIO.
- 8.2 - Sempre que necessário ou solicitado pelo MUNICÍPIO, atualizar e/ou melhorar os sistemas locados, de forma a atender a legislação Federal e/ou Estadual, especialmente, à Lei de Responsabilidade Fiscal, de acordo com as melhores técnicas e com pessoal capacitado.
- 8.3 - Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do presente contrato, sem prévia e expressa anuência do MUNICÍPIO.
- 8.4 - Executar satisfatoriamente e em consonância com as regras contratuais o serviço ajustado nos termos da Cláusula Primeira.
- 8.5 - Utilizar na execução do serviço contratado pessoal qualificado para o exercício das atividades que lhe forem confiadas.
- 8.6 - Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por si assumidas, todas as condições e prazos firmados na proposta comercial.
- 8.7 - Manter o(s) servidor(es) do MUNICÍPIO, encarregado(s) de acompanhar os trabalhos, a par do andamento do projeto, prestando-lhe(s) as informações necessárias.
- 8.8 - Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais resultantes da execução deste contrato.
- 8.9 - Desenvolver todas as atividades constantes no presente edital, bem como seguir as especificações funcionais do mesmo.
- 8.10 - Prestar suporte técnico na forma e nos prazos estabelecidos no Edital.
- 8.11 - Tratar como confidenciais, informações e dados contidos nos sistemas, guardando total sigilo perante terceiros.
- 8.12 - A empresa vencedora obriga-se a aceitar os acréscimos ou supressões que o MUNICÍPIO solicitar, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, bem como a prestar os serviços conforme as especificações deste edital.

CLÁUSULA NONA – Prazos e Condições de Instalação dos Sistemas

- 9.1- Assinado o contrato, a CONTRATADA deverá implantar os sistemas no prazo máximo declarado, a contar da data de recebimento da autorização emitida pelo MUNICÍPIO.
- 9.2- O trabalho operacional de levantamento dos dados cadastrais que for necessário à implantação efetiva dos sistemas é de responsabilidade do MUNICÍPIO sob orientação e suporte da CONTRATADA. A conversão e o aproveitamento dos dados cadastrais informatizados, porventura já existentes na unidade gestora, são de responsabilidade da CONTRATADA, desde que disponibilizados pelo MUNICÍPIO.
- 9.3- Qualquer alteração nos prazos de entrega dependerá de prévia aprovação por escrito do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA – Das Penalidades

- 10.1 – Pelo atraso e inexecução total ou parcial deste contrato, ressalvados os motivos de força maior devidamente comprovados e a critérios do MUNICÍPIO, a CONTRATADA sujeitar-se-á às seguintes sanções:
 - 10.1.1 – Multa
 - 10.1.1.1 – Pelo atraso injustificado na instalação de sistemas, inferior a 30 (trinta) dias contados do recebimento da autorização emitida pelo MUNICÍPIO, 0,2% (zero vírgula dois por cento) ao dia de atraso, calculado sobre o valor total do contrato. (Preço total mensal dos sistemas objeto da licitação, multiplicado pelo número de meses do contrato).
 - 10.1.1.2 – Pelo atraso injustificado na instalação de sistemas, superiores a 30(trinta) dias, contados do recebimento da autorização emitida pelo MUNICÍPIO, 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia de atraso, calculado na forma estabelecida no subitem 10.1.1.1 deste contrato.
 - 10.1.1.3 – Pelo atraso injustificado no atendimento a solicitação de suporte técnico formulado pelo MUNICÍPIO, 0,1% (zero vírgula um por cento) por hora de atraso, calculado na forma estabelecida no subitem 10.1.1.1 deste contrato.
 - 10.1.1.4 – Pelo descumprimento injustificado de quaisquer das outras cláusulas contratuais que não aquelas relacionadas ao atraso, 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato, calculado na forma estabelecida no subitem 10.1.1.1 deste contrato.
 - 10.1.2 – Advertência escrita.
 - 10.1.3 – Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Prefeitura pelo prazo de até um ano, aplicada pelo Prefeito Municipal.
 - 10.1.4 – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Prefeitura enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação ao Prefeito Municipal, a qual será concedida sempre que a contratada ressarcir à Prefeitura pelos Prejuízos resultantes da infração e depois de decorrido o prazo de um ano, facultada a defesa da contratada no prazo de dez dias da abertura de visto.
- 10.2 – A multa não impede que o MUNICÍPIO rescinda unilateralmente este contrato e aplique outras sanções.
- 10.3 – A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada nos pagamentos eventualmente devidos pelo MUNICÍPIO ou cobrada judicialmente.
- 10.4 – As sanções de suspensão temporária, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicados juntamente com a multa, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de cinco dias úteis.
- 10.5 – Da aplicação de qualquer multa será a CONTRATADA intimada para recolhê-la aos cofres do MUNICÍPIO no prazo de trinta dias úteis.
- 10.6 – Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA se esta deixar de recolher qualquer multa que lhe for imposta, dentro do prazo previsto.
- 10.7 - O montante de multas aplicadas à CONTRATADA não poderá ultrapassar a 10,0% (dez por cento) do valor global do contrato. Caso aconteça, o MUNICÍPIO terá o direito de rescindir o contrato mediante notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – Rescisão

- 11.1 - A ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93 ensejará a rescisão do contrato.
- 11.2 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 11.3 - Os casos de rescisão administrativa ou amigável serão precedidos de comunicação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
- 11.4 - Em caso de inadimplemento por parte do MUNICÍPIO, o presente contrato poderá ser rescindido ou suspenso.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – Alteração

A alteração de qualquer dos dispositivos estabelecidos neste contrato, somente se reputará válida se tomadas expressamente em instrumento Aditivo, passando a dele fazer parte.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – Foro

Para dirimir questões decorrentes deste contrato fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul/SC com renúncia expressa a qualquer outro. E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente em 3 vias de igual teor e forma, diante de duas testemunhas para um só efeito.

_____, ____/____/2017.

MUNICÍPIO DE _____ CONTRATADA

Testemunhas:

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica

Assessor Jurídico
OAB/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17/2017
PREGÃO PRESENCIAL N º 17/2017

ANEXO II

DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa) -----, inscrita no CNPJ nº. -----, por intermédio de seu representante legal Sr. (a): -----, portador (a) da Carteira de Identidade nº. ----- CPF nº. ----- DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

.....
DATA

.....
Carimbo da Empresa identificando a Razão Social
e Nome e Assinatura do Representante Legal.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17/2017
PREGÃO PRESENCIAL N º 17/2017

ANEXO III

CREDENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o (a) Sr. (a) -----, portador (a) da Cédula de Identidade nº. -----, e CPF sob nº. -----, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de (SC), na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 17/2017, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da -----, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

_____, em _____ de _____ 20

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social
e Nome e Assinatura do Representante Legal.

(Obs.: Deve vir fora dos envelopes de habilitação e proposta).

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17/2017
PREGÃO PRESENCIAL N º 17/2017

ANEXO IV

DECLARAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 17/2017, que esta empresa atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida na Cláusula V, do edital convocatório.

_____, em ____ de _____ 20....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social
e Nome e Assinatura do Representante Legal.

(Obs.: Deve vir fora dos envelopes de habilitação e proposta).

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17/2017
PREGÃO PRESENCIAL N º 17/2017

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Presencial nº. 17/2017, instaurado pela Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por expressão da verdade, firmamos a presente.

-----,----- de ----- de 20

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social
e Nome e Assinatura do Representante Legal.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17/2017
PREGÃO PRESENCIAL N º 17/2017

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE PORTE EMPRESARIAL

A empresa (Colocar razão social conforme cartão CNPJ, , declara, sob as penas da lei, para fins de obtenção do tratamento simplificado e diferenciado de que trata a Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, que se enquadra nas condições estabelecidas em seu art. 43º, e que não apresenta nenhum dos impedimentos previstos no §4º desse mesmo artigo.

Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e consideração.

-----,----- de ----- de 20

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social
e Nome e Assinatura do Representante Legal.

(Obs.: Deve vir fora dos envelopes de habilitação e proposta).

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17/2017
PREGÃO PRESENCIAL N º 17/2017

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO

A, CNPJ ou CPF n.º, declara, sob as penas da lei, possuir restrição nos documentos de comprovação da regularidade fiscal, conforme faculdade prevista na Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, e se compromete a adotar todas as medidas necessárias, em razão do prazo concedido para este fim, para tentar promover sua regularização fiscal, caso venha a formular o lance vencedor, cumprindo plenamente os demais requisitos de habilitação para o Pregão Presencial nº. 17/2017

Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e consideração.

-----, ---- de ----- de 20

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social
e Nome e Assinatura do Representante Legal.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17/2017
PREGÃO PRESENCIAL N º 17/2017

ANEXO VIII

TERMO DE REFERÊNCIA

Características e especificações técnicas mínimas dos sistemas solicitados:

1) Sistema de Avaliação Funcional:

- 0.1. Permitir a elaboração dos questionários para as etapas de Avaliação de estágio Probatório e Avaliações de Desempenho Funcional;
- 0.2. Permitir o cadastramento de quantas avaliações forem necessárias para o Estágio Probatório, segundo a legislação da entidade;
- 0.3. Permitir o cadastramento de quantas avaliações forem necessárias para o Desempenho Funcional, segundo a legislação da entidade;
- 0.4. Permitir o cadastramento de faltas, licenças e suspensões de forma que os reflexos sejam considerados na obtenção das Progressões Funcionais;
- 0.5. Permitir o cadastramento de cursos para o controle de concessão de Progressões de Capacitação;
- 0.6. Permitir a elaboração dos relatórios Gerencias das Avaliações tais como: Ata da Avaliação, Parecer Conclusivo de Estágio Probatório, Relatórios Analítico para publicação;
- 0.7. Permitir a elaboração de Relatório de Controle por funcionário, evidenciado as faltas, licenças, suspensões, bem como, as etapas da Avaliação de Estágio Probatório e Progressões Funcionais, alcançadas na carreira;
- 0.8. Permitir o controle sobre a concessão das Licenças Prêmios ao longo da carreira do Servidor.
- 0.9. Expedir Avisos automáticos ao Usuário quando o Servidor tiver concluído períodos de licença.

2) Sistema de Contas Públicas

- 2.1. Oferecer espaço, incluso no custo, de hospedeiro para armazenamento e hospedagem dos relatórios gerados e publicados;
- 2.2. Oferecer página para demonstração dos relatórios gerados e publicados;
- 2.3. Permitir a publicação dos Relatórios Definidos na Lei federal 9.755;
- 2.4. Permitir a publicação dos Relatórios do Balanço Anual;
- 2.5. Permitir a publicação dos Relatórios da LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- 2.6. Permitir a publicação dos Relatórios da LRF – RREO e RGF;
- 2.7. Permitir a publicação dos Relatórios de Audiências Públicas;
- 2.8. Permitir a publicação da Lei Federal 10.520 – Lei dos Pregões.

3) Sistema de Controle de Conselhos Municipais

- 3.1 - Oferecer espaço, incluso no custo, de hospedeiro para armazenamento e hospedagem do banco de dados do sistema;
- 3.2. Permitir registro dos Conselhos Municipais;
- 3.3. Possibilitar a visualização dos dados cadastrais e imagem dos membros de cada Conselho, separando os titulares dos suplentes.
- 3.4. Possibilitar a consulta dos resultados das eleições dos conselheiros tutelares do município;
- 3.5. Possibilitar a consulta da agenda de plantões dos membros do Conselho Tutelar do município;
- 3.6 Possibilitar a consulta e visualização da legislação relacionada a cada um dos Conselhos, tais como: lei de criação, decreto de regulamentação, decreto de nomeações...etc.;
- 3.7. Permitir a possibilidade de publicar a agenda e dados das reuniões, como a ata, lista de presenças, galeria de imagens;
- 3.8 possibilitar o cadastro e visualização das atividades (diário) de cada conselho municipal;
- 3.9 Possibilitar o cadastro e visualização das competências e atribuições de cada conselho municipal.

4) Sistema de Controle de Esportes

- 4.1 - Oferecer espaço, incluso no custo, de hospedeiro para armazenamento e hospedagem do banco de dados do sistema;
- 4.2. Permitir o gerenciamento de todas as etapas de campeonatos nas modalidades coletivas de Futebol de Salão, Futebol Suíço, Futebol de Campo e Bocha;
- 4.3. Permitir a geração automática da tabela de jogos de cada campeonato;
- 4.4. Permitir o cadastramento/resgate de campeonatos de exercícios anteriores realizados pela Entidade;
- 4.5. Permitir a emissão de relatórios gerenciais de cada campeonato como artilharia, cartões, pontuação, classificação atualizada...etc.
- 4.6. Permitir a emissão de relatórios gerenciais englobando todos os campeonatos realizados pela entidade em uma mesma modalidade, de forma a identificar o artilheiro geral, o campeão de cartões, o maior artilheiro por jogo...etc.;
- 4.7. Permitir ao cadastramento da sumula de jogo em tempo real com a atualização automática da classificação;
- 4.8. Manter o histórico do atleta ao longo das competições;
- 4.9. Manter o Histórico nas equipes ao longo das competições;
- 4.10. Oferecer espaço para publicação de arquivos e documentos relacionados as equipes.

5) Sistema de Obras e Programas Sociais

- 5.1. Oferecer espaço, incluso no custo, de hospedeiro para armazenamento e hospedagem dos relatórios gerados e publicados;
- 5.2. Permitir o cadastramento das obras realizadas pela Entidade;
- 5.3. Permitir o cadastro de informações da Obra como o Processo Licitatório, Empresa Executora, Fontes de Financiamento;
- 5.4. Permitir identificar os Engenheiros responsáveis de cada etapa da Obra;
- 5.5. Permitir o cadastramento de todas as etapas, incluindo registro fotográfico;
- 5.6. Permitir a consulta das Obras por Programa do PPA e por Função de Governo.
- 5.7. Permitir a consulta de Obras em Andamento ou Concluídas;
- 5.8. Permitir a consulta das Obras por Exercício Financeiro;
- 5.9. Permitir o Cadastramento de Programas Sociais promovidos pela Entidade em todas as suas áreas;
- 5.10. Permitir o Cadastramento dos integrantes de cada Programa Social;
- 5.11. Permitir o cadastramento e visualização de arquivos e documentos relacionados a cada um dos Programas Sociais.
- 5.12. Permitir o Cadastramento de todas as atividades desenvolvidas por determinado Programa, incluindo registro fotográfico;
- 5.13. Permitir a consulta das atividades por exercício financeiro.

6) Do Preço máximo

1. Locação e Manutenção dos Sistemas

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	VALOR MÁXIMO UNIT	VALOR MÁXIMO TOTAL
1	48	Mês	Sistema de Avaliação Funcional	350,00	16.800,00
2	48	Mês	Sistema de Geração e Publicação de Contas Públicas	375,00	18.000,00
3	48	Mês	Sistema de Conselhos Municipais	300,00	14.400,00
4	48	Mês	Sistema de Controle de Esportes	300,00	14.400,00
5	48	Mês	Sistema de Obras e Programas Sociais	300,00	14.400,00
6	20	Hora	Suporte técnico após a implantação dos sistemas	60,00	1.200,00
7	20	Hora	Alterações específicas da contratante	60,00	1.200,00
Valor Total R\$					80.400,00

2 . Conversão

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	VALOR MÁXIMO UNIT	VALOR MÁXIMO TOTAL
8	5	Conv.	Conversão, implantação e treinamento dos sistemas.	1.500,00	7.500,00
Valor Total R\$					7.500,00

Presidente Nereu, 13 de abril de 2017.

ISAMAR DE MELO

Prefeito Municipal

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17/2017

PREGÃO PRESENCIAL N º 17/2017

ANEXO IX

PROPOSTA COMERCIAL

NOME: _____

CNPJ: _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

FONE: (____) _____

Apresentamos nossa proposta para fornecer licença de uso de sistemas de gestão pública, bem como implantação e execução de serviços complementares, por um período de 48 (quarenta e oito) meses, em conformidade com o estabelecido no Edital de Pregão Registro de Preço nº. 17/2017, acatando todas as estipulações consignadas no Edital.

1. Locação e Manutenção dos Sistemas

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	48	Mês	Sistema de Avaliação Funcional		
2	48	Mês	Sistema de Geração e Publicação de Contas Públicas		
3	48	Mês	Sistema de Conselhos Municipais		
4	48	Mês	Sistema de Controle de Esportes		
5	48	Mês	Sistema de Obras e Programas Sociais		

6	20	Hora	Suporte técnico após a implantação dos sistemas		
7	20	Hora	Alterações específicas da contratante		
Valor Total R\$					

2 . Conversão

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
8	5	Conv.	Conversão, implantação e treinamento dos sistemas.		
Valor Total R\$					

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: _____

Atesto como verdadeira e assumo qualquer responsabilidade, referente a proposta acima demonstrada, retirando-me o direito de reclamar sobre qualquer valor nela relacionado.

Validade da Proposta _____ no mínimo 60 (sessenta dias)

data: ____/____/____

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social e Nome e Assinatura do Representante Legal.

PREGÃO 18/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 18/2017

PREGÃO PRESENCIAL N ° 18/2017

O pregoeiro da PREFEITURA MUNICIPAL de Presidente Nereu, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendem participar de Pregão Presencial n° 18/2017, do tipo por item, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei n° 10.520, de 17/07/2002, Decreto n° 3.555, de 08/08/2000 , Decreto n° 3.693 de 20/12/2000, Decreto n° 3.784 de 06/04/01, Lei n° subsidiariamente a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas Alterações e demais exigências deste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente certame a CONTRATAÇÃO DE UM(A) PROFESSOR(A) OU EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AULA DE PINTURA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA DE PRESIDENTE NEREU, conforme especificações e quantidades discriminadas no Anexo VIII – Termo de Referência deste Edital.

2. DO PRAZO DE ENTREGA

2.1. A CONTRATANTE firmará contrato na qual deverá a CONTRATADA ficar à disposição da Secretaria todas as terças-feiras e quintas-feiras, no horário vespertino e noturno com total de doze (12) horas semanais, para realizar as aulas no Centro de Presidente Nereu, em local a definir.

3. DO VALOR

3.1 A proposta a ser apresentada para cada item cotado, não poderá ultrapassar os valores previamente orçados e relacionados no termo de referência, Anexo VIII do presente edital, sob pena de desclassificação do proponente para o referido item.

4. DA ABERTURA, DIA, HORA E LOCAL

4.1. A Abertura do certame ocorrerá no dia 28/04/2017 às 09:15 horas, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, Praça Leão Dehon, 50, Centro, Presidente Nereu / SC.

4.2. Não havendo expediente na data marcada, a reunião será no primeiro dia útil subsequente, a mesma hora e local, salvo por motivo de força maior, ou qualquer outro fator ou fato imprevisível.

4.3. O recebimento e abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e documentos de habilitação, deverão ser entregues em envelopes separados e fechados até as 09:00 horas do dia 28/04/2017.

5. DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar desde Pregão os interessados que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos.

5.2. A participação na licitação importa total e irrestrita submissão dos proponentes às condições deste Edital.

5.3. Cada proponente deve apresentar um representante legal que, devidamente munido de contrato social ou credencial, será o único admitido a intervir em todas as fases do procedimento licitatório, quer por escrito, quer oralmente, respondendo assim, para todos os efeitos, por sua empresa representada.

5.4. Nenhuma pessoa física, ainda que credenciada por procuração legal, poderá representar mais de uma licitante.

6. DO CREDENCIAMENTO

6.1. O credenciamento se dará com a entrega:

- a) do envelope, fechado, contendo a proposta de preços;
- b) do envelope, contendo a documentação de habilitação, juntamente com as declarações dos anexos;
- c) de Instrumento público de Procuração ou Instrumento Particular com firma reconhecida, indicando um único representante legal a manifestar-se em qualquer fase desta licitação, em nome da empresa, devendo para tanto, juntar fotocópia da cédula de identidade do mesmo, e exibir o original para conferência, ficando a licitante obrigada a acatar as declarações de seu preposto;
- d) Em sendo sócio, proprietário ou dirigente da empresa proponente, deverá ser apresentada cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, juntamente com fotocópias da cédula de identidade do mesmo;
- e) Em sendo pessoa física apresentar cópia de Identidade e CPF, exibir o original para conferência, ficando a licitante obrigada a acatar as declarações de seu preposto;
- f) Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação (conforme modelo anexo);
- g) DECLARAÇÃO DE PORTE EMPRESARIAL (se for o caso), enquadrada na forma da Lei Complementar 123/2006 e alterações da Lei Complementar nº 147/2014, e IN 103/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC), acompanhado com a Certidão expedida pela Junta Comercial para comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual (conforme modelo anexo).

7. NÃO PODERÃO CONCORRER DIRETAS OU INDIRETAMENTE, NESTA LICITAÇÃO.

- 6.1. Empresas ou pessoas em estado de falência, de concurso de credores, de dissolução ou liquidação;
- 6.2. Empresas ou pessoas que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Publicitária direta ou indireta, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública;
- 6.3. Servidor de qualquer órgão ou entidade vinculada ao órgão promotor da licitação, bem assim a empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico.

8. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DA PREÇOS E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

8.1. A proposta de Preços e a Documentação de Habilitação deverão ser apresentadas no local, dia e hora, determinados no Edital, em envelopes separados, devidamente fechados e rubricados no fecho, assim denominados:

- a) Envelopes nº 1: Proposta de Preços; e
- b) Envelope nº 2: Documentos de habilitação.

8.1.1. Os envelopes deverão conter, em suas partes externas, os seguintes dizeres:

Envelope nº 1 – Proposta de Preços

Entidade de Licitação

Edital do Pregão nº 18/2017

Razão Social ou Nome do Proponente:

CNPJ ou CPF nº: Envelope nº 2 – Documento de Habilitação

Entidade de Licitação

Edital de Pregão nº 18/2017

Razão Social ou Nome do Proponente:

CNPJ ou CPF nº: 8.2. A Proposta de Preços deverá ser apresentada em 01 (uma) via, de documento próprio, escrito em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, redigida com clareza, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada, assinada e rubricada todas as folhas pelo representante legal da licitante proponente, contendo:

- a) Termo de Proposta relacionando item cotado, conforme descrito no termo de Referência, Anexo VIII, do presente Edital;
- b) Endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver para contato, o nome e o número do Banco, Agência, Localidade e Conta Corrente em que deverá ser efetivado o crédito;
- c) Especificações do objeto de forma clara, descrevendo detalhadamente as características, técnicas;
- d) Preço unitário e total, conforme TERMO DE REFERENCIA - Anexo VIII, para o item ofertado, em real, expressos em algarismo, de forma clara e precisa, limitado rigorosamente ao objeto dessa licitação, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado;
- e) Em caso de Divergências entre o preço unitário e total, será considerado o primeiro;
- f) Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os materiais ser entregues sem ônus adicionais;
- g) Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação;
- h) Serão desclassificados as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento e, ainda, proposta que apresente valores unitários simbólicos, irrisórios, de valor zero, excessivos ou manifestamente inexequíveis.

9. DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES

9.1. A reunião para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços, Documentos de Habilitação, será publicada e dirigida pelo Pregoeiro, na data, horário e local e, nos termos determinados neste Edital, devendo os envelopes ser entregues lacrados da seguinte forma:

- 9.1.1. O envelope nº 01 (Proposta de Preços) justamente com o credenciamento onde comprove que o interessado ou o seu representante legal possui poderes para formulação de ofertas e lances verbais, bem como praticar todos os demais atos inerentes ao certame;
- 9.1.2. O envelope nº 2 (Documentos de Habilitação) com a declaração de que atende os requisitos (conforme Anexo);
- 9.1.3. Declarada a abertura da sessão pelo Pregoeiro, não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início ao recebimento dos envelopes, juntamente com declarações dos interessados ou de seus representantes, dando ciências de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, em conformidade com a Artigo 4º, inciso VII da Lei nº 10.520;
- 9.1.4. Serão abertos os envelopes contendo as Propostas de Preços, cujos documentos serão lidos, conferidos e rubricados pelo Pregoeiro e pelos participantes que o desejarem.

10. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E DA ADJUDIÇÃO

- 10.1. Para julgamento das propostas será adotado o critério de menor lance ofertado para os lotes.
- 10.2. As propostas que estiverem acima do valor máximo estipulado no Anexo VIII – Termo de referência serão Desclassificadas.
- 10.3. Após a abertura dos envelopes contendo as propostas de preços, o Pregoeiro e sua equipe de apoio classificará o licitante autor da proposta de menor do lote, e aqueles que tenham apresentados proposta em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço, conforme disposto no inciso VI do artigo nº 11 do Decreto nº 3.555/2000.
- 10.4. Quando não forem verificadas, no mínimo, 03 (três) propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem acima, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de 03 (três), para que seus proponentes participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas suas propostas escritas, conforme disposto no inciso VII, do artigo 11, do mesmo decreto.
- 10.5. O empate entre dois ou mais licitantes somente ocorrerá quando houver igualdade de preços entre as propostas escritas e quando não houver lances para definir o desempate. Neste caso o desempate ocorrerá por meio de sorteio a ser realizado durante a sessão do presente Pregão.
- 10.6. Aos licitantes classificados será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, iniciando-se pelo último classificado e prosseguindo-se com os demais licitantes em ordem decrescente de classificação.
- 10.7. Os lances verbais destinam-se a cobrir o lance do primeiro classificado, ou seja, tem de ser, obrigatoriamente, inferior a este, não sendo aceitos lances para igualar valores, nem cujo resultado aferido seja dízima, caso em que o mesmo será arredondado para menor.
- 10.8. A desistência do licitante em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na sua exclusão da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço por ele apresentado, para efeito de ordenação das propostas.
- 10.9. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço do lote e o respectivo valor do preço máximo para a aquisição dos materiais.
- 10.10. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenada às propostas exclusivamente pelo critério de menor preço por lance, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, decidindo motivadamente a respeito.
- 10.11. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital e seus Anexos, será declarado pelo Pregoeiro o licitante vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto.
- 10.12. Se a proposta classificada em primeiro lugar não for aceitável ou seu autor não atender aos requisitos de habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, na ordem de classificação, até a apuração do licitante que atenda a todas as exigências do Edital, inclusive quanto à documentação de habilitação, o qual será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto.
- 10.13. Nas situações previstas nos subitem acima, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para tentar obter preço melhor.
- 10.14. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades estabelecidas neste Edital.
- 10.15. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que no final, deverá ser assinada pelo Pregoeiro e licitantes presentes.
- 10.16. Não será motivo de desclassificação simples omissões que sejam irrelevantes para o entendimento da proposta, que não venham causar prejuízo para a Administração e nem firam os direitos dos demais licitantes.
- 10.17. Em caso da empresa desejar usufruir dos direitos de ME, EPP e MEI, as mesmas deverão apresentar DECLARAÇÃO DE PORTE EMPRESARIAL (modelo em Anexo), enquadrada na forma da Lei Complementar 123/2006 e alterações da Lei Complementar nº 147/2014, e IN 103/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC), acompanhado com a Certidão expedida pela Junta Comercial para comprovação da condição, (estes documentos devem vir fora dos envelopes de Proposta e Habilitação);

11. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº 2)

- 10.1. Os PROPONENTES deverão apresentar no Envelope nº 2 – “Documentos de Habilitação” que demonstrem atendimento às exigências que são indicadas a seguir.
- 10.2. Para fins de habilitação, as licitantes deverão apresentar os seguintes documentos:

10.1.1 RELATIVAMENTE À SITUAÇÃO JURÍDICA: PESSOA JURÍDICA

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratado de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores;
- b) Decreto de autorização devidamente publicado, em se tratado de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de investidura ou nomeação da diretoria em exercício;
- d) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ-MF);
- e) Certificado de Formação técnica na área de pintura, com Porcelana; Aquarela; Tinta Óleo; Tecido e tela, com experiência de no mínimo dois anos em nome do professor que irá executar os trabalhos, que deverá comprovar o vínculo com a empresa.

11.2.1.1. RELATIVAMENTE À REGULARIDADE FISCAL:

- a) Certificado de Regularidade de Situação com o FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- b) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, por meio da apresentação da Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, comprovando sua regularidade com a Fazenda Estadual, do domicílio fiscal da Filial, em caso de empresas de outros Estados, e da

Matriz em caso de empresas locais ou de empresas de outros Estados sem filial no local da licitação;

c) Certidão Negativa de Débitos Relativos Aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;

d) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal por meio da apresentação da Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, comprovando sua regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio fiscal;

e) Prova de Regularidade junto a Justiça do Trabalho;

f) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data não superior a 90 (noventa) dias, contados da data de apresentação da Proposta.

11.2.3. RELATIVAMENTE À PESSOA FÍSICA

a) Certificado de Formação técnica na área de pintura, com Porcelana; Aquarela; Tinta Óleo; Tecido e tela, com experiência de no mínimo dois anos.

11.2.3.1. RELATIVAMENTE À REGULARIDADE FISCAL:

a) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, por meio da apresentação da Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, comprovando sua regularidade com a Fazenda Estadual;

b) Certidão Negativa de Débitos Relativos Aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;

c) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal por meio da apresentação da Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, comprovando sua regularidade com a Fazenda Municipal de seu domicílio;

d) Prova de Regularidade junto a Justiça do Trabalho;

e) Cópia de Identidade e CPF;

f) Certidão de Insolvência Financeira (falência pessoal).

11.3. AS LICITANTES DEVERÃO AINDA OBSERVAR:

11.3.1. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

11.3.2. Os documentos poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por membro da equipe de apoio do Pregão ou, ainda, por publicação em órgão de imprensa oficial.

11.3.3. As empresas estrangeiras não estabelecidas no Brasil terão que anexar:

a) Comprovação, pelos meios usuais no país de origem da Licitante, de sua regularidade jurídico / fiscal;

b) Demonstrativos financeiros e contábeis, a fim de comprovar que a Licitante tem capacidade financeira necessária para executar o contrato;

c) A Entidade de Licitação reserva-se o direito de fazer cópias dos documentos constitutivos da licitante a fim de confirmar a sua nacionalidade;

d) Os documentos apresentados com a validade expirada acarretarão a inabilitação do proponente. Os documentos que não possuírem prazo de validade, somente serão aceitos com data não excedente a 90 (noventa) dias, da data de sua emissão;

e) A licitante que for isenta do cumprimento de alguma das exigências habilitatórias, deverá apresentar cópia autenticada do ato ou Decreto ou publicação em imprensa oficial, concedendo a isenção;

f) Os documentos emitidos pela Internet somente terão validade se forem em Original ou Autenticados por Cartório competente;

g) Caso não compareça ao ato de abertura o representante legal da empresa, somente o preposto, devidamente credenciado, poderá manifestar-se na licitação.

11. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

12.1 Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa, poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

12.2 Caberá ao Pregoeiro decidir sobre o pedido de impugnação do Edital no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, conforme estabelecido no 1º Artigo 12 do Decreto nº 3.555/2000.

12.3. Acolhido o pedido de impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

13. DOS RECURSOS

13.1. Depois de declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar, motivadamente, sua intenção de interpor recurso, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar as contra-razões, em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

13.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e consequentemente haverá a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

13.3. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.4. A petição poderá ser feita na própria sessão de recebimento e, se oral, será reduzida a termo em ata.

13.5. Após decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedidos, a autoridade competente homologará a adjudicação do objeto a licitante vencedora.

14. DAS PENALIDADES

14.1. As licitantes, participantes deste certame, que cometerem os delitos mencionados no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e art. 14 do decreto nº 3.555, de 08/08/2000, estão sujeitadas às penalidades neles previstas.

14.2. As multas serão calculadas em 0,5% (meio por cento) sobre o valor total da fatura, por dia em que, sem justa causa, a licitante vencedora não cumprir as obrigações assumidas ou cumpri-las em desacordo com o estabelecido neste Pregão, até o máximo de 10 (dez) dias,

quando então incidirá em outras comissões legais.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. O descumprimento das obrigações e demais condições do Edital sujeitará a Licitante às seguintes sanções, quando for o caso:

I. Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com o Poder Público;

II. Multa de 1% (um por cento) ao dia e até 10% (dez por cento) do valor da nota de empenho, pelo atraso da entrega do material;

III. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Poder Público por prazo não superior a 05 (cinco) anos.

15.2. Fica facultada a defesa prévia da licitante, em qualquer caso de aplicação de penalidades, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato.

16. DO PAGAMENTO

16.1. Os pagamentos serão efetuados mensalmente após a execução do objeto, na quantidade solicitada pela Contratante e mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura.

17. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente, classificada sob n °

06
001
0013
0392
1503
2013
33903606000000
01000000
06
001
0013
0392
1503
2013
33903905000000
01000000

18. REAJUSTE DE PREÇO

18.1. Os preços apresentados pelos licitantes serão reajustáveis pelo índice IGPM após o prazo não inferior a 12 meses da assinatura do contrato.

19 DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

19.1 Executar o objeto licitado conforme necessidade da CONTRATANTE, rigorosamente dentro do prazo de no máximo 24 (vinte e quatro) horas após solicitação através de ordem de serviço, todas as terças-feiras e quintas-feiras, no horário vespertino e noturno com total de doze (12) horas semanais, no Centro de Presidente Nereu, em local a definir.

20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1 As Licitantes deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório e a execução deste, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira. Aqueles que agirem de má-fé estarão sujeitos às penalidades previstas em Lei.

20.2 Caso a licitante se recuse a executar o objeto contratual ou venha a fazê-lo fora das especificações estabelecidas, a Entidade de licitação poderá, independentemente de qualquer aviso ou notificação, rescindir o contrato e optar pela convocação dos demais Licitantes na ordem de classificação.

20.3 Fica assegurado à entidade de Licitação o Direito de:

20.3.1. Adiar a data de abertura da presente Licitação, dando conhecimento aos interessados, através de publicação no Mural Público Municipal, com a antecedência de pelo menos 24(vinte e quatro) horas, antes da data inicialmente marcada;

20.3.2. Anular ou revogar, no todo ou em parte, o presente pregão, a qualquer tempo, desde que ocorrentes as hipóteses de ilegalidade ou interesse público, dando ciência aos interessados;

20.3.3. Alterar as condições deste Edital ou qualquer documento pertinente a este Pregão, fixando novo prazo, não inferior a 08 (oito) dias úteis, para a abertura das propostas, a contar da publicação das alterações;

20.3.4. A participação neste Pregão implicará aceitação integral e irrevogável das normas do Edital e do Termo de Referência, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares, ressalvados o direito de impugnação e recurso;

20.3.5. É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informação que deveria constar no ato sessão pública;

20.3.6. A licitante vencedora ficará responsável por quaisquer danos que venha a causar a terceiros ou ao patrimônio da Entidade de licitação, durante a execução do objeto, reparando, às suas custas, os mesmos, sem que lhe caiba nenhuma indenização por parte da Entidade de Licitação;

20.3.7. A Licitante que pretender obter esclarecimento sobre este Edital e seus anexos deverá solicitá-los por escrito, por meio da carta, telegrama ou fac-símile, enviados ao endereço abaixo, até 02 dias úteis antes da data estabelecida para a apresentação das propostas, e serão atendidos, dentro do menor prazo, pela Entidade de Licitação que comunicará por escrito aos demais interessados que tenham retirado os Editais. No caso de ausência da solicitação pressupõe-se que os elementos constantes deste ato convocatório são suficientes, claros e precisos, não cabendo, portanto, posteriormente, qualquer reclamação;

20.3.8. Após o contrato assinado poderá ser suspenso pelo prazo de 30 dias ou mais durante o recesso de fim de ano sem vencimentos para o licitante contratado.

20.3.9. Solicitar consultas:

Prefeitura Municipal de Presidente Nereu – Santa Catarina

Praça Leão Dehon – 50 – Centro - 88.184-000 Fone / Fax (47) 3362-1108

compras@presidentenereu.sc.gov.br

21. DOS ANEXOS:

- Anexo I – Minuta do Contrato;
- Anexo II – Declaração que não emprega menor;
- Anexo III – Carta de Credenciamento;
- Anexo IV – Declaração para Habilitação;
- Anexo V – Declaração de Idoneidade;
- Anexo VI - Declaração de Porte Empresarial;
- Anexo VII - Declaração de Comprometimento;
- Anexo VIII - Termo de Referência;
- Anexo IX – Modelo de Proposta.

22. DO FORO

22.1. O foro para solucionar os litígios decorrentes deste Edital é o da Justiça Comum da Comarca de Rio do Sul.

Presidente Nereu, 13 de abril de 2017.

ISAMAR DE MELO

Prefeito Municipal

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 18/2017

PREGÃO PRESENCIAL N º 18/2017

ANEXO I

MINUTA DE CONTRATO

Que entre si fazem o Município de PRESIDENTE NEREU, pessoa jurídica de direito público interno, com centro administrativo na Praça Leão Dehon, 50, inscrito no CNPJ sob nº. 83.102.699/0001-28, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr., inscrito no CPF sob o nº de ora em diante denominada de CONTRATANTE, e de outro lado inscrita no CNPJ ou CPF sob n.º com sede Neste ato representado pelo Sr. residente e domiciliado em inscrita no CPF sob n.º de ora em diante denominada de CONTRATADA, tem entre si as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui o objeto do presente contrato a CONTRATAÇÃO DE UM(A) PROFESSOR(A) OU EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AULA DE PINTURA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA DE PRESIDENTE NEREU.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros para pagamento de que trata este Edital, serão provenientes do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta do orçamentário:

06
001
0013
0392

1503
2013
33903606000000
01000000
06
001
0013
0392
1503
2013
33903905000000
01000000

CLAUSULA QUARTA: DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS

I - O valor global do presente instrumento contratual é de R\$(.....), sendo o valor de R\$
(.....) mensais.

II - Os pagamentos devidos à adjudicada será efetuado mensalmente, até o dia 10 (dez) do mês subsequente a prestação dos serviços.

CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE

Os valores contratados serão reajustados pelo índice IGPM a cada final de exercício de 12 meses.

CLÁUSULA SEXTA: VIGÊNCIA

A vigência da contratação se estenderá até 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado desde que haja interesse entre as partes, através de termo aditivo de contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

- A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido no objeto deste edital e seus adendos.
- Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.
- Arcar com a responsabilidade das obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.
- O presente contrato não será de nenhuma forma fundamento para a constituição de vínculo trabalhista para o Município.
- A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.
- A contratada deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.
- Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

I - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

CLÁUSULA NONA: DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- Executar o objeto licitado conforme necessidade da CONTRATANTE, rigorosamente dentro do prazo de no máximo 24 (vinte e quatro) horas após solicitação através de ordem de serviço. A CONTRATADA ficar à disposição da Secretaria todas as terças-feiras e quintas-feiras, no horário vespertino e noturno com total de doze (12) horas semanais, para realizar as aulas no Centro de Presidente Nereu, em local a definir.
- Após o contrato assinado poderá ser suspenso pelo prazo de 30 dias ou mais durante o recesso de fim de ano sem vencimentos para o licitante contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, § II e Art. 77 à 80 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, conforme segue:

- advertência;
- multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado, cumulável com as demais sanções;

c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;
d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
e) As inadimplências supra, bem como as penalidades consequentes, serão julgadas e propostas pela Comissão Permanente de Licitações, ao Chefe do Poder Executivo, que as aplicará através de Decreto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital de Pregão nº 18/2017, bem como à proposta apresentada ao mesmo pelo contratado e aos termos da lei nº 8.666/93-consolidada, especialmente nos casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

PRESIDENTE NEREU-SC, de de 2017.

CONTRATANTE CONTRATADO

Prefeito Municipal

Testemunhas:

xxxxxxxxxxxxxxxx

xxxxxxxxxxxxxxxx

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica

Assessor Jurídico

OAB/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 18/2017

PREGÃO PRESENCIAL N º 18/2017

ANEXO II

DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa) -----, inscrita no CNPJ nº. -----, por intermédio de seu representante legal Sr. (a): -----, portador (a) da Carteira de Identidade nº. ----- CPF nº. ----- DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

.....
DATA

.....
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

CARIMBO DA EMPRESA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 18/2017

PREGÃO PRESENCIAL N º 18/2017

ANEXO III

CREDENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o (a) Sr. (a) -----, portador (a) da Cédula de Identidade nº. -----, e CPF sob nº. -----, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de (SC), na

modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 18/2017, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da _____, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

_____, em _____ de _____ 20

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social (se empresa)
e Nome e Assinatura do Representante Legal.

(Obs.: Deve vir fora dos envelopes de habilitação e proposta).

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 18/2017
PREGÃO PRESENCIAL N º 18/2017

ANEXO IV

DECLARAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 18/2017, que esta empresa atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida na Cláusula V, do edital convocatório.

_____, em _____ de _____ 20....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social (se empresa)
e Nome e Assinatura do Representante Legal.

(Obs.: Deve vir fora dos envelopes de habilitação e proposta).

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 18/2017
PREGÃO PRESENCIAL N º 18/2017

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Presencial nº. 18/2017, instaurado pela Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, de _____ de 20

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social (se empresa)
e Nome e Assinatura do Representante Legal.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 18/2017
PREGÃO PRESENCIAL N º 18/2017

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE PORTE EMPRESARIAL

A empresa (Colocar razão social conforme cartão CNPJ ou nome e CPF),, declara, sob as penas da lei, para fins de obtenção do tratamento simplificado e diferenciado de que trata a Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, que se enquadra nas condições estabelecidas em seu art. 43º, e que não apresenta nenhum dos impedimentos previstos no §4º desse mesmo artigo.

Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e consideração.

_____, de _____ de 20

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social (se empresa)
e Nome e Assinatura do Representante Legal.

(Obs.: Deve vir fora dos envelopes de habilitação e proposta).

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 18/2017
PREGÃO PRESENCIAL N º 18/2017

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO

A, CNPJ ou CPF n.º, declara, sob as penas da lei, possuir restrição nos documentos de comprovação da regularidade fiscal, conforme faculdade prevista na Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, e se compromete a adotar todas as medidas necessárias, em razão do prazo concedido para este fim, para tentar promover sua regularização fiscal, caso venha a formular o lance vencedor, cumprindo plenamente os demais requisitos de habilitação para o Pregão Presencial nº. 18/2017

Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e consideração.

-----, ---- de ----- de 20

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social (se empresa)
e Nome e Assinatura do Representante Legal.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 18/2017
PREGÃO PRESENCIAL N º 18/2017

ANEXO VIII

TERMO DE REFERÊNCIA

UN	QNT	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR MÁXIMO UNIT. R\$	VALOR MÁXIMO TOTAL R\$
1	8	MES	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFESSOR DE PINTURA EM PORCELANA; AQUARELA; TINTA ÓLEO; TECIDO E TELA. PARA ATENDER TODAS AS TERÇAS-FEIRAS E QUINTAS-FEIRAS, NO HORÁRIO VESPERTINO E NOTURNO COM TOTAL DE DOZE (12) HORAS SEMANAIS.	1.800,00	14.400,00

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 18/2017
PREGÃO PRESENCIAL N º 18/2017

ANEXO IX

PROPOSTA COMERCIAL

NOME: _____
CNPJ OU CPF: _____
ENDEREÇO COMPLETO: _____
FONE: (____) _____

Apresento(amos) nossa(minha) proposta para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AULA DE PINTURA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA DE PRESIDENTE NEREU, em conformidade com o estabelecido no Edital de Pregão Registro de Preço nº. 18/2017, acatando todas as estipulações consignadas no Edital.

UN	QNT	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
1	8	MES	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFESSOR DE PINTURA EM PORCELANA; AQUARELA; TINTA ÓLEO; TECIDO E TELA. PARA ATENDER TODAS AS TERÇAS-FEIRAS E QUINTAS-FEIRAS, NO HORÁRIO VESPERTINO E NOTURNO COM TOTAL DE DOZE (12) HORAS SEMANAIS.		

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: _____

Atesto como verdadeira e assumo qualquer responsabilidade, referente a proposta acima demonstrada, retirando-me o direito de reclamar sobre qualquer valor nela relacionado.

data: ____/ ____/____

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social (se empresa)
e Nome e Assinatura do Representante Legal.

SEXTO ADITIVO CONTRATO 31/2013

SEXTO ADITIVO AO CONTRATO Nº 31/2013 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E TRIAGEM DO LIXO DE PRESIDENTE NEREU COM A EMPRESA COLETA DE LIXO SCHIMTZ LTDA ME.

Que entre si fazem o Município de PRESIDENTE NEREU -SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 83.102.699/0001-28, com sede na PRACA LEAO DEHON, em PRESIDENTE NEREU -SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ISAMAR DE MELO, brasileiro, casado, Prefeito Municipal, residente e domiciliado em Presidente Nereu, inscrita no CPF 767.132.029-34 de ora em diante denominada de contratante, e de outro lado a empresa, COLETA DE LIXO SCHMITZ LTDA ME, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 17.660.348/0001-08, com sede na estrada Geral alto Barrinha, neste município, assim neste ato representado pelo Sr. Germaninho Schmitz residente e domiciliado em Presidente Nereu inscrito no CPF sob N.º 486.399.829-53, de ora em diante denominada de Contratada, tem entre si as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui o objeto do presente contrato a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA COLETA SELETIVA COM TRIAGEM DO LIXO DO MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU COM DESTINO FINAL NO ATERRO SANITÁRIO DA SERRA SÃO MIGUEL EM IBIRAMA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS QUANTIDADE E DOS PREÇOS

Fica aditado a quantidade de dias de coleta de lixo para mais 01 (um) dia por semana no perímetro urbano do Município. Sendo que a empresa deverá realizar a coleta 03 (três) vezes por semana no perímetro urbano e 01 (uma) vez por semana em todo o interior do Município.

Pela execução dos serviços descritos neste contrato, a Contratante pagará à Contratada o valor de R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais) a mais por mês, perfazendo o total mensal no valor de R\$ 8.219,49 (oito mil duzentos e nove reais e nove centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem de prefeito e comum acordo, assinam o presente Termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo elencadas, para todos os fins de direito.

Presidente Nereu, 20 de março de 2017.

ISAMAR DE MELO	COLETA DE LIXO SCHIMTZ LTDA ME
PREFEITO MUNICIPAL	GERMANINHO SCHMITZ
CONTRATANTE	CONTRATANTE

Testemunhas:

ELISANDRA DELA BENETA	KNIHS CARLOR BRAND
CPF: 065.001.199-67	CPF: 868.698.259-04

Princesa

PREFEITURA

DECRETO Nº 097, DE 13 DE ABRIL DE 2017.

DECRETO Nº. 97, DE 13 DE ABRIL DE 2017.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 6º e 7º, da Lei Orçamentária Anual nº. 842, de 23 de Novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), destinado a acrescentar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 11.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJ./ATIV.: 10.302.0026.2.026 Manutenção Bloco MAC Limite Variável

MODALIDADE:	(26) 3.3.90.00.0.1.0035.0000-	Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.00035.0000 – Recurso TFD				
TOTAL			R\$	5.000,00
TOTAL GERAL			R\$	5.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), de que trata o artigo 1º desta Lei, fica utilizado o excesso de arrecadação verificado na fonte de recurso acima citada.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PRINCESA - SC, 13 de abril de 2017.

Edilson Miguel Volkweis

Prefeito Municipal

EXTRATO DE PREGÃO 11.2017-FMS - REGISTRO DE PREÇOS MATERIAL AMBULATORIAL E ODONTOLÓGICO

MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC

Processo Licitatório 16/2017-FMS.

Pregão Presencial 11/2017-FMS.

O Município de PRINCESA/SC, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, torna público que realizará licitação, na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por ITEM, cujo objeto é "REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura aquisição de MATERIAIS ODONTOLÓGICOS e MATERIAIS AMBULATORIAIS para uso pela Unidade Básica de Saúde". A realização da sessão pública ocorrerá na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro – Princesa/SC no dia 28 de abril de 2017, às 08h30min. Cópia do edital e maiores informações podem ser obtidas no endereço citado, pelo telefone (49) 3641.0059, pelo e-mail compras@princesa.sc.gov.br ou no endereço eletrônico www.princesa.sc.gov.br. Princesa/SC, 06 de abril de 2017. Clédina de Oliveira – Gestora do FMS.

EXTRATO DO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 25/2017-PM, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2017 - PM

MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC

Processo Licitatório 25/2017-PM

Tomada de Preços 04/2017-PM

O Município de PRINCESA/SC torna público que realizará licitação, na modalidade Tomada de Preços, do tipo Menor Preço Global, cujo objeto é "Contratação de Pessoa Jurídica para elaboração de projeto arquitetônico, elétrico, estrutural, automação, memorial de dimensionamento da estação e dos equipamentos, memorial descritivo e orçamento, de uma estação elevatória de esgoto, complementar ao projeto de esgoto sanitário, do Município de Princesa/SC." A realização da sessão pública ocorrerá na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro – Princesa/SC no dia 05 de maio de 2017, às 08h30min. Cópia do edital e maiores informações podem ser obtidas no endereço citado, pelo telefone (49) 3641.0059, pelo e-mail compras@princesa.sc.gov.br ou no endereço eletrônico www.princesa.sc.gov.br. Princesa/SC, 12 de abril de 2017. Edilson Miguel Volkweis – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 04.2017-FMS**ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUN. DE SAUDE DE PRINCESA**

Página: 1/7

Processo Nº.: 5/2017**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2017****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 4/2017**

No dia 7 do mês de Abril do ano de 2017, compareceram, de um lado a(o) FUNDO MUN. DE SAUDE DE PRINCESA, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.430.652/0001-82, com sede administrativa localizada na Rua Sete de Setembro, 605, bairro Centro, CEP nº. 89935-000, nesta cidade de Princesa/SC, representado pelo(a) Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social, o Sr(a). Clédina de Oliveira, inscrito no CPF sob o nº. 007.939.129-03, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 1/2017, Processo Licitatório nº. 5/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura contratação de LABORATÓRIO PROTÉTICO para confecção de PRÓTESES DENTÁRIAS e SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS para moldagem e ajustes. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
8747	DAL POSSO & SAUER LTDA - ME	
7425	LG PROTESE DENTARIA LTDA ME	1, 2

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
DAL POSSO & SAUER LTDA - ME	17.749.533/0001-73	Henrique Augusto Franciosi Dal Posso	083.158.049-60
LG PROTESE DENTARIA LTDA ME	13.841.687/0001-30	Guimorvan Gilles Corá	040.173.619-94

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura contratação de LABORATÓRIO PROTÉTICO para confecção de PRÓTESES DENTÁRIAS e SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS para moldagem e ajustes.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR LOTE, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE PRINCESA

Página: 2/7
 Processo Nº.: 5/2017
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2017

Fornecedor: 7425 - LG PROTESE DENTARIA LTDA ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	<p>Prótese dentária total superior e inferior. Especificações mínimas dos procedimentos:</p> <p>PROCEDIMENTO DE PROTÉTICO: Prótese Dentária Total superior e inferior: 1. Prótese com processo de fabricação em mufla; Com resina de boa qualidade termopolimerizável; 2. Dentes (Biotone) de acrílico com nomínimo duas camadas de prensagem, rolete em cera com placa de godiva de 1mm. 3. Montagens, remontagens, escultura de gengiva para finalização tipo "casca de laranja" acrilização termopolimerizável e acabamento final. 4. Eventuais reembasamentos necessários.</p> <p>PROCEDIMENTOS ODONTOLÓGICOS Prótese Dentária Total superior e inferior 1. Moldagem inicial com alginato e vazamento do modelo e gesso pedra. 2. Mordida em cera, marcação da linha do sorriso, altura da dimensão vertical, escolha da cor do dente. 3. Prova dos dentes e mordida, moldagem funcional com pasta zinco enólica e vazamento em gesso pedra. 4. Instalação da prótese e possíveis ajustes de mordida. 5. Sessão de ajustes, quando necessário.</p>	Un	LG	120,000	510,0000	61.200,00
2	<p>Prótese parcial removível (grade metálica e acrilização) PPR. Especificações mínimas dos procedimentos:</p> <p>PROCEDIMENTO DE PROTÉTICO Prótese Parcial Removível (grade metálica e acrilização) - PPR. 1. Prótese com processo de fabricação em mufla; Com resina de boa qualidade termopolimerizável 2. Dentes (Biotone) de acrílico de duas camadas de prensagem 3. Grade de estrutura metálica em cromo cobalto fundida e polida, rolete de cera para registro de mordida; 4. Montagem e remontagem, escultura de gengiva para finalização, e acabamentos.</p> <p>PROCEDIMENTOS ODONTOLÓGICOS Prótese Parcial Removível (grade metálica e acrilização) - PPR 1. Moldagem inicial com alginato especial e vazamento do modelo com gesso especial. 2. Mordida em cera e demarcações da linha do sorriso, escolha da cor do dente. 3. Prova dos dentes e mordida. 4. Instalação da prótese e possíveis ajustes. 5. Sessão de ajustes, quando necessário.</p>	Un	LG	120,000	545,0000	65.400,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE PRINCESA

Página: 3/7
Processo Nº.: 5/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2017

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE PRINCESA

Página: 4/7
Processo Nº.: 5/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2017

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE PRINCESA

Página: 5/7
Processo Nº.: 5/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2017

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE PRINCESA

Página: 6/7
Processo Nº.: 5/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2017

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE PRINCESA

Página: 7/7
Processo Nº.: 5/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2017

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São José do Cedro/SC para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Princesa, 7 de Abril de 2017.

Clédina de Oliveira
Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social

Empresas Participantes:

DAL POSSO & SAUER LTDA - ME

CNPJ: 17.749.533/0001-73 _____

LG PROTESE DENTARIA LTDA ME

CNPJ: 13.841.687/0001-30 _____

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE PRINCESA

Página: 1/7
 Processo Nº.: 5/2017
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 4/2017

No dia 7 do mês de Abril do ano de 2017, compareceram, de um lado a(o) FUNDO MUN. DE SAUDE DE PRINCESA, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.430.652/0001-82, com sede administrativa localizada na Rua Sete de Setembro, 605, bairro Centro, CEP nº. 89935-000, nesta cidade de Princesa/SC, representado pelo(a) Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social, o Sr(a). Clédina de Oliveira, inscrito no CPF sob o nº. 007.939.129-03, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 1/2017, Processo Licitatório nº. 5/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura contratação de LABORATÓRIO PROTÉTICO para confecção de PRÓTESES DENTÁRIAS e SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS para moldagem e ajustes. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
8747	DAL POSSO & SAUER LTDA - ME	
7425	LG PROTESE DENTARIA LTDA ME	1, 2

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
DAL POSSO & SAUER LTDA - ME	17.749.533/0001-73	Henrique Augusto Franciosi Dal Posso	083.158.049-60
LG PROTESE DENTARIA LTDA ME	13.841.687/0001-30	Guimorvan Gilles Corá	040.173.619-94

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura contratação de LABORATÓRIO PROTÉTICO para confecção de PRÓTESES DENTÁRIAS e SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS para moldagem e ajustes.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR LOTE, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE PRINCESA

Página: 2/7
 Processo Nº.: 5/2017
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2017

Fornecedor: 7425 - LG PROTESE DENTARIA LTDA ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	<p>Prótese dentária total superior e inferior. Especificações mínimas dos procedimentos:</p> <p>PROCEDIMENTO DE PROTÉTICO: Prótese Dentária Total superior e inferior: 1. Prótese com processo de fabricação em mufla; Com resina de boa qualidade termopolimerizável; 2. Dentes (Biotone) de acrílico com nomínimo duas camadas de prensagem, rolete em cera com placa de godiva de 1mm. 3. Montagens, remontagens, escultura de gengiva para finalização tipo "casca de laranja" acrilização termopolimerizável e acabamento final. 4. Eventuais reembasamentos necessários.</p> <p>PROCEDIMENTOS ODONTOLÓGICOS Prótese Dentária Total superior e inferior 1. Moldagem inicial com alginato e vazamento do modelo e gesso pedra. 2. Mordida em cera, marcação da linha do sorriso, altura da dimensão vertical, escolha da cor do dente. 3. Prova dos dentes e mordida, moldagem funcional com pasta zinco enólica e vazamento em gesso pedra. 4. Instalação da prótese e possíveis ajustes de mordida. 5. Sessão de ajustes, quando necessário.</p>	Un	LG	120,000	510,0000	61.200,00
2	<p>Prótese parcial removível (grade metálica e acrilização) PPR. Especificações mínimas dos procedimentos:</p> <p>PROCEDIMENTO DE PROTÉTICO Prótese Parcial Removível (grade metálica e acrilização) - PPR. 1. Prótese com processo de fabricação em mufla; Com resina de boa qualidade termopolimerizável 2. Dentes (Biotone) de acrílico de duas camadas de prensagem 3. Grade de estrutura metálica em cromo cobalto fundida e polida, rolete de cera para registro de mordida; 4. Montagem e remontagem, escultura de gengiva para finalização, e acabamentos.</p> <p>PROCEDIMENTOS ODONTOLÓGICOS Prótese Parcial Removível (grade metálica e acrilização) - PPR 1. Moldagem inicial com alginato especial e vazamento do modelo com gesso especial. 2. Mordida em cera e demarcações da linha do sorriso, escolha da cor do dente. 3. Prova dos dentes e mordida. 4. Instalação da prótese e possíveis ajustes. 5. Sessão de ajustes, quando necessário.</p>	Un	LG	120,000	545,0000	65.400,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE PRINCESA

Página: 3/7
Processo Nº.: 5/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2017

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE PRINCESA

Página: 4/7
Processo Nº.: 5/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2017

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE PRINCESA

Página: 5/7
Processo Nº.: 5/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2017

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE PRINCESA

Página: 6/7
Processo Nº.: 5/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2017

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE PRINCESA

Página: 7/7
Processo Nº.: 5/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2017

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São José do Cedro/SC para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Princesa, 7 de Abril de 2017.

Clédina de Oliveira
Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social

Empresas Participantes:

DAL POSSO & SAUER LTDA - ME

CNPJ: 17.749.533/0001-73 _____

LG PROTESE DENTARIA LTDA ME

CNPJ: 13.841.687/0001-30 _____

Rio das Antas

PREFEITURA

DECRETO Nº 18/2017

DECRETO Nº 18/2017, DE 03 DE ABRIL DE 2017.

DELEGA AO SECRETARIO MUNICIPAL DE DESENV. IND.COM.TURISMO E PLANEJAMENTO PARA ALÉM DE SUAS ATIVIDADES NORMAIS ASSINAR ALVARÁS DE CONSTRUÇÃO E VERIFICAR IN LOCO OBRAS E ASSINAR O HABITE-SE .

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições, com fulcro na LEI ORGANICA DO MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS e demais normas em vigor aplicáveis;

DECRETA:

Art.1º - Fica DELEGADO ao Secretário Municipal de Desenv. Ind. Com.Turismo e Planejamento Eng. Civil NADIR BIZZOTTO, para além das atribuições normais de seu cargo, proceder ao seguinte:

I – ASSINAR OS ALVARÁS DE CONSTRUÇÃO CUJA DOCUMENTAÇÃO JÁ FOI ANALISADA E APROVADA PELA EQUIPE TÉCNICA DA AMARP;

II – FAZER A VERIFICAÇÃO IN LOCO DE OBRAS E ASSINAR O HABITE-SE.

Art.2º - Nos casos de impedimento, licença ou ausência do Secretário a autoridade delegante(Prefeito) reserva-se a competência de praticar os atos citados neste decreto.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

RIO DAS ANTAS, 03 DE ABRIL DE 2017
RONALDO DOMINGOS LOSS
Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio e publicado no mural do átrio da Prefeitura na mesma data.

ISRAEL MONTEIRO
Secret.Municipal de Adm. e Finanças

DECRETO Nº 19/2017

DECRETO Nº 19/2017, DE 06 DE ABRIL DE 2017

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO(ÇÕES) DO ORÇAMENTO VIGENTE DA UG-PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições e de conformidade com a autorização contida na Lei nº 1.936, de 25/11/2016 (LOA) e estando atendido o disposto no Art.42, bem como que existe recurso citado no § 1º do Art.43 e que justificamos como necessário este crédito para bem atender as necessidades públicas da coletividade na forma do caput do Art.43 da Lei nº 4.320, de 17/03/1964;

DECRETA:

Art.1º - Fica aberto crédito suplementar ao orçamento no valor de R\$ 530,00 (QUINHENTOS E TRINTA REAIS), para a UG-PREFEITURA, conforme dotação abaixo:

02 – PODER EXECUTIVO – UG-PREFEITURA
02.007 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO

AMBIENTE - SMAMA

02.007.0020.0606.0330.2079.3317100000000000.01000000 -
Transferências a consórcios públicos mediante contrato de rateio (97) R\$ 360,00

02.007.0020.0606.0330.2079.3337100000000000.01000000 -
Transferências a consórcios públicos mediante contrato de rateio (100) R\$ 115,00

02.007.0020.0606.0330.2079.3447100000000000.01000000 -
Transferências a consórcios públicos mediante contrato de rateio (103) R\$ 55,00

Art.2º - O crédito suplementar aberto no artigo 1º deste decreto corre no valor R\$ 530,00 (QUINHENTOS E TRINTA REAIS), por conta de recursos de anulação da dotação do orçamento vigente da UG-PREFEITURA para o corrente exercício, conforme abaixo:

02 – PODER EXECUTIVO – UG-PREFEITURA

02.007 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE - SMAMA

02.007.0020.0606.0330.2079.3339000000000000.01000000 -
APLIC. DIRETAS (101) R\$ 530,00

Art.3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

RIO DAS ANTAS, 06 DE ABRIL DE 2017.
RONALDO DOMINGOS LOSS
Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio e publicado no mural do átrio da Prefeitura na mesma data.

ISRAEL MONTEIRO
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 20/2017

DECRETO Nº 20/2017, DE 06 DE ABRIL DE 2017.

DELEGA ATRIBUIÇÃO AO SECRETARIO MUNICIPAL DE DESENV. IND.COM.TURISMO E PLANEJAMENTO PARA ALÉM DE SUAS ATIVIDADES NORMAIS PROCEDER A REVISÃO DOS VALORES REF. AS GUIAS DO ITBI EFETUADAS NA DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO E TOMAR ASSINAR ALVARÁS DE CONSTRUÇÃO E VERIFICAR IN LOCO OBRAS E ASSINAR O HABITE-SE .

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições, com fulcro na LEI ORGANICA DO MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS e demais normas em vigor aplicáveis;

DECRETA:

Art.1º - Fica DELEGADO ao Secretário Municipal de Desenv. Ind. Com.Turismo e Planejamento Eng. Civil NADIR BIZZOTTO, para além das atribuições normais de seu cargo, proceder ao seguinte:

I – ASSINAR OS ALVARÁS DE CONSTRUÇÃO CUJA DOCUMENTAÇÃO JÁ FOI ANALISADA E APROVADA PELA EQUIPE TÉCNICA DA AMARP;

II – FAZER A VERIFICAÇÃO IN LOCO DE OBRAS E ASSINAR O HABITE-SE.

Art.2º - Nos casos de impedimento, licença ou ausência do Secretário a autoridade delegante(Prefeito) reserva-se a competência de praticar os atos citados neste decreto.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

RIO DAS ANTAS, 03 DE ABRIL DE 2017

RONALDO DOMINGOS LOSS

Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio e publicado no mural do átrio da Prefeitura na mesma data.

ISRAEL MONTEIRO

Secret.Municipal de Adm. e Finanças

DECRETO Nº 21/2017

DECRETO Nº 21/2017, DE 07 DE ABRIL DE 2017.

DELEGA ATRIBUIÇÃO AO SECRETARIO MUNICIPAL DE DESENV. IND.COM.TURISMO E PLANEJAMENTO PARA ALÉM DE SUAS ATIVIDADES NORMAIS AVALIAR E ASSINAR SE CONCORDAR O F.I.T.I. PARA EFEITO DE ITBI .

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições, com fulcro na LEI ORGANICA DO MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS e demais normas em vigor aplicáveis;

DECRETA:

Art.1º - Fica DELEGADO ao Secretário Municipal de Desenv. Ind. Com.Turismo e Planejamento Eng. Civil NADIR BIZZOTTO, para além das atribuições normais de seu cargo, proceder ao seguinte:

I – AVALIAR OS FORMULÁRIOS DE INFORMAÇÕES DE TRANSMISSÃO IMOBILIÁRIA – F.I.T.I. EMITIDOS E ASSINADOS NA DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO;

II - SE CONCORDAR COM O VALOR TOTAL DO IMÓVEL CONSTANTE NO F.I.T.I., ASSINARÁ O CITADO DOCUMENTO;

III – CASO NÃO CONCORDE COM O VALOR O MESMO ENTRARÁ EM CONTATO COM A SERVIDORA QUE O EMITIU PARA EM CONJUNTO ESTABELECEER NOVO VALOR SE FOR O CASO OU CONFIRMAR O QUE ESTÁ NO F.I.T.I . ASSINANDO APÓS PARA OS DEVIDOS FINS.

Art.2º - O F.I.T.I. somente estará completo quando contiver as duas assinaturas.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

RIO DAS ANTAS, 07 DE ABRIL DE 2017

RONALDO DOMINGOS LOSS

Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio e publicado no mural do átrio da Prefeitura na mesma data.

ISRAEL MONTEIRO

Secret.Municipal de Adm. e Finanças

DECRETO Nº 22/2017

DECRETO Nº 22/2017, DE 07 DE ABRIL DE 2017.

DESIGNA ATRIBUIÇÕES AO ASSESSOR ADMINISTRATIVO OPERACIONAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições, com fulcro na LEI ORGANICA DO MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS e demais normas em vigor aplicáveis;

DECRETA:

Art.1º - Fica designado o servidor ADILSON ANTONIO DAGNONI, nomeado pela Portaria nº 140/2017, de 30/03/2017, servidor de cargo comissionado de ASSESSOR ADMINISTRATIVO OPERACIONAL, para além das atribuições normais de seu cargo atuar no seguinte:

I – FAZER A PUBLICAÇÃO NO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO MUNICÍPIO ATRAVÉS DE QUALQUER UM DE SEUS MEIOS(Conforme a Lei Orgânica Municipal Art.22, § 1º a 4º) , de leis, decretos, portarias, editais, balancetes, balanços, relatórios de execução orçamentária, relatórios de gestão e outros documentos que se fizerem necessários publicar), registrando no LIVRO DE REGISTRO DE PUBLICAÇÕES quando das publicações e retiradas no meio MURAL DO ÁTRIO, apondo carimbos nos documentos com data de publicação e da retirada e assinando;

II – Atuar na recepção de pedidos via sistema LAI, bem como de retorno das respostas aos interessados;

III – Atuar no relacionamento administrativo do Poder Executivo com o Poder Legislativo, no encaminhamento de ofícios, projetos de leis, convênios ou similares para homologação , leis sancionadas e outros; bem como no recebimento de projetos de leis aprovados, decretos legislativos, pedidos de informação, indicações e outros endereçados ao Poder Executivo;

IV – Atuar por si ou em conjunto em especial com a ASSESSORIA JURÍDICA, SMAF, GABINETE DO PREFEITO, no preparo de atos oficiais, sanção de leis, projetos de leis, ofícios a serem assinados por autoridades competentes.

Art.2º - A presente designação não exclui os encaminhamentos no mesmo sentido, no todo ou em parte, que por força de suas competências venham a fazer outros servidores do Poder Executivo.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

RIO DAS ANTAS, 07 DE ABRIL DE 2017

RONALDO DOMINGOS LOSS

Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio e publicado no mural do átrio da Prefeitura na mesma data.

ISRAEL MONTEIRO

Secret.Municipal de Adm. e Finanças

LEI Nº 1.952

LEI Nº 1.952, DE 07 DE ABRIL DE 2017

AMPLIA VAGAS DO QUADRO DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO MUNIC. DE RIO DAS ANTAS QUE ESPECIFICA, ESTABELECIDO PELA LEI Nº 900, DE 30/03/1994.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS.

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei :

Art.1º. O Quadro de Pessoal Efetivo Geral do Poder Executivo do Mun. de Rio das Antas, constante no art. 1º da Lei n.º 900, de

30/03/94, fica ampliado da seguinte forma:

I – mais 02 (duas) VAGAS do cargo de MOTORISTA II (VEÍC.PESADO) com carga horária INTEGRAL.

Parágrafo Único: As Atribuições e demais disposições com referência ao cargo citado no caput são as constantes da Lei nº 900, de 30/03/1994 atualizada.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

RIO DAS ANTAS, 07 DE ABRIL 2017.
RONALDO DOMINGOS LOSS
Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no mural do átrio da Prefeitura na mesma data.

ISRAEL MONTEIRO
Secretário Munic. de Administr. e Finanças

PORTARIA Nº134 /2017

PORTARIA Nº 134/2017, DE 27 DE MARÇO DE 2017.
RETIFICA PORTARIA QUE ESPECIFICA DO SERVIDOR ABAIXO RELACIONADO

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, no uso da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Rio das Antas, art.102, inciso VIII, bem como o disposto na Lei Complementar nº 03, de 30/09/1993 e alterações posteriores e demais dispositivos atinentes a matéria;

RESOLVE:

REFITICAR o prazo de gozo de licença prêmio equivocada na Portaria Nº 205/2016 de 14/12/2016 que concedeu licença prêmio ao servidor AMAURI BRANDALISE, passando a vigorar com a seguinte redação :

Nome do Servidor	Período Aquisitivo	Período da Licença- 60 dias
AMAURI BRANDALISE	01/03/2009 A 01/03/2014	01/03/2017 A 30/04/2017

RIO DAS ANTAS, DE 27 DE MARÇO DE 2017.
RONALDO DOMINGOS LOSS
Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no mural do átrio da Prefeitura na mesma data.

ISRAEL MONTEIRO
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº135 /2017

PORTARIA Nº135 /2017, DE 27 DE MARÇO DE 2017.
CONTRATA SERVIDORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto na LEI COMPLEMENTAR Nº 04, de 02/12/1993 e alterações posteriores, edital Nº 005/2017, CONTRATA SERVIDORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO, com a remuneração de lei com carga horária semanal de 40 horas na Secretaria de Obras e Serviços :

Contratada:	Cargo	Período de contratação
1. ELIO PEDRO MACHADO	SERVIDOR BRAÇAL	27/03/2017 a 27/12/2017
2. IVOIR ELIAS ALVES	SERVIDOR BRAÇAL	24/03/2017 a 24/12/2017
3. PAULO ROBERTO LEDUR	SERVIDOR BRAÇAL	27/03/2017 a 27/12/2017

RIO DAS ANTAS, 27 DE MARÇO DE 2017.
RONALDO DOMINGOS LOSS
Prefeito Municipal

EMERSON LUIS TAVARES
Secretário Municipal de Obras e Serviços e de
Agricultura e Meio Ambiente

Registrada em livro próprio e publicada no mural do átrio da Prefeitura na mesma data.

ISRAEL MONTEIRO
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº136 /2017

PORTARIA Nº 136/2017, DE 28 DE MARÇO DE 2017.
CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Nº 04 de 02/12/1993 e alterações posteriores, CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, junto a Secretaria Municipal de Saúde, com a remuneração de lei, os seguintes servidores abaixo relacionados:

Contratado	Período	Função
1. KELI REJANE AIRES	24/03/2017 a 24/12/2017	TELEFONISTA

RIO DAS ANTAS, 28 DE MARÇO DE 2017.
RONALDO DOMINGOS LOSS
Prefeito Municipal

BIANCA FERRER UBER
Secretaria de Saúde

Registrada em livro próprio e publicada no mural do átrio da Prefeitura na mesma data.

ISRAEL MONTEIRO
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº137 /2017

PORTARIA Nº137 /2017, DE 28 DE MARÇO DE 2017.

CONTRATA SERVIDORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto com o disposto na LEI COMPLEMENTAR Nº 04, de 02/12/1993 e alterações posteriores, edital Nº 005/2017, CONTRATA SERVIDORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO, com a remuneração de lei com carga horária semanal de 40 horas na Secretaria de Obras e Serviços :

Contratada:	Cargo	Período de contratação
1. MARGARETE DOS SANTOS	GARI	29/03/2017 a 29/12/2017
2. EZEQUIEL MARCELO CHINATO	GARI	29/03/2017 a 29/12/2017
3. NOEMIA REGINA NEVES MACHADO	GARI	29/03/2017 a 29/12/2017
4. ADRIANO SOLLE	OPERADOR DE MAQUINAS LEVES	30/03/2017 a 30/12/2017
5. CLAUDIO MOREIRA	OPERADOR DE MAQUINAS LEVES	01/05/2017 a 30/12/2017
6. LUIZ CARLOS DE SOUZA CAMPOS	OPERADOR DE MAQUINAS LEVES	30/03/2017 a 30/12/2017
7. VALTAIR CORDEIRO DA ROSA	SERVIDOR BRAÇAL	01/05/2017 a 30/12/2017

RIO DAS ANTAS, 28 DE MARÇO DE 2017.

RONALDO DOMINGOS LOSS

Prefeito Municipal

EMERSON LUIS TAVARES

Secretário Municipal de Obras e Serviços e de
Agricultura e Meio Ambiente

Registrada em livro próprio e publicada no mural do átrio da Prefeitura na mesma data.

ISRAEL MONTEIRO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº138 /2017

PORTARIA Nº 138/2017 DE 30 DE MARÇO DE 2017.

HOMOLOGA RESULTADOS AO TESTE SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO EDITAL Nº 007/2017 DE 13/02/2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Nº 1.773 DE 16/01/2013 e alterações posteriores, tendo em vista o Edital nº 007/2017 de 13/02/2017, HOMOLOGA os resultados do Teste Seletivo para Contratação de Servidores em Caráter Temporário, conforme abaixo:

CARGO: AGENTE DE DEFESA CIVIL MUNICIPAL

CLASSIFICAÇÃO	NOME	NOTA PROVA PRÁTICA	NOTA PROVA TEÓRICA	NOTA FINAL
1º	ADEMAR BONIATTI	3,82	5,00	8,82
2º	ANGELO ANTONIO PERIN	3,81	4,75	8,56
3º	GIANCARLOS VARELA DA SILVA MOSQUERA	4,80	3,75	8,55
4º	ELTON RICARDO STECIUK	4,85	3,00	7,85
5º	FÁBIO RINCÃO IDALGO	4,12	2,50	6,62
6º	IDINEI FELIPE ELIAS ALVES	4,33	2,25	6,58
7º	GILSON CRISTIANO GROLI	3,74	2,50	6,24

RIO DAS ANTAS, 30 DE MARÇO DE 2017.

RONALDO DOMINGOS LOSS

Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no mural do átrio da Prefeitura na mesma data.

ISRAEL MONTEIRO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº139 /2017

PORTARIA 139/2017, DE 30 DE MARÇO DE 2017.
CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto no artigo 88, da LEI COMPLEMENTAR Nº 03, de 30/09/1993, CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE, a servidora abaixo relacionada sem prejuízo da remuneração, conforme atestado médico.

Nome	Função	Período da Licença
JOSIANE VIAN	OFICIAL ADMINISTRATIVO	08/02/2017 A 08/08/2017

RIO DAS ANTAS, 30 DE MARÇO DE 2017.
RONALDO DOMINGOS LOSS
Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no mural do átrio da Prefeitura na mesma data.

ISRAEL MONTEIRO
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº140 /2017

PORTARIA Nº 140/2017, DE 30 DE MARÇO DE 2017.
NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO COMISSIONADO

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no art.8º e item II do art 11 da Lei Complementar nº 03, de 30/09/2003 e alterações posteriores, NOMEIA EM COMISSÃO ADILSON ANTONIO DAGNONI, para o cargo COMISSIONADO de ASSESSOR ADMINISTRATIVO OPERACIONAL, do Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal, com a remuneração de lei a contar de 22/03/2017.

RIO DAS ANTAS, 30 DE MARÇO DE 2017.
RONALDO DOMINGOS LOSS
Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no mural do átrio da Prefeitura na mesma data.

ISRAEL MONTEIRO
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Rio do Sul

PREFEITURA

DECISÃO PRELIMINAR EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2017

ATA DE ABERTURA DE PROPOSTA DE PARCERIA, HABILITAÇÃO E JULGAMENTO

Aos treze dias do mês de abril de dois mil e dezessete, às 15h00min (quinze horas), na sala de reuniões da Procuradoria-Geral do Município, localizada na Prefeitura do Município de Rio do Sul, sito à Praça 25 de Julho, nº 01 – Centro, em Rio do Sul – SC, reuniu-se a Comissão de Seleção do Edital de Chamamento Público nº 002/2017, designada pelo Decreto nº 6016, de 28 de fevereiro de 2017, para proceder a abertura do envelope contendo a proposta da organização da sociedade civil participante, analisar a documentação para verificar a habilitação da entidade e realizar o julgamento da proposta apresentada.

Aberto os trabalhos, verificou-se a entrega tempestiva do envelope que continha a documentação para habilitação, com a proposta da organização da sociedade civil.

Ato contínuo foi aberto o envelope, que foi visado pelos integrantes da Comissão de Seleção, sendo que preliminarmente houve análise da habilitação e constatado: que a União das Associações de Bairros de Rio do Sul apresentaram os documentos constantes no item 2.2 do Edital de Chamamento Público nº 002/2017; que apresentou Plano de Trabalho contendo as informações constantes 2.4, apresentando proposta orçada no valor total de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), para cumprir o objeto da parceria nos doze meses previstos; que a Comissão de Seleção analisou os documentos constantes no envelope entregue, bem como as declarações emitidas pela organização da sociedade civil atendendo os anexos constantes do Edital de Chamamento Público, e constatou-se a devida habilitação para o procedimento administrativo.

Após a Comissão de Seleção procedeu verificação da proposta apresentada pela União de Associações de Bairros de Rio do Sul, e constatou: que o objeto apresentado no Plano de Trabalho, bem como os valores, capacidade técnica da entidade estão regularmente descritos, assim ao analisar ponto por ponto os critérios de avaliação objetivos, a Comissão de Seleção verificou: no que tange ao item (A) informações a serem executadas e metas a serem atingidas, a proposta atende em grau pleno o objeto do edital de chamamento público; quanto ao item (B) adequação da proposta aos objetivos da política, houve atendimento em grau pleno do estabelecido pela administração pública para a proposta apresentada; no item (C) descrição da realidade objeto da parceria, e do nexo entre essa realidade e a atividade proposta, há claro atendimento pela entidade, atribuindo pontuação máxima a esse pré-requisito; sobre a adequação da proposta ao valor de referência, há atendimento pleno pela entidade do valor previsto no edital; e por fim, no item (E) que descreve a capacidade técnico-operacional da instituição verifica-se no estatuto, que a entidade apresenta meios necessários ao atendimento pleno da proposta, bem como apresenta capacidade técnica e operacional para o atendimento pleno do objeto do edital de chamamento público.

Depois de analisar todos os itens e critérios de seleção a Comissão de Seleção atribuiu o total de 10,0 pontos à União de Associações de Bairros de Rio do Sul, o que possibilitou a sua classificação, já que a proposta de parceria apresentada mostrou-se vantajosa a Administração Pública.

Pelos motivos expostos entendeu à Comissão de Seleção por HABILITAR a UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE BAIRROS DE RIO DO SUL no presente certame, restando, haja vista ter sido a única organização da sociedade civil a apresentar envelope para realização da parceria, por declará-la vencedora do Chamamento Público. A presente decisão será divulgada no Diário Oficial dos Municípios, conforme cronograma, fluindo a partir da publicação o prazo recursal.

Destaca-se ainda, quanto a retificação do Edital de Chamamento Público para a correção das datas do cronograma de atividades, uma vez que a publicação do resultado preliminar será apresentado no dia 17 de abril de 2017, e que o dia 14 de abril de 2017, sexta-feira santa, é feriado nacional, não havendo expediente nem redação do Diário Oficial dos Municípios neste dia.

Nada mais havendo digno de registro, encerra-se a presente ata que vai devidamente assinada pelos membros da Comissão de Seleção do Edital de Chamamento Público nº 002/2017.

VITOR MATHEUS TEIXEIRA POMPILIO	BOLÍVAR BITTEL-BRUNN	DANIEL JUPPA DA SILVA
RONALDO DA ROCHA	FLÁVIO SOUZA JÚNIOR	

LEI 5812

LEI Nº 5.812, de 11 de abril de 2017.

“DENOMINA “PROFESSORA DÓRES JANKE STÜPP” O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL LOCALIZADO NO BAIRRO LARANJEIRAS, MUNICÍPIO DE RIO DO SUL.”

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica denominado “Professora Dóres Janke Stüpp” o Centro de Educação Infantil localizado na Rua Professora Leila Mara Amorim Krajieski, no Bairro Laranjeiras, conforme planta baixa e planta de localização, partes integrantes da presente Lei.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

11 de abril de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito de Rio do Sul

LEI 5812 ANEXO

LEI Nº 5.812, de 11 de abril de 2017.

“DENOMINA “PROFESSORA DÓRES JANKE STÜPP” O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL LOCALIZADO NO BAIRRO LARANJEIRAS, MUNICÍPIO DE RIO DO SUL.”

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica denominado “Professora Dóres Janke Stüpp” o Centro de Educação Infantil localizado na Rua Professora Leila Mara

Amorim Krajieski, no Bairro Laranjeiras, conforme planta baixa e planta de localização, partes integrantes da presente Lei.
Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

11 de abril de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito de Rio do Sul

Portaria n. 0463/RH de 13 de abril de 2017.

PORTARIA N. 0463/RH

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017 e, considerando:

- As conclusões da Comissão Sindicante, de fls. 064 a 068, dos autos da Sindicância Administrativa n. 011/2016, instaurada pela Portaria n. 0824/RH de 08 de julho de 2016, publicada no Diário Oficial dos Municípios no dia 12 de julho de 2016 e, de acordo com a decisão proferida às fls. 070 dos mesmos autos, no que tange à apuração e comprovação dos fatos,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar o ARQUIVAMENTO da Sindicância Administrativa n. 011/2016, instaurada para apurar os fatos envolvendo a conduta do servidor João Paulo Cunha, em virtude a ausência de provas no que tange a formulação de irregularidades e responsabilidades do sindicato, não sendo comprovada a denúncia.

Art. 2º. Estabelecer que esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina, revogadas as disposições em contrário.

Rio do Sul, 13 de abril de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Lso

RESOLUÇÃO Nº 02.2017, DE 12 DE ABRIL DE 2017.

RESOLUÇÃO Nº 02/2017

Dispõe sobre a desativação definitiva do Ensino Fundamental do Centro Educacional Guilherme Butzke, da Rede Pública Municipal de Ensino.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIO DO SUL, no uso de suas atribuições regimentais, e conforme incisos VI e XIV do Regimento Interno deste Conselho, e o deliberado na Sessão Plenária do dia 12 de abril de 2017, mais o Parecer nº 01/2017/CME.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a desativação definitiva do Ensino Fundamental do Centro Educacional Guilherme Butzke, mediante o Processo nº 01/2017/PCME e de acordo com o Parecer nº 01/2017/CME.

Art. 2º A desativação definitiva das atividades educacionais do Ensino Fundamental do Centro Educacional Guilherme Butzke, é consenso da entidade mantenedora e comunidade escolar local,

regulamentada por processo instruído conforme preconiza a Resolução nº 01/2006, deste Conselho.

Art. 3º O Centro Educacional Guilherme Butzke está localizado no bairro Rainha, e se considera o Ensino Fundamental desativado definitivamente a partir de 08 de fevereiro de 2017, pelo Parecer nº 01/2017/CME.

Art. 4º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 08 de fevereiro de 2017.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio do Sul, 12 de abril de 2017.

Maria Lenir Stüpp

Presidente do Conselho Municipal de Educação

RESOLUÇÃO Nº 03.2017, DE 12 DE ABRIL DE 2017.

RESOLUÇÃO Nº 03/2017

Dispõe sobre credenciamento e autorização de funcionamento e reconhecimento de instituição educacional integrante do Sistema Municipal de Ensino.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIO DO SUL, no uso de suas atribuições regimentais, e conforme incisos VI e X do art. 3º do Regimento Interno deste Conselho, e o deliberado na Sessão Plenária do dia 12 de abril de 2017, mais o Parecer nº 02/2017/CME.

RESOLVE:

Art. 1º O Parecer emitido às unidades educacionais é o ato legal pelo qual se concede o credenciamento e a autorização de funcionamento e reconhecimento, de acordo com o que dispõe as Resoluções nº 08/2015, e alterações em vigor, e nº 01/2006 do Conselho Municipal de Educação do município de Rio do Sul – Santa Catarina.

Art. 2º Credenciar e autorizar o funcionamento e reconhecimento da instituição educacional abaixo nomeada:

Centro de Educação Infantil Caminho do Farol

Art. 3º As instituições certificadas oficialmente, com credenciamento e autorização de funcionamento, estarão passíveis de supervisão pelo Conselho Municipal de Educação deste município, para acompanhamento e verificação das condições de funcionamento, estando sujeitas à notificação.

Art. 4º De acordo com o que dispõe o Parecer sobredito, identificadas as deficiências ou irregularidades no processo de avaliação e esgotado o prazo fixado para saneamento, haverá reavaliação.

Art. 5º Constatando-se a permanência das deficiências e irregularidades na reavaliação, a mesma resultar-se-á na suspensão temporária ou desativação do nível e/ou modalidade de ensino da Unidade.

Art. 6º A certificação de credenciamento e autorização de funcionamento deverá ser renovada anualmente até o final do quinto ano de funcionamento, mediante verificação “in loco”, pelos membros do Conselho Municipal de Educação de Rio do Sul, tendo a certificação de credenciamento e autorização de funcionamento a validade de 1 (um) ano.

Art. 7º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua

publicação, produzindo seus efeitos a contar de 05 de fevereiro de 2017.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio do Sul, 12 de abril de 2017.

Maria Lenir Stüpp

Presidente do Conselho Municipal de Educação

RESOLUÇÃO Nº 04.2017, DE 12 DE ABRIL DE 2017.

RESOLUÇÃO Nº 04/2017

Dispõe sobre credenciamento e autorização de funcionamento e reconhecimento de instituição educacional integrante do Sistema Municipal de Ensino.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIO DO SUL, no uso de suas atribuições regimentais, e conforme incisos VI e X do art. 3º do Regimento Interno deste Conselho, e o deliberado na Sessão Plenária do dia 12 de abril de 2017, mais o Parecer nº 03/2017/CME.

RESOLVE:

Art. 1º O Parecer emitido às unidades educacionais é o ato legal pelo qual se concede o credenciamento e a autorização de funcionamento e reconhecimento, de acordo com o que dispõe as Resoluções nº 08/2015, e alterações em vigor, e nº 01/2006 do Conselho Municipal de Educação do município de Rio do Sul – Santa Catarina.

Art. 2º Credenciar e autorizar, até 02 de julho de 2020, o funcionamento e reconhecimento da instituição educacional abaixo nomeada:

Centro de Educação Infantil Nossa Senhora da Conceição

Art. 3º As instituições certificadas oficialmente, com credenciamento e autorização de funcionamento, estarão passíveis de supervisão pelo Conselho Municipal de Educação deste município, para acompanhamento e verificação das condições de funcionamento, estando sujeitas à notificação.

Art. 4º De acordo com o que dispõe o Parecer sobredito, identificadas as deficiências ou irregularidades no processo de avaliação e esgotado o prazo fixado para saneamento, haverá reavaliação.

Art. 5º Constatando-se a permanência das deficiências e irregularidades na reavaliação, a mesma resultar-se-á na suspensão temporária ou desativação do nível e/ou modalidade de ensino da unidade.

Art. 6º A certificação de credenciamento e autorização de funcionamento deverá ser renovada ao fim de sua vigência, mediante verificação "in loco", pelos membros do Conselho Municipal de Educação de Rio do Sul.

Art. 7º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Resolução nº 01/2017, de 24 de janeiro de 2017.

Rio do Sul, 12 de abril de 2017.

Maria Lenir Stüpp

Presidente do Conselho Municipal de Educação

RETIFICAÇÃO Nº 001 DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2017

RETIFICAÇÃO Nº 001 DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2017

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados o Edital de Chamamento Público nº 002/2017 sofreu as seguintes alterações:

Art. 1º. Retifica-se o item 3 que passa a ser considerado como segue:

"3. DA FASE DE SELEÇÃO

A fase de seleção observará as seguintes etapas:

CRONOGRAMA

ETAPA	DESCRIÇÃO DA ETAPA	Datas
1	Publicação do Edital de Chamamento Público.	03/03/2017
2	Envio das propostas pelas OSCs.	04/04/2017 a 07/04/2017
3	Etapa competitiva de avaliação das propostas pela Comissão de Seleção.	10/04/2017 a 13/04/2017
4	Divulgação do resultado preliminar.	17/04/2017
5	Interposição de recursos contra o resultado preliminar.	5 (cinco) dias contados da divulgação do resultado preliminar
6	Análise dos recursos pela Comissão de Seleção.	5 (cinco) dias após prazo final de apresentação das contrarrazões aos recursos
7	Homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção, com divulgação das decisões recursais proferidas (se houver).	02/05/2017 (esta data é estimada)

Conforme exposto adiante, a verificação do cumprimento dos requisitos para a celebração da parceria (arts. 33 e 34 da Lei nº 13.019, de 2014) e a não ocorrência de impedimento para a celebração da parceria (art. 39 da Lei nº 13.019, de 2014) é posterior à etapa competitiva de julgamento das propostas, sendo exigível apenas da(s) organização(ões) da sociedade civil selecionada(s) (mais bem classificada(s), nos termos do art. 28 da Lei nº 13.019, de 2014."

GABINETE DO PREFEITO

13 de abril de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

PREFEITURA

1.4 O Contrato a ser firmado com o proponente vencedor terá vigência da data da sua assinatura até 31 de dezembro de 2017 ou até quando durarem os valores/quantidades licitados.

II – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 Podem participar da presente licitação todas as pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto e que cumprirem as regras da presente licitação.

2.2 Os participantes deverão ter pleno conhecimento dos termos deste Edital e seus anexos e das condições do objeto da Licitação. Deverá ser verificado o local de entrega dos produtos e o prazo máximo contido no item 1.2 deste instrumento, não podendo ser invocado, em nenhum momento, desconhecimento destes pontos como elemento impeditivo para realização do objeto.

2.3 Não poderá participar a empresa que tenha sido declarada inidônea ou que esteja cumprindo suspensão do direito de licitar ou contratar com a administração pública, por qualquer órgão, em qualquer dos níveis da administração pública, dentro do território nacional, conforme as regras previstas nos incisos III e IV, do art. 87, da lei 8.666/93.

2.4 É vedada a participação de empresas em consórcio ou associação.

III – DOS REQUISITOS PARA A APRESENTAÇÃO E ENVELOPES

3.1 É condição para a participação na presente licitação a apresentação, em envelopes separados, das Propostas de Preço e dos Documentos de Habilitação pelos proponentes, até as 08h00min, do dia 03 de maio de 2017, no Setor de Licitações desta Prefeitura. As propostas de preços deverão constar do Envelope nº 01 e os Documentos de Habilitação deverão constar do Envelope nº 02. Os envelopes devem estar lacrados e deverão ser identificados da seguinte forma:

ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇOS

MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA
PREGÃO Nº 015/2017

Data e hora da abertura

Nome e CPF ou Razão Social e CNPJ Endereço completo do licitante

ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA
PREGÃO Nº 015/2017

Data e hora da abertura

Nome e CPF ou Razão Social e CNPJ Endereço completo do licitante

3.2 A entrega dos envelopes descritos no item 3.1 do presente instrumento, no dia e horário mencionado, significará a aceitação plena e irrestrita dos termos do presente Edital e seus anexos e das disposições das leis especiais, quando for o caso.

3.3 Caso a indicação acima apresentar-se incompleta ou com algum erro de transcrição nos envelopes (proposta no envelope de documentação e vice-versa), tais fatos não constituirão motivo para exclusão da empresa do procedimento licitatório, desde que a incorreção apontada não cause dúvida ou não atrapalhe o andamento do processo.

3.4 Em nenhuma hipótese, serão recebidos os envelopes contendo a proposta de preços e a documentação posteriormente ao prazo limite estabelecido neste Edital.

IV – DA HABILITAÇÃO

4.1 Para a habilitação das empresas faz-se necessária a apresentação, em via única, em envelope separado, não transparente e devidamente lacrado denominado ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO, os seguintes documentos, devidamente validados, sob pena de inabilitação:

4.1.1 - Habilitação Jurídica

4.1.1.1 - Registro Comercial, arquivado na Junta Comercial respectiva, no caso de Empresa Individual;

4.1.1.2 - Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de Sociedade Comercial; e, no caso de Sociedade por Ações, acompanhado dos documentos referentes às eleições de seus administradores;

4.1.1.3 - Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de Sociedades Cíveis, acompanhada de prova da Diretoria em Exercício, devidamente registrado em cartório;

4.1.1.4 - Decreto de autorização, em se tratando de Empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

4.1.1.5 - Cédula de Identidade em se tratando de pessoa física.

4.1.2 - Regularidade Fiscal

4.1.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC/MF ou CNPJ);

4.1.2.2 - Prova de regularidade fiscal para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal da sede ou domicílio da licitante, expedidos pelos órgãos abaixo relacionados:

4.1.2.2.1 - Da Secretaria da Receita Federal, com relação à regularidade fiscal Federal;

4.1.2.2.2 - Da Procuradoria da Fazenda Nacional, referente à Dívida Ativa da União;

4.1.2.2.3 - Da Secretaria da Fazenda Estadual, ou outro órgão competente, com relação à regularidade fiscal Estadual;

- Da Secretaria de Finanças Municipal, ou outro órgão competente, com relação à regularidade fiscal Municipal. No caso de municípios que mantêm Cadastro Mobiliário e Imobiliário separados, deverão ser apresentados os comprovantes referentes a cada um dos cadastros;

4.1.2.3 - Prova de regularidade relativa as contribuições sociais e/ou Seguridade Social, fornecida conjuntamente com a Certidão Relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.2.4 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) – CRS;

4.1.2.5 – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

4.1.2.6 – Alvará de Funcionamento.

4.1.3 – Regularidade Social

4.1.3.1 - Declaração emitida pela Empresa atestando que atende ao inciso XXXIII, art. 7º da Constituição Federal (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo condição de aprendiz) – modelo de uso facultativo – ANEXO V do Edital.

4.1.3.2 – Declaração de inexistência de fato impeditivo, nos termos do artigo 32 - Parágrafo 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, alterado pela Lei nº 9.648/98 – modelo de uso facultativo – ANEXO IV deste Edital.

4.1.4 – Qualificação Técnica

4.2 A presente documentação, devidamente atualizada, poderá ser apresentada em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração do Município, caso em que devem estar presentes os originais ou publicação em órgão de imprensa oficial.

4.3 Não serão aceitas fotocópias efetuadas em aparelhos de fax, bem como aquelas que se encontrarem ilegíveis, rasuras, ressalvas ou emendas.

4.4 Os documentos sem validade expressa, considerar-se-á como sendo 180 (cento e oitenta) dias da data de sua emissão.

4.5 A Comissão de Licitação poderá consultar ao serviço de verificação de autenticidade das Certidões emitidas pela Internet, ficando a licitante dispensada de autenticá-la, no caso de cópia das mesmas, ficando ciente, que é de sua total responsabilidade a veracidade das declarações e de todos os documentos apresentados;

4.6 Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “comprovantes de solicitação de documentos” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

4.7 Na ocorrência de a documentação de habilitação não estar completa e/ou correta e contrariar qualquer dispositivo deste Edital de Licitação e seus Anexos, o Pregoeiro considerará o proponente inabilitado.

V – DAS FORMAS DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

5.1 Os licitantes deverão apresentar proposta para os itens que desejarem concorrer, em via única, datilografada ou emitida por computador, sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas; suas folhas devem estar devidamente rubricadas e a última assinada por pessoa legalmente habilitada com poderes para comprometer-se pela empresa licitante, dela devendo constar:

a) Razão Social, número do CNPJ e endereço completo;

- b) Descrição do Item, de acordo com a descrição e quantidade previstas no Item 1.1, deste Edital, e de acordo com o preço máximo estipulado, sendo desclassificadas as propostas que apresentarem preços superiores aos fixados no Item 1.1;
- c) Cotação de preço unitário e global para cada item expresso em moeda corrente nacional, em algarismos, prevalecendo o preço unitário em caso de divergência;
- d) Apresentação do total geral da proposta em algarismos e por extenso, prevalecendo este último em caso de divergência;
- e) Validade mínima da proposta de 60 (sessenta) dias a contar da data de entrega dos envelopes de proposta e documentação, estipulada no preâmbulo deste Edital. O referido prazo ficará suspenso caso haja interposição de recursos;
- f) Declaração de que os preços propostos compreendem todos os produtos, materiais, transporte, entrega e encargos necessários a sua completa realização;
- g) Declaração de que os produtos serão fornecidos de acordo com as normas de segurança, padrões de qualidade e com prazos de validade em dia.

5.2 Serão desconsideradas as propostas que forem manifestadamente inexequíveis, presumindo-se como tal aquelas que contiverem preços unitários muito aquém, face aos concorrentes no mercado.

5.3 Também serão desconsideradas as propostas que contiverem preços excessivos face aos concorrentes no mercado.

5.4 Quaisquer tributos, despesas diretas e indiretas omitidas na proposta de preços ou incorretamente cotadas serão consideradas como inclusas na proposta.

5.5 Ocorrendo erro, engano ou rasura na digitação do preço do item ou do total do Item constante na Proposta, o representante da empresa deverá manifestar-se na sessão sobre o preço apresentado, podendo a CPL inabilitar o referido participante para aquele Item.

5.6 Não sendo apresentadas as declarações das letras "f" e "g", bem como indicação do prazo de validade da proposta, pressupõe-se que as condições acima são aceitas pelo proponente, suprimindo-se sua ausência.

VI – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES DA SESSÃO PÚBLICA

6.1 A convocação de interessados dar-se-á através de publicação de aviso no Mural da Prefeitura, no site do município www.riofortuna.sc.gov.br, e disponibilização gratuita do Edital, na íntegra, na sede desta Prefeitura ou por e-mail licitacoes@riofortuna.sc.gov.br.

6.2 A sessão pública de realização do pregão será conduzida por servidor designado como Pregoeiro, que terá a atribuição de decidir sobre todos os atos relativos à licitação.

6.3 A disputa entre os interessados ocorrerá através das propostas escritas apresentadas e em lances verbais durante a fase adequada da sessão pública.

6.4 A manifestação da intenção de recorrer será feita no final da sessão, quando forem declarados os licitantes vencedores, devendo os interessados, através de seus representantes, registrarem em ata a síntese de suas razões.

6.5 Para ofertar propostas através de lances verbais, recorrer de decisão e contraditar, os interessados deverão credenciar (facultativo), junto ao Pregoeiro, os respectivos representantes legais com poderes para praticar esses atos (ANEXO II).

6.6 Caso a empresa apresente representante legal, este deverá identificar-se e trazer ao Pregoeiro um documento hábil a comprovar sua representação, que poderá ser a apresentação do Ato Constitutivo da empresa ou outro equivalente.

6.7 Para o caso de não haver menção do nome do representante no Ato Constitutivo ou equivalente, este deverá apresentar procuração, com firma reconhecida em Cartório, que comprove poderes para praticar todos os atos referentes a este Pregão, tais como: formulação de lances, alegações em ata, interposição de recurso, renúncia de direitos etc. Poderá ser apresentado, também, em substituição à Procuração, Termo de Credenciamento, conforme Anexo II, acompanhado do Ato Constitutivo da empresa. Observação: No caso de apresentação de Procuração, esta deverá estar acompanhada do Ato Constitutivo da empresa representada.

6.8 O representante legal da empresa, no ato da entrega dos envelopes, se solicitado, deverá exibir sua cédula de identidade ou qualquer outro documento oficial de identificação (com foto).

6.9 O não credenciamento de representante legal na sessão pública ou a incorreção dos documentos de identificação apresentados não inabilita a licitante, mas inviabilizará a formulação de lances verbais e a manifestação de intenção de recorrer por parte do interessado, bem como de quaisquer atos relativos à presente licitação para o qual seja exigida a presença de representante legal da empresa.

6.10 Aberta a sessão, os interessados ou seus representantes, apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e entregarão os envelopes contendo a documentação exigida no certame e as propostas, podendo, para tanto, ser utilizado o modelo de declaração constante no ANEXO III. Caso os interessados não se fizerem representar na sessão pública, a Declaração de cumprimento aos requisitos de habilitação deverá ser encaminhada no 3º Envelope, devendo o mesmo estar assim identificado:

ENVELOPE Nº 03 – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AOS REQUISITOS DE**HABILITAÇÃO****MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA****PREGÃO Nº 015/2017**

Data e hora da abertura

Nome e CPF ou Razão Social e CNPJ

Endereço completo do licitante

6.11 A não apresentação da Declaração de que trata o item 6.10 do Edital inviabilizará a apresentação da Proposta e da Habilitação.

6.12 As empresas que tiverem interesse em se utilizar dos benefícios da Lei Complementar 123/2006 deverão apresentar, juntamente com o Credenciamento, a Certidão Simplificada da Junta Comercial, comprovando que a empresa é Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte. A não apresentação deste documento impossibilitará a licitante de se utilizar dos benefícios da Lei Complementar 123/2006.

6.13 A Sessão Pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo todas e quaisquer informações acerca do objeto ser esclarecidas previamente junto ao Pregoeiro e Equipe de Apoio deste Município.

6.14. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

VII – DO PROCEDIMENTO E FASES DA SESSÃO PÚBLICA**7.1 PRIMEIRA FASE: ABERTURA DA SESSÃO**

7.1.1 No dia e horário estabelecidos neste Edital, o Pregoeiro Oficial fará a abertura da sessão, recebendo da empresa interessada, ou de seu representante, o documento para credenciamento (ANEXO II), a Declaração prevista no ANEXO III e os envelopes de proposta e habilitação.

7.1.2 Não será admitida a atuação de um representante para duas ou mais empresas.

7.2 SEGUNDA FASE: ANÁLISE DAS PROPOSTAS E LANCES VERBAIS

7.2.1 Terminada a fase de credenciamento e entrega da Declaração de cumprimento aos requisitos de habilitação, o Pregoeiro passará para a abertura dos envelopes das propostas, com a finalidade de verificar se as propostas estão em conformidade com as exigências estabelecidas neste Edital, desclassificando aquelas que se encontrarem em desconformidade ou incompatíveis.

7.2.2 Após a análise das propostas pelo Pregoeiro, os participantes, através de seus representantes, darão visto nas propostas apresentadas.

7.2.3 Em seguida, passar-se-á à oferta de lances verbais, em valores sucessivos e decrescentes para o item a ser adquirido, considerando-se o valor unitário de cada item.

7.2.4 Poderão ofertar lances as licitantes detentoras das propostas classificadas com preços até 10% (dez por cento) superiores ao preço do autor da oferta mais baixa para cada item, até a proclamação do vencedor.

7.2.5 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas anteriormente, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecerem novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

7.2.6 O Pregoeiro convidará individualmente as licitantes classificadas, de forma sequencial, a apresentarem lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço para o item e os demais, em ordem decrescente de valor. Dos lances ofertados, não caberá retratação.

7.2.6.1 Somente serão aceitos os lances com redução de preços de, pelo menos, 1% (um por cento) do lance anterior para o item.

7.2.7 A desistência da apresentação de lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, importará na perda do direito de apresentar novos lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pela licitante.

7.2.8 Ofertados os lances verbais, o Pregoeiro solicitará a todas as licitantes que efetivaram lances, a redução a termo dos últimos lances ofertados.

7.2.9 O Pregoeiro poderá fixar em até 05 (cinco) minutos o tempo máximo para os lances verbais, devendo avisar aos licitantes quando decidir pela última rodada de lances que poderá, inclusive, ocorrer antes do esgotamento do tempo máximo anteriormente estipulado.

7.2.10 Durante a etapa de lances verbais, o pregoeiro monitorará os preços ofertados, de modo a desclassificar propostas inexeqüíveis ou com preço excessivo.

7.2.11 Caso alguma descrição do item tenha, por qualquer motivo, que ser retirada ou alterada, poderá o Pregoeiro desconsiderá-lo, mantendo-se a licitação nas demais descrições.

7.3 TERCEIRA FASE: HABILITAÇÃO

7.3.1 Encerrada a fase de lance para todos os itens, o Pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, verificando a sua habilitação ou inhabilitação.

7.3.2 Constatado o atendimento das exigências editalícias, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame, caso não haja interposição de recursos.

7.3.3 Caso o licitante classificado em primeiro lugar seja inhabilitado, o Pregoeiro examinará a habilitação dos licitantes com as ofertas subsequentes e a qualificação destas, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda aos requisitos do Edital.

VIII – DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO E PROPOSTAS

8.1 Serão desclassificados:

- a) Os proponentes que não apresentarem os documentos exigidos neste Edital para habilitação;
- b) As propostas que não atenderem às especificações deste Edital, em especial os itens 1.1 e 1.2, e sejam, ainda, manifestadamente inexequíveis, sejam por preços excessivos ou simbólicos, irrisórios ou de valor zero;
- c) Demais determinações constantes no Edital e na Lei 8.666/93.

8.2 Serão inhabilitados os licitantes ou desclassificadas as propostas que deixarem de atender às exigências deste Edital, ressalvadas as situações previstas nos itens 8.6 e 8.7.

8.3 Os preços serão analisados conforme o Capítulo IX, deste Edital.

8.4 As propostas serão classificadas, conforme o critério do menor preço por item, apresentado em proposta ou lance verbal, sendo considerado vencedor o licitante que apresentar/ofertar lance, como sendo o de menor preço unitário e total de cada item licitado e, ainda, estiver com sua documentação válida, satisfazendo os termos deste Edital e seus Anexos.

8.5 No caso de igualdade do preço ofertado entre duas ou mais propostas, no mesmo item, o Pregoeiro Oficial efetuará sorteio na própria sessão pública, da qual participarão apenas as empresas empatadas, para definição da ordem de lances verbais.

8.5.1 A regra de sorteio também é válida quando houver empate entre duas ou mais propostas, no mesmo item, e os licitantes não quiserem ofertar lances verbais.

8.6 A não indicação dos prazos exigidos na proposta indicará que o licitante se compromete com os prazos estabelecidos neste Edital.

8.7 O Pregoeiro Oficial, verificando a necessidade de mais informações, no que diz respeito à documentação e às propostas apresentadas, aplicará subsidiariamente o disposto no § 3º, do art. 43, da Lei nº 8.666/93, podendo suspender a sessão a qualquer momento para realização de diligências.

8.8 Ocorrendo a hipótese prevista no item anterior, será lavrada ata circunstanciada narrando todos os fatos, ficando em poder da Comissão de Apoio ao Pregoeiro, todos os envelopes, devidamente rubricados e vistados pelos membros da Comissão, Pregoeiro e licitantes presentes, até a resolução do ocorrido, oportunidade em que será oficiado às mesmas a data para prosseguimento do certame.

8.9 Não serão levadas em consideração, para efeitos de julgamento, quaisquer vantagens oferecidas na proposta que não se enquadrem nas especificações exigidas neste Edital e Anexos.

8.10 Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no preço até, no máximo, duas casas decimais após a vírgula.

8.11 Os valores apresentados pelos proponentes, não poderão ser superior ao cotado no item 1.1 deste Edital, caso estes forem serão desclassificados.

8.12 Serão desconsiderados os fatos irrelevantes que não causem prejuízo à escolha da melhor proposta para o objeto da presente licitação.

IX – DOS PREÇOS

9.1 Os preços serão considerados pelo valor unitário e global para cada item cotado, expressos em moeda corrente nacional.

9.2 O proponente deverá cotar preço unitário e total, com somente 02 (duas) casas após a vírgula.

9.3 Não serão aceitos preços cujos valores unitários sejam iguais a 0 (zero), inexequíveis ou excessivos, sendo entendidos como excessivos aqueles superiores aos praticados pelo mercado.

9.4 Os preços ofertados são fixos e invariáveis não podendo ultrapassar o preço máximo estipulado por este Edital, Item 1.1.

9.5 Os valores a serem contratados são fixos, não podendo sofrer reajustes.

X – DOS RECURSOS

10.1 Os recursos somente serão recebidos após a Fase de Habilitação quando for(em) declarado(s) o(s) vencedor(es), momento em que, qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentarem contra-razões, em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurado vista imediata dos autos.

10.2 O recurso tempestivamente interposto terá efeito suspensivo e devolutivo exclusivamente em relação ao item questionado e deverá ser dirigido ao Prefeito Municipal de Rio Fortuna, cabendo ao mesmo apreciá-lo em 05 (cinco) dias úteis.

10.3 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.4 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante, inclusive em função da falta de representante credenciado, importará na decadência do direito de recurso em âmbito administrativo e, conseqüentemente, adjudicação do objeto da licitação, pelo Pregoeiro, ao vencedor.

XI – DA ADJUDICAÇÃO

11.1 O objeto da presente licitação será adjudicado ao licitante que, atendendo a todas as condições expressas neste Edital de Pregão e seus anexos, for declarado vencedor para o item respectivo, de acordo com os critérios de julgamento e habilitação.

XII – DO PAGAMENTO

12.1 O pagamento será mensal, devendo o Contratado emitir Nota Fiscal especificando os produtos entregues e os preços individuais e globais, de acordo com a Ordem de Fornecimento.

12.2 O vencimento dos pagamentos mensais se dará sempre após o dia 10 do mês subsequente.

XIII – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 A despesa decorrente do objeto de licitação correrá à conta de recursos específicos consignados no Orçamento para 2017 desta Prefeitura nas seguintes dotações:

(113) 3.3.90.30.39.00.00.00 – Valor Previsto: R\$ 54.265,60

13.2 Os recursos financeiros desta licitação poderão ser provenientes de convênio com o Governo do Estado ou Governo Federal.

XIV – DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO E DO CONTRATO E RESCISÃO

14.1 Os objetos deverão ser entregues conforme solicitação da Secretaria Municipal de Transportes e Obras, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após o pedido, junto a Prefeitura Municipal sito a Avenida Sete de Setembro, 1175, centro, no horário de expediente (7horas às 13horas).

14.2 O atraso ou a inexecução, mesmo que parcial, no cumprimento desta cláusula ocasionará a aplicação de multa correspondente a 10 % (dez) por cento do valor contratual, além das penalidades legais ao licitante vencedor.

14.3 Verificada a não-conformidade do produto, o licitante vencedor deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sujeitando-se às penalidades previstas neste Edital.

14.4 A Nota Fiscal/Fatura deve, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto.

14.5 Será firmado Contrato (Anexo I) com o Licitante vencedor, que será notificado a assinar o mesmo, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a partir da data de homologação e adjudicação e terá suas cláusulas e condições reguladas pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e pelas condições estabelecidas neste.

14.6 Farão parte integrante do Contrato, todos os elementos apresentados pela Licitante vencedora que tenham servido de base para o julgamento deste Edital, bem como as condições estabelecidas neste instrumento e seus anexos, independente de transcrição.

14.7 O Contrato a ser assinado com o Licitante vencedor terá sua vigência adstrita ao prazo de fornecimento dos produtos, definido por este Edital, iniciando-se na data de assinatura do contrato, que vigorará até 31 de dezembro de 2017.

14.8 Não assinado o contrato no prazo fixado pela Administração, o licitante vencedor perderá o direito à contratação, sofrerá aplicação de multa igual a 5% (cinco por cento) do valor da proposta e ficará, temporariamente, suspenso de participar de licitação e impedido de contratar com o Município de Rio Fortuna e seus órgãos pelo período não superior a 02 (dois) anos.

14.9 Se o licitante vencedor não assinar o contrato no prazo estabelecido, o Município de Rio Fortuna poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assiná-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo licitante.

14.10 O contrato será rescindido automaticamente no caso de o Licitante vencedor realizar os serviços em desacordo com as normas padrões; proposta apresentada; laudo da administração municipal; ainda, em desacordo com as regras deste Edital ou, ainda, não atender ao item I e item 14.2 deste Edital.

XV – DO CANCELAMENTO DO CONTRATO

15.1 O cancelamento da execução será cabível, de pleno direito, independente de interpretação judicial ou extra-judicial, a firma adjudicatária que:

15.1.1 Falir, entrar em concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

15.1.2 Transferir, no todo ou em parte, as obrigações decorrentes desta licitação, sem prévia anuência do Município de Rio Fortuna;

15.1.3 Estiver sendo processada por crime previsto no Código Penal Brasileiro ou outras Leis;

15.1.4 Possuir conduta social reprovável e/ou não respeitar as normas da Administração Municipal.

15.2 O Município de Rio Fortuna reserva-se o direito de transferir ou revogar a presente licitação, no todo ou parcialmente, mediante razões de conveniência administrativa e de interesse público, nos termos do art. 49, da Lei nº 8.666/93.

XVI – DAS PENALIDADES

16.1 À empresa proponente vencedora que não cumprir com as obrigações assumidas ou preceitos legais, será aplicada as seguintes penalidades:

16.1.1 Rescisão do contrato de fornecimento;

16.1.2 Suspensão do direito de licitar junto ao Município de Rio Fortuna;

16.1.3 Declaração de inidoneidade.

16.2 A critério da autoridade competente, a aplicação de quaisquer das penalidades acima mencionadas, acarretará perda da garantia com todos os seus acréscimos.

16.3 O Município de Rio Fortuna poderá, a seu critério, rescindir o contrato e/ou aplicar multa de 2% (dois por cento) por dia, sobre o valor do objeto da presente, até 15% (quinze por cento), quando a proponente, sem justa causa, deixar de cumprir, dentro do prazo estabelecido, a obrigação assumida, bem como:

16.3.1 Prestar informações inexatas ou criar embaraços para entrega dos produtos;

16.3.2 Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte a terceiros, sem prévia autorização da Administração Municipal;

16.3.3 Cometer qualquer infração às normas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida.

16.4 O atraso ou a inexecução, mesmo que parcial, no cumprimento desta cláusula ocasionará a aplicação de multa correspondente a 10 % (dez) por cento do valor contratual, além das penalidades legais ao licitante vencedor.

16.5 Na hipótese de o Adjudicatário não entregar os produtos desta licitação, será aplicada uma multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do objeto, não o eximindo das penalidades previstas.

16.6 A recusa de receber a Ordem de Fornecedor, no prazo de validade das propostas, e a entrega fora das especificações predeterminadas implicam sanções, além do fornecedor arcar com todas as despesas provenientes.

16.7 Se o licitante vencedor receber a Ordem de Fornecedor e não realizar o objeto no prazo estabelecido, a Administração Municipal poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinarem o contrato e assumirem a realização dos serviços em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo licitante, conforme legislação em vigor, ou poderá revogar total ou parcialmente qualquer dos Itens do item 1, deste Edital.

16.8 Em caso de ocorrência de fatos dolosos ou culposos supervenientes envolvendo o CONTRATADO, o Município de Rio Fortuna poderá anular ou revogar o processo licitatório, no todo ou em parte, inclusive após assinatura do contrato, levando-se em conta o interesse público, nos termos da Lei, sempre fundamentalmente e após processo regular, sem decorrer direito à indenização.

XVII – DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

17.1 Qualquer pessoa poderá questionar, solicitar informações ou impugnar este Edital de Pregão, até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a realização da sessão pública de Pregão, devendo a Prefeitura, através do Pregoeiro Oficial, julgar e responder sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

17.2 Não sendo feito nesse prazo, pressupõe-se que os elementos são suficientemente claros e precisos para permitir a apresentação da proposta, não cabendo à proponente direito a qualquer reclamação posterior.

XVIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 Caso exista algum fato que impeça a participação de qualquer licitante ou o mesmo tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, ou estiver em regime de falência, este fica desde já impedido de participar da presente licitação.

18.2 Não serão aceitos, sob qualquer alegação, os envelopes de HABILITAÇÃO e PROPOSTA, apresentados após o horário marcado para o encerramento deste EDITAL, no local indicado na inicial desta licitação.

18.3 É facultada a Comissão ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação ou durante a validade do contrato, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar o processo ou averiguar fatos, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar da habilitação ou da proposta.

18.4 A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrentes de fatos supervenientes devidamente justificados, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, com a devida justificação.

18.5 Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentos relativos ao presente certame.

18.6 Realizado o procedimento licitatório, com a observação de todas as formalidades legais, o resultado será comunicado aos licitantes na própria sessão de julgamento e, naqueles itens onde não houver interposição de recurso, será efetuada a adjudicação pelo Pregoeiro e submetidos ao Prefeito Municipal para homologação do certame.

18.7 A Comissão de Apoio ao Pregoeiro dirimirá as dúvidas concernentes às especificações técnicas e demais esclarecimentos acerca do objeto desta licitação, desde que arguidas por escrito, até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura dos envelopes.

18.8 Os licitantes poderão examinar e retirar o presente Edital no Setor de Licitações, estando o Pregoeiro e Equipe de Apoio disponíveis para atendimento de segunda a sexta-feira, das 07 (sete) às 13 (treze) horas, na sede da PREFEITURA, situada na Avenida Sete de Setembro, 1175, Centro, nesta Cidade, fone/fax: (48) 3653-1122.

18.9 Fazem parte deste Edital os seguintes Anexos: 1) Anexo I – Minuta do Contrato; 2) Anexo II – Modelo de Termo de Credenciamento; 3) Anexo III – Declaração de cumprimento aos requisitos de Habilitação; 4) Anexo IV – Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo; e 5) Anexo V – Declaração de cumprimento do disposto no Inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal. 6) Anexo VI - Termo de Referência.

18.10 Ao receberem cópia deste Edital, os interessados deverão deixar registrados na Prefeitura o endereço para qualquer correspondência e necessariamente o endereço eletrônico oficial da empresa.

18.11 No caso de não haver expediente para a data fixada, a entrega e abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação e/ou proposta realizar-se-á às 08 horas do primeiro dia útil, após aquela data.

18.12 Nos pontos em que este Edital for omissos, prevalecerão os termos da Lei nº 10.520, de 18 de Julho de 2002, e do Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, e, subsidiariamente, da Lei nº 8.666/93 e demais legislações em vigor.

18.13 Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o foro da Cidade de Braço do Norte/SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

O presente Edital será publicado em resumo no Diário Oficial dos Municípios, e no "MURAL E SITE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO FORTUNA".

Prefeitura Municipal de Rio Fortuna, 13 de abril de 2017.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

ANEXO I

MINUTA DE CONTRATO

Termo de Contrato de Aquisição de materiais de Construção, para Secretaria de Transportes e Obras de Rio Fortuna, conforme discriminado no Edital Licitatório do Município de Rio Fortuna, sob nº 022/2017, Pregão Presencial nº 015/2017, que fazem entre si o Município de Rio Fortuna e a empresa

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 82.926.585/0001-30, sito na Avenida Sete de Setembro, 1175, Rio Fortuna/SC, 88760-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Lindomar Ballmann, CPF nº 031.353.049-14.

CONTRATADA:

§ 2º. O atraso ou a inexecução, mesmo que parcial, no cumprimento desta cláusula ocasionará a aplicação de multa correspondente a 10 % (dez) por cento do valor contratual, além das penalidades legais ao licitante vencedor.

§ 3º. Verificada a não-conformidade dos produtos, o licitante vencedor deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sujeitando-se às penalidades previstas neste Edital.

§ 4º. A Nota Fiscal/Fatura deve, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto.

Cláusula Quarta - DA FORMA DE REAJUSTE

4ª. Os valores previstos neste instrumento não sofrerão reajustes, conforme disposto no Edital.

Cláusula Quinta - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5ª. O CONTRATANTE, para atender os dispêndios decorrentes com a execução deste contrato, alocará recursos em seu orçamento próprio, discriminados pelos seguintes elementos:

(113) 3.3.90.30.39.00.00.00 – Valor Previsto: R\$ 54.265,60

Parágrafo Único. Os recursos financeiros poderão ser provenientes de convênios com o Governo do Estado ou da União.

Cláusula Sexta - DAS PENALIDADES

6ª. O inadimplemento de qualquer das partes implicará pagamento de multa administrativa de 10% do valor total do contrato, garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo a ser instaurado pelo CONTRATANTE.

§ 1º. Em conformidade com o estabelecido nos artigos 77, 78, 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, o CONTRATADO que não cumprir as obrigações assumidas ou os preceitos legais estará sujeito às seguintes penalidades:

I) A recusa de receber a Ordem de Fornecimento no prazo de validade das propostas e a entrega fora das especificações predeterminadas implicam sanções previstas no inciso III, além do fornecedor arcar com todas as despesas provenientes.

II) Se o licitante vencedor receber a Ordem de Fornecimento e não entregar quaisquer dos produtos no prazo estabelecido, o MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinar o contrato e assumir a entrega dos produtos em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela vencedora, conforme legislação em vigor.

III) O atraso ou a inexecução, mesmo que parcial, no cumprimento do objeto ocasionará a aplicação de multa correspondente a 10 % (dez) por cento do valor contratual, além das penalidades legais ao licitante vencedor.

IV) Verificada a não-conformidade do produto, o licitante vencedor deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sujeitando-se às penalidades previstas neste Edital.

V) Decorridos 10 (dez) dias de atraso da entrega dos itens, objeto da presente licitação, poderá o MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA cancelar a Nota de Compra e a Ordem de Fornecimento, sujeitando-se a proponente ao pagamento de multa prevista na letra "a", desta cláusula, sem ônus da ação cabível para ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

VI) Ressalvados os casos de força maior, ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas, a critério do MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA, as seguintes penalidades à proponente, no caso de inadimplência contratual:

a) Multa na ordem de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso calculado sobre o valor total do objeto contratado com a empresa executora.

b) Em caso de tolerância, após os primeiros 30 (trinta) dias de atraso e não cancelada a Ordem de Fornecimento, se este atraso for repetido, o MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA poderá aplicar a multa em dobro da forma da letra "a".

c) Advertência expressa.

d) Suspensão do direito de licitar, junto ao MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA E SEUS ÓRGÃOS, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo período de 01 (um) ano.

§ 2º. O atraso para efeito de cálculo da multa prevista nas letras "a" e "b" será contado em dias corridos, a partir do vencimento do prazo estipulado da entrega até a data de entrega do Objeto da presente Licitação.

§ 3º. Nenhum pagamento será feito à Proponente penalizada, sem que antes, esta tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

Cláusula Sétima - DA RESCISÃO ANTECIPADA

7ª. O contrato poderá ser rescindido antecipadamente nos seguintes casos:

a) não cumprimento de quaisquer cláusulas desse Contrato;

b) cumprimento irregular das cláusulas desse Contrato;

c) lentidão de seu cumprimento;

d) o fornecimento dos itens descritos na Cláusula Primeira em condições diversas da apresentada no envelope proposta do Processo Licitatório nº 022/2017, Edital de Pregão nº 015/2017, do Município de Rio Fortuna, e o não atendimento da cláusula IV, § 1º, IV deste instrumento.

Parágrafo Único. Em caso de ocorrência de fatos dolosos ou culposos supervenientes envolvendo o CONTRATADO, o Município de Rio Fortuna poderá anular ou revogar o processo licitatório, no todo ou em parte, inclusive após assinatura do contrato, levando-se em conta o interesse público, nos termos da Lei, sempre fundamentalmente e após processo regular, sem decorrer direito à indenização.

Cláusula Oitava - DO FORO

8ª. Para dirimir qualquer dúvida decorrente da execução do presente contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC.

Cláusula Nona - DOS CASOS OMISSOS

9ª. Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei 8.666/93 e, na lacuna também desta, pelas disposições do Código Civil Brasileiro.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, que, de todos os atos, têm conhecimento.

Rio Fortuna/ SC, de	de 2017.
------------------------------------	----------

LINDOMAR BALLMANN _____

Prefeito Municipal Contratado

ANEXO II

TERMO DE CREDENCIAMENTO

	Através do presente, credenciamos o (a) Sr. (a.)		
.....	, portador (a) do RG nº	e	do CPF
nº	, a participar da licitação instaurada pelo Município de	Rio	Fortuna, na

modalidade Pregão Presencial, de nº 015/2017, na qualidade de representante legal, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa, bem como formular propostas, ofertar lances verbais, renunciar direitos, desistir de recursos e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

....., de	de 2017.
-----------------------	----------

Diretor ou Representante Legal com Firma Reconhecida da Assinatura

Obs.: Este documento deverá ser entregue fora dos envelopes.

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

		A			(razão	social
da	empresa),	CNPJ	nº	,	localizada	em
.....			, declara, em conformidade com a Lei nº 10.520/02, que			

cumprir todos os requisitos de habilitação para este certame licitatório, realizado pelo Município de Rio Fortuna – Pregão nº 015/2017.

....., de	de 2017.
-----------------------	----------

Diretor ou Representante Legal

Obs.: Este documento deverá ser entregue fora dos envelopes.

ANEXO IV

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA:

CNPJ:

ENDEREÇO:

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Para fins de participação no Edital de Pregão Presencial nº 015/2017, declaramos para todos os fins de direito, que a nossa empresa não foi declarada inidônea e nem está suspensa em nenhum órgão público, Federal, Estadual ou Municipal, nos termos do artigo 32 - Parágrafo 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, alterado pela Lei nº 9.648/98.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

_____, ____ de _____ de 2017.

Carimbo da empresa e/ou identificação gráfica e assinatura devidamente identificada do representante legal da empresa licitante.

ANEXO V

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA:

CNPJ:

ENDEREÇO:

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO

ART. 70 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.

Para fins de participação, no Edital de Pregão nº 015/2017, em cumprimento com o que determina o art. 27, inciso V, da Lei 8.666/93, declaramos para todos os fins de direito, que a nossa empresa não possui empregados menores de dezoito anos em jornada noturna, ou em locais insalubres ou perigosos; não possui em seus quadros empregados menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

_____, ____ de _____ de 2017.

Carimbo da empresa e/ou identificação gráfica e assinatura devidamente identificada do representante legal da empresa proponente.

ANEXO VI

MODELO PROPOSTA

AO MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA/SC LICITAÇÃO Nº 022/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2017

NOME:

CNPJ:

ENDEREÇO:

PROPOSTA DE PREÇOS

OBJETO: aquisição de peças para maquinas (laminas, dentes, unhas, facas, travas...) para manutenção das atividades do DMER do município de Rio Fortuna, conforme objeto e condições abaixo descritos.

Item	Descrição do Item	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total			
			Máximo	Máximo			

01	LAMINAS DE 10 FUROS PARA RETRO CASE 580m	04							
02	DENTES E CONCHA DIANTEIRA RETRO CASE	30							
03	UNHAS CARREGADEIRA 1U3552	40							
04	LAMINAS 13 FUROS ¾ CURVA	50							
05	DENTES DE RETRO CAT 416E	18							
06	SUPORTE 1U0257								
		18							
07	CAPAS DO SUPORTE RETRO 580 M	60							
08	CAPAS DE SUPORTE RETRO 416E	30							
09	FACAS 1945690090	12							
10	UNHAS PARA ESCAVADEIRA D36	36							
11	DENTES PARA ESCAVADEIRA D118	36							
12	TRAVA PARA UNHA ESCAVADEIRA 09244	36							
TOTAL MÁXIMO		R\$ 54.265,60							

- Validade da proposta: 60 (sessenta) dias;

- Declaramos que os preços propostos compreendem todos os serviços, materiais, transporte e encargos necessários a sua completa realização;

- Declaramos que os produtos serão entregues em até 48 (quarenta e oito horas) após o recebimento da Ordem de Fornecimento;

- Declaramos que os serviços serão prestados de acordo com as normas vigentes, responsabilizando-se pela completa realização de acordo com os termos do Edital de Licitação nº 022/2017, Pregão Presencial nº 015/2017.

..... /, de de 2017.

ASSINATURA E CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO VII DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2017 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2017 – TERMO DE REFERÊNCIA

1 DO OBJETO

1.1 A presente licitação, na modalidade Pregão Presencial, visa à escolha da melhor proposta para aquisição de peças para máquinas (laminas, dentes, unhas, facas, travas...) para manutenção das atividades do DMER do município de Rio Fortuna, conforme itens especificados com o preço máximo.

2 DA DESCRIÇÃO DOS ITENS

Item	Descrição do Item	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total					
			Máximo	Máximo					

[illegible]

3 DA JUSTIFICATIVA

1.1 3.1 A Contratação de Empresa(s) para fornecimento de Materiais de Construção para Secretaria de Transportes e Obras de Rio Fortuna.

4 DA ESTIMATIVA CONTRATUAL

4.1 O valor global estimado para contratação de Empresa especializada em fornecimento de peças para máquinas (laminas, dentes, unhas, facas, travas...) para manutenção das atividades do DMER do município de Rio Fortuna será de, aproximadamente, R\$ 54.265,60 (cinquenta e quatro mil duzentos e sessenta e cinco reais e sessenta centavos).

5 DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

5.1 O(s) contrato(s) a ser (em) firmado(s) com a(s) licitante(s) vencedora(s) terá (ão) vigência até 31 de dezembro de 2017, conforme Edital.

6 DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 Deverá (ão) a(s) contratada(s) disponibilizar (em) os devidos materiais, conforme necessidade desta Municipalidade.

7 DO PAGAMENTO

7.1 O pagamento será efetuado, mensalmente, após a entrega dos materiais e apresentação da(s) Nota(s) Fiscal(is), obedecida à ordem cronológica de empenho da(s) Nota(s) Fiscal(is).

8 DO LOCAL DE ENTREGA

8.1 Entregar os produtos, conforme solicitado na ordem de compra expedida.

9 DA CLASSIFICAÇÃO DO BEM

9.1 Os bens a serem contratados enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº

3.555, de 2000, e do Decreto nº 5.450, de 2005.

10 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1 Não fornecer os produtos sem a devida ordem de compra;
- 10.2 Manter em dia estoque dos produtos, para entrega imediata quando da necessidade da contratante;
- 10.3 Não fornecer os produtos fora das especificações e preços cotados no Processo Licitatório;
- 10.4 Atender às requisições de compra no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 10.5 Realizar a entrega dos produtos de acordo com o solicitado pela Secretaria de Transportes e Obras de Rio Fortuna, até 31 de dezembro 2017, sendo que os materiais, bem como suas quantidades, marcas e especificações técnicas serão fiscalizados pela referida Secretaria.

11 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 11.1 Efetuar os pagamentos referentes aos produtos adquiridos;
- 11.2 Emitir ordem de compra à vendedora para entrega dos produtos licitados.
- 11.3 Fiscalizar a entrega dos produtos, quantidades, marcas e especificações técnicas relativamente aos produtos entregues.

12 DAS MEDIDAS CAUTELADORAS

- 12.1 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

13 DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 13.1 A disciplina das infrações e sanções administrativas aplicáveis no curso da licitação e da contratação é aquela prevista no Edital.

Rio Fortuna/SC, 13 de abril de 2017.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

ED001-2017- (SRS) DEF - HOMOLOG (1)

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL/SC
PROCESSO SELETIVO N.º 001/2017

LISTA **FINAL** DE INSCRIÇÕES VALIDADAS (DEFERIDAS)

AREA: 01 - Cargos do SAMU

Cargo: 01 - Motorista Socorrista do SAMU

Inscrição	Candidato
36421	Adriano mengue behenck
36318	Aires medeiros godinho
36357	Alcides zanatta junior
36337	Alessandro de souza lopes
36316	Alessandro dos santos
36317	Anderson felisberto
36307	Andrey de almeida da cruz
36380	Claudio fernandez martinez
36336	Daniel ferreira emerim
36375	Diego pereira rampinelli
36343	Diego ramiro souza da silva
36344	Emerson ricardo freitas da silva
36332	Fabio andre araujo xavier
36310	Gabriel rocha
36360	Jean carlos da rosa nichele
36366	Juarez bauer de matos
36326	Juliano lodetti de aguiar
36346	Luciano benck da costa
36382	Maique teixeira pacheco
36308	Marcos andre fernades
36314	Marzo santos de andrade
36330	Mateus pereira pires
36334	Mateus peters pereira
36383	Matheus oliveira vanuzzi
36323	Michele rafael borges da silva
36407	Murilo de oliveira jorge
36449	Samuel duminelli pereira
36363	Zaquieli santana monteiro

Cargo: 02 - Tecnico em Enfermagem do SAMU

Inscrição	Candidato
36387	Adriano viana de bitencourt
36352	Alini vieira fischer
36378	Carina justo
36329	Carmem lucia santos silva
36312	Clenio borges
36386	Daiane carvalho bitencourt
36339	Diego de castro fernandes
36304	Ediane pacheco silva
36325	Eliane dos santos alves schinaider
36400	Elizanjela de matos davila inacio
36315	Elizete lopes da silva
36416	Emily teixeira resende
36305	Eni silva martins
36377	Giovana da silva alixandre
36365	Joice mascarenhas dos santos
36320	Jose amilcar castros soares
36369	Marizalva luiz pereira
36403	Patrícia martins de oliveira
36319	Rejane cruz da silva
36445	Rosanete dos santos torres
36303	Samuel de oliveira voida
36328	Sandra maria lopes martins
36353	Silvani de melo reus

36406	Tayná corrêa pereira
36381	Viviane da rosa raupp albino
36309	Zenir felisberto pereira strelow

ÁREA 02: Cargos da Educação**Cargo: 01 - Nutricionista**

Inscrição	Candidato
36349	Ana paula raupp valcarenghi
36392	Carla abbatti furlanetto
36431	Cintia beatriz soares de leao
36368	Eduarda nichele
36345	Francini beatriz machado de souza
36311	Graziela cardoso machado
36391	Jadna da silva de oliveira
36384	Queiti porto andré
36490	Sabriny borghetti goularte

Cargo: 02 - Psicólogo

Inscrição	Candidato
36405	Aldri dos santos matos
36401	Angela carlos benetti
36321	Bruna hainzenreder
36437	Eloá kalline talhamento
36302	Erik medeiros de quadros
36367	Gerusa rodrigues claudino
36359	Giovana aparecida mezzari
36374	Janine gomes schneider
36324	Jessica pereira dos santos
36419	Katiely da silva serafim
36362	Letícia ferreira de melo
36394	Marcilene teixeira fernandes
36371	Marcos silveira fagundes
36440	Marla tanise spiering
36409	Renata soares delfim
36435	Wilson rodrigues resende

ÁREA 03: Cargos do Quadro Geral**Cargo: 01 - Assistente Social**

Inscrição	Candidato
36414	Dilma terezinha silveira borba
36322	Francieli kunz
36348	Laura santos da silva
36327	Maribel santana albino
36447	Samarina costa da rocha

Cargo: 02 - Psicólogo

Inscrição	Candidato
36313	Bruna fraga tristão
36398	Gisseli da rosa silveira
36404	Jamir pacheco pereira velho
36452	Josiane guimarães dos passos
36443	Mauza ramos da cunha da silva

Cargo: 03 - Farmacêutico

Inscrição	Candidato
36423	Danielle balestrin de souza
36347	Evanise marinho inacio
36450	Monica de souza rodrigues
36331	Simone felicio argente

Santa Rosa do Sul/SC, 12 de Abril de 2017

ROSANE EMERIM

Presidente da Comissão do Processo Seletivo

HOMOLOGAÇÃO DE INSCRIÇÃO

O Prefeito Municipal de Turvo, no uso de suas atribuições, homologa todas as inscrições deferidas referente ao Processo Seletivo nº 001/2017 da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul/SC.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

ED001-2017- (SRS) INDEF FINAL (1)**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL/SC
PROCESSO SELETIVO N.º 001/2017****LISTA FINAL DE INSCRIÇÕES NÃO VALIDADAS (INDEFERIDAS)****AREA: 01 - Cargos do SAMU****Cargo: 01 - Motorista Socorrista do SAMU**

Inscrição	Candidato
36340	Cristiano da silva peres
36427	Daiane das neves ribeiro
36444	Elias de lima rodrigues
36341	Eloir osvaldo borges
36393	Igor da rosa silveira
36361	Israel keoma machado francisco
36373	Jonas semler zanette
36497	Josiel dressel
36338	Luciana lessa bitencourt
36379	Luís felipe costa
36388	Mateus de oliveira ostjen
36439	Matheus da silva alexandre
36390	Paulo sergio cavaleiro
36356	Pedro igor pacheco da silva
36410	Pedro pereira peres
36433	Rodrigo da silva martins
36442	Vanderson margotti pereira
36396	Willian sartor de souza

Cargo: 02 - Técnico em Enfermagem do SAMU

Inscrição	Candidato
36471	Camila sperling
36411	Fagner boelter dias
36438	Fernanda matiola tavares
36424	Gessana de paula francisco silveira
36351	Kelen albano martins
36420	Laise mafioletti mezari
36306	Lúcia scandoler daros santos
36436	Luciane coutinho lemos
36418	Marcos aurelio martins
36446	Maria aparecida manol da silva
36428	Mauricio francisco rodrigues
36370	Samuel gonçalves da silva
36389	Simone de souza dos santos
36408	Vicente souza dos santos junior

ÁREA 02: Cargos da Educação**Cargo: 01 - Nutricionista**

Inscrição	Candidato
36399	Ana cristina bezerra ferreira
36478	Fabiola borges kramer
36451	Flávia pacheco raupp
36376	Juliana da silva mota
36415	Laís carlos justo
36372	Laise possamai dos santos
36350	Renata teixeira santos
36429	Sabrina lima gonçalves

Cargo: 02 - Psicólogo

Inscrição	Candidato
36397	Adriane da silva florentino
36402	Diésica konig dos santos
36496	Joseline da silva
36432	Leonete pereira de souza
36335	Nayume magaldi da silva januario
36385	Thaynara toffali cunha
36412	Vanessa rocha

ÁREA 03: Cargos do Quadro Geral**Cargo: 01 - Assistente Social**

Inscrição	Candidato
36425	Amanda santos spindola
36426	Ana luiza santos
36355	Gerusa macedo de jesus
36484	Gisele de oliveira leandro
36354	Mariana do amaral pinto
36342	Patricia pereira de oliveira casagr
36358	Scheila fernandes da rosa
36413	Sinara américo raupp rodrigues

Cargo: 02 - Psicólogo

Inscrição	Candidato
36333	Bruna vencato alexandre
36430	Carolina da rosa turatti
36422	Jucieli rech
36434	Paula cristiele steinhaus
36364	Samira tiscoski corneo

Cargo: 03 - Farmacêutico

Inscrição	Candidato
36441	Ana paula amboni
36417	Vanessa de castro perdoná borges

Santa Rosa do Sul/SC, 12 de Abril de 2017

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 39/2017

O MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal Sr. DERLI FURTADO, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 08:30 horas do dia 28 de abril de 2017, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial, tendo como objeto a Contratação de serviço de transporte escolar para o ano letivo de 2017 para manutenção das atividades do departamento de educação.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Tancredo Neves, 337, na cidade de Santa Terezinha do Progresso – SC, Fone 049 3657 0001, ou pelo site www.staterezi-nhaprogresso.sc.gov.br.

Santa Terezinha do Progresso – SC, aos 17 de abril de 2017.

Derli Furtado

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 28/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 28/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 40/2017

O MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal Sr. DERLI FURTADO, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 13:30 horas do dia 28 de abril de 2017, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial, tendo como objeto a Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de acesso a internet para a Secretaria da Saúde e o departamento social.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Tancredo Neves, 337, na cidade de Santa Terezinha do Progresso – SC, Fone 049 3657 0001, ou pelo site www.staterezi-nhaprogresso.sc.gov.br.

Santa Terezinha do Progresso – SC, aos 17 de abril de 2017.

Derli Furtado

Prefeito Municipal

Santiago do Sul

PREFEITURA

CONTRATO CMV - 02/2017

Estado de Santa Catarina
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTIAGO DO SUL
CONTRATO ADMINISTRATIVO nº.02/2017
Processo Licitatório nº.01/2017
Pregão Presencial nº.01/2017
Empresa: T&Z Contabilidade e Assessoria S/S Ltda.
Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos profissionais de assessoria técnica e consultoria, nas áreas contábil e administrativa, durante o exercício financeiro de 2017.
Valor R\$ 21.600,00 (vinte um mil e seiscentos reais)
Validade: 01 de abril à 31 de dezembro de 2017
SANTIAGO DO SUL, 01 de abril de 2017.
ALEX SANDRO VERONESE
PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL

CONTRATO CMV - 03/2017

Estado de Santa Catarina
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTIAGO DO SUL
CONTRATO ADMINISTRATIVO nº.03/2017
CONTRATO DE LOCAÇÃO
Locador: JANDIR JOÃO ZANIN
Objeto: Locação de imóvel-parte térrea com área de 144m², sito no lote urbano nº.03 da quadra nº23, na rua beira rio nº747, nesta cidade de Santiago do sul - SC, sendo uma peça com dois banheiros, para funcionamento da Câmara Municipal de Vereadores.
Valor R\$ 6.025,00 (seis mil, vinte e cinco reais)
Validade: 01 de abril à 31 de dezembro de 2017
SANTIAGO DO SUL, 01 de abril de 2017.
ALEX SANDRO VERONESE
PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL

São Carlos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 031-2017 - ADM

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 31/2017 ADM

Processo Adm. nº 31/2017 - ADM
Pregão Presencial nº 31/2017
Tipo : Menor Preço por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS HORA/MAQUINA - ROLO COMPACTADOR PARA SERVIÇOS EM GERAL NO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: até as 08:00 horas – dia 27 de Abril de 2017
Abertura dos Envelopes: 08:30 horas - dia 27 de Abril de 2017.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49) 3325-3000. www.saocarlos.sc.gov.br

SAO CARLOS, 17 de abril de 2017.
RUDI MIGUEL SANDER
PREFEITO MUNICIPAL

São João do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 021 DE 13 DE ABRIL 2017.

DECRETO Nº 021 DE 13 DE ABRIL 2017.

NOMEIA GESTOR DA PARCERIA QUE ESPECIFICA.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul/SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e pela Lei Federal 13.019/2014, com suas alterações posteriores,

Considerando o disposto na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas posteriores alterações e o Decreto Municipal nº 013/2017, de 16 de março de 2017, que estabelecem e regulamentam respectivamente o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil:

DECRETA:

Art.1º - Fica nomeada a servidora JANETE DE OLIVEIRA FARIAS CARDOSO, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Assistência Social, como gestora da parceria firmada através de termo de colaboração entre a administração pública municipal e a ASSOC DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE S J DO SUL, para o período de abril a dezembro de 2017, parceria esta que tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados a manutenção das atividades da APAE de São João do Sul e atendimento da finalidade para o desenvolvimento das atividades com 63 alunos da APAE de São João do Sul/SC.

Art. 2º- Caberá à gestora da parceria, de conformidade com art. 61 da Lei 13.019/2014:

I - acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

II - informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

III - emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59, da Lei 13.019/2014;

IV - disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.

V - Comunicar o Prefeito a ocorrência de quaisquer das situações previstas no caput do Art. 62, da Lei 13.019/2014;

Art. 3º - Será ainda de competência da gestora todos os atos designados à esta por força da Lei nº 13.019, de 2014, e suas posteriores alterações e pelo Decreto nº 8.726, de 2016, legislações estas das quais deverá a gestora ora designada tomar prévio conhecimento.

Art. 4º - A nomeação de que trata o presente Decreto terá vigência a contar da data de sua publicação, até o término de todo e qualquer ato ou procedimento relacionado à parceria, momento esse em que o presente decreto será automaticamente revogada independentemente de novo ato.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,

13 de abril de 2017

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos treze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete.

TAISE DOS SANTOS ALVES

Secretária Municipal de Administração e Finanças

São Joaquim

PREFEITURA

CHAMADA PÚBLICA Nº 008/2017

COMUNICADO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 08/2017 CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 4.398/2016

QUE AUTORIZA CHAMADA PÚBLICA PARA PROFESSORES E AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS.

A Secretaria Municipal de Administração e Educação, comunicam que encontra-se aberta vagas para Professores e Agente de Serviços Gerais e motorista do Samu, oriundas da chamada do Processo Seletivo Nº001/2016 esgotadas e chamados todos os classificados em cada área seguindo a classificação final.

A chamada acontecerá no dia 17 de abril de 2017 Segunda- Feira às 14h no Departamento de RH da Prefeitura, as referidas contratações serão feitas através desta chamada e deverá obedecer aos seguintes critérios, e seguinte ordem de formação dos profissionais.

Nº DE VAGAS PARA OS SEGUINTE CARGOS:

VAGAS PARA PROFESSORES 01:

01 VAGA PARA PROFESSOR DE ANOS INICIAIS 20H PERÍODO VESPERTINO;

ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL JARBAS AMARANTE FERREIRA

LOCALIDADE: BOAVA

LICENÇA SAÚDE DA TITULAR INSS

VAGAS PARA AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS 04:

1-CEI JOSÉ DIOMAR RODRIGUES PADILHA

HORÁRIO DE TRABALHO : MATUTINO E VESPERTINO- 40H

LICENÇA SAÚDE DA TITULAR- INSS

BAIRRO: NOSSA SENHORA APARECIDA

2-EBM ARISTIDES RIBEIRO DE MEDEIROS (VAGA EXCEDENTE)

HORÁRIO DE TRABALHO: MATUTINO E VESPERTINO- 40H

BAIRRO: SÃO JOSÉ

3- SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO (VAGA VINCULADA EM SUBSTITUIÇÃO DE FÉRIAS)

HORÁRIO DE TRABALHO: MATUTINO E VESPERTINO- 40 H

4-TERMINAL RODOVIÁRIO PEDRO MATTOS (VAGA VINCULADA FÉRIAS DA TITULAR 30 DIAS)

HORÁRIO DE TRABALHO: MATUTINO E VESPERTINO

BAIRRO: JARDIM MINUANO

CRITÉRIOS PARA ESCOLHA DA VAGA

PARA AS VAGAS DE PROFESSORES;

*Graduação na área;

*Cursando na área;

*Áreas afins pela vaga pretendida;

PARA AS VAGAS DE ORIENTADORES DE DANÇA E AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS;

Ensino Fundamental Completo.

Critérios de Desempate:

- Maior Idade;

- Número de filhos;

As contratações serão feitas pelo prazo acima citado.

Obs. Os interessados nas vagas deverão comparecer com os documentos originais que comprovem sua habilitação na área (diploma, declaração e histórico escolar).

Atenciosamente;

Mauricio Yamashiro

Secretário Municipal da Administração

Vice Prefeito Municipal

DECRETO Nº 145/2017

DECRETO Nº 145/2017

“QUE DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA ADMINISTRATIVA NA EDUCAÇÃO, SAÚDE E AUTORIZA PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL PARA A CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES E MOTORISTA – SOCORRISTA DO SAMU ”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso de suas atribuições legais e

Considerando a imperiosa necessidade dos serviços de educação, os quais devem ser preservados em caráter de urgência e, sob qualquer hipótese ou pretexto não podem sofrer interrupção de continuidade;

Considerando o fato de que a Administração realizou Processo Seletivo Público Nº 001/2016 para o preenchimento de vagas excedentes e de contratação em caráter temporário no Seletivo;

Considerando o fato de que as vagas do Processo Seletivo Nº 001/2016 foram todas preenchidas;

Considerando que a instauração de novo processo seletivo, sem a exigência de pontuação mínima, em nada modificará o universo dos participantes, com novos dispêndios ao erário público;

Considerando que o objetivo do Processo Seletivo é evitar contratações discricionárias e sem critério;

Considerando que o Processo Seletivo Nº 001/2016, preserva o critério de mérito e afasta discricionariedade;

Considerando que o Processo Seletivo Nº 001/2016, não atendeu as necessidades da Secretaria Municipal da Educação e Secretaria Municipal da Saúde no suprimento das vagas;

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada situação de emergência administrativa na área de Educação e Saúde, ficando autorizada a consequente e necessária contratação de profissionais através de Processo Seletivo Simplificado para preenchimento das vagas não completadas no Edital do Processo Seletivo Nº 001/2016.

Art. 2º - As contratações feitas através do Processo Seletivo Simplificado Emergencial deverão obedecer aos seguintes critérios e na seguinte ordem de formação dos profissionais:

Oficinas CAIC

- (01) Professor/Orientador de Teatro;
- Conclusão de Ensino Médio;
- Curso e experiência comprovada na Área.

- (01) Professor/Orientador de Meio Ambiente e Reciclagem;
- Conclusão de Ensino Médio;
- Cursos e experiência comprovada na Área.

Crítérios para Contratação:

- (01) Motorista do SAMU;

- Ensino Médio Completo; - Carteira Nacional de Habilitação Válida no ato da Contratação (CNH mínima categoria D); - Certificado do Curso de Condutor de Veículos de Emergência Homologado pelo Detran de Santa Catarina que contemple direção defensiva e noções de primeiros socorros; - Certidão Negativa de Multas de Trânsito (original); - Ter idade mínima de 18 anos completos; - Experiência mínima de 06 meses comprovada no cargo de Motorista Socorrista ou Condutor de veículo de emergência em atendimento pré-hospitalar. Escala de 12 x 36 Horas em Regime de Plantão.

Crítérios para Desempate:

- I – Maior idade e
- II – Maior número de filhos.

Art. 3º - As contratações serão feitas pelo prazo estritamente necessário ao término do ano letivo de 2017.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, devendo ser publicado no DOM e divulgado nos meios de comunicação local.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 13 de Abril de 2017.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 146/2017

DECRETO Nº 146/2017

“CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS PARA A COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL Nº 001/2017”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída e Nomeada a Comissão de Coordenação do Processo Seletivo Simplificado Emergencial Nº 001/2017, integrada pelos seguintes membros: Fabiano Padilha, Rita de Cassia Souza, Daniele Hugen Rodrigues, Roberta Karine Amarante Arruda Tomaz e Silvia Helena Silva Lemos, para sob a Presidência do primeiro, supervisionar a execução e contagem dos Pontos do Processo Seletivo Simplificado Emergencial Nº 001/2017, destinado á admissão de funcionários em caráter temporário para preenchimento de vagas da Secretaria Municipal da Educação e da Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 13 de Abril de 2017.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2017

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL Nº 001/2017.

Considerando o Decreto Nº 145/2017 que declara situação de emergência administrativa o Prefeito Municipal de São Joaquim – SC, Giovani Nunes, no uso de suas atribuições e com base em Leis complementares Nº4.183/2013, 4.323/2015 e 4.324/2015 e, torna público que estão abertas as inscrições do Processo Seletivo Simplificado para Contratação de Pessoal, por prazo determinado conforme descrição das vagas constantes no item I deste edital.

CRONOGRAMA

DATA	ATO
13/03/2017	PUBLICAÇÃO EDITAL
17/04 a 20/04/2017	INSCRIÇÃO PRESENCIAL
24/04/2017	CONTAGEM DOS TÍTULOS E PUBLICAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR
25/04/2017	RECURSO CONTRA RESULTADO PRELIMINAR
27/04/2017	HOMOLOGAÇÃO E RESULTADO FINAL
28/04/2017	CHAMADA DOS APROVADOS

1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Processo Seletivo Simplificado Emergencial será regido pelo presente Edital, coordenado pela Comissão do Processo Seletivo Emergencial, nomeada através do decreto nº 146/2017 designada pelo Prefeito Municipal;

1.2 O Processo Seletivo Simplificado destina-se à seleção de profissionais para Contratação Temporária Emergencial, enquanto durar a situação de emergência;

1.3 O chamamento dos candidatos obedecerá à ordem decrescente de classificação;

1.4 O contrato por prazo indeterminado extinguir-se-á sem direito a indenizações quando:

I – Pelo término do prazo contratual;

II – Por iniciativa da Administração Pública;

III – Por iniciativa do Contratado, mediante formalização por escrito;

IV- E cessado o motivo que lhe deu causa;

A seleção dos candidatos será publicada no Mural de Publicações Oficiais da Prefeitura Municipal e DOM e consistirá no somatório de pontos da contagem de títulos e da experiência comprovada.

2 DA INSCRIÇÃO

2.1 As inscrições serão recebidas do dia 17/04 a 20/04 de 2017, das 08h: 00min às 12h: 00min e das 13h: 30min às 17h: 30min, (seguindo o expediente da Secretaria Municipal da Educação de segunda a sexta – feira), situada na Praça João Ribeiro, 01 – Centro, São Joaquim; anexo IV deste Edital;

2.2 São condições para inscrição:

- a) Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Emenda Constitucional 1988;
- b) Ter na data da inscrição a idade mínima de 18 (dezoito) anos completos;
- c) Estar em dia com as obrigações eleitorais;
- d) Se for do sexo masculino, estar em dia com as obrigações militares;
- e) Estar em gozo dos direitos políticos e civis;
- f) Gozar de boa saúde física e mental e não ser portador de necessidades incompatíveis com o exercício das funções pertinentes a vaga que concorre;
- g) Estar ciente de que no ato da inscrição deverá comprovar que preenche todos os requisitos exigidos para a vaga, neste Edital, sob pena de perda do direito à vaga, podendo tal documento ser reapreciado em qualquer etapa do processo;
- h) Preencher e assinar a ficha de inscrição;
- i) Portar Certificado de Conclusão de Licenciatura Plena com habilitação na disciplina ou cursando a 4ª fase correspondente ao cargo, para os professores;
- j) Declaração de curso de aperfeiçoamento ou atividades desenvolvidas no cargo correspondente, para os monitores.

2.3 Somente será permitido aos candidatos inscrever-se em uma das vagas disponíveis;

2.4 A declaração falsa ou inexata dos dados constantes na ficha de inscrição, bem como a apresentação de documentos falsos ou inexatos, determinará o cancelamento imediato da inscrição e a anulação de todos os atos decorrentes, em qualquer época, sujeitando-se o requerente à ação penal;

2.5 As inscrições que não satisfizerem as exigências contidas neste Edital serão indeferidas de forma fundamentada, por ato da Comissão Organizadora do Processo Seletivo;

2.6 Após a data e horário fixado, com término do prazo para o recebimento das inscrições, não serão admitidas quaisquer outras, sob qualquer condição ou pretexto;

3 DAS VAGAS

3.1 Serão Oferecidas, de acordo com a escolaridade e experiência comprovada, as seguintes vagas:

Ensino Médio Completo

Nº DE VAGAS	DESCRIÇÃO DO CARGO	CARGA HORÁRIA
01	PROFESSOR ORIENTADOR DE TEATRO	20H
01	PROFESSOR DORIENTADOR DE MEIO AMBIENTE E RECICLAGEM	20H
01	MOTORISTA SOCORRISTA DO SAMU	40H

3.2 O Processo de chamamento e admissão dos candidatos aprovados neste Processo Seletivo dar-se-á de acordo com a necessidade do serviço público;

3.3 A atribuição de cada função é constante do Anexo II deste edital;

4 DO PROCESSO SELETIVO

4.1 O Processo Seletivo dar-se-á mediante somatório de pontos da contagem de títulos e da experiência comprovada na área de atuação;

4.2 Para contagem de títulos e experiência comprovada na área de atuação, serão considerados apenas os descritos no anexo III, devendo os candidatos apresentar os documentos comprobatórios a estes no ato de inscrição;

4.3 Trazer documentação original e xerox para prova de Títulos;

5 DA CLASSIFICAÇÃO

5.1 A classificação final dos candidatos consistirá no somatório da contagem de títulos e da experiência comprovada na área de atuação;

5.2 Os candidatos classificados serão chamados obedecendo à ordem decrescente de pontos;

5.3 Na classificação final, entre os candidatos com igual número de pontuação serão fatores de desempate:

I – maior pontuação nos títulos;

II – Cursos e tempo de experiência comprovada na área de atuação;

III – maior número de filhos;

IV- maior idade considerando ano, mês e dia de nascimento;

6 DA CONTRATAÇÃO

6.1 A contratação e o exercício da função dependerão da comprovação dos seguintes requisitos básicos:

- a) Classificação no Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2017;
- b) Idade mínima de 18 (dezoito) anos completados até a data da inscrição;
- c) Aptidão física e mental para o exercício da função mediante apresentação de atestado laboral;
- d) Estar em regularidade com a Justiça Eleitoral e com o Serviço Militar;
- e) Escolaridade em conformidade com a habilitação exigida;
- f) Nº do PIS/PASEP;
- g) Conta na Caixa Econômica Federal;

7 DOS RECURSOS

- 7.1 Da classificação preliminar, os candidatos poderão interpor recurso escrito, uma única vez, endereçada à Comissão, no dia (25/04/2017), diretamente na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal;
- 7.2 O recurso deverá conter a perfeita identificação do recorrente e as razões do pedido recursal;
- 7.3 Será possibilitada vista de documentos apresentados pelo candidato na presença da Comissão, permitindo-se anotações;
- 7.4 Havendo a reconsideração da decisão classificatória pela Comissão, o nome do candidato passará a constar no rol de selecionados;

8 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 8.1 A homologação do resultado será publicada no Mural de Publicações Oficiais da Prefeitura Municipal de São Joaquim e DOM;
- 8.2 O não comparecimento dos chamados, ficam excluídos do certame;
- 8.3 A não observância dos prazos e a inexistência das informações ou a constatação, mesmo que posterior, de irregularidades nos documentos eliminarão o candidato do Processo Seletivo Simplificado nº001/2017;
- 8.4 Os candidatos serão contratados em regime temporário por prazo determinado;
- 8.5 Os casos omissos deste Edital e as decisões que se fizerem necessárias serão resolvidas pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado;
- 8.6 Fica o Prefeito Municipal responsável por autorizar a Comissão a convocar outros servidores e assessoria técnica para participar da operacionalização deste Processo Seletivo Simplificado;
- 8.7 Fica eleito o foro da Comarca de São Joaquim – SC para dirimir questões oriundas do presente Processo Seletivo Simplificado;
- 8.8 Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal
São Joaquim 13 de abril de 2017.
GIOVANI NUNES
PREFEITO MUNICIPAL

FABIANO PADILHA
PRESIDENTE DA COMISSÃO

ANEXO II DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO.

PROFESSOR ORIENTADOR DE TEATRO:

- Orientar os alunos na aprendizagem de prestidigitação, auxiliando os alunos quanto à caracterização, orientando-os na escolha de vestimenta, máscaras, maquiagem, acessórios entre outros;
- Elaborar ou selecionar pequenas peças e esquetes cômicos, de acordo com o nível de aprendizagem dos alunos e o interesse do público em geral;
- Ensaiai com os alunos, pantomimas e outras pequenas peças cômicas para apresentação ao público em geral.
- Acompanhar e supervisionar o trabalho de cada aluno, apontando e corrigindo falhas operacionais, para assegurar a eficiência da aprendizagem;
- Avaliar os resultados da aprendizagem para verificar o aproveitamento e o grau de qualificação dos alunos;
- Motivar e aconselhar os alunos, a fim de contribuir para a incorporação de hábitos e atitudes que facilitem o desenvolvimento psicossocial dos mesmos;
- Elaborar, coordenar e desenvolver com os alunos eventos a serem apresentados à comunidade, revertendo seu resultado para obras sociais desenvolvidas pela Prefeitura;
- Executar outras atribuições afins;

PROFESSOR ORIENTADOR DE MEIO AMBIENTE E RECICLAGEM:

- Coordenar, acompanhar, avaliar e redirecionar a execução de propostas educacionais sobre a educação ambiental na U.E de atuação;
- Ministrar aula de acordo com o Projeto Pedagógico da Unidade Escolar;

- Elaborar programas e planos de aula, relacionando e confeccionando material didático reciclado a ser utilizado, em articulação com a equipe de orientação pedagógica da U.E;
- Ministrar aulas, repassando aos alunos os conteúdos definidos nos planos de aula sobre educação ambiental e reciclagem;
- Orientar os alunos na formulação e implementação de projetos de pesquisa sobre educação ambiental quanto ao seu formato e à seleção, leitura e utilização de textos literários e didáticos indispensáveis ao desenvolvimento sustentável;
- Avaliar os educandos em seu desenvolvimento global; estabelecer estratégias de intervenção no processo de aprendizagem dos educandos que apresentam dificuldades, implementando estratégias mais adequadas;
- Executar outras atribuições afins.

MOTORISTA SOCORRISTA DO SAMU

- Conduzir veículo terrestre de urgência destinado ao atendimento e transporte de pacientes;
- Conhecer integralmente o veículo e realizar manutenção básica do mesmo;
- Estabelecer contato radiofônico (ou telefônico) com a central de regulação médica e seguir suas orientações;
- Conhecer a malha viária local;
- Conhecer a localização de todos os estabelecimentos de saúde integrados ao sistema assistencial local;
- Auxiliar a equipe de saúde nos gestos básicos de suporte à vida;
- Auxiliar a equipe nas imobilizações e transporte de vítimas;
- Realizar medidas de reanimação cardiopulmonar básica;
- Identificar todos os tipos de materiais existentes nos veículos de socorro e sua utilidade, a fim de auxiliar a equipe de saúde;
- Manter-se atualizado, frequentando os cursos de educação permanente e congressos da área, assim como dominar o conhecimento necessário para o uso adequado dos equipamentos da Unidade Móvel.

ANEXO III

Serão considerados os títulos obtidos na área específica do cargo na seguinte conformidade:

ESPECIFICAÇÃO DOS TÍTULOS VALOR

PÓS- GRADUAÇÃO NA ÁREA	3,0 PONTOS
GRADUAÇÃO NA ÁREA	2,0 PONTOS
CURSO NA VAGA PRETENDIDA CADA 10H DE CURSO	1,0 PONTO
EXPERIÊNCIA NA ÁREA COMPROVADA	0,5 PONTO

ANEXO IV

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM FICHA DE INSCRIÇÃO PARA PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 001/2017.		
Número de Inscrição:		
Cargo Pretendido: Carga Horária: Disciplina:		
Nome do (a) Candidato (a):		
Nº RG	Data de nascimento: __/__/____	Sexo: M – () F – ()
CPF:	e-mail:	
Estado Civil:		
Endereço:		
Bairro:	Município:	
Estado:	Fone: ()	

Declaro que concordo e aceito as exigências especificadas no Edital de abertura deste Processo Seletivo Simplificado nº001/2017, responsabilizando-me pelas informações aqui prestadas.

Local e Data:

Assinatura do Candidato:

Comprovante de inscrição

Número de Inscrição:

Nome do (a) Candidato (a):

Identidade do Candidato: SSP:

ERRATA PROCESSO 23/2017 PMSJ

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

ERRATA DE LICITAÇÃO

Processo Nº 23/2017 Multientidade

Pregão Presencial Nº: 17/2017 - Registro de preços

Objeto: Aquisição de Recarga de Botijão de Gás de Cozinha (GLP-P13) e (GLP-P45) para diversas Secretarias Municipais.

NO EDITAL

Onde se lê:

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2017 - REGISTRO DE PREÇO

Leia-se:

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2017 - REGISTRO DE PREÇO

13. DA PROPOSTA

ACRESCENTA-SE:

13.9.7 Autorização para o exercício da atividade de revenda de GLP concedida pela ANP, em conformidade com a Resolução ANP Nº 51 de 30/11/2016.

São Joaquim, 13 de abril de 2017

A Comissão

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 060/2017 - SRP - PR Nº 051/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 28/04/2017, às 08h30min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 060/2017. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 051/2017. OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS, CÂMARAS, E SERVIÇOS DE RECAPAGENS, RECAUCHUTAGEM E VULCANIZAÇÃO PARA A FROTA DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS PERTENCENTES AO PATRIMÔNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC, NO ANO DE 2017. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 12 de Abril de 2017.

RAFAEL CALEFFI

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 061/2017 - SRP - PR Nº 052/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 28/04/2017, às 14h00min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 061/2017. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 052/2017. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAR SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, TRATOR DE ESTEIRA, MOTONIVELADORA E ROLO VIBROCOMPACTADOR A SEREM EXECUTADOS NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC NO ANO DE 2017. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 12 de Abril de 2017.

RAFAEL CALEFFI

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 5.646, DE 13 DE ABRIL DE 2017.

DECRETO Nº 5.646, DE 13 DE ABRIL DE 2017.

Designa membros para comporem a Subcomissão Técnica que atuará no Processo Licitatório para seleção de agências de publicidade e propaganda para prestação de serviços de comunicação à Administração, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo conferidas

pelo art. 55, incisos VII, da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 12.232, de 29 de abril de 2010, que estabelece a necessidade de implantar a Subcomissão Técnica que atuará no Processo Licitatório para seleção de agências de publicidade e propaganda para prestação de serviços de comunicação à Administração Direta e Indireta do Município de São Lourenço do Oeste - SC, composta pelos membros formados na área de Comunicação, Publicidade ou Marketing, sorteados na data de 17 de março de 2014, pela Comissão Permanente de Licitações, em sessão pública, após serem cadastrados/credenciados em conformidade com o Processo Licitatório nº 045/2017, Chamamento Público nº 002/2017;

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados, os membros abaixo relacionados, para comporem a SUBCOMISSÃO TÉCNICA que atuará no Processo Licitatório para seleção de agências de publicidade e propaganda para prestação de serviços de comunicação à Administração Direta e Indireta:

I - Luciano Bernardi, inscrito no CPF sob o nº 026.340.559-19;

II - Marcio Antunes de Lima, inscrito no CPF sob o nº 031.285.079-45;

III - Ricardo Echer, inscrito no CPF sob o nº 027.782.969-05.

Art. 2º A Subcomissão Técnica, nomeada na forma do art. 1º, deverá analisar e julgar as propostas técnicas das agências concorrentes no Processo Licitatório para a escolha da prestadora de serviços, devendo respeitar os procedimentos de julgamento que serão estabelecidos pelo Município quando de sua realização.

Art. 3º Os serviços prestados pela Subcomissão Técnica dar-se-ão de forma não onerosa ao Município.

Art. 4º Fica revogado o Decreto nº 4.828, de 25 de março de 2014.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 13 de abril de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.647, DE 13 DE ABRIL DE 2017.

DECRETO Nº 5.647, DE 13 DE ABRIL DE 2017.

Designa Comissão para prestação de informações ao Tribunal de Contas de Santa Catarina, referente ao Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo conferidas pelo art. 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO o disposto no art. 35 da Instrução Normativa N. TC-020/2015 do Tribunal de Contas de Santa Catarina, no que concerne à prestação de informações ao egrégio tribunal;

CONSIDERANDO que referidas informações são atinentes a sete dimensões da execução orçamentária: EDUCAÇÃO, SAÚDE, PLANEJAMENTO, GESTÃO FISCAL, MEIO AMBIENTE, CIDADES PROTEGIDAS, GOVERNANÇA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO;

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os servidores públicos municipais, abaixo relacionados, para comporem a Comissão para prestação de informações ao Tribunal de Contas de Santa Catarina, referente ao Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM, do município de São Lourenço do Oeste:

- I - João Eduardo Linhares, ocupante do cargo de Analista de Controle Interno, matrícula nº 22203 - Coordenador;
- II - Anacleto Kronbauer Junior, ocupante do cargo de Diretor de Orçamento Participativo, matrícula nº 343601 - Membro;
- III - Kamila Tomazi Catani, ocupante do cargo de Diretor de Administração, matrícula nº 327501 - Membro;
- IV - Searlei Ferreira Bueno, Assessor Contábil, CPF 515.780.509-87 - Membro;
- V - Kelli Cristina Calvi Giacomini, ocupante do cargo de Diretor de Fazenda, matrícula nº 343501 - Membro;
- VI - Joel Begnini, ocupante do cargo de Tecnólogo em Edificações, matrícula nº 196801 - Membro;
- VII - Elcio Eugenio Etges, ocupante do cargo de Gerente de Tecnologia da Informação, matrícula nº 322301 - Membro;

Art. 2º A Comissão, ora constituída, terá por responsabilidade prestar informações destinadas a avaliação da qualidade das políticas e atividades da gestão municipal ao Tribunal de Contas de Santa Catarina, atinentes a sete dimensões da execução orçamentária: EDUCAÇÃO, SAÚDE, PLANEJAMENTO, GESTÃO FISCAL, MEIO AMBIENTE, CIDADES PROTEGIDAS, GOVERNANÇA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO até a data de 12/05/2017;

Art. 3º Por se tratar de serviço relevante ao Município, os membros da Comissão de que trata este Decreto não receberão remuneração pelos serviços realizados.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 13 de abril de 2017.
RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/2017

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/2017
ORIGEM: Processo Licitatório Nº 050/2017 – Pregão Presencial Nº 042/2017.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA SEREM UTILIZADOS NO ANO DE 2017 NO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC.

FORNECEDOR: SILVA & GOBI LTDA – ME - CNPJ: 85.097.467/0001-54.

VALOR: R\$ 4.161,60 (quatro mil, cento e sessenta e um reais e sessenta centavos).

FORNECEDOR: MARCOS H NICOLAO E CIA LTDA ME - CNPJ: 08.352.641/0001-17.

VALOR: R\$ 2.657,75 (dois mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e setenta e cinco centavos).

FORNECEDOR: TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA EPP - CNPJ: 04.303.600/0001-80.

VALOR: R\$ 16.072,35 (dezesesseis mil, setenta e dois reais e trinta e cinco centavos).

FORNECEDOR: JP EQUIPAMENTOS LTDA ME - CNPJ: 13.772.057/0001-50.

VALOR: R\$ 4.911,35 (quatro mil, novecentos e onze reais e trinta e cinco centavos).

FORNECEDOR: BELINKI & SOUZA LTDA – ME - CNPJ: 08.831.603/0001-47.

VALOR: R\$ 5.173,25 (cinco mil, cento e setenta e três reais e vinte

e cinco centavos).

TOTAL: R\$ 32.976,30 (trinta e dois mil, novecentos e setenta e seis reais e trinta centavos).

DATA DE ASSINATURA: 05/04/2017.

VIGÊNCIA: 05/04/2017 à 31/12/2017.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

PORTARIA Nº 614, DE 12 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA Nº 614, DE 12 DE ABRIL DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal ROSELI OLIVIA RANZAN, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Apoio Administrativo, matrícula nº 2006/02, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 02 a 16 de maio 2017, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 12 de abril de 2017.
RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 615, DE 12 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA Nº 615, DE 12 DE ABRIL DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal ADRIANE MEZOMO VIAN, ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde e Combate as Endemias, matrícula nº 3290/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 05 a 19 de maio 2017, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 12 de abril de 2017.
RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 616, DE 12 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA Nº 616, DE 12 DE ABRIL DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere nos incisos VII e IX do artigo 55 da Lei Orgânica do Município e com base no artigo 59 da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010,

RESOLVE:

Art. Designar, a partir de 12 de abril de 2017, a servidora pública municipal SIMONE BATTISTEL, ocupante do cargo de GERENTE DE PROTEÇÃO, matrícula 3448/01, para responder como Coordenadora do CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social).

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 12 de abril de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 617, DE 12 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA Nº 617, DE 12 DE ABRIL DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o artigo 110, §4º da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010 e de acordo com o Decreto nº 4.166, de 11 de fevereiro de 2011,

RESOLVE:

Art.1º Conceder licença para tratamento de saúde, a servidora pública municipal DUANA ALBERTON ZANROSSO, ocupante do cargo efetivo de ODONTÓLOGO 40 HORAS matrícula nº 3339/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 12 de abril de 2017 por tempo indeterminado.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 12 de abril de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 618, DE 13 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA Nº 618, DE 13 DE ABRIL DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal DANIELE COSTA PEREIRA, ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde e Combate as Endemias, matrícula nº 3291/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 17 a 31 de maio 2017, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 13 de abril de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 619, DE 13 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA Nº 619, DE 13 DE ABRIL DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal EDIZIANE PAGLIOSA RIZZARDI, ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde e Combate as Endemias, matrícula nº 3027/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 02 a 16 de maio 2017, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 13 de abril de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 620, DE 13 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA Nº 620, DE 13 DE ABRIL DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal ELISETTE FATIMA ROBERTTI, ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde e Combate as Endemias, matrícula nº 1987/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 02 a 31 de maio 2017, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 13 de abril de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 621, DE 13 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA Nº 621, DE 13 DE ABRIL DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal ELIZANDRA DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde e Combate as Endemias, matrícula nº 1995/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 02 a 16 de maio 2017, referente ao período aquisitivo 2014/2015 e de 17 a 31 de maio 2017, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 13 de abril de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 622, DE 13 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA Nº 622, DE 13 DE ABRIL DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal EVA DE FATIMA VERGUTZ, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Enfermagem, matrícula nº 3001/85, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 12 de maio 2017 a 10 de junho 2017, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 13 de abril de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 623, DE 13 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA Nº 623, DE 13 DE ABRIL DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal ILIZIANE BONATTO BERGOZZA, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Enfermagem, matrícula nº 3001/51, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 02 a 31 de maio 2017, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 13 de abril de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 624, DE 13 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA Nº 624, DE 13 DE ABRIL DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal LARICE DA SILVEIRA FURRER, ocupante do cargo efetivo de Médico Especialista- 20 horas, matrícula nº 3001/69, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 15 a 29 de maio 2017, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 13 de abril de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

LEI 7.389 DECLARA UTILIDADE PÚBLICA INSTITUTO SANTÉ

LEI N. 7.389/2017

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O INSTITUTO SANTÉ, COM SEDE E FORO NESTE MUNICÍPIO E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS. O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, o INSTITUTO SANTÉ, com sede no Hospital Terezinha Gaio Basso, localizado na Rua São Cristovão, nº 335, Bairro São Gotardo, nesta cidade de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, registrado como pessoa jurídica no Cartório de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas no Município de Florianópolis, SC, sob o número 37693, do livro A-138, folha 215, em 09 de julho de 2014, inscrito no CNPJ nº 08.776.971/0003-00.

Art. 2º Ficam, igualmente, asseguradas todas as vantagens, prerrogativas e direitos da legislação específica Municipal à Entidade ora declarada de utilidade pública.

Art. 3º Ficam os Setores competentes da Municipalidade autorizados a realizar todos os procedimentos necessários ao cumprimento da presente Lei.

Art. 4º As despesas decorrentes de aplicação da presente Lei correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 13 de abril de 2017.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

ALFREDO SPIER

Secretário de Administração

Nédio Dariva Pires de Lima

Advogado Assessor Geral

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e nos demais órgãos oficiais do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess

Assessoria Especial

LEI 7.390 ABERTURA CRÉDITO ESPECIAL R\$ 16.500,00

LEI N. 7.390/2017

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL – PPA, A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E A LEI ORÇAMENTÁRIA – LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 16.500,00 (DEZESSEIS MIL E QUINHENTOS REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º Fica autorizada a alteração da Lei nº. 7.356, de 30 de dezembro de 2016, Plano Plurianual - PPA, para o exercício financeiro de 2017, em conformidade com o disposto no presente ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Especial na ordem de R\$ 16.500,00 (Dezesseis mil e quinhentos reais), objetivando a instituição de dotação orçamentária suficiente ao atendimento de despesas com a aquisição de dispositivos elétricos incapacitantes, para os serviços desenvolvidos pela 13ª CIRETRAN.

CAPÍTULO II

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º Fica autorizada a alteração da Lei nº. 7.357, de 30 de dezembro de 2016- LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2017, através da abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 16.500,00 (Dezesseis mil e quinhentos reais), objetivando a instituição de dotação orçamentária suficiente ao atendimento de despesas com a aquisição de dispositivos elétricos incapacitantes, para os serviços desenvolvidos pela 13ª CIRETRAN.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º Fica autorizada a alteração da Lei nº. 7.358, de 30 de dezembro de 2016 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2017, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 16.500,00 (Dezesseis mil e quinhentos reais), objetivando a instituição de dotação orçamentária suficiente ao atendimento de despesas com a aquisição de dispositivos elétricos incapacitantes, para os serviços desenvolvidos pela 13ª CIRETRAN.

CAPÍTULO IV

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 4º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder por ato próprio, à abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 16.500,00 (Dezesseis mil e quinhentos reais), na matéria orçamentária em execução em conformidade com o disposto a seguir:

09 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

01 – ENCARGOS GERAIS

06.182.0174.1.957 – Aquisição de equipamento e material permante para a Polícia Civil.

4.4.90.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 16.500,00

Art. 5º Para o atendimento do Crédito determinado no artigo anterior deste ato fica permitida a utilização dos recursos oriundos do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2016, na importância de R\$ 16.500,00 (Dezesseis mil e quinhentos reais), em conformidade com o disposto no Artigo 43, §§ 1º e 3º, I, da Lei Federal nº. 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes, segundo estabelecido abaixo:

Nº. CONTA BANCO	BANCO	Nº. DO RECURSO	NOME DO RECURSO	VALOR
138.392-2	BANCO DO BRASIL S/A.	178	MULTAS DE TRÂNSITO	16.500,00
TOTAL				16.500,00

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 13 de abril de 2017.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

ALFREDO SPIER

Secretário de Administração

Nélio Dariva Pires de Lima

Advogado Assessor Geral

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e nos demais órgãos oficiais do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess

Assessoria Especial

PROCESSO LICITATÓRIO N. 69/2017 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 69/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2017

A Prefeitura Municipal, a partir do Secretário de Administração, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço Por Item.

OBJETO: Aquisição de 05 veículos novos destinados para a utilização para a utilização na fiscalização, levantamento em locais de acidentes de trânsito e viagens da autoridade policial conforme Convênio nº 2016TN001765, Lei Municipal nº 4.727/2011, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 27 de abril de 2017.

Abertura: às 14hs do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento

de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº

1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na integra no pelo site:

www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 04 de abril de 2017.

ALFREDO SPIER

Secretário Municipal de Administração

Schroeder

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.087/2017 DE 11 DE ABRIL DE 2017

DECRETO Nº 4.087/2017 de 11 de abril de 2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.254/2016 de 29 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 348.000,00 (trezentos e quarenta e oito mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA

06.02.15.451.3003.1.306 - Pavimentação Urbana

4.4.90.51.00.00.00.00 - 00.03.0000 - Obras e Instalacoes R\$ 348.000,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 11 de abril de 2017.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

DECRETO Nº 4.088/2017 DE 11 DE ABRIL DE 2017

DECRETO Nº 4.088/2017 de 11 de abril de 2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.254/2016 de 29 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 8.401,00 (oito mil quatrocentos e um reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

02.01 - CHEFIA DE GABINETE

02.01.15.451.3014.2.345 - Manutenção das Ações de Segurança no Trânsito

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.03.0012 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 2.640,00

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.03.0012 - Material de Consumo R\$ 5.761,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 11 de abril de 2017.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 11/2017 - FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 11/2017 - FMS

Processo de licitação nº. 25/2017-FMS - Dispensa de Licitação nº. 07/2017-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: NUTRIPOINT COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.612.312/0004-97, estabelecida na Rua Judite Melo dos Santos, nº 131, Distrito Industrial na cidade de São José, CEP: 88.104-765.

Objeto: aquisição de formula infantil destinadas a atender a demanda de continuidade das Ações Judiciais de nº 0900017-65.2015.8.24.0026 e de nº 0900064-05.2016.8.24.0026 da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	PREGOMIN PEPTI 400 GRAMAS LATA - ACIPs nº 0900017-65.2015.8.24.0026 (11 latas/mês) e de nº 0900064-05.2016.8.24.0026 (10 latas/mês).	25	Latas	75,00	1.875,00
VALOR R\$ TOTAL					1.875,00

Valor do Contrato: R\$ 1.875,00 (um mil, oitocentos e setenta e cinco reais).

Data da Assinatura: 13/04/2017 – Vigência: 31/12/2017

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 41/2017-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 41/2017-PMS

Dispensa de Licitação nº. 22/2017-PMS

Processo nº. 49/2017-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder/SC.

Contratada: FREITAG EDITORA LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 73.994.196/0001-50, estabelecida na Rua dos Quartzos nº 506, Cristo Rei, na cidade de Estrela, Estado do Rio Grande do Sul, CEP: 95.880-000.

Objeto: Constitui o presente contrato a aquisição de livros de alemão para os alunos do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC., conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	LIVRO DE ALEMÃO - "WIE GEHT'S - BAND 1	105	Unidade	37,40	3.927,00
02	LIVRO DE ALEMÃO - "WIE GEHT'S - BAND 2	80	Unidade	37,40	2.992,00
03	LIVRO DE ALEMÃO - "WIE GEHT'S - BAND 3	5	Unidade	37,40	187,00
TOTAL R\$					7.106,00

Valor do contrato: R\$ 7.106,00 (sete mil, cento e seis reais).

Data da Assinatura: 13/04/2017 - vigência: 31/12/2017

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 7.064/2017, DE 13 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA Nº7.064/2017, DE 13 DE ABRIL DE 2017

AUTORIZA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE CONCLUSÃO DO PROCESSO DE SINDICÂNCIA Nº002/2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE :

Art. 1º Autorizar a prorrogação em até 60 (sessenta) dias, contados a partir desta data, para o prazo de conclusão dos trabalhos concernentes ao Processo de Sindicância nº002/2017, instaurado através da Portaria nº6.983/2017, de 8 de fevereiro de 2017, de acordo com o Ofício nº012/2017-PS 002/2017, de 12 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 13 de abril de 2017.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 7.065/2017, DE 13 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA Nº7.065/2017, DE 13 DE ABRIL DE 2017

AUTORIZA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE CONCLUSÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº001/2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE :

Art. 1º Autorizar a prorrogação em até 60 (sessenta) dias, contados a partir desta data, para o prazo de conclusão dos trabalhos concernentes ao Processo Administrativo nº001/2017, instaurado através da Portaria nº6.991/2017, de 9 de fevereiro de 2017, de acordo com o Ofício nº007/2017-PA 001/2017, de 12 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 13 de abril de 2017.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

DISPENSA Nº 22/2017-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 22/2017 - DL**CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SCProcesso Nr.: 49/2017
Data: 13/04/2017

Folha: 1/2

Fornecedor: FREITAG EDITORA LTDA - ME

Código: 9789

Endereço: R DOS QUARTZOS,506 -

Cidade: ESTRELA - RS

CNPJ: 73.994.196/0001-50

Inscrição Estadual: 0440045037

Objeto da Compra: Aquisição de livros de alemão para os alunos do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	105,00	LIVRO DE ALEMÃO - " WIE GEHT'S - BAND 1	UN	37,40	3.927,00
2	80,00	LIVRO DE ALEMÃO - " WIE GEHT'S - BAND 2	UN	37,40	2.992,00
3	5,00	LIVRO DE ALEMÃO - " WIE GEHT'S - BAND 3	UN	37,40	187,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

LIVROS SERÃO UTILIZADOS COMO MATERIAL DE APOIO PEDAGÓGICO E ESTUDOS, PELOS ALUNOS E PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL.

Schroeder, 13 de Abril de 2017

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 22/2017 - DL**Processo Nr.:** 49/2017
Data: 13/04/2017

Folha: 2/2

11/04/2017

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 11 de Abril de 2017

Valor da Despesa:

7.106,00 (sete mil cento e seis reais)

Pagamento.....:

15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Seara

PREFEITURA

ATA Nº 012/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 037/2017. EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 021/2017 – REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº. 012/2017
Pregão Presencial nº. 021/2017
Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ n.º 83.024.505/0001-13, com sede e foro a avenida Anita Garibaldi, n.º 371, centro, Seara, SC., neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Edemilson Canale, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Padre Anchieta, nº 301, Centro, Seara, SC, portador da Carteira de identidade nº 380.367, SSP/SC e do CPF nº 369.691.099-68, Seara, SC., e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Mercado Nica LTDA - ME, CNPJ n.º 17.716.933/0001-82, estabelecida na rua Orlando Dezen, nº. 07 bairro Industrial, Seara, SC, neste ato representada pelo Sr. Jian Salvi, brasileiro, solteiro, profissão comerciante, RG nº.5398641, CPF nº.075.708.339-02, residente e domiciliado na rua 7 de Setembro, nº. 670, bairro Industrial, Seara/SC., para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº. 021/2017, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção de fornecedores e propostas para aquisição de cestas básicas, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

.. Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 7.440,00 (sete mil quatrocentos e quarenta reais), são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar dia 13/04/2017, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 12/04/2018.

.. As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº. 021/2017, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

.. Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC., 13/04/2017.

Edemilson Canale	Jian Salvi
Prefeito Municipal	Mecado Nica LTDA - ME
Município de Seara	Contratada

DECRETO Nº 1215

DECRETO Nº 1215, DE 13 DE ABRIL DE 2017

Homologa o Regimento Interno do Conselho de Desenvolvimento Municipal de Seara – CDMS e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 108, inciso X, da Lei Orgânica do Município e parágrafo único do art. 25 do Decreto nº 1208, de 28 de março de 2017 que constitui o Conselho de

Desenvolvimento Municipal de Seara – CDMS e dá outras providências,

DECRETA

Art. 1º Fica homologado em seu inteiro teor a Resolução Normativa nº RN-CDMS/01, de 13 de abril de 2017 que aprova o Regimento Interno do Conselho de Desenvolvimento Municipal de Seara – CDMS que passa a fazer parte integrante do presente Decreto, independentemente de sua transcrição.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara/SC, 13 de abril de 2017
Edemilson Canale
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em, 13 de abril de 2017

Neri Cosmann
Secretário de Administração

DECRETO Nº 1215 - ANEXO

RESOLUÇÃO NORMATIVA RN-CDMS Nº 01, DE 13 DE ABRIL DE 2017

Aprova o Regimento Interno do Conselho de Desenvolvimento Municipal de Seara – CDMS e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL DE SEARA – CDMS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com art. 23, combinado com seu inciso I do § 1º do Regimento Interno do Conselho de Desenvolvimento Municipal de Seara – CDMS e, considerando a decisão emanada de sua Reunião Ordinária nº 01, de 12 de abril de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do Conselho de Desenvolvimento Municipal de Seara – CDMS, na forma de Anexo Único, parte integrante desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Seara/SC, em 13 de abril de 2017.
Giordano Magnani
Presidente do CDMS

Registra-se e Publica-se
Em 13 de abril de 2017

Simone Trevisol
Secretária Executiva do CDMS

ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO NORMATIVA RN-CDMS Nº 01/2017

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL DE SEARA – CDMS

CAPÍTULO I**DA NATUREZA E FINALIDADE DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL DE SEARA – CDMS**

Art. 1º O Conselho de Desenvolvimento Municipal de Seara – CDMS é um órgão colegiado, de natureza permanente, de caráter consultivo, deliberativo e propositivo, que reúne representantes do Poder Público e da Sociedade Civil, sendo componente da estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal, constituindo-se parte integrante da Gestão Urbana do Município e do Sistema Nacional de Política Urbana.

§ 1º O CDMS integra a estrutura da Secretaria da Secretaria Municipal da Cidade e deliberará em reuniões plenárias, através de Resoluções, na forma deste Regimento Interno.

§ 2º O CDMS reger-se-á por este Regimento Interno.

CAPÍTULO II**DAS COMPETÊNCIAS DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL DE SEARA – CDMS**

Art. 2º O Conselho de Desenvolvimento Municipal de Seara – CDMS tem as seguintes competências:

I – emitir parecer sobre todas as atividades estabelecidas como “Permissíveis” na Tabela de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, anexo da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação de Solo;

II – emitir parecer sobre todas as Leis de caráter urbanístico do Município e naqueles casos cuja solução esteja omissa na Legislação ou, se prevista nesta, suscite dúvidas;

III – promover estudos e divulgações de conhecimento relativo a áreas urbanas, especialmente no que se refere ao Uso e Ocupação do Solo;

IV – colaborar com a equipe técnica encarregada de aplicar o Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal, encaminhando críticas, sugestões, reivindicações e problemas urbanos e emitir pareceres sobre os mesmos;

V – zelar pela boa aplicação e interpretação exata do Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal;

VI – realizar bianualmente a Conferência Municipal de Política Urbana para avaliar a aplicação e os resultados do Plano Diretor e da Política Urbana Municipal revendo as diretrizes e os rumos da política para:

a) enfrentar a diminuição de emprego e renda;

b) garantir o controle social no processo de implantação de políticas urbanas;

c) integrar as diferentes políticas sociais.

VII – propor, discutir, promover debates, e deliberar sobre projetos de empreendimentos de grande impacto ambiental ou de vizinhança, sejam estes públicos, privados ou de parcerias público-privadas, submetendo-os à consulta popular, na forma prevista nesta Lei;

VIII – emitir parecer sobre a criação, extinção ou modificação de normas oriundas do Poder Público que versem sobre planejamento urbano;

IX – aprovar os estoques construtivos do Direito de Construir adicional a serem oferecidos através de Outorga Onerosa do Direito de Construir;

X – aprovar a metodologia para a definição dos valores anuais da Outorga Onerosa do Direito de Construir;

XI – apreciar e deliberar acerca das ações propostas pelo Poder Público para a operacionalização dos instrumentos previstos neste Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal do Município de Seara;

XII – definir as atribuições do Presidente, do Plenário e da Secretaria Executiva do Conselho;

XIII – elaborar o seu regimento interno, que deve prever suas responsabilidades, organização e atribuições;

XIV – assessorar o Poder Executivo Municipal na elaboração da política habitacional do Município;

XV – analisar e sugerir projetos e empreendimentos privados voltados à habitação de mercado popular, desde que estejam de acordo com a política habitacional do Município;

XVI – promover o desenvolvimento harmonioso e sustentável, através da integração das ações do Poder Público e organizações privadas, visando a melhoria da qualidade de vida da população.

Art. 3º Além das atribuições previstas no art. 2º desta Resolução, constituem matéria de análise e deliberação obrigatórias pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal – CDMS, os dispositivos determinados pela Lei Complementar nº 73, de 22 de dezembro de 2016, que institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal do Município de Seara, Estado de Santa Catarina e dá outras providências e o Decreto 1208, de 28 de março de 2017, que constitui o Conselho de Desenvolvimento Municipal de Seara – CDMS e dá outras providências.

Art. 4º O Conselho de Desenvolvimento Municipal de Seara – CDMS poderá realizar audiências públicas, plenárias ou outra modalidade, disciplinada pelo respectivo edital, destinadas ao debate e a coleta de opiniões da comunidade, de organizações sociais, entidades ou de órgãos públicos, a respeito de temas considerados relevantes e de interesse geral da sociedade.

CAPÍTULO III**DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL DE SEARA – CDMS**

Art. 5º O Conselho de Desenvolvimento Municipal de Seara – CDMS é composto por:

I – Plenário;

II – Presidência;

III – Secretaria Executiva;

IV – Coordenações Técnicas.

SEÇÃO I**DO PLENÁRIO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL DE SEARA – CDMS**

Art. 6º O Plenário é o órgão superior do Conselho de Desenvolvimento Municipal de Seara – CDMS, sendo composto por 8 (oito) membros titulares e seus respectivos suplentes, indicados pelos respectivos órgãos, entidades ou categorias, e homologados pelo Prefeito Municipal, com mandato de dois anos.

Parágrafo único. As reuniões do plenário serão públicas, podendo qualquer cidadão delas participar, sem direito a voz e voto, desde

que comunicado previamente ao Presidente, de forma a permitir a Secretaria Executiva a disponibilização de espaço e estrutura.

Art. 7º Poderão participar das reuniões plenárias, sem direito a voto, técnicos e especialistas nos assuntos em pauta, assim como representantes de órgãos públicos, entidades ou empreendedores interessados na matéria, a fim de prestarem os esclarecimentos julgados necessários às decisões do Conselho, mediante requerimento do interessado, ou convite do Presidente ou de um terço dos membros efetivos do Conselho.

Subseção I Da Composição do Plenário

Art. 8º O Plenário do Conselho de Desenvolvimento Municipal de Seara – CDMS, órgão superior de decisão, será formado de forma paritária por membros representativos da Sociedade Civil e Poder Público, com respectivos titulares e suplentes, como membro nato, eleitos ou indicados por seus respectivos órgãos ou categorias, e homologados pelo Prefeito Municipal.

§ 1º A representação do Poder Público Municipal será composta por 4 (quatro) membros (50%) observando-se a seguinte distribuição e composição:

I – membro nato: Chefe do Poder Executivo Municipal;

II – membros designados:

a) 1 (um) representante da Secretaria Municipal da Cidade, sendo um obrigatoriamente do Departamento de Projetos;

b) 2 (dois) de Livre escolha do Chefe do Poder Executivo.

§ 2º Em caso de modificação da nomenclatura ou atribuições dos órgãos acima relacionados, assumirá a vaga no Conselho de Desenvolvimento Municipal de Seara – CDMS o órgão cujas atribuições sejam afins.

§ 3º A representação da sociedade civil será composta por 4 membros (50%), observando-se a seguinte disposição:

I – 02 (dois) representantes de Entidades Profissionais, que para os fins deste Decreto correspondem às entidades representativas de associações de profissionais de engenharia civil, arquitetura, profissionais de engenharia e arquitetura enquadrando-se, também, Conselhos Profissionais, Regionais ou Federais com sede no Município dessas áreas;

II – 01 (um) representante de Entidades Empresariais que para os fins deste Decreto correspondem às entidades de qualquer porte, representativas do empresariado, relacionadas à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano, inclusive cooperativas voltadas às questões do desenvolvimento urbano;

III – 01 (um) representante de Organizações não Governamentais, de entidades ou profissionais autônomos do legalmente constituídas com atuação na área do desenvolvimento urbano;

§ 4º Não havendo indicação de representantes especificados nos incisos I, II e III do § 3º de presente artigo, por solicitação do Chefe do Poder Executivo Municipal, poderá oportunizar a indicação de outros membros àquelas que estejam participando, objetivando respeitar a representatividade e paridade do Conselho.

§ 5º Os suplentes terão assento e direito a voz no plenário, sendo que o direito a voto somente será exercido quando da ausência ou impedimento do titular.

§ 6º Poderão ser convidados para participar das reuniões plenárias do Conselho de Desenvolvimento Municipal de Seara – CDMS, observadores com direito à voz, desde que o convite tenha sido aprovado por maioria simples de seus membros.

§ 7º As vagas do Conselho de Desenvolvimento Municipal de Seara – CDMS pertencem aos órgãos, instituições e entidades que o integram, que poderão designar conselheiros substitutos, no afastamento, de seus titulares ou suplentes, até o término da vigência do respectivo mandato.

§ 8º Na ausência de representante titular e suplente de determinada entidade ou segmento, em 03 (três) reuniões consecutivas ou 05 (cinco) alternadas, sem justificativa por escrito, será declarada a vacância da vaga que os mesmos representam.

§ 9º Não se aplica ao disposto no § 8º ao membro nato estabelecido no inciso I, do § 1º, ambos deste artigo, que poderá ser representado pelo Vice Prefeito Municipal.

§ 10º Reconhecida a perda da vaga do titular e do suplente pelo plenário do Conselho de Desenvolvimento Municipal de Seara – CDMS, o Presidente convidará entidades representativas do segmento em que ocorreu a vacância para ocupar as respectivas vagas, até o final do mandato.

§ 11º Não será computada a falta do conselheiro titular, se este se fizer representar pelo suplente.

§ 12º A perda do mandato de um conselheiro implicará na perda do mandato da entidade representada, que será substituída pela entidade suplente do segmento que, em termos, indicará nomes de representantes, titular e suplente.

§ 13º A entidade ou instituição detentora de vaga de titular poderá em comum acordo com a detentora da vaga de suplente, dividir a qualquer tempo o respectivo mandato, mediante aprovação pelo plenário do Conselho de Desenvolvimento Municipal de Seara – CDMS.

Subseção II Da Eleição e ou Indicação dos Conselheiros

Art. 9º Os representantes do Poder Público Municipal serão indicados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal dos segmentos estabelecidos nas alíneas “a” e “b” do inciso II do art. 8º do presente Regimento Interno.

Parágrafo único. Além dos representantes previstos no caput, poderão fazer parte da representação do Poder Público Municipal, ou outras áreas da administração relacionadas com as temáticas do Conselho de Desenvolvimento Municipal de Seara – CDMS.

Art. 10. Os representantes da Sociedade Civil previstos nos incisos I, II, III do § 3º do art. 8º do presente Regimento Interno são eleitos ou indicados pelos seus pares.

Art. 11. Será permitida a recondução dos conselheiros, através de eleição ou indicação, por uma única vez de forma consecutiva.

Parágrafo único. Os representantes do Poder Público não obedecem ao disposto no caput do presente artigo, podendo ser substituídos a qualquer momento pela respectiva instituição ou quando ocorrer a eleição ou indicação dos demais membros, a cada dois anos.

Subseção III Das Atribuições do Plenário

Art. 12. Compete ao plenário do Conselho de Desenvolvimento Municipal de Seara – CDMS, através de seus conselheiros:

I – discutir e votar todas as matérias submetidas ao Conselho de Desenvolvimento Municipal de Seara – CDMS;

II – apresentar proposições e propostas de resoluções;

III – colaborar com a Presidência e Secretaria Executiva no cumprimento de suas atribuições;

IV – requerer, na forma deste Regimento Interno, a convocação de reunião extraordinária para a apreciação de assunto relevante;

V – propor antecipadamente, por escrito, via Secretaria Executiva, a inclusão de matérias na pauta das reuniões;

VI – propor estudos, debates, consultas públicas, audiências, sobre matérias de relevante interesse coletivo, relacionados com o desenvolvimento territorial municipal;

VII – propor a criação de Grupos de Trabalho de acordo com as necessidades do Conselho de Desenvolvimento Municipal de Seara – CDMS;

VIII – requerer as informações ou esclarecimentos que lhe forem úteis, para melhor apreciação das matérias em estudo ou deliberação;

IX – propor alterações no Regimento Interno do Conselho de Desenvolvimento Municipal de Seara – CDMS;

X – propor convite a colaboradores para acrescentar subsídios aos assuntos de competência do Conselho de Desenvolvimento Municipal de Seara – CDMS;

XI – deliberar anualmente sobre o plano de aplicação de recursos financeiros do Fundo estabelecido no inciso IX do art. 49 da Lei Complementar nº 73, de 22 de dezembro de 2016, que institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal do Município de Seara, Estado de Santa Catarina e dá outras providências;

XII – desempenhar outras atividades que lhes são pertinentes.

Parágrafo único. O plenário do Conselho de Desenvolvimento Municipal de Seara – CDMS poderá conceder pedido de vistas sobre matéria a ser deliberada, por uma única vez e por tempo determinado, que não poderá exceder a próxima reunião ordinária ou extraordinária, desde que aprovado por maioria de seus membros.

Subseção IV

Da Organização e Funcionamento do Plenário

Art. 13. O Plenário do Conselho de Desenvolvimento Municipal de Seara – CDMS reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente por requerimento da maioria absoluta de seus membros ou excepcionalmente por convocação do Presidente.

Parágrafo único. Na primeira reunião anual, o Conselho de Desenvolvimento Municipal de Seara – CDMS estabelecerá seu calendário de reuniões ordinárias.

Art. 14. A convocação para as reuniões plenárias será feita com, no mínimo, 3 (três) dias de antecedência, podendo as reuniões extraordinárias, excepcionalmente, serem convocadas com, no mínimo, 5 (cinco) dias de antecedência.

§ 1º As reuniões extraordinárias poderão ser convocadas nas reuniões ordinárias, sendo automaticamente convocados os

conselheiros titulares.

§ 2º A minuta da ata da reunião anterior e a pauta pertinente a reuniões plenária do Conselho de Desenvolvimento Municipal de Seara – CDMS será comunicada aos conselheiros, mediante registro, concomitantemente à convocação citada no caput deste artigo.

§ 2º Excepcionalmente, o Presidente do Conselho de Desenvolvimento Municipal de Seara – CDMS poderá incluir assuntos extra pauta, desde que obedecido o prazo de 24 (vinte e quatro) horas antes da reunião, considerando a relevância e a urgência dos mesmos.

Art. 15 A pauta das reuniões plenárias do Conselho de Desenvolvimento Municipal de Seara – CDMS obedecerá o seguinte roteiro básico:

I – abertura e informes;

II – aprovação da pauta;

III – debate e votação da ata da reunião anterior;

IV – apresentação, debate e votação dos assuntos em pauta;

V – apresentação de propostas para a pauta da próxima reunião, quando definida; e

VI – manifestações gerais e encerramento.

Art. 16. As reuniões plenárias serão registradas em atas com lista de presença em anexo.

Art. 17. As reuniões plenárias do Conselho de Desenvolvimento Municipal de Seara – CDMS terão duração máxima de 02 (duas) horas, prorrogáveis por 30 (trinta) minutos.

Parágrafo único. As reuniões do Conselho terão uma tolerância máxima de 15 (quinze) minutos para seu início, a partir do horário previsto na convocação, sendo que o quórum mínimo para instalação dos trabalhos e deliberação será de 1/3 (um terço) do total de conselheiros titulares, ou suplentes quando representando os titulares.

Subseção V

Do Processo de Votação do Plenário

Art. 18. Os conselheiros titulares e suplentes poderão fazer uso da palavra para manifestação sobre as proposições em pauta, respeitando-se a ordem cronológica de inscrição e tempo determinado pela presidência.

Art. 19. O quórum mínimo para deliberações será de maioria simples dos conselheiros titulares, ou suplentes presentes nas reuniões, quando representando os titulares.

Art. 20. As deliberações ocorrerão na forma de votação, constando o número de votos a favor, contra e abstenções.

Art. 21. As reuniões plenárias poderão registradas em áudio, sendo transcritas de forma objetiva e resumida em ata, que será disponibilizada aos conselheiros.

Parágrafo único. Os áudios das reuniões serão mantidos em arquivo para consultas, sempre que necessário, mediante requerimento da parte interessada.

Art. 22. O Presidente do Conselho de Desenvolvimento Municipal de Seara – CDMS ou pessoa designada para o seu exercício, não

participará da votação, cabendo-lhe somente o voto de desempate, quando necessário.

Art. 23. As deliberações do Conselho de Desenvolvimento Municipal de Seara – CDMS serão formalizadas por Resoluções.

§ 1º As resoluções de que trata o caput, podem ser classificadas em Resolução Normativa, Resolução Administrativa ou Resolução Recomendada, sendo:

I – Resolução Normativa: resultante de ato deliberativo colegiado, aprovado pelo plenário do Conselho de Desenvolvimento Municipal de Seara – CDMS, com a finalidade de estabelecer normas regulamentares sobre a organização ou sobre a legislação vigente na área do Desenvolvimento Territorial;

II – Resolução Administrativa: resultante de ato de prerrogativa do Presidente, de natureza interna, com o objetivo de orientar e assegurar a unidade da ação administrativa;

III – Resolução Recomendada: resultante de ato deliberativo colegiado, aprovado pelo plenário do Conselho de Desenvolvimento Municipal de Seara – CDMS, na forma de sugestão ou recomendação, dirigida exclusivamente para uma determinada área, setor, departamento ou autoridade.

§ 2º As Resoluções são assinadas pelo Presidente e pelo Secretário Executivo e devendo ser publicadas no site do Município de Seara e nos meios de publicações oficiais para o seu devido cumprimento.

Art. 24. Havendo matéria a ser deliberada pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal de Seara – CDMS, vinculada ao interesse direto de conselheiro titular presente, o mesmo deverá afastar-se da votação, podendo o conselheiro suplente participar do processo.

SEÇÃO II DA PRESIDÊNCIA E DA VICE-PRESIDÊNCIA

Art. 25. O Conselho de Desenvolvimento Municipal de Seara – CDMS será presidido pelo Presidente, na ausência ou impedimento deste, pelo Vice-presidente, e na ausência de ambos pelo Secretário Executivo, cabendo ao mesmo voto de desempate se necessário.

Art. 26. O Presidente e o Vice-presidente do Conselho de Desenvolvimento Municipal de Seara – CDMS será eleito por maioria absoluta dentre os membros do Plenário para um mandato coincidente com o do CDMS, podendo ser reconduzido.

Art. 27. Ao Presidente compete:

I – convocar e presidir as reuniões do Plenário;

II – ordenar o uso da palavra durante as reuniões plenárias;

III – propor e resolver questões de ordem suscitadas nas reuniões, submetendo-as ao Plenário quando for o caso;

IV – submeter à votação as matérias a serem decididas pelo Plenário e proclamar os resultados;

V – receber e despachar o expediente encaminhado ao Plenário;

VI – dar os devidos encaminhamentos às deliberações do Plenário;

VII – delegar competências aos conselheiros, à Secretaria-Executiva e às Coordenações de Câmaras Técnicas, quando necessário;

VIII – zelar pelo cumprimento das disposições deste Regimento Interno, tomando as providências que se fizerem necessárias para

este fim;

IX – solicitar a elaboração de estudos, pareceres, informações e posicionamento sobre temas de relevante interesse público no âmbito do Desenvolvimento Territorial;

X – assinar e tornar públicos os atos e decisões aprovados pelo Plenário;

XI – convocar e coordenar os trabalhos das Conferências Municipais de Política Urbana de Seara;

XII – representar o Conselho de Desenvolvimento Municipal de Seara – CDMS perante órgãos públicos, imprensa, sociedade e suas entidades;

XIII – dirigir-se ao Prefeito Municipal solicitando as providências necessárias para que o Conselho de Desenvolvimento Municipal de Seara – CDMS possa realizar suas tarefas e cumprir com suas atribuições;

XIV – organizar o processo de revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal do Município de Seara, atendendo no que couber, as resoluções do Conselho Nacional das Cidades.

SEÇÃO III DA SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL DE SEARA – CDMS

Art. 28. A Secretaria Executiva é composta pelo Secretário Executivo, servidor cedido pelo Executivo Municipal e está vinculada diretamente à Presidência do Conselho de Desenvolvimento Municipal de Seara – CDMS.

§ 1º A Secretaria Executiva tem por objetivo e dar suporte administrativo e operacional ao Plenário, garantindo as condições necessárias para que o Conselho de Desenvolvimento Municipal de Seara – CDMS cumpra com suas atribuições e competências legais.

§ 2º A indicação dos servidores que comporão a Secretaria Executiva será realizada pela Presidência, ratificada pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal de Seara – CDMS e formalizada em Resolução Administrativa da Presidência.

Art. 29. São atribuições da Secretaria Executiva do Conselho de Desenvolvimento Municipal de Seara – CDMS:

I – preparar antecipadamente as reuniões plenárias do Conselho, incluindo convite a apresentadores para temas previamente aprovados, informes, remessas de material aos conselheiros e outras providências necessárias ao funcionamento do Plenário;

II – acompanhar as reuniões do Plenário, fazendo uso da palavra quando demandado pelo Presidente;

III – encaminhar cópia da ata, convocações e material de pauta a todos os conselheiros;

IV – dar publicidade às decisões, resoluções, editais de convocação e demais atividades do Conselho de Desenvolvimento Municipal de Seara – CDMS;

V – dar encaminhamento às deliberações do Plenário e acompanhar a aplicação das resoluções estabelecidas em reuniões anteriores;

VI – apoiar eventuais atividades em reuniões descentralizadas do Conselho, inclusive quanto ao cumprimento de prazos para apresentação dos trabalhos no Plenário;

VII – fornecer subsídios aos conselheiros para cumprimento de suas competências legais;

VIII – organizar o expediente e atos formais necessários ao funcionamento do Conselho;

IX – manter sob sua guarda os documentos e arquivos referentes ao Conselho de Desenvolvimento Municipal de Seara – CDMS;

X – substituir e representar o Presidente nos casos de sua ausência ou impedimentos, juntamente com o Vice Presidente, ou quando designado pelos mesmos;

XI – despachar processos e expedientes de rotina com a Presidência.

SEÇÃO IV DOS GRUPOS DE TRABALHO

Art. 30. Os Grupos de Trabalhos poderão serão criados por deliberação da maioria absoluta dos membros do Plenário, e por eles compostos, respeitando-se a mesma proporcionalidade dos segmentos representados no Conselho.

Art. 31. Poderão ser convidados a participar de reuniões dos Grupos de Trabalho, sem direito a voto, representantes de segmentos interessados nas matérias em análise e colaboradores, inclusive do Poder Legislativo.

Parágrafo único. O funcionamento dos Grupos de Trabalho será definido no regimento interno do Conselho de Desenvolvimento Municipal de Seara – CDMS.

CAPÍTULO IV DA CONFERÊNCIA DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL DE SEARA – CDMS

Art. 32. A Conferência Municipal de Política Urbana de Seara constitui um instrumento de gestão democrática referente ao desenvolvimento territorial do Município, garantindo a participação ampliada da comunidade e um processo permanente de debate das políticas públicas.

Art. 33. São objetivos da Conferência Municipal de Política Urbana de Seara:

I – propor a interlocução entre autoridades e gestores públicos com os diversos segmentos da sociedade, sobre assuntos relacionados à política Municipal, e quando couber, à política estadual e nacional de desenvolvimento territorial;

II – sensibilizar e mobilizar os munícipes para o estabelecimento de agendas, metas e planos de ações na busca de soluções aos problemas existentes no município;

III – propiciar a participação popular de diversos segmentos da sociedade, considerando as diferenças de sexo, idade, raça e etnia, para a formulação de proposições, realização de avaliações sobre as formas de execução da política municipal de desenvolvimento territorial e suas áreas estratégicas;

IV – avançar na construção e consolidação das políticas públicas de desenvolvimento territorial, indicando as prioridades de ação municipal e de consolidação do Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal do Município de Seara.

Parágrafo único. A Conferência Municipal de Política Urbana de Seara será promovida pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal de Seara – CDMS, a cada dois anos.

CAPÍTULO V DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Art. 34. As audiências públicas, convocadas pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal de Seara – CDMS buscarão sempre favorecer a cooperação entre os diversos atores sociais e o Poder Público Municipal, promover o debate sobre temas de interesse do Município e garantir o direito constitucional de participação do cidadão.

Parágrafo único. As audiências públicas assegurarão a participação de qualquer pessoa interessada pelo tema a ser tratado, sem distinção ou discriminação de qualquer natureza.

Art. 35. Exceto os casos já previstos na legislação, a convocação de audiências públicas poderá ser feita:

I – pelos membros do Conselho de Desenvolvimento Municipal de Seara – CDMS e será decidida através de votação entre os membros do Plenário, exigindo-se a maioria de 2/3 (dois terços) dos votos.

II – pela sociedade civil, quando solicitada por, no mínimo, 5% (cinco por cento) dos eleitores do Município.

Parágrafo único. Ressalvados os casos excepcionais, justificados pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal de Seara – CDMS, as audiências públicas só poderão ser convocadas e divulgadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 36. As funções dos membros do Conselho de Desenvolvimento Municipal de Seara – CDMS não serão remuneradas, sendo o seu exercício considerado e certificado como serviço de relevante interesse público.

Parágrafo único. O Conselho de Desenvolvimento Municipal de Seara – CDMS poderá assumir despesa relacionada com deslocamento e ou atividade relevante ao interesse do Conselho para os seus representantes legais, mediante aprovação deste e recursos orçamentários disponíveis.

Art. 37. A primeira Conferência da Cidade de Seara será realizada no ano de 2018, obedecendo a programação e cronograma definidos pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal de Seara – CDMS.

Art. 38. O Município investirá na formação e capacitação dos conselheiros titulares e suplentes no prazo máximo de seis meses.

Art. 39. O presente Regimento Interno entrará em vigor na data da sua publicação, só podendo ser modificado por quórum qualificado de 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho de Desenvolvimento Municipal de Seara – CDMS.

Art. 40. Os casos omissos no presente Regimento serão resolvidos pelo Plenário do Conselho de Desenvolvimento Municipal de Seara – CDMS.

Seara/SC, 13 de Abril de 2017
Giordano Magnani
Presidente do CDMS

Simoni Trevisol
Secretária Executiva do CEMS

DECRETO Nº 1216

DECRETO Nº 1216, DE 13 DE ABRIL DE 2017

Fixa Tabela de Preços dos Serviços Credenciados constantes no Anexo "C" constantes do Edital de Chamamento Público 044, de 1º de outubro de 2014 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 108, inciso X, da Lei Orgânica do Município e nos termos da Cláusula Terceira – Do Reajustamento da minuta do Termo de Credenciamento constante no Anexo "C" do Edital de Chamamento Público 44, de 1º de outubro de 2014, destinado a contratação de profissionais e serviços especializados na área de Saúde Pública no Fundo Municipal de Saúde,

DECRETA

Art. 1º Nos termos da Sub Cláusula Única da Cláusula Terceira do Termo de Credenciamento, e, considerando os valores médios praticados pelos Conselhos de Classe de Odontologia, ficam fixados os novos valores do Anexo "C", Tabela de Preços dos Serviços Credenciados do Edital de Chamamento Público 44, de 1º de outubro de 2014.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 1º de abril de 2017.

Seara-SC, em 13 de abril de 2017

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em, 13 de abril de 2017

Neri Cosmann

Secretário de Administração

DECRETO Nº 1216 - ANEXO

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 044/2014 – FMS ANEXO "C"

TABELA DE PREÇOS DOS SERVIÇOS CREDENCIADOS

(Valores estabelecidos pelo Decreto nº 1216, de 13 de abril de 2017)

1 – ODONTOLOGIA			
Ordem	Tipo de Procedimento	Código	Valor
1.1	Conserto de prótese	03.07.04.008-9	R\$ 57,88
1.2	Prótese parcial removível com grampo removível, confeccionadas em estrutura metálica fundida, resina acrílica termo ativada e dentes de acrílico, sendo:	07.01.07.009-9	
1.2.1	Prótese da mandíbula		R\$ 400,00
1.2.2	Prótese do Axilar		R\$ 400,00
1.3	Prótese parcial removível provisória elaborada a partir de modelos de gesso, confeccionadas de grampos de fio de ortodontia, resina acrílica termo ativada e com 7 a 10 dentes de acrílico.	07.01.07.011-0	R\$ 298,31
1.4	Prótese total mandibular removível inferior elaborada a partir de modelos de gesso confeccionadas de resina acrílica termo ativada e dentes de acrílico.	07.01.07.012-9	R\$ 340,00
1.5	Prótese total maxilar removível superior elaborada a partir de modelos de gesso confeccionadas de resina acrílica termo ativada e dentes de acrílico.	07.01.07.013-7	R\$ 340,00
2 - ORTESES OCULARES			
Ordem	Tipo de Procedimento	Valor	

2.1	Óculos monófoba +/- 4, cilindro até 2.0, com armação de metal ou acetato, lente em policarbonato referência CR – 39 ou compatível.	R\$ 150,27
2.2	Óculos monofocal acima de +/- 4 e cilindro acima de 2.0, com armação de metal ou acetato, lente em policarbonato referência CR – 39 ou compatível.	R\$ 222,62
2.3	Óculos multifocal, com armação de metal ou acetato, lente em policarbonato referência CR – 39 ou compatível.	R\$ 333,93
2.4	Óculos bifocal, com armação de metal ou acetato, lente em policarbonato referência CR – 39 ou compatível.	R\$ 244,88
2.5	Lente oftalmológica monofocal +/- 4, cilindro até 2.0. (par), em policarbonato referência CR – 39 ou compatível.	R\$ 50,09
2.6	Lente oftalmológica monofocal acima de +/- 4 e cilindro acima de 2.0. (par), em policarbonato referência CR – 39 ou compatível.	R\$ 89,05
2.7	Armação de metal ou acetato.	R\$ 110,20

Registra-se e Publica-se Em, 13 de abril de 2017

Neri Cosmann
Secretário de Administração
Seara/SC, 13 de abril de 2017
Edemilson Canale
Prefeito Municipal

Página 1 CREDENCIAMENTO 044-2014

DECRETO Nº 1217

DECRETO Nº 1217, DE 13 DE ABRIL DE 2017

Fixa Tabela de Preços dos Serviços Credenciados constantes no Anexo "C" constantes do Edital de Chamamento Público 027, de 18 de junho de 2014 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no exercício do cargo de Prefeito e no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 108, inciso X, da Lei Orgânica do Município e nos termos da Cláusula Terceira – Do Reajustamento da minuta do Termo de Credenciamento constante no Anexo "C" do Edital de Chamamento Público 27, de 18 de junho de 2014, destinado a contratação de profissionais e serviços especializados na área de Saúde Pública no Fundo Municipal de Saúde,

DECRETA

Art. 1º Nos termos da Sub Cláusula Única da Cláusula Terceira do Termo de Credenciamento, e, considerando os valores médios praticados pelos Conselhos de Classe Médica, ficam fixados os novos valores do Anexo "C" da Tabela de Preços dos Serviços Credenciados do Edital de Chamamento Público 44, de 1º de outubro de 2014.

Parágrafo único. Ficam acrescidos no Anexo "C" previsto no caput do presente artigo, os serviços especializados de cirurgias vasculares e otorrinolaringologia.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 1º de abril de 2017.

Seara-SC, em 13 de abril de 2017
Edemilson Canale
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em, 13 de abril de 2017

Neri Cosmann
Secretário de Administração

DECRETO Nº 1217 - ANEXO

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 027/2014 – FMS ANEXO "C"

TABELA DE PREÇOS DOS SERVIÇOS CREDENCIADOS

(Valores estabelecidos pelo Decreto nº 1217, de 13 de abril de 2017)

SERVIÇOS CREDENCIADOS	VALOR DO SERVIÇO
Serviços especializados na área de saúde aos habitantes do Município de Seara, SC, para fins de atendimento a nível de consultas ginecológicas e obstetrícias, na Secretaria Municipal de Saúde, em local e horário previamente definido pelo setor técnico da mesma, com uma média mensal aproximada de 100 (cem) consultas.	R\$ 68,23 por consulta
Serviços especializados na área de saúde aos habitantes do Município de Seara, Estado de Santa Catarina, para fins de atendimento a nível de consultas de psiquiatria, em local e horário previamente definido pelo setor técnico da mesma, com uma média mensal aproximada de 128 (cento e vinte e oito) consultas.	R\$ 52,32 por consulta
Serviços especializados na área de saúde aos habitantes do Município de Seara, Estado de Santa Catarina, para fins de atendimento a nível de consultas de oftalmologia, em local e horário previamente definido pelo setor técnico da mesma, com uma média mensal aproximada de 20 (vinte) consultas.	R\$ 133,57 por consulta
Serviços especializados na área de saúde aos habitantes do Município de Seara, Estado de Santa Catarina, para fins de atendimento a nível de consultas de ortopedista em local e horário previamente definido pelo setor técnico da mesma, com uma média mensal aproximada de 20 (vinte) consultas mais emergências.	R\$ 194,00 por consulta
Serviços especializados na área de saúde aos habitantes do Município de Seara, Estado de Santa Catarina, para fins de atendimento em nível de consultas de Otorrinolaringologia em local e horário previamente estabelecido pelo setor técnico da mesma, sendo:	
Consulta em Otorrinolaringologia aproximadamente 20 (vinte) consultas mensais.	R\$ 135,00 por consulta
Procedimento Cirúrgico de Amigdalectomia em torno de 3 (três) procedimentos mensais	R\$ 500,00 por procedimento
Procedimento Cirúrgico de Adenoidectomia em torno de 3 (três) procedimentos mensais.	R\$ 500,00 por procedimento
Procedimento Cirúrgico de Septoplastia em torno de 3 (três) procedimentos mensais.	R\$ 750,00 por procedimento
Procedimento Cirúrgico de Amigdalectomia mais Adenoidectomia em torno de 3 (três) procedimentos mensais.	R\$ 700,00 por procedimento
Procedimento Cirúrgico de Amigdalectomia mais Septoplastia em torno de 3 (três) procedimentos mensais.	R\$ 800,00 por procedimento

Serviços especializados na área de saúde aos habitantes do Município de Seara, Estado de Santa Catarina, para fins de atendimento em nível de consultas de Cardiologia em local e horário previamente agendado pelo setor técnico da mesma, com uma média mensal aproximada de 20 (vinte) consultas e procedimentos necessários sendo:	
Laudos de ECG realizados em Seara:	R\$ 29,34
Consultas com Cardiologia em Seara:	R\$ 144,70
Ecocardiograma a ser realizado na cidade de Chapecó:	R\$ 176,05
Laudo de ECG realizados realizado em Chapecó:	R\$ 29,34
Teste de Esteira realizado na cidade de Chapecó:	R\$ 105,63
Consulta com realização de Laudo de ECG:	R\$ 174,04
Serviços especializados na área de saúde aos habitantes do Município de Seara, Estado de Santa Catarina, para fins de atendimento em nível de consultas de gastroenterologista em local e horário previamente pelo setor técnico da mesma, com uma média mensal aproximada de 5 (cinco) consultas e 20 (vinte) endoscopias.	R\$ 133,57 por consulta
	R\$ 189,23 por endoscopia
Serviços especializados na área de saúde aos habitantes do Município de Seara, Estado de Santa Catarina, para fins de atendimento em nível de psiquiatria no Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, com uma média mensal de aproximadamente 20 (vinte) horas relógio. A escala mensal será definida pela Secretaria Municipal de Saúde.	R\$ 169,97 por hora/relógio
Serviços especializados na área de saúde aos habitantes do Município de Seara, Estado de Santa Catarina, para fins de atendimento em nível de especialidades vascular sendo:	
Consultas em especialidade vascular aproximadamente, 10 (dez) consultas mensais.	R\$ 135,00 por consulta
Procedimento de Cirurgia de varizes unilateral em torno de 3 (três) mensais.	R\$ 600,00 por procedimento
Procedimento de Cirurgia de varizes bilateral em torno de 3 (três) mensais.	R\$ 800,00 por procedimento
Seara/SC, 13 de abril de 2017	
Registra-se Publica-se	
Em 13 de abril de 2017	Edemilson Canale
	Prefeito Municipal
Neri Cosmann	
Secretário de Administração	

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047/2017

Processo Licitatório nº. 047/2017

Edital de Pregão Presencial nº. 029/2017

O Município de Seara, SC., Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº. 10.520/02 e lei nº. 8.666/93, estará recebendo até às 08h30min do dia 28/04/2017, "envelopes de credenciamento, da proposta e da documentação" referentes à aquisição de um veículo usado, de fabricação nacional, tipo caminhonete, destinado as atividades da Secretaria Municipal da Cidade. A íntegra do Edital de Pregão Presencial poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site www.seara.sc.gov.br e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC., 13 de abril de 2017.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

ITENS ATA 12

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 37/2017 Licitação: 21/2017 - PR Data da Homologação: 13/04/2017									
Fornecedor: 12417 - MERCADO NICA LTDA - ME									
1	3072	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL PACOTE DE 5 KG	DAJU	UN	150,000	0,0000	8,9000	1.335,00	Venceu
2	1797	AÇUCAR CRISTAL, PACOTE DE 2 KG CADA	DAJU	UN	150,000	0,0000	5,1000	765,00	Venceu
3	80396	FEIJÃO PRETO SAFRA ATUAL EMBALAGEM DE 1KG	DAJU	UN	300,000	0,0000	4,9000	1.470,00	Venceu
4	10031	ARROZ PARBOLIZADO, TIPO 01, PACOTE DE 1KG	PERUCHI	UN	300,000	0,0000	2,6000	780,00	Venceu
5	3094	ÓLEO DE SOJA, EMBALAGEM PLÁSTICA OU LATA DE 900 ML CADA	COAMO	UN	150,000	0,0000	4,5000	675,00	Venceu
6	4655	MACARRÃO COM OVOS 1 KG	OGLIARI	UN	300,000	0,0000	4,8000	1.440,00	Venceu
7	72808	LEITE EM PÓ EMBALAGEM DE LATA OU PACOTE COM 400 GRAMAS	MERILÚ	UN	150,000	0,0000	6,5000	975,00	Venceu
					Total do Fornecedor ----->			7.440,00	

Seara, 13 de Abril de 2017.

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO 095/2017

DECRETO Nº 095/2017, DE 13 DE ABRIL DE 2017.

"DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL RESPONSÁVEL PELO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, que lhe são atribuídas no art. 40 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o servidor público municipal, Sr. ÉDERSON CEREZOLLI, como representante legal do Município de Serra Alta, pelo Sistema Integrado de Gestão da Secretaria de Direitos Humanos (SIGSDH).

Art. 2º O servidor designado, nos termos do artigo anterior, não receberá remuneração extra para o exercício da presente função.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogadas as disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 13 de abril de 2017.

DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI
Secretário Municipal de Administração

DECRETO 096/2017

DECRETO Nº 096/2017, DE 13 DE ABRIL DE 2017.

"DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DE LOTAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DIVA PRIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 40, da Lei Orgânica do Município de Serra Alta/SC, bem como, na Lei nº. 498/2001, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferida de lotação a Servidora Pública Municipal DIVA PRIOR, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, tendo como carga horária 40 horas semanais, Nível 11, do Grupo 1 - SEG, da Secretaria Municipal de Assistência Social, para a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogando às demais disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 13 de abril de 2017.

DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI
Secretário de Administração

DECRETO 097/2017

DECRETO Nº 097/2017 DE 13 DE ABRIL DE 2017.

"DISPÕE SOBRE ATRIBUIÇÃO DE ADICIONAL DE TITULAÇÃO A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o anexo VI, do art. 9º e seus parágrafos, da Lei Complementar nº 684/2005, e alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º Fica atribuído adicional de pós-graduação sobre o vencimento do servidor, aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, de acordo com a escolaridade e respectivo percentual constante do anexo VI da Lei Complementar nº 684/2005, e alterações posteriores.

FUNCIONÁRIO PÚBLICO	ESCOLARIDADE
CLAISE TERESINHA KRAEMER CEREZOLLI	PÓS-GRADUAÇÃO
DERLICE TURMINA	PÓS-GRADUAÇÃO
ELIZANDRA KOMINKIEWICZ WRZESINSKI	PÓS-GRADUAÇÃO
FABIANA PARIZOTTO	PÓS-GRADUAÇÃO
ÍRIA BARP	PÓS-GRADUAÇÃO
IVANI TOMAZELLI GERMINIANI	PÓS-GRADUAÇÃO
JANETE PETRY CERISOLI	PÓS-GRADUAÇÃO
LOVANI TEREZINHA BARON	PÓS-GRADUAÇÃO
MARILEI LUBENOW SENHOR	PÓS-GRADUAÇÃO
MICHELI CRISTIANE DA VEIGA KRIESER	PÓS-GRADUAÇÃO
NILDA SALETE CUOCHINSKI	PÓS-GRADUAÇÃO
SILVANA CRISTINA VINCENZI ZAMIGNAN	PÓS-GRADUAÇÃO
SIMPLÍCIA MARIA DA CUNHA	PÓS-GRADUAÇÃO
VIVIANE BALDIN	PÓS-GRADUAÇÃO

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados os recursos consignados no Orçamento Vigente.

Ar. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013, revogadas às demais disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 13 de abril de 2017.

DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI
Secretário de Administração

DECRETO 098/2017

DECRETO Nº. 098/2017 DE 13 DE ABRIL DE 2017.

“INSTITUI E DESIGNA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DA PROVA PRÁTICA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2017 DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são atribuídas pelo art. 40, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica designado os servidores públicos abaixo relacionados, para acompanhamento, fiscalização e avaliação da prova prática do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017:

JOSÉ DOMINGOS DE SOUZA - Presidente

GERSON JOSÉ LAZZARETTI - Secretário

MOACIR JOSÉ VIVAN - Membro

Art. 2º. Os membros designados, nos termos do artigo anterior, não receberão remuneração extra para o exercício do presente mandato, podendo ausentar-se das atribuições normais dos respectivos cargos, para dedicar-se ao acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013, revogando às demais disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 13 de abril de 2017.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CERIZOLLI

Secretário de Administração

EDITAL PROCESSO SELETIVO 001/2017

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL Nº 001/2017 DE 17 DE ABRIL DE 2017.

ABRE INSCRIÇÕES PARA O PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO A PROVER VAGAS AOS CARGOS DO QUADRO TEMPORÁRIO DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE SERRA ALTA, PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, Sr. DARCI CERIZOLLI, no uso de suas atribuições legais, conforme legislação vigente, em especial as Leis Municipais nºs 684/2005, 692/2006, e alterações posteriores, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, que se encontram abertas no período compreendido entre o dia 17 a 24 de abril de 2017, as inscrições para o Processo Seletivo Simplificado, para os cargos descritos neste edital, mediante condições que seguem:

1. DO CARGO E DA QUANTIDADE DE VAGA

0.1. O Processo Seletivo se destina ao preenchimento de vagas e contratação de pessoal em caráter temporário de excepcional interesse público, de acordo com a necessidade e interesse da administração pública municipal, dentro do prazo de validade descrito no presente edital.

0.2. Os candidatos classificados estarão sujeitos às normas do Regime Jurídico dos servidores, e consideradas as alterações posteriores, serão admitidos sob o Regime Estatutário e serão filiados ao Regime Geral da Previdência Federal.

0.3. A admissão de candidato classificado será efetivada atendendo ao interesse e à conveniência do Poder Executivo Municipal de Serra Alta.

0.4. As vagas destinam-se ao cargo abaixo delineado e deverão ser preenchidas por candidatos que disponham da escolaridade mínima informada no presente edital, de acordo com o cargo a que pretendem concorrer, conforme segue:

CARGO	Nº DE VAGA	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VENCIMENTO R\$	ESCOLARIDADE MÍNIMA EXIGIDA	TIPO DE PROVA
Professor I (Educação Infantil)	01	20hrs	1.410,58 + Incorporação 91,59	Licenciatura de Graduação Plena com habilitação na área específica de atuação.	Escrita objetiva
Professor II (Séries Iniciais)	CR*	20hrs	1.410,58 + Incorporação 91,59	Licenciatura de Graduação Plena com habilitação na área específica de atuação.	Escrita objetiva
Professor de Educação Física	01	20hrs	1.410,58 + Incorporação 91,59	Licenciatura de Graduação Plena com habilitação na área específica de atuação.	Escrita objetiva

Motorista	CR*	40hrs	1.498,04 + Incorporação 183,19	Ensino Fundamental (Séries Iniciais), e portador de Carteira Nacional de Habi- tação – CNH, Categoria "D".	Escrita objetiva e prática
-----------	-----	-------	--------------------------------------	--	----------------------------------

OBS: (*) Cadastro de Reserva.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. A inscrição no Processo Seletivo implicará no conhecimento e aceitação das disposições e condições estabelecidas neste edital.

2.2 As inscrições serão realizadas nos dias 17 a 24 de abril de 2017, no horário das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00, junto ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Serra Alta, sito à Avenida Dom Pedro II, n. 830, Bairro Centro, Serra Alta/SC.

2.3. O candidato não poderá inscrever-se via postal, e-mail, fax, ou com falta de documentações exigidas neste Edital.

2.4. A inscrição deverá ser efetuada pelo próprio candidato, ou por procurador devidamente habilitado, com procuração simples, com poderes para representá-lo no ato da inscrição.

2.5. As inscrições serão efetuadas em formulário próprio, devidamente preenchido, anexando-se a documentação exigida.

2.6. Para inscrever-se, o candidato deverá atender ao que segue:

2.6.1. Comparecer no local, período e horário indicado no subitem 2.2, e retirar gratuitamente a ficha de inscrição.

2.6.2 A fidedignidade das informações contidas na Ficha de Inscrição é de inteira responsabilidade do candidato.

2.6.3 A adulteração de cópia(s) em relação ao(s) original(s) ou a não-veracidade de qualquer declaração ou documento apresentado, verificadas a qualquer tempo, eliminará o candidato deste Processo Seletivo.

2.6.4 Não será permitida sob qualquer pretexto, a inscrição condicional, bem como, não será permitida a juntada posterior de documentos.

2.6.5 O candidato cuja documentação não for considerada em ordem, terá a inscrição indeferida.

3. DOS REQUISITOS E DOCUMENTOS:

3.1. O candidato deverá preencher os seguintes requisitos:

- a) Ser brasileiro nato ou naturalizado;
- b) Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos até a data do encerramento das inscrições;
- c) Estar em gozo dos direitos políticos;
- d) Estar em dia com as obrigações militares e eleitorais;
- e) Ter aptidão física e mental para o desempenho do cargo;
- f) Não ter sofrido incompatibilidade que inviabilize investidura em cargo público.

3.1.1. O processo de inscrição será coordenado por um Servidor Público Municipal especialmente designado, que receberá as Fichas de Inscrição, fará a conferência da documentação e auxiliará, prestando informações que contribuam para que o maior número de pessoas possam participar desta seleção pública.

3.1.2. A ficha de inscrição será preenchida pelo candidato, sendo que o servidor responsável pelo recebimento das inscrições apenas operará o número da inscrição;

3.2. Documentos para inscrição:

3.2.1 No ato da inscrição, o candidato deverá apresentar cópia legível dos seguintes documentos:

3.2.2. Cópia do Documento de Identidade. Será obrigatória a apresentação de documento de identidade original no dia e nos locais de realização das provas;

3.2.3. Cópia do Título de Eleitor com comprovante de quitação eleitoral no último pleito ou justificativa da Justiça Eleitoral;

3.2.4. Cópia do CPF - Cadastro de Pessoa Física;

3.2.5. Cópia da Prova de quitação com o Serviço Militar (quando do sexo masculino);

3.2.6. Cópia de certificado do curso exigido;

3.2.7. Cópia da Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Categoria "D" – Somente para o cargo de motorista.

4. DA HOMOLOGAÇÃO E PUBLICAÇÃO DAS INSCRIÇÕES:

4.1. As inscrições serão homologadas pelo Prefeito Municipal, e publicadas no Diário Oficial dos Municípios; sítio da Prefeitura Municipal de Serra Alta/SC, e no mural próprio da Prefeitura Municipal de Serra Alta/SC.

4.2. Os recursos movidos pelos candidatos deverão obrigatoriamente dar entrada com protocolo na Prefeitura Municipal de Serra Alta/SC.

5. DA APROVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO:

5.1. A classificação para os cargos dar-se-á por prova escrita e prova prática, conforme especificado no item 1.4.

6. DA PROVA

A prova do Teste Seletivo Simplificado será na modalidade: escrita e prática.

6.1 - DA PROVA ESCRITA/OBJETIVA - Obrigatória para o cargo/função: Professor I; Professor II; Professor de Educação Física e Motorista.

6.1.1 - A prova escrita será aplicada a todos os candidatos, no dia 06 de maio de 2017, das 8:00hrs às 12h00min, nas dependências do Centro Municipal de Educação, sito à Rua Duque de Caxias, nº 530, Bairro Centro, da Cidade de Serra Alta/SC, e a prova prática para o cargo de motorista, será realizada no período da tarde, das 13:00hrs às 17:00hrs, nas dependências da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, sito à Rua Duque de Caxias, Bairro Centro, da Cidade de Serra Alta/SC e contará de:

6.1.2 - DA PROVA ESCRITA:

6.1.3 - Esta prova será aplicada aos candidatos ao cargo/função descrita no presente edital.

6.1.4 - O candidato faltoso estará automaticamente desclassificado.

6.1.5 - Os candidatos deverão comparecer no local designado para a realização das provas no horário e data estabelecidos pelo Edital, com a antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para o início das provas, munidos de documento de identificação original (com fotografia).

6.1.6 - Obrigatoriamente, os candidatos deverão trazer consigo no dia da realização da prova, o Comprovante de Inscrição, o qual servirá para solucionar qualquer dúvida.

6.1.7 - As questões da prova escrita objetiva serão divididas em questões de conhecimentos gerais e conhecimentos específicos, conforme abaixo:

a) Conhecimentos gerais: 15 questões

Português: 05 questões

Matemática: 05 questões

Conhecimentos gerais: 05 questões

b) Conhecimentos específicos para a área a qual se inscreveu: 05 questões

6.1.8 - A prova escrita/objetiva para o cargo, será atribuída nota de 0 (zero) a 10 (dez), de acordo com a tabela abaixo:

DISCIPLINA	NÚMERO DE QUESTÕES	VALOR POR QUESTÃO	TOTAL DE PONTOS (Nota)
Conhecimentos gerais, Português e matemática	15	0,5	7,5
Conhecimentos específicos	05	0,5	2,5
TOTAL			10,00

* Os conteúdos programáticos sobre os quais versarão as questões da prova escrita estão publicados no anexo III do presente edital.

6.2 - DA PROVA PRÁTICA - Obrigatória para o cargo/função: Motorista.

6.2.1 - A prova prática será aplicada, na data descrita no item 6.1.1, a todos os candidatos inscritos no cargo de motorista, e contará de:

6.2.2 - Esta prova será aplicada aos candidatos ao cargo/função de motorista.

6.2.3 - O candidato faltoso estará automaticamente desclassificado.

7- DA NOTA FINAL

7.1 - Para o cargo/função, a nota final será verificada conforme abaixo:

7.2 - Nota da prova escrita será atribuída de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

7.3 - Nota da prova prática será atribuída de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

8 - DA APROVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

8.1 - A lista final de classificação do Processo Seletivo apresentará todos os candidatos classificados, para o cargo/função.

8.2 - Para o cargo/função os candidatos aprovados, serão classificados na ordem decrescente da(s) nota(s) obtida(s).

8.3 – Será eliminado do Processo Seletivo o candidato que não comparecer ou zerar a prova.

8.4. Havendo empate, serão aplicados os seguintes critérios:

a) maior número de acertos nas questões específicas;

b) mais idoso.

8.5. A lista final de classificação do Processo Seletivo apresentará apenas os candidatos classificados, para o cargo inscrito.

9. DOS RECURSOS:

9. 1. É admitido recurso quanto a divergências:

a) A não homologação da inscrição;

b) Ao resultado da divulgação da classificação.

9.2. Os recursos deverão ser interpostos na Prefeitura Municipal de Serra Alta/SC.

9.3. Somente será apreciado o recurso expresso em termos convenientes e que apontar a(s) circunstância(s) que o justifique, bem como, tiver indicado o nome do candidato, número de sua inscrição, cargo, endereço para correspondência e sua assinatura.

9.4. O recurso interposto fora do respectivo prazo não será reconhecido, considerando-se para tal a data e hora do respectivo protocolo.

10. CRONOGRAMA:

	DATA	HORÁRIO
Recebimento das inscrições	17 a 24 de abril de 2017	7:30 às 11:30 horas 13:30 às 17:00 horas
Homologação das inscrições	26 de abril de 2017	17h00
Recurso	27 de abril de 2017	7:30 às 11:30 horas 13:30 às 17:00 horas
Homologação do recurso	3 de maio de 2017	17h00
Prova escrita/Objetiva Prova Prática	06 de maio de 2017 06 de maio de 2017	8:00 às 12:00 horas 13:00 às 17:00 horas
Divulgação do Gabarito e Resultado preliminar de classificação para o cargo	09 de maio de 2017	17h00
Recurso da prova	10 de maio de 2017	7:30 às 11:30 horas 13:30 às 17:00 horas
Homologação do Recurso	12 de maio de 2017	17h00
Homologação do resultado final de classificação	16 de maio de 2017	17h00
Escolha de Vaga	18 de maio de 2017	13h30 – No Centro Municipal de Educação (Secretaria de Educação, Cultura e Esportes)

11. DO FORO JUDICIAL

11.1. O Foro para dirimir qualquer questão relacionada ao Processo Seletivo de que trata este Edital, é o da Comarca de Modelo, Estado de Santa Catarina.

12. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

12.1. Fica delegada competência à Comissão Municipal específica para:

- a. prestar informações sobre o Processo Seletivo dentro de sua competência;
- b. fazer a conferências das inscrições;
- c. elaborar, aplicar, julgar e corrigir as provas;
- d. apreciar os recursos interpostos;
- e. emitir os documentos do gabarito preliminar;
- f. emitir a Ata de abertura dos envelopes;
- j. emitir a Ata de Classificação Final;
- h. emitir os documentos da Homologação do Resultado Final;
- i. atuar em conformidade com as disposições deste edital.

12.2. Fica sob a responsabilidade do Poder Executivo Municipal de Serra Alta:

- a. elaboração do edital;
- b. receber as inscrições;
- c. emitir os documentos de homologação das inscrições;
- d. disponibilizar as leis;
- e. nomear Comissão Especial para acompanhamento do Processo Seletivo;
- f. fazer as publicações necessárias em jornais, mural público e no sítio do Município de Serra Alta;
- g. assinar a documentação necessária para a sua publicação (edital, homologação das inscrições, gabarito, ata de classificação final, homologação do resultado final).

13. DA CONTRATAÇÃO

13.1. O candidato aprovado será submetido, quando da contratação, a exames de saúde para verificação de aptidão ao exercício das atividades inerentes à função.

13.2. A contratação dos candidatos aprovados obedecerá à ordem de classificação no cargo.

13.3. A classificação e a aprovação do candidato não geram direito automático à contratação, ficando a convocação dos candidatos habilitados a critério da Administração Pública Municipal, observada a necessidade e o interesse público.

13.4. No ato da contratação, o candidato deverá apresentar os seguintes documentos xerocados:

- Carteira de Identidade;
- CPF;
- Título de eleitor;
- Cópia quitação com as obrigações eleitorais;
- Certidão de Casamento ou Nascimento (solteiros);
- Registro de Nascimento dos filhos;
- Histórico Escolar ou Diploma;
- Carteira Profissional (quando exigida);
- Carteira de motorista – Cargo de motorista;
- Comprovante de Residência;
- 1 Foto 3 x 4;
- Declaração de Bens;
- Conta Corrente no Banco do Brasil;
- Fotocópia do registro do contrato na carteira profissional, quando se tratar de pessoal celetista, número do PIS/PASEP;
- Cópia quitação com as obrigações militares, quando for o caso;
- Laudo de Inspeção de saúde, procedida por órgão médico oficial (atestado médico);
- Declaração de não acumulação de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo candidato;
- Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável.

14. DA DURAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

14.1 O Processo Seletivo terá validade até 31 de dezembro de 2017, a contar da data da publicação da homologação do resultado final com a respectiva classificação.

15. DO REGIME JURÍDICO

15.1. O candidato habilitado e classificado, caso contratado, terá seu contrato de trabalho regido pelo Estatuto e pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

16.1. A aprovação no Processo Seletivo não assegura ao candidato sua contratação, mas apenas a expectativa de ser admitido segundo as vagas existentes, para suprir atestados médicos ou desistências de titulares, conforme a ordem de classificação, ficando a nomeação condicionada às disposições pertinentes e à necessidade e conveniência da Prefeitura Municipal de Serra Alta/SC.

16.2. A Administração Municipal se reserva do direito de anular o presente Processo Seletivo, bem como, de adotar providências que se fizerem necessárias para garantir a correção dos procedimentos a eles relativos ou dele decorrentes.

16.3. O candidato será inteiramente responsável pelas informações contidas na sua ficha de inscrição, após a respectiva assinatura.

16.4. Ao efetivar sua inscrição, o candidato receberá o comprovante de inscrição, o qual deverá ser apresentado juntamente com o documento de identidade, para acesso à prova escrita.

16.5. A inscrição do candidato importará no conhecimento das presentes instruções e na aceitação das condições do Processo Seletivo, tais como, se encontram expressas no presente Edital.

16.6. A contratação obedecerá à ordem rigorosa de classificação e, com base nesta, far-se-á a competente convocação.

16.7. O candidato aprovado e classificado que, sob qualquer circunstância, não comparecer ao chamamento para a posse exercício, terá seu nome excluído da relação classificatória.

16.8. No ato da contratação, o candidato aprovado deverá preencher as condições previstas na legislação vigente, bem como, a apresentação dos documentos exigidos.

16.9. A inexistência das informações e/ou irregularidades nos documentos, ainda que verificados posteriormente ao provimento, ocasionarão sua exoneração.

16.10. Os casos previstos no presente Edital, tangente ao Processo Seletivo em questão, no que couber, serão resolvidos, conjuntamente pela Comissão de acompanhamento instituída e pela Prefeitura Municipal de Serra Alta/SC, conforme a legislação vigente.

Serra Alta, SC, 17 de abril de 2017.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal Serra Alta/SC

ANEXO I – FICHA DE INSCRIÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2017

INSCRIÇÃO Nº: _____

NOME DO CARGO INSCRITO: _____

Nome do candidato:
Endereço:
Cidade:
Telefone:
RG: CPF:
E – mail:

Documentos anexos:

()RG ()CPF ()Certificado Militar ()Titulo de Eleitor ()Comprovante de Escolaridade ()Procuração ()CNH(quando couber) ()Outros: _____

Eu, abaixo assinado, declaro conhecer e aceitar todas as normas do Processo Seletivo 001/2017 do Município de Serra Alta, bem como, a legislação pertinente sobre a contratação.

Serra Alta/SC, ____ de _____ de 2017.

Assinatura do candidato(a)

ANEXO II

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS/FUNÇÕES

PROFESSOR I (EDUCAÇÃO INFANTIL); PROFESSOR II (SÉRIES INICIAIS) e PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA:

- ☐ Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- ☐ Elaborar e cumprir o plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- ☐ Zelar pela aprendizagem dos alunos, dando condições para a manutenção da saúde física e psíquica dos alunos;
- ☐ Estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- ☐ Ministrar os dias letivos e horas aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- ☐ Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
- ☐ Executar o trabalho diário de forma a se vivenciar um clima de respeito mútuo e de relações que conduzam à aprendizagem;
- ☐ Manter com os colegas o espírito de colaboração e solidariedade indispensável à eficiência da obra educativa;
- ☐ Realizar com clareza, precisão e presteza, toda escrituração referente à execução da programação, frequência e aproveitamento dos

alunos;

- ☐ Zelar pela conservação dos bens materiais, limpeza e o bom nome da escola;
- ☐ Executar as demais normas estabelecidas no regimento escolar, nas diretrizes emanadas dos órgãos superiores e legislação federal, estadual e municipal;
- ☐ Propor adaptações curriculares nas atividades pedagógicas;
- ☐ Participar do conselho de classe;
- ☐ Participar de Estudos e pesquisas na sua área de atuação mediante projetos previamente aprovados pela SED e FCEE;
- ☐ Sugerir ajudas técnicas que facilitem o processo de aprendizagem do aluno da educação especial;
- ☐ Cumprir a carga horária de trabalho na escola, mesmo na eventual ausência do aluno;
- ☐ Participar de capacitações na área da educação.

MOTORISTA:

- ☐ Dirigir veículos oficiais, transportando materiais e equipamentos;
- ☐ Zelar pelo abastecimento, conservação e limpeza do veículo sob sua responsabilidade;
- ☐ Efetuar pequenos reparos no veículo sob sua responsabilidade;
- ☐ Comunicar ao chefe imediato a ocorrência de irregularidades ou avarias com a viatura sob sua responsabilidade;
- ☐ Proceder ao controle contínuo de consumo de combustível, lubrificantes e manutenção em geral;
- ☐ Proceder ao mapeamento de viagens, identificando o usuário, tipo de carga, seu destino, quilometragem, horários de saída e chegada;
- ☐ Auxiliar na carga e descarga do material ou equipamento;
- ☐ Tratar os passageiros com respeito e urbanidade;
- ☐ Manter atualizado o documento de habilitação profissional e do veículo;
- ☐ Transportar pacientes, realizar plantões noturnos, finais de semana e feriados, quando solicitado;
- ☐ Executar outras tarefas afins.

ANEXO IIII

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO MÍNIMO SUGERIDO
PARA A REALIZAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS

CONHECIMENTOS BÁSICOS ENSINO SUPERIOR:

a) LÍNGUA PORTUGUESA:

Compreensão e interpretação de palavra, frase ou texto, reconhecimento e compreensão de diferentes tipos e gêneros textuais, coesão e coerência, recursos coesivos, ponto de vista do autor, ideia central e ideias convergentes, informações literais e inferências, intertextualidade e extra textualidade. Ortografia: divisão silábica, pontuação, uso do hífen, acentuação gráfica, crase, uso dos porquês, mas e mais, bem e bom, mal e mau, uso de x, ch, ss, s, sc, ç, g, j, adequação vocabular. Morfologia: processos de formação de palavras, artigo, adjetivo, advérbio, pronome, preposição, substantivo, verbo, conjunção, numeral, interjeição, flexões, conjugação verbal, sentido próprio e figurado. Sintaxe: sintaxe da oração e do período composto, voz passiva e ativa, concordância nominal e verbal, regência nominal e verbal, colocação pronominal. Semântica: relações de significados entre palavras e orações, polissemia, sinônimo, antônimo, homônimos e parônimos, figuras de linguagem, conotação, denotação, ambiguidades. Fonologia: fonemas e letras, sílabas, encontros consonantais e vocálicos (ditongo, tritongo, hiato). Literatura: períodos e estilos da literatura brasileira, estilos dos escritores, gêneros literários. Novo acordo ortográfico.

b) MATEMÁTICA:

Operações fundamentais: adição, subtração, multiplicação e divisão. Operações com números naturais, números racionais e números complexos. Teoria dos conjuntos. Operações com frações, mínimo múltiplo comum e máximo divisor comum. Funções exponenciais. Análise Combinatória e binômio de Newton. Matrizes. Determinantes. Sistemas lineares. Números complexos. Raciocínio lógico. Polinômios. Produtos notáveis. Equações e inequações de 1º e 2º Grau. Problemas. Probabilidades. Fatoração. Potenciação. Regra de três simples e composta. Juros simples e composto. Razão e proporção. Porcentagem. Grandezas proporcionais. Sistema de medidas decimais: metro, metro quadrado e cúbico, litro, grama. Média aritmética simples e ponderada. Geometria: Forma, perímetro, área, volume, ângulo e Teorema de Pitágoras. Geometria analítica. Logaritmos. Progressão aritmética. Progressão geométrica. Análise combinatória. Sistema Monetário Brasileiro. Equações Logarítmicas, exponenciais e trigonométricas. Derivada. Trigonometria.

CONHECIMENTOS BÁSICOS ENSINO FUNDAMENTAL:

a) LÍNGUA PORTUGUESA:

Compreensão e interpretação de palavra, frase ou texto. Ortografia: divisão silábica, vírgula, acentuação gráfica, mas e mais, bem e bom, mal e mau, uso de x, ch, ss, s, sc, ç, g, j. Singular, plural, masculino e feminino. Morfologia: artigo, adjetivo, pronome, substantivo, verbo. Sintaxe: concordância nominal e verbal. Fonologia: sílabas, encontros consonantais e vocálicos (ditongo, tritongo, hiato). Semântica: sinônimo, antônimo.

b) MATEMÁTICA:

Operações fundamentais: adição, subtração, multiplicação e divisão. Operações com frações. Operações com números naturais. Problemas. Regra de três. Raiz quadrada. Números primos. Sistema métrico decimal: comprimento; metro quadrado e cúbico; litro; grama; quilograma; área e volume. Transformação em dias, horas, minutos e segundos. Porcentagem: sistema monetário brasileiro. Raciocínio lógico.

CONHECIMENTOS GERAIS (PARA TODOS OS CARGOS/FUNÇÕES):

Aspectos geográficos, históricos, físicos, econômicos, sociais, políticos e estatísticos do Brasil, do Estado e do Município. Símbolos nacionais, estaduais e municipais. Lei Orgânica do Município. Atualidades nos assuntos relacionados com economia, história, política, meio ambiente, justiça, segurança pública, saúde, cultura, religião, esportes, inovações tecnológicas e científicas do Município, do Estado, do Brasil e do mundo.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA CADA CARGO/FUNÇÃO:**a) PROFESSOR I (EDUCAÇÃO INFANTIL):**

A educação infantil e seu papel na sociedade. O papel social da educação infantil, educar e cuidar. A organização do tempo e do espaço na educação infantil. A documentação pedagógica (planejamento, registro, avaliação). Princípios que fundamentam a prática na educação infantil: pedagogia da infância; dimensões humanas; direitos da infância e relação creche família; as instituições de educação infantil como espaço de produção das culturas infantis. Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil. Parâmetros básicos de infraestrutura para instituições de educação infantil. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Política nacional de educação: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação. Teorias da aprendizagem. Avaliação. Planejamento docente: dinâmica e processos. Currículo e didática: histórico, teorias e tendências atuais. Interdisciplinaridade. Projeto político pedagógico: princípios e finalidades. Tendências e concepções pedagógicas da educação brasileira. A função social da escola pública contemporânea. O sistema nacional de ensino – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Parâmetros curriculares nacionais. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990).

b) PROFESSOR II (SÉRIES INICIAIS):

Processo de ensinar e aprender. Pedagogia da infância. As diferentes dimensões humanas. Direitos da infância. Didática e metodologia do ensino em anos iniciais. Alfabetização e letramento. Linguagem oral e escrita. Produção de textos. Precursores e seguidores da literatura infantil no Brasil. Conceitos metodológicos específicos das áreas do conhecimento de português, matemática, história, geografia, ciências e artes do ensino fundamental nos anos iniciais. Temas transversais. Processos cognitivos na alfabetização. A construção e desenvolvimento da leitura e escrita. A formação do pensamento lógico da criança. O ambiente alfabetizador e as dificuldades de aprendizagem. A alfabetização nos diferentes momentos históricos. A função social da alfabetização. A intencionalidade da avaliação no processo de apropriação e produção do conhecimento. Desenvolvimento linguístico e desenvolvimento cognitivo. As etapas do processo de alfabetização. A importância da consciência fonológica na alfabetização. A tecnologia a favor da alfabetização. A perspectiva infantil na fase da alfabetização. Teorias da aprendizagem. Avaliação, planejamento docente: dinâmica e processos. Currículo e didática: histórico; teorias e tendências atuais. Interdisciplinaridade. Projeto político pedagógico: princípios e finalidades. Tendências e concepções pedagógicas da educação brasileira. A função social da escola pública contemporânea. O sistema nacional de ensino – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). Parâmetros curriculares nacionais. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990).

c) PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA:

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996. Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/1990. A educação física no Brasil e sua história. A importância social da educação física: na escola, no lazer, na formação do indivíduo e na transformação social. A educação física no desenvolvimento infantil, no ensino fundamental. Avaliação em educação física. A relação ensino aprendizagem numa visão construtivista sócio interacionista. As diferentes tendências pedagógicas da educação física na escola. Educação física escolar e cidadania. Parâmetros curriculares nacionais de educação física. A educação inclusiva na educação física. Competição, cooperação e transformação didático pedagógica. Anatomia e Fisiologia Humanas. Dimensões biológicas aplicadas à educação física e ao esporte: as mudanças fisiológicas resultantes da atividade física; nutrição e atividade física. Socorros de urgência aplicados à educação física. Fisiologia do exercício. Substâncias proibidas/permitidas. Esportes: atletismo, futebol de campo, futsal, basquete, voleibol, handebol, esportes com bastões, técnicas e táticas, regras e penalidades. Organização de eventos esportivos. Jogos pré-desportivos. Brincadeiras da cultura popular. Lutas: judô, capoeira. Atividades Rítmicas e Expressivas. Percepção corporal e espaço-temporal. Ginásticas de preparação e aperfeiçoamento para a dança; de preparação e aperfeiçoamento para os esportes, jogos e lutas; ginástica olímpica e rítmica desportiva. Organização e legislação do ensino da educação física. Código de Ética dos Profissionais de Educação Física – Resolução nº 056/2003. Atualidades Profissionais. Conhecimentos Básicos de Informática.

d) MOTORISTA:

Legislação municipal pertinente ao desempenho das atividades do cargo, legislação de trânsito, cidadania e meio ambiente, noções básicas de mecânica, operação e manutenção preventiva dos equipamentos leves, conhecimento de sistema de funcionamento dos componentes dos equipamentos, diagnósticos de falhas de funcionamento dos equipamentos. Equipamentos de proteção individual – EPIs. Relacionamento humano no trabalho. Noções de atendimento, comportamento, qualidade e responsabilidade no serviço público.

EXTRATO EDITAL PROCESSO SELETIVO 001/2017

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/SC

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA**EXTRATO DE EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2017**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA/SC, TORNA PÚBLICO, que realizará o PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2017, para contratação por prazo determinado, para os cargos de: PROFESSOR I (EDUCAÇÃO INFANTIL); PROFESSOR II (SÉRIES INICIAIS); PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA E MOTORISTA, com inscrições abertas do dia 17 a 24 de abril de 2017.

Maiores informações referente ao Edital, encontra-se disponível no mural da Prefeitura Municipal, e também, no sítio da Prefeitura: www.diariomunicipal.sc.gov.br

serraalta.sc.gov.br.

Serra alta/SC, 13 de abril de 2017.
DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal de Serra Alta

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2017- SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

AVISO DE LICITAÇÃO:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2017 – SISTEMA REGISTRO DE PREÇO

Tipo: Menor Preço/Por item.

OBJETO: Registro de Preços para a eventual Aquisição de Pneus novos, câmaras de ar e serviços de recauchutagem, para reposição e manutenção da Frota de Veículos e Equipamentos Rodoviários oficiais pertencentes a esta municipalidade.

Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 04 de maio de 2017.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 04 de maio de 2017.

O Edital se encontra disponível na Prefeitura e no site <http://www.serraalta.sc.gov.br/>

ou maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830,nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30horas.

SERRA ALTA/SC, 17 de Abril de 2017.
DARCI CERIZOLLI
PREFEITO MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL 1.077/2017

LEI MUNICIPAL Nº 1.077, DE 13 DE ABRIL DE 2017.

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas na Lei Orgânica Municipal, apresenta a esta Câmara de Vereadores o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento do Município de Serra Alta – SC, CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para a suplementação do seguinte Programa:

ÓRGÃO: 03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E DES. ECONÔMICO

UNID.ORÇ. 03.04 – Fundo Municipal da Indústria e Comércio – PROINDUS

Proj.Ativ. 1.914 – Manutenção do Fundo Municipal da Indústria e Comércio – PROINDUS

Natureza da Despesa: 44.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.44 – Receita de Operações de Crédito Internas R\$ 500.000,00

Art. 2º - De acordo com a Lei 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, serão utilizados como recursos para abertura do CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL de que trata a presente Lei, as receitas provenientes da Operação de Crédito autorizada pela Lei nº 1.062/2016.

§ 1º - Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

§ 2º - O saldo da operação de crédito contratada por força da Lei referida no caput deste artigo que não for liberada durante o exercício, deverão ser incorporados na previsão orçamentária do próximo exercício.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013, ficando revogada às disposições em contrário.

Serra Alta (SC), 13 de abril de 2017.
DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI
Secretário de Administração

LEI MUNICIPAL 1.078/2017

LEI MUNICIPAL Nº 1.078, DE 13 DE ABRIL DE 2017.

“DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA DATA DO FERIADO MUNICIPAL NESTE ANO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas na Lei Orgânica Municipal, faz saber, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica transferida a data do Feriado Municipal neste ano de 2017, do dia 26/04/2016 – Aniversário de Emancipação Político Administrativo – para o dia 28/04/2016, em todo o território do Município de Serra Alta (SC).

Parágrafo único. Justifica-se a transferência da data do Feriado Municipal, considerando as Festividades Alusivas ao 28º Aniversário do Município, bem como o Feriado Nacional do Dia do Trabalhador.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013, ficando revogadas às demais disposições em contrário.

Serra Alta (SC), 13 de abril de 2016.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

LEI MUNICIPAL 1.079/2017

LEI MUNICIPAL Nº 1.079, DE 13 DE ABRIL DE 2017.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR TERMO DE CESSÃO DE USO COM A SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas na Lei Orgânica Municipal, faz saber, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar Termo de Cessão de Uso com a Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, o qual tem como objeto a construção do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, do imóvel a seguir especificado:

“Parte dos Lotes Urbanos nºs 150 e 151, quadra nº 21, com as áreas respectivas de 400,00m² e 50,00m², perfazendo a área total de 450,00m², sem edificações, situado na Rua Duque de Caxias, esquina com a Rua Marechal Deodoro da Fonseca, na cidade de Serra Alta, matriculado no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Modelo, sob nº 6.037, com as seguintes confrontações: ao Sudoeste, com a Rua Duque de Caxias, na extensão de 22,50 metros; ao Nordeste, com parte dos mesmos lotes urbanos nºs 150 e 151, de Moacir Bottega, na extensão de 22,50 metros; ao Noroeste, com parte do mesmo lote urbano nº 151, do Município de Serra Alta, na extensão de 20,00 metros; ao Sudeste, com a Rua Marechal Deodoro da Fonseca, na extensão de 20,00 metros.

Art. 2º - A cessão de uso de que trata esta Lei será pelo prazo de 20 (vinte) anos, podendo ser prorrogado, desde que haja interesse das partes.

Art. 3º - As ações decorrentes da execução do objeto da presente Lei não resultarão em ônus para o Município.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013.

Art. 5º - Fica revogada a Lei Municipal nº 981/2013 e as demais disposições em contrário.

Serra Alta (SC), 13 de abril de 2017.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

LEI MUNICIPAL 1.080/2017

LEI MUNICIPAL Nº 1.080, DE 13 DE ABRIL DE 2017.

“ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 1.013, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014, QUE IMPLANTA O PROGRAMA DE INCENTIVO AGROPECUÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas na Lei Orgânica Municipal, faz saber, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O item 1.1.1.2, do artigo 1º, da Lei Municipal nº 1.013/2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

1.1.1.2- Sementes de pastagens. A semente será disponibilizada conforme o movimento econômico na produção de leite, ficando também incluídos os produtores de cereais, os proprietários de gado de corte, que não desenvolvam atividade leiteira, contemplados no incentivo mínimo (00000-15000), conforme tabela que segue abaixo:.

Média litros	Sementes kg		
Ano	Aveia Preta	Azevem	Ervilhaca
00000 – 15000	120	50	-
15000 – 20000	160	75	25
20000 – 30000	200	100	50
30000 – 40000	240	125	75
40000 – 55000	280	150	100
55000 – 70000	320	175	125
70000 – 90000	360	200	150
90000 >	400	225	175

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013, ficando revogadas às demais disposições em contrário.

Serra Alta (SC), 13 de abril de 2016.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

Sul Brasil

PREFEITURA

DECRETO 087/2017

DECRETO Nº.087 DE 13 DE ABRIL DE 2017

DISPÕE SOBRE ADMISSÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, DANIELA SIGNOR, APROVADA NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017, PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 9º da Lei Municipal nº. 384, de 01 de junho de 2001, e Lei Complementar nº 385, de 01 de junho de 2001, alterada pela Lei Complementar nº 678 de 19.01.2009 e Edital nº 001/2017 - Concurso Público.

DECRETA:

Art. 1º.Fica nomeada servidora pública Municipal de Sul Brasil-SC, a partir da data de 17.04.2017, candidata aprovada no Concurso Público nº 001/2017, abaixo denominado, de acordo com o cargo e enquadramento que segue:

NOME: DANIELA SIGNOR

CPF : 081.548.769-06

CARGO: PROFESSOR DE ATIVIDADES DESPORTIVAS

CARGA HORÁRIA: 20 (VINTE) HORAS SEMANAIS

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria prevista no orçamento.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e esta vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
13 de abril de 2017.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO

Diretor do Departamento

DECRETO 088/2017

DECRETO Nº. 088 DE 13 DE ABRIL DE 2017

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DAS SERVIDORAS PÚBLICAS MUNICIPAIS FRANCIELI CRISTINA CAPRINI E ALINE APARECIDA GRAVE PROFESSORAS DE ENSINO INFANTIL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto nas Leis Municipais nº. 381, de 23 de maio de 2001, e Lei nº 384, de 01 de junho de 2001 e 344 de 31 de maio de 2000, alterada pela Lei 679 de 19 de janeiro de 2009.

D E C R E T A

Art. 1º. - Fica exonerada, as Servidoras Públicas Municipais de Sul Brasil-SC, FRANCIELI CRISTINA CAPRINI E ALINE APARECIDA GRAVE ocupantes do cargo temporário de PROFESSORA DE ENSINO INFANTIL, com Lotação na Secretaria Municipal Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,e esta Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º. - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil (SC),
13 de abril de 2017.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO

Diretor de Administração

Tangará

PREFEITURA

PR 04/2017

MUNICÍPIO DE TANGARÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2017

O Prefeito do Município de Tangará, Estado de Santa Catarina, comunica aos interessados que a licitação na modalidade Pregão Presencial nº 04/2017, a qual tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ARTESANATO PARA AS OFICINAS, DESENVOLVIDA PELO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL - CRAS. Os envelopes contendo as propostas de preços serão recebidos até as 14h00min do dia 02/05/2017, com abertura às 14h00min do mesmo dia. O edital e seus anexos podem ser obtidos na sede Administrativa do Município, sito a Av. Irmãos Piccoli, 267, Fone 49 3532-1522.

Tangará-SC, 13 de Abril de 2017.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

Tijucas

PREFEITURA

DECRETO Nº 1232/2017

DECRETO Nº 1232, 17 DE ABRIL DE 2017

Anula e suplementa dotações orçamentárias da Administração Direta.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 82 inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, em atendimento a recomendação contábil e de conformidade com a Lei nº 2675, 13 de abril de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular em R\$ 2.334.000,00 (dois milhões trezentos e trinta e quatro mil reais) as dotações orçamentárias que seguem:

04 – SECRETARIA DE OBRAS, TRANSP. E SERVIÇOS PÚBLICOS
01 – Divisão de Obras e Serviços Industriais
1545100047.1001 – Pavimentação de Ruas
(28) 4.4.90.00 – Aplicação Direta
R\$ 211.000,00
(69) 4.4.90.00 – Aplicação Direta
R\$ 300.000,00

175120053.1006 – Ampliação e Construção de Rede de Esgoto
(37) 4.4.90.00 – Aplicação DiretaR\$ 49.000,00
(38) 4.4.90.00 – Aplicação DiretaR\$ 250.000,00

06 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
01 – Divisão de Ensino e Apoio ao Estudante
123610033.1013 – Construção de Quadra de Esportes
(106) 4.4.90.00 – Aplicação Direta
R\$ 150.000,00
(107) 4.4.90.00 – Aplicação Direta
R\$ 150.000,00

123610035.1014 – Ampliação da rede Física do Ensino Fundamental
(108) 4.4.90.00 – Aplicação Direta
..R\$ 200.000,00
(109) 4.4.90.00 – Aplicação Direta
R\$ 265.000,00
(110) 4.4.90.00 – Aplicação Direta
R\$ 100.000,00
(111) 4.4.90.00 – Aplicação Direta
R\$ 259.000,00

123650036.1017 – Ampliação da Rede Física do Ensino Infantil
(115) 4.4.90.00 – Aplicação Direta
R\$ 400.000,00

Art. 2º Por conta das anulações referidas no artigo anterior ficam suplementadas as dotações orçamentárias que seguem:

04 – SECRETARIA DE OBRAS, TRANSP. E SERVIÇOS PÚBLICOS
03 – Divisão de Obras e Serviços Públicos
267820084.2015 – Manutenção e Funcionamento da S.O.T.S.P
(72) 3.3.90.00 – Aplicação Direta
.. R\$ 550.000,00
(166) 3.3.90.00 – Aplicação Direta

.. R\$ 260.000,00

06 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

01 – Divisão de Ensino e Apoio ao Estudante
123610030.2022 – Manutenção do Ensino Fundamental
(92) 3.3.90.00 – Aplicação Direta
..R\$ 915.000,00
(93) 3.3.90.00 – Aplicação Direta
R\$ 409.000,00
(90) 3.3.90.00 – Aplicação Direta
..R\$ 200.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tijucas (SC), 17 de abril de 2017.

Elói Mariano Rocha

Prefeito do Município

DECRETO Nº 1233/2017

DECRETO Nº 1233, 17 DE ABRIL DE 2017

Anula e suplementa dotações orçamentárias do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Saneamento de Tijucas.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 82 inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, em atendimento a recomendação contábil e de conformidade com a Lei nº 2676, 13 de abril de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular em R\$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais) as dotações orçamentárias que seguem:

15 – SAMAE
01 – SAMAE
175120055.1023 – Ampliação e Modernização da Rede de Abastecimento de Água
(1) 4.4.90.00.00.02.0097 – Aplicação Direta
R\$ 200.000,00
175120055.1030 – Construção da Sede Própria do SAMAE
(4) 4.4.90.00.00 – 02.0097 – Aplicação DiretaR\$ 340.000,00

Art. 2º Por conta das anulações referidas no artigo anterior fica suplementada a dotação orçamentária que segue:

15 – SAMAE
01 – SAMAE
175120055.2055 – Manutenção e Funcionamento da Rede de Abastecimento de Água
(8) 3.390.00.02.0097 – Aplicação Direta
.. R\$ 540.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tijucas (SC), 17 de abril de 2017.
Elói Mariano Rocha
Prefeito do Município

EDITAL DE CONVOCAÇÃO À ADMISSÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 029/EDITAL 001/2016 – PROCESSO SELETIVO PÚBLICO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO À ADMISSÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 029/EDITAL 001/2016 – PROCESSO SELETIVO PÚBLICO

A Secretária de Educação, considerando os resultados do Processo Seletivo Edital 001/2016 devidamente homologado através da Portaria nº 960/2016, publicada em 01/03/2016, em sintonia com a necessidade de contratação temporária de excepcional interesse público, conforme Processo nº 19405/2017, convoca os classificados, para CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA, pelo prazo e condições que serão definidos no momento da apresentação, devendo eles comparecerem no período de 13/04/2017 até às 17 horas do dia 20/04/2017, na Secretaria Municipal de Educação, munidos dos seguintes documentos originais acompanhados de cópia legível conforme edital disponível no site.

Informações Complementares: Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados na Secretaria de Educação, sito a Rua Cel. Büchelle, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

Tijucas, 13 de abril de 2017

Neide Maria Reis – Secretária Municipal de Educação

EDITAL DE CONVOCAÇÃO À ADMISSÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 054/EDITAL 001/2015 – PROCESSO SELETIVO PÚBLICO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO À ADMISSÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 053/EDITAL 001/2015 – PROCESSO SELETIVO PÚBLICO

A Secretária de Educação, considerando os resultados do Processo Seletivo Edital 001/2015 devidamente homologado através da Portaria nº 001/2016, publicada em 04/01/2016, em sintonia com a necessidade de contratação temporária de excepcional interesse público, conforme Processo nº 19185/2017, convoca os classificados, para CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA, pelo prazo e condições que serão definidos no momento da apresentação, devendo eles comparecerem no período de 03/04/2017 até às 17 horas do dia 07/04/2017, na Secretaria Municipal de Educação, munidos dos seguintes documentos originais acompanhados de cópia legível conforme edital disponível no site.

Informações Complementares: Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados na Secretaria de Educação, sito a Rua Cel. Büchelle, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

Tijucas, 03 de abril de 2017

Neide Maria Reis – Secretária Municipal de Educação

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/FME/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/FME/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/FME/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/FME/2017

Objeto: Contratação de Profissional Habilitado na Área de Esportes para Ministrar Aulas de Tae-kwon-do Durante o Período de 09 (Nove) Meses, da Fundação Municipal de Esporte, do Município de Tijucas/SC.

Tipo: Menor Preço Por Item

Data de Abertura: 02 de maio de 2017, as 08h00;

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.
ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 052/PMT/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/PMT/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 052/PMT/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/PMT/2017

Objeto: Aquisição de Parque e Grama Sintética para Creche Bem Te Vi, da Secretaria Municipal de Educação, do Município de Tijucas/SC.

Tipo: Menor Preço Por Item;

Data de Abertura: 02 de maio de 2017, as 10h00;

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.
ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

Timbó

PREFEITURA

AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 06 2017 FCT - COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO E BEBIDA PARA FESTIVAL DE DANÇA

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2017 FCT

OBJETO: contratação de pessoa(s) jurídica(s) para comercialização de alimentação e bebida objetivando a composição da praça de alimentação do evento Festival de Dança, que acontecerá no período de 04 a 07 de maio de 2017, junto ao Pavilhão de Eventos Henry Paul, disponibilizando toda estrutura de atendimento, mão de obra, mobiliário, equipamentos, utensílios e demais objetos necessários, venda de tíquetes e limpeza do local, de acordo com as condições previstas nos anexos do edital. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 09h00min do dia 28 de abril de 2017. ABERTURA: dia 28 de abril de 2017 às 09h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

Timbó, 13 de abril de 2017

JORGE R. FERREIRA

Diretor Presidente Fundação Cultural de Timbó

AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 07 2017 FCT - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FESTIVAL DE DANÇA

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2017 FCT

OBJETO: prestação de serviços de sonorização, iluminação cenográfica, projeção de imagens e vídeo, locação de telão e linóleo para dança, para o Festival de Dança de Timbó 2017 que acontecerá do dia 04 a 07 de maio de 2017 com disponibilização de equipamentos e estrutura mínima requerida. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 14h30min do dia 28 de abril de 2017. ABERTURA: dia 28 de julho de 2017 às 14h40min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

Timbó, 13 de abril de 2017

JORGE R. FERREIRA

Diretor Presidente FCT

AVISO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 04 2017 FMS - REMOÇÃO DE PACIENTES POR MEIO DE AMBULÂNCIA

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 04/2017 FMS

OBJETO: registro de preços para serviço móvel de transporte terrestre, apto a realizar remoções de pacientes de média, baixa, e alta complexidade, de todas as idades, por meio de ambulâncias, pelo período de 12 (doze) meses. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 14h30min do dia 02 de maio de 2017. ABERTURA: dia 02 de maio de 2017 às 14h40min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central

de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

Timbó (SC), 13/04/2017

DEISE ADRIANA NICHOLLETTI MENDES

Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social

AVISO TOMADA DE PREÇO N.º 03 2017 FUMTRAN - SEMI PÓRTICOS

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE TOMADA DE PREÇO Nº 03/2017 FUMTRAN

OBJETO: contratação de empresa(s) para fornecimento e instalação de sinalização vertical (semi pórticos) na malha viária do município conforme Termo de Referência (Anexo I) do edital. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 09h00min do dia 02 de maio de 2017. ABERTURA: dia 02 de maio de 2017 às 09h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

TIMBÓ/SC, 12 de abril de 2017

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços

CONVOCAÇÃO ASSINATURA ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 20 2017 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 20/2017 – PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, os representantes legais das licitantes REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME, CNPJ nº 79.912.788/0001-62; BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP, CNPJ nº 01.150.822/0001-11; HONORATO TADEU LAGO DA SILVA ME, CNPJ nº 72.485.352/0001-95; SUPERAR LTDA ME, CNPJ nº 13.482.516/0001-61; ADL COMERCIAL EIRELI EPP, CNPJ nº 15.267.298/0001-78; MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME, CNPJ nº 15.275.465/0001-22; COML. VITORIA LTDA ME, CNPJ nº 18.138.763/0001-69; RICHESSE MOVEIS LTDA. – EPP, CNPJ nº 20.265.303/0001-43; RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME, CNPJ nº 21.304.312/0001-69; FISTAROL PRESTADORA DE SERVICOS EIRELI – ME, CNPJ nº 20.524.233/0001-09 e GILMAR SANI - ME, CNPJ nº 14.588.459/0001-62 a comparecer para assinatura das respectivas atas de registro de preço, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;

DATA: até 25/04/2017

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17h.

Timbó, 13 de abril de 2017.

DÉBORA BARTH

Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 2014.143

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 2014/143 – PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, TIM CELULAR S/A, CNPJ nº. 04.206.050/0001-80, a comparecer para assinatura do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 2014/143 oriundo do citado processo licitatório nº 99/2014, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;

DATA: até 24/04/2017

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 13 de abril de 2017.

DÉBORA BARTH

Central de Licitações

EXTRATO CONTRATO 2013.03 - 03 - FMS

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 2013/03 - 03

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADO: Adriana da Silva Porto.

OBJETO: Serviços de confecção e fornecimento personalizado de prótese odontológica.

VALOR ESTIMADO: R\$ 85.950,00 (oitenta e cinco mil e novecentos e cinquenta reais)

PRAZO: 11/04/2017 a 08/04/2018

Data da Assinatura: 11/04/2017

DEISE ADRIANA NICHOLLETTI MENDES

Secretária Municipal de Saúde

EXTRATO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 03-04.2017 - PANIFICADORA STARKE

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ

EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO

CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº. 03-04/2017

CONTRATANTE: Município de Timbó, através da Fundação Cultural de Timbó.

CONTRATADO: Panificadora Starke Ltda - Epp.

OBJETO: Credenciamento de pessoas jurídicas para comercialização de cucas anexo ao Pavilhão de Eventos Henry Paul objetivando o "1º Festival de Cucas de Timbó", juntamente à programação da Páscoa no Parque 2017, disponibilizando toda estrutura de atendimento, mão de obra, utensílios e demais objetos necessários para a comercialização e venda de tíquetes.

DATA DA ASSINATURA: 06/04/2017.

PRAZO: 06/04/2017 até 09/04/2017.

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente FCT

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 61.2016 PMT- GREENPAV

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DE TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 61/2016 PMT

CONTRATANTE: Município de Timbó, através do Fundo Municipal de Trânsito e do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE.

CONTRATADO: Greenpav Engenharia e Construções Eireli Epp.

OBJETO: Acréscimo de 600 metros ao item 01 (corte de asfalto, requadro, incluindo limpeza das paredes cortadas); Acréscimo de 180 M3 ao item 02 (escavação de material inservível, retirada de material, com transporte e espalhamento no bota-fora); Acréscimo de 300 M2 ao item 03 (regularização e compactação de sub-leito); Acréscimo de 60 M3 ao item 04 (aterro com macadame, até ao greide definido para a pavimentação, incluindo compactação), Acréscimo de 45 M3³ ao item 05 (camada de rachão, espessura mínima de 30cm, incluindo compactação); Acréscimo de 63 M3 ao item 06 (base de brita graduada, espessura mínima de 20cm, incluindo compactação); Acréscimo de 300 M2 ao item 07 (pintura de ligação) e Acréscimo de 18 M3 ao item 08 (camada de revestimento com C.A.U.Q., faixa "C", E=5cm compactada).

DATA DA ASSINATURA: 04/04/2017.

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário Municipal de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços

JAIME JOEL AVENDANO JARA

Diretor Presidente SAMAE

LEI Nº 2864, DE 17 DE ABRIL DE 2017

LEI Nº 2864, DE 17 DE ABRIL DE 2017

Autoriza o Município de Timbó a repassar recursos financeiros do FUNREPOM ao FUMPOM para aquisição de armamento aos policiais militares de Timbó.

JORGE AUGUSTO KRÜGER, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Município de Timbó fica autorizado a repassar recursos do Fundo de Reequipamento da Polícia Militar - FUNREPOM ao Fundo de Melhorias da Polícia Militar – FUMPOM (CNPJ nº 13.925.994/0001-07), no valor de até R\$ 150.000,00 (Cento e Cinquenta Mil Reais), para aquisição de 04 (quatro) unidades de Kit Elite Z 2.0 do Dispositivo Elétrico Incapacitante Spark; 40 (quarenta) unidades de cartuchos de lançamento de dardos energizados; 01 (um) Data Kit Wifi; 100 (cem) cartuchos plásticos AM-403/P; 03 (três) unidades de carabina 5,56 IA2; 03 (três) coletes masculinos tamanho P; 12 (doze) coletes masculinos tamanho M e 05 (cinco) coletes masculinos tamanho G; 1.200 (mil e duzentas) munições CBC calibre 5,56 x 45 O COMUM SS109A.

Art. 2º As despesas da presente lei correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

23.04.006.181.0048.1403	FUNREPOM	
23.04.006.181.0048.1403.	POLICIA MILITAR	
23.04.006.181.0048.1403.	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS – FUNREPOM	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
443000.00	TRANSFERENCIAS A ESTADOS E AO DIST. FEDERAL	
0.30000	SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCICIO ANTERIOR	105.000,00
0.10000	RECURSOS ORDINÁRIOS	45.000,00
	Total	150.000,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 17 de abril de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER

Prefeito de Timbó/SC

LEI Nº 2865, DE 17 DE ABRIL DE 2017

LEI Nº 2865, DE 17 DE ABRIL DE 2017

Autoriza a concessão de auxílio financeiro à APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Timbó, e fornecimento de merenda escolar na forma que dispõe.

JORGE AUGUSTO KRÜGER, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º O Chefe do Poder Executivo do Município fica autorizado a conceder auxílio financeiro à APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Timbó, durante o exercício de 2017, no valor de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), através de ato administrativo, consignados no orçamento-programa 2017, na forma abaixo:

§1º - Recursos próprios: R\$ R\$ 148.497,92 (cento e quarenta e oito mil quatrocentos e noventa e sete reais e noventa e dois centavos), provenientes da seguinte dotação:

16.003.008.244.0088.2288 – FMAS – Fundo Mun. De Assist. Social - Manutenção do Serviço de Prestação Social para Deficientes, Idosos e suas Famílias

300000.00 – Despesas Correntes

330000.00 – Outras Despesas Correntes

335000.00 – Transf. a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos

335043.00 – Subvenções Sociais

010000 – Recursos Ordinários

§2º Recursos da União: R\$ 51.502,08 (cinquenta e um mil quinhentos e dois reais e oito centavos)

16.03.008.244.0088.2288.	Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS
16.03.008.244.0088.2288.	Serviços de Proteção Social Especial Média e Alta
16.03.008.244.0088.2288.	Manutenção do Serviço de Proteção Social para Deficientes Físicos
300000.00	Despesas correntes
330000.00	Outras despesas correntes
335000.00	Transferências a instituições privadas sem Fins lucrativos

013500

Transf.Sist.Único A.Social-SUAS/União

Art. 2º O valor de que trata o Art. 1º, § 1º deverá ser destinado exclusivamente ao custeio das despesas de manutenção das atividades da entidade e serão repassados por intermédio de depósito em conta específica aberta pela entidade beneficiada.

§1º O valor será repassados em parcela única no mês de maio de 2017;

§2º A entidade terá o prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados do recebimento do recurso para utilização dos valores e realização da respectiva prestação de contas;

§3º O presidente da entidade beneficiada é responsável pelos recursos repassados, devendo prestar contas nos termos do Decreto nº 3.080, de 15 de março de 2013, alterações e demais normas aplicáveis à espécie;

§4º A liberação dos valores fica condicionada à apresentação do processo de concessão, nos termos do Decreto nº 3.080, de 15 de março de 2013, alterações e demais normas aplicáveis à espécie;

§5º A não utilização dos valores no prazo de 180 (cento e oitenta dias) contados a partir da data de recebimento do recurso, assim como a ausência da apresentação do processo de concessão de que trata o Decreto nº 3.080, de 15 de março de 2013, alterações e demais normas aplicáveis à espécie, implicará no ressarcimento do numerário ao Poder Executivo.

Art. 3º O valor de que trata o Art. 1º, §2º será liberado conforme cronograma de desembolso do Governo Federal.

§1º A liberação dos valores fica condicionada à apresentação do processo de concessão, nos termos do Decreto nº 3.080, de 15 de março de 2013, alterações e demais normas aplicáveis à espécie;

§2º A entidade terá o prazo de até 30 (trinta) dias para utilizar o recurso repassado, dentro das finalidades específicas estabelecidas nesta lei e detalhadas nos projetos de cada entidade, conforme estabelecido em regulamento.

§3º A entidade terá o prazo de até trinta dias após o término do prazo de utilização do recurso repassado para prestar contas inerente ao recurso recebido, nos moldes estabelecidos em regulamento do poder concedente.

§4º A liberação de cada parcela subsequente, fica condicionada à efetiva prestação de contas dos valores da parcela antecedente.

§5º O presidente da entidade beneficiada é responsável pelos recursos repassados, devendo prestar contas da subvenção recebida nos termos do Decreto nº 3.080, de 15 de março de 2013 e demais normas aplicáveis à espécie.

Art.4º Fica autorizado ao Chefe do Poder Executivo Municipal, a fornecer à APAE, durante o exercício de 2017, merenda escolar no valor de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Art.5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 17 de abril de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

LEI Nº 2866, DE 17 DE ABRIL DE 2017

LEI Nº 2866, DE 17 DE ABRIL DE 2017

Autoriza a concessão de auxílio financeiro à Rede Feminina de Combate ao Câncer de Timbó.

JORGE AUGUSTO KRÜGER, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Prefeito fica autorizado a conceder auxílio financeiro à Rede Feminina de Combate ao Câncer, CNPJ nº 00.091.237/0001-25, sediada na rua Germano Brandes Sênior, nº 436, nesta cidade, no valor total de R\$ 35.300,00 (trinta e cinco mil e trezentos reais), destinado à manutenção de suas atividades no exercício de 2017.

§1º O valor deverá ser destinado exclusivamente ao custeio das despesas de manutenção das atividades da entidade mencionada neste artigo, e serão repassados por intermédio de depósito em conta específica aberta pela entidade beneficiada.

§2º Os valores serão repassados em parcela única no mês de maio de 2017;

§3º A entidade terá o prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados do recebimento do recurso para utilização dos valores e realização da respectiva prestação de contas;

§4º O presidente da entidade beneficiada é responsável pelos recursos repassados, devendo prestar contas nos termos do Decreto nº 3.080, de 15 de março de 2013, alterações e demais normas aplicáveis à espécie;

§5º A liberação dos valores fica condicionada à apresentação do processo de concessão, nos termos do Decreto nº 3.080, de 15 de março de 2013, alterações e demais normas aplicáveis à espécie;

§6º A não utilização dos valores no prazo de 180 (cento e oitenta dias) contados a partir da data de recebimento do recurso, assim como a ausência da apresentação do processo de concessão de que trata o Decreto nº 3.080, de 15 de março de 2013, alterações e demais normas aplicáveis à espécie, implicará no ressarcimento do numerário ao Poder Executivo.

Art. 2º A despesa com a execução desta lei correrá à conta do seguinte Projeto/Atividade, Elemento e Unidade Orçamentária do Orçamento Programa 2017, do Fundo Municipal de Saúde:

15.02.010.302.0072.2164 – FMS - Fundo Municipal de Saúde
15.02.010.302.0072.2164 – Assistência Hospitalar Ambulatorial
15.02.010.302.0072.2164 – Manutenção das Atividades ao MAC
300000.00 – Despesas Correntes
330000.00 – Outras Despesas Correntes
335000.00 – Transf. a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos
335043.00 – Subvenções Sociais

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 17 de abril de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

LEI Nº 2867, DE 17 DE ABRIL DE 2017

LEI Nº 2867, DE 17 DE ABRIL DE 2017

Autoriza a concessão de auxílio financeiro ao Clube dos Universitários de Timbó – CEUTI.

JORGE AUGUSTO KRÜGER, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Prefeito fica autorizado a conceder auxílio financeiro ao Clube dos Universitários de Timbó, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, CNPJ nº 83.634.469/0001-00, no valor total de R\$ 66.880,00 (sessenta e seis mil oitocentos e oitenta reais), destinado ao custeio parcial de suas atividades.

§1º O valor deverá ser destinado exclusivamente ao custeio das despesas de manutenção das atividades da entidade mencionada neste artigo, e serão repassados por intermédio de depósito em conta específica aberta pela entidade beneficiada.

§2º Os valores serão repassados em parcela única no mês de maio de 2017;

§3º A entidade terá o prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados do recebimento do recurso para utilização dos valores e realização da respectiva prestação de contas;

§4º O presidente da entidade beneficiada é responsável pelos recursos repassados, devendo prestar contas nos termos do Decreto nº 3.080, de 15 de março de 2013, alterações e demais normas aplicáveis à espécie;

§5º A liberação dos valores fica condicionada à apresentação do processo de concessão, nos termos do Decreto nº 3.080, de 15 de março de 2013, alterações e demais normas aplicáveis à espécie;

§6º A não utilização dos valores no prazo de 180 (cento e oitenta dias) contados a partir da data de recebimento do recurso, assim como a ausência da apresentação do processo de concessão de que trata o Decreto nº 3.080, de 15 de março de 2013, alterações e demais normas aplicáveis à espécie, implicará no ressarcimento do numerário ao Poder Executivo.

Art. 2º A despesa com a execução desta lei correrá à conta do seguinte Projeto/Atividade, Elemento e Unidade Orçamentária do Orçamento Programa 2017, da Secretaria da Articulação Política e Institucional:

02.01.004.122.0010.2004.	Secretaria da Articulação Política e Institucional	
02.01.004.122.0010.2004.	Assessoria do Gabinete;	
02.01.004.122.0010.2004.	Manutenção dos Gabinetes e Assessorias.	
300000.00	Despesas Correntes	
330000.00	Outras Despesas Correntes	
335000.00	Transf. a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos	
33504199	Outras Contribuições	

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 17 de abril de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER

Prefeito de Timbó/SC

CÂMARA MUNICIPAL

CONTRATO Nº 03/2017

Câmara Municipal de Timbó

Estado de Santa Catarina

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato – 03/2017

Dispensa de Licitação 02/2017

Contratante: Câmara Municipal de Timbó

Contratado: JR Saúde Ocupacional

Objeto: Realização dos serviços na área da saúde ocupacional, nos moldes do texto da NR 9 E NR 7, no exercício de 2017, consistente nos Exames Médicos Ocupacionais: Admissional, Retorno ao Trabalho, Mudança de Função, Dimensional, Exames Complementares decorrentes de avaliação clínica, Elaboração do Documento do PCMSO, PPRA E LTCAT, Elaboração do Relatório Anual de Acompanhamento para o Ministério do Trabalho, Revisão de Prontuários, Levantamento dos Riscos Ambientais aos trabalhadores daquele ambiente de trabalho, Atendimento a Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais, Monitoramento do meio ambiente do trabalho. Valor: Para realização dos serviços objeto desde contrato a Contratante pagará a contratada o valor de R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais).

Assinado: 12 de Abril de 2017 pela Câmara Municipal de Timbó (Douglas Emanuel Marchetti- Presidente) e JR Saúde Ocupacional Ltda – ME (Rodrigo Ochner- Administrador)

Parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Contas Públicas ao Projeto de Lei nº 04/2017

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAS PÚBLICAS

Projeto de Lei nº 04/17 – Autoriza a anulação e suplementação de valores em dotações orçamentárias e a abertura bem como a suplementação de Crédito Especial, no Orçamento Programa 2017, da Administração Direta.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Municipal Jorge Augusto Krüger

Relator: Vereador Adilson Mesch

I) RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo que autoriza a anulação, suplementação de valores e abertura de crédito especial em dotações orçamentárias no orçamento-programa 2016, da Administração Direta.

O projeto foi protocolizado nesta Secretaria Legislativa no dia 27 de março corrente, tendo sido despachado pelo Presidente da Mesa Diretora a esta Comissão no dia 28 de março em sessão ordinária. Foi protocolizado no dia 04 de abril, mensagem retificativa ao Projeto de Lei em pauta, tendo sido despachado pelo Presidente da Mesa Diretora a esta Comissão no dia 11 de abril em sessão ordinária. No dia 13 de abril, a Comissão teve como pauta o presente em sua reunião ordinária, exarando o parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Como bem salientado na exposição de motivos, se fazem necessários ajustes para adequar à Lei Orçamentária Anual a fim de possibilitar o empenhamento correto das despesas. No caso concreto, a proposição visa proceder com a anulação no valor de até R\$ 1.908.189,30 (um milhão, novecentos e oito mil, cento e oitenta e nove reais e trinta centavos) nas dotações orçamentárias de órgão da Administração Direta (Secretaria de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços; Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Agrícolas; Fundo Municipal de Trânsito). A conta desta anulação, será aberto crédito suplementar e crédito especial no mesmo valor, nas dotações orçamentárias da Administração Direta (Secretaria da Fazenda e da Administração Municipal; Fundo de Habitação de Timbó; Fundo Municipal de Turismo; Fundo Municipal de Trânsito). Também abre, a conta de superávit financeiro do exercício anterior, Crédito Especial no valor de R\$ 96.166,21 (noventa e seis mil, cento e sessenta e seis reais e vinte e um centavos) nas dotações orçamentárias de órgão da Administração Direta (Fundo Municipal de Trânsito). A mensagem retificadora traz a correção no art. 2º, ao número (equivoco de digitação), descrito no campo recursos ordinários, do Fundo Municipal de Turismo, passando de R\$ 275.000,00 para R\$ 374.000,00. As alocações pretendidas neste projeto não encontram óbice quando se destaca a fonte e consequente destinação de recursos, estando em conformidade com o Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município de Timbó e, por conseguinte, com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, que rege a contabilidade pública e com a Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar Federal nº 101 de 04 de maio de 2000.

III) CONCLUSÃO

VOTO DO RELATOR

Considerando o exposto, esse Relator resolve exarar o presente voto de forma favorável à aprovação da matéria.

Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votou com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador Carlos Adriano Krüger

Vereador John Adriano Schwartz

Sala das Comissões, em 13 de abril de 2017

Carlos Adriano Krüger

Presidente

John Adriano Schwartz

Vice-Presidente

Adilson Mesch

Relator

Parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Contas Públicas ao Projeto de Lei nº 15/2017

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAS PÚBLICAS

Projeto de Lei nº 15/17 – Autoriza a concessão de auxílio financeiro para manutenção de atividades da ACIMVI deste município.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Jorge Augusto Krüger
Relator: John Adriano Schwartz

I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo, que autoriza a concessão de auxílio financeiro à Associação Comercial e Industrial do Médio Vale do Itajaí - ACIMVI deste município. Respectivo Projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa em 27 de março. O Presidente da Mesa Diretora desta Casa Legislativa despachou o presente projeto a esta Comissão no dia 13 de abril, após manifestação por sua legalidade e constitucionalidade por parte da Comissão de Legislação, Justiça e Redação. No dia 13 de abril essa Comissão teve como pauta o presente em sua reunião exarando parecer que ora segue.
Esse é o relatório.

II- FUNDAMENTAÇÃO

Limitando-se a presente Comissão em sua competência estipulada no art. 56 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, a respeito do conteúdo do Projeto em análise, verifica-se a existência de previsão orçamentária para o ora pretendido, estando o projeto corretamente proposto por atender os requisitos da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964 e da Lei Complementar Federal 101 de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

**III - CONCLUSÃO
VOTO DO RELATOR**

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela aprovação do Projeto de Lei nº 15/2017.

Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:
Vereador Carlos Adriano Krüger
Vereador Adilson Mesch

Sala das Comissões, em 13 de abril de 2017
Carlos Adriano Krüger
Presidente- Relator

John Adriano Schwartz Adilson Mesch
Relator Membro

Parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Contas Públicas ao Projeto de Lei nº 17/2017

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAS PÚBLICAS

Projeto de Lei nº 17/17 – Altera a Lei 2846 de 14 de outubro de 2016, que aprovou a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, para o exercício de 2017.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Jorge Augusto Krüger.
Relator: Vereador Adilson Mesch

I) RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo, que altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, para o exercício de 2017.

O projeto foi protocolizado nesta Secretaria Legislativa no dia 05 de abril tendo sido despachado pelo Presidente da Mesa Diretora a esta Comissão no dia 11 de abril em sessão ordinária, conforme preconiza o art. 126 do Regimento Interno.

No dia 13 de abril esta Comissão teve como pauta o presente em sua reunião ordinária, exarando o parecer que ora segue.
Esse é o relatório.

II) FUNDAMENTAÇÃO

Verifica-se que o presente projeto atende aos preceitos legais da Lei Federal n.º 4.320/64, que rege a contabilidade pública, e da Lei Complementar Federal n.º 101/00, que dispõe acerca da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como atende o disposto no inciso VI, do artigo 167, da Constituição Federal, sendo pertinente, portanto sua aprovação.

**III) CONCLUSÃO
VOTO DO RELATOR**

Considerando o exposto, esse Relator resolve exarar o presente voto de forma favorável à aprovação da matéria.
Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:
Vereador Carlos Adriano Krüger
Vereador John Adriano Schwartz

Sala das Comissões, em 13 de abril de 2017
Carlos Adriano Krüger
Presidente

John Adriano Schwartz Adilson Mesch
Vice-Presidente Relator

Parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Contas Públicas ao Projeto de Lei nº 20/2017

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAS PÚBLICAS

Projeto de Lei nº 20/2017 – Altera a Lei nº 2846 de 14 de outubro de 2016, que aprovou a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, para o exercício de 2017.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Jorge Augusto Krüger.
Relator: Adilson Mesch

I) RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo, que altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, para o exercício de 2017.

O projeto foi protocolizado nesta Secretaria Legislativa no dia 10 de abril tendo sido despachado pelo Presidente da Mesa Diretora a esta Comissão no dia 11 de abril em sessão ordinária, conforme preconiza o art. 126 do Regimento Interno.

No dia 13 de abril esta Comissão teve como pauta o presente em sua reunião ordinária, exarando o parecer que ora segue.
Esse é o relatório.

II) FUNDAMENTAÇÃO

Verifica-se que o presente projeto atende aos preceitos legais da

Lei Federal n.º 4.320/64, que rege a contabilidade pública, e da Lei Complementar Federal n.º 101/00, que dispõe acerca da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como atende o disposto no inciso VI, do artigo 167, da Constituição Federal, sendo pertinente, portanto sua aprovação.

III) CONCLUSÃO VOTO DO RELATOR

Considerando o exposto, esse Relator resolve exarar o presente voto de forma favorável à aprovação da matéria.
Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:
Vereador Carlos Adriano Krüger
Vereador John Adriano Schwartz

Sala das Comissões, em 13 de abril de 2017
Carlos Adriano Krüger
Presidente

John Adriano Schwartz Adilson Mesch
Membro Relator

Orçamentárias do Município de Timbó e, por conseguinte, com a Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964, que rege a contabilidade pública e com a Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar Federal n.º 101 de 04 de maio de 2000.

III) CONCLUSÃO VOTO DO RELATOR

Considerando o exposto, esse Relator resolve exarar o presente voto de forma favorável à aprovação da matéria.
Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:
Vereador Carlos Adriano Krüger
Vereador John Adriano Schwartz

Sala das Comissões, em 13 de abril de 2017
Carlos Adriano Krüger
Presidente

John Adriano Schwartz Adilson Mesch
Membro Relator

Parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Contas Públicas ao Projeto de Lei nº 21/2017

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAS PÚBLICAS

Projeto de Lei nº 21/2017 – Autoriza a anulação e suplementação de valores em dotações orçamentárias no Orçamento - Programa 2017, da Administração Direta e Indireta.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Jorge Augusto Krüger.
Relator: Vereador Adilson Mesch

I) RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo, que autoriza a anulação, suplementação de valores e abertura de crédito especial em dotações orçamentárias no orçamento-programa 2017, da Administração Direta e Indireta.

O projeto foi protocolizado nesta Secretaria Legislativa no dia 10 de abril, tendo sido despachado pelo Presidente da Mesa Diretora a esta Comissão no dia 11 de abril em sessão ordinária, conforme preconiza o art. 126 do Regimento Interno.

No dia 13 de abril esta Comissão teve como pauta o presente em sua reunião ordinária, exarando o parecer que ora segue.
Esse é o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Como bem salientado na exposição de motivos, se fazem necessários ajustes para adequar à Lei Orçamentária Anual a fim de possibilitar o empenhamento correto das despesas. No caso concreto, a proposição visa proceder com a anulação no valor de até R\$ 148.497,92 (Cento e quarenta e oito mil, quatrocentos e noventa e sete reais e noventa e dois centavos) nas dotações orçamentárias de órgão da Administração Direta (Fundo Municipal de Assistência Social-FMAS). A conta desta anulação, será aberto crédito suplementar no mesmo valor, nas dotações orçamentárias da Administração Direta (Fundo Municipal de Assistência Social- FMAS). As alocações pretendidas neste projeto não encontram óbice quando se destaca a fonte e consequente destinação de recursos, estando em conformidade com o Plano Plurianual e Lei de Diretrizes

Três Barras

PREFEITURA

PREGÃO Nº. 09/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 10/2017.

EDITAL DE PREGÃO Nº. 09/2017.

Interessado: * SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO;

* SECRETARIA DE FINANÇAS;

* SECRETARIA DE AGRICULTURA;

* SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO;

* SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE;

* SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS;

* ADMINISTRAÇÃO DISTRITAL SÃO CRISTOVÃO;

* FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE;

* FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL;

Aos 12 dias do mês de abril do ano de 2017, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 – Centro – Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa AUTO MECANICA BRANSALES LTDA, CNPJ nº. 83.513.945/0001-34, com sede e foro na Cidade de Chapeco - SC, cito a Rua Sete de Setembro, 548 - Centro, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários.

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário
1	PNEU 175 / 70 / R13	UNIDADE	SEIBERLING	20,00	R\$142,60
21	PNEU 1100X22 LISO	UNIDADE	GOODRIDE	10,00	R\$961,71
39	CAMARA 17.5 X 25	UNIDADE	BRANSALES	12,00	R\$130,76
41	CAMARA 12,5 X 80 X 18	UNIDADE	BRANSALES	16,00	R\$58,55

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital nº. 09/2017 – Procedimento Administrativo nº. 10/2017, e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irredutíveis.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 12 de abril de 2017.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI Prefeito Municipal	AUTO MECANICA BRANSALES LTDA CNPJ nº. 83.513.945/0001-34 CONTRATADA
--	---

Testemunhas:

1 Nilton Avanir Hurmus 2 Priscila de Oliveira

PREGÃO Nº. 09/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 10/2017.

EDITAL DE PREGÃO Nº. 09/2017.

Interessado: * SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO;

* SECRETARIA DE FINANÇAS;

* SECRETARIA DE AGRICULTURA;

* SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO;

* SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE;

* SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS;

* ADMINISTRAÇÃO DISTRITAL SÃO CRISTOVÃO;

- * FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE;
* FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL;

Aos 12 dias do mês de abril do ano de 2017, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 – Centro – Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa MODELO PNEUS LTDA, CNPJ nº. 94.510.682/0001-26, com sede e foro na Cidade de Bento Gonçalves - RS, cito a Avenida Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, 56 – Bairro Planalto, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários.

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário
14	PNEU 275/80 R22,5 - MISTO	UNIDADE	BRIDGESTONE/M840 16L	30	R\$1.616,00
20	PNEU 1100/22 BORRACHUDO CINTURADO 16 LONAS	UNIDADE	PIRELLI/RT59 16L	20	R\$1.585,00
40	CAMARA 14 X 17,5	UNIDADE	TORTUGA/AD-1916	16	R\$140,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital nº. 09/2017 – Procedimento Administrativo nº. 10/2017, e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irredutíveis.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 12 de abril de 2017.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI Prefeito Municipal	MODELO PNEUS LTDA CNPJ nº. 94.510.682/0001-26 CONTRATADA
--	--

Testemunhas:

1 2
Nilton Avanir Hurmus Priscila de Oliveira

PREGÃO Nº. 09/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 10/2017.

EDITAL DE PREGÃO Nº. 09/2017.

Interessado: * SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO;
* SECRETARIA DE FINANÇAS;
* SECRETARIA DE AGRICULTURA;
* SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO;
* SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE;
* SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS;
* ADMINISTRAÇÃO DISTRITAL SÃO CRISTÓVÃO;
* FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE;
* FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL;

Aos 12 dias do mês de abril do ano de 2017, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 – Centro – Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa RODA BRASIL COMERCIO DE PEÇAS PARA VEICULOS LTDA, CNPJ nº. 06.889.977/0001-98, com sede e foro na Cidade de Concordia - SC, cito a Rua Tancredo de Almeida Neves, 5056 – Bairro São Cristóvão, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários.

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário
2	PNEU 175 / 70 R 14	UNIDADE	APOLLO AMAZER	32,00	R\$156,00
3	PNEUS 195/55 R15	UNIDADE	XBRI FASTWAY	32,00	R\$177,00
4	PNEU 195/65 R15	UNIDADE	XBRI FASTWAY	12,00	R\$295,00
5	PNEU 205/60 R16	UNIDADE	OVATION V1682	20,00	R\$264,00
6	PNEU 225/75 R16	UNIDADE	XBRI FORZA	28,00	R\$349,00
8	PNEUS 205/75 R16	UNIDADE	XBRI CARGO PLUS	40,00	R\$304,00
9	PNEUS 265/75 R16	UNIDADE	XBRI FORZA	12,00	R\$695,00

10	PNEU 185 R14	UNIDADE	XBRI CARGO PLUS	24,00	R\$267,00
11	PNEU 215/75 R17.5 BORRACHUDO	UNIDADE	GOODRIDE	20,00	R\$624,00
12	PNEU 215/75 R17.5 LISO	UNIDADE	LING LONG	12,00	R\$601,00
13	PNEU 275/80 R22.5 BORRACHUDO RADIAL	UNIDADE	JK	50,00	R\$1.249,00
15	PNEUS 275/80 R 22,5 LISO	UNIDADE	XBRI ECOWAY	20,00	R\$1.116,00
16	PNEU 295/80 R22,5 - MISTO	UNIDADE	XBRI ECOPLUS	16,00	R\$1.595,00
17	PNEU 295/80 R22,5 - BORRACHUDO	UNIDADE	XBRI ROBUSTO	28,00	R\$1.196,00
18	PNEU 750R16	UNIDADE	LING LONG	20,00	R\$527,00
19	PNEU 750R16 12 LONAS	UNIDADE	LING LONG	20,00	R\$527,00
23	PNEU 1000X20 LISO RADIAL	UNIDADE	APOLLO ENDURACE	16,00	R\$1.030,00
24	PNEU LISO 1000X20 COMUM.	UNIDADE	GOODRIDE	16,00	R\$924,00
25	PNEU 1300X24 16 LONAS	UNIDADE	SUPERGUIDER	16,00	R\$1.514,00
26	PNEU 1400X24 18 LONAS	UNIDADE	SUPERGUIDER	20,00	R\$3.209,00
28	PNEUS 12.4X24	UNIDADE	SUPERGUIDER	8,00	R\$1.246,00
33	PNEU 18.4X30	UNIDADE	SUPERGUIDER	6,00	R\$2.529,00
34	CAMARAS DE AR 1400X24	UNIDADE	BBW	30,00	R\$111,00
35	CAMARA DE AR PARA PNEUS 1100 R 22	UNIDADE	BBW	20,00	R\$66,00
36	CAMARA DE AR PARA PNEU 1000 X 20	UNIDADE	BBW	330,00	R\$58,00
37	CÂMARA 275/80 R22.5	UNIDADE	BBW	30,00	R\$69,00
38	CÂMARA 19.5X24	UNIDADE	BBW	20,00	R\$176,00
42	PROTETOR 22	UNIDADE	CARRETEIRO	16,00	R\$24,5000
43	PROTETOR 20	UNIDADE	CARRETEIRO	16,00	R\$21,00
44	PROTETOR 25	UNIDADE	CARRETEIRO	8,00	R\$109,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital nº. 09/2017 – Procedimento Administrativo nº. 10/2017, e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irrevogáveis.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 12 de abril de 2017.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI Prefeito Municipal	RODA BRASIL COMERCIO DE PEÇAS PARA VEICULOS LTDA CNPJ nº. 06.889.977/0001-98 CONTRATADA
--	---

Testemunhas:

1 Nilton Avanir Hurmus 2 Priscila de Oliveira

Treze Tílias

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PP 45/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 45/2017 – PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de locação de horas máquina de escavadeira para atender as necessidades da Secretaria de Transportes e Obras e Secretaria da Agricultura do município de Treze Tílias, em conformidade com as especificações do Anexo I.

O recebimento dos envelopes contendo a “proposta” e “documentação” será até as 09h00 min do dia 28/04/17, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH
Prefeito

DECRETO 2276

DECRETO N. 2.276/2017 DE 13 DE ABRIL DE 2017

REGULAMENTA AS PARCERIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS E AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, PARA A CONSECUÇÃO DE FINALIDADES DE INTERESSE PÚBLICO E RECÍPROCO, MEDIANTE A EXECUÇÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES PREVIAMENTE ESTABELECIDOS EM PLANOS DE TRABALHO, NOS TERMOS DAS LEIS FEDERAIS Nº 13.019, DE 2014 E 13.204, DE 2015 E DO DECRETO FEDERAL Nº 8726, DE 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS/SC, no uso de suas atribuições, conferidas pelo inciso III, do art. 74, da Lei Orgânica, com fundamento no que que estabelece o art. 19, inciso I, da Constituição Federal, artigos 16, 17 e 21, da Lei Federal nº 4.320, de 1964, arts. 25 e 26 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - LRF, Instrução Normativa nº 14, de 2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, e as determinações contidas nas Leis Federais nº 13.019, de 2014 e 13.204, de 2015 e do Decreto Federal nº 8726, de 2016; DECRETA:

Capítulo I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º A liberação dos recursos financeiros do Município às organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho, dar-se-á por meio de termo de colaboração ou termo de fomento quando, houver transferência de recursos financeiros, dentro dos limites das possibilidades financeiras consignadas no Orçamento Municipal, ou em acordos de cooperação, quando não houver transferência de recursos financeiros e em observância aos dispositivos das Leis Federais nº 13.019, de 2014 e 13.204, de 2015, do Decreto Federal nº 8726, de 2016 e outras normas ou regulamentos posteriores que deliberarem sobre a matéria.

Art. 2º Para fins deste Decreto, consideram-se as seguintes naturezas de concessão:

I - subvenções sociais: transferências de recursos destinados a atender despesas com ações a serem desenvolvidas por instituições privadas de caráter social, assistencial ou educacional, sem fins econômicos, de acordo com os art. 16, parágrafo único, e 17 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, observado o disposto no art. 26, da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 - LRF;

II - contribuições: transferências de recursos com a finalidade de atender despesas correntes as quais não correspondam diretamente em bens e serviços e não sejam reembolsáveis pela entidade, bem como as destinadas a atender as despesas de manutenção de entidades de direito privado de caráter comunitário, cultural, esportivo, social, saúde pública ou de classe e outros, sem finalidades econômicas e/ou lucrativas, observado, respectivamente, o disposto nos arts. 25 e 26 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - LRF; e

III - auxílios: cobertura de despesas de capital, destinadas a atender investimentos ou inversões financeiras de entidades privadas sem fins econômicos, de caráter comunitário, cultural, esportivo, social ou de classe e outros, observado, respectivamente, o disposto nos arts. 25 e 26, da Lei Complementar nº 101, de 2000 - LRF.

Art. 3º Para fins deste Decreto considera-se:

I - organização da sociedade civil: pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos que não distribui, entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;

II - unidade gestora: órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta, que representa o Município na celebração da parceria atinente à sua área institucional de atuação, a cujo titular o Chefe do Poder Executivo tenha delegado competência para tanto, correndo a despesa inerente à conta dos respectivos créditos orçamentários;

III - parceria: conjunto de direitos, responsabilidades e obrigações decorrentes de relação jurídica estabelecida formalmente entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividade ou de projeto expresso em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação;

IV - administrador público: agente público revestido de competência para assinar termos de colaboração, termo de fomento ou acordo de cooperação com organização da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, ainda que delegue competência a terceiros;

V - responsável pela unidade gestora: agente público ao qual foi delegada a competência pelo administrador público para assinar termos de colaboração, termo de fomento ou acordo de cooperação e ordenar as transferências financeiras para a organização da sociedade civil visando à consecução de finalidades de interesse público e recíproco;

VI - gestor: agente público responsável pela gestão da parceria celebrada por meio de termo de colaboração ou termo de fomento, designado por ato publicado em meio oficial de comunicação, com poderes de controle e fiscalização.

VII - termo de referência: documento no qual a unidade gestora responsável pelo termo de colaboração, termo de fomento ou acordo de cooperação, estabelece os requisitos pelos quais o serviço deve ser prestado ou o produto deve ser entregue por potenciais contratados; e

VIII - dirigentes: pessoas que detenham poderes de administração, gestão ou controle da organização da sociedade civil.

Capítulo II

DAS MODALIDADES DE PARCERIA

Art. 4º Termo de colaboração é o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias propostas pelo Município com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que envolvam a transferência de recursos financeiros.

Art. 5º Termo de fomento é o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pelo Município com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros.

Art. 6º Acordo de cooperação é o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pelo Município com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recursos financeiros.

§ 1º O acordo de cooperação poderá ser proposto pela Administração Pública municipal ou pela organização da sociedade civil.

§ 2º O acordo de cooperação será firmado entre o administrador público, permitida a delegação, com o dirigente máximo da organização da sociedade civil.

§ 3º O acordo de cooperação poderá ser prorrogado conforme o interesse público, hipótese que prescinde de prévia análise jurídica.

§ 4º São aplicáveis ao acordo de cooperação as regras e os procedimentos dispostos no Art. 6º, do Decreto nº 8.726 de 2016.

Art. 7º As parcerias respeitarão, em todos os seus aspectos, as normas específicas das políticas públicas setoriais relativas ao objeto da parceria e as respectivas instâncias de pactuação e deliberação.

Capítulo III

DOS PROCEDIMENTOS PARA O CHAMAMENTO PÚBLICO

Art. 8º A celebração de parceria entre o Município e as organizações da sociedade civil será realizada por chamamento público, tendo como objetivo selecionar organizações que tornem mais eficaz a execução do objeto, através da publicação de edital.

Parágrafo único. O chamamento público poderá selecionar mais de uma proposta, se houver previsão no edital.

Art. 9º O procedimento para celebração de parceria será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado pela Unidade Gestora responsável.

Art. 10 O edital do chamamento público deverá ser publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de sua abertura, contendo as seguintes exigências:

I - a dotação orçamentária que autoriza e viabiliza a celebração da parceria;

II - o tipo de parceria a ser celebrada;

III - o objeto da parceria;

IV - termo de referência;

V - as datas, os prazos, as condições, o local e a forma de apresentação das propostas;

VI - as datas e os critérios de seleção e julgamento das propostas, inclusive no que se refere à metodologia de pontuação e ao peso atribuído a cada um dos critérios estabelecidos, se for o caso;

VII - o valor previsto para a realização do objeto;

VIII - para a interposição de recursos administrativos admite-se a impugnação do edital, por qualquer parte interessada, desde que apresentada em até 5 (cinco) dias a contar da publicação, cujo teor deve ser analisado pelo responsável da Unidade Gestora em até 5 (cinco) dias, a contar da data do respectivo protocolo;

IX - havendo fundamento na impugnação, deverá ser publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município o motivo da revogação ou anulação do edital, de acordo com a Lei nº 8.666 de 1993;

X - a minuta do instrumento por meio do qual será celebrada a parceria; e

XI - de acordo com as características do objeto da parceria, medidas de acessibilidade para as pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida e idoso.

Art. 11 É vedado admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo em decorrência de qualquer circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto da parceria, admitidos:

I - a seleção de propostas apresentadas exclusivamente por concorrentes sediados ou com representação atuante e reconhecida na unidade da Federação onde será executado o objeto da parceria;

II - o estabelecimento de cláusula que delimite o território ou a abrangência da prestação de atividades ou da execução de projetos, conforme estabelecido nas políticas setoriais.

Art. 12 Poderá ser dispensada, a critério da unidade gestora, dispensável a realização do chamamento público:

I - no caso de urgência decorrente de paralisação ou iminência de paralisação de atividades de relevante interesse público, pelo prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, realizadas no âmbito de parceria já celebrada;

II - nos casos de guerra, calamidade pública, grave perturbação da ordem pública ou ameaça à paz social;

III - quando se tratar da realização de programa de proteção a pessoas ameaçadas ou em situação que possa comprometer a sua segurança, bem como, programas-serviços que acolhem pessoas em situação de vulnerabilidade social por determinação judicial;

IV - no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pela unidade gestora da respectiva política pública, cumprindo as normativas específicas.

Parágrafo único. Para fins de aplicação do inciso IV deste artigo, consideram-se credenciadas as organizações da sociedade civil que atendam ao procedimento definido e instaurado pela unidade gestora responsável pelos serviços de educação, saúde e assistência social, independentemente de chamamento público, com vistas a reunir documentação mínima exigida em legislação para a execução das atividades nas respectivas áreas.

Art. 13 O chamamento público será considerado inexigível, nas seguintes situações, sem prejuízo de outras:

I - na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações, em razão da natureza singular do objeto do plano de trabalho ou quando as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica;

II - nos casos de autorização em lei que identifique expressamente, decorrente de emenda parlamentar, a entidade beneficiária ou que estejam nominalmente identificadas na Lei Orçamentária Anual, nas transferências de recursos a título de subvenção para organizações da sociedade civil.

Art. 14 Nas hipóteses dos arts. 12 e 13 deste Decreto, a ausência de realização do chamamento público será expressamente justificada pelo responsável pela unidade gestora.

§ 1º Sob pena de nulidade do ato de formalização de parceria, o extrato da justificativa previsto no caput deste artigo deverá ser publicado na mesma data em que for efetivado, no Diário Oficial Eletrônico do Município, a fim de garantir ampla e efetiva transparência.

§ 2º Admite-se a impugnação à justificativa, por qualquer cidadão ou entidade interessada, desde que apresentada por protocolo na unidade gestora responsável pelo edital, em até 5 (cinco) dias a contar da publicação, cujo teor será analisado pela Unidade Gestora responsável pela parceria, em até 5 (cinco) dias, da data do respectivo protocolo.

§ 3º Havendo fundamento na impugnação, será revogado ou anulado, devendo ser publicado no Diário Oficial do Município, o ato que

declarou a dispensa ou considerou inexigível o chamamento público, e será imediatamente iniciado o procedimento para a realização do chamamento público, conforme o caso.

§ 4º A dispensa e a inexigibilidade de chamamento público, não afastam a exigência dos requisitos previstos nos incisos do art. 28, e demais dispositivos deste Decreto.

Art. 15 Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto neste Decreto.

Capítulo IV DA ATUAÇÃO EM REDE

Art. 16 Desde que previsto em edital, será permitida a atuação em rede por duas ou mais organizações da sociedade civil, mantida a integral responsabilidade da organização celebrante do termo de fomento ou de colaboração, desde que possua:

I - mais de 5 (cinco) anos de inscrição no CNPJ; e

II - capacidade técnica e operacional para supervisionar e orientar diretamente a atuação da organização que com ela estiver atuando em rede.

Art. 17 A organização da sociedade civil que assinar o termo de colaboração ou termo de fomento deverá celebrar termo de atuação em rede para repasse de recursos às não celebrantes, devendo a celebrante, no ato da respectiva formalização:

I - verificar, nos termos do edital, a regularidade jurídica e fiscal da organização não celebrante do termo de colaboração ou do termo de fomento, devendo comprovar tal verificação na prestação de contas; e

II - comunicar ao responsável pela Unidade Gestora do termo de colaboração ou termo de fomento, em até 60 (sessenta) dias, a partir da formalização do termo de atuação em rede.

Capítulo V DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Art. 18 Fica instituído o Procedimento de Manifestação de Interesse Social como instrumento por meio do qual as organizações da sociedade civil, movimentos sociais e cidadãos poderão apresentar propostas ao responsável pela Unidade Gestora diretamente vinculada com a área de atuação do projeto pretendido, para que este avalie a possibilidade de realização de um chamamento público objetivando a celebração de parceria.

Parágrafo único. O Procedimento de Manifestação de Interesse Social deve conter:

I - identificação do subscritor da proposta;

II - indicação do interesse público envolvido; e

III - diagnóstico da realidade que se quer modificar, aprimorar ou desenvolver e, quando possível, indicação da viabilidade, dos custos, dos benefícios e dos prazos de execução da ação pretendida.

Art. 19 O Procedimento de Manifestação de Interesse Social tem por objetivo permitir a oitiva da sociedade sobre ações de interesse público e recíproco, que não coincidam com projetos ou atividades que sejam objeto de chamamento público ou de parceria, em curso no âmbito da administração pública municipal.

§ 1º A realização de chamamento público ou a celebração de parceria não depende da realização do Procedimento de Manifestação de Interesse Social.

§ 2º A Manifestação de Interesse Social não dispensa a convocação por meio de chamamento público para a celebração de parceria.

§ 3º A proposição ou a participação no Procedimento de Manifestação de Interesse Social não impede a organização da sociedade civil de participar no eventual chamamento público subsequente.

Art. 20 Para apresentação da proposta de abertura do Procedimento de Manifestação de Interesse Social, o interessado deverá apresentar a documentação elencada nos incisos I e II do art. 28 deste Decreto.

Art. 21 A avaliação da proposta de instauração do Procedimento de Manifestação de Interesse Social observará, no mínimo, as seguintes etapas:

I - análise de admissibilidade da proposta, com base nos requisitos previstos no art. 20, deste Decreto;

II - decisão sobre a instauração ou não do Procedimento de Manifestação de Interesse Social, após verificada a conveniência e a oportunidade pela unidade gestora responsável;

III - se instaurado o Procedimento de Manifestação de Interesse Social, haverá oitiva da sociedade sobre o tema; e

IV - manifestação da administração pública municipal responsável sobre a realização ou não do chamamento público, proposto no Procedimento de Manifestação de Interesse Social.

§ 1º A partir do recebimento da proposta de abertura do Procedimento de Manifestação de Interesse Social, apresentada de acordo com o art. 20, deste Decreto, a administração pública municipal terá o prazo de até seis meses para cumprir as etapas previstas neste artigo.

§ 2º As propostas de instauração do Procedimento de Manifestação de Interesse Social serão divulgadas no sítio eletrônico oficial do Município.

Capítulo VI DAS VEDAÇÕES

Art. 22 Ficará impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria prevista neste Decreto a organização da sociedade civil que:

I - não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional;

II - esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;

III - tenha como dirigentes, membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal na qual será celebrado o termo de colaboração ou o termo de fomento, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

IV - que possuir, em seus quadros de direção, sócios ou membros, pessoas vinculadas aos órgãos, departamentos e conselhos que aprovem, recomendem ou determinem o repasse das verbas públicas ou que possuam atribuição na análise, deliberação ou decisão quanto às prestações de contas;

V - tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 5 (cinco) anos, exceto se:

- a) for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados;
- b) for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição;
- c) a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo.

VI - tenha sido punida com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:

- a) suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;
- b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;
- c) suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contratos com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública municipal, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar parceria ou contratos com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea "c" do inciso VI, deste artigo;

VII - tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecurável, nos últimos 8 (oito) anos; e

VIII - tenha entre seus dirigentes pessoa:

- a) cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecurável, nos últimos 8 (oito) anos;
- b) julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em Comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;
- c) considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- d) pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a administração pública ou contra o patrimônio público, de crimes eleitorais para os quais a lei comine pena privativa de liberdade, de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores e de crimes contra os direitos e liberdades individuais.

§ 1º Nas hipóteses deste artigo, é igualmente vedada à transferência de novos recursos no âmbito de parcerias em execução, desde que precedida de expressa e fundamentada autorização do responsável pela Unidade Gestora, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º Em quaisquer das hipóteses previstas no caput, persiste o impedimento para celebrar parceria enquanto não houver o ressarcimento do dano ao erário, pelo qual seja responsável a organização da sociedade civil ou seu dirigente.

§ 3º Não serão considerados débitos, os que decorram de atrasos na liberação de repasses pela administração pública ou que tenham sido objeto de parcelamento, se a organização da sociedade civil estiver em situação regular no parcelamento.

§ 4º A vedação prevista no inciso III, do art. 22 deste Decreto, não se aplica à celebração de parcerias com entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades referidas naquele inciso, sendo vedado que a mesma pessoa figure no termo de colaboração, no termo de fomento ou no acordo de cooperação simultaneamente como dirigente e administrador público.

Art. 23 É vedada a celebração de parcerias previstas neste Decreto que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente, delegação das funções de regulação, de fiscalização, de exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas de Estado.

Art. 24 Não será firmado termo de colaboração, termo de fomento ou acordos de cooperação com as entidades inadimplentes com suas prestações de contas ou que aplicarem os recursos em desacordo com a legislação em vigor, tenham dado causa à perda, extravio, dano ou prejuízo ao erário, que tenha praticado atos ilegais, ilegítimos ou antieconômicos relacionados à aplicação de recursos públicos, ou dentro do prazo fixado no inciso VI, do art. 62 deste Decreto, tenha deixado de atender a notificação do órgão de controle interno, para regularizar a prestação de contas.

Capítulo VII

DO PLANO DE TRABALHO

Art. 25 O plano de trabalho deverá ser apresentado de acordo com o Anexo VI, deste Decreto e constar as seguintes obrigações:

I - descrição da realidade que será objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou projetos e metas a serem atingidas;

II - descrição de metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas e de atividades ou projetos a serem executados

III - a previsão de receitas e a estimativa de despesas a serem realizadas na execução das ações, incluindo os encargos sociais, trabalhistas, tributários e previdenciários e a discriminação dos custos indiretos necessários à execução do objeto;

IV - forma de execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas a eles atreladas;

V - os valores a serem repassados mediante cronograma de desembolso; e

VI - definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas.

Art. 26 O órgão ou a entidade da administração pública poderá autorizar ou propor a alteração do termo de fomento ou de colaboração ou do plano de trabalho, após, respectivamente, solicitação fundamentada da organização da sociedade civil ou sua anuência, desde que não haja alteração de seu objeto, da seguinte forma:

I - por termo aditivo à parceria para:

- a) ampliação de até vinte e cinco por cento do valor global;
- b) redução do valor global, sem limitação de montante;
- c) prorrogação da vigência; ou
- d) alteração da destinação dos bens remanescentes; ou

II - por certidão de apostilamento, nas demais hipóteses de alteração, tais como:

- a) utilização de rendimentos de aplicações financeiras ou de saldos porventura existentes antes do término da execução da parceria;
- b) ajustes da execução do objeto da parceria no plano de trabalho; ou
- c) remanejamento de recursos sem a alteração do valor global.

§ 1º Sem prejuízo das alterações previstas no caput, a parceria deverá ser alterada por certidão de apostilamento, independentemente de anuência da organização da sociedade civil, para:

- a) prorrogação da vigência, antes de seu término, quando o órgão ou a entidade da administração pública tiver dado causa ao atraso na liberação de recursos financeiros, ficando a prorrogação limitada ao exato período do atraso verificado; ou
- b) indicação dos créditos orçamentários de exercícios futuros.

§ 2º O órgão ou a entidade pública deverá se manifestar sobre a solicitação de que trata o caput no prazo de trinta dias, contado da data de sua apresentação, ficando o prazo suspenso quando forem solicitados esclarecimentos à organização da sociedade civil.

§ 3º No caso de término da execução da parceria antes da manifestação sobre a solicitação de alteração da destinação dos bens remanescentes, a custódia dos bens permanecerá sob a responsabilidade da organização da sociedade civil até a decisão do pedido.

Art. 27 De acordo com o previsto no art. 26 deste Decreto, o plano de trabalho poderá ter suas metas, etapas e valores ajustados, após solicitação formalizada e fundamentada pela organização da sociedade civil, pelo motivo por ela identificado na execução ou pela Unidade Gestora durante as ações de monitoramento e avaliação da parceria, desde que não haja alteração de seu objeto principal, nas seguintes situações:

I - quando necessário ao aperfeiçoamento da execução e a melhor consecução do objeto pactuado por termo aditivo; ou II - na ocorrência de ampliação dos recursos por suplementações orçamentárias, que não poderá ser superior ao valor inicial acordado, mediante celebração de termo aditivo. Capítulo VIII Da Documentação Exigida para Participar do Chamamento Público

Art. 28 Serão consideradas aptas, as organizações da sociedade civil que apresentarem a documentação abaixo elencada, isenta de vícios de qualquer natureza e que não tenham pendências de qualquer espécie para com o Município de Treze Tílias:

I - ofício dirigido ao responsável pela Unidade Gestora, solicitando o Termo de Colaboração ou Termo de Fomento com a devida justificativa do pedido (Anexo I);

II - preenchimento do formulário "Dados Cadastrais" (Anexo II);

III - cópia da Lei Municipal e/ou Estadual que reconhece a entidade como de Utilidade Pública, exceto as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público instituídas na forma da Lei Federal nº 9.790, de 1999, e cópia da Lei Federal quando houver;

IV - cópia do cartão do CNPJ atualizado, possuindo a organização da sociedade civil, no mínimo, um ano de existência, comprovando cadastro ativo;

V - certidão negativa de débito tributário de qualquer natureza junto ao órgão fazendário municipal; certidão quanto à dívida ativa da união conjunta; prova de regularidade para com a Fazenda Estadual; certidão negativa do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina; certidão negativa de convênio com a Fazenda Estadual; certidão negativa do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS; prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS e certidão de débito trabalhista;

a) caso se verifique irregularidade formal nas certidões negativas apresentadas ou quando estiverem com prazo de vigência expirado e novas certidões não estiverem disponíveis eletronicamente, a organização da sociedade civil será notificada para, no prazo de quinze dias, regularizar a documentação, sob pena de não celebração da parceria.

VI - certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil e cópia do estatuto registrado e de eventuais alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial;

VII - cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual;

VIII - relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com cópias de comprovante de residência, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Secretaria da Receita Federal - SRF de cada um deles;

IX - comprovação de que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado;

X - cópia das normas de organização interna (estatuto ou regimento interno) que prevejam expressamente:

a) objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social; e

b) a previsão de que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido à outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos desta lei e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta;

XI - apresentar escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as normas brasileiras de contabilidade;

XII - comprovar experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante;

XIII - apresentar declaração de que possui disponibilidade de instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas;

XIV - apresentar registro da organização da sociedade civil em Conselho Municipal, Estadual ou Federal, quando a legislação assim condicionar sua capacitação para atuar ou de firmar Parceria com a Administração Pública;

XV - declaração de que a organização não deve prestações de contas a quaisquer órgãos da Administração Pública Municipal, Estadual, Federal (Anexo III);

XVI - declaração que não emprega menor, conforme disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal de 1988. (Anexo IV);

XVII - declaração do representante legal da organização da sociedade civil informando que a organização e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas neste Decreto (Anexo V);

XVIII - declaração de atendimento ao inciso V, do art. 9º, da Lei Municipal nº 5.454, de 1998. (Anexo V - A); e

XIX - plano de trabalho (Anexo VI).

§ 1º As cópias deverão ser confrontadas com a documentação original e sua autenticação poderá ser feita pela própria unidade gestora a quem os documentos forem apresentados.

§ 2º Na celebração de acordos de cooperação, somente será exigido o requisito previsto na alínea "a", inciso X, deste artigo.

Art. 29 A experiência prévia solicitada no inciso XII, art. 28, deste Decreto, poderá ser comprovada por meio dos seguintes documentos:

I - instrumento de parceria firmado com órgãos e entidades da administração pública, cooperação internacional, empresas ou com outras organizações da sociedade civil;

II - relatório de atividades desenvolvidas;

III - notícias veiculadas na mídia em diferentes meios de comunicação sobre atividades desenvolvidas;

IV - publicações e pesquisas realizadas ou outras formas de produção de conhecimento;

V - currículo de profissional ou equipe responsável;

VI - prêmios locais ou internacionais recebidos; e

VII - atestados de capacidade técnica emitidos por redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos de políticas públicas e membros de órgãos públicos ou universidades.

Capítulo IX

DA COMISSÃO DE SELEÇÃO

Art. 30 A Comissão de seleção indicada pelo responsável da Unidade Gestora será nomeada por portaria, através da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, sendo composta por no máximo 5(cinco) membros, que deverá emitir parecer técnico com base na análise das propostas apresentadas no plano de trabalho e na documentação apresentada pela organização da sociedade civil.

§ 1º Será composta por 3/5 (três quintos) de seus membros servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo do quadro de pessoal do Município e deverá conter 2 (dois) membros da área vinculada ao desenvolvimento do projeto.

§ 2º Fica facultado ao servidor, a critério da Administração Pública, gratificação por exercício de atividades especiais, quando convocado por ato formal, de acordo com o art. 80 da Lei Complementar nº 63, de 2003.

§ 3º No ato formal de nomeação estará previsto quais membros serão o Presidente e o Secretário da Comissão de Seleção, responsáveis por conduzir os trabalhos;

§ 4º Serão impedidas de participar das comissões servidores que, nos últimos 5 (cinco) anos, tenham mantido relação jurídica com, ao menos, 1 (uma) das entidades participantes do chamamento público.

§ 5º Configurado o impedimento previsto no § 4º, deverá ser designado membro substituto que possua qualificação equivalente à do substituído.

Capítulo X

DA SELEÇÃO E JULGAMENTO

Art. 31 A seleção consistirá em duas etapas, na seguinte ordem:

I - julgamento das propostas apresentadas no plano de trabalho com preenchimento de atas contendo no mínimo as datas e os critérios objetivos de seleção, bem como, a metodologia de pontuação e o peso atribuído a cada um dos critérios estabelecidos, se for o caso;

II - abertura do envelope com os documentos da organização da sociedade civil selecionada, com o objetivo de verificar se a mesma atendeu as exigências documentais elencadas no art. 25 e no art. 28 deste Decreto, além de não incorrer nas vedações previstas no artigo 22, deste Decreto. a) quando as instalações forem necessárias para a realização do objeto pactuado, as condições físicas e materiais da entidade devem ser validadas pela Comissão de seleção através de visita in loco, podendo solicitar, quando necessário, apoio técnico especializado proveniente de outros órgãos ou entidades municipais.

III - encerrada as etapas dos incisos I e II, deste artigo, será lavrada a ata contendo, no mínimo, a pontuação, se for o caso, e a classificação das propostas, a indicação da proposta vencedora e demais assuntos que entender necessários;

IV - o responsável pela Unidade Gestora homologará e divulgará o resultado do julgamento no Diário Oficial Eletrônico do Município;

V - as organizações da sociedade civil terão prazo de cinco dias para interpor recurso administrativo sobre o resultado do edital, a contar da publicação.

VI - após o julgamento dos recursos ou o transcurso do prazo para interposição de recurso, o responsável pela Unidade Gestora deverá homologar e divulgar, no Diário Oficial Eletrônico do Município as decisões recursais proferidas e o resultado definitivo do processo de seleção;

VII - na hipótese de a organização selecionada não atender aos requisitos exigidos, aquela imediatamente mais bem classificada será convidada a aceitar a celebração de parceria nos mesmos termos ofertados para a concorrente desclassificada;

VIII - Caso a organização convidada nos termos do inciso VII deste artigo aceite celebrar a parceria, proceder-se-á a verificação dos documentos que comprovem o atendimento aos requisitos previstos;

IX - Caso a Comissão entenda haver necessidade, por motivo de força maior, a sessão poderá ser suspensa e, de imediato, nova data e hora será marcada. Isto ocorrendo, será lavrada ata justificando a necessidade da suspensão, dispensando, portanto, a obrigatoriedade contida no Inciso III deste artigo.

Art. 32 O julgamento deverá avaliar:

I - demonstração de que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil foram avaliados e são compatíveis com o objeto;

II - o plano de trabalho, a ser apresentado nos termos deste Decreto; e

III - emissão de parecer técnico da Comissão de seleção, que deverá pronunciar-se, de forma expressa, a respeito:

a) do mérito da proposta, em conformidade com a modalidade de parceria adotada;

b) da identidade e da reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria prevista;

c) da viabilidade de sua execução;

d) da verificação do cronograma de desembolso; e

e) da descrição de quais serão os meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos.

Art. 33 Obrigatoriamente deverá constar o parecer do Assessor do Sistema Jurídico acerca do plano de trabalho e da documentação, com observância das normas deste Decreto e da legislação específica, aprovando ou não a assinatura do termo de colaboração ou termo de fomento.

Art. 34 Caso o parecer técnico emitido pela Comissão de seleção ou o parecer jurídico concluam pela possibilidade de celebração da parceria com ressalvas, deverá o responsável pela Unidade Gestora sanar os aspectos ressalvados ou, mediante ato formal, justificar a preservação desses aspectos ou sua exclusão.

Capítulo XI

DOS PROCEDIMENTOS PARA A CELEBRAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DAS PARCERIAS

Art. 35 Para formalização das parcerias, as organizações da sociedade civil deverão apresentar os seguintes documentos:

I - comprovação de abertura ou de existência de conta corrente com a finalidade específica para movimentação dos recursos públicos em nome da organização da sociedade civil; e

II - declaração assinada pelo Presidente atual da entidade responsabilizando-se pelo recebimento, aplicação e prestação de contas dos recursos que receber à conta da parceria, bem como os da devida contrapartida (Anexo VII).

Art. 36 A formalização do termo de colaboração, termo de fomento ou de acordo de cooperação, conforme o caso, terá como cláusulas essenciais:

I - a descrição do objeto pactuado;

II - as obrigações das partes;

III - quando for o caso, o valor total e o cronograma de desembolso;

IV - Não será exigida contrapartida financeira como requisito para celebração de parceria, facultada a exigência de contrapartida em bens e serviços cuja expressão monetária será obrigatoriamente identificada no termo de colaboração ou de fomento;

V - a vigência e as hipóteses de prorrogação;

VI - a obrigação de prestar contas com definição de forma, metodologia e prazos;

VII - a forma de monitoramento e avaliação;

VIII - a obrigatoriedade de restituição de recursos, nos casos previstos neste Decreto;

IX - a designação de um gestor representante da Unidade Gestora para efetuar o acompanhamento e fiscalização do termo de colaboração, do termo de fomento ou do acordo de cooperação;

X - poderá determinar, se for o caso, a titularidade dos bens e direitos remanescentes na data da conclusão ou extinção da parceria e que, em razão de sua execução tenham sido adquiridos, produzidos ou transformados com recursos repassados pela administração pública;

XI - caso definida a titularidade dos bens, deverá ser observado o art. 23 do Decreto Federal nº 8.726 de 2016.

XII - a prerrogativa atribuída à administração pública para assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade;

XIII - a obrigação de a organização da sociedade civil manter e movimentar os recursos em conta bancária específica;

XIV - o livre acesso dos agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas a termos de colaboração ou a termos de fomento, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

XV - a faculdade dos partícipes rescindirem o instrumento, a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, além da estipulação de prazo mínimo de antecedência para a publicidade dessa intenção, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias;

XVI - a indicação do foro para dirimir as dúvidas decorrentes da execução da parceria, estabelecendo a obrigatoriedade da prévia tentativa de solução administrativa, com a participação de órgão encarregado de assessoramento jurídico integrante da estrutura da administração pública;

XVII - a responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

XVIII - a responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração ou de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução; e

XIX - constará como anexo do termo de colaboração, do termo de fomento ou do acordo de cooperação o plano de trabalho, que deles será parte integrante e indissociável.

Capítulo XII DAS PRORROGAÇÕES

Art. 37 A vigência da parceria poderá ser alterada mediante termo aditivo, que deve ser solicitada pela organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada na Unidade Gestora em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término do inicialmente previsto, vedada a alteração do objeto aprovado.

Parágrafo único. O termo aditivo de que trata o caput poderá ser prorrogado de ofício em caso de atraso na liberação dos recursos por parte da administração pública municipal, hipótese em que a prorrogação corresponderá ao período equivalente ao atraso e será regida pela legislação em vigor ao tempo da celebração da parceria.

Capítulo XIII DA NÃO LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Art. 38 As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas dentro dos limites das possibilidades financeiras consignadas no orçamento municipal, em conformidade com o respectivo cronograma de desembolso, exceto nos casos a seguir, nos quais ficarão retidas até o saneamento das impropriedades:

I - quando identificadas irregularidades na aplicação dos recursos e após a análise do contraditório e da ampla defesa;

II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, ou por inadimplemento da organização da sociedade civil em relação às obrigações estabelecidas no termo de colaboração ou termo de fomento; e

III - quando a organização da sociedade civil deixar de adotar, sem justificativa suficiente, as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo, no prazo definido em notificação.

Capítulo XIV DO GESTOR DO TERMO

Art. 39 O responsável pela Unidade Gestora designará um único Gestor, que será agente público da área vinculada ao termo de colaboração ou ao termo de fomento, responsável pela gestão da parceria, com poderes de controle e fiscalização, devendo este:

I - acompanhar e fiscalizar sua execução;

II - comunicar ao superior hierárquico a existência de indícios de irregularidades;

III - emitir parecer técnico conclusivo de análise das prestações de contas parciais, provisórias e final, de acordo com o relatório técnico emitido pela Comissão de monitoramento e avaliação, quando houver, que avalie quanto à eficácia e efetividade das ações em execução ou que já foram realizadas, sendo este parecer parte integrante da prestação de contas devendo obrigatoriamente mencionar:

- a) os resultados já alcançados e seus benefícios;
- b) os impactos econômicos ou sociais;
- c) o grau de satisfação do público-alvo; e
- d) a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

IV - na hipótese de o Gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o responsável pela Unidade Gestora deverá designar novo gestor que possua qualificação técnica equivalente à do substituído, assumindo, enquanto isso não ocorrer,

todas as obrigações do anterior, com as respectivas responsabilidades;

V - será impedido de participar como gestor da parceria pessoa que, nos últimos 5 (cinco) anos, tenha mantido relação jurídica com, ao menos, 1 (uma) das organizações da sociedade civil partícipes;

VI - a designação do Gestor será publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município;

Capítulo XV

DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 40 O responsável pela Unidade Gestora deverá indicar uma única Comissão de Monitoramento e Avaliação, nomeada por portaria, através da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, sendo composta por no máximo 5 (cinco) membros, que deverão monitorar e avaliar as parcerias celebradas com organizações da sociedade civil.

§ 1º Será composta por 3/5 (três quintos) de seus membros servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo do quadro de pessoal do Município e deverá conter 2 (dois) membros, sendo estes servidores efetivos, da área vinculada ao desenvolvimento do projeto.

§ 2º Fica facultado ao servidor, a critério da Administração Pública, gratificação por exercício de atividades especiais, quando convocado por ato formal, de acordo com o art. 80 da Lei Complementar nº 63, de 2003.

§ 3º No ato formal de nomeação estará previsto quais membros serão o Presidente e o Secretário da Comissão de Seleção, responsáveis por conduzir os trabalhos;

§ 4º Serão impedidas de participar das comissões as pessoas que, nos últimos 5 (cinco) anos, tenham mantido relação jurídica com, ao menos, 1 (uma) das entidades participantes do chamamento público.

§ 5º Configurado o impedimento previsto no § 4º, deverá ser designado membro substituto que possua qualificação equivalente à do substituído.

Art. 41 Deverá à Comissão de Monitoramento e Avaliação:

I - analisar e fiscalizar o andamento das parcerias; e

II - emitir relatório técnico contendo:

- a) descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
- b) análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
- c) valores efetivamente transferidos pela administração pública;
- d) análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pelas organizações da sociedade civil na prestação de contas;
- e) análise dos documentos comprobatórios referente às visitas in loco realizadas por esta Comissão;
- f) análise dos documentos das auditorias realizadas pelos controles internos e externos, quando houver no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.
- g) a comissão de monitoramento e avaliação poderá solicitar, quando necessário, apoio técnico especializado proveniente de outros órgãos ou entidades municipais.
- h) o órgão ou a entidade pública municipal poderá estabelecer uma ou mais comissões de monitoramento e avaliação, observado o princípio da eficiência.

§ 1º A comissão de monitoramento e avaliação se reunirá a fim de avaliar a execução das parcerias.

§ 2º A comissão de monitoramento e avaliação realizará visita técnica in loco para subsidiar o relatório técnico a ser emitido.

§ 3º A comissão de monitoramento e avaliação notificará previamente a organização da sociedade civil, no prazo mínimo de 3 (três) dias úteis anteriores à realização da visita técnica in loco.

§ 4º O resultado da visita in loco será circunstanciado em relatório de visita técnica in loco, que será registrado e enviado à organização da sociedade civil para conhecimento, esclarecimentos e providências, e poderá ensejar a revisão do relatório, a critério do órgão ou da entidade da administração pública municipal.

Art. 42 Os procedimentos de monitoramento e avaliação das parcerias celebradas devem ser efetuados preferencialmente antes do término da sua vigência, inclusive por meio de visitas in loco.

Parágrafo Único. Nas parcerias, a Comissão de monitoramento e avaliação realizará, sempre que possível pesquisa de satisfação com os beneficiários garantindo o sigilo da identidade dos que assim desejarem e utilizará os resultados como subsídio na avaliação e no cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas.

Art. 43 Sem prejuízo da fiscalização pela administração pública municipal e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelos conselhos das áreas correspondentes de atuação existentes. A fiscalização será efetuada preferencialmente antes do término da sua vigência, inclusive por meio de visitas in loco, com emissão de relatório técnico.

Art. 44 As parcerias de que trata este Decreto estarão também sujeitas aos mecanismos de controle social previsto em lei.

Capítulo XVI DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Art. 45 A liberação de recursos obedecerá os limites das possibilidades financeiras, consignadas no Orçamento do Municipal, e guardará consonância com as metas, fases e etapas de execução do objeto do termo de colaboração ou do termo de fomento.

§ 1º Os recursos serão depositados e geridos em conta bancária específica em instituição financeira pública federal.

§ 2º Quando houver a previsão de liberação de mais de uma parcela de recursos, a organização da sociedade civil deverá, para o recebimento de cada parcela:

I - disponibilizar as certidões negativas, quando as inicialmente apresentadas estiverem vencidas, de acordo com a alínea a do inciso V, do art. 28 deste Decreto, considerando regulares as certidões positivas com efeito de negativas;

II - estar adimplente em relação à prestação de contas e eventuais devoluções de valores; e

III - estar em situação regular com a execução do plano de trabalho de acordo com a análise da prestação de contas.

Capítulo XVII DA VEDAÇÃO DA DESPESA

Art. 46 As parcerias deverão ser executadas com estrita observância das cláusulas pactuadas, sendo vedado:

I - contratar, para prestação de serviços objeto da parceria, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

II - utilizar, ainda que em caráter emergencial, recursos para finalidade diversa da estabelecida no plano de trabalho;

III - realizar despesa em data anterior à vigência da parceria;

IV - realizar despesa em data posterior à vigência da parceria; Art. 47 É vedado o pagamento de juros, multas ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora do prazo, com recursos da parceria, salvo se decorrentes de atrasos da administração pública na liberação de recursos financeiros.

Capítulo XVIII DA TRANSPARÊNCIA E DO CONTROLE

Art. 48 A Unidade Gestora manterá, em sua plataforma eletrônica, no sítio oficial da Prefeitura Municipal de Treze Tílias a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento, com as seguintes informações:

I - data de assinatura e identificação do instrumento de parceria e do órgão da Unidade Gestora responsável;

II - nome da organização e seu número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da Secretaria da Receita Federal - SRF;

III - descrição do objeto da parceria;

IV - valor total da parceria e valores liberados, quando for o caso;

V - quando vinculados à execução do objeto e pagos com recursos da parceria, o valor total da remuneração da equipe de trabalho, as funções que seus integrantes desempenham e a remuneração prevista para o respectivo exercício;

VI - situação da prestação de contas da parceria, que deverá informar a data prevista para a sua apresentação, a data em que foi apresentada, o prazo para a sua análise e o resultado conclusivo; e

VII - a prestação de contas e todos os atos que dela decorram, permitindo a visualização por qualquer interessado.

Art. 49 A administração pública municipal deverá divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria.

Art. 50 A organização da sociedade civil deverá divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com a administração pública municipal, que contenham no mínimo as informações descritas no caput do art. 48 e seus incisos.

Parágrafo único. No caso de atuação em rede, caberá à organização da sociedade civil celebrante divulgar as informações de que trata o caput, inclusive quanto às organizações da sociedade civil não celebrantes e executantes em rede.

Capítulo XIX DA EXECUÇÃO DA DESPESA

Art. 51 Poderão ser pagas com recursos vinculados à parceria, desde que aprovadas no plano de trabalho e vinculadas com a demanda da política pública de cada Unidade Gestora, as despesas com:

I - remuneração da equipe dimensionada no plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da organização da sociedade civil, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo-terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas, desde que tais valores:

- a) correspondam às atividades previstas para a consecução do objeto e à qualificação técnica necessária para a execução da função a ser desempenhada;
- b) sejam compatíveis com o valor de mercado da região meio-oeste e observem os acordos e as convenções coletivas de trabalho e, em seu valor bruto e individual, o teto da remuneração do chefe do Poder Executivo Municipal;
- c) sejam proporcionais ao tempo de trabalho efetiva e exclusivamente dedicado à parceria celebrada.

II - diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija;

III - os custos indiretos necessários à execução do objeto, poderão incluir, entre outras despesas, aquelas com internet, transporte, aluguel, telefone, consumo de água e luz e remuneração de serviços contábeis e de assessoria jurídica;

IV - aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais;

a) caso a organização da sociedade civil adquira equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração da parceria, o bem será gravado com cláusula de inalienabilidade, e ela deverá formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública municipal, na hipótese de sua extinção.

§ 1º o pagamento de remuneração da equipe contratada pela organização da sociedade civil com recursos da parceria não gera vínculo trabalhista com o poder público municipal.

§ 2º considera-se equipe de trabalho o pessoal necessário à execução do objeto da parceria, que poderá incluir pessoas pertencentes ao quadro da organização da sociedade civil ou que vierem a ser contratadas, inclusive os dirigentes, desde que exerçam ação prevista no plano de trabalho aprovado, nos termos da legislação cível e trabalhista.

§ 3º não poderão fazer jus à remuneração de que trata este artigo pessoas naturais que tenham sido condenadas por crimes:

- a) contra a administração pública ou o patrimônio público;
- b) eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade;
- c) de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores; e
- d) contra direitos sociais e individuais.

§ 4º A inadimplência da organização da sociedade civil em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à administração pública municipal a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do termo de colaboração ou do termo de fomento ou restringir a sua execução.

§ 5º A inadimplência da organização da sociedade civil em decorrência de atrasos na liberação de repasses relacionados à parceria não poderá acarretar restrições à liberação de parcelas subsequentes.

Art. 52 O responsável pela Unidade Gestora somente poderá autorizar pagamento em data posterior ao término da vigência do termo de colaboração ou termo de fomento quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante o prazo legal.

Parágrafo único. Para efeitos do caput, fato gerador consiste na verificação do direito adquirido pelo beneficiário, fornecedor ou prestador de serviço, com base nos títulos e documentos comprobatórios do crédito.

Capítulo XX DA MOVIMENTAÇÃO E APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS

Art. 53 Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica na instituição financeira pública federal determinada pela administração pública municipal.

Parágrafo único. Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

Art. 54 A organização da sociedade civil terá o prazo de 60 (sessenta) dias para utilizar o recurso financeiro, contados a partir da data da transferência bancária efetuada pela Unidade Gestora.

Art. 55 Por ocasião da conclusão, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública municipal no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial, providenciada pela autoridade competente da administração pública municipal.

Art. 56 Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

Parágrafo único. Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.

Capítulo XXI DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 57 A prestação de contas é um procedimento de acompanhamento sistemático das parcerias com organizações da sociedade civil, para demonstração de resultados das metas, que conterá elementos que permitam verificar, sob os aspectos técnicos e financeiros, a execução integral do objeto e o alcance dos resultados previstos.

Art. 58 A organização da sociedade civil deverá utilizar os recursos recebidos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

§ 1º Para fins de prestação de contas de que trata o caput deste artigo, a entidade beneficiada contará com mais 10 (dez) dias para apresentação de comprovação e utilização final dos recursos.

§ 2º O disposto no caput não impede que o instrumento de parceria estabeleça prestações de contas provisórias a título de fiscalização e acompanhamento.

§ 3º Ocorrendo a prestação de contas de forma provisória, conforme previsto no § 1º deste artigo, o saldo remanescente será parte integrante da próxima prestação de contas.

Art. 59 O processo de prestação de contas de responsabilidade da organização da sociedade civil deverá ser individualizado por parcela e conter folhas sequenciais numeradas em ordem cronológica e deve ser composto dos documentos elencados abaixo:

I - capa (Anexo VIII) parte integrante deste Decreto;

II - ofício de encaminhamento da Prestação de Contas, dirigido ao responsável da Unidade Gestora, assinado pelo presidente da organização da sociedade civil. (Anexo IX) parte integrante deste Decreto;

III - plano de trabalho e aplicação dos recursos recebidos. (Anexo VI) parte integrante deste Decreto;

IV - declaração firmada por dirigente da entidade beneficiada acerca do cumprimento dos objetivos previstos, quanto à aplicação dos recursos repassados. (Anexo X) parte integrante deste Decreto;

V - relatório de Execução Financeira, assinado pelo seu representante legal e o responsável financeiro, com a relação das despesas e receitas efetivamente realizadas e vinculadas com a execução do objeto composto dos seguintes documentos:

- a) original do extrato bancário da conta específica mantida pela organização da sociedade civil beneficiada, evidenciando o ingresso e a saída dos recursos;
- b) cópia das transferências eletrônicas ou ordens bancárias vinculadas às despesas comprovadas;
- c) comprovante da devolução do saldo remanescente, por ventura existente, à Unidade Gestora;
- d) original dos comprovantes da despesa, emitidos em nome da organização da sociedade civil beneficiada (nota fiscal, cupom fiscal, guias de pagamento, folha de pagamento) com os devidos termos de aceite. (Anexo XI) parte integrante deste Decreto; e
- e) comprovante do recolhimento do DAM - Documento de Arrecadação Municipal, quando da utilização da Nota Fiscal Avulsa.

VI - relatório de Execução do Objeto, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do cronograma físico, com respectivo material comprobatório, tais como:

- a) lista de presença; e
- b) fotografias, vídeos ou outros suportes.

VII - declaração de recebimento do recurso e aplicação (Anexo VII).

Art. 60 A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas.

§ 1º Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

§ 2º Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua

conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

§ 3º A análise da prestação de contas deverá considerar a verdade real e os resultados alcançados.

Art. 61 O processo de prestação de contas de responsabilidade da Unidade Gestora deverá conter folhas sequenciais numeradas em ordem cronológica e deve ser composto dos documentos elencados abaixo:

I - relatório emitido pela Comissão de monitoramento e avaliação; e

II - parecer técnico emitido pelo gestor do termo de colaboração ou do termo de fomento.

Art. 62 A prestação de contas será analisada, quanto a sua regularidade, em função dos documentos dela integrantes.

I - Após o recebimento da prestação de contas, o processo deve ser encaminhado via protocolo à Comissão de Monitoramento e Avaliação, para a análise no prazo máximo de 20 (vinte) dias, devendo emitir relatório técnico e podendo solicitar diligências, que deverão durar por no máximo 10 (dez) dias, encaminhando posteriormente ao gestor;

II - o gestor, após apreciação dos relatórios citados no art. 59 e no inciso I do art. 60, deste Decreto, terá o prazo máximo de 10 (dez) dias para encaminhar a prestação de contas com seu parecer técnico ao Controle Interno, podendo o gestor solicitar novas diligências, com prazo máximo de 20 (vinte) dias para a emissão do parecer técnico.

III - Compete ao Controle Interno, analisar as prestações de contas, emitindo parecer de admissibilidade, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, podendo abrir diligência se necessário, quanto à consistência da documentação apresentada, à legalidade, à regularidade contábil e à legitimidade da aplicação dos recursos e sua consonância com o Plano de Trabalho e, havendo aprovação, encaminhará ao responsável pela Unidade Gestora, que terá o prazo máximo de 5 (cinco) dias para deferimento ou indeferimento da baixa contábil, tendo como base os pareceres técnicos, sendo permitida delegação a autoridade diretamente subordinada, vedada a subdelegação.

IV - Constatadas possíveis improbidades na prestação de contas, ou verificadas em diligências, o Controle Interno devolverá o processo ao Gestor, que terá o prazo máximo de 15 (quinze) dias para as devidas providências.

V - Em caso de permanência das irregularidades o processo deverá ser devolvido ao Controlador Geral do Município;

VI - A organização da sociedade civil terá o prazo máximo de 15 (quinze) dias, a partir do recebimento da notificação expedida pelo Controlador Geral, prorrogável no máximo por igual período, para a correção da prestação de contas, não conseguindo saná-las tornar-se-á inadimplente e deverá devolver os recursos, parcialmente ou integralmente, corrigido monetariamente, conforme análise, sujeitas à aplicação das sanções previstas no art. 72, deste Decreto.

VII - Em caso de devolução dos recursos ou saneamento da prestação de contas por parte da organização da sociedade civil, o responsável pelo Controle Interno Geral do Município certificará e encaminhará ao responsável pela Unidade Gestora para baixa contábil e arquivamento do processo.

Art. 63 As prestações de contas serão avaliadas:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas no plano de trabalho;

II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal de que não resulte em dano ao erário; e

III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes ocorrências:

- a) omissão no dever de prestar contas;
- b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
- c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; e
- d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

Art. 64 Vencido o prazo legal e não sendo prestadas as contas, ou não sendo aprovadas, sob pena de responsabilidade solidária, o responsável pela Unidade Gestora determinará a suspensão imediata da liberação de novos recursos e notificará a organização da sociedade civil em até 30 (trinta) dias, para que cumpra a obrigação ou recolha ao erário os recursos que lhe foram repassados, corrigidos monetariamente, na forma da legislação vigente. Não havendo saneamento das irregularidades ou omissões, o processo deverá ser encaminhado ao Controlador Geral do Município para as devidas providências.

Art. 65 O responsável pelo Controle Interno Municipal, no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados do recebimento do processo, notificará a entidade para sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º Rejeitada a prestação de contas e não efetuado a devolução dos recursos públicos será formalizada ao Chefe do Poder Executivo Municipal a instauração de Tomada de Contas Especial.

§ 2º A instauração da Tomada de Contas Especial, será realizada pela Unidade Gestora responsável pelo Controle Interno Geral do Município e seguirá os termos da Instrução Normativa nº 13 de 2012 do TCE-SC.

§ 3º Se no transcurso das providências determinadas no § 1º deste artigo a entidade devolver os recursos ou sanar as contas, o responsável

pelo Controle Interno Geral do Município certificará e as encaminhará para baixa contábil e arquivamento do processo, comunicando o fato ao órgão concedente.

§ 4º Enquanto não for encerrada a Tomada de Contas Especial, a organização da sociedade civil envolvida ficará impedida de receber recursos públicos do Município.

Art. 66 Será permitido o livre acesso dos servidores da Unidade Gestora correspondente ao processo, assim como os servidores do Controle Interno Municipal e do Tribunal de Contas de Santa Catarina, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados por este Decreto, bem como aos locais de execução do objeto.

Art. 67 A organização da sociedade civil deverá manter em seu arquivo os documentos que compõem a Prestação de Contas pelo prazo de 10 (dez) anos, contados a partir do dia útil subsequente ao da sua última apresentação.

Art. 68 O responsável pela Unidade Gestora responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas conforme o art. 63 deste Decreto, ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

Capítulo XXII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 69 A concessão de recursos públicos por meio de termo de colaboração ou de termo de fomento em desacordo com o presente Decreto, bem como o descumprimento dos prazos e providências nele determinados, sujeita o responsável pela Unidade Gestora e à organização da sociedade civil, às penalidades previstas na legislação em vigor e a devolução dos valores irregularmente liberados.

Art. 70 O responsável pelo Controle Interno Municipal está autorizado a expedir Instruções Normativas complementares, necessárias à aplicação das disposições estabelecidas neste Decreto.

Art. 71 Aplicam-se as disposições deste Decreto, no que couber, às relações da administração pública com entidades qualificadas como organizações da sociedade civil de interesse público, de que trata a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, regidas por termos de parceria.

Art. 72 Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas deste Decreto e da legislação específica, o responsável pela Unidade Gestora, garantida a prévia defesa, aplicará à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções: § 1º advertência: a sanção de advertência tem caráter preventivo e será aplicada quando verificadas impropriedades praticadas pela organização da sociedade civil no âmbito da parceria que não justifiquem a aplicação de penalidade mais grave.

§ 2º suspensão temporária: a sanção de suspensão temporária será aplicada nos casos em que forem verificadas irregularidades na celebração, execução ou prestação de contas da parceria e não se justificar a imposição da penalidade mais grave, considerando-se a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos que dela provieram para a administração pública municipal. a) a sanção de suspensão temporária impede a organização da sociedade civil de participar de chamamento público e celebrar parcerias ou contratos com órgãos e entidades da administração pública municipal por prazo não superior a 2 (dois) anos.

§ 3º declaração de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar termos de colaboração ou termos de fomento e contratos com órgãos e entidades, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública municipal pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo de 2 (dois) anos da aplicação da sanção.

I - As sanções previstas nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo poderão ser aplicadas pelo Controle Interno Geral do Município, cabendo recurso administrativo de reconsideração, no prazo de 15 dias.

I - Prescreve em 5 (cinco) anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

III - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

Art. 73 As organizações da sociedade civil suspensas ou declaradas inidôneas em razão da rejeição da prestação de contas de parceria da qual é celebrante, ficarão pendentes na Contabilidade Geral do Município enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, até que seja promovida reabilitação ou ocorra o ressarcimento à Administração Pública pelos prejuízos resultantes.

Art. 74 Aplicam-se, no que couber, a Lei Federal nº 13.019, de 2014, o Decreto Federal nº 8.726, de 2016, o art. 70, da Constituição Federal, de 1988, como também os Acórdãos do Tribunal de Contas de Santa Catarina e, subsidiariamente, o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e na legislação municipal correlata, aos processos administrativos relativos às parcerias de que trata este Decreto.

Art. 75 Os convênios e instrumentos congêneres existentes na data da entrada em vigor da Lei nº 13.019, de 2014, permanecerão regidos pela legislação em vigor ao tempo de sua celebração, sem prejuízo da aplicação subsidiária da Lei nº 13.019, de 2014, e deste Decreto, naquilo em que for cabível, desde que em benefício do alcance do objeto da parceria.

Art. 76 Os recursos transferidos através do termo de colaboração e do termo de fomento, quando a sua dotação orçamentária tiver origem vinculada a fundo constituído, a fiscalização também deve ser exercida pelo respectivo fundo e pelo respectivo Conselho Municipal.

Art. 77 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias/SC,
13 de abril de 2017.
MAURO DRESCH
Prefeito

Registrado e Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios.

IVO PAULO HARTMANN
Secretário de Administração e Finanças

ANEXO I, parte integrante do Decreto nº 2.276/2017, que regulamenta a Lei n. 13.019 de 2014, alterada pela Lei n. 13.204 de 2015.

OFÍCIO DE SOLICITAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO OU TERMO DE FOMENTO PARA PARTICIPAR DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Treze Tílias, de de

(Nome do Administrador Público responsável pela Unidade Gestora e Realizadora do Chamamento Público)

Exmo. Sr (a) Prefeito (a)
Ilmo. Sr (a) Secretário (a)

Cumprimentando cordialmente Vossa Excelência \ Vossa Senhoria, valho-me do presente para em nome da (nome da instituição, número do CNPJ e endereço atual completo) solicitar a participação no Chamamento Público conforme Edital n. XX.

Assinatura do Presidente ou Procurador

- Ofício em papel timbrado da instituição solicitante
- Carimbo com CNPJ
- Em caso de Procurador, anexar a procuração.

ANEXO II, parte integrante do Decreto nº 2.276/2017, que regulamenta a Lei n. 13.019 de 2014, alterada pela Lei n. 13.204 de 2015.

DADOS CADASTRAIS

1. DADOS DA ORGANIZAÇÃO:

Nome da Organização:

CNPJ:

Rua: Bairro: Cidade:

Complemento: Estado: CEP:

Telefone: Celular:

Email:

Site:

Lei que declara de utilidade pública nº

2. DO RESPONSÁVEL PELA ORGANIZAÇÃO:

Nome:

CPF:

Rua: Bairro: Cidade:

Complemento: Estado: CEP:

Telefone: Celular:

Email:

Site:

Eleito em: Vencimento do mandato:

2.1. DEMAIS MEMBROS DA DIRETORIA:

Nome:

CPF:

Rua: Bairro: Cidade:

Complemento: Estado: CEP:

Telefone: Celular:

Email:

Site:

2.2 CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Nome: Cargo:

2.3 CONSELHO FISCAL:

Nome: Cargo:

2.4 DADOS DO CORPO TÉCNICO:

Nome: Cargo:

3. HISTÓRICO DA ORGANIZAÇÃO:

Data da Fundação: ____/____/____

Sede: () Própria () Alugada () Cessão de uso

3.1. INFRA ESTRUTURA DA ORGANIZAÇÃO:

Possui veículo: () Sim () Não Quantidade:

Próprio () Alugado () Cedido ()

Possui bens imóveis: () Sim () Não

Descrição:

Forma de aquisição: Recursos próprios () Convênio () Doação ()

4. DADOS BANCÁRIOS:

Banco: Agência: Número da Conta:

5. DADOS DO CORPO TÉCNICO ENVOLVIDO NA EXECUÇÃO DO OBJETO:

Nome: Cargo:

☐ do registro no Conselho Profissional:**6. OUTROS PARTICÍPES (REDE)****6.1 DA ORGANIZAÇÃO**

CNPJ:

Rua: Bairro: Cidade:

Complemento: Estado: CEP:

Telefone: Celular:

Email:

Site:

Lei que declara de utilidade pública nº

6.2 DO RESPONSÁVEL PELA ORGANIZAÇÃO (REDE):

Rua: Bairro: Cidade:

Complemento: Estado: CEP:

Telefone: Celular:

Email:

Site:

Eleito em: Vencimento do mandato:

6.2.1 DEMAIS MEMBROS DA DIRETORIA (REDE):

Rua: Bairro: Cidade:

Complemento: Estado: CEP:

Telefone: Celular:

Email:

Site:

6.3 CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (REDE):

Nome: Cargo:

6.4 CONSELHO FISCAL (REDE):

Nome: Cargo:

6.5 DADOS DO CORPO TÉCNICO ENVOLVIDO NA EXECUÇÃO DO OBJETO (REDE):

Nome: Cargo:

☐ do registro no Conselho Profissional:

Assinatura do Presidente ou Procurador

- Documento em papel timbrado da instituição solicitante
- Carimbo com CNPJ
- Em caso de Procurador, anexar a procuração.

ANEXO III, parte integrante do Decreto nº 2.276/2017, que regulamenta a Lei n. 13.019 de 2014, alterada pela Lei n. 13.204 de 2015.

DECLARAÇÃO DE QUE A ORGANIZAÇÃO NÃO DEVE PRESTAÇÕES DE CONTAS A QUAISQUER ÓRGÃOS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS.

(DECLARAÇÃO UTILIZADA PARA TERMO DE FOMENTO, TERMO DE COLABORAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO, INEXIGIBILIDADE OU DISPENSA)

Declaro, que a Entidade não se encontra com pendências em prestações de contas perante a qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, sob pena de aplicação das sanções legais.

Treze Tílias, de de

Assinatura do Presidente ou Procurador

- Declaração em papel timbrado da instituição solicitante
- Carimbo com CNPJ
- Em caso de Procurador, anexar a procuração.

ANEXO IV, parte integrante do Decreto nº 2.276/2017, que regulamenta a Lei n. 13.019 de 2014, alterada pela Lei n. 13.204 de 2015.

DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR

(DECLARAÇÃO UTILIZADA PARA TERMO DE FOMENTO, TERMO DE COLABORAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO, INEXIGIBILIDADE OU DISPENSA)

A, inscrita no CNPJ n., por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a), portador (a) da Carteira de Identidade n e do CPF n , DECLARA, para os devidos fins do disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Treze Tílias, de de

Assinatura do Presidente ou Procurador

- Declaração em papel timbrado da instituição solicitante
- Carimbo com CNPJ
- Em caso de Procurador, anexar a procuração.

ANEXO V, parte integrante do Decreto nº 2.276/2017, que regulamenta a Lei n. 13.019 de 2014, alterada pela Lei n. 13.204 de 2015.

DECLARAÇÃO DA NÃO INCORRÊNCIA DE VEDAÇÕES

Declaro, para os devidos fins, que a Entidade e seus dirigentes não incorrem em qualquer das vedações previstas neste decreto.

Treze Tílias, de de

Assinatura do Presidente ou Procurador

- Declaração em papel timbrado da instituição solicitante
- Carimbo com CNPJ
- Em caso de Procurador, anexar a procuração.

ANEXO VI, parte integrante do Decreto nº 2.276/2017, que regulamenta a Lei n. 13.019 de 2014, alterada pela Lei n. 13.204 de 2015.

PLANO DE TRABALHO DO TERMO DE COLABORAÇÃO, TERMO DE FOMENTO NO CHAMAMENTO PÚBLICO, INEXIGIBILIDADE OU DISPENSA.

1 – Dados Cadastrais:

Nome da Organização Social:

CNPJ:

Conta Corrente nº: Agência nº: Banco:

Endereço: (Rua, Av., Serv. etc..) Número: CEP:

Bairro: Cidade:

Telefone: Fax: Endereço Eletrônico:

Lei que declara de utilidade pública nº:

Número de inscrição no Conselho Municipal da Assistência Social:

Número de inscrição no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

Número de inscrição no Conselho Municipal de Saúde

Número de inscrição no Conselho Municipal do Idoso:

Número de inscrição no Conselho Municipal de Educação:

Outros conselhos:

CEBAS (Número do processo que concedeu o último registro e validade):

1.2. Identificação Do Responsável Pela Organização Social

Nome do Presidente:

Número do RG Número do CPF:

1.3. Vigência de mandato da diretoria atual: de / / até / /**1.4. Áreas das atividades da organização social.**

- ☐ assistência sanitária;
☐ amparo à maternidade;
☐ proteção à saúde da criança;
☐ assistência a qualquer espécie de doentes;
☐ assistência à velhice e à invalidez;
☐ amparo à infância e à juventude em estado de abandono moral, intelectual ou físico;
☐ educação pré-primária, 1º grau e profissional;
☐ educação e reeducação de adultos;
☐ educação de excepcionais;
☐ amparo aos trabalhadores;
☐ cultivo das artes;
☐ patrimônio histórico-cultural e arquitetônico;
☐ intercâmbio cultural;
☐ difusão cultural;
☐ organização da juventude;
☐ educação ambiental;
☐ defesa do meio ambiente;
☐ entidades esportivas.

1.5. O Estatuto Social está de acordo com a Lei Federal nº 13.019/2014, alterada pela Lei Federal 13.204 2015

() Sim () Não Em adequação ()

1.6. Apresentação: (breve histórico da organização, quando iniciou, quantas diretorias, quais os projetos já desenvolvidos)**2. Descrição do Projeto:**

Diagnóstico: (identificação e qualificação da demanda) Diagnóstico da realidade que será o objeto das atividades. A justificativa deve fundamentar a pertinência e relevância do projeto como resposta a uma demanda da sociedade. Deve-se responder a questão: por que executar o projeto ressaltar os seguintes aspectos:

- a) Problema social, Manifestação Cultural, Modalidade Esportiva, que pretende desenvolver, manter ou solucionar;
 b) Impacto social do projeto e as transformações positivas e duradouras esperadas;
 c) Área geográfica em que o projeto será desenvolvido (localização, bairro, distrito, rua etc...).

2.1. Projeto:

Título do Projeto:

2.1.2 Período de execução: Início: Término:

2.1.3 Público Alvo: Indicar o público alvo, em conformidade com o estabelecido em edital, se houver, especificando o público a ser atendido, conforme a natureza dos serviços, programas e projetos.

Exemplo: Crianças de até 6 anos e seus familiares; a comunidade de _____; do Município de Treze Tílias, mantendo a manifestação cultural _____; crianças de 14 a 18 anos do Bairro _____; participação dos atletas nos Jogos Abertos de Santa Catarina, etc. Deverá ser especificado o número de pessoas atendidas. Deverá descrever, conforme o projeto, o número de pessoas capacitadas ou relacionadas com a ação.

2.1.4 Objetivo Geral: O que a Organização Social pretende alcançar ao final do Projeto. Deve ser escrito de forma clara, objetiva e sucinta. Este objetivo deve estar relacionado diretamente aos serviços, programas e projetos que a Organização Social pretende executar.

Exemplo: Festa _____, realizada na comunidade de _____ nos dias _____ de _____, com a participação de aproximadamente 10 mil pessoas, e da igreja local. Desta forma permanecendo a manifestação cultural.

Exemplo: Participação das modalidades (Futsal, Handebol, Vôlei e Judô) nos Jogos Abertos de Santa Catarina e competições nacionais:

3 - Cronograma De Execução (Meta, Etapa Ou Fase) (exemplos)

META	ETAPA	ESPECIFICAÇÃO	INDICADOR		DURAÇÃO	
			UNIDADE	QUANTIDADE	INÍCIO	FIM

1		TREINAMENTO DE ATLETAS	TREINAMENTO SEMANAL	12 MESES		
1	1	CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES	POR CONTRATO	3 PROFESSORES	jan/17	dez/17
1	2	COMPRA DE MATERIAIS ESPORTIVOS	MEIÕES, COLETES E CONES	20 MEIÕES, 24 COLETES, 12 CONES		
1		REALIZAÇÃO DA FESTA _____ NA COMUNIDADE _____	FESTA	1		
1	1	CONTRATAÇÃO DE SONORIZAÇÃO	CAIXAS E MICROFONES	4 CAIXAS E 3 MICROFONES	maio/17	ago/17
1	2	ALUGUEL DE TRAJES	CAMISAS E CALÇAS	10 CAMISAS E 10 CALÇAS		

4. Plano ANUAL de Aplicação Dos Recursos (Discriminar A Aplicação Dos Recursos) (tabela exemplo)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES EM REAIS					
			ÓRGÃO CONCEDENTE			
DESPESAS CORRENTES						
MATERIAL DE CONSUMO Ex:						
Gêneros Alimentícios			R\$ 1.500,00			
Combustíveis						
Higiene e Limpeza						
Material didático						
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA Ex:						
Contratação de Pessoal			R\$ 5.000,00			
Contratação de Instrutor						
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA Ex:						
Aluguel de ônibus			R\$ 500,00			
Contador						
Vale Transporte						
DESPESAS DE CAPITAL						
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE Ex:						
Máquina fotográfica			R\$ 4.000,00			
Equipamentos para treinamento						
Cadeira de rodas						
Bebedouros						
Computadores						
TOTAL GERAL			R\$ 11.000,00			

4.1 Plano MENSAL de Aplicação Dos Recursos (Discriminar A Aplicação Dos Recursos) (exemplo))

ESPECIFICAÇÃO	VALORES EM REAIS					
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
DESPESAS CORRENTES						
MATERIAL DE CONSUMO Ex:						
Gêneros Alimentícios						
Combustíveis						
Higiene e Limpeza						
Material didático						
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA Ex:						
Contratação de Pessoal						
Contratação de Instrutor						
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA Ex:						
Aluguel de ônibus						
Contador						
Vale Transporte						
DESPESAS DE CAPITAL						
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE Ex:						
Máquina fotográfica						
Equipamentos para treinamento						
Cadeira de rodas						
Bebedouros						
Computadores						
TOTAL GERAL						

ESPECIFICAÇÃO	VALORES EM REAIS					
	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
DESPESAS CORRENTES						
MATERIAL DE CONSUMO Ex:						
Gêneros Alimentícios						
Combustíveis						
Higiene e Limpeza						
Material didático						
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA Ex:						
Contratação de Pessoal						
Contratação de Instrutor						

OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA Ex:								
Aluguel de ônibus								
Contador								
Vale Transporte								
DESPESAS DE CAPITAL								
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE Ex:								
Máquina fotográfica								
Equipamentos para treinamento								
Cadeira de rodas								
Bebedouros								
Computadores								
TOTAL GERAL								

4.2 - Despesas Inerentes a todas as atividades

O plano de trabalho poderá incluir o pagamento de custos indiretos necessários à execução do objeto, em proporção nunca superior a 15% (quinze por cento) do valor total da parceria, desde que tais custos sejam decorrentes exclusivamente de sua realização.

Descrição Ex:	Valor Total R\$ Ex:
Internet	500,00
Transporte	50,00
Aluguel, assessoria jurídica	400,00
Telefone, serviços contábeis	700,00
TOTAL (15%)	1.650,00

5 – Cronograma de desembolso. Ex:

[illegible]

6 – Articulação em rede: Identificar as instituições e\ou organizações com as quais haverá articulação para o alcance dos objetivos propostos na execução do projeto.

INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO	NATUREZA DA INTERFACE	PERIODICIDADE

7 - Declaração:

Na qualidade de representante legal, para fins de prova junto a Prefeitura Municipal de Treze Tílias, para os efeitos e sob pena da Lei, que inexistirá qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Municipal ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, que impeça a transferência de recursos consignados no orçamento do Município na forma deste Plano de Trabalho.

Nestes Termos,

Pede deferimento

Local e Data:

Assinatura do Presidente ou Procurador

- Declaração em papel timbrado da instituição solicitante
- Carimbo com CNPJ
- Em caso de Procurador, anexar a procuração.

8 – Análise do Plano de Trabalho

8.1 Em casos de Inexigibilidade ou Dispensa

Responsável pela análise	() Aprovado	() Reprovado
Treze Tílias ____/____/____		
	Assinatura e Matrícula	

Administrador Público	() Aprovado	() Reprovado
Treze Tílias ____/____/____		
	Assinatura e Matrícula	

8.2 Em casos de Chamamento Público

Comissão de avaliação e monitoramento	() Aprovado	() Reprovado
Portaria de nomeação:		
Treze Tílias ____/____/____		
	Assinatura e Matrícula	

Administrador Público	() Aprovado	() Reprovado
Treze Tílias ____/____/____		
	Assinatura e Matrícula	

ANEXO VII, parte integrante do Decreto nº 2.276/2017, que regulamenta a Lei n. 13.019 de 2014, alterada pela Lei n. 13.204 de 2015.

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DO RECURSO E APLICAÇÃO

DECLARAÇÃO UTILIZADA PARA TERMO DE FOMENTO, TERMO DE COLABORAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO, INEXIGIBILIDADE OU DISPENSA

Na qualidade de representante legal do(a)com sede na, no Município de Treze Tílias/SC, inscrita no CNPJ sob o n., declaro para os devidos fins que receberemos a importância de R\$, dividida em (parcelas) conforme edital n cujo objeto é Me comprometo a prestar contas dos recursos que nos foram concedidos pelo município no prazo máximo de 70 (setenta dias), em conformidade com os preceitos estabelecidos pelo Decreto n. 17.361, de 2017, sob pena da aplicação das sanções legais.

Para maior clareza firmo a presente.

Treze Tílias/SC, de de

Assinatura do Presidente ou Procurador

- Declaração em papel timbrado da instituição solicitante
- Carimbo com CNPJ
- Em caso de Procurador, anexar a procuração.

ANEXO VIII, parte integrante do Decreto nº 2.276/2017, que regulamenta a Lei n. 13.019 de 2014, alterada pela Lei n. 13.204 de 2015.

CAPA

UTILIZADA PARA TERMO DE FOMENTO, TERMO DE COLABORAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO, INEXIGIBILIDADE OU DISPENSA.

Nome da Entidade:
Título do Projeto:
Número do Termo de Colaboração ou Termo de Fomento:
Valor transferido:
Número da parcela:
Número de folhas que constam no processo:
Nome do Responsável:
Contato: Fone/e-mail.

O formulário abaixo deve ser preenchido pela concedente no momento do recebimento da prestação de contas.

Receber somente com a apresentação de todos os itens abaixo.

Esta prestação de contas está organizada da seguinte forma:	Sim	Não
Ofício de encaminhamento ANEXO VIII		
Assinado pelo presidente da organização da sociedade civil e pelo responsável financeiro quando houver		
Prestação de contas organizada em folha A4		
As Folhas estão numeradas sequencialmente		
Plano de Trabalho ANEXO IX		
Declaração firmada por dirigente da entidade beneficiada acerca do cumprimento dos objetivos previstos, quanto à aplicação dos recursos repassados ANEXO X		
Relatório de execução financeira: ANEXO XI		
Balancete (Relação das despesas e receitas efetivamente realizadas)		
Assinado pelo seu Representante Legal e o Responsável Financeiro		
Original do extrato bancário da conta específica		
Original dos comprovantes das despesas emitidos em nome da organização da sociedade civil beneficiada com os devidos termos de aceite ANEXO XI		
Comprovante do recolhimento do DAM, quando da utilização da Nota Fiscal Avulsa.		
Relatório emitido pela Comissão de monitoramento e avaliação, exceto nos casos de inexigibilidade e dispensa do chamamento público. FALTA ANEXO		
Relatório de cumprimento dos objetivos FALTA ANEXO		
Fotografias do projeto, mídias eletrônicas, material visual promocional do evento.		

Data:	Nome, Matrícula e Assinatura do Servidor
-------	--

Assinatura do Presidente ou Procurador

- Capa e formulário em papel timbrado da instituição solicitante
- Carimbo com CNPJ
- Em caso de Procurador, anexar a procuração.

ANEXO IX, parte integrante do Decreto nº 2.276/2017, que regulamenta a Lei n. 13.019 de 2014, alterada pela Lei n. 13.204 de 2015.

OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO TERMO DE COLABORAÇÃO, TERMO DE FOMENTO NO CHAMAMENTO

PÚBLICO, INEXIGIBILIDADE OU DISPENSA.

Treze Tílias/SC, de de

(Nome do Administrador Público responsável pela Unidade Gestora e Realizadora do Chamamento Público)

Exmo. Sr (a) Prefeito (a)

Ilmo. Sr (a) Secretário (a) \ Superintendente

Cumprimentando cordialmente Vossa Excelência \ Vossa Senhoria, valho-me do presente para em nome da (nome da instituição, número do CNPJ e endereço atual completo) encaminhar a prestação de contas da parcela (colocar n. da parcela) do Termo de Colaboração ou do Termo de Fomento (colocar n.) no valor de R\$, referente ao Projeto

Desde já, declaramos que investimos os recursos conforme o Plano de Trabalho, que segue em anexo, acompanhada da documentação pertinente à prestação de contas do recurso público, recebido conforme estabelece o Decreto n. 17.361, de 2017.

Assinatura do Presidente ou Procurador

- Ofício em papel timbrado da instituição solicitante
- Carimbo com CNPJ
- Em caso de Procurador, anexar a procuração.

ANEXO X, parte integrante do Decreto nº 2.276/2017, que regulamenta a Lei n. 13.019 de 2014, alterada pela Lei n. 13.204 de 2015.

DECLARAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS PREVISTOS, TERMO DE COLABORAÇÃO, TERMO DE FOMENTO NO CHAMAMENTO PÚBLICO, INEXIGIBILIDADE OU DISPENSA.

Órgão/Entidade Beneficiada: CNPJ n.

Título do Projeto:

Início: Término:

Objetivo do Projeto:

Declaração:

Declaramos para os devidos fins de direito, especialmente para atender o disposto no Decreto n. 17.361, de 2017, que a entidade supra citada cumpriu plenamente os objetivos previstos no Plano de Trabalho apresentado quando da solicitação dos recursos.

Treze Tílias/SC, ____ / ____ / ____

Presidente da Entidade Responsável Financeiro
ou Procurador

- Declaração em papel timbrado da instituição solicitante
- Carimbo com CNPJ
- Em caso de Procurador, anexar a procuração

ANEXO XI, parte integrante do Decreto nº 2.276/2017, que regulamenta a Lei n. 13.019 de 2014, alterada pela Lei n. 13.204 de 2015.

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FINANCEIRA, TERMO DE COLABORAÇÃO, TERMO DE FOMENTO NO CHAMAMENTO PÚBLICO, INEXIGIBILIDADE OU DISPENSA.

BALANCETE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS					
(TERMO DE COLABORAÇÃO OU TERMO DE FOMENTO)					
CHAMAMENTO PÚBLICO, INEXIGIBILIDADE OU DISPENSA.					
MÊS	ANO	PARCELA	CONCEDENTE	DATA DEPÓSITO	Nº TERMO
ENTIDADE:					
ENDEREÇO:					
CEP:			FONE:		
RESPONSÁVEL:					
CPF:			VALOR:		

DOCUMENTOS						
Nº TRANSFERÊNCIA*	Nº NOTA FISCAL	DATA DE EMISSÃO DA NF	RECEBIMENTOS R\$		PAGAMENTOS R\$	
SALDO						
SALDO A DEVOLVER						
Treze Tílias/SC, de de 20 ____						
Presidente da Entidade Responsável Financeiro ou Procurador						
Lei Federal n 13.019/2014 alterada pela Lei Federal n 13.204/2015 Artigo 45, I e II Instrução Normativa N. TC-14/2012						

- Balancete em papel timbrado da instituição solicitante
- Carimbo com CNPJ
- Em caso de Procurador, anexar à procuração.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 43/2017

EXTRATO DE CONTRATO 43/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

CONTRATADO: E 3 EVENTOS E TREINAMENTOS EIRELI - ME

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a Exploração da Comercialização de bebidas alcoólicas e não alcoólicas ao público em geral, nos dias 21, 22 e 23 de abril, na área denominada arena de shows, durante a realização dos mesmos, nas dependências do Centro de Eventos, localizado na SC 465, durante a realização da V EXPOTÍLIAS.

PROCESSO LICITATÓRIO: Pregão Presencial nº 43/2017

DOTAÇÃO: A receita proveniente desta permissão integrará o orçamento da Administração Municipal através da Rúbrica Orçamentária 4.1.9.9.0.99.00.00.00.00.00.

VALOR: O valor a ser pago pela contratada ao Município é de R\$ 34.900,00 (Trinta e quatro mil e novecentos reais).

VIGÊNCIA: A vigência da será até 30/04/2017, contados da data da assinatura.

DATA ASSINATURA: 13/04/2017

TREZE TÍLIAS, 13/04/2017

Trombudo Central

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO 09/2017 PMTC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

DISPENSA DE LICITAÇÃO PMTC Nº 09/2017

DATA: 13/04/2017

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO EDIFICADO COM GALPÃO DOTADO DE INFRA-ESTRUTURA PARA FUNCIONAMENTO DE UMA MARCENARIA PARA ATENDER A DEMANDA DE REFORMAS DE MOVEIS E FABRICAÇÃO DE MOVEIS

VALOR TOTAL: R\$ 7.496,00 (sete mil quatrocentos e noventa e seis Reais)

CONTRATADA: Bernadete Ocker

EMBASAMENTO LEGAL: Artigo 24, Inciso X, Da Lei Federal 8666/93, E Demais Alterações Posteriores.

Trombudo Central, 13 de abril de 2017.

Geovana Gessner

Prefeita Municipal

Tunápolis

PREFEITURA

PORTARIA 10/2017 CV

PORTARIA Nº 010/2017

FIXA OS DIAS E HORÁRIOS DE TRABALHO DA ASSESSORA JURÍDICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TUNÁPOLIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ARNO MÜLLER, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno Cameral, RESOLVE:

Art. 1º Os dias e horários de trabalho da Assessora Jurídica da Câmara Municipal de Tunápolis serão os seguintes:

Nas segundas-feiras: das 13h15min às 21h00min.

Nas quartas-feiras: das 9 às 12h00min e das 12h30min às 17h30min.

Nas quintas-feiras: 13h15min às 17h30min.

Art. 2º Esta Portaria fica vinculada a Resolução nº 006/2015 de 05 de Maio de 2015, do Legislativo.

Art. 3º Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Tunápolis, em 11 de abril de 2017.

ARNO MÜLLER

Presidente

União do Oeste

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 37/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 37/2016

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n.º 37/2016, que fazem de um lado o MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 78.505.591/0001-46, com sede na Av. São Luiz, 531 - Centro CEP: 89845-000 – União do Oeste - SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Senhor CELSO MATIELLO, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa BRITTER RODOVIAS LTDA, com sede Rod BR-282 s/n KM539, Interior, Cordilheira Alta, SC, inscrita no CNPJ sob o nº. 95.849.279/0001-99 neste ato representada por seu representante legal Senhor EVANDRO BALDISSERA, portador do CPF N.º 721.894.289-04, doravante denominada de CONTRATADA, acordam firmar o presente Termo Aditivo, fundamentado na Cláusula sexta do contrato principal e Art. 57, Inciso II da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, conforme segue:

Cláusula Primeira. Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato supra citado para 31 de dezembro de 2017.

Cláusula Segunda. As demais cláusulas do Contrato Administrativo n.º 37/2016 permanecem inalteradas e válidas.

União do Oeste, SC, 13 de abril de 2017.

CELSO MATIELLO	BRITTER RODOVIAS LTDA
PREFEITO MUNICIPAL	EVANDRO BALDISSERA
P/CONTRATANTE	P/ CONTRATADA

Testemunhas:

01.	02
Nome: Marília Miorelli	Nome: Giane Smaniotto
CPF: 057.672.509-95	CPF: 060.416.089-55

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 28/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 28/2017
Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 28/2017
Tipo: Menor Preço/por item
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AULAS NA MODALIDADE ESPORTIVA DE TAEKWONDO, PARA ALUNOS DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE.
Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 28 de abril de 2017.
Abertura dos Envelopes: 08:45 horas do dia 28 de abril de 2017.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Avenida São Luiz - 531, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 7:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, fone (049) 3348 1202, pelo site: www.uniaodoeste.sc.gov.br , ou através do e-mail: compras@uniaodoeste.sc.gov.br
União do Oeste - SC, 17 de abril de 2017.
CELSO MATIELLO
PREFEITO MUNICIPAL

Urussanga

PREFEITURA

PRORROGAÇÃO DATA ENTREGA ENVELOPES REF EDITAL PL 07 2017 PMU PR 07 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

Comissão de Pregão

AVISO DE PRORROGAÇÃO DA DATA DE ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES REF PREGÃO N° 07/2017/FMS

Objeto: contratação de empresa especializada em Serviço de Comunicação de Internet via Fibra Óptica na Secretaria Municipal de Saúde do município de Urussanga, com velocidade de 10 Mbps de download e 10 Mbps de upload; bem como interligar as Unidades de Saúde a Secretaria via Fibra Ótica (MAN), com velocidade de 50 Mbps de download e 50 Mbps de upload, incluídos os equipamentos em comodato, instalação, configuração e todas as demais condições constantes do edital e seus anexos. Nova data de entrega dos envelopes: até às 14h30 do dia 28/04/2017. Nova data de abertura dos envelopes: as 14h30 do dia 28/04/2017, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 – Centro - Setor de Licitações. O edital com a referida alteração poderá ser acessado no site desta municipalidade no ícone licitações. Outras informações poderão ser obtidas através do telefone (48) 3465-1188

ROSANE ZATTA.Pregoeira

Vargem Bonita

PREFEITURA

PROCESSO 005/2017 PR 004/2017 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2017

OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de Peças e Serviços mecânicos objetivando a recuperação do Veículo VAN FIAT DUCATO MJS 4644, Diesel, Motor Multijet 2.3, 16V, ano de fabricação 2012, de propriedade do Município e a serviço da Secretaria Municipal de Saúde, consistindo na substituição e peças e aplicação de mão de obra, em conformidade com o Anexo I e Anexo II do Edital.

Tipo: Menor Preço.

Julgamento pelo Tipo: Menor Preço Global.

Sessão de Abertura e Julgamento das Propostas: Dia 28 de Abril 2017 às 14:00 horas.

Informações: Prefeitura Municipal de Vargem Bonita – SC, de Segunda a Sexta Feira, das 08:30 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas, na Rua Coronel Vitorio, 966, Centro. Fone: 49 3548-3000. Endereço eletrônico: compras@vargembonita.sc.gov.br.

Vargem Bonita, 13 de Abril de 2017.

ALDACIR SALETE DA SILVA DE OLIVEIRA

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Vidal Ramos

PREFEITURA

PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 40.2017 - TROFÉUS

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

Setor de Compras

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 40/2017

OBJETO: Constitui objeto do presente certame Eventual Aquisição de Troféus e Medalhas para premiação dos diversos campeonatos e torneios organizados pela Secretaria de Desporto e Lazer durante o ano de 2017.

REGIMENTO: A PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pelo PORTARIA Nº. 031 de 18 de fevereiro de 2016, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº. 40/2017, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93 e Lei complementar 123/06,

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 09h00min do dia 28 de abril de 2017.

CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANCES: Às 09h00min do dia 28 de abril de 2017, na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Gabinete do Prefeito.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, email: compras@prefeituravidalramos.com.br.

Vidal Ramos (SC), 13 de abril de 2017.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 13.916/17

DECRETO Nº 13.916/17, DE 06 DE ABRIL DE 2017.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.430/17 de 06 de abril de 2017.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 161.457,23 (cento e sessenta e um mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais e vinte e três centavos), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
Proj/Ativ – 2.063 – Atenção Básica	
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0064.9 – Aplicações Diretas	47.139,27
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0164.10 – Aplicações Diretas	81.317,96
15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
Proj/Ativ – 2067 – Programa DST/AIDS	
3.1.90.00.00.00.00.00.00.03.0066.18 – Aplicações Diretas	20.000,00
15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
Proj/Ativ – 2069 – Assistência Farmacêutica	
3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0070.0 – Aplicações Diretas	13.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	161.457,23

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro de 2016 e excesso de arrecadação de 2017.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 06 de abril de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de abril de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 13.919/17

DECRETO Nº 13.919/17, DE 10 DE ABRIL DE 2017.

Nomeia Chefe do Departamento de Serviços Urbanos

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, RAFAEL DE LIMA, para exercer o cargo comissionado de Chefe do Departamento de Serviços Urbanos, símbolo DAS-4, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 03 de abril de 2017.

Videira, 10 de abril de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de abril de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 13.921/17

DECRETO Nº 13.921/17, DE 10 DE ABRIL DE 2017.

Nomeia servidores efetivos para realizarem a atividade de Tesouraria do FASM – Fundo de Assistência Social e Médica e, do INPREVID – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Videira.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA - SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 50 da Lei Complementar nº 034/2004 e o artigo 79, §3º da Lei Complementar nº 023/2002,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeada, como Tesoureira do FASM – Fundo de Assistência Social e Médica, a servidora MARIA CRISTINA DE SOUZA.

Art. 2º Fica nomeada a servidora JULIANA WARTHA COLLE para realizar a atividade de Tesouraria do INPREVID – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Videira.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 10.915/14.

Videira, 10 de abril de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de abril de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 13.922/17

DECRETO Nº 13.922/17, DE 10 DE ABRIL DE 2017.

Exonera, a pedido, Empregado Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 6136/2017,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a pedido, CARINE TEREZINHA ROSA, do emprego público de Agente de Combate as Endemias– Estratégia Saúde da Família, nomeada pelo Decreto nº 12.411/15.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a partir de 05 de abril de 2017.

Videira, 10 de abril de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de abril de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 13.923/17

DECRETO Nº 13.923/17, DE 10 DE ABRIL DE 2017.

Torna sem efeito o Decreto nº 13.707/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 6347/2017,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 13.707/17, que nomeou TAIANE LUCAS PONTEL, para exercer o cargo de Bioquímico e Farmacêutico, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 10 de abril de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de abril de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 13.924/17

DECRETO Nº 13.924/17, DE 10 DE ABRIL DE 2017.

Nomeia Agente Administrativo II

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições

legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, SIMONE PATRICIA BOGONI, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo II, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 10 de abril de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de abril de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 13.926/17

DECRETO Nº 13.926/17, DE 10 DE ABRIL DE 2017.

Nomeia Membros para o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 57/1981 e suas alterações, e memorando nº 053da Secretaria Municipal de Infraestrutura,

DECRETA

Art. 1º Ficam nomeados, como integrantes do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA, os seguintes membros:

I - REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO:

a) Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Titular: JOÃO LEANDRO LOCATELLI ANTUNES
Suplente: VILSO VANZ

b) Representante do Gabinete do Prefeito;
Titular: LUIZ FRANCISCO KARAN LEONI
Suplente: FELIPE SCHULER

c) Representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;
Titular: GILMAR PAULO RISSARDI
Suplente: LAIS GUSSI

d) Representante da Polícia Ambiental do Município;
Titular: MICHEL DACKMER
Suplente: ALESSANDRO PITT

e) Representante da Empresa de Pesquisa e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI;
Titular: ARLINDO RECH FILHO
Suplente: GERUSA APARECIDA ROSSI

g) Representante da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN;

Titular: REGIANE APARECIDA GONZATTO

Suplente: ADÃO FARIAS RODRIGUES

II - REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

a) Representantes da classe empresarial do Município

Titular: TIAGO RECH

Suplente: ADRIANA TONIOLI

Titular: ANA PAULA BORTOLOZZO

Suplente: MARIBEL EMILIA GAIO

b) Representante de entidade de classe dos produtores rurais do Município

Titular: ADRIANO DI DOMENICO

Suplente: EVALDO CARAGNATTO

c) Representante de entidade de classe dos trabalhadores rurais do Município

Titular: CELSO FRANCISCO TESTOLIN

Suplente: MARCELO FELCHILCHER

d) Representante das cooperativas do Município

Titular: LUIZ VICENTE SUZIN

Suplente: JACIR JOSÉ FÁVERO

e) Representante de entidades de engenharia e arquitetura com atuação no Município comprometida com a questão ambiental

Titular: DIRCEU DEON FILHO

Suplente: IVAN JOSÉ SUCKOV

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 10.605/13.

Videira, 10 de abril de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de abril de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 13.927/17

DECRETO Nº 13.927/17, DE 10 DE ABRIL DE 2017.

Nomeia Membros para o Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 042/92 e alterações, e no Memorando nº 051 da Secretaria Municipal de Infraestrutura,

DECRETA

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros para o Conselho de Desenvolvimento Agropecuário:

I - Representante da Prefeitura Municipal de Videira:

JOÃO LEANDRO LOCATELLI ANTUNES

II - Representante da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI, instalada no Município: MIGUEL ANCIUTTI

III - Representante da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – CIDASC, instalada no Município: MARCELO GRAZZIOTIN

IV - Representante da Cooperativa Agropecuária Videirense – COOPERVIL: LUIZ VICENTE SUZIN

V - Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Videira: CELSO FRANCISCO TESTOLIN

VI - Representante do Sindicato dos Produtores Rurais de Videira: JUAREZ BOLZANI

VII - Representante dos agricultores da Comunidade de Anta Gorda: MARCOS CANAL

VIII - Representante dos agricultores da Comunidade de Lourdes: JOÃOZINHO SERAFINI

IX - Representante dos agricultores da Comunidade de São Pedro: MAURO DI DOMENICO

IX - Representante das Políticas Públicas do Banco do Brasil: JUCIMAR DILGIR

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 10.401/13.

Videira, 10 de abril de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de abril de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 13.928/17

DECRETO Nº 13.928/17, DE 10 DE ABRIL DE 2017.

Nomeia Agente Administrativo II

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, SILVIA DOS SANTOS, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo II, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 10 de abril de 2017.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de abril de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 13.929/17

DECRETO Nº 13.929/17, DE 10 DE ABRIL DE 2017.

Nomeia Bioquímico Farmacêutico

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ELOISA DA SILVA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Bioquímico Farmacêutico, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 10 de abril de 2017.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de abril de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 13.930/17

DECRETO Nº 13.930/17, DE 10 DE ABRIL DE 2017.

Altera a alínea "a", do art. 2º do Decreto nº 9.928/12, que Nomeia os Membros para os Conselhos Administrativo e Fiscal do INPREVID e do FASM.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Processo Administrativo nº 6164/17.
DECRETA

Art. 1º Altera a alínea "a", do art. 2º do Decreto nº 9.928/12, que Nomeia os Membros para os Conselhos Administrativo e Fiscal do INPREVID e do FASM, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º (...)

a) Titular: MARIA ANGÉLICA VANZ BALESTIERI
Suplente: LEEDY MARI PAZIN
(...)"

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 10 de abril de 2017.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de abril de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 13.931/17

DECRETO Nº 13.931/17, DE 11 DE ABRIL DE 2017.

Nomeia Junta Médica Oficial do Município de Videira, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do contido no Processo Administrativo nº 6140/2017,

DECRETA

Art. 1º A Junta Médica Oficial do Município fica assim constituída:

I – André Montenegro Pereira – CRM 19662/SC – RQE 14414 - Médico do Trabalho – Coordenador Técnico;
II – Gilmar Linck Duarte – CRM 7.318 - Médico do Trabalho;
III – Elaine F. Alves Ferrão – CRM 21578 - Médica do Trabalho;
IV – Ivan Palermo Inthom – CRM 5252 – RQE 0051 - Médico do Trabalho;
V – Luiz Fernando G. Feronimo – CRM 8977 - Médico Clínico Geral – Otorrinolaringologista;
VI – Nelzi Ferreira de Q. Junior – CRM 21896 - Médico do Trabalho;
V – Lais Daniela Fideles – CRM 23.500 - Médica Clínica Geral;

Art. 2º A Junta, a que se refere o artigo 1º deste Decreto, terá atribuição para proceder todos os exames necessários previstos nas Leis Complementares nº 129/12 e 130/12 e demais legislação Municipal, inclusive para fundamentar o afastamento temporário ao trabalho e a concessão de aposentadoria, entre outros nas formas previstas em Lei.

Art. 3º Os laudos médicos oficiais, relativos a afastamentos superiores a 30 dias, deverão ser firmados no mínimo por dois dos membros da Junta constituída pelo presente Decreto, que tenham efetivamente realizado o exame médico.

Parágrafo Único - Quando tratar-se de exames admissionais os laudos médicos supracitados deverão ser firmados por no mínimo três dos membros da Junta Médica Oficial.

Art. 4º Cada um dos membros da Junta poderá firmar individualmente atestado para fundamentar o afastamento do trabalho por período inferior a 30 (trinta) dias.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 11 de abril de 2017.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de abril de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 13.933/17

DECRETO Nº 13.933/17, DE 12 DE ABRIL DE 2017.

Nomeia Assessor de Projetos de Infraestrutura

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, SIMONI ROSANA PROENÇA, para exercer o cargo comissionado de Assessor de Projetos de Infraestrutura, símbolo DAS-8, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 10 de abril de 2017.

Videira, 12 de abril de 2017.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de abril de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

EDITAL 014/2017 TERMO DE INTIMAÇÃO

EDITAL DE INTIMAÇÃO 014/2017

Pelo presente fica INTIMADO o Sr. Claudino Kuczkowski, com endereço cadastrado na Rua Egon Engen Sinzker nº 63 - Bairro Cetrevi, no Município de Videira/SC, com inscrição municipal 208906, CPF: 325.971.500-20, depois de esgotada a tentativa de intimação por meio de notificação via Carta Registrada com Aviso de Recebimento, e das tentativas de entrega pessoal, não localizando ninguém no endereço do cadastro, A APRESENTAR, no Departamento de Tributação da Prefeitura Municipal de Videira/SC no prazo de 15 (quinze) dias contados da publicação deste, as Notas Fiscais de Prestação de Serviços, recibos e o alvará de construção referente a construção com endereço na Rua Egon Engen Sinzker, nº 63, Bairro Cetrevi na cidade de Videira, inscrição imobiliária nº 01.01.098.0140.001 e área construída de 77,20m.

Ressalta-se que o não atendimento no prazo estabelecido, ensejara a adoção de medidas cabíveis previstas na legislação, sendo que

a falta de apresentação das notas fiscais de prestação de serviços poderá acarretar o lançamento do ISS - Imposto Sobre Serviços aplicando-se a base de cálculo nos termos previstos no artigo 27, § 2º do Código Tributário Municipal.

Fiscal de Tributos solicitante: Ezequiel Carlos de Oliveira - Matrícula nº 15.936

Wolmar Erdmann - Matrícula nº 5302.

Processo Administrativo nº 3959/2017.

Para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente Edital dando-se ciência do mesmo ao contribuinte. Este Edital entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 07 de abril de 2017.

Gentil Gaedke
Secretário de Finanças

LEI Nº 3.430/17

LEI Nº 3.430/17, DE 06 DE ABRIL DE 2017.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 161.457,23 (cento e sessenta e um mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais e vinte e três centavos), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
Proj/Ativ – 2.063 – Atenção Básica	
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0064.9 – Aplicações Diretas	47.139,27
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0164.10 – Aplicações Diretas	81.317,96
15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
Proj/Ativ – 2067 – Programa DST/AIDS	
3.1.90.00.00.00.00.00.03.0066.18 – Aplicações Diretas	20.000,00
15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
Proj/Ativ – 2069 – Assistência Farmacêutica	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0070.0 – Aplicações Diretas	13.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	161.457,23

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro de 2016 e excesso de arrecadação de 2017.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 06 de abril de 2017.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de abril de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

LEI Nº 3.431/17

LEI Nº 3.431/17, DE 06 DE ABRIL DE 2017.

DÁ DENOMINAÇÃO DE RUAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam denominadas as ruas do Loteamento Jacinto Scuciato, conforme memorial descritivo a seguir:

NOME DO LOGRADOURO	LOTEAMENTO	NOME DA RUA
Rua "A", com área de 2.340,39 m².	Jacinto Scuciato	Michal Bilous
Rua "B", com área de 1.260,30 m².	Jacinto Scuciato	Julieta Verza Horn

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário

Videira, 06 de abril de 2017.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de abril de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0362/17

PORTARIA nº 0362/17

Autoriza o Uso de Bens Públicos Municipais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que constam nos Processos Administrativos nº 5910/17,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Estádio Municipal Luiz Leoni, pela Escola Gennius – Ensino Fundamental, no dia 06 de abril de 2017 das 14h00min às 16h00min, para a realização de uma atividades da disciplina de Educação Física, contribuindo para uma aprendizagem mais significativa.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

a. É de inteira responsabilidade da entidade o uso, conservação e transporte dos bens públicos não podendo haver qualquer

alteração em suas estruturas físicas;

b. A entidade não poderá ceder o uso dos bens a terceiros, nem utilizá-los para fins diversos do ora estipulado;

c. Em caso de qualquer dano ao bem público utilizado a entidade obriga-se ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes;

d. Será de responsabilidade exclusiva da entidade, o pagamento de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram da presente autorização, bem como da atividade para a qual a presente autorização lhe é concedida, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis e quaisquer outras exigências legais;

e. Serviço de segurança no local do evento;

f. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;

g. Proibição de instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar o local;

h. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;

i. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;

j. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;

§2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Fundação Municipal de Esportes, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições do espaço do Estádio Municipal Luiz Leoni quando da devolução do mesmo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 05 de abril de 2017.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de abril de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0363/17

PORTARIA nº 0363/17

Designa Gracemary Medeiros Schneider para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Designar, pelo período de 03 de abril de 2017 a 03 de julho de 2017, GRACEMARY MEDEIROS SCHNEIDER, Analista de Nível Superior, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Chefe de Tributação, símbolo FG-3, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Finanças.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 03 de abril 2017.

Videira, 10 de abril de 2017.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de abril de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0365/17

PORTARIA nº 0365/17
Concede Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 216 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta no Memorando nº 045/17DEPLD

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Maternidade de 120 (cento e vinte) dias à servidora ANA CLAUDIA SALES, Auxiliar de Serviços Gerais, a partir do dia 21 de fevereiro de 2017 até 20 de junho de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 21 de fevereiro de 2017, revogadas as disposições em contrário em especial a Portaria nº 0326/17.

Videira, 10 de abril de 2017.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de abril de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0366/17

PORTARIA nº 0366/17

Remove servidora municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento nos arts. 37, 38, 43 e 44, da Lei Complementar nº 129/12, e ainda à vista da Comunicação Interna da Secretaria Municipal de Infraestrutura;

RESOLVE

Art. 1º Remover, a partir de 03 de abril de 2017, a servidora ILSE ALEBRANDT DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, da Secretaria Municipal de Infraestrutura para a Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 03 de abril de 2017.

Videira, 10 de abril de 2017.
DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de abril de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0367/17

PORTARIA nº 0367/17
Autoriza o Uso de Espaços Públicos Municipais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, da Lei Orgânica do Município, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 6175/2017,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do auditório do Centro de Eventos Videira – CEVI, pelo SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, nos dias 24, 25 e 26 de maio de 2017, das 18h00min às 23h00min, para a realização da Semana Acadêmica, um evento voltado para os alunos do curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais e convidados, que tem como objetivo geral trocar experiências de ensino, pesquisa e extensão da comunidade acadêmica com a sociedade.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc.), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- c. Proibição de comercialização de alimentos e bebidas no local;
- d. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- e. Ao pagamento da taxa referente ao ECAD – Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;
- f. Será de responsabilidade exclusiva da entidade, o pagamento de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram da presente autorização, bem como da atividade para a qual a presente autorização lhe é concedida, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis e quaisquer outras exigências legais;
- g. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- h. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- i. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- j. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- k. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Centro de Eventos Vitória, quando da devolução do mesmo.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando o SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, inteiramente responsável pelo mesmo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 10 de abril de 2017.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de abril de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0368/17

PORTARIA nº 0368/17

Autoriza o Uso do Largo da Estação Ferroviária

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 6312/2017;

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do Largo da Estação Ferroviária, no dia 06 de maio de 2017, no período das 09h00min às 16h00min, pelo LEO Clube Omega Videira Cinquentenário, para a realização da Campanha do Meio Ambiente, onde estará fazendo o recebimento de materiais eletrônicos que serão encaminhados para reciclagem.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar o local;
- c. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- d. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- e. Ao pagamento da taxa referente ao ECAD – Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;
- f. Será de responsabilidade exclusiva da entidade, o pagamento de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram da presente autorização, bem como da atividade para a qual a presente autorização lhe é concedida, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis e quaisquer outras exigências legais;
- g. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- h. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- i. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

§3º Fica proibida a obstrução da passagem de pedestres, em

calçadas e passeios pelo LEO Clube Omega Videira Cinquentenário, quando da realização do evento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 10 de abril de 2017.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de abril de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0369/17

PORTARIA nº 0369/17

Converte, para efeito de aposentadoria, o período de Licença Prêmio proporcional, não gozado, de Servidor Público que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 6043/2017,

RESOLVE

Art. 1º Converter, para efeito de aposentadoria, o período não gozado de Licença Prêmio proporcional do servidor PEDRO KALENIK, Operador de Motoniveladora, o qual será computado em dobro, totalizando 143 (cento e quarenta e três) dias, os quais correspondem ao período compreendido entre 16 de julho de 1990 até 30 de junho de 1994.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 12 de abril de 2017.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de abril de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2017 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2017 – FMS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 09/2017 - FMS. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR O LEVANTAMENTO DETALHADO DAS PEÇAS, E QUANTIFICAR O TEMPO DE SERVIÇO NECESSÁRIO PARA EFETUAR O CONserto DO MOTOR DO VEÍCULO FIAT/ DUCATO ADAPTADA 10P/127CV, ANO 2010/2011, DIESEL, PLACA MHG 6256, PARA A SECRETARIA DE SAÚDE. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E

CREDENCIAMENTO: até as 14:00:00h do dia 02/05/2017. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00:00h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Por meio dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 13 de abril de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2017 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2017 – PMV

REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 43/2017 - PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FUTURA COM PEDIDOS PARCELADOS, DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE ESCAVADEIRAS HIDRÁULICAS, TRATOR DE ESTEIRAS, CAMINHÃO PRANCHA E CAMINHÃO BASCULANTE, PARA A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00:00h do dia 02/05/2017. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00:00h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 13 de Abril de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Vitor Meireles

PREFEITURA

CLASSIFICAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2017

RESULTADO FINAL PARA AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS E/OU SERVENTE/MERENDEIRA

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	Prova				Nota Prova	Data	Nota
			Específico	Português	Gerais	Matemática		Nascimento	Final
1	005	Ryse Alves dos Santos	3,20	2,00	2,00	2,00	9,20	05/01/1976	9,20

RESULTADO FINAL PARA SERVENTE/MERENDEIRA

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	Cursos	Tempo de	Prova				Nota Prova	Data	Nota
				Serviço	Específico	Português	Gerais	Matemática		Nascimento	Final
1	008	Jurema Decarli	0	1,0	3,60	1,60	1,60	2,00	8,80	30/12/1973	6,26
2	002	Juliana Fernandes	0	1,0	3,60	1,60	0,40	1,60	7,20	28/04/1988	5,14
3	004	Josiane Crespim do Amaral	0	0,0	3,20	1,60	0,80	1,60	7,20	31/07/1993	5,04
4	010	Regiane Aloiza Caxias Maciel	0	0,0	2,40	1,60	0,40	1,60	6,00	19/11/1985	4,20
5	001	Reni Priprá	0	8,0	2,40	0,00	1,20	0,40	4,00	20/01/1963	3,60
6	006	Francieli Cunhapã Téiê	0	1,0	2,80	0,80	0,40	0,80	4,80	25/01/1989	3,46
7	011	Elisangela Antonia Lindiá Konheco Paté	0	0,0	2,80	0,80	0,40	0,80	4,80	25/05/1990	3,36

Obs.:

Bu Cutscho - FALTOU

Claudionir Feliciano - FALTOU

Loreni Tele Vanhecu Teie - FALTOU

Vitor Meireles, 12 de abril de 2017.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

Xanxerê

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0035/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, juntamente com o Fundo Municipal de Assistência Social, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0035/2017, do tipo menor preço Global, tendo como objeto Contratação de Seguro Total para 05 (cinco) Veículos da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e da Secretaria de Assistência Social de Xanxerê. O recebimento das propostas será até as 10h45min, do dia 28/04/2017, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 11:00h do mesmo dia. Retirada do Edital no site www.xanxere.sc.gov.br. Xanxerê-SC, 13 de abril de 2017. Avelino Menegolla - Prefeito Municipal.

DECRETO Nº AM 124/2017

DECRETO Nº AM 124/2017

NOMEIA DIRETORA DE AÇÕES EDUCACIONAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº AM 2907/06, de 12 de julho de 2006, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeada a senhora VERA LUCIA CORREA, brasileira, servidora pública municipal, inscrita no cpf/mf sob nº 607.387.079-53, portadora da Cédula de Identidade RG nº 1.699.640, expedida pela SSP/SC, para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretora de Ações Educacionais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com o vencimento mensal fixado no Anexo II, da Lei Complementar nº BLB 3376/11, de 23/11/2011.

Art. 2º Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 12 de abril de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº AM 125/2017

DECRETO Nº AM 125/2017

DELEGA competência para assinatura de contratos de locação DOS PAVILHÕES DO PARQUE DE EXPOSIÇÕES ROVILHO BORTOLUZZI PARA EVENTOS E PARA ASSINATURA DE TERMOS DE CONCESSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO, e dá outras providências.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelos incisos III e VIII do Artigo 69 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica delegada competência ao Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico ou, na inexistência ou ausência de Secretário, ao Diretor responsável pela pasta, para representar o Município de Xanxerê quando da assinatura de Contratos de Locação

dos pavilhões do Parque de Exposições Rovilho Bortoluzzi para a realização de eventos.

Art. 2º Fica delegada competência ao Secretário Municipal de Administração e Finanças ou, na inexistência ou ausência de Secretário, ao Diretor ou Coordenador responsável pela pasta, para representar o Município de Xanxerê quando da assinatura de Termos de Concessão de Uso de Bem Público referente a imóveis localizados no Cemitério Municipal.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 12 de abril de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº AM 126/2017

DECRETO Nº AM 126/2017

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA PARA O CARGO DE COORDENADORA DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº AM 2907/06, de 12 de julho de 2006, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora NEIDE DOS SANTOS DA SILVA, brasileira, servidora pública municipal, inscrita no cpf/mf sob nº 008.006.619-40, portadora da Cédula de Identidade nº 4.108.638 expedida pela SSP/SC, para exercer o cargo de provimento em comissão de Coordenadora de Administração e Fiscalização, lotada na Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços, com o vencimento mensal fixado no Anexo II, da Lei Complementar nº BLB 3376/11, de 23/11/2011.

Art. 2º Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 12 de abril de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO DE CESSÃO DE USO 004/2017

Município de Xanxerê/SC

Extrato Termo de Cessão de Uso nº 004/2017

Cedente: Município de Xanxerê

Cessionário: Rotary Club de Xanxerê

Objeto: Cessão de uso do Pavilhão denominado "Casa do Milho", localizado na área do Parque de Exposições Rovilho Bortoluzzi, conforme autorizado pela Lei Municipal nº AM 3911/2017. Vigência: 10 (dez) anos. Xanxerê-SC, 13/04/2017.

Avelino Menegolla - Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH- AM 168/2017

PORTARIA Nº RH- AM 168/2017

EXONERAR A PEDIDO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Avelino Menegolla

Prefeito Municipal de Xanxerê - Santa Catarina,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Art. 69 inciso VI e Lei nº HW 1.775/91 Artigo 34.

RESOLVE

EXONERAR a pedido a partir de 12.04.2017, a Servidora Pública Municipal, a Sr.(a) CRISTINA LAJÚS MENDES, brasileira, casada, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portadora da CI nº 3.126.184, CPF nº 939.638.400-30 e CRM/SC sob nº 17667, nomeada conforme Decreto nº AJG 137/2016, no cargo de MÉDICA DO TRABALHO, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, vinculada a Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o nº 0001212/2017 datado de 12.04.2017.

Para fazer frente às despesas decorrentes desta exoneração, serão utilizados recursos orçamentários próprios da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário, principalmente o Decreto nº AJG 137/2016.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 12 de Abril de 2017.

Avelino Menegolla

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH-AM 167/2017

PORTARIA Nº RH-AM 167/2017.

DESIGNAR SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA DESEMPENHAR ATIVIDADES NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê/SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06 e Lei BLB 3.376/11 e demais dispositivos legais.

RESOLVE

DESIGNAR a Servidora Pública Municipal Sra. DAIANA ALVES DE MELLO CASTANHA, brasileira, estado civil solteira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê/SC, portadora da CI nº 6.174.114 e CPF nº 090.280.019-13, nomeada conforme Decreto nº AJG 079/2013, no cargo de COZINHEIRA, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para desempenhar suas atividades junto a Secretaria Municipal de Assistência Social.

O deferimento atende ao Ofício nº 073/SMAS/RH/17 datado de 10.04.2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 10 de Abril de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH-AM 169/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AM 169/2017

CEDER SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA DESEMPENHAR ATIVIDADES NO CARTÓRIO ELEITORAL - 43ª ZONA ELEITORAL XANXERÊ.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09.

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal n. 6999/1982 e na resolução do TSE n. 23.484/2016 e Portaria P.297/2010;

CONSIDERANDO a previsão legal do Arts. 8º e 9º da Lei Municipal 3885/2016, quanto a autorização para praticar tais atos de cedência.

RESOLVE

CEDER, o Sr. ISMAEL STRADA, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na cidade de Xanxerê SC, portador da CI nº 4.244.977, CPF nº 067.072.319-36, nomeado conforme Decreto BLB 310/10, para o cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, com quarenta (40) horas semanais, vinculado a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social para desempenhar atividades profissionais no cartório eleitoral, 43ª zona eleitoral de Xanxerê.

DETERMINAR que esta cedência vigore até o período de 13.04.2017 a 12.04.2018, com ônus para o Município.

O deferimento atende ao Ofício ZE043/cmr n. 7/2017, de 02.03.2017 e Protocolo nº 0000667/2017 datado em 03.03.2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 13 de Abril de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH-AM 170/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-AM 170/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77 e Lei HW 1.776/91 Art. 78.

RESOLVE

CONCEDER 30(trinta) dias de férias a partir de 17.04.2017 a

16.05.2017 ao Servidor Público Municipal Sr. ANTONIO CORADI, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portador do RG n.º 1.782.310-2 e CPF n.º 511.831.619-72, nomeado conforme Decreto JB 205/94 no Cargo de MARCENEIRO, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social.

O Deferimento atende ao requerimento datado de 13.04.2017, as férias referem-se ao período abaixo especificado:

12.07.2014 a 11.07.2015.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 13 de Abril de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO 6º ADITIVO AO CONTRATO N° 0097/2014

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

O Município de Xanxerê-SC neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Avelino Menegolla, retifica a publicação realizada no dia 11/04/2017, no Diário Oficial dos Municípios - SC, página nº 891. Extrato 6º Aditivo ao Contrato nº 0097/2014. Retificando o texto para: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato e seus aditivos para até 27 de junho de 2017, contados a partir de 30 de março de 2017.

Xanxerê-SC, 11 de abril de 2017. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

Xavantina

PREFEITURA

ATA PL 025/2017

ATA 001 - RESUMO

Processo Licitatório nº. 025/2017 – Pregão Presencial nº 018/2017
Objeto: A presente licitação tem por objeto o registro de preços para o fornecimento de passagens aéreas para trechos nacionais e internacionais, incluindo reserva, emissão, entrega transferência, endosso, marcação/remarcação e reembolso de bilhetes para atender as necessidades do município, conforme as especificações constantes do anexo “c” deste edital.

A ata completa está disponível no site Oficial do Município de Xavantina e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico:

http://www.xavantina.sc.gov.br/licitacoes/index/detalhes/codMapaItem/36615/codLicitacao/90308#.WO970_nDHDc

Xavantina, 12 de abril de 2017.

Pregoeiro – CLEIDIR ELEANDRO KEMMRICH

Equipe de Apoio: WAGNER LUIZ WOICHEKOSKI

KEILA RENATA OLKOWSKI

ERRATA Nº 001 AO EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017

ERRATA Nº 001 AO EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017

ENOIR FAZOLO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público a errata nº 001 ao edital de Concurso Público nº 001/2017.

Considerando a necessidade de adequação e alteração do edital de Concurso Público nº 001/2017, visando incluir o conteúdo programático de informática para ambos os cargos do respectivo edital;

1. Desta forma, comunica a todos os interessados que:

2. Fica acrescido no edital do concurso público nº 001/2017, no anexo I - Conteúdos Programáticos para ambos os cargos de Médico e Fonoaudiólogo, a seguinte descrição do conteúdo programático de informática:

“INFORMÁTICA: 1. Conceitos básicos: Hardware e Software; sistema operacional; programas aplicativos; redes de computadores; Internet; email; transferência de arquivos; World Wide Web (WWW); dispositivos móveis; profissões ligadas à informática. 2. Noções Básicas de microcomputador: Componentes, dispositivos de entrada e saída, periféricos, memória, processador, dispositivos externos. 3. Ambiente MS-Windows – Uso do ambiente gráfico; execução de aplicativos e acessórios; manipulação de arquivos e pastas; execução de aplicativos básicos; lixeira; tipos de arquivos; configuração e atualização do MS-Windows. 4. MS-WORD – Utilização de janelas e menus; barras de ferramentas; operações com arquivos; impressão de documentos e configuração da impressora; edição de textos; formatação no Word; criação e manipulação de tabelas; operações com documentos. 5. MS-Internet Explorer e Firefox – Manutenção dos endereços favoritos; utilização de

histórico; noções de navegação em hipertexto; baixando arquivos; configuração e atualização. 6. MS-Outlook – Envio e recebimento de mensagens – incluindo a utilização de arquivos anexos; localização de mensagens nas pastas; organização das mensagens em pastas e subpastas; manutenção do catálogo de endereços”.

3. Assim sendo, para que chegue a conhecimento de todos e que ninguém possa alegar desconhecimento, formalizamos a presente Errata que passa a fazer parte integrante do Edital do Concurso Público nº 001/2017 do Município de Xavantina/SC, a qual será publicada na página do Município e da Amauc na Internet, assim como também no Diário Oficial dos Municípios.

4. Permanecem iguais e inalteradas as demais Cláusulas do Concurso Público nº 001/2017.

Xavantina, SC, 12 de Abril de 2017.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

PORTARIA 084/2017

PORTARIA Nº 084/2017

INTERROMPE PARCIALMENTE FÉRIAS CONCEDIDAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENOIR FAZOLO, Prefeito Municipal de Xavantina em Exercício, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e a Lei Complementar nº 002/2000, atualizada;

Considerando a urgente necessidade do profissional designado nesta portaria, para fins de atender serviços relevantes da administração pública municipal;

Considerando a Portaria nº 072/2017, que concedeu 30 (trinta) dias de férias para o servidor Público Municipal Sr. Varlei Ozelame;

RESOLVE:

Art. 1º Fica convocado o SR. VARLEI OZELAME, ocupante do cargo efetivo de Enfermeiro, para fins de iniciar trabalhos indispensáveis à administração pública municipal.

Parágrafo Único. A interrupção das férias ocorre a partir de 03 de abril de 2017, sendo que os 18 (dezoito) dias remanescentes de férias serão oportunamente concedidos pela administração pública municipal, de conformidade com o interesse público.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 03 de Abril de 2017.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA 085/2017

PORTARIA Nº 085/2017

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENOIR FAZOLO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, bem como Lei Complementar nº 002/2000, atualizada;

Considerando o pedido de exoneração feito pela servidora pública municipal, senhora Vania Lussi;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a Servidora Pública Municipal, SRA. VANIA LUSSI, ocupante do cargo efetivo de Atendente Administrativo, gerando efeitos a contar de 03 de Abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 03 de Abril de 2017.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

Consórcios

CIGA

ATO DE DISPENSA Nº 06/2017

Ato de Dispensa nº 06/2017

Processo ADMINISTRATIVO nº 09/2017

Objeto: Contratação de empresa para execução de serviços revisão veicular do automóvel oficial do CIGA: Fluence Privilège – Marca Renault; placa MLQ 0429; e Ano/Modelo 2014/2014.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

JUSTIFICATIVA: Detectou-se, no painel do Fluence (MLQ-0429), o alerta de revisão. Os itens da revisão de 30.000 Km (trinta mil quilômetros) do veículo Renault Fluence 2.0 A. 2014/2014 são os seguintes:

- ÓLEO
- FILTRO DE ÓLEO
- ANEL DO BUJÃO
- FILTRO DE AR CONDICIONADO
- MÃO DE OBRA
- GEOMETRIA
- BALANCEAMENTO

Contratada: GLOBO COMÉRCIO DE VEÍCULOS E PEÇAS LTDA.

CNPJ: 00.379.858/0005-32

VALOR: R\$ 659,00 (seiscentos e cinquenta e nove reais).

Florianópolis, 13 de abril de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CIMCATARINA

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0008/2017 - EQUIPAMENTOS MÉDICOS HOSPITALARES E CORRELATOS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO COMPARTILHADA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0008/2017

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0007/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0008/2017

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Equipamentos Médico Hospitalares e Correlatos, para uso dos órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados ou referendados ao Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, na condição de Órgão Participante desta licitação de acordo com os quantitativos estimados para consumo. VIGÊNCIA: O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 15 de maio de 2017 à 29 de dezembro de 2017. JULGAMENTO: Menor Preço POR ITEM. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 horas do dia 17/04/2017 até às 09:00 horas do dia 02/05/2017. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:01 às 09:30 horas do dia 02/05/2017. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:31 horas do dia 02/05/2017. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF). LOCAL: www.bllcompras.org.br. Acesso Identificado. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: 1º Núcleo de Desenvolvimento Regional do CIMCATARINA, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01, Centro, Fraiburgo/SC, CEP: 89.580-000. Fone (49) 3246 1206.

Site: www.cimcatarina.sc.gov.br.

Florianópolis (SC), 13 de abril de 2017.

Elói Rönnau – Diretor Executivo do CIMCATARINA

CIMVI**TERMO DE POSSE E COMPROMISSO Nº 2017-04 - GESTOR DE SERVIÇOS AMBIENTAIS**

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO Nº 2017/04

Aos treze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete, às 08h00min, na sede do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, presente o Sr. Fernando Tomaselli, Diretor Executivo do CIMVI, compareceu a Sra. Sandra Regina Batista, que declarou vir, na forma da Cláusula Décima Terceira e do Anexo 1 do Contrato de Consórcio Público do CIMVI, prestar o compromisso de posse ao emprego público de confiança de Gestor de Serviços Ambientais, salário mensal de R\$ 7.116,13 (sete mil, cento e dezesseis reais e treze centavos), para carga horária semanal regular de 40 (quarenta) horas e dedicação integral ao serviço.

Apresentaram-se na oportunidade, os documentos legalmente exigidos, comprometendo-se a exercer com probidade e cumprir fielmente as atribuições, deveres e responsabilidades inerentes ao emprego público, no qual foi empossado a partir desta data.

Assim sendo, ordenou o Diretor Executivo lavrar o presente Termo de Posse e Compromisso, que lido e achado conforme, vai assinado em duas vias de igual teor e forma.

Timbó (SC), 13 de Abril de 2017.

Fernando Tomaselli

Diretor Executivo

Sandra Regina Batista

Gestor de Serviços Ambientais

CIS/AMAUC**RESOLUÇÃO Nº 02 - DE 12 DE ABRIL DE 2017**

RESOLUÇÃO Nº 02, DE 12 DE ABRIL DE 2017.

Cria a Comissão Organizadora da 1ª Conferência Regional de Saúde das Mulheres dá outras providências.

A PRESIDENCIA da 1ª Conferência Regional de Saúde das Mulheres – 1ª CRSMu, em conformidade com o que dispõe o art. 2º da Resolução nº 01, de 12 de abril de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Fica criada a Comissão Organizadora da 1ª Conferência Regional de Saúde das Mulheres da região da Amauc.

Art. 2º Nomeia os seguintes membros para integrarem a COR:

NOME	INSTITUIÇÃO
Ivanete T. Pereira Grendene	Diretora Administrativa do CIS Amauc
Roberto Kurtz Pereira	Secretário Executivo da Amauc
Neusa Maria Poletto Pucci	Assistente Social da Amauc
Fabiola Bassi Bordin	Assessora de Comunicação da Amauc
Lurdes Mariza Foscarini	Gerente de Saúde da Gersa da 6ª ADR - Concórdia
Celismara Albring	Gersa da 6ª ADR - Concórdia
Jacqueline G. E. Zolet	Gerente de Saúde da Gersa da 33ª ADR - Seara
Letícia Farina Puntel	Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Concórdia
Ademar Amant	Prefeitura de Alto Bela Vista
Carla Petry	Prefeitura de Arabutã
Grace Simioni	Prefeitura de Concórdia
Daniella Tofolo	Prefeitura de Ipira
Janete Locatelli	Prefeitura de Ipumirm
Simara Ferri das Neves	Prefeitura de Irani
Viviane Maroso	Prefeitura de Itá
Luana Aparecida Andrioni	Prefeitura de Jaborá
Silvana Dal Puppo	Prefeitura de Lindóia do Sul
Izabel Cristina Bourscheidt	Prefeitura de Peritiba
Karoline Petry	Prefeitura de Piratuba
Marcia Regina do Nascimento	Prefeitura de Presidente Castello Branco
Luciana Maier Gagiola	Prefeitura de Seara

Jessica Pinsetta

Prefeitura de Xavantina

Art. 3º Compete à COR:

I – elaborar e aprovar o Regimento da 1ª CRSMu da Amauc;

II – formular, discutir e propor as iniciativas referentes à organização da 1ª CRSMu da Amauc;

III – coordenar, supervisionar e promover a realização da 1ª CRSMu da Amauc, atendendo aos aspectos técnicos, políticos, administrativos e financeiros;

IV – acompanhar a organização da divulgação, infraestrutura e a execução orçamentária;

V – mobilizar, estimular e estabelecer parcerias no âmbito dos municípios para viabilizar a participação dos diferentes segmentos, considerando as peculiaridades de cada município;

VI – aprovar a proposta metodológica e de programação da 1ª CRSMu;

VII – executar todas as ações necessárias para a realização da 1ª CRSMu;

VIII – aprovar o relatório final sistematizado da 1ª CRSMu da Amauc; e

IX – dar publicidade ao relatório final da 1ª CRSMu da Amauc e encaminhá-lo à Comissão Organizadora Estadual da 1ª CESMu/SC.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 12 de abril de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Presidente da 1ª CRSMu

Presidente do CIS Amauc

CIS/AMMVI

DELIBERAÇÃO 12.2017 - SISPACTO

DELIBERAÇÃO Nº 12/2017 – CIR MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DA PACTUAÇÃO DOS INDICADORES (SISPACTO) PARA O ANO DE 2017 DOS MUNICÍPIOS DESTA CIR.

A Comissão Intergestora Regional do Médio Vale do Itajaí, no uso de suas atribuições resolve:

Art. 1º Homologar “ad referendum” as Pactuações dos Indicadores de Saúde (SISPACTO) do município de:

I. Brusque.

Art. 2º A Pactuação apresentada foi previamente aprovada pelo respectivo conselho municipal de saúde.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau / SC, 13 de Abril de 2016.

Ronie Gilberto Loewen

Coordenador em Exercício da CIR Médio Vale do Itajaí.

Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social de Benedito Novo

RETIFICACAO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 07-2017

PRIMEIRO TERMO DE RETIFICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 07/2017

TERMO DE RETIFICAÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2017, PARA REGISTRO DE PREÇOS, PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO I DO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2017.

PREGÃO ELETRÔNICO nº 07/2017

Aos treze dias do mês de abril de 2017 o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, devidamente cadastrado no CNPJ sob nº 03.269.695/0001-08, neste ato representado pela Pregoeira Ligia Hoepfner conforme Resolução nº 148-17 de 22/02/2017, considerando a ata de registro de preço referente ao pregão 07/2017, RESOLVE, RETIFICAR o ano do pregão transcrito no topo da ata de registro de preços publicada no DOM no dia 29/03/2017 na Edição nº 2221, ONDE LÊ SE:

PREGÃO ELETRÔNICO nº 07/2016

LEIA-SE:

PREGÃO ELETRÔNICO nº 07/2017

Permanecem inalterados os demais itens, valores ofertados e demais cláusulas e condições da Ata de Registro de preços ora retificada neste ato.

Ligia Hoepfner
Pregoeira – Resolução 148-17

Consórcio CISAMA

PORTARIA DE NOMEAÇÃO DE CARLOS EDUARDO MOREIRA 03/2017

PORTARIA Nº 03/2017

Nomeia CARLOS EDUARDO MOREIRA para a função de COORDENADOR DE PROJETOS NA ÁREA APOIO À EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER do Consórcio Intermunicipal Serra Catarinense – CISAMA.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Serra Catarinense – CISAMA, Sr. Tito Pereira Freitas, no uso de suas atribuições legais, constantes do Estatuto Social, § 1º, da Cláusula 41ª, do Protocolo de Intenções, seu anexo I e, demais disposições legais aplicáveis à espécie,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Sr. CARLOS EDUARDO MOREIRA, para ocupar a função de COORDENADOR DE PROJETOS NA ÁREA APOIO À EDUCAÇÃO constante do quadro de empregos públicos de livre nomeação, previstos no anexo I, do Protocolo de Intenções do CISAMA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lages, 07 de abril de 2017.
Tito Pereira Freitas
Presidente do CISAMA
Prefeito de Capão Alto
Brasileiro, casado, CPF 148.794.689-91
RG 320.534-7